
AS FEIÇÕES DO JAHU

Paulo Eduardo Guerra

2024

EDIÇÃO DO AUTOR

ASSOCIAÇÃO JAUENSE DE AMBIENTE E CULTURA

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Guerra, Paulo Eduardo

As feições do Jahu [livro eletrônico] / Paulo
Eduardo Guerra. -- Jaú, SP : Ed. do Autor, 2024.
PDF

ISBN 978-65-01-29110-9

1. Geografia 2. Jaú (São Paulo) - História
3. Meio ambiente 4. São Paulo (Estado) - Descrição
I. Título.

25-248979

CDD-981.612

Índices para catálogo sistemático:

1. Jaú : São Paulo : Estado : História 981.612

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Livro eletrônico disponível para baixar do site da
Associação Jauense de Ambiente e Cultura - AJAC
<https://ajac.org.br>



AJAC
Associação Jauense de Ambiente e Cultura



CERTIFICADO DE REGISTRO DE DIREITO AUTORAL

A Câmara Brasileira do Livro certifica que a obra intelectual descrita abaixo, encontra-se registrada nos termos e normas legais da Lei nº 9.610/1998 dos Direitos Autorais do Brasil. Conforme determinação legal, a obra aqui registrada não pode ser plagiada, utilizada, reproduzida ou divulgada sem a autorização de seu(s) autor(es).

Responsável pela Solicitação:

PAULO EDUARDO GUERRA

Participante(s):

PAULO EDUARDO GUERRA (Autor), Juliano Meneghello (Pesquisador)

Título:

As Feições do Jahu

Data do Registro:

04/01/2025 09:15:49

Equipe de apoio:

- **Juliano Meneghello - Pesquisador/ Diagramador**
- **Maria do Socorro Delfiol Nogueira - Revisora**
- **Aparecida Edilene de Paulo Guerra - Consultora**
- **Danilo Barbosa - Tecnologia da Informação**



MINISTÉRIO DA
CULTURA



Escrever os agradecimentos talvez seja uma das tarefas mais difíceis. Como expressar, em palavras, uma imensa gratidão por tantas pessoas que, com suas atitudes e ações, deixaram marcas tão profundas em minha trajetória? Esta página poderia facilmente se transformar em um emaranhado de afetos e reconhecimentos. Assim, busco aqui registrar, com toda sinceridade, minha intenção de honrar cada gesto de apoio e colaboração que recebi ao longo deste caminho.

Agradeço a Juliano Meneghello, cujas contribuições foram fundamentais para a realização deste trabalho. Embora as eventuais limitações sejam de minha inteira responsabilidade. À Ítalo Poli Jr. pelo trabalho incansável de perenizar as fotografias históricas de Jaú.

Dedico este trabalho — minha tentativa de construir algo significativo — a duas pessoas especiais: Julio Polli e Antonio Poli. De forma singular, eles estiveram presentes em minha formação e em minha trajetória de vida. Talvez não devêssemos assumir responsabilidades tão desafiadoras, mas nossos encontros e desencontros sempre se conectaram a algo que só posso descrever como um fluxo de amizade, que corre intenso e profundo.

Em memória de meus irmãos José Carlos Guerra e Pedro Luiz Guerra.

Sumário

Prefácio	1
Antes de mais nada	3
Primeiro vamos pelas veredas indígenas	13
Pelos “caminhos que andam”	38
Notícias das aves	79
A vegetação em cintas largas de terras boas	96
Paisagens e as feições do Jahu	138
As Aves do Jahu	220
As saúvas	254
Depois de tudo isso	278
Lista de figuras	280
Referências bibliográficas e documentais	283

Capa:

Aquarela de Miguelzinho Dutra, no acervo do Museu Republicano "Convenção de Itu", 1845

Contracapa:

Superior: Lemaitre - Transmigração para as Minas - Rio de Janeiro 1857

Inferior: A partida da Expedição Langsdorff, no Rio Tietê - Aimé-Adrien Taunay - 1825

Prefácio

*Eu vi o menino correndo eu vi o tempo
Brincando ao redor do caminho daquele menino
Eu pus os meus pés no riacho
E acho que nunca os tirei
O sol ainda brilha na estrada e eu nunca passei*
Caetano Veloso

Em 1979, na Escola Estadual de Primeiro Grau Caetano Lourenço de Camargo, antigo Instituto de Educação, para nosso espanto – e talvez alegria – não teríamos mais uma ou duas professoras, mas um conjunto de professores. Como viríamos a saber, alguns eram remanescentes do renomado Instituto. Estávamos imersos em um tempo diferente, que mais tarde compreenderíamos como de exceção e controle. A ideia do "Brasil Grande" permeava o cotidiano, nas entrelinhas e até mesmo nos momentos em que cantávamos o Hino Nacional ou realizávamos ordem unida durante as aulas de Educação Física.

A disciplina que mais chamou a atenção foi Estudos Sociais, englobando História e Geografia. Logo na primeira semana, conheci o professor Ivo Christiano Barnabé. Não sei dizer se me cativou apenas por sua disciplina ou por sua presença. Descobri, mais tarde, que ele, vindo da cidade vizinha de Itapuí para estudar, havia se hospedado na casa de meu avô João Guerra, na Rua Quintino Bocaiuva, junto com meu pai e tios. O professor Ivo era singular, daqueles que esporadicamente encontramos ao longo da vida. Ele combinava profundo conhecimento com uma habilidade notável de se comunicar com os alunos.

Naquela escola e sociedade, entretanto, a exclusão era evidente. Ao ler o "Guia do Estudante", da Editora Abril, deparei-me com um dado alarmante: de cada cem crianças que iniciavam seus estudos na 1ª série, apenas oito concluíam o primeiro grau (atual ensino fundamental). Essa realidade me levou a compreender que a História, assim como as narrativas de Dona Romilda, estaria sempre presente em meus afetos, inquietações e buscas. Talvez moldasse o menino que eu era, como bem disse, parafraseando, o "companheiro de longa jornada", um outro Caetano. E assim foi: quando percebi, já estava envolvido, com a certeza de que nunca mais sairia daquele riacho simbólico, ainda que ele parecesse distante.

Minha formação inicial se desenhou na intersecção de dois mundos: filho de um comerciante que migrou 'da roça para a cidade' e de uma mãe que cultivava o hábito da leitura com dedicação, comecei a perceber que entender ou apreender os arranjos sociais exigiria um mergulho nas histórias familiar e local. A sedução inicial pelos jornais acumulados na 'venda' do meu pai, pelas revistas em quadrinhos da banca do Seu Horácio e pelas enciclopédias disponíveis em casa e na biblioteca escolar se transformou em uma abordagem sistemática do conhecimento. As leituras, antes dispersas, converteram-se em uma investigação metódica da história local. Os anúncios antigos dos jornais, que inicialmente me atraíam por seu aspecto visual, emergiram como testemunhos dos

costumes e do cotidiano de Jaú. Em substituição às narrativas heroicas dos quadrinhos, passei a me interessar pelos relatos concretos dos povoadores que ajudaram a construir a cidade.

Esse despertar foi intensificado pelas lições do professor Ivo, que ensinava a enxergar além das páginas, conectando diferentes tipos de registros históricos. Suas aulas eram pontuadas por referências marcantes, como quando contrastava o absolutismo de Luís XIV, expresso na frase *L'État c'est moi*, com o liberalismo econômico da máxima *Laissez faire, laissez passer, le monde va de lui-même*. Com o passar do tempo, interpretar cada documento, seja um recorte de jornal ou um registro oficial, carrega uma parcela substancial de nossa história coletiva.

O rio Jaú, mais que um curso d'água, é um dos fios condutores de nossa história. Suas águas moldaram o território físico e direcionaram a ocupação não-indígena, determinando o surgimento das primeiras fazendas e o crescimento da cidade. Assim como o rio escava seu leito ao longo do tempo, nossa história se estende, criando camadas de memória e significado. Os riachos que alimentam o rio Jaú ou desaguam no rio Tietê formam uma rede intrincada, assim como as diversas narrativas que compõem nossa história local. Cada afluente traz consigo histórias singulares: das matas transformadas em lavouras de café, dos caminhos que conectaram fazendas isoladas e que hoje são ruas e avenidas, e das áreas de mata, capoeira ou cerrado que deram lugar ao desenvolvimento urbano.

Essas transformações não são apenas mudanças ambientais, mas testemunhos vivos da interação entre gerações e o espaço natural. O nome "Jaú", derivado do peixe outrora abundante, simboliza essa ligação primordial com o rio. As aves que sobrevoam nossos céus representam a liberdade e a persistência da natureza em meio às transformações. São testemunhas de um passado ainda visível nas margens do rio, nos fragmentos de mata nativa e em outras feições.

A história de Jaú convida à exploração de seus diversos aspectos e nuances, constituindo-se não como uma cronologia de fatos, mas como um campo de compreensão das transformações que moldaram a cidade. Das margens do Rio Jaú e do Tietê às ruas do centro histórico, cada local guarda enredos à espera de interpretação. Este trabalho não pretende apresentar uma história acabada, mas estabelecer um ponto de partida para novas descobertas, seguindo rastros que permitam diferentes conexões com essa história em seus possíveis pontos de chegada. Constitui-se em um mosaico de experiências, transformações e continuidades, que segue florescendo, seja sob a chuva que renova, seja sob o sol que ilumina os caminhos compartilhados.

Os historiadores, escreveu Aristóteles (Poética, 51 b), falam do que foi (do verdadeiro), os poetas, daquilo que poderia ter sido (do possível). Mas, naturalmente, o verdadeiro é um ponto de chegada, não um ponto de partida. Os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo. Carlo Ginsburg

Antes de mais nada

Uma cidade sem história vive à deriva
Flávia Arlanch Martins de Oliveira

A paisagem, tanto natural quanto antropizada, é um reflexo da interação entre o meio ambiente e a atividade humana ao longo do tempo. As feições naturais – como rios, florestas, montanhas – possuem um valor intrínseco e são moldadas pelas práticas culturais, econômicas e sociais das populações que habitam o local. Esse processo de antropização pode incluir transformações causadas pela agricultura, urbanização, construção de infraestrutura, e até práticas mais sutis, como o manejo de recursos naturais por populações tradicionais. (As referências gerais deste capítulo encontram-se no final do livro)

Estas interações entre sociedade e natureza inscrevem-se na própria constituição da paisagem, criando um território que incorpora múltiplas camadas históricas de uso e ocupação humana. Da preservação estratégica de matas para proteção de nascentes até a transformação de áreas naturais em pastagens ou monoculturas, cada decisão e intervenção humana deixa marcas duradouras no tecido ambiental. Assimilar uma paisagem, portanto, requer uma leitura que integre tanto o desvelamento da estrutura ecológica original quanto os processos históricos de modificação através da ocupação humana. Esta sobreposição de elementos naturais e culturais compõe uma narrativa elaborada de adaptação mútua: enquanto as sociedades humanas transformam o ambiente para atender suas necessidades, também precisam adaptar suas práticas às possibilidades e limitações impostas pela natureza.

O estudo de uma paisagem envolve entender ou se aproximar de sua ecologia original e das transformações causadas pela intervenção humana. Isso significa investigar o estado natural da região antes da chegada humana, identificando elementos como a vegetação nativa, o relevo, os cursos d'água, o clima e as espécies que ali habitavam. A ecologia original é o ponto de partida para elucidar como o ambiente funcionava sem interferência externa, com suas dinâmicas naturais de sucessão ecológica, interações entre espécies e os ciclos de nutrientes. Ao lado disso, é preciso também analisar as modificações humanas, que podem ser tão antigas quanto a presença indígena, com práticas como a coivara (técnica agrícola de queima e cultivo), o manejo de campos e florestas, e a ocupação de áreas ribeirinhas. Esses elementos refletem o modo como diferentes grupos humanos entenderam, usaram e transformaram a paisagem. Para isso, seria necessário recriar e reapropriar o que existia antes das transformações, seja por causas naturais ou humanas, para que possamos perceber a biodiversidade original, a cobertura vegetal, o regime de águas e até os climas microrregionais. Desde as modificações sutis nas paisagens, como o desmatamento seletivo ou a construção de roças, até mudanças mais significativas, como o surgimento de cidades e infraestrutura agrícola e industrial. Muitas transformações antropogênicas deixam marcas permanentes ou de longa duração no ambiente. Por exemplo, o uso intensivo da terra pode levar à erosão, a extinção local de espécies ou à modificação de regimes hidrológicos. Algumas paisagens, mesmo após a intervenção

humana, podem mostrar alta capacidade de regeneração, como ocorre em algumas áreas de floresta secundária.

As transformações introduzidas pela ocupação humana na paisagem criam uma exposição densa de adaptação, impacto e coexistência entre o homem e a natureza. Cada grupo humano, ao ocupar um determinado espaço, interage com o ambiente, modificando-o conforme suas necessidades e conhecimentos, adaptando-se às limitações e recursos oferecidos pelo meio. As populações humanas se adaptam à geografia, ao clima e aos recursos disponíveis. Em regiões áridas, por exemplo, desenvolveram-se técnicas de irrigação e cultivo que maximizam o uso da água, enquanto em áreas florestais densas, o manejo sustentável das matas permitiu a sobrevivência de grupos por longos períodos. Essa adaptação também inclui a seleção de espécies vegetais e animais que são mais adequadas ao ambiente local, criando paisagens culturais como os terraços agrícolas ou as florestas manejadas. A intervenção humana, muitas vezes, provoca acentuadas mudanças ecológicas. Desmatamento, introdução de espécies exóticas, agricultura intensiva, mineração e urbanização são exemplos de práticas que transformam a paisagem. Por outro lado, o impacto também pode ser positivo, com a criação de novas formas de convivência com o meio, como a agrofloresta ou a preservação de áreas naturais dentro de paisagens produtivas. A relação entre homem e natureza nem sempre é de exploração ou destruição. Em muitas culturas tradicionais e indígenas, essa relação é marcada por um senso de interdependência, onde práticas sustentáveis de manejo garantem a manutenção do equilíbrio ecológico ao longo do tempo. O conhecimento ecológico tradicional inclui técnicas como o manejo de fogo controlado, a rotação de culturas e o uso de plantas medicinais, que preservam a biodiversidade e os recursos naturais. Em sociedades modernas, há um crescente reconhecimento da necessidade de práticas sustentáveis que promovam a coexistência, como a criação de corredores ecológicos, reservas legais e áreas de preservação ambiental.

A paisagem pode ser vista como um documento histórico, pois cada intervenção humana deixa traços visíveis ou simbólicos que carregam informações sobre a sociedade que os produziu. Assim como os documentos escritos, as paisagens registram eventos, transformações e interações ao longo do tempo, permitindo que sejam "lidas" por estudiosos interessados em compreender a história ambiental, cultural e social de uma região. Além disso, a paisagem carrega significados culturais e simbólicos que se constroem ao longo do tempo. Certos locais ganham valor como marcos de identidade ou espiritualidade, como montanhas e rios sagrados ou monumentos culturais que registram a presença humana de forma duradoura. As intervenções no território - dos sistemas agrícolas tradicionais às infraestruturas modernas - materializam as escolhas tecnológicas, econômicas e sociais de cada período histórico.

Assim como um arqueólogo lê camadas de ocupação em um sítio arqueológico, um estudioso da paisagem pode identificar diferentes períodos de ocupação humana em uma mesma região. Uma área de floresta secundária, por exemplo, pode esconder vestígios de ocupação agrícola anterior, que por sua vez sobrepôs-se a paisagens de caça e coleta. Isso cria uma estratificação temporal onde múltiplas épocas e suas intervenções estão sobrepostas, poderando as mudanças nas relações humanas com o espaço ao longo do tempo. O exame das paisagens permite reconstruir cenários do passado. Geógrafos, arqueólogos e historiadores usam as feições atuais da terra para captar como uma região foi modificada ao longo dos séculos. Mapas antigos, imagens aéreas e até as narrativas orais ajudam a entender as mudanças na cobertura vegetal, no uso do solo, e até as rotas de

comércio e ocupação. Estudar a paisagem com essa perspectiva desvela o passado ambiental e cultural, indiciando pistas sobre como comunidades futuras poderão interagir com o mesmo espaço.

Os caminhos indígenas, as técnicas agrícolas tradicionais e a construção de cidades exemplificam como as ações humanas transformam o espaço, deixando marcas físicas e alterações invisíveis. Caminhos indígenas moldaram estradas modernas, aproveitando a geografia local e promovendo a dispersão de plantas e o intercâmbio cultural. As cidades, por sua vez, trazem transformações ecológicas invisíveis, como impermeabilização do solo, ilhas de calor e alterações na biodiversidade, além de carregarem valores culturais e simbólicos, com espaços públicos e monumentos que criam identidades coletivas.

A construção de cidades é talvez a forma mais evidente de transformação do espaço. As paisagens urbanas alteram completamente o território, substituindo florestas, rios e campos por edifícios, ruas e infraestrutura. O crescimento das cidades é marcado por mudanças no relevo (nivelamento de terrenos), alteração de cursos de água (canalização de rios) e a supressão de vegetação para a criação de bairros e centros urbanos.

O termo *feição*, substantivo feminino, refere-se à aparência ou aspecto exterior de algo, sua forma ou configuração. Pode ser utilizado para descrever tanto a aparência física de objetos quanto o delineamento da fisionomia humana. No contexto mais amplo, "feição" também pode indicar a maneira como algo se apresenta ou adquire determinadas características. Pode ser aspecto visível de algo; o modo como algo é percebido. Ou mesmo, a forma ou configuração que um objeto ou ser possui, ou que adquire ao longo do tempo. Pode-se pensar no delineamento ou contorno do rosto ou da fisionomia de uma pessoa. Também, pode ser usado para descrever o "aspecto" ou "caráter" de uma situação, evento ou circunstância, como "o caso adquiriu nova feição". A palavra vem do latim *factionem*, que significa "ação", "fazer" ou "produzir", o que remete à ideia de algo feito, configurado ou moldado. Assim, "feição" pode se aplicar tanto a descrições físicas quanto a contextos mais abstratos, como o caráter ou a direção que algo assume.

As feições de uma paisagem constituem o resultado de sucessivas interações entre sociedade e ambiente, cada qual deixando suas marcas específicas no território. No caso do território paulista, desde os tempos coloniais da América Portuguesa até o Brasil Imperial e Republicano, as transformações e apropriações desse espaço foram moldadas por uma sucessão de eventos, práticas e movimentos que continuamente redimensionaram as fronteiras do sertão e do litoral. Na trajetória dos navegadores e viajantes, o contato com a vegetação, a terra, a fauna e as aves do território que exploravam foi uma experiência de descoberta e adaptação. Esses exploradores, movendo-se por água e por terra, tiveram que interagir diretamente com um ambiente natural muitas vezes desconhecido e desafiador. O Brasil, com sua vastidão e diversidade ecológica, oferecia um cenário imponente e, ao mesmo tempo, perigoso. Os navegadores que seguiam as rotas fluviais enfrentavam rios como o Tietê, o Paraíba e o Paraná, cujo curso serpenteava por regiões de mata fechada, com corredeiras e trechos difíceis de transpor. A vegetação densa que margeava os rios, composta por matas ciliares exuberantes, abrigava fauna, incluindo animais selvagens, e criava barreiras físicas e psicológicas para os viajantes. Era preciso aprender a lidar com os perigos ocultos e as doenças tropicais, como a malária, enquanto navegavam por essas águas. Por terra, os viajantes que desbravaram o sertão, enfrentaram uma paisagem variada que incluía cerrados, matas atlânticas e campos abertos. A vegetação nativa, com seu misto de árvores imponentes e trechos de mata densa, disponibilizava tanto

recursos quanto obstáculos. As árvores eram aproveitadas para construção e combustível, enquanto os caminhos que cruzavam as florestas eram moldados pelos traços dos indígenas, que já conheciam bem os atalhos entre as grandes extensões de terra.

O contato com a fauna foi outro ponto crucial na experiência desses viajantes. No Brasil colonial e imperial, a diversidade de animais silvestres, desde grandes predadores, como onças e jaguatiricas, até aves silvestres, como papagaios e tucanos, impressionava e, ao mesmo tempo, desafiava os viajantes. A caça fornecia alimentação e peles, mas o enfrentamento com animais selvagens também representava um risco constante. A observação e a captura de animais, especialmente aves, era parte do cotidiano de exploradores e colonizadores, que viam nos recursos naturais uma forma de subsistência e enriquecimento. As aves, em particular, tornaram-se um símbolo da fauna brasileira e foram amplamente registradas pelos viajantes europeus, como os cronistas e naturalistas que acompanhavam as expedições. As cores vibrantes e a abundância de espécies eram algo nunca antes visto na Europa, e suas descrições foram fundamentais para compor a imagem original e exótica do Novo Mundo. Ao longo dos caminhos e nas clareiras abertas pela colonização, essas aves habitavam os céus, seus cantos e voos servindo tanto de encantamento quanto de alerta para a presença de seres humanos. Assim, nas trajetórias por água e por terra, os navegadores e viajantes modificavam o ambiente ao interagir com a vegetação, a terra, a fauna e as aves, traçando os primeiros mapas mentais e físicos do que viria a ser o território paulista. Ao mesmo tempo, eles eram transformados por esses encontros, nos quais aprenderam a manejar e a utilizar os recursos do ambiente para sobreviver e expandir as fronteiras do Brasil. Essas experiências moldaram não só a paisagem, como também a percepção do território e o imaginário em torno das terras desconhecidas.

O "caminho que caminha", essa metáfora que evoca a constante viagem, considera o processo dinâmico de ocupação, exploração e expansão territorial. Os primeiros navegadores e bandeirantes, ao percorrerem por terra e água, encontraram desafios físicos — a densa vegetação atlântica, os cerradões, os rios caudalosos, os morros íngremes, as escarpas — e também desafios simbólicos e culturais, na medida em que interagiam com populações indígenas e incorporavam conhecimentos locais. As feições desse território não são apenas físicas; elas contêm uma trama de avanços e recuos, de encontros e desencontros. Ao desbravar o sertão, os colonos, viajantes e aventureiros tinham que aprender a negociar com as características naturais do espaço. As terras paulistas, de matas densas e várzeas férteis, criavam oportunidades e obstáculos. As grandes extensões de "cintas largas de terras boas" foram primordiais para a expansão agrícola e pecuária, enquanto os "mato ralo", campinhos e regatos propiciaram modos de vida mais diversificados.

Quando pensamos em Jaú, sua posição central no estado de São Paulo representa um ponto-chave na trajetória de interiorização e conquista. O Jaú nascente, situado nas bordas do antigo sertão, tornou-se um ponto de passagem e assentamento durante o avanço das frentes econômicas dos séculos XIX e XX. O rio Tietê estruturou a ocupação do território e as rotas de transporte, estabelecendo conexões entre o interior e o litoral que viabilizaram o escoamento da produção agrícola, em específico durante a expansão cafeeira. As escarpas dos morros de Araraquara e da Serra de Araraquara (ou Serra de Brotas) de início representaram um obstáculo, e momento posterior, tornaram-se um caminho viável, graças ao rio Jacaré-Pepira e ao ribeirão denominado Jaú.

As feições do território modificaram-se de forma tanto visível quanto imperceptível. Os nevoeiros, barrancos, morros e escarpas que trouxeram à tona a dureza física desse espaço e

simbolizaram as barreiras que tiveram que ser superadas pelos que se aventuraram nessas terras. Cada intervenção — o desbravamento de uma nova área de cultivo, a construção de estradas de ferro, a fundação de um novo povoado — deixaram marcas indelévels na paisagem, porém, além da tomada física do território, houvera também o simbólico: a ideia de civilização avançando sobre o sertão, a expansão das fronteiras do Brasil, o surgimento de uma identidade regional. As rotas dos viajantes, as monções pelos rios, picadões e estradas que se estabeleciam formaram redes de transporte e de conhecimento e cultura, conectando o interior paulista a outras regiões.

A transformação e a apropriação do meio envolveram um processo contínuo de adaptação: o cultivo do café, a extração de madeira, a criação de gado, tudo isso moldou a paisagem física e social de São Paulo. O sertão que antes parecia inóspito com seus mosquitos, suas febres palustres, seu rio traiçoeiro, o indígena como anteparo foi sendo ocupado, dividido e transformado em fazendas produtivas. As cidades cresceram, os rios foram modificados e o ciclo natural da terra deu lugar a um sistema econômico capitalista em expansão. A ocupação deste território, materializada através do cultivo, da construção e do assentamento, constituiu um processo de transformação da paisagem local. O território paulista, com suas feições variadas, é testemunha de uma longa jornada de interação entre o homem e a natureza, onde o real, o simbólico e o projetado se entrelaçam continuamente moldando o espaço que habitamos. O território e suas feições são, portanto, tanto físicos quanto culturais, uma intersecção onde as ações humanas deixam traços duradouros e a paisagem responde, adaptando-se e sendo moldada, impondo seus próprios ritmos e desafios.

“Há ainda hoje, veredas indígenas de muito trânsito, onde se deparam, aqui e ali, instrumentos de cozinhar e moquear, canoas, choças, redes, cabaças de apanhar água; tudo rigorosamente previsto para as conveniências de um constante percurso. A presença de tais petrechos faz supor, naturalmente, cuidadosa escolha do local - sítios onde existam rios piscosos, ou lagrimais, ou barreiros que atraem a caça.”

“(…) diante dos rios maiores, rios de canoa, como se chamavam, era forçoso interromper a marcha a pé. E também não faltavam ocasiões em que os rios, deixando de significar um estorvo para o caminhante, se transformavam, eles próprios, em caminhos - os "caminhos que andam".

(Sergio Buarque de Holanda no capítulo 1 - Os caminhos do Sertão na obra **Monções**, p.18, 3ª edição, 1990, p.18)

Essas feições do território emergem nas trajetórias dos navegadores e viajantes, que se moviam por rios e por terra. Os rios, como descreve Sérgio Buarque de Holanda, não eram apenas empecilhos, mas verdadeiros "**caminhos que andam**", usados pelos indígenas e depois pelos colonizadores para avançar pelo sertão. O rio, portanto, deixa de ser uma barreira e se transforma em uma via de expansão, de ocupação e de mobilidade. As viagens fluviais assinalam um ambiente que, embora imponente, foi aos poucos desvendado pela presença humana, seja pela caça, pela pesca ou pela exploração dos recursos naturais.

Os caminhos terrestres seguiam as veredas indígenas, trilhas formadas pelo uso contínuo, moldadas pelo conhecimento das condições naturais, como o acesso à água, à pesca e à caça. A presença de instrumentos e estruturas simples, como choças, redes e cabaças, indicava a adaptação a um modo de vida em constante movimento, configurando uma interação com o meio onde cada recurso tinha seu valor. A paisagem que os viajantes encontravam - com suas áreas de vegetação

esparsa, campos abertos e escarpas - carregava marcas da presença indígena e sinalizava as possibilidades de ocupação colonial.

A chegada dos colonizadores, com seus ideais e necessidades de ocupação e povoação, alterou de maneira intensa a dinâmica das terras, convertendo espaços que antes pertenciam à natureza em áreas produtivas, com a instalação de fazendas, roças e povoados. Atravessando regatos e enfrentando morros, os viajantes que moldaram Jaú trouxeram consigo a marca de uma ocupação que alterava o espaço, e ainda criava novas relações com o território, estabelecendo uma nova inserção na paisagem. Dessa forma, as feições da paisagem paulista são, ao mesmo tempo, herança e projeção. As veredas, os rios e as terras contam uma história de exploração, de adaptação ao ambiente, e de criação de novas dinâmicas sociais e econômicas, que ainda hoje conformaram o território e projetaram seu imaginário.

Com a chegada do adventício, seja europeu ou brasileiro a essas plagas, o processo de ocupação e reconfiguração das paisagens ganhou novas camadas de diversidade. O contato inicial com os indígenas — chamados pelos colonizadores de "negros da terra" — se deu pela imposição da força e pela apropriação dos saberes e costumes desses povos nativos, indispensáveis para a sobrevivência e a exploração dos recursos naturais. Os colonizadores europeus perceberam que a vasta e inóspita terra do sertão exigia mais do que coragem. Era necessário dominar as sutilezas do ambiente, e, para isso, recorriam ao conhecimento indígena. Os indígenas, com sua expertise em caçadas, trilhas, coleta de alimentos e uso medicinal de plantas, serviam como guias involuntários no processo de conquista e ocupação. Sua língua, seus nomes para rios, montanhas e plantas passaram a fazer parte da narrativa dos viajantes e colonizadores, que, embora inicialmente vistos como forasteiros, se assentaram e forjaram o território com base nas contribuições e no trabalho compulsório dos nativos. O trabalho indígena, porém, mostrou-se insuficiente para atender às crescentes demandas da economia colonial. Com a expansão da ocupação colonial pelo sertão e o avanço das fronteiras de povoamento, o trabalho africano escravizado passou a modificar a organização territorial da região. Os africanos, com seu imenso saber ancestral sobre agricultura, mineração e construção, foram vitais nas grandes empreitadas econômicas e infraestruturas. Enquanto os indígenas abriram os primeiros caminhos nas matas e montanhas, os negros africanos e seus descendentes edificaram as fazendas, construíram engenhos, abriram pastos, levantaram as cidades e plantaram as culturas que sustentaram a economia colonial e imperial.

Nas franjas desse processo, estavam os mestiços, os negros libertos e os indígenas que sobreviviam à escravidão ou ao alijamento de suas terras ancestrais. Eram essas populações marginalizadas que, muitas vezes, continuavam a desempenhar diversos papéis no cotidiano da vida rural e urbana, embora invisibilizadas pela narrativa oficial. As técnicas de cultivo, de caça e de sobrevivência transmitidas entre gerações resistiam, nas margens do sistema, sustentando pequenas economias de subsistência que, por sua vez, alimentavam a grande máquina produtiva colonial. Esse tripé de forças — o europeu, o indígena e o africano — formou a base sobre a qual o território paulista e suas paisagens se configuraram ao longo dos séculos. A paisagem, agora transfigurada, traz as marcas dessa interação, na qual a vegetação nativa foi substituída por roças, pastos e engenhos, e onde o movimento de ocupação deixou suas cicatrizes no solo. O uso intensivo da terra, a exploração dos recursos e a apropriação cultural dos saberes nativos foram acompanhados pela violenta dominação e subjugação dos corpos indígenas e africanos, cujas contribuições, muitas vezes

esquecidas, estão impregnadas nas feições da terra. Assim, a paisagem paulista e a do sertão são, ao mesmo tempo, testemunho e memória dessa ocupação brutal e artilosa, onde cada rio, cada monte, cada clareira fala tanto dos povos que ali habitavam, quanto daqueles que chegaram, apreendendo e alteraram o espaço de acordo com seus interesses e ambições. Atravessados por rios e estradas, os homens e mulheres que modelaram o sertão o fizeram à custa de um legado de resistência, adaptação e transformação, deixando para trás um território que ainda ecoa as vozes, os braços e os saberes daqueles que por ali passaram, compondo a terra com suor, sangue e memória.

Ao descrever e acentuar os caminhos rumo ao sertão desconhecido, Sérgio Buarque de Holanda explicita duas possibilidades para o europeu ou para o nascido nesta terra desenvolver a penetração no Planalto Paulista, mais propriamente no século XVIII. A primeira seria o trajeto por terra nas picadas feitas por indígenas ao longo de séculos e a segunda pelo deslocamento por rios com capacidade de navegação como o rio Tietê que se mostrou propício antes e após descoberta de minas de ouro em 1719 em Cuiabá.

Mario Neme em sua obra *Aposseamento do Solo e Evolução da Propriedade Rural na Zona de Piracicaba*, enumera duas entradas terrestres baseadas em caminhos indígenas. Uma rumo ao Norte feita por *Anhangüera* (Bartolomeu Bueno da Silva Filho - segundo Anhanguera - viveu entre 1672 e 1740) a procura de ouro em Goiás e Minas Gerais no século XVIII e a outra o que viria a ser chamado de Picadão de Cuiabá desenvolvido sob a liderança de *Luís Pedroso de Barros* na década de 1720 a partir da localidade que viria a ser chamada de Piracicaba ou mesmo Villa da Constituição.

A partir de 1721, o Governador Geral da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes lançou uma convocação para a abertura de um caminho por terra para as minas de Cuiabá alcançando o rio Grande (assim denominado na época o rio Paraná). Luís Pedroso de Barros aceitou a incumbência desenvolvida entre 1723 e 1724. Primeiro como apregoa, Sermo Dorizotto em seu livro *Os Primórdios de Piracicaba*, uma tentativa de Piracicaba rumo aos Campos de Araraquara (região do sertão desconhecido) passando pela localidade que mais tarde seria conhecida como São Pedro e pela Serra do Itaqueri. Ao apontar a dificuldade, o Governador Geral desconfiou e cobrou as dúvidas inerentes ao processo em curso em relação a Luís Pedroso de Barros com a pertinente constatação nos documentos encontrados em correspondências oficiais. O trabalho é retomado e podemos assim conhecer:

“Nesta última tentativa caminhou mais para o norte orientado pelo Rio Corumbataí, subindo o espigão da margem direita, para não haver necessidade de construção de pontes. O Picadão buscou o Porto de Recreio, caminhando entre as cabeceiras dos ribeirões Limoeiro e Caiapiá, conservando o caminho mais seco e transitável na época das chuvas. No Porto Recreio atravessou o Corumbataí subindo pela margem esquerda e depois de cruzá-lo novamente, margeou seu afluente Passa-Cinco e bandeou para os lados de Itaqueri; atravessando os hoje municípios de Ipeuna e Itirapina, contornando a parte mais íngreme da Serra de São Pedro e do Itaqueri, buscando Brotas e os então já conhecidos saltos de Avanhadava e Itapura.” (DORIZOTTO, Sermo. *Os Primórdios de Piracicaba*. Piracicaba: IHGP, 2008, p.40)

As proibições do Picadão, iniciadas sob Rodrigo César de Menezes e intensificadas por Caldeira Pimentel em 1730, constituem um episódio significativo dos conflitos administrativos coloniais. Na abertura do caminho, Luís Pedroso de Barros havia combinado expertise técnica - considerando a navegabilidade dos rios e a transposição de obstáculos naturais - com articulações

políticas e econômicas locais. O posterior fechamento desta rota, favorecendo caminhos alternativos e o comércio litorâneo, alterou a organização econômica da região, demonstrando como as decisões administrativas moldavam a ocupação do território colonial.

Em 1770, sob ordens do Morgado de Mateus, governador da Capitania de São Paulo, iniciou-se a reabertura de um importante caminho pelo interior paulista. Embora o plano original previsse a abertura desde Sorocaba até Iguatemi, por sugestão de Antonio Correia Barbosa o trajeto foi alterado para passar por Piracicaba e campos de Araraquara, em direção ao rio Grande, seguindo antigas rotas dos descobridores. A execução do projeto, conduzida por Correia Barbosa com auxílio de Luís Vaz de Toledo Piza, foi relativamente rápida, avançando cerca de 50 quilômetros em apenas quatro meses, até alcançar o salto do Avandava. Os trabalhos, interrompidos no início de novembro devido às chuvas, revelaram que o caminho já era bastante utilizado desde os tempos de Rodrigo César, sendo percorrido por diversos meios de transporte, como tropas cargueiras, juntas de bois, cavalos, burros e carretas. (Neme, 1974, p.45)

O desenvolvimento da navegação fluvial ao longo do rio Tietê emergiu como um elemento decisivo nesse contexto. Em Porto Feliz, ponto de embarque das monções, a construção de embarcações trouxe consigo a progressiva destruição das matas circundantes, expondo as marcas ambientais do processo colonizador. Ao longo do século XVIII, com o declínio da mineração, a rota terrestre recuperaria sua relevância, permanecendo, contudo, sujeita às flutuações econômicas e às políticas fiscais da Coroa."

Ao tratar sobre o assunto, Sérgio Buarque de Holanda em *Monções* coloca assim tal situação:

Para encontrar paus de lei e de canoas, saíam os homens pelos braços dos rios, internando-se nos matos meses a fio. De uma povoação - a atual cidade de Piracicaba - sabe-se mesmo que só conseguiu vingar, nos primeiros tempos de seu estabelecimento, depois que os moradores se dedicaram a fabricar e vender canoas, aproveitando para isso as matarias espessas e quase intactas que orlavam seu rio. (HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.47)

A interiorização do Brasil colonial, propriamente no século XVIII, constituiu um processo multifacetado nas interfaces entre sociedade e natureza. Na obra *Caminhos e Fronteiras*, Sérgio Buarque de Holanda apresenta esta elaboração ao descrever os pioneiros de Piracicaba, que transformavam as 'matarias espessas' em canoas para comércio - uma manifestação tangível da detida interação entre colonizadores e ambiente natural.

A narrativa tradicional do "vazio" territorial anterior à chegada europeia se desfaz diante das evidências de uma ocupação e penetração indígena. Os povos originários habitavam estas terras e haviam desenvolvido um conhecimento ambiental que se tornaria necessário para a própria sobrevivência dos colonizadores. Sua expertise se manifestava na navegação fluvial, no reconhecimento de recursos naturais e, principalmente, na estruturação das primeiras vias de comunicação terrestre. Os picadões e trilhas, mais que simples caminhos, constituíam uma rede de conhecimento territorial que viabilizou a posterior expansão colonial.

A chegada dos bandeirantes e exploradores, as chamadas 'ocupações adventícias', trouxe uma nova dinâmica à interação com a paisagem e os povos nativos. Os bandeirantes, embora

conhecidos como desbravadores do interior, tinham como um dos objetivos, o apresamento de indígenas para escravização, estabelecendo uma relação marcada pela violência sistemática, mesmo quando os colonizadores dependiam da colaboração dos nativos para navegação e conhecimento dos caminhos.

Case Watkins e Robert Voeks, em *A Mata Transatlântica: Afrodescendentes e transformação socioecológica no litoral da Bahia*, analisam como africanos e afrodescendentes, cativos e libertos, participaram ativamente deste processo de interiorização. Sua pesquisa documenta a atuação destes grupos em diferentes contextos - das monoculturas de exportação aos quilombos e mocambos, das hortas de subsistência às práticas de resistência cultural. Através destas atividades, afrodescendentes modificaram os ecossistemas coloniais e preservaram elementos de suas tradições alimentares, espirituais e medicinais.

A adaptação dos colonizadores ao meio natural dependia do conhecimento local da flora e fauna. Tanto indígenas quanto africanos contribuíram com esse saber, permitindo a ocupação de regiões até então pouco conhecidas pelos europeus. A adaptação ecológica a esses ambientes foi um processo de aprendizagem e transferência de conhecimentos entre culturas, ainda que em um contexto de violência e dominação.

O processo de interiorização sobrepuja a simples expansão europeia, envolvendo relações complicadas - e frequentemente violentas - entre diferentes grupos sociais. O sistema colonial, marcado pelo apresamento e pela coerção, incorporou e dependeu dos conhecimentos territoriais de indígenas e das ações dos africanos. Nas monções, esta dinâmica se manifestava através das rotas e técnicas de navegação desenvolvidas por estes grupos.

Nota Avulsa - Evolução da Grafia de Jaú: Uma Perspectiva Histórica

As diferentes grafias do nome da cidade de Jaú ao longo dos séculos XIX e XX acompanham as transformações do português brasileiro. As grafias 'Jahú' e 'Jahu', utilizadas em diferentes períodos, relacionam-se tanto às convenções ortográficas quanto aos contextos culturais e institucionais de cada época. No século XIX e início do século XX, a grafia "Jahú" era amplamente utilizada em documentos oficiais e publicações, como o *Almanack do Jahú*. Essa forma ortográfica alinhava-se às convenções da época, que priorizavam o uso do "h" em palavras de origem indígena e em contextos formais. Memorialistas como Tolentino Miraglia e Hilário Freire adotaram essa grafia em suas obras, consolidando-a como referência documental do período.

O início do século XX trouxe um período de transição, no qual a grafia "Jahu" passou a ser mais frequente, especialmente em publicações jornalísticas e textos menos formais. Essa mudança gradual acompanha um movimento mais amplo de simplificação ortográfica da língua portuguesa. Obras do período, como as de Tito Lívio Ferreira, ilustram essa fase de transição, apresentando variações entre as duas formas. A Reforma Ortográfica de 1943 marcou um ponto decisivo ao estabelecer "Jaú" como grafia oficial, eliminando o uso do "h" em conformidade com as novas regras de simplificação do português brasileiro. Ainda assim, algumas publicações posteriores mantiveram as grafias anteriores em contextos históricos específicos, preservando a memória das transformações ortográficas da cidade.

As alterações na grafia de Jaú inserem-se no processo mais amplo de modernização e padronização da língua portuguesa no Brasil. As diferentes formas de escrita do nome da cidade correspondem a momentos específicos da história local e das convenções linguísticas brasileiras. Esta dimensão histórica ganhou nova ambiguidade com a Lei nº 4.627, de 2 de agosto de 2011, que determinou o uso da grafia "Jahu" em documentos oficiais da cidade. Esta legislação local, ao estabelecer uma forma ortográfica específica para reforçar tradições culturais e identitárias, criou uma situação singular em que práticas linguísticas locais divergem das normas ortográficas nacionais. A legislação municipal que estabeleceu a obrigatoriedade do 'h' em documentos oficiais da cidade enfatiza a tensão entre preservação de elementos histórico-culturais e padronização linguística. Esta determinação local sobre a grafia criou desafios práticos na comunicação com outras esferas administrativas e instituições externas ao município.

Primeiro vamos pelas veredas indígenas

*Qualquer caminho leva a toda parte.
Qualquer ponto é o centro do infinito.
E por isso, qualquer que seja a arte
De ir ou ficar, do nosso corpo ou 'spr'rito,
Tudo é 'stático e morto. Só a ilusão
Tem passado e futuro, e nela erramos.
Não há 'strada senão na sensação
É só através de nós que caminhamos.*

Fernando Pessoa

Os caminhos terrestres desenvolvidos nas entradas e bandeiras sempre se basearam nas trilhas deixadas pelos nativos da terra. As expedições realizadas por paulistas e outros exploradores muitas vezes se valeram da experiência adquirida ao longo do tempo pelos indígenas, que constituíam boa parte desse contingente. Além de utilizarem os caminhos previamente trilhados, esses exploradores também se beneficiavam do conhecimento indígena sobre os recursos disponíveis nas paragens, como apontam os documentos históricos e a bibliografia mais detida sobre o tema.

Para Gloria Kok, em *Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa*, as técnicas e práticas utilizadas pelos bandeirantes paulistas no desbravamento do sertão foram de maneira intrínseca baseadas em conhecimentos indígenas. O "marchar à paulista" era uma estratégia de locomoção típica, herdada dos povos nativos, que envolvia longas caminhadas a pé, sem o uso de calçados, imitando o modo de vida indígena. Em carta de 1676, o cabildo de Assunção do Paraguai apresenta os paulistas como 'jovens descalços com espingardas e alfanges', caracterização que sugere sua adaptação ao ambiente sertanejo. Ademais, a língua-geral (tupi) era predominante nas bandeiras, o que contribuiu para a difusão de nomes indígenas por onde os bandeirantes passavam. Segundo Teodoro Sampaio, os paulistas nomeavam rios, montanhas e povoados usando termos tupis, perpetuando a influência linguística indígena no território. (1)

Nas pesquisas de Sérgio Buarque emerge uma significativa prática indígena de orientação espacial: o *caapeno* ou *cuapaba*, técnica que consistia em marcar caminhos através da quebra sistemática de pequenos ramos das árvores, criando sinalizações para as rotas de ida e volta.(2) Esta metodologia nativa de navegação florestal não permaneceu restrita aos povos originários - os sertanistas a incorporaram e modificaram, estabelecendo-a como parte de um sistema mais extenso de delimitação territorial.

Com o avanço da colonização, novos elementos se somaram a este repertório de sinalizações: cruzeiros rudes, pedras com gravações, inscrições celebrando a Coroa Portuguesa e até mesmo sepulturas passaram a funcionar como pontos de referência no sertão. Estas práticas cumpriam uma dupla função: tornavam o território mais legível para os colonizadores enquanto materializavam simbolicamente a expansão da fé cristã e da autoridade colonial.

A formalização deste conhecimento territorial alcançou novos patamares com sua incorporação às práticas oficiais. Os engenheiros militares em expedições científicas e demarcatórias - como se observa no mapa de André Vaz Figueira de 1754 - sistematizaram estas técnicas de marcação. Este processo de institucionalização se estendeu até o início do século XIX, quando os cartorários das câmaras municipais da Província de São Paulo, ao elaborar cartas de sesmarias, mantiveram a prática de usar árvores, pedras e marcos naturais do terreno como referências para delimitar divisas.

Sebastião Teixeira em *O Jahú em 1900*, assinala esse legado deixado pelo indígena:

Antonio Dutra —tal era o nome do temido fascinora—, para fugir á acção da justiça embrenhara-se pelas matas, em cujo seio estaria ao abrigo d'aquella que o procurava chamar a contas. E, a esmo, sem destino, caminhara, caminhara sempre, tendo porem o cuidado de assignalar mais ou menos indelevelmente os logares por onde passava, com o intuito, já se vê, de voltar ao seu lar quando lhe aprouvesse.

Atravessara o Jacaré-pupira e, caminhando sempre, viera arrancar-se proximo a um córrego á margem direita do Jahú, onde, hoje, se acham as olarias dos irmãos Coradi, logar conhecido pela denominação de Fazenda Velha, nos suburbios desta cidade.

Ahi abrira uma clareira onde cultivara plantas leguminosas para juntamente com as caças servirem-lhe de alimento.

Sem alma para sentir algum remorso, encontrava-se bem no seu retiro selvático, cercado de animaes bravios, aos quaes não podia temer... (3) (Grifo meu)

As pesquisas de Kok iluminam um aspecto marcante da história colonial brasileira: o sistema de orientação desenvolvido pelos povos indígenas. O jesuíta Fernão Cardim registrou com admiração as habilidades sensoriais extraordinárias dos nativos, que navegavam pelo sertão com uma destreza que conjugava aguçada percepção visual, auditiva e resistência física. Este sistema de orientação se baseava em um entendimento dos movimentos solares, configurações astrais e padrões naturais do território.

Gabriel Soares de Sousa capturou em seus escritos a maestria dos tupinambás na exploração territorial, documentando casos surpreendentes de navegação através de territórios inexplorados por longas distâncias. Jaime Cortesão, em sua interpretação histórica, caracterizou estas habilidades como uma combinação única de 'visão telescópica' e 'memória visual' extraordinária - capacidades que tempos depois se incorporaram às práticas dos sertanistas.

A sofisticação do conhecimento espacial indígena se manifestava também em sua capacidade de representação cartográfica, documentada por diversos estudiosos. Karl Von den Steinen presenciou a habilidade de um líder *Suiá* em reproduzir na areia o complexo sistema fluvial do Alto Xingu e seus afluentes. De forma similar, Fritz Krause utilizou mapas elaborados por um *carajá* como guia para localizar comunidades indígenas no Mato Grosso. Alexandre Rodrigues Ferreira declarou como os povos do Rio Branco criavam representações geográficas detalhadas usando cordas ou desenhos na areia. O relato do capuchinho Yves d'Évreux sobre os Tupinambás do Maranhão ressalta sua capacidade de memorizar e reproduzir com precisão tanto marcos geográficos quanto circunstanciais de suas experiências. Estas 'geografias naturais' produzidas pelos povos indígenas na América Portuguesa constituem um sistema engenhoso de conhecimento espacial, que integrava percepção sensorial aguçada, compreensão dos elementos naturais e capacidade de representação territorial.

Esta imagem a seguir é um mapa histórico brasileiro de 1754, criado por André Vaz Figueira, apresentando: um rio principal (Rio Paraná) com seus meandros e afluentes; árvores específicas ("A arvore hé / de jacarandá de casca vermelha"); uma árvore que serviu como ponto de demarcação ("A arvore em que se aparou a cruz que ficou para o sinal dos lugares"); uma cruz talhada em uma árvore; com elementos cartográficos tradicionais: uma rosa dos ventos estilizada no centro do mapa; escala na lateral direita; anotações e legendas em português; pontos de referência marcados por pequenos círculos ou pontos, que representam a vegetação. Há uma representação ampliada do local específico que foi gravada a cruz na árvore. Este mapa é um exemplo da "prática de sinalizar e marcar pontos de orientação" na referida interiorização, combinando elementos naturais (árvores, rios) com marcações artificiais (cruzes) para criar um sistema de navegação compreensível. A legenda da imagem menciona especificamente que estes elementos - pedras inscritas, árvores gravadas, ranchos e sepulturas - eram usados para tornar o ambiente hostil do sertão mais familiar e decifrável aos viajantes.

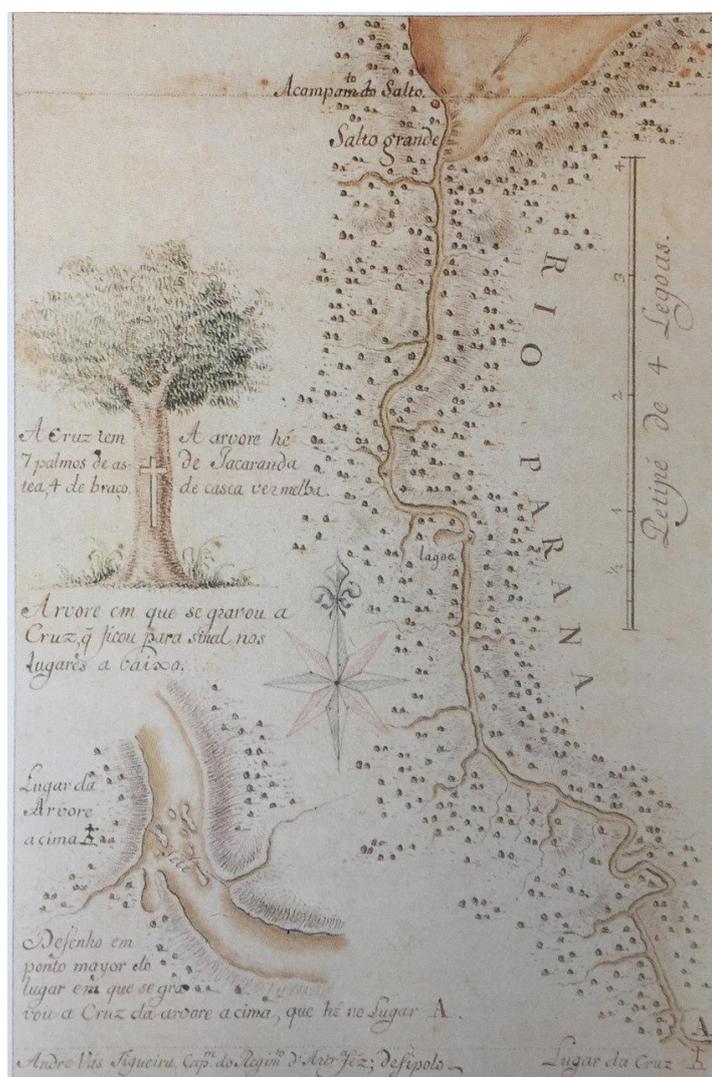


Figura 1 – Capitão André Vaz Figueira (1754)
Detalhes da vista do Salto Grande do Rio Paraná - © Mapoteca do Itamaraty

No Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas, *Affonso D'Escragolle Taunay* mapeia as expedições que partiram de São Paulo durante os séculos XVI e XVII, analisando o papel das bandeiras na expansão territorial e econômica da América Portuguesa. Essas expedições, organizadas por sertanistas e aventureiros, dispersaram-se por diferentes regiões do território colonial com objetivos diversos. O processo de interiorização combinou dimensões geográficas, econômicas e sociais, ampliando a presença paulista e portuguesa na colônia. (4)

As bandeiras tinham como foco a busca por metais e pedras preciosas, além do aprisionamento de indígenas para escravização. Na penetração pelos sertões, os bandeirantes estabeleciam relações violentas com as populações nativas, subjugando-as através de confrontos armados. Essas práticas garantiram mão de obra para atividades agrícolas e de proteção, contribuindo diretamente para o desenvolvimento econômico de São Paulo e seus arredores. As bandeiras também possibilitaram o acesso a áreas antes desconhecidas ou pouco exploradas, promovendo a descoberta de regiões ricas em recursos naturais, como os futuros estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, onde foram encontrados ouro e diamantes.

Por meio do mapeamento das principais rotas e áreas de atuação dos bandeirantes, o autor do *Ensaio Geral* enfatiza que essas expedições foram essenciais para o processo de ocupação e consolidação territorial do Brasil. O raio de ação das bandeiras não se limitou ao sudeste do Brasil; ao contrário, estendeu-se para o sul, o centro-oeste e o norte, alcançando também regiões que hoje pertencem a países vizinhos, como Paraguai, Bolívia e Argentina. Assim, as bandeiras expandiram as fronteiras da colônia muito além do que havia sido inicialmente estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas.

Como assevera Sérgio Buarque de Holanda em *Caminhos e Fronteiras*, os conhecimentos indígenas foram essenciais para o sucesso das expedições bandeirantes. Mesmo que essa colaboração tenha sido, muitas vezes, involuntária ou indireta, os bandeirantes seguiram trilhas já estabelecidas pelos povos indígenas, que as utilizavam para comunicação e deslocamento entre diversas nações. Ao referenciar Orville Derby, Holanda ressalta que os caminhos percorridos pelos sertanistas já eram utilizados pelos indígenas antes da chegada dos europeus, destacando a importância do saber indígena na exploração territorial.

A análise de Holanda sobre a persistência dos caminhos históricos contribui para o entendimento do processo de ocupação territorial brasileiro. As rotas originalmente estabelecidas pelos povos indígenas, posteriormente incorporadas pelos bandeirantes, não desapareceram com o tempo - pelo contrário, muitas delas acabaram sendo incorporadas ao traçado das vias modernas, incluindo as estradas de ferro. A continuidade temporal destes caminhos sugere que sua definição baseava-se no conhecimento específico das características geográficas do território. Os povos indígenas, através de gerações de experiência e observação, identificaram rotas que respondiam às condições naturais do terreno de forma tão eficiente que estas mantiveram sua relevância mesmo diante das transformações tecnológicas nos sistemas de transporte. (5)

O autor examina as estratégias de adaptação desenvolvidas pelos bandeirantes e cabos de tropa em suas expedições. Os registros disponíveis sugerem uma prática recorrente: as longas jornadas eram realizadas a pé e descalços, reproduzindo os modos indígenas de deslocamento. Em seu testemunho, o jesuíta Montoya compara duas experiências de deslocamento: a dos paulistas,

atravessando centenas de léguas por terrenos acidentados, e a dos habitantes de Madri em suas ruas pavimentadas. Tal comparação captura dois aspectos: a familiaridade desenvolvida com o ambiente do sertão e o processo de transformação cultural dos colonizadores em sua adaptação ao interior brasileiro.

Buarque observa a atuação dos povos indígenas na formação dos caminhos e da geografia do Brasil colonial. As atas da Câmara paulistana apontam que esses indígenas eram nômades, sem moradia fixa, características que contribuíram para moldar a "fisionomia da terra" por onde se deslocaram. Sua experiência nos terrenos montanhosos do Vale do Paraíba foi vital para os colonos, tanto na captura de escravizados quanto como guias nas incursões pelos sertões. Os colonizadores europeus apropriaram-se dos caminhos indígenas preexistentes, prática documentada em múltiplas fontes sobre o território brasileiro. As rotas indígenas, segundo documentos coloniais, orientaram a expansão territorial europeia e a localização das concessões de terras.

Esta apropriação dos caminhos indígenas pelos colonizadores faz parte de um processo amplo e antigo de estabelecimento de rotas no território, como acentua Holanda:

“E assim como o branco e o mamaluco se aproveitaram não raro das veredas dos índios, há motivo para pensar que estes, por sua vez, foram, em muitos casos, simples sucessores dos animais selvagens, do tapir especialmente, cujos carreiros ao longo de rios e riachos, ou em direção a nascentes de águas, se adaptavam perfeitamente as necessidades e hábitos daquelas populações. Hábitos a que o europeu e seu descendente tiveram de acomodar-se com frequência nas viagens terrestres e que muitos sertanejos ainda conservam.” (6)

Os caminhos formaram-se através de um processo histórico que integrou a geografia das ocupações humanas e a dinâmica da fauna brasileira. Neste processo, a anta emerge como um agente histórico inesperado - um 'engenheiro natural' cujas trilhas em busca de água estabeleceram rotas posteriormente incorporadas à geografia humana. Esta sobreposição de caminhos desenha uma narrativa de continuidade e adaptação: das trilhas da anta aos percursos indígenas, destes aos trajetos colonizadores e, por fim, às rotas sertanejas. A continuidade destes caminhos até o período da escrita do autor sugere significados além da eficiência prática - representa um conhecimento territorial que perpassa diferentes temporalidades e expressões culturais.

Esse processo de adaptação descortina uma camada específica da ocupação do interior, na qual o meio natural influenciou, e indígenas e colonizadores se influenciaram mutuamente. Um dos maiores desafios enfrentados pelos sertanistas durante suas incursões pelo interior do Brasil foi a questão da água, que se apresentava tanto como obstáculo quanto como recurso vital. Embora os cursos de água, em alguns momentos, dificultassem a marcha, a ausência completa de rios e arroios em certas regiões representava um problema ainda mais grave: a escassez.

A relação com os cursos d'água variava conforme as estações. Durante o período de chuvas, ribeirões e rios cheios criavam obstáculos físicos que demandavam soluções como a busca por pontos rasos (vau), a construção de pinguelas (pontes rudimentares feitas com troncos) ou a fabricação de pirogas e balsas improvisadas para travessias. Por outro lado, na estação seca, embora a locomoção parecesse facilitada pela ausência de travessias, a falta d'água tornava-se um desafio maior. Os mesmos ribeirões que transbordavam na estação chuvosa transformavam-se em leitos

secos e áridos, e a angústia da sede expunha a vulnerabilidade dos sertanistas diante das condições climáticas adversas e da geografia inclemente.

Holanda apresenta um inventário das 'fontes vegetais' que permitem a sobrevivência dos viajantes nos sertões, atestando um conhecimento profundo da flora local:

“Verdadeiras fontes vegetais são, por outro lado, certas castas de cipós que, ao contrário do umbuzeiro e dos cactos, dão preferência ao recesso das florestas espessas. Cortados a jeito e mantidos por algum tempo em posição vertical, esses cipós deixam escorrer boa quantidade de líquido fresco.

(...) Não menos abundante é o líquido que se conserva nos entrenós de algumas variedades de Bambusa. nomeadamente no taquaruçu, cujos colmos atingem por vezes quatro e cinco polegadas de grossura. Aparece em maior quantidade nas bastes mais tenras.

(...) Numa relação das plantas que ajudam a matar a sede e, com isso, contribuíram de algum modo para permitir o conhecimento e a exploração de extensas zonas do território brasileiro, é impossível deixar de mencionar especialmente os caragatás. O vaso natural que compõem as folhas dessa bromélia serve de reservatório para as águas das chuvas, que ali se depositam em considerável quantidade, - muitas vezes de um litro ou mais em cada planta - constituindo valiosíssimo recurso por ocasião das caminhadas em sítios onde escasseiam rios e fontes. Nos lugares rochosos, que formam em regra seu habitat, o caragatá é talvez entre os vários 'poços' vegetais, aquele que pode fornecer maior quantidade de água e, por conseguinte, aquele a que recorre de preferência o viajante sedento. A sua falta é que se procuram os cipós e mesmo os taquarçus e as raízes de umbuzeiro.”(7)

O conhecimento indígena sobre a flora local constituía um sistema integrado de saberes que os sertanistas gradualmente incorporaram em suas práticas. A identificação de plantas como cipós, taquaruçus e caragatás como fontes de água emergia de uma teia de observações e experiências acumuladas ao longo de gerações. Estes vegetais cumpriam múltiplas funções no sistema de navegação territorial: além de fornecerem água em situações críticas, sua presença funcionava como um código natural que orientava a escolha dos caminhos.

A distribuição específica destas plantas no território - como os caragatás em zonas rochosas ou determinadas espécies de cipós em áreas de mata densa - criava um mapa vivo da paisagem. Este conhecimento botânico se transformava em uma verdadeira 'geografia vegetal da água', um sistema de orientação que combinava a localização de recursos hídricos com a navegação espacial. As expedições sertanistas apropriaram-se deste sistema, fundamentado no conhecimento indígena das relações entre vegetação, recursos hídricos e configuração do terreno.

Os antigos roteiros (mapas ou guias de viagem) tinham como elemento central a indicação de fontes de água — córregos, lagoas e nascentes. Essas informações eram cruciais para os sertanistas, que aprenderam, pela experiência, que aparência e sabor nem sempre eram critérios confiáveis para avaliar a qualidade da água. A presença deste recurso condicionou a definição do traçado das estradas e a localização de arraiais e povoados. Viajantes estrangeiros, como Saint-Hilaire e Richard Burton, observaram que a disponibilidade de recursos naturais e a geografia local como fatores propiciadores de ocupação. Como aponta Sérgio Buarque de Holanda, essa escolha não era casual — relacionava-se tanto à maior disponibilidade de água quanto à fertilidade do solo e à

facilidade de acesso, fatores que conceberam os padrões de ocupação do interior brasileiro nos períodos colonial e pós-colonial.

Em *Caminhos e Fronteiras*, Holanda elucida outro elemento na exploração do sertão: o mel silvestre. Abundante nas florestas brasileiras, esse recurso garantiu a sobrevivência dos exploradores, que conseguiam se sustentar por dias apenas com ele. Os sertanistas paulistas mantinham uma relação de dependência com os 'índios meleiros'. Estes especialistas indígenas, equipados com machados e cabaças e detentores de técnicas específicas, ganhavam importância nos períodos de escassez de caça e de palmitos. Seu conhecimento especializado e suas habilidades práticas constituíam elementos para a própria viabilidade das incursões pelo interior.

A história da descoberta da 'Lavra do Sutil' em Cuiabá em 1722 identifica como os saberes indígenas influenciaram inesperadamente o curso da colonização. O episódio se desenrolou quando dois indígenas, a serviço de Miguel Sutil, partiram em uma missão rotineira de coleta de mel. No entanto, esta busca por um recurso natural bem conhecido dos povos nativos culminou em uma descoberta extraordinária: os coletores retornaram carregando mel e 120 oitavas de ouro.

Buarque observa uma prática expressiva entre os caipiras de São Paulo, Mato Grosso, Goiás e possivelmente outras regiões do Brasil: o transporte de pedaços de troncos contendo colmeias de abelhas mandaçaia da floresta para perto de suas moradias. Por vezes, transportam apenas favos protegidos com segmentos capazes de reprodução, estabelecendo uma forma primitiva de apicultura. O autor sugere que essa prática seria uma herança dos povos indígenas, de modo plausível reforçada por observações de práticas semelhantes entre grupos do noroeste da Amazônia, que também desenvolveram esse sistema de manejo em substituição à exploração irracional das colmeias silvestres.

Um exemplo específico dessa prática encontra-se entre os *Apapocuva*, povo aparentado e geograficamente próximo aos *Caingua* e aos *Guarani do Paraná*, que desenvolveram um método similar focado nas colmeias de abelhas *jataí* (*Melipona jaty*), sobretudo valorizadas por seu uso em rituais religiosos. A transmissão de técnicas dos povos indígenas às populações caipiras representa um fascinante processo de continuidade cultural. Mais do que uma transferência convencional de conhecimentos, o fenômeno desvela uma evolução sofisticada nas estratégias de manejo de recursos naturais. Quando observamos práticas similares emergindo em diferentes regiões e grupos étnicos, percebemos a formação de uma intrincada rede de saberes que se difundiram e se adaptaram através das gerações. Este processo de transmissão cultural ilustra como o conhecimento tradicional se transformou e se enriqueceu ao longo do tempo, incorporando novas experiências e adaptando-se a diferentes contextos ambientais e sociais.

A cabaça utilizada para a criação de abelhas *jataí*, ilustrada nesta imagem, representa a materialização das técnicas discutidas anteriormente. Este recipiente especializado, com seu engenhoso sistema de tapume ajustado para a coleta do mel e aberturas específicas para a passagem das abelhas, confirma o refinamento das práticas apícolas desenvolvidas em sua origem pelos povos indígenas e em seguida adaptadas pelos caipiras. A transformação da cabaça natural em colmeia sinaliza um entendimento das propriedades naturais deste fruto e sua adaptabilidade para fins específicos. O sistema de suspensão por cordas, desenvolvido com precisão artesanal, representa um exemplo de como o conhecimento tradicional aprimorou elementos encontrados na natureza. A

técnica desenvolve uma abordagem precisa que converte recursos naturais em ferramentas funcionais de manejo. Seus métodos expressam engenhosidade técnica para as dinâmicas das abelhas e requisitos da produção melífera.

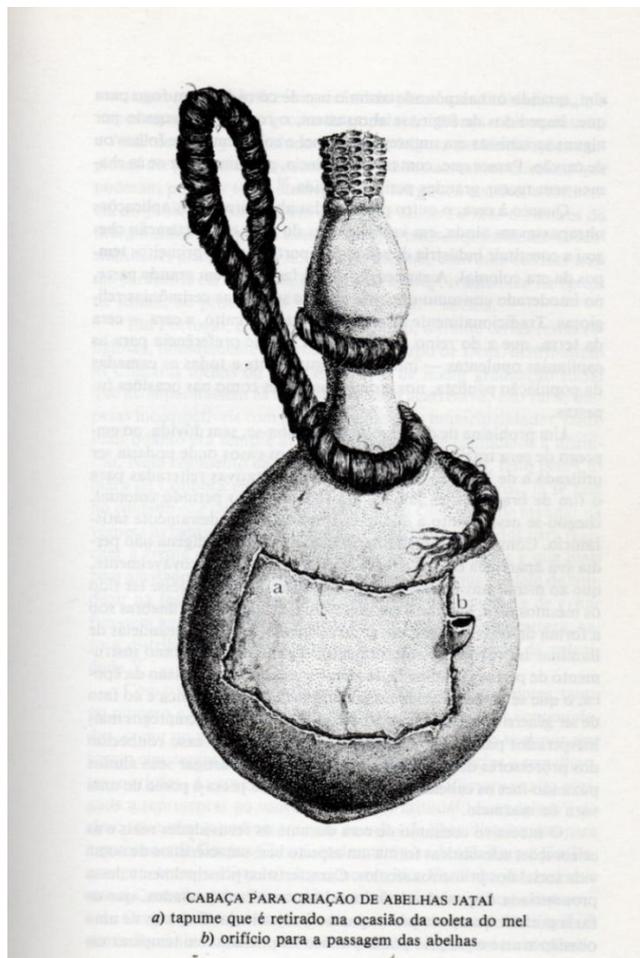


Figura 2 – Cabaça – Sérgio Buarque de Holanda

Na faina da sobrevivência nos rincões remotos, Holanda denota como as necessidades do sertão forçaram mudanças nos hábitos alimentares dos colonizadores. Entrelaçam-se nas passagens dois movimentos: a incorporação de práticas indígenas como estratégia de sobrevivência e a progressiva transformação cultural que superou os limites da escassez inicial.

“Quando sujeito a condições semelhantes, o próprio europeu, para sobreviver, devia acolher esses recursos e aceitar, em muitos casos, as mesmas técnicas e ardis inventados pelo gentio. Não só de cobras e outros bichos que rastejam, mas ainda de sapos, ratos, raízes de guaribá ou guareá, grelos de samambaia, sustentava-se o viandante perdido em sertões de escasso mantimento, os "sertões famintos" de que falam alguns roteiros.”

“(…) É certo que mesmo em horas de fartura não faltava quem incluísse jacarés e lagartos, por exemplo, entre os pratos apetecidos. A içá torrada venceu todas as resistências, urbanizando-se mesmo, quase tão completamente como a mandioca, o feijão, o milho e a pimenta da terra.

Pretendeu-se que os jesuitas, no intuito de livrarem as lavouras da praga das saúvas, tivessem contribuído para disseminar entre paulistas o gosto por essa iguaria.” (8)

Nas interações entre diferentes grupos, os recursos e técnicas ultrapassaram necessidades imediatas, descortinando um processo de transição que redesenhou as práticas culturais no território português na América. Esse fenômeno, repetido em diversos momentos da expansão da fronteira agrícola, ilustra como práticas de início adotadas por necessidade foram incorporadas e intercambiadas, integrando-se de maneira duradoura à cultura dos colonizadores e originando novos saberes e hábitos em um contexto de constante interação cultural.

Na expressão 'prato de bugres', Buarque descortina um cenário paradigmático da diversidade colonial. As práticas alimentares indígenas, vitais para a sobrevivência dos colonizadores, eram, paradoxalmente, tanto reconhecidas quanto estigmatizadas, configurando um território de tensões onde a necessidade dialogava criticamente com o preconceito. Os colonizadores, mesmo dependendo destes conhecimentos culinários indígenas para seu estabelecimento e adaptação ao novo território, mantinham uma postura de superioridade cultural que se manifestava na própria linguagem utilizada para se referir a estes alimentos. O autor observa como essa estigmatização só começou a mudar com o movimento romântico e sua idealização do indígena no século XIX. Apesar da transformação perspectiva, esses hábitos encontraram refúgio nas camadas populares urbanas e nos espaços rurais, exibindo como a estrutura social moldava os processos de continuidade e apagamento cultural.

Em *Parceiros do Rio Bonito*, Antonio Candido estabelece um retrato das práticas de subsistência no universo rural do século XX, ilustrando tanto as permanências quanto as transformações nos modos de entrega de alimentos:

*“O homem rural depende, portanto, cada vez mais da vila e das cidades, não só para adquirir bens manufaturados, mas para adquirir e manipular os próprios alimentos. Restam, porém, algumas outras modalidades de obtê-lo, quais sejam a caça, o empréstimo e a troca. Da coleta, quase nada há a dizer. Além da serralha e da beldroega - já referidas - o atual caipira colhe uma ou outra fruta, cada vez mais escassa. Para uso doméstico, não alimentar, alguma planta medicinal, também destinada, por vezes, ao que resta de indústria caseira - como o pinhão-bravo (*Jatropha curcas* L.), euforbiácea cujas sementes oleosas esmagadas constituem a base do principal tipo de sabão usado.*

Quanto à caça, ela se limita quase apenas à mencionada defesa das roças; mais raramente, visa pássaros e certas aves ocorrentes na área, como a saracura e o frango-d'água. Parece, todavia, que em todo o município apenas em certos bairros meridionais e menos povoados, como o da Lagoa, há ainda abundância de veados, codornas, perdizes e capivaras; atraindo anualmente, expedições compostas na maior parte por descendentes de italianos.

No entanto, quase toda semana surge um tatu ou um quati na cozinha dos moradores, que os apreciam muito. Talvez apreciem ainda mais as pacas, de ocorrência mais rara e caça menos fácil. Os cachorros-do-mato e as iraras não são comidos, bem como o macaco, cuja carne é considerada saborosa, mas em torno do qual existem certas restrições. ‘É parecido demais com a gente’ - e isto faz com que não apenas haja escrúpulo em comê-lo, mas até em matá-lo, apesar dos estragos causados nos milharais. Para justificar essa atitude, um velho parceiro contou a história da sua criação: provém de uma mulher metamorfoseada por ofensa a Jesus e, no fundo, é gente como nós.” (10)

O texto de Antonio Candido assinala as conversões nas práticas de subsistência rural diante da crescente urbanização. À medida que o homem do campo passa a depender mais das vilas e cidades para obter bens industrializados e alimentos, as antigas práticas, como a caça, o empréstimo e a troca, embora ainda presentes, tornam-se secundárias. O gesto artesanal de transformar pinhão-bravo em sabão, entrelaçam-se memórias e práticas de conhecimento tradicional.

A caça, por exemplo, agora serve de forma preponderante para a proteção das roças, embora em algumas regiões menos povoadas ela se mantenha como prática cultural. No exemplo do bairro da Lagoa, veados, codornas, perdizes e capivaras ainda atraem expedições de caça, notadamente de descendentes de italianos. No entanto, a prática tem diminuído à medida que novos grupos se apropriam dessas tradições, transformando-as e adaptando-as às realidades contemporâneas.

Holanda descreveu uma dinâmica social particular na São Paulo colonial, caracterizada pela intensa mobilidade da população masculina e pela mistura das minorias com os indígenas. Essa mobilidade, impulsionada pelas entradas e pelo estabelecimento de roças temporárias, gerou um padrão de ocupação distinto em relação a outras regiões coloniais onde a agricultura era mais estável. A instabilidade dos moradores, combinada com a ausência de mercados amplos para produtos agrícolas, criava um cenário em que a população local, poucas vezes, desenvolvia ambições de produção sistemática e agricultura permanente.

Nesse contexto de mobilidade constante, a sobrevivência dependia diretamente do meio natural, complementada pela "farinha de guerra" e por produtos espontâneos da terra, como caça e frutas. Essa dependência do ambiente e o convívio intenso com os indígenas produziram uma solidariedade cultural particular entre colonizadores e nativos. O compartilhamento de práticas e conhecimentos de subsistência tornou-se comum e primordial, criando uma interdependência que marcaria a identidade da população paulista — não como escolha, mas como necessidade vital no contexto de mobilidade e sobrevivência no sertão.

Lacerda de Almeida, citado por Buarque, examina as técnicas de caça no interior de São Paulo no final do século XVIII:

"Encaminhão-se os caçadores para as manadas de veados contra o vento, levando na cabeça algum barrete ou panno vermelho: algumas vezes párao e levantão um braço, e outras agachão-se; os veados, que nao estão acostumados a ver estes phantasmas, chegão-se a elles para os reconhecer, e ficão sendo victimas de sua curiosidade". (HOLANDA, S. B. Caminhos e Fronteiras. São Paulo: Companhia das Letras. 3ª edição, 1994, p. 60)

Essa técnica de caça expressa um conhecimento do comportamento animal. Os caçadores aproveitavam-se de três elementos fundamentais: o vento (para evitar que seu cheiro fosse detectado), a cor vermelha (para atrair a atenção) e movimentos calculados que despertavam a curiosidade dos cervídeos. O uso desses "fantasmas" simboliza uma engenhosa adaptação do conhecimento sobre os hábitos da fauna local, transformando a curiosidade natural dos animais em vulnerabilidade. Em outro exemplo, Lacerda reconstitui a estratégia dos *Guaicuru* nos caminhos fluviais para Cuiabá. Esse grupo indígena, que confirma grande resistência às expedições paulistas, desenvolveu uma estratégia particular de combate: enquanto alguns guerreiros atacavam com flechas e azagaias, outros se dedicavam a jogar água nos fechos das armas de fogo inimigas, inutilizando-as. A capacidade de

adaptação tática à guerra no ambiente fluvial era complementada pelo conhecimento técnico sobre as fragilidades do armamento europeu.

Buarque identifica uma diferença entre a perspectiva europeia e a relação que os povos indígenas e sertanejos mantinham com seu ambiente. Enquanto o olhar europeu era limitado pelo distanciamento, esses povos desenvolveram uma observação minuciosa e uma capacidade singular de adaptação. Essa intimidade se manifestava em locais onde a civilização ainda não havia "sufocado a vivacidade dos sentidos", permitindo a manutenção de uma conexão intensa com o território.

A habilidade de imitar movimentos, gestos e sons dos animais evidencia essa relação singular. Longe de ser um processo simplificador, tratava-se de um espaço dinâmico de ressignificação cultural, fruto da convivência contínua e do entendimento dos ciclos naturais. Esse conhecimento gerava recursos e habilidades que escapavam à compreensão do colonizador europeu, revelando uma forma distinta de interação com o ambiente.

Sérgio Buarque de Holanda, citando Paula Sousa documenta o conhecimento tradicional dos caçadores caboclos no interior de São Paulo, que desenvolveram métodos de observação meticulosa da natureza, com pouca influência dos costumes europeus. Um exemplo está na leitura dos rastros do catingueiro: os caçadores distinguiam não apenas o sexo do animal (o macho deixava rastros mais largos devido aos cascos abertos, enquanto a fêmea apresentava cascos unidos em ponta), e por seu estado físico. Quando cansado, os cascos do animal se abriam mais, e as pegadas das patas dianteiras e traseiras se aproximavam, indicando a redução do ritmo. Igualmente precisa era a interpretação dos restos de alimentação: a paca cortava a palha do milho como se usasse uma navalha e comia longe da ceva, enquanto a cutia apenas desfiava a palha e se alimentava no local, deixando um pó específico. Esses detalhes permitiam identificar com precisão qual animal havia visitado a área.

A ideia de conciliar a dignidade do ser humano com os métodos rústicos de caça, onde o caçador se disfarça e se "nivela" à natureza para capturar sua presa, pode parecer contraditória à primeira vista. Este comportamento caracteriza uma adaptação às condições naturais, onde o caçador combina inteligência com a necessidade de integração ao ambiente para garantir sua sobrevivência. Em áreas remotas, ainda se utiliza uma técnica: o caçador cobre-se com palmas verdes, imitando a aparência de um coqueiro para se camuflar nas matas. Essa estratégia, combinada com o uso de pios (sons que imitam os chamados dos animais), permite atrair diversas espécies de aves, como o macuco, o inhambu, o jaó, o mutum e o jacu. Em áreas abertas, como os campos, essa técnica é adaptada para prender perdizes, codornas e até animais de pelo, como capivaras e macacos.

Buarque identifica uma dinâmica fundamental na mobilidade dos povos indígenas:

“A existência de largos distritos opulentos em bichos de toda casta, explica, muitas vezes, as constantes migrações indígenas. Uma paragem despovoada-se de caça assim como uma terra lavrada se gasta, após anos consecutivos de exploração sistemática. Para escapar a destruição e ao aniquilamento é que aquelas populações primitivas transferem facilmente sua morada para territórios menos usados. A caça é complemento, não raro substituto, da lavoura.” (11)

As práticas observadas sugerem um conhecimento sistemático sobre o manejo dos recursos naturais. Assim como a terra se esgota com o cultivo contínuo, os territórios de caça também se exauriam com a exploração sistemática. A mobilidade indígena, nesse contexto, não deve ser

interpretada como nomadismo aleatório, mas como uma estratégia consciente de preservação dos recursos. Quando uma área se despovoava de caça, as populações se deslocavam para territórios menos explorados, garantindo tanto sua sobrevivência quanto a regeneração natural das áreas abandonadas. Em ambientes onde a agricultura enfrentava limitações, a caça constituía uma fonte principal de subsistência.

Buarque analisa as práticas terapêuticas e o uso de amuletos entre os roceiros do Brasil em meados do século XX, observando como diversas partes dos animais selvagens eram aproveitadas para fins não alimentares. Dentes de jacaré, unhas de tamanduá-bandeira, anta e tatu-canastra, pedras da barriga da anta, além de diversos tipos de banhas (anta, capivara, cobras, tatu, gambá), eram valorizadas como remédios ou elementos de proteção. Muitas dessas práticas, com raízes no conhecimento indígena pré-colonial, passaram por um processo de ressignificação após o contato com tradições ocidentais.

A persistência desses conhecimentos está diretamente ligada aos desafios enfrentados pelos sertanistas em suas jornadas. Além dos obstáculos naturais da geografia, esses aventureiros enfrentavam um "cortejo" constante de ameaças: moléstias tropicais, fome, sede, confrontos com o gentio bravo e animais peçonhentos. A sobrevivência nestas condições dependia da adaptação ao ambiente e do desenvolvimento de estratégias preventivas e curativas. Estes saberes tradicionais mantiveram-se e foram valorizados mesmo com a expansão da medicina formal.

A onça era um dos perigos mais temidos pelos sertanistas, cuja ameaça que representava era amplificada pela falta de meios eficazes de defesa ou prevenção contra seus ataques. A própria habilidade do felino de se mover com agilidade e silêncio tornava sua aproximação difícil de detectar, mesmo para os indígenas, hábeis em perceber e identificar os sons e sinais da floresta. Apesar de sua grande massa corporal, o jaguar podia deslocar-se pelas brenhas sem causar praticamente nenhum ruído, nem mesmo o de galhos secos quebrando. Isso permitia que ele surpreendesse suas presas — e também os seres humanos —, tornando-se um predador ainda mais perigoso nas regiões inexploradas. Os indígenas, com toda a sua habilidade sensorial, muitas vezes só eram capazes de perceber a presença do jaguar pelo olfato, captando o cheiro característico do animal antes de qualquer sinal auditivo ou visual. Essa dificuldade em detectar o felino antes que ele estivesse muito próximo aumentava o risco para os sertanistas, que já enfrentavam inúmeros outros perigos na selva. A incapacidade de prever ou prevenir ataques eficazmente tornava o jaguar uma ameaça constante e assustadora, contribuindo para o clima de insegurança e vulnerabilidade que os desbravadores sentiam durante suas jornadas pelo sertão.

Sérgio Buarque citando Henrique Silva e sua obra *A Caça no Brasil Central* analisa a crença disseminada entre os cronistas coloniais de que a onça tinha uma predileção por atacar pessoas negras, especialmente as mais velhas ou "catingentas" (com odor corporal mais forte). Essa opinião, expressa por cronistas como o Padre Lozano (1697-1752 - jesuíta e historiador), sustentava que, na presença de um branco, um indígena e um negro, o felino escolheria sempre o negro como sua vítima preferida.

Quando havia apenas negros, a preferência recaía sobre o mais velho ou aquele com maior "cheiro" perceptível. Tal percepção pode ter sido influenciada pela maior exposição dos negros e indígenas aos perigos do meio selvagem, dado que, como peões, escravizados e trabalhadores

administrados, suas atividades cotidianas os colocavam em contato mais direto com os riscos naturais, incluindo os ataques de onças. Enquanto os brancos em posições de mando, permaneciam em áreas mais seguras, os negros e indígenas eram aqueles que desbravavam, trabalhavam ou exploravam as regiões mais selvagens, onde o contato com animais selvagens era mais comum. No entanto, o mais surpreendente é que, mesmo no período em que essa observação foi registrada, e até em tempos mais recentes, essa crença encontrava credibilidade entre os sertanejos, reforçando uma ideia que não se limitava apenas ao contexto colonial. Essa crença pode ter nascido da observação de padrões de exposição diferenciados entre os grupos étnicos, mas foi interpretada e transmitida como uma “escolha consciente” por parte do felino.

O fato de epidemias, como a varíola e o sarampo, terem afetado negros e indígenas de forma mais devastadora que os brancos pode ter contribuído para a associação dessas populações a uma maior vulnerabilidade. Tal impacto diferenciado se explica tanto por fatores biológicos – como a ausência de imunidade prévia nas populações indígenas – quanto por condições sociais, incluindo a precariedade das condições de vida impostas pela escravidão e pelo processo colonizador.

Esse entrelaçamento entre biologia e sociedade construiu um imaginário no qual essas populações eram vistas como mais suscetíveis tanto a doenças quanto a previsões catastróficas. A análise dessa interação entre fatores biológicos e sociais traz à luz como as vulnerabilidades físicas foram amplificadas por estruturas de poder e dominação, criando ciclos de fragilização que se perpetuaram ao longo do período colonial.

O uso frequente de rezas, exorcismos e feitiços, em vez de métodos racionais de prevenção ou cura, desvela a percepção de uma impotência diante de certos males, distintamente aqueles que não podiam ser facilmente controlados pelos meios naturais ou humanos disponíveis. Na cultura popular do período, o mal era compreendido como uma força que necessitava de intervenções sobrenaturais para ser combatida. Embora animais como o carrapato, o mosquito e até mesmo o jaguar representassem ameaças consideráveis para os sertanejos e indígenas, as serpentes venenosas ocupavam uma posição de destaque e temor especial na fauna brasileira. Elas eram vistas como os principais inimigos naturais do homem, por sua capacidade de ferir mortalmente de forma rápida e quase silenciosa, muitas vezes sem que a vítima tivesse tempo de reagir ou se defender.

As epidemias de varíola e sarampo foram devastadoras no Brasil colonial, afetando desproporcionalmente as populações indígenas e africanas. Entre 1563 e 1564, um surto de varíola em Salvador dizimou cerca de um terço da população indígena local, com registros jesuítas, como as cartas do Padre José de Anchieta, descrevendo aldeias severamente afetadas e outras estimativas apontando a perda de até 30.000 indivíduos. No século XVII, o sarampo seguiu um padrão semelhante de impacto diferenciado, com uma epidemia no Rio de Janeiro atingindo com severidade escravizados e indígenas. Cronistas da época, como Simão de Vasconcelos, relataram como senzalas e aldeamentos foram especialmente afetados, enquanto a população branca, que dispunha de melhores condições de moradia e alimentação, sofreu perdas comparativamente menores. O impacto dessas doenças pode ser atribuído à ausência de imunidade prévia, às condições precárias de vida e trabalho e ao acesso limitado aos cuidados médicos disponíveis na época.

A reverência e o medo em relação às serpentes derivavam de sua letalidade imediata e da insuficiência de conhecimento médico e recursos disponíveis no sertão para tratar vítimas de picadas

venenosas. Essa limitação levava as populações rústicas a recorrer usualmente ao sobrenatural, buscando proteção ou cura por meio de práticas religiosas e mágicas, numa tentativa de lidar com uma ameaça que parecia transcender o controle humano. As referências frequentes às serpentes venenosas na documentação do período sugerem sua relevância nas experiências sertanejas, onde o enfrentamento do ambiente natural demandava tanto práticas materiais quanto rituais de proteção. (12)

Nos processos de cura empregados pelos sertanejos para tratar vítimas de picadas de cobra, a influência africana tornou-se tão marcante que é difícil distinguir os elementos derivados dos habitantes originários da terra. É provável que muitas dessas práticas importadas não fossem completamente novas ao contexto local. O uso de benzimentos, especialmente realizados à distância, era comum tanto entre indígenas quanto entre caboclos, muitas vezes intermediado por curadores negros e mulatos.

Atos intimamente ligados aos benzimentos também incluíam práticas consideradas reminiscências da medicina indígena, como lesões na área afetada, rezas (ou cânticos), escarificações, flagelações e aplicações de remédios extraídos da flora e fauna americanas. Essas técnicas atestam o pronunciado conhecimento empírico das populações indígenas sobre os recursos naturais locais, que foi assimilado e adaptado pelos sertanejos e curadores africanos em um processo de sincretismo. Nesse contexto, práticas de cura e proteção das três principais matrizes populacionais — indígena, africana e europeia — mesclaram-se e moldaram-se às necessidades do sertão.

Os mamelucos, descendentes de indígenas e europeus, ocupavam uma posição singular na sociedade colonial paulista. Sérgio Buarque de Holanda, por meio de documentos oficiais da época, evidenciou como essa população era de modo contínuo caracterizada por sua insubmissão e resistência à autoridade imposta. A administração colonial, distintamente em São Paulo, enfrentava dificuldades consideráveis para impor ordem sobre esses indivíduos, que eram descritos em correspondências oficiais como "indômitos" e "resistentes à civilização".

Essa disposição de resistência tinha raízes na herança cultural indígena. Holanda levanta como os mamelucos preservaram práticas ancestrais importantes, como a preferência por habitações temporárias, o uso de caminhos alternativos aos oficiais e a rejeição à fixação permanente. Durante o governo do Morgado de Mateus (1765-1775), as tentativas de incorporar essa população ao projeto colonial português de ocupação territorial ordenada enfrentaram forte resistência, notadamente nas regiões mais isoladas da capitania.

Embora primordiais para a expansão territorial e para o conhecimento do sertão, os mamelucos eram marginalizados pela administração oficial. O isolamento característico destes grupos e seu conhecimento do ambiente natural, desenvolvido a partir de práticas indígenas, criavam uma tensão no contexto colonial: enquanto suas habilidades favoreciam a expansão territorial, seu modo de vida dificultava o controle da administração.

O Morgado de Mateus, em um apontamento do final do século XVIII, descreve que, durante uma viagem, ao se deparar com um sertanejo, ou este foge, ou o medo é tão grande que o viajante nem se atreve a tirar o chapéu. Uma simples palavra dirigida a esses homens poderia resultar em morte, guiando-se suas ações pela desconfiança. Esse comportamento hostil, que perdurou durante a

decadência da capitania de São Paulo no século XVIII, traduz uma herança psicológica e cultural influenciada tanto pelos indígenas quanto pela arrogância dos antigos bandeirantes.

Nas áreas urbanizadas, como nas vilas de maior relevância, essa "arrogância bandeirante" foi gradualmente se dissipando. Já nas regiões mais remotas e selvagens, o isolamento social e as pressões das condições ambientais contribuíram para a preservação dessas características por mais tempo. (Sérgio Buarque de Holanda, extraída de *Documentos Interessantes para a História e Trajes de São Paulo*, XXIII, São Paulo, 1897, p. 5).

Warren Dean apresenta uma análise sobre o desenvolvimento dos sistemas de transporte nos primeiros séculos da colonização brasileira. Em sua obra, o autor analisa as transformações nas redes de comunicação terrestre, observando que *"durante o primeiro século e meio de conquista e povoamento, o transporte por terra era feito a pé, em trilhas não mais largas que as pegadas de um homem. Geralmente chamadas de estradas, eram mais mencionadas como picadas, literalmente, rotas picadas ou cortadas na macega."*(13)

Essas vias de comunicação, embora modestas em sua estrutura física, foram indispensáveis para o desenvolvimento dos primeiros núcleos coloniais. Observa ainda, *"quase todas eram herdadas dos moradores indígenas anteriores e atendiam a necessidades meramente locais de comércio e comunicação. A persistência dessas trilhas explica a mobilidade dos grupos de caça aos escravos, ou bandeiras."*

Em sua análise, o autor observa é a continuidade histórica dessas rotas: *"Apesar disso, milhares de milhas delas devem ter desaparecido à medida que as epidemias varriam as aldeias nativas. Mesmo assim, suspeita-se que algumas das ferrovias e rodovias atuais acompanham seus traçados."* As fontes do período colonial indicam que os caminhos e rotas estabelecidos pelos diferentes povos indígenas foram progressivamente incorporados às dinâmicas de ocupação territorial subsequentes. A documentação administrativa e os relatos de viajantes do século XVIII reiteram como estas trilhas e conhecimentos sobre o território continuaram sendo utilizados mesmo após alterações expressivas nas configurações populacionais das regiões. Os registros mostram que muitos dos caminhos de início mapeados por grupos indígenas específicos permaneceram como rotas relevantes para o trânsito e comércio, sendo apropriados e adaptados por diferentes grupos ao longo do tempo.

Em *Os Parceiros do Rio Bonito*, Antonio Candido analisa a sociedade caipira paulista a partir de suas dimensões ecológicas e socioculturais, contribuindo para a compreensão do desenvolvimento histórico e social de São Paulo. Embora o bandeirismo não seja o foco principal da obra, Candido reconhece que certas características desse movimento – como práticas nômades, extrativas e de adaptação ao ambiente – influenciaram a formação da sociedade rural paulista.

De acordo com o autor, o povoamento paulista desenvolveu-se em parte a partir dessas práticas, que integravam o aproveitamento de recursos naturais e o conhecimento territorial dos povos indígenas. Essa interação resultou em uma economia seminômade, marcada pela agricultura itinerante, coleta e caça, que moldou aspectos da vida cotidiana, incluindo hábitos alimentares e formas de sociabilidade.

Esta análise cultural é construída a partir de um modo específico de ajuste ao meio ambiente, marcado por uma ocupação territorial fluida e resistência à fixação permanente. Segundo

O mapa organiza as rotas das expedições em núcleos distintos, destacando os diferentes caminhos percorridos pelos bandeirantes. Os elementos hidrográficos registrados indicam sua dupla função: serviam como vias de navegação e pontos de referência para os exploradores. A nomenclatura geográfica sugere o conhecimento territorial acumulado ao longo das explorações, enquanto os diversos topônimos e marcações assinalam os locais de interesse, ilustrando o processo de apropriação e nomeação do espaço geográfico pelos colonizadores portugueses.

Laura de Mello e Souza, em *Jardim das Hespérides: Minas Gerais e as visões do mundo natural no século XVIII*, analisa as complexas relações entre os colonizadores e o ambiente natural nas primeiras décadas da ocupação territorial mineira.

"Por trás do fascínio, persistia ainda a adversidade, o embate entre o homem e a natureza se fazendo o poder de 'perigos, fomes, sedes e trabalhos'. A agricultura ainda incipiente não dava conta de atender às necessidades das levas que cada vez acorriam mais numerosas à capitania. Nos primeiros tempos, o sertão conseguiu prover o sustento dos adventícios: além do mel, frutos e raízes do mato que se colhiam facilmente, a caça e a pesca abundantes forneceram peixes, mamíferos e pássaros variados, e até 'cobras, lagartos, formigas e uns sapinhos que dão pelas árvores.'" (15)

A análise de Souza manifesta a dualidade da experiência colonial mineira: o fascínio pela promessa de riquezas minerais contrastava com a realidade árdua do enfrentamento cotidiano em um ambiente ainda não domesticado. O desequilíbrio entre o crescente afluxo populacional e a agricultura incipiente forçou os colonizadores a dependerem dos recursos naturais do sertão, desde alimentos convencionais até fontes menos usuais, como répteis, insetos e anfíbios. Essa dependência sinaliza tanto a capacidade de adaptação dos colonizadores quanto a precariedade de sua situação diante de um ambiente adverso e imprevisível.

No início do século XVIII, conforme Francismar Alex Lopes de Carvalho em *Viajantes, Mareantes e Fronteiriços*, os paulistas haviam consolidado práticas de adaptação às condições do sertão. O autor examina como os intercâmbios culturais com os povos indígenas, desenvolvidos ao longo de mais de dois séculos, resultaram no aprimoramento de habilidades essenciais para a exploração do território. Entre estas práticas, duas se mostravam essenciais para as expedições: a preparação para longas caminhadas e a adaptabilidade na escolha dos meios de transporte conforme as condições do território. (16)

Warren Dean e Laura de Mello e Souza destacam como os colonizadores dependeram do conhecimento indígena e da adaptação ao ambiente para viabilizar a expansão territorial. Dean analisa a incorporação das trilhas indígenas às rotas coloniais, que, apesar de rudimentares, formavam uma rede vital de comunicação e mobilidade, como ilustrado no *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas* de Taunay. Ambas as análises mostram que a adaptação ao meio ambiente foi central na ocupação e exploração do território.

A comparação entre as obras de Sérgio Buarque de Holanda e José de Souza Martins revela diferentes interpretações do conceito de fronteira no Brasil, cada uma ancorada em seu respectivo contexto histórico e analítico.

Em *Caminhos e Fronteiras*, Sérgio Buarque de Holanda desenvolve uma leitura histórico-cultural do período colonial, concebendo a fronteira como um espaço de transformação e adaptação.

Para o autor, o processo de colonização português mostrava-se proeminente pela capacidade de incorporar práticas e conhecimentos indígenas, facilitando a sobrevivência e a expansão territorial.

Por outro lado, em *Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano*, José de Souza Martins adota uma perspectiva sociológica contemporânea, centrada nas dinâmicas sociais do século XX. Sua análise crítica apresenta a fronteira como um espaço de conflito e exclusão, onde as relações interétnicas são atravessadas por uma profunda violência estrutural.(17)

Os autores desenvolvem concepções de fronteira que vão além da dimensão geográfica, com abordagens metodológicas e conceituais distintas. Em sua interpretação do período colonial, Holanda examina a fronteira como espaço de transformação e adaptação, onde o contato entre diferentes grupos produziu inovações técnicas e culturais. Este autor identifica na fronteira colonial um espaço de transformações sociais e culturais, onde práticas e técnicas se modificavam através das interações entre diversos grupos.

Martins, por sua vez, ao analisar o processo de expansão territorial moderna, desenvolve uma interpretação distinta. Seu trabalho examina as relações de poder e as tensões sociais presentes nas zonas de fronteira, onde a expansão territorial produziu processos de manipulação e marginalização de grupos vulneráveis. A dinâmica deste processo histórico caracterizou-se por contradições e conflitos sociais.

A temporalidade das análises também influencia de maneira decisiva suas perspectivas. Holanda, ao examinar o período colonial, identifica os bandeirantes e os indígenas como agentes centrais de um processo de transformação cultural. Martins problematiza o contexto contemporâneo, evidenciando como as populações marginalizadas são submetidas a um processo sistemático e contínuo de invisibilização social. A análise comparativa permite compreender como diferentes contextos históricos e abordagens metodológicas podem produzir interpretações específicas de um mesmo fenômeno, contribuindo para uma visão mais ampla e nuançada do papel das fronteiras na formação social brasileira.

A contribuição de Martins transgride os limites convencionais, mergulhando nas diversas tessituras que atravessam e ressignificam os conceitos de fronteira. Ele traz a verificação para o Brasil contemporâneo, incorporando novos atores sociais e focando em questões fundiárias e conflitos modernos, o que expande o escopo de compreensão da fronteira. Nas entrelinhas das relações sociais fronteiriças, a investigação problematiza os processos de exclusão, descortinando as múltiplas camadas de violência que se sedimentam além das demarcações territoriais. Atravessando os interstícios do geográfico e do simbólico, a análise interroga as fronteiras como zonas de complexidade, onde se manifestam os mecanismos sutis e estruturais de poder, exclusão e degradação social no cenário brasileiro. Questionando o próprio conceito de progresso associado à expansão territorial e apontando as consequências desumanizadoras desse processo para os grupos marginalizados.

Ao desvelar os mecanismos de apagamento histórico, a investigação problematiza as margens do relato oficial, tensionando as contribuições de Mary Del Priore e Maria Odila Leite da Silva Dias para uma leitura elaborada das trajetórias femininas nos caminhos paulistas. (18)

A documentação histórica disponível, embora fragmentada, indica a participação de mulheres de diferentes origens e classes sociais — indígenas, brancas, negras escravizadas e forras — no estabelecimento e manutenção das rotas e povoações. As mulheres indígenas, em particular, marcaram presença como guias, intérpretes e detentoras de conhecimentos substanciais sobre o território e seus recursos.

A contribuição das mulheres indígenas se estende muito além do papel de guias. Elas foram responsáveis pela transmissão de saberes necessários sobre plantas medicinais, técnicas agrícolas e processamento de alimentos. A prática da coivara, por exemplo, era ordinariamente coordenada por mulheres, que gerenciavam o cultivo de culturas essenciais como milho, mandioca e feijão. No entrelaçamento entre saberes ancestrais e adaptação territorial, as comunidades teceram um conjunto de saberes, alterando de forma contínua sua relação com os recursos naturais e os espaços de ocupação.

As obras de Del Priore e Silva Dias contribuíram para desentranhar a agência feminina nesse contexto histórico. Seus estudos corroboram que as mulheres, longe de serem figuras passivas, exerceram funções ativas na administração de propriedades, no comércio local e no estabelecimento de redes de solidariedade. Notável é o papel das mulheres indígenas como mediadoras culturais, preservando conhecimentos tradicionais e negociando com os colonizadores, mesmo em contextos de conflito e subjugação.

Maria Odila Leite da Silva Dias, em sua obra seminal "Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX", foi pioneira ao destacar o papel fundamental das mulheres na constituição da sociedade paulista, tanto em contextos rurais quanto urbanos. Sua pesquisa desvenda que, ao contrário do que muitas vezes é retratado nas narrativas tradicionais, as mulheres não eram figuras passivas confinadas ao espaço doméstico, mas sim agentes ativos na administração econômica e social da região.(19)

Nas famílias rurais paulistas, sobretudo durante os períodos de ausência dos homens — que de forma habitual se envolviam em bandeiras, monções e outros empreendimentos exploratórios — as mulheres assumiam a gestão das propriedades agrícolas, a administração de escravizados e a tomada de decisões relacionadas à produção e ao comércio de produtos como o açúcar, o café e o algodão. Essa participação ativa foi decisiva para a manutenção e o crescimento da economia local, demonstrando que as mulheres tinham um papel estratégico na sustentabilidade das atividades econômicas.

No contexto urbano, as mulheres também se distinguiam-se como comerciantes, artesãs e até mesmo como financiadoras de pequenos negócios. Viúvas e esposas de comerciantes assumiam o controle das lojas, fazendas e estabelecimentos após a morte ou ausência dos maridos, mostrando uma capacidade de adaptação e liderança que muitas vezes é ignorada nas abordagens históricas tradicionais.

Maria Odila também ressalta que, além do papel econômico, as mulheres exerciam influência nas decisões políticas locais. Participavam de redes de sociabilidade e alianças familiares que impactavam diretamente as relações de poder na sociedade paulista. A inserção feminina nos espaços de poder — ainda que informalmente — desafiava a estrutura patriarcal e demonstrava a multiplicidade das relações sociais no Brasil do século XIX. A abordagem de Maria Odila é vital para reconhecermos que o espaço doméstico ultrapassava o confinamento, funcionando igualmente como

um ambiente de poder e gestão econômica. Sua obra ampliou o escopo da historiografia brasileira ao incluir as mulheres como agentes na formação da sociedade paulista, desafiando as visões tradicionais que minimizavam sua contribuição.

A obra *Aos Olhos da Mulher Indígena*, de Denise A. S. Moura, oferece uma perspectiva inovadora sobre o papel das mulheres indígenas nas expedições de mapeamento do Brasil meridional durante o século XVIII. Sua análise delimita uma construção que entrelaça relações de poder, processos de mediação cultural e mecanismos de sistemático apagamento histórico. Evidencia como essas mulheres atuaram como guias e intermediárias culturais, facilitando o sucesso das expedições exploratórias. No entanto, suas contribuições foram amplamente esquecidas ou minimizadas nos registros históricos tradicionais. A autora utiliza uma abordagem interdisciplinar, combinando métodos etnográficos e colaborativos, para reconstruir a espacialidade feminina indígena e evidenciar sua influência na cartografia e na formação territorial do Brasil colonial.(20)

No contexto das expedições organizadas pelo Morgado de Mateus no Sertão de Tibagi, esta autora elucida como as mulheres indígenas desempenhavam funções como intérpretes e líderes. Sua posição como "línguas" ia além da mera tradução, envolvendo mediação cultural e diplomática essencial para o sucesso das expedições. Essas mulheres facilitaram a comunicação entre colonizadores e comunidades indígenas e lideraram as expedições, determinando rotas e estabelecendo os primeiros contatos.

A análise documental realizada por Moura identifica um padrão significativo de invisibilização nos registros históricos. Os relatos oficiais, incluindo diários de bordo e correspondências de comandantes como Afonso Botelho de Sampaio e Souza, a princípio reconheciam a importância das intérpretes indígenas, mas essas figuras de forma célere foram relegadas ao esquecimento, com seus méritos transferidos a figuras masculinas, como capelães. A prática anotada de 'lançar a índia e depois fazê-la desaparecer' nos registros coloniais constitui um aspecto das estruturas de poder e das relações de gênero na sociedade colonial, em que as mulheres indígenas eram omitidas da documentação oficial.

Relevante é a análise de Moura sobre as práticas culturais dos Kaingáng, onde as mulheres ocupavam posições de liderança espiritual e diplomática. Essas funções foram aproveitadas pelos colonizadores em suas expedições, embora os registros oficiais omitissem tais contribuições.

Ao descortinar os mecanismos de apagamento histórico, a análise problematiza as narrativas tradicionais, evidenciando as estratégias de existência e resistência feminina nos caminhos e fronteiras. Em localidades como a vila de São Carlos (atual Campinas), Piracicaba e colônias como Iguatemi, mulheres — especialmente esposas e filhas de sertanistas — exerceram influência significativa nas decisões sobre ocupação territorial e na gestão de propriedades. A expedição de Juzarte, em 1769, é um exemplo documentado dessa participação feminina, embora os registros oficiais muitas vezes omitam ou minimizem tais contribuições.

Além das narrativas oficiais, as mulheres afrodescendentes configuraram-se como forças motrizes da sustentação econômica e social, mobilizando estratégias de sobrevivência que transformavam cada caminho em território de negociação e reconstrução permanente. Suas contribuições iam além da produção agrícola, abrangendo a organização de redes comerciais locais e a preservação de práticas culturais para a coesão comunitária. O conhecimento medicinal transmitido

entre mulheres foi especial nas regiões mais remotas do sertão, onde seus métodos de cura muitas vezes representavam o único recurso disponível para o tratamento de enfermidades.

Nos interstícios da expansão territorial, a investigação problematiza os marcos interpretativos convencionais. Não se trata de simplesmente adicionar sujeitos históricos, mas de redesenhar completamente a cartografia das dinâmicas sociais, descortinando as múltiplas estratégias de existência e negociação que formaram os caminhos paulistas. A participação das mulheres, embora invisibilizada nos registros oficiais, foi primordial para o estabelecimento e a manutenção das estruturas sociais e econômicas que permitiram a expansão e a consolidação do território paulista.

O exame historiográfico do papel das mulheres europeias e nacionais no processo de colonização do interior paulista apresenta uma dimensão considerável da história social e econômica da região. Com base nos registros históricos e nas análises de autores como Salvio Pacheco de Almeida Prado e Flávia Arlanch Martins de Oliveira, é possível identificar a intrincada rede de responsabilidades e contribuições femininas para o desenvolvimento das comunidades rurais.

Essas mulheres, que chegaram ao interior paulista acompanhando seus maridos ou como parte das primeiras ondas migratórias, desempenhavam funções que iam muito além do ambiente doméstico tradicional. Sua atuação englobava a gestão da produção agrícola, a participação nas decisões sobre o uso da terra e a preservação e transmissão das tradições culturais europeias, marcadamente por meio da educação dos filhos.

Interrogando os dispositivos de silenciamento histórico, emerge a compreensão de que a administração feminina nas propriedades rurais não constituía uma exceção, mas um complexo sistema de agência e resistência. Nos territórios de Araraquara, Jaú e Brotas, as mulheres teciam geografias de existência que desafiavam continuamente as estruturas de dominação colonial.

O estudo de Flávia Arlanch sobre a Fazenda Alzira ilustra um exemplo da organização espacial e social nas colônias de imigrantes. A disposição estratégica das residências próximas aos córregos facilitava as tarefas domésticas necessárias e o acesso à água para consumo e higiene, e criava espaços de socialização para a coesão comunitária. Atividades cotidianas, como a lavagem de roupas à beira do rio, ultrapassavam sua função prática, transformando-se em momentos de interação social e fortalecimento dos laços comunitários entre mulheres e crianças.(21)

A documentação histórica, incluindo processos judiciais, inventários *post-mortem*, registros paroquiais e correspondências particulares, ainda que produzida sob uma perspectiva masculina, permite identificar a atuação significativa das mulheres em diversos aspectos da vida colonial. Além das narrativas tradicionais, as mulheres nos espaços de trânsito transformavam cada rancho, cada venda em territórios de negociação e sobrevivência. A produção alimentar, os cuidados médicos e a administração não se configuravam como tarefas secundárias, mas como complexos sistemas de ressignificação das dinâmicas coloniais. Suas atividades econômicas eram diversificadas, abrangendo o pequeno comércio, a agricultura de subsistência, o artesanato e a prestação de serviços variados. Substancial foi sua função na transmissão de conhecimentos tradicionais, incluindo práticas medicinais, técnicas culinárias e cuidados relacionados ao parto e à infância.

Com o estabelecimento das primeiras vilas, as mulheres tornaram-se componentes estratégicos na manutenção das redes sociais por meio de alianças matrimoniais que consolidavam o poder econômico e por sua participação ativa em igrejas e irmandades religiosas. Essas instituições funcionavam como espaços de socialização e de exercício do poder feminino durante o período colonial. A tradição oral sugere que as mulheres foram essenciais na manutenção de redes de informação ao longo dos caminhos, controlando fluxos de bens e contribuindo para a estabilidade das comunidades em formação. Sua participação na organização de festividades religiosas e em práticas de assistência social foi primordial para a coesão comunitária em períodos de crise.

Para o território específico de Jaú e região, os registros da Câmara Municipal, documentos eclesiásticos, processos judiciais locais e memórias familiares podem prover base e entendimento sobre a participação feminina na formação local. Almanques regionais, jornais da época e fotografias antigas também são fontes potenciais para esta investigação. O estudo desta temática permite visibilizar protagonismos esquecidos e ainda, auxiliar nosso entendimento sobre a formação territorial, as dinâmicas sociais estabelecidas, os processos de transmissão de conhecimentos e as diferentes estratégias de sobrevivência desenvolvidas nos primeiros tempos de ocupação. O estudo das redes de solidariedade feminina, da organização familiar, das formas de resistência cultural e das estratégias de sobrevivência permite identificar dimensões sociais que ampliam nossa compreensão além das interpretações historiográficas anteriores.

Na formação do território e na gestão dos bens, bem como na manutenção de redes familiares, emergem narrativas que problematizam as configurações sociais, como o caso de Thereza de Assis Bueno, que, em 1926, deixou seu espólio para seus ex-escravizados, Dina e Jonas. Este episódio certifica a participação das mulheres na transmissão de bens e, por extensão, na preservação de vínculos familiares e comunitários após a abolição da escravatura. O testamento de Thereza, ao incluir ex-escravizados entre os beneficiários de sua herança, sugere práticas sucessórias específicas do período. O testamento continha uma cláusula específica que estabelecia a transmissão matrilinear dos bens nas linhas sucessórias da família de Dina e Jonas, evidenciando a importância da linhagem feminina na continuidade patrimonial e na estruturação das redes familiares pós-abolição.

Em *Famílias Proprietárias e Estratégias de Poder Local no Século Passado*, Flávia Arlanch analisa o caso da família liderada por Gertrudes Maria de Jesus, viúva do Coronel Mandury, como um exemplo de marginalização no contexto político e econômico local, apesar de inicialmente ser uma grande proprietária de terras. Entre as vinte famílias documentadas, esta foi a única que não teve relevância na política de elite da região. Os motivos dessa exclusão são difíceis de precisar, devido à escassez de informações nos documentos históricos. Uma hipótese é o preconceito de gênero predominante na época, que assegurava a preponderância masculina nas questões de poder.(22)

A documentação sobre a gleba de Gertrudes nos primórdios da “villa do Jahú” expõe como mulheres participavam da ocupação territorial. Os registros mostram mulheres, especialmente viúvas, administrando propriedades e assumindo responsabilidades após o falecimento dos cônjuges, exigindo delas novas formas de gestão patrimonial e organização familiar. Ao desempenharem funções de liderança, essas mulheres galvanizavam suas famílias, tornando-se centrais na continuidade da posse de terras e na organização social. Esses registros abrem possibilidades para estudos sobre as dimensões de gênero na formação econômica e social da região.

Como viúva, Gertrudes enfrentou um cenário em que as mulheres eram excluídas das disputas políticas e econômicas, limitadas por normas sociais que restringiam seu acesso à participação igualitária, especialmente em disputas por terras e influência. Esse preconceito pode ter sido decisivo para sua marginalização nas disputas que definiam o espaço político e econômico da região. Além disso, o enfraquecimento econômico da família, agravado durante a expansão do café, contribuiu para seu declínio. A Fazenda Barra Mansa, pertencente à família, apresentava uma conformação geográfica pouco propícia à lavoura cafeeira, com “colinas muito achatadas e declividade pouco sensível.” A ausência de produção cafeeira desvalorizou as terras, facilitando sua fragmentação em pequenos quinhões, muitos vendidos a pessoas de fora da família. Em 1909, os 1.905 hectares da fazenda foram divididos em 44 partes, simbolizando a perda de controle econômico e a fragmentação patrimonial.

Além das viúvas e herdeiras como Gertrudes e Thereza, havia a presença de mulheres escravizadas e de famílias sem posse de terras. Muitas viviam em condições de agregação, sob a proteção de famílias mais abastadas, desempenhando diversas funções para a economia rural e a organização doméstica. Escravizadas e libertas frequentemente formavam núcleos de resistência e suporte, integrando-se ativamente às dinâmicas sociais e econômicas de Jaú.

As histórias das famílias pioneiras de Jaú não se restringem às figuras masculinas de destaque. As mulheres, em suas diversas condições — viúvas, herdeiras, escravizadas, agregadas —, participaram ativamente da construção social e do desenvolvimento da vila desde seus primórdios. Estudos futuros poderão aprofundar essas experiências femininas, desvelando formas de sensibilidade, resistência e protagonismo que contribuíram para a formação do tecido social jauense.

O trabalho *Tempos dos Caminhos e Descaminhos de uma Cidade do Interior Paulista: Brotas (1839-1920)*, de Flávia Arlanch, apresenta um caso que contribui para esta análise. A origem da cidade de Brotas está diretamente associada à iniciativa de Dona Francisca Ribeiro dos Reis, que, em 1839, ergueu uma capela dedicada a Nossa Senhora das Dores de Brotas, ato considerado o marco inicial da povoação. Antes disso, Dona Francisca já havia instalado um pouso para tropeiros em 1837, quando foi reaberto o "Picadão," um caminho que ligava Piracicaba ao Rio Paraná, passando por Brotas. Esse pouso foi essencial para o acolhimento e descanso dos tropeiros, favorecendo o crescimento da área e contribuindo para a formação da futura cidade.

Outro aspecto importante refere-se a projetos de colonização que buscavam fixar famílias imigrantes como mão de obra agrícola. Em um desses projetos, 29 famílias imigrantes foram estabelecidas na fazenda, enquanto 43 decidiram não permanecer. O plano do fazendeiro envolvia a fixação de 72 famílias, um número expressivo, visando garantir uma força de trabalho robusta e diversificada. Esse tipo de colonização envolvia a migração de famílias completas, ou seja, com todos os seus membros. Este modelo migratório incluía a participação das mulheres no trabalho agrícola, integrando sua força de trabalho à economia das fazendas. O sistema de produção agrícola baseava-se no trabalho conjunto de todos os adultos disponíveis, visando otimizar a capacidade produtiva das propriedades. (23)

A pesquisa sobre caminhos e veredas indígenas contribui para a percepção da formação territorial em sua dimensão processual, desentocando diferentes camadas históricas que se sobrepuseram ao longo do tempo. Assim como uma paisagem que se desdobra em diferentes níveis

de percepção, o território do interior paulista foi constituído por sucessivas contribuições: das trilhas ancestrais indígenas às rotas bandeirantes, do conhecimento tradicional às adaptações dos colonizadores, e das ações de homens e mulheres de diferentes origens e classes sociais.

Cada camada dessa paisagem histórica carrega marcas de saberes, técnicas e relações sociais que desenharam tanto o espaço físico, como as dinâmicas culturais e econômicas da região. O estudo das diferentes camadas de influência na formação territorial, incluindo aquelas pouco documentadas pela historiografia anterior, contribui para a compreensão deste processo como uma construção histórica de acumulações e transformações. Os diversos grupos sociais que participaram deste processo histórico influenciaram tanto a configuração do espaço quanto as práticas sociais do interior paulista.

A Narrativa da Expedição de 1835: Uma Análise do Relato de Mario Pahim

A narrativa de Mario Pahim, apresentada em seu discurso de inauguração do Fórum de Jaú em 1934, reconstrói a trajetória de uma expedição ocorrida em 1835, que atuou na ocupação do território central da província de São Paulo. Baseado nas informações de um "obscuro cronista", a narrativa apresentou os aspectos humanos e naturais que caracterizavam a região naquela época.(24)

A expedição, organizada a partir da capela de Brotas, reuniu aproximadamente trinta homens sob a liderança de três figuras centrais: Dutra, Velloso e Joaquim Piranha. O discorrer sobre os preparativos da empreitada indicam a organização material necessária. Um ferreiro local produziu o arsenal dos expedicionários, incluindo fuzis de pederneira e facões com cabos de chifre fabricados para esta ocasião. A escolha das provisões para a jornada - paçoca de carne de vaca, sal e farinha de milho - permite observar aspectos importantes da cultura material e dos padrões alimentares característicos daquele contexto histórico.

O ambiente natural surge como um personagem da narrativa, impondo desafios constantes aos exploradores. A Serra de Brotas é descrita como o primeiro grande obstáculo, marcada por mata densa e terreno íngreme. A vegetação é diversificada, com menções a palmitos brancos de estípites esguios, jeribás, guarantan, guauvira, jacaratiá e cipó imbê. Atravessar esse território exigia um trabalho árduo de abertura de trilhas, realizado de forma sincronizada por vinte facões.

A fauna integra o processo, ora como ameaça, ora como recurso. Onças rondavam os acampamentos noturnos, afastadas apenas pelo clarão das fogueiras, enquanto insetos como muriçocas e biriguis atormentavam os exploradores. A narrativa menciona aves como aráuina, gavião, mutum e canindé, bem como abelhas nativas – mandaçaia, jataí, manduri e tubuna – regularmente exploradas para coleta de mel. Esses elementos da fauna são incorporados tanto como parte do cotidiano da expedição quanto através de descrições dos cocares indígenas.

O encontro com os indígenas "coroados" é um ponto central. Mario Pahim descreve seus hábitos, como danças noturnas e o consumo de mel fermentado, além de suas táticas defensivas, que incluíam armadilhas de guauvira e fojos. O grito de "anhanguera", que levou os indígenas à fuga, sugere que eles já haviam vivenciado interações com outras expedições colonizadoras, muitas vezes violentas.

A expedição resultou em uma ocupação territorial estruturada segundo a "lei da posse", que vinculava a propriedade da terra ao controle de fontes de água. Os principais líderes dividiram áreas estratégicas entre si: Francisco Mira estabeleceu-se na região de Dois Córregos; Manuel Joaquim Lopes na bacia do ribeirão São João; Dutra nas vertentes do ribeirão Jaú; e Piranha e Velloso na confluência do rio Jaú com o rio Tietê. A hidrografia contribuiu nesse processo, com rios (Jaú e Tietê), ribeirões (Palmeiras e São João) e córregos menores servindo para orientação e sustento e servindo como marcos naturais para a demarcação das propriedades.

Por fim, o pronunciamento de Pahim, mesmo escrito quase um século após os eventos narrados, apresenta uma “visão” do processo de expansão territorial em São Paulo. A interação entre os elementos naturais, os indígenas e os colonizadores é aventada em um retrato da possível transformação da paisagem em território ocupado e administrado.

Pelos “caminhos que andam”

*"Deixando a pátria transformada em fontes
Por termos nunca usados, nem sabidos,
Cortando matos, arrazando montes,
Os rios vadeando, mais temidos,
Em jangadas, canoas, balsas, pontes ..."*
(Cláudio Manoel da Costa, Obras Poéticas)

A expressão 'caminhos que andam', cunhada por Sérgio Buarque de Holanda em *Monções* (1945), descortina poeticamente como os rios estruturaram a expansão e ocupação do território brasileiro durante o período colonial. Esta metáfora apresenta os rios como rotas naturais de circulação e elementos constitutivos das dinâmicas territoriais e sociais da colonização. No contexto das monções — expedições fluviais que conectaram São Paulo a Cuiabá durante o ciclo do ouro no século XVIII —, o sistema Tietê-Paraná se consolidou como uma intrincada rede de navegação que redefinía de modo contínuo sua função geográfica. Esses rios não eram somente vias passivas; eles compunham técnicas de navegação, práticas sociais e até o material cultural associado às expedições, influenciando de forma decisiva os rumos da ocupação do interior do território. (1)

Os 'caminhos que andam' exigiram dos colonizadores reconfigurações técnicas e culturais profundas. As canoas monóxilas e as estratégias de navegação emergiram como respostas às especificidades dos rios brasileiros, seguindo os ritmos dos regimes fluviais - as partidas concentravam-se entre março e maio, nos períodos de maior navegabilidade. A geografia social que se desenhou nessas rotas excedeu a simples ocupação territorial, instituindo dinâmicas de interação nas quais habitantes e ambiente se entrelaçavam de forma constante. As margens fluviais configuraram-se como zonas de trânsito e permanência, onde arraiais e vilas se articulavam segundo o fluxo das águas.

No período colonial, os rios ultrapassaram limites físicos, constituindo-se em vetores de expansão que de modo contínuo remodelavam os contornos da colonização. Nas interpretações de Sérgio Buarque de Holanda, os cursos fluviais representavam mais que superfícies geográficas: eram territórios vivos, em que diferentes grupos sociais negociavam suas existências. Nestas fronteiras em movimento, as características naturais e as demandas coloniais produziram práticas específicas de navegação, comércio e ocupação. A mobilidade característica desses espaços gestou uma sociedade marcada pela capacidade de reinvenção e adaptação permanente.

A navegação e a ocupação desses "caminhos que andam" não teriam sido possíveis sem o conhecimento desenvolvido pelos povos indígenas ao longo de gerações. Como problematiza Glória Kok em *Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América Portuguesa*, o sertão, nos imaginários coloniais associado ao perigo, era, na verdade, um espaço de circulação e domínio dos povos

indígenas. Estes haviam desenvolvido uma cartografia própria, baseada na memória e nos sentidos. Por meio de interações ocasionais, muitas vezes mediadas por laços de parentesco, os colonos paulistas assimilaram conhecimentos sobre o território. Essas trocas culturais viabilizaram expedições sistemáticas pelo sertão, incluindo as bandeiras, as monções e as levas de povoadores rumo às fronteiras. Assim, os colonizadores puderam enfrentar florestas tropicais, descampados, serras perigosas, rios encachoeirados e terrenos pantanosos, valendo-se de técnicas e estratégias transmitidas pelos nativos, primordiais para a ocupação e exploração do interior do território. (2)

Em 1628, Luis de Céspedes Xeria, então nomeado governador do Paraguai, realizou uma extensa viagem pelos rios Paraguai e Paraná, até alcançar o rio Tietê. Essa expedição resultou em um dos primeiros mapas e diários de navegação detalhados da região. O documento, intitulado *Mapa do rio Ayembi (atual Tietê) e do Paraná, com seus afluentes, que registrou Luis de Céspedes Xeria, governador do Paraguai, ao entrar em sua jurisdição desde o Brasil*, apresenta a interconexão entre os principais rios da bacia do Prata e estabelece a ligação entre São Paulo e Assunção.

A importância desse mapa reside em seu caráter pioneiro na documentação da navegação fluvial na região. Ao detalhar o percurso, Céspedes produziu um guia de navegação e um registro que explicita as práticas de reconhecimento e ocupação territorial da época. O mapa dimensiona como os rios da bacia platina se configuravam como vetores de articulação no processo de colonização, conectando regiões distantes e possibilitando a circulação de pessoas e bens entre esses espaços.

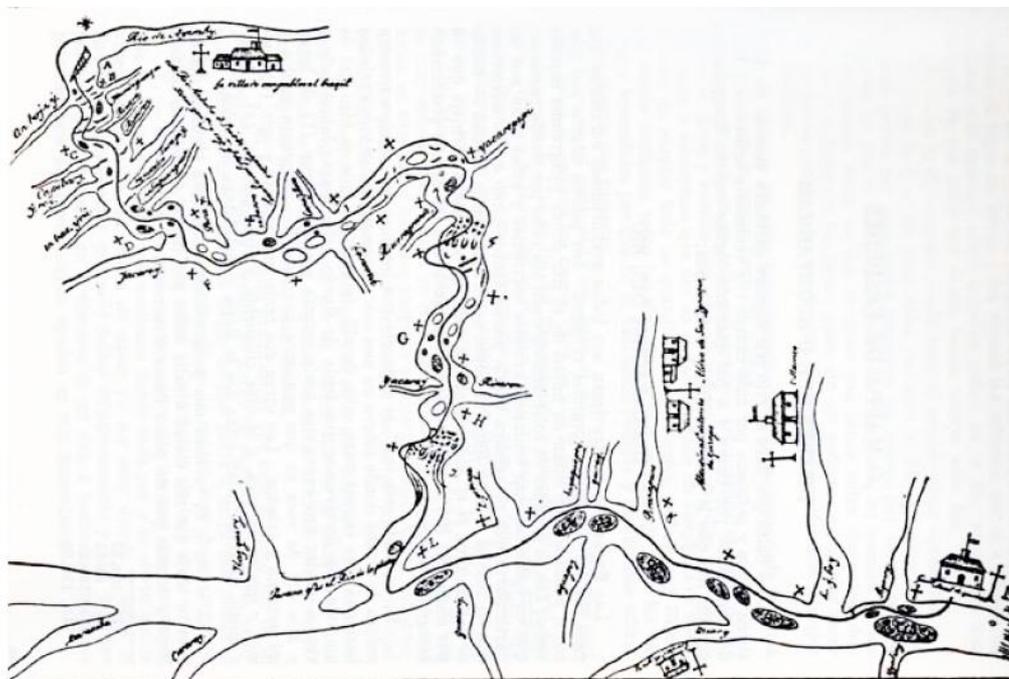
O registro cartográfico de Céspedes mostra as configurações elaboradas do espaço colonial, revelando as tramas de representação e poder inscritas na produção cartográfica. Em sua análise da cartografia do período, desenvolvida em *De uma margem à outra: rios, mapas e fronteiras na bacia platina (séculos XVI/XVII)*, Tiago Bonato observa uma característica particular desta representação: '*o completo vazio do não-domesticado fora das margens contrasta com a unicidade e facilidade da conexão entre São Paulo e Assunção. O rio é fronteira que articula, já que é também uma passagem.*' Esta representação cartográfica equaliza a dualidade multiestratificada dos rios no processo de colonização, em permanente tensão entre limites territoriais e vias de conexão entre diferentes espaços coloniais.

Airton José Cavenaghi, em *A construção da memória historiográfica paulista: Dom Luiz de Céspedes Xeria e o mapa de sua expedição de 1628*, problematiza como essas representações cartográficas ressignificam o registro geográfico. O autor dimensiona os mapas de Céspedes como dispositivos de construção narrativa, articulando domínio territorial e processos de memória sobre a colonização e exploração do sertão. (4)

Cavenaghi apresenta este mapa como um reflexo do contexto cultural e prático de sua época, combinando elementos europeus e indígenas. O documento, construído com base na observação direta e na experiência dos membros da expedição, expressa a coexistência de diferentes tradições de conhecimento na prática cartográfica colonial.

A análise deste mapa dimensiona a intrincada articulação entre os conhecimentos indígenas e europeus nas práticas de navegação e exploração territorial do período colonial. A representação cartográfica, ainda que estruturada segundo as convenções técnicas europeias, incorpora um vasto conjunto de saberes locais sobre rios, caminhos e paisagens. Este documento cartográfico não representa uma exploração inaugural do território, mas sim a formalização gráfica de

trajetórias já estabelecidas, conhecidas tanto por nativos quanto por colonizadores através da tradição oral. O mapa materializa, assim, um processo de síntese entre diferentes tradições de conhecimento espacial, onde os saberes nativos sobre o território foram gradualmente incorporados aos métodos europeus de representação cartográfica.



- Reprodução impressa do Mapa de Dom Luiz de Céspedes Xeria, 1628. Fonte: Afonso de E. Taunay (1922).

Figura 1: Reproduções do mapa elaborado por Dom Luiz de Céspedes Xeria durante sua expedição de 1628

A análise historiográfica desse mapa dimensiona interpretações múltiplas sobre a cartografia colonial. Afonso d'Escragnolle Taunay e Sérgio Buarque de Holanda, ao problematizarem essas produções cartográficas, descortinam suas especificidades técnicas.

Para Taunay, os erros na grafia dos lugares e as imprecisões nos mapas iluminam os limites desses documentos como fontes históricas. Holanda, em perspectiva complementar, argumenta que essa cartografia 'rudimentar' até o século XVIII se configurava mais como dispositivo de navegação e exploração do que como instrumento científico, problematizando os objetivos imediatos dos processos de expansão territorial.

No entanto, como problematiza Airton José Cavenaghi, privilegiar critérios técnicos modernos na avaliação de mapas coloniais pode obscurecer as dimensões estruturantes desses documentos históricos. O mapa de Xeria, por exemplo, representa um processo de coleta e sistematização de informações, no qual experiências e conhecimentos locais eram vitais para a navegação em um território ainda pouco conhecido pelos europeus. Sua aparente "imprecisão" técnica contrasta com sua eficácia prática como guia de navegação.

Essa discussão sobre a natureza e o valor da cartografia colonial ganha um novo contorno quando consideramos o processo de preservação do próprio mapa de Xeria. Sua recuperação nos

arquivos de Sevilha por Pablo Pastells, historiador da Companhia de Jesus, e sua posterior cópia por Santiago Monteiro Diaz em 1917, a pedido de Taunay, esclarece como diferentes gerações de historiadores problematizaram sua significação como registro histórico, em meio a interpretações diversas e tensionamentos metodológicos.

Na análise dos mapas de Céspedes Xeria, Tiago Bonato identifica uma característica fundamental: uma clara distinção entre áreas conhecidas e desconhecidas. As margens dos rios são retratadas com detalhe, enquanto os espaços além delas permanecem em branco. Os cursos d'água, delineados de forma sinuosa, com seus afluentes e pontos de referência, funcionam simultaneamente como fronteiras e conexões. Esses mapas, testemunhos do avanço europeu na América do Sul, ilustram o caráter gradual e fragmentado da expansão do conhecimento territorial.(5)

Apoiando-se em Michel de Certeau, Bonato argumenta que o conhecimento geográfico do período seguia uma lógica própria. Certeau traça uma distinção entre as 'artes de fazer' — práticas de exploração e mapeamento baseadas na experiência direta — e a ciência formal posterior. A geografia colonial se instituiu como uma catalogação processual, baseada nas observações e vivências dos exploradores, em um momento ainda anterior à sistematização metodológica que caracterizaria a ciência cartográfica moderna. Os mapas do período, portanto, não tinham como objetivo uma representação abrangente e geométrica precisa do território. Buscavam traçar trajetórias, assinalar referências para a navegação e discorrer sobre as experiências de exploração.

Em *Monções*, Sérgio Buarque de Holanda analisa como o ambiente natural influenciou de modo explícito as técnicas de navegação desenvolvidas pelos paulistas. A floresta ao longo do rio Tietê, com algumas características semelhantes às da Amazônia devido à abundância de árvores corpulentas, determinou o design das canoas utilizadas no comércio fluvial das monções. Essas embarcações, menores e comparáveis a lançadeiras de algodão, apresentam a capacidade de adaptação às condições locais, um processo dialeticamente configurado, já problematizado por Céspedes Xeria em 1628, ao dimensionar a integração entre conhecimentos nativos e demandas coloniais.

A exploração do interior brasileiro se configurou em permanente negociação entre colonizadores e indígenas. O mapeamento do sertão dimensiona as complexas dinâmicas culturais e tecnológicas do período: as limitações da cartografia europeia eram reconfiguradas pela prática empírica e pela habilidade adaptativa dos exploradores. Os mapas de Céspedes Xeria, bem como as análises de Sérgio Buarque de Holanda e Glória Kok, mostram que a cartografia colonial surgiu da convergência entre saberes indígenas e técnicas europeias, moldada pelas particularidades ambientais e culturais do sertão.

No século XVIII, o Tietê médio consolidou-se como rota estratégica para as monções. O acervo documental do período - composto por diários de viagem, correspondências administrativas e memórias de viajantes, sertanistas e administradores coloniais – expõe as dimensões sociais e materiais deste processo histórico. Os registros apontam com precisão a geografia regional, os desafios da navegação e as interações sociais que se desenvolveram ao longo do rio. O estudo destas fontes reconstitui as práticas de navegação, as técnicas empregadas e as formas de apropriação do território. Desse modo, o Tietê médio estruturou a articulação cultural e econômica regional durante o século XVIII.

No diário de 1726, **Gervásio Leite Rebello** registra suas observações da viagem do Governador-Geral Rodrigo César de Menezes. Suas anotações do décimo dia, na paragem denominada Pitamduva, incluem uma característica particular do rio.(7)"

10. — Este rio é tão caudaloso e arrebatado, que navegando-se com tanto trabalho só se pode andar de dia pelas matas e pedras que tem atravessadas, e algumas escondidas, que me topando a canoa nelas, a viram com as mesmas pancadas (sic) as sacodem e lançam fora a gente, e a que não sabe nadar experimenta maior risco; e por estas pedras e madeiros, que também têm atravessados nos canais, obriga a se navegar só de dia e depois de dissiparem os nevoeiros por se não virem as canoas, porque ainda que a gente se salve, sempre o mantimento se perde e se molha a pólvora e sem uma e outra coisa se fica exposto a perecer de todo, por ser este um sertão muito afastado do povoado e com uma única roça que se fez a pouco tempo em Pitamduva (?), e o rio pouco abundante de peixe e mais é que chegam brancos e negros aos pousos (?) e ranchos tão cansados que apenas lhes lembra o comer, além de suportar neste rio um excessivo calor de dia e um demasiado frio de noite com uma perseguição de mosquitos que os não deixa dormir nem descansar.

O depoimento publicado em *Relatos Monçoeiros* apresenta os desafios enfrentados pelos monçoeiros no século XVIII. A navegação, limitada ao período diurno devido aos perigos das rochas e matas submersas, expunha as expedições a riscos constantes. As colisões com rochas colocavam em perigo simultâneo as vidas dos tripulantes - muitos dos quais não sabiam nadar - e os suprimentos transportados, incluindo a pólvora necessária à defesa e sobrevivência da expedição.

Esses perigos eram agravados pela escassez de recursos na região — exemplificada pela presença de apenas um roçado recém-estabelecido em Pitamduva — e pelas condições climáticas extremas. O desconforto físico era intensificado pela infestação incessante de mosquitos, que tornavam praticamente impossível o descanso adequado. Este cenário de perigo e privação sugere a dureza do cotidiano das expedições monçoeiras, que enfrentavam não apenas a natureza hostil, mas também os limites da própria resistência humana.

Na obra *Relação da viagem que fez da cidade de S. Paulo para a vila do Cuyabá no anno de 1751: carta a um seu primo / Conde de Azambuja – 1751*, encontra-se a seguinte indicação, com suas respectivas decorrências:

"dez fiquei/ arranchado ao pé de hum morro, aonde ouvi/ por duas vezes estrondos, como de Artelha-/ria, e parecendo-me que serião trovoens, me/ segurarão os Piloutos, serem estalos, que dava/ o mesmo morro, e que alguns praticos tinhaõ/ aquillo por signal de haver ali ouro, e que/ querendo-o examinar varias vezes, se naõ/ atreverão a chegar perto pelo horror, que/ lhe fizeraõ os ditos estrondos. Na verdade/ o Ceo estava mais, como defumado, e se-/milhante ao que se vé na altura de Cabo ver-/de// que he de trovoada. A doze passei pelo ul-/timo Sitio, que se encontra até Camapuan,/ aonde estaõ vivendo dois moradores com al-/guns carijós fóra de toda a communicaçaõ/ mais do que com aquelles, que fazem o ca-/minho de Cuiaba [sic]: chamaõ a este Lugar/ Pitunduba." (8)

A *Relação da viagem que fez da cidade de São Paulo até a vila do Cuiabá no ano de 1751*, atribuída ao **Conde de Azambuja**, é uma exposição do percurso e das características naturais

testemunhadas pelo autor em sua expedição. As observações de Azambuja, em sua crônica, compõem um panorama das regiões visitadas, como Pitunduba. Localizada na rota para Cuiabá, essa parada é descrita como um lugar isolado, habitado por apenas dois moradores, juntamente com alguns carijós (grupo indígena guarani), sem qualquer comunicação além daquela proporcionada aos viajantes que seguiam a mesma rota. A ocupação rarefeita de *Pitunduba* caracterizava o padrão de povoamento do sertão, onde a precariedade da vida e a ausência de infraestrutura marcavam as terras pouco exploradas.(8)

Uma curiosidade sobre Pitunduba chama a atenção. Azambuja relata que, ao se arrancar ao pé de um morro, ouviu estrondos semelhantes a tiros de artilharia. Contudo, os pilotos afirmaram que eram "estalos" produzidos pelo próprio morro. Alguns viajantes experientes na região associavam esses estrondos à possível presença de ouro. No entanto, ninguém ousava investigar mais de perto, temendo os misteriosos ruídos. Esse episódio ilustra o mistério e o temor que o desconhecido exercia sobre os exploradores da época. Este episódio simboliza a íntima relação entre as características naturais do território e o imaginário das riquezas minerais, que alimentava as esperanças de descoberta do ouro. Ele, também, descreve a imagem de um céu "defumado," semelhante ao observado na altura de Cabo Verde, evocando uma sensação de perigo iminente e de condições climáticas atípicas. Essas observações ampliam a percepção do caráter quase mítico que Pitunduba apresentava aos viajantes naquela ocasião.

Após um século de incursões terrestres e fluviais ao sertão desconhecido, a região apresentava nuances que desafiavam sua caracterização como espaço hostil e inóspito. O território exercia múltiplas formas de atração: seus recursos materiais, as possibilidades de aventura e lucro, e a dimensão edênica que lhe era atribuída. A concretização dessas expectativas, no entanto, dependia da observação e domínio de práticas e procedimentos específicos do universo sertanista.

Na primeira metade do século XVIII, avançar e manter ocupações ao longo do rio Tietê era uma tarefa difícil e arriscada. Porto Feliz e Itu constituíam, até então, os pontos mais avançados desse processo. Piracicaba, por sua vez, só se tornaria um foco de ocupação em 1768, quando o governador da capitania de São Paulo, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, incumbiu Antônio Corrêa Barbosa dessa missão. Naquele período, a população estava distribuída a onze léguas acima da confluência do rio Piracicaba com o rio Tietê.

O trecho entre Itapura e Camapuã, passando por Avanhandava, apresentou desafios crescentes à administração colonial durante o século XVIII. A resistência dos grupos indígenas à ocupação territorial somava-se ao esvaziamento gradual da atividade mineradora em Cuiabá a partir da década de 1750. Contudo, as narrativas dos viajantes assinalam um processo contínuo de aprendizagem e adaptação ao ambiente. O conhecimento acumulado sobre o território e seus obstáculos naturais mostrou-se central tanto para a continuidade das expedições quanto para o estabelecimento de núcleos povoadores.



Figura 2: "Partida da Monção", pintura de José Ferraz de Almeida Júnior (1897)
Localizada no Museu Paulista da Universidade de São Paulo (Museu do Ipiranga)

O Diário da Navegação (1769-1771), escrito por **Teotônio José Juzarte** durante sua atuação como ajudante do Regimento de Dragões Auxiliares da Capitania de São Paulo, constitui um registro da expedição ao Forte de Iguatemi. Em sua narrativa, o militar documenta a jornada, que envolveu oitocentos povoadores na região, informando sobre os preparativos da viagem, a fauna encontrada ao longo do percurso e o cotidiano da expedição. Essa crônica enumera os desafios enfrentados pelos viajantes, contribuindo para a compreensão das práticas e estratégias empregadas na ocupação territorial e na organização das expedições no século XVIII.(9)

“Ha tambem m quantidde de moscas grandes louras q'tem hû ferraó do Comprim quaze/ de hûa pollegada q' picando na gente hé co-/mo uma lanceta, e perseguem de tal sorte q' se/ faz incrível a sua perseguiçaó, e teima./

Alem destes inseptos há os bichos q' se temem/ m os quaes são as cóbras de extraordinatria/ grandeza, e diversas qualid de q' ao diante/ darei noticia como são jararacas, Cascaveis, co-frais, e sobretudo as grandes, e monstruozos/ Sucuris.

Há as onças, e Tigres e as grandes manadas/ de porcos de mato q'sao bravissimos, e de m/ longe se ouve o extrepito q' fazem com os/ dentes, de tudo isto se tem grande cuid durante a noite./

Tem estes Rios seos peixes em certas con-/junturas, a saber Dourados grandes, Jaúsi tambem grandes, e outros peixes aq' cha-/mao Pacús, porém não fertelizaó [sic] aos vi-/andantes por serem poucos e q" vay por simi-/lhantes Certoens naõ perde tempo sem neces-/sid./

Tem tambem suas Criaçoens de Patos por/ estes Rios, m Lontras, q' juntas em ban-/dos com meyo corpo fora da agoa querem investir as Canoas bramindo com hû gargan-/teado, q' cauza rizo, e se parecem como Caxor-/ros; porem atirando-lhe se somem margu-/lhando na agoa./

Há m Jacarés q' pelos barrancos dos Rios se/ estaó aqueitando ao Sol, e alguns de extraor-/dinaria grandeza q' atirando-se com balla lhe/ nao faz damno algú pela forteleza de suas/ Conxas, e só atirando-se-lhe pelo papo, ou/ de arrepia cebello hé q' se mataó; tem estes/ bichos o Almiscar nos graós, q' tirados fóra, e/ secos ao Sol se naó póde parar, com o cheiro;/ outros q' saó de outra natureza o tem no pa-/po, q' hé de baixo do focinho, ou na garganta./

Há Antas q' costumaõ cahir, e margulhar na agoa qd se vem perseguidas de algúa Onça, ou Tigre.!

Há outros mt bichos como são Capivaras, q sao como hû porco e vivem na agoa, e em/ terra; há grandes tadús [sic]; e se encontraó en-/terrados em a Aréa de algúas Prayas quan-/tid de duzias de Óvos os quaes se comem de/ outros bichos aq' chamao Javotins, há Ma-lcacos pelas arvores com seos filhos atracados/ assy; e assim pulaó e descem aos ranchos de-/pois embarcada a gente a aproveitarem-se/ de alguns fraumentos da Comida./

Há pelas Prayas do Rº grande Paraná/ huns grandes Passaros chamados Tuyu-/yús q' em pé extendido seu pescoço excedem a altura de hû homem a Cavallo; sao de/ cor cinzenta seu corpo terá o tamanho de/ hú Perum mas suas pernas tem a altu-/ra de hua vara e sao tao finas q' nao ex-/cedem a grossura de hû dedo, seu pescoço/ hé m comprido e delgado de sorte que es-/tendendo-o atira com o bico quaze na dis- /tancia de hûa braça./

Há tambem outros grandes passaros pela/ Campanha chamados Emas q' correndo/ os nao apanha hû Cavallo na carreira/ por mais velós q' corra, por q' na car- reira le-/vantao os d passaros hûa de suas azas/ q' de longe parece hûa Embarçaõ á vella/ q' corre com bom vento; os seos óvos são do/ tamanho de hû punho sua cor hé como o Ovo de Perdiz achaó-se pela Campanha.”

No *Diário de Juzarte*, as condições naturais e a fauna da região surgem em descrições minuciosas. Suas páginas apresentam as espécies animais e suas interações com o ambiente, capturando um período de proximidade desafiadora entre humanos e natureza. Esta convivência cotidiana, permeada por desafios físicos e tensões emocionais, moldava uma percepção dual do sertão. O território emergia como espaço hostil e sedutor, onde o imperativo da sobrevivência estabelecia os ritmos da vida e expressava as características de uma região em processo de transformação e descoberta.

Em suas observações sobre os insetos, Juzarte escreveu sobre o incômodo persistente das 'moscas grandes louras'. Ele compara suas picadas às de uma lanceta, devido ao tamanho de seus ferrões, que mediam quase uma polegada. Essas moscas perseguiram as pessoas com insistência, tornando-se uma praga comum durante a viagem. As *mutucas*, como são conhecidas atualmente, representa como pequenas criaturas eram capazes de transformar uma simples parada em um teste de resistência física e mental. Sua presença reforça a percepção do sertão como um ambiente onde até os menores organismos representavam ameaças significativas.

As serpentes também ganham destaque pela diversidade de espécies perigosas. Juzarte menciona jararacas, cascavéis e sucuris, que causavam grande temor entre os viajantes devido à sua monumental grandeza e periculosidade. Estas representavam um perigo constante, exigindo precauções redobradas durante a travessia. Nesse contexto, as serpentes simbolizavam a imprevisibilidade do sertão, onde um único descuido poderia ser fatal. Além do perigo concreto, a presença desses répteis alimentava um imaginário simbólico de um território desconhecido, repleto de perigos ocultos e desafiadores.

Além das cobras, Juzarte descreve onças e até “tigres” (provavelmente uma referência equivocada a felinos semelhantes às onças) como ameaçadores, circulando pelas áreas percorridas. Esses predadores eram acompanhados por porcos-do-mato, cujo comportamento agressivo e o ruído de seus dentes, audível à distância, impunham respeito e cautela aos viajantes. Tanto as onças quanto os porcos-do-mato representavam a coexistência entre predadores ferozes e animais selvagens em um equilíbrio natural que o homem não conseguia dominar.

A fauna aquática também recebe atenção em seu apontamento. Nos rios, embora em baixa quantidade, havia peixes como dourados, jaús e pacus. Juzarte menciona encontros com patos e lontras, que frequentemente atacavam as canoas dos viajantes. Esses animais, apesar de perigosos em suas investidas, provocavam risos devido aos sons que emitiam, semelhantes aos latidos de cães. Outro animal temido era o jacaré, encontrado em grande porte nas margens dos rios. Segundo Juzarte, suas carapaças eram tão resistentes que balas não conseguiam feri-los, a menos que fossem atingidos no ventre, sua única área vulnerável.

Entre os mamíferos, Juzarte descreve seus encontros com antas e capivaras. Durante as perseguições das onças, as antas buscavam refúgio nos rios. As capivaras, comparadas em seu aspecto a porcos, moviam-se com igual desenvoltura em terra e água, uma característica singular de sua natureza anfíbia. Em suas anotações sobre os tatus, Juzarte acrescenta a descoberta de ovos nas praias, possivelmente de répteis, que serviam de alimento durante a jornada. Os macacos, presentes nas árvores próximas, estabeleciam uma peculiar relação com os viajantes: desciam aos acampamentos em busca de alimentos, expressando sua astúcia e curiosidade.

Entre as aves descritas por Juzarte, o tuiuiú e a ema emergem como espécies dignas de nota. O tuiuiú, uma ave de grande porte, impressionava os viajantes com sua estrutura corporal singular, caracterizada pelo longo pescoço e pelas pernas delgadas. Sua estatura, quando em posição ereta, ultrapassava a altura de um cavaleiro montado, se mostrando aos olhos dos expedicionários. As emas impressionavam pela velocidade excepcional, superando até mesmo os cavalos em perseguição. Seus movimentos pelas campinas, com as asas contínuas, evocavam a imagem de embarcações navegando pelos campos. A diversidade morfológica e comportamental dessas aves contribuiu para consolidar a representação do sertão como um território definido pela exuberância natural e pelo elemento do desconhecido.

Nos registros dos dias subsequentes, Juzarte documenta em seu diário:

“DIA 16 DE ABRIL

Amanhecendo este dia, e todos já mais a-légres por haverem descansado, enxugado/ sua roupa, nascer o Sol, se cuidou em dar/ de almossar aos doentes, curalos, e embar-/cando tudo pelas seis horas, e meya da ma -/nhaã; somos quatro horas e meya até/ as onze q' embicamos ao barranco navegamos do R^o p^a/ jantar q' foi abaixo do Ribeiraõ chama-/do Icoacatú; nesta manhaã matou Fran.co/ Pays q' hia de montaria em hû Batelaõ dous veados pardos; e trez Dourados; segui-/mos nessa Viagem por tempo de cinco horas/ ea estas embicamos de tarde p^a pouzarmos a noite q' botando o mato abaixo pelo barran-/co do R^o desembarcando toda a gente passa-/mos a noite do dia dezesseis p^a o dia dezessete/ navegando este dia por tempo de nóve horas/ em o qual andamos onze legoas./

DIA 17 DE ABRIL

Amanhecendo este dia pelas seis horas,/ e meya da manhaã embarcou tudo, e se-/guindo viagem navegamos pela Barra/ do Rº Piracicava até onde chegamos às on-/ze horas, e meya da manhaã, eahy achamos/ Antonio Barboza Diretor de húa Povoação-/ação Situada pª as cabeceiras deste Rº o/ qual tinha descido por elle abaixo a encon-/trar-nos no dº Rº Tieté; defronte a este Bar-/ra de Piracicava embicamos pª fazer pouzo; navegando esta manhaã por tempo de cin-/co horas em as quaes andamos cinco legoas,/ e meya; passamos de frente a dª Barra cuja/ hé larga, e bastantemte cheya de agoas; sobe/ ao Rumo de Nordeste, eahy falhamos a tar-/de do dia dezeseite: logo desembarcou tudo pª/ terra, e sahirão mtos homens a caça por aqles/ matos onde se perdeo hû Soldº pago dos trin-/ta q' me acompanhaõ o ql entrando-se/ pelos matos se perdeo; achando-se a falta deste Camarada ja quaze Ave Marias, se/ mandaraõ pelos matos alguns práticos, e/ pelo Rio hû Batelaõ atirando huns, e ou-/tros tiros pª q' soubecem os do Rº e os de ter-/ra ouvindo as salvas em q' altura fica-/vaõ/ huns dos outros; e com efeito sendo ja oito/ horas da noite ouviraõ q' o Soldº gritava, acodindo pª aquella pte deraõ com elle trepado so-/bre húa arvore sem saber em q' parte esta-/va, e disposto a ficar e morrer naquelle certaõ;/ conto q' o motivo de se trepar naqla arvore/ fora hû grande número de porcos do mato/ q' com carreira violenta se encaminhavaõ/ pª elle aos quaes seguia, e perseguia húa/ Onça de extraordinária grandeza, q' a vista/ disto se Salvou em cima daquella arvore/ pª passar a noite athe o dia seguinte/ pª entaõ ver se acertava com o lugar aonde/ fezõ as Embarcaçoens ; encontraraõ-se es-/tes homens trazendo consigo o perdido, e/ aqui ficamos neste pouzo a noite do dia/ dezeseite pª o dia dezoito./

DIA 18 DE ABRIL

Amanhecendo este dia me embarquei em/ húa Canoinha com sete homens com suas/ Armas e sahy Rio abaixo ficando toda/ a expedição falhada no de pouzo, e nave- gan-/do duas voltas grandes do Re achei da p"/ esquerda hû Ribeiraó, e entrando por elle/ acima em bastante distancia achamos/ hû grande Campo em o qu fica o morro da/ Araraquara Merin e sobindo por elle aci-/ma o q' custou m10 por ser excabrozo, e excal-/vado, chegamos sobre a sua coroa, a qa tem/ m1ª cortaduras; a ahi fiz ponto fixo, q' fica o/ de morro ao Rumo de Norueste, e deste pon-/to fixo sobre a Coroa do d' morro se acha/ em distancia de dez légoas ao Rumo de/ Leste os morros de Piracicava, q' quaze tudo/ Campanha, porem agréste, e com pouco prestimo, e dahy correndo a procurar o Rumo/ de Lés Nordeste em distancia de quatro/ legoas pouco mais, ou menos da p" es-/querda do Rº Tieté, se acha o famozo/ morro de Araraquara Guassú q' dizem ter/ m' haveres; e do mesmo ponto fixo cor-/rendo ao Sul fica o morro de Butucatú,/ q' corre a meter a ponta ao Nórte e se-/guindo o de morro a gólpe de olho thé on-/de a vista pode alcansar; lançada do de/ ponto fixo podem ter a distancia de dez/ légoas; cuja extremide do de morro cami-/nha ao Rumo de Sussu- éste: Deste lu-/gar se descóbre mª Campanha, e os morros/ de q' acima faço mençaõ, examinado isto/ descemos, embarcamos na Canoinha, e/ seguimos p" o nósso pouzo, em o q" ficamos a noite do dia dezoito pª o dia dezenove./

DIA 19 DE ABRIL

Amanhecendo este dia se cuidou em embar-/car toda a gente, arrumaram-se as Embarca-/çoens, e por-se tudo em dia pª seguir a viagem,/ largamos ás onze hóras da manhaã, e nave-/gamos neste tp" sete legoas embicamos no/ barranco do Re botou-se o mato abaixo p*/ se fazer pouzo pª de noite, e vindo em distan-/cia de duas legoas abaixo da Barra de Pira-/cicava se avista pelas Costas todo o morro/ de Araraquara, cujas pontas em distancia/ grande vem a findar no Tieté pelas quaes/ se passa, e tudo se avista em distancia del oito legoas p' a p" direita; aqui ficamos a noite do dia deze- nove pª o dia vinte./

DIA 20 DE ABRIL

Amanhecendo este dia embarcando toda a gente largamos, e seguindo viagem pelas/ oito horas da manhã chegamos a hũa ca-/xueira chamada do estiraõ, a q' pas-/samos/ com mto trabalho, e susto indo tudo embar-/cado, e dahy passou a caxueira demos em/ hũ estiraõ de Rº morto q' tem mais de/ duas legoas todo ao Rumo de Norueste: de-/pois falamos por outra Caxueira chama-/da Putanduva q' q' dizer em Portuguez on-/de a vista se faz escura, hé mto perigoza, e/ medonha esta Caxueira, se meteraõ as Em-/barçaõens por ella com a gente dentro a/ Deos, e o empreendimento daly mais abaixo relatados pela Caxueira de Ibauruguassú, e foi/ percizo saltar a gente em terra, aliviar as Em-/barçaõens algũa Carga pª poderem passar/ por cima das Pedras; e a gente, e Carga abre-/do-se hũa picada pelo matto pª hir sahir abaixo/ da Caxueira, prejudicando mto trabalho, e inco-/modo agastando-se os sofrimentos-/se/ mtas mordidelas de mosquitos e Baratas na/ passagem pelo mato; embarcamos outra vez/ e dahy mais abaixo passamos a Caxueira/ de Ibaurú mirim, esta se pela Madre indo tudo embarcado, e dahy fomos se-/guindo viagem, chegamos até Caxueira de Barulry mirim, Cuja fica ao principio de/ hũa Ilha q' está no meyo do Rº bastantemte/ comprado: embicamos na ponta desta Ilha/ descarregamos as Canoas tirando-se-lhe meya carga, e bandeando-a por hũa picada q'/ se abrio pelo mato se juntou pela pte de baixo/ da dª Caxueira, passando toda a gente por terra/ pela dª picada, e passando ás Canoas com os/ homens nús, e Pilotos dobrados, rompendo / as ondas, e dificuldades desta Caxueira, ea/ mayor pte dos q' surgiram por terra nos acha-/mos cheyos dos tais carrapatinhos, q' despín-/do-nos nús nos esfrega-mos huns aos/ outros; huns com bolas de sera da terra, e/ outros com caldo de tabaco de fumo; as mu-/lheres se remediarão hũas com outras,/ e todos conforme podiaõ, e permitia a occaziaõ;/ passadas as Canoas pª a pte de baixo da dª/ Caxueira, junta a gente, e a Carga, se embar-/cou tudo, e seguimos nossa viagem té o pé/ da Caxueira chamada Barulry guassú, e ahy fizemos pouzo pª de noite, e foi as cinco/ horas da tarde por nos haver tempo pª se po-/der passar a dª Caxueira por ser mto perigo-/za, e ser percizo descarregarem-se as Embar-/çaõens de toda a carga, e passar a gente pª/ terra; em este dia naõ navegamos mais do/ q' Cinco horas e hũ quarto pelos mtos trabalhos,/ e incomodos q' verdadeiramente; e em este toto anda-/mos seis légoas e meya; e aqui pouzamos/ esta noite do dia vinte pª o dia vinte de hum.//

DIA 21 DE ABRIL

Amanhecendo este dia logo ao romper da/ manhã se cuidou em passar as Car-/gas/ ea gente por terra, e hũ dos homens da/ marcação se despio nú botando-se a nado/ sobio sobre hũa Pedra no meyo da Caxueira pª servir de vigia, e dar sinal com os/ braços por onde haviaõ de passar as Em-/barçaõens vazias, as quaes se passaraõ com/ Pilotos dobrados, e todos nús pela razão de/ q' dando hũa estes Embarçaõens em al-/guma Pedra, ou perdendo o equilibrio da/ correnteza, fógem estes homens nadando, e a Embarçaõ se faz em pedaços; assim/ se foi passando hũa a hũa, athé q' todos se/ puzeraõ da pte de baixo: e correm taõ velozes/ qdo passaõ q' quaze fóge a vista dos ólhos,/ e a emencidade de Pedras incobertas com/ as agoas: abaixo desta Caxueira se torna-/raõ a Carregar as Embarçaõens, e embarcar/ a gente, e neste trabalho se gastou toda/ a manhã té ás nove horas, e hũ quar-/to q' seguimos nossa viagem, e falamos mais duas Itaipavas, em as quaes pas-/samos dando varias pan cadas as Embar-/çaõens pelas Pedras, e dahy fomos embi-/car pª jantarmos ás onze horas, e três/ quartos; depois sahimos seguindo nossa via-/gem; e fomos a fazer pª de noite ás Cin-/co horas, e meya da tarde, navegando esse/ dia pª tpº de sete horas, e meya em o qal/ andamos oito légoas e meya; e aqui fica-/mos a noite do dia vinte e hum pª o de vin-/te e dous.

DIA 22 DE ABRIL

Amanhecendo este dia embarcamos as/ Sete horas da manhã, e depois de embarcar-/dos desceraõ ao pouzo dos [sic] Macacos com/ seos filhos atracados assy, chegando ao cham cada hum apanhava com ligeireza/ os fragmentos da comida q'haõ ficado , e/ isto ao pé de nós, e espantando-se pula-/raõ os filhos em suas redes, e ellas com/ ligeireza sobiraõ pelas arvores acima le-/vando cada hũ dos

filhos em sua mão o/ q' apanharaõ alem do q' levaõ na boca./ Seguimos nossa viagem R^o abaixo passa-/mos a Caxueira chamada Guaimicanga/ q' q' dizer em Portuguêz óssos de velha;/ esta Caxueira falou com mto perigo,/ por q' naõ tem passagem por terra, por q'/ de hû, e outro lado do R^o saõ paredoens/ de Pedra: faz esta Caxueira grandes on-/das q' p^a se passarem se cobrirãõ ás Cano-/as com as cobertas de lona na forma q'/ acima fica aqui, e assim se meteraõ a romper estas ondas q' saõ mto grandes, e conti -/nuaõ por grande espaço, assim aconteceu/ este perigo além de outros mtos, e depois em-/bicamos na terra p^a jantar-mos o q' se fêz/ as onze hõras e meya, e dahy sahi-mos/ seguindo nossa viagem thé as Cinco da/ tarde, q' fizemos pouzo p^a ahy ficarmos de/ noite o qal rossando-se o mato se acomo-/dar a gente se achou hûa grande cobra/ Cascavel, a qal se matou a tiros, q' tinha/ onze palmas de Comprido, e quinze cas-/caveis, q' querem dizer tinha quinze an-/nos, porq' cada ano lhe nasceu hû; es-/tes Cascaveis os tem na ponta da Cauda/ q' bolindo com ella xocalhaõ e fazem bu-/lha; morto este grande bicho nos admi-/ramos todos de sua grandeza; neste dia navega-/mos por tempo de oito horas e me-/ya em o qual andamos dez legoas, e aqui/ ficamos a noite do dia vinte, e dous p^a o dia/ vinte e tres./

DIA 23 DE ABRIL

Amanhecendo este dia embarcamos plas/ seis horas, e hû quarto navegamos thé ás/ onze e hû quarto q' embicamos ao barran-/co do R^o p^a jantar e dahy nos demo-ramos/ thé ás duas horas e hû quarto; q' sahi-/mos seguindo nossa viagem a qal foi sem-/pre pelo R^o quaze morto; e ja sobre a tar-/de notícias por hû Campo q'abei-rava/ o R^o com pequeno barranco, e ahy sal-/tando em terra huns poucos de homens/ com Espingarda, e Cachorros a poucos passos matareaõ tres Veados, e hûa Anta, que/ voltando p^a as Embarçaõens ficamos mto/ contentes, principalmte p^a com estas ca-/ças convalescerem alguns doentes; e da-/hy seguimos, e fomos a hûa grande volta/do Rio a fazer p^a de noite q' foi ás/ Cinco horas, e meya da tarde: embicadas/ as Canoas no barranco do R^o, e botado/ abaixo o mato p^a o pouzo, desembarcou/ a gente, e se aquartelou; e as Caças depo-/is de esfolladas se partiraõ em ressoens/ pelos doentes, e aquelles mais necessita-/dos, os quaes cada hû por seu pte huns as-/sando, outros cozendo, cada hû cuidava na/ sua comida (adverta -se q' hûa Anta da/ quaze tante Carne com [sic] hû Boy) nave-/gamos este dia pelo tempo de dez horas, e hum quarto em o qal andamos onze legoas/ e meya, e aqui ficamos esta noite do dia/ vinte, e trez, p^a o dia vinte, e quatro./”
(10)

No contexto de uma viagem fluvial retratada no diário de um monçoeiro, os trechos dos dias 16 a 23 de abril descrevem uma jornada por rios que cruzam vastas regiões selvagens, em uma época marcada por intensas expedições de desbravamento no interior do Brasil, mais especificamente desde a confluência do rio Piracicaba com o Tietê até a foz do rio Jacaré-Guaçu.

Em 16 de abril, após um período de descanso, a expedição retomou sua jornada. Os viajantes, já recuperados e com suas vestimentas secas, iniciaram a navegação às seis e meia da manhã. O trajeto os levou até o Ribeirão *Icoacatú*, onde realizaram parada para o almoço. Durante o percurso matinal, os registros indicam que Francisco Pays, em seu batelão, obteve êxito em suas atividades de caça, abatendo dois veados pardos e capturando três dourados. As práticas alimentares dos expedicionários expressavam um conhecimento refinado na exploração dos recursos terrestres e fluviais para sua subsistência. Durante a tarde, o grupo prosseguiu viagem até encontrar um local adequado na margem do rio, onde prepararam o terreno para o acampamento noturno. A jornada daquele dia estendeu-se por nove horas de navegação, cobrindo uma distância de onze léguas.

Na manhã de 17 de abril de 1769, a expedição liderada por Teotônio José Juzarte alcançou a foz do rio Piracicaba, onde encontrou Antônio Corrêa Barbosa, diretor da povoação local. Este encontro ilustra as redes de comunicação que se estabeleciam entre viajantes e colonizadores nas fronteiras do território colonial. A navegação matinal, que durou cinco horas e cobriu cinco léguas e meia, culminou na Barra de Piracicaba, descrita como uma passagem larga e abundante em águas, orientada ao nordeste.

O momento mais peculiar desse dia ocorreu quando, após o desembarque, um soldado da expedição se perdeu durante uma caçada. Sua ausência foi notada apenas próximo ao anoitecer, levando o grupo a organizar buscas por terra e pelo rio. O episódio atingiu seu ápice quando o soldado foi encontrado – após tiros de sinalização - refugiado no alto de uma árvore, onde havia subido ao se ver encurralado entre uma vara de porcos-do-mato e uma onça que os perseguia. Este incidente dramático sintetiza os perigos enfrentados pelos viajantes no sertão colonial. A presença da onça, a desorientação na mata fechada e o isolamento do soldado ilustram como a natureza impunha seus próprios termos àqueles que ousavam atravessá-la.

O depoimento dos dias 18 e 19 de abril apresenta uma descrição geográfica da região de *Araraquara* e seus arredores. Em 18 de abril, Juzarte realiza uma incursão específica, afastando-se da expedição principal que permanecia acampada. Com um grupo restrito de sete homens armados, embarca em uma pequena canoa e segue rio abaixo até alcançar um ribeirão na **margem esquerda**. Navegando por esse curso d'água, o grupo chega a um campo onde se encontra o morro de *Araraquara Mirim*. A subida do morro é descrita como exigente, devido ao terreno acidentado e à ausência de vegetação densa.

Do alto do morro, Juzarte executa seu levantamento topográfico. A partir de um 'ponto fixo' estabelecido na coroa do morro, na direção noroeste, ele mapeia os marcos geográficos que caracterizam a região. A cerca de dez léguas a leste, identificam-se os *morros de Piracicaba*, situados em uma região de campos considerados agrestes e pouco férteis. Aproximadamente quatro léguas ao nordeste, na margem esquerda do Tietê, encontra-se o "famoso morro de Araraquara Guassú", descrito como um local possivelmente rico em minerais. Ao sul, avista-se o *morro de Botucatu*, que se estende em direção ao norte e continua para o oeste, até onde a vista alcança, numa distância estimada de dez léguas.

No dia seguinte, 19 de abril, a expedição retoma sua jornada por volta das onze horas da manhã, navegando por sete léguas antes de estabelecer um acampamento noturno. A partir de um ponto situado duas léguas abaixo da confluência com o rio Piracicaba, é possível observar toda a extensão do morro de Araraquara, cujas extremidades alcançam o rio Tietê após um longo percurso. O morro é visível por cerca de oito léguas ao longo da margem direita do rio.

Nos apontamentos de 20 de abril de 1769, Teotônio José Juzarte apresenta a metodologia de travessia das cachoeiras durante o percurso monçoeiro. Cada obstáculo natural, conforme suas anotações, exigia dos navegantes um conhecimento prático específico para o êxito das expedições. A sequência de cachoeiras — Estirão, Putanduva, Ibauruguassú, Ibauru Mirim, Barulry Mirim e Barulry Guassú — indica a diversidade de desafios enfrentados pelos monçoeiros. O nome Putanduva, traduzido como "onde a vista se faz escura", ilustra como os perigos naturais influenciavam a toponímia local, fundindo saberes indígenas com as experiências acumuladas pelos navegantes.

As técnicas empregadas para transpor esses obstáculos variavam de acordo com as características de cada cachoeira. Em alguns trechos, toda a tripulação permanecia embarcada; em outros, era necessário descarregar parcial ou totalmente as canoas. A abertura de picadas na mata para contornar quedas d'água mais perigosas evidencia como a navegação se transformava em jornadas terrestres. Essa dinâmica deixa claro as adversidades cotidianas enfrentadas pelos viajantes. Picadas de mosquitos e baratas durante as caminhadas pela mata, além da infestação de carrapatos, eram combatidas com recursos disponíveis no ambiente, como bolas de cera e caldo de tabaco. Essas soluções práticas mostram a adaptação dos monçoeiros às condições adversas e a construção de um saber prático para lidar com os desafios naturais. A distância relativamente curta percorrida naquele dia — seis léguas e meia em cinco horas e um quarto de navegação — ressalta o desafio técnico à navegação e o momento de reorganização logística da expedição, exigindo decisões estratégicas sobre a melhor forma de prosseguir com pessoas e cargas.

Juzarte documenta técnicas de navegação e sobrevivência empregadas durante as monções, mostrando as estratégias utilizadas para enfrentar as adversidades. No dia 21 de abril, ele descreve um método para a transposição de cachoeiras: um homem nu posicionava-se sobre uma pedra central no leito do rio, atuando como guia visual para indicar o caminho seguro às embarcações vazias. Essas canoas eram conduzidas pelos chamados "pilotos dobrados" — navegadores que operavam em dupla, treinados para enfrentar as águas turbulentas e prontos para nadar em situações de emergência. A força e a velocidade das correntezas atingiam tal intensidade que, nas palavras de Juzarte, 'quase fôge a vista dos olhos' - uma expressão que captura o perigo e a perícia necessária nestas travessias.

No dia 22 de abril, a expedição começou as atividades com o embarque às sete horas da manhã. Durante a jornada, ao passarem por uma área conhecida como Pouzo dos Macacos, observaram um grupo de macacos com seus filhotes. Os animais, ao perceberem restos de comida, desceram para coletar os fragmentos com as mãos e a boca. Assustados com a presença dos viajantes, os filhotes pularam nas costas de suas mães, que subiram pelas árvores, carregando o que haviam apanhado.

Após essa constatação, a expedição avançou até as cinco da tarde, momento em que decidiram interromper a jornada para pernoitar. Durante o desbravamento do mato para montar o acampamento, os viajantes encontraram uma grande cascavel, que foi morta a tiros. A serpente, medindo impressionantes onze palmos de comprimento (cerca de 2,42 metros), tinha quinze anéis na cauda. Os viajantes associaram esses anéis à idade do animal, acreditando que cada um correspondia a um ano de vida. O som característico produzido pelas cascavéis é destacado no relatório, sublinhando a forte impressão causada pelo encontro com o réptil. Nesse dia, a expedição navegou por oito horas e meia, percorrendo uma distância de dez léguas antes de acampar para a noite de 22 para 23 de abril.

Na manhã de 23 de abril, a expedição embarcou às seis horas e navegou até as onze horas e um quarto, quando pararam à margem do rio para o almoço. Esse intervalo permitia ao grupo executar um planejamento metódico e atender suas necessidades básicas. Após retomarem a jornada às duas horas e um quarto, o texto ressalta o esforço contínuo em um ambiente desafiador, navegando em um rio "quase morto", que provavelmente apresentava pouca correnteza e dificultava o deslocamento.

Um dos momentos mais marcantes desse dia ocorreu quando, no final da tarde, o grupo avistou um campo próximo ao rio. Parte dos homens desembarcou com espingardas e cachorros, conseguindo caçar três veados e uma anta. A captura das presas aliviou e alegrou o grupo, fornecendo a carne necessária à recuperação dos membros doentes. A observação de que uma anta pode fornecer uma quantidade de carne semelhante à de um boi ressalta o conhecimento prático sobre os recursos locais e sua importância para a sobrevivência.

Ao fim da jornada, às cinco e meia da tarde, o grupo estabeleceu acampamento provisório à margem do rio. Durante o pouso, emergiram práticas distintivas de organização: enquanto a carne era distribuída entre os expedicionários mais necessitados, cada membro do grupo preparava sua própria refeição. Esta dinâmica do cotidiano monçoeiro conjugava o princípio da autonomia individual no preparo dos alimentos com o sistema coletivo de distribuição dos recursos. A minúcia de Juzarte ao anotar o tempo de navegação - 'dez horas e um quarto' - e a distância percorrida - 'onze léguas e meia' - atende o rigor metodológico que caracterizava as expedições do período.

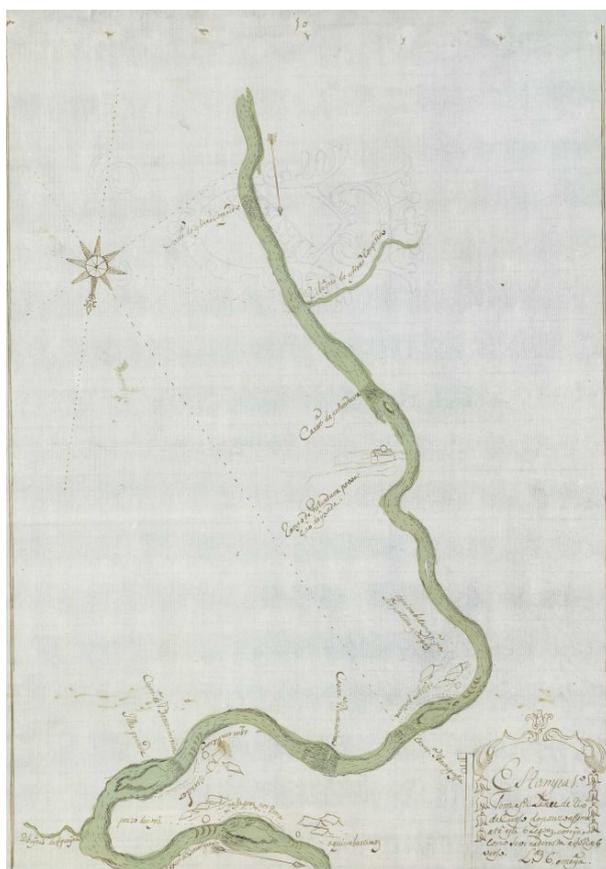


Figura 3: Mapa de Juzarte: "Rancho da Putunduva: povoação deyxada".

Em seu Diário de Viagem pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e São Paulo (1780-1790), o matemático e astrônomo **Francisco José de Lacerda e Almeida** registrou observações durante sua passagem pelo Médio Tietê. Seus informes combinam a precisão científica

de um olhar técnico com descrições específicas da natureza e dos desafios impostos pela navegação na região.

-20 - Tendo navegado de legoa, passei a cachoeira Tambatirica, e depois a Uamicanga. Passei tambem pela barra do Rio Jacarépipira-guassú de 15 braças, e que despeja as suas agoas no Tietê pela margem Boreal.

21 - Vencidos de legoa de navegação, passei pela foz do Jacarépipira-mirim, que vem da mesma parte do guassú.

-22 - Pouco depois de estar em marcha passei a cachoeira Congonha de legoa e meia de extensão: a esta segue-se o Sapé, o Bariry-guassú, e mirim, e o Baurú, comprehendidas em 7 legoas, que tanto naveguei.

- 23- A primeira cachoeira, que passei, foi o Itapuá, e pouco depois a do Sítio, assim chamada por estar fronteira a um logar chamado Potunduba, onde houverão moradores, e parentes do meu guia, os quaes retirarão-se por estarem muito longe do pasto espiritual, e não pela má qualidade do terreno, que conforme se explica o piloto, que tambem alli assistio por alguns annos, era este logar a nata das terras. Com effeito, se pelo copado, e viçoso das arvores, e grossura dos troncos, se pode julgar da bon ou má qualidade da terra, posso dizer que não será facil achar melhores. Este logar deserto está no principio de um estirão, em cujo fim está uma cachoeira chamada do Estirão.

Passei tambem os tres poços denominados Nhapanupá mirim, e guassú, e dos Lençoes. Estes poços são uns logares muito fundos, que tem de 15 para 20 braças de profundidade, como me asseverão varias pessoas, que vem na comitiva, e que por vezes os tem sondado, não por curiosidade, mas porque a elles vem pescar em tempo que o rio está baixo, como em viveiros de peixes, e a linha de que uzão lhes mostra a profundidade dos poços. Além dos dous guias, que, como fica dicto, vem na comitiva por practicos das cachoeiras, e por pilotos, vem tambem um remador dos mais antigos, e experientes d'ellas, com o titulo de Proeiro. Este homem tem as chaves do caixão das carnes salgadas, e das frasqueiras, com. manda e governa a prôa, e está na sua jurisdicção e vontade o fazer mais, ou menos compassadas as remadas, conforme bate mais, ou menos apressadamente com o calcanhar na canóa, servindo cada pancada como de com. passo para cada uma remada todos remão em pé. Este homem merece na verdade toda contemplação, pois nas descidas das cachoeiras leva a vida em muito perigo e risco; porque como o rio corre n'ellas (para assim dizer) como a canda das pedras, que lhe estão em frente, e não bastando o leme, que tambem é um remo, vai este proeiro a balla despedida da peça, é necessario desviar a pron e em pé na proa da canóa com um grande e forte remo nas mãos para poder ajudar, e augmentar o effeito do leme e rapidamente desviar a canóa das pedras como estas são muito dispersas, lhe é necessario mudar o remo para um e outro lado da canda, conforme a necessidade o pe. de, e com grande presteza; se n'estas rapidas mudanças succede escorregar, ou rossar a canóa em alguma pedra ainda que seja' levemente, vai ao rio, e se faz em pedaços, ou ao menos morre afogado.

Todas estas considerações da importancia da sua pessoa, e a authoridade que tem, o fazem respeitado de seus companheiros, e tem toda a chibansa de um vilão obsequiado e respeitado. Vendo pois este proeiro que na hora do descanso me estava informando dos referidos poços, chegou-se tambem para dar noticia d'elles como quem tinha vindo por vezes pescar n'elles. Entre a prodigiosa quantidade de peixe, que me disse se pescava, sendo dos mai ores o Jaú de 8 palmos, peixe de pelle, e que o comem depois de salgado e seco, porque

fresco é nocivo, contou-me mais que n'estes poços havião mais d'agoa encantadas, que levantavão grandes ondas, e fazião muita bulha, e tinhão morto alguns homens, &c. Pedi-lhe a descrição d'estas encantadas matronas, e elle (não obstante nunca as ter visto) me fez a descrição de um monstro mais horrendo, que aquelles que nos pinta Horacio. Intentei desabusar-o; mas elle, e toda comitiva se mostrarão tão resentidos e pertinazes, que para o contentar, e evitar alguma sublevação me vi obrigado a seguir o partido das mais d'agoa encantadas. Esta narração (eu o confesso) é alheia d'este dia. rio; mas va para desenfado, para fallar d'este homem, o do seu serviço, e para nos convencermos de que é diffi. cultosa empreza o desaferrar das suas opiniões a homens rusticos, e tambem a muitos sabios logo que são presumidos.

24 - Com 3 h. de navegação passei a cachoeira do Banharon, e o poço do mesmo nome, que pouco acima está. Navegando mais de legoa, e da parte concava da enseada se avistão os montes de Araraquara, em os quaes se representa uma bella cidade. E tradição constante que n'estes montes ha ouro: os que vão de S. Paulo para Goyaz atravessão estas serras. Pouzei meia legoa acima do Rio Piracicaba. Nas visinhanças d'este rio, e a quatro ou cinco jornadas de S. Paulo estão umas agoas thermaes. (11)

Os apontamentos de Francisco José de Lacerda e Almeida (1780-1790) combinou observações técnicas com interpretações culturais do território. Seu percurso é marcado por elementos hidrográficos, como a cachoeira Tambatiririca e os rios Jacaré-Pipira-guaçu e Jacaré-Pipiramirim, afluentes situados na margem norte do Tietê.

Na travessia dos acidentes geográficos — as cachoeiras da Congonha, Sapé, Bariry-Guassu, Itapuá e do Sítio — o proeiro emergia como figura central na segurança das expedições. Os poços de Nhapanupá-mirim, Nhapanupá-guassú e dos Lençóis, com profundidades entre 15 e 20 braças, serviam tanto como pesqueiros naturais quanto como cenário de práticas culturais. Nestes locais, frequentados por pescadores de Piracicaba e Ararituaba, as narrativas sobre 'águas encantadas' teciam laços entre o ambiente físico e as tradições orais da região.

Lacerda e Almeida também manifesta um interesse pelo potencial econômico do território explorado. Em Potunduba, por exemplo, observa a qualidade do solo com base na robustez da vegetação, sugerindo a fertilidade da área, desabitada na época. Sua descrição dos montes de Araraquara como uma "bela cidade" sugere uma prática comum entre os viajantes do século XVIII: recorrer a referências urbanas para interpretar e descrever paisagens naturais desconhecidas.

A segunda versão encontrada para o Diário de Lacerda com o descritivo do dia 24 ao passar na cachoeira e poço do Banharão em direção a confluência do rio Piracicaba com o rio Tietê:

Copia do Diário que fez o Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida, sendo mandado por Sua Magestade Fidélissima para as demarcações de Seus Reaes Domínios na America Portuguesa, servindo nella de Astrônomo.

— 24 — Com 3 h. de navegação passei a cachoeirinha do Banharon [a], e pouco acima um poço do mesmo nome. Um quarto de legoa acima d'este poço, e da parte concava da enseada se avista á distancia de 3 legoas para NE uns montes que lhes chamão de Araraquara [b], que pela tarde quando lhes bate o sol representa uma grande cidade. Por estar este planeta entre nuvens não logrei d'esta

deliciosa perspectiva. É tradição que n'estes montes ha muito ouro. Varias pessoas tem tentado chegar a elles, e o não tem conseguido pelos muitos pantanaes e obstaculos que encontrão: mas eu me persuado que esta tentativa tem sido feita por homens pusilanimes, e fracos sertanistas, pois não é crível que em 3 legoas de terreno possa haver obstaculo, que com tempo e trabalho se não vença. Pouzei meia legoa acima do Rio Piracicaba que despeja as suas agoas pela margem Boreal por uma abertura de 28 braças: A 15 ½ de E para S.

Notas explicativas sobre termos e locais mencionados no texto anterior:

[a] Banharon, ou Baenharon. Bae é cousa; nharon, brava. Ha tradição entre os pilotos do Cuyabá, que um bicho marinho ou peixe grande levantou ondas n'este lugar, e fez temor na gente, e que isto succedera no poço do mesmo nome: por isso lhe puzerão aquelle nome, que se communicou á cachoeira que está logo abaixo. — [b] Uma senhora velha de Ararítaguaba, de bom juizo, e instruida na lingua dos Indios, me certificou que na sua mocidade se chamava Araquara, e não Araraquara, como hoje. Se assim é, quer dizer buraco do dia, talvez porque n'estes mais de pressa apparece o dia, e de longe os vêem os navegantes com os primeiros raios da Aurora. E se é o nome de hoje, quer dizer buraco de arara. N'estes campos que já se vão povoando com fazendas de gado, ha negros fugidos que extrahem ouro, por que se tem achado signaes d'isso: o que confirma que os montes sem duvida tem o mesmo metal. (12)

O diário de Francisco José de Lacerda e Almeida combina precisão técnica com observações sobre a paisagem do Médio Tietê. Seu registro de 24 de abril apresenta duas formas distintas: primeiro, uma anotação objetiva dos marcos geográficos — "Com 3 h. de navegação passei a cachoeirinha do Banharon, e acima um poço do mesmo nome" — refletindo o caráter metódico da expedição.

Em seguida, faz uma observação mais elaborada: "Um quarto de légua acima deste, e da parte côncava da enseada, se avista à distância de 3 léguas para NE uns montes que chamam de Araraquara, que pela tarde, quando eles batem o sol, representam uma grande cidade." Essa exposição combina precisão geográfica com uma percepção sensível da paisagem, onde os montes iluminados pelo sol poente evocam a imagem de uma cidade.

Em suas anotações de navegação, o explorador expressa duro julgamento sobre os 'homens pusilânimes e fracos sertanistas' que não alcançaram os montes de Araraquara. Esta avaliação expõe sua perspectiva sobre a exploração territorial: os obstáculos naturais constituíam desafios a serem necessariamente superados. As observações do período integram o conhecimento sistemático à experiência prática da navegação fluvial. O levantamento técnico detalha com precisão os poços — 'Nhapanupá mirim, e guassû, e dos Lençoes' — com profundidades entre 15 e 20 braças, que se convertiam em 'viveiros de peixes' durante a vazante do rio.

Em nota, Lacerda informa sobre a toponímia e a ocupação da região. Para Banharon, ele documenta tanto sua etimologia tupi, que significa "coisa brava", quanto a tradição oral dos pilotos cuiabanos, que mencionavam um incidente envolvendo um "bicho marinho ou peixe grande" como origem do nome. Já em relação a Araraquara, o autor anota uma mudança histórica no topônimo, baseando-se no testemunho de uma moradora idosa de Araraitaguaba, fluente na língua indígena. A nota caracteriza a dinâmica territorial dos campos de Araraquara através da coexistência de duas formas distintas de ocupação: as fazendas de gado, representando a pecuária extensiva, e as comunidades quilombolas, que desenvolviam atividades de mineração aurífera na região.

O testemunho do **Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria** documenta sua expedição de São Paulo à Praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Rio Igatemi em 1775. Este manuscrito faz observações sobre a navegação fluvial, a geografia e as condições do território paulista no século XVIII. Os trechos selecionados de seu diário apontam:



Figura 4: "Vista da ponte velha do Salto em Itu", de Miguelzinho Dutra
Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, Brasil.

Dia 17 de outubro:

O rio Piracicaba tinha 10 palmos de fundo: antes de chegar a esta ilha fica uma barranca de pedra da direita de 80 palmos de alto, e desagua um ribeirão de tres braços de largo da esquerda, e depois da ilha outro: passamos dois pequenos ribeirões da direita, e logo uma barranca alta, junto da qual tomamos o rumo aos serros Araracuara, que demoravam ao NO., sendo a nossa navegação ao SO.; pareciam estar distantes tres ou quatro leguas; estes serros dizem que tem ouro, e tendo-se feito algumas entradas nunca poderam chegar a elles; a 30 minutos deixamos um ribeirão da esquerda e logo barranca alta na mesma parte; tomamos porto ás 4 horas e 50 minutos. Leguas 10.

Dia 18 de outubro:

(...) minutos por haver encalhado outra canoa. Parámos para jantar ás 11 horas e 30 minutos, e tornamos a seguir ás 12 horas e 29 minutos, e ás 12 horas e 44 minutos entramos no Estirão Grande. Os matos d'este são baixos e da mesma sorte as barrancas, sendo as d'este rio Tieté até aqui bastantemente altas e de 30 palmos pouco mais ou menos. Chegamos á barra de um ribeirão com seis braços de largo, e d'elle a cinco minutos á cachoeira Petenduba, na qual foi preciso dobrar os proeiros para se passar: ás 2 horas e 20 minutos paramos para seguirem as mais canôas, do que houve demora de 38 minutos. Tornamos a seguir até uma ponta do lado direito, de baixio, em que se passou á sirga: aqui alarga muito o rio, e se gastou muito tempo em passar as canôas.

Depois da Bariri-guaçu:

Dia 21 de Outubro

Saímos do pouso antecedente ás 5 horas e 50 minutos da manhã, e às 6 horas passamos uma itaipava que atravessa o rio; continuam por esta paragem as barrancas do rio mui baixas e com arvoredo

ordinário; às 6 horas e 58 minutos passamos outra itaipava em três minutos pela parte esquerda; paramos 33 minutos para desencilhar uma canoa, e à distância de 22 minutos chegamos à cachoeira de Sepetuba em que pararam todas as canoas.

(...) "Tomamos porto as 4 horas e 48 minutos do mesmo lado. Apanhou-se uma cobra chamada sucuri (andam no rio), que tinha 18 palmos de comprimento, e dois e meio de circunferencia na sua maior grossura: o lombo era pardo com manchas pretas, e a barriga branca com manchas pardas de côr agradável, e se matou estando dormindo na praia. Leguas 9 1/8." (13)

Como engenheiro militar, Sá e Faria documentou com precisão as características físicas da região. No rio Piracicaba, anotou "10 palmas de fundo", além de mapear elementos do relevo, como barrancas, ilhas, afluentes e a Serra de Araraquara. A navegação pelo rio incluiu o detalhamento de obstáculos como as itaipavas Petenduba e Sepetuba. Para transpor esses trechos de baixios, a expedição utilizou a técnica da sirga, puxando as embarcações com cordas ao longo das margens. O diário de Sá e Faria compõe um minucioso panorama técnico da região do Tietê, abrangendo sua geografia, fauna e flora. Em suas observações naturalistas, ele dimensiona com precisão os elementos encontrados: uma sucuri de 18 palmos de comprimento, o porte da vegetação, as características das barrancas e as modulações na largura do rio. Seus escritos, em conjunto com os de Teotônio José Juzarte, fundamentam nossa compreensão das técnicas de navegação e da configuração geográfica da bacia do Tietê no século XVIII.

Juzarte concentra-se nas interações humanas e nos desafios cotidianos da jornada, enquanto Sá e Faria prioriza prioridade geográfica e análises técnicas do território. Essa distinção se relaciona aos propósitos específicos de cada expedição: enquanto Juzarte documenta o cotidiano dos viajantes, Sá e Faria mapeia o território onde ocorreu sua ocupação. Os depoimentos, quando analisados em conjunto, fornecem dados complementares sobre as condições de navegação e povoamento do Tietê no século XVIII.

Na *Carta de um Passageiro de Monção (1785)*, preservada no arquivo de José Bonifácio, o Moço, há uma apresentação de uma viagem fluvial de São Paulo a Cuiabá realizada no ano de 1785. Este documento é atribuído ao **Dr. Diogo de Toledo Lara e Ordonhes**, ilustre paulista que exerceu o cargo de juiz de fora da vila do Senhor Bom Jesus, fundada por Pascoal Moreira Cabral, entre 1785 e 1791. Publicada nos *Anais do Museu Paulista*, a carta constitui um valioso registro histórico e geográfico da bacia do Tietê e de seu papel nas expedições monçoieiras.

"O Rio Tietê até mais de metade tem as suas bordas montuosas: o resto são rasas, mas tudo muito frondoso e de mato muito elevado, e madeira muito grossa, e porisso não se vê, até o fim, aberta ou campo. Não tem Gentio, ainda que no último Salto já apareceu: há onças, infinidade de Sucuris ou Sucuriús, cobras que não fazem mal fora d'água, sim nela, ou a borda, pois facilmente levam qualquer homem ou animal ao fundo.

Vi uma agarrada numa capivara, que perto de mim a levou ao fundo. Dei muitos tiros nelas quando estavam sobre as ribanceiras a dormir ao sol; alguns camaradas do rio as comiam.

Tem bastantes porcos montezés, antas que vêm aos barreiros, nos quais também vêm comer as Jacutingas, que são como uma grande galinha, e tem excelente gosto: há papagaios, araras, periquitos e outras aves.

Das aquáticas a maior abundância é dos patos que são como um grande e gordo peru, e excelente no gosto, predicado com que se distinguem das demais aves aquáticas. São ariscos velozes no vôo, e

duros para morrerem, porém assim mesmo ficavam muitos e era um divertimento ver que às vezes para um só rato que vinha voando disparavam 25 e 26 tiros, e quase sempre iam a salvo.

No último dia, deste rio matou-se um pássaro, que canta e é do tamanho de uma perdiz das de cá e passa pelo chão, dos quais há grande abundância pelo Rio Cochim; chama-se Jaó e é a ave mais apreciável que eu tenho comido: a sua carne é muito clara, tenra; e é muito carnudo.” (14)

Na *Carta de um Passageiro de Monção* (1785), Diogo de Toledo Lara e Ordonhes compõe um quadro minucioso da natureza ao longo do Rio Tietê, durante sua expedição entre São Paulo e Cuiabá. Em suas margens, o autor encontrou 'mato muito elevado e madeira muito grossa', evidências de uma mata primária. Sua narrativa abrange desde as onças e sucuris - estas últimas também aproveitadas como alimento por membros da expedição - até os barreiros, áreas ricas em sais minerais onde se concentravam antas e porcos monteses (queixadas ou catetos). O texto apresenta uma rica variedade de aves: jacutingas, comparadas a 'uma grande galinha'; papagaios, araras e periquitos; patos, que lembravam 'um grande e gordo peru'; e o jaó, com seu 'tamanho de uma perdiz'. Suas observações integram aspectos cinegéticos, descrevendo tanto os métodos de caça quanto as características culinárias das presas abatidas.

Em sua obra *Notícias da Capitania de São Paulo, da América Meridional* (1792), **Francisco de Oliveira Barbosa** examina o sistema de navegação rumo às minas de Cuiabá e Mato Grosso, tendo como marco inicial a Freguesia de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Araritaguaba, hoje Porto Feliz. O topônimo "Tietê", originário da palavra indígena "Yeté" ("rio de muitas águas"), designa o curso d'água que nasce nas serras litorâneas, entre as vilas de São Sebastião e Santos, percorre as proximidades da cidade de São Paulo e encontra seu termo no rio Paraná.(15)

No segundo capítulo, encontramos uma exposição da fauna e das características geográficas do rio Tietê, ou Anhembi (como, também, era chamado na época). O testamento aponta um rio extenso, com cerca de 180 a 200 léguas de comprimento, margeado por densas matas e pontilhado por inúmeras cachoeiras, saltos e ilhas ao longo de seu curso.

Barbosa menciona que o rio era habitat de uma ampla variedade de animais, incluindo antas, veados, onças, macacos, porcos (provavelmente catetos), capivaras, quatis, pacas, cutias e lontras. Além dos mamíferos, destaca a diversidade de aves que habitavam as margens e áreas próximas ao rio. Ele enumera espécies como araras, papagaios, jacús, macucos, inhambus, patos, biguás, tayuyús, socós, colhereiros, mutuns, pombas, tucanos e anhumas.

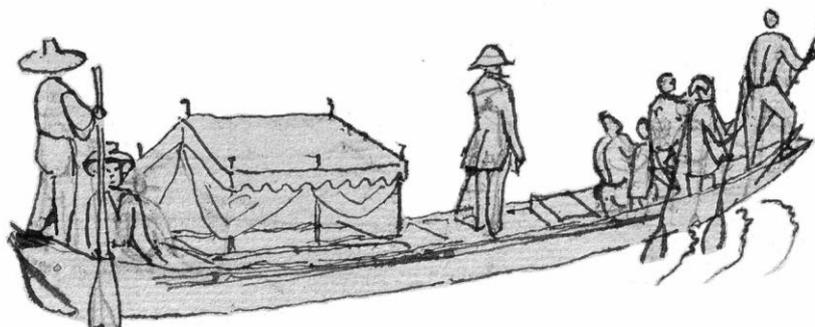
Descreve ainda, a anhumas, ave lacustre de plumagem preta e porte similar ao do peru, notável por suas estruturas córneas: um 'unicórnio' na cabeça e dois cornos nas junções das asas. A tradição popular atribuía propriedades antiveneno a estas formações anatômicas, conferindo à ave especial valor no período.

Por fim, as cachoeiras e saltos mencionados por Barbosa, embora não detalhados individualmente neste trecho, evocam os desafios enfrentados pelos viajantes e navegadores ao longo do rio Tietê. Em vários trechos, as fortes corredeiras e os obstáculos naturais exigiam técnicas apuradas de transposição, testando a resiliência necessária para superar as adversidades impostas pela geografia.

Sobre a Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829 de Hercule Florence dentro da Expedição Langsdorff:

“Entre as descrições de viagens pelo interior do Brasil está merecendo bastante atenção da parte de cientistas, principalmente de etnógrafos e geógrafos, mas também dos leitores em geral, a que foi escrita por Hércules Florence da expedição do cônsul da Rússia Barão de Langsdorff, nos anos de 1825 a 1829, pelas então províncias de São Paulo, Mato Grosso e Pará. Florence escreveu seu

manuscrito em forma de diário, sem nunca perder o fio da narração, no correr da viagem, e é para admirar como ele conseguia isso, pois se a expedição parava às vezes meses em cidades e vilas, outras vezes ela percorria por outro tanto tempo campos e matas, ou descia e subia em batelões e canoas rios caudalosos e perigosos por causa de saltos, corredeiras e cachoeiras.” (Ataliba Florence, Introdução - 16)



Partida de Porto Feliz - Início da viagem fluvial

22 de junho de 1826

As salvas de mosquetaria, partidas da cidade e as que, em resposta, saíram de nossas embarcações, atrovam os ares, para satisfação de um povo inclinadíssimo a queimar pólvora.

Figura 5: Partida de Porto Feliz - Início da viagem fluvial.
Desenho de Hercule Florence, representando a expedição Langsdorff (1825-1829).

A viagem fluvial de **Hercule Florence**, realizada entre 1825 e 1829 como parte da Expedição Langsdorff, inaugurou uma nova fase nas explorações sistemáticas do interior do Brasil. Este aliava suas habilidades de desenhista e pintor ao trabalho de documentação das províncias de São Paulo, Mato Grosso e Pará, integrando a equipe científica sob comando do Barão de Langsdorff, cônsul da Rússia no Brasil.

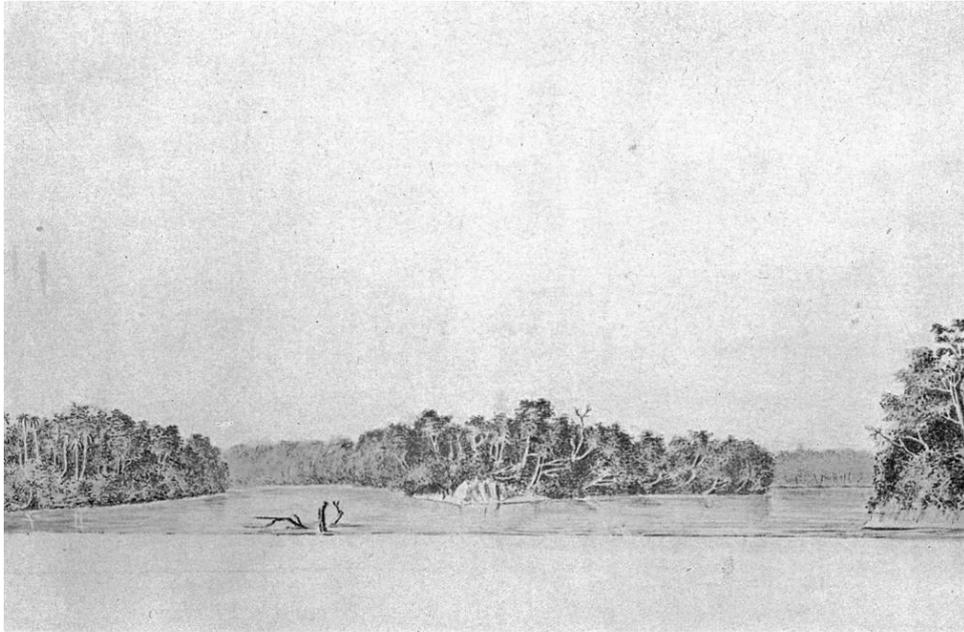
O que torna esse diário valioso é a capacidade de manter uma narrativa contínua, apesar das condições adversas, como longas paradas em cidades e travessias por vastos territórios inóspitos. A expedição enfrentou obstáculos importantes, como corredeiras, cachoeiras e campos desconhecidos. Florence produziu um meticuloso trabalho de observação etnográfica, geográfica e botânica, onde cada aspecto do território e seus habitantes foi cuidadosamente documentado.

Sua habilidade de conjugar ciência e observação humana transformou sua obra em um documento de destaque para etnógrafos e geógrafos, contribuindo para o mapeamento da diversidade cultural e natural do Brasil. Seus desenhos, além de detalharem a diversidade da flora e fauna, também capturam cenas da vida indígena e das paisagens brasileiras, servindo como fontes visuais inestimáveis para o estudo histórico e cultural do país.

A seguir trechos dos diários de Hercule Florence, um explorador e artista franco-brasileiro que participou da Expedição Langsdorff no Brasil entre 1825 e 1829. O diário relata suas experiências e observações durante uma viagem fluvial, provavelmente pelo rio Tietê em São Paulo.(17)

***Dia 2.** Fizemos alto de jantar numa ilha toda cheia de pedras e separada por um canal muito estreito de outra elevada e umbrosa.*

O nosso caçador matou um macaco fêmea, dos que chamam monos. O filho que ela carregava às costas morreu da queda. Desenhei um martim-pescador.



Junção do Piracicaba com o Tietê

Figura 6: Junção do Piracicaba com o Tietê.
Desenho de Hercule Florence, realizado durante a expedição Langsdorff (1825-1829).

Dia 3. Partimos às 8 horas da manhã. Às 9h30min abicamos à margem para tratar de passar a cachoeira de Banharão, que transpus no batelão. Diversas ilhas de aspecto pitoresco acham-se à esquerda. Os outros senhores foram por terra e viram os rastos frescos de uma onça e os excrementos de uma anta, que são muito parecidos com os do cavalo.

Dia 5. Mataram-se muitas jacutingas, espécie de galináceos, araras e papagaios, pássaros que figuraram na nossa mesa como caça deliciosa, principalmente a primeira. O que porém leva as lampas em sabor e delicadeza são os patos-d'água.

O aspecto das margens continua sempre o mesmo. São por toda a parte cobertas de mato alto, denso e sem interrupção. As árvores de tamanho notável são freqüentes. As figueiras tomam até grandes proporções, estendendo horizontalmente, como que em latadas, um plano paralelo à superfície das águas de ramos e galhos, no qual é raro ver-se uma folha mais inclinada que outra.

Dia 09. Esta última cachoeira, a maior das que temos até agora transposto, chama-se Baririguaçu. Nas praias, desenterramos ovos de tartaruga em abundância: não faltaram também patos-do-mato nem jacutingas. Os baixios chamados Sapé-guaçu nos incomodaram muito no dia 10. Matou-se uma anta. Dizem que a carne desse animal faz sair os humores do corpo, razão pela qual obra como purgante e produz moléstias de pele.

A 11, passamos os baixios das Congonhas. Paramos ao meio-dia na ilha do mesmo nome. Os caçadores trouxeram dois urubus-brancos ou urubutingas, um dos mais belos pássaros das florestas do Brasil: o mais formoso sem dúvida em cores e plumagem; o aspecto, porém, e os hábitos são de

legítimo corvo. É do tamanho de um ganso. Tem olhos grandes e redondos; íris de brilhante alvura; pálpebras vermelhas; bico como o dos urubus: comprido, recurvado e de um alaranjado vivo. Abaixo do bico, expandese uma carúncula carnosa que cai de um lado e de outro, de cor também alaranjada. Desde o olho até esta carnosidade, a pela nua puxa para roxo. Acima da cabeça há uma parte completamente desnudada, rubra, com penazinhas tão pequenas e separadas que parecem pêlos. Por baixo dos olhos e do pescoço saem carúnculas unidas e compridas, de um escuro claro e que, em forma de arco, vão-se ligar acima da nuca, unindo-se então num filete carnoso que desce por trás do pescoço até a base do peito. É vermelho claro em cima, preto no meio e amarelo em baixo. As cores da cabeça são realçadas por um fundo negro do ébano, que bem se pode chamar a moldura. O pescoço é totalmente desnudado de penugem. A pele parece pele de luvas: é amarelo vivo na frente, cor que cambia insensivelmente para vermelho carregado. Esse pescoço nu e tão bem colorido sai de um colar de penas acinzentadas que parecem vir das costas e se reúnem no peito, a formarem novamente uma linha de separação que se esbate pouco acima da barriga. O colar semelha um ornato de mulher. O resto das penas é branco, exceto nas extremidades das asas que são pretas. Os pés são brancos.



Corvo-rei. Desenho de Adriano Taunay

Figura 7: Corvo-rei. Desenho de Adrien Taunay, expedição Langsdorff (1825-1829).

(...) Acima da cabeça há uma parte completamente desnudada, rubra, com penazinhas tão pequenas e separadas que parecem pêlos. Por baixo dos olhos e do pescoço saem carúnculas unidas e compridas, de um escuro claro e que, em forma de arco, vão-se ligar acima da nuca, unindo-se então num filete carnoso que desce por trás do pescoço até a base do peito. É vermelho claro em cima, preto no meio e amarelo em baixo. As cores da cabeça são realçadas por um fundo negro do ébano, que bem se pode chamar a moldura. O pescoço é totalmente desnudado de penugem. A pele parece pele de luvas: é amarelo vivo na frente, cor que cambia insensivelmente para vermelho carregado. Esse pescoço nu e tão bem colorido sai de um colar de penas acinzentadas que parecem vir das costas e se reúnem no peito, a formarem novamente uma linha de separação que se esbate pouco acima da barriga. O colar semelha um ornato de mulher. O resto das penas é branco, exceto nas extremidades das asas que são pretas. Os pés são brancos.

Fomos jantar na embocadura do Jacaré-mirim, pequeno caudal que deságua à direita. Nosso caçador matou um socó-boi (ardea). Uma légua abaixo, vimos a foz do Jacaré-guaçu. A 13, varamos a cachoeira de Guaimicanga. As águas agitadas lembram as vagas do mar, quando um pé de vento

as levanta em cachões e as impele umas de encontro às outras. Jantamos na ilha Guaimicanga, palavra índia que quer dizer cabeça de velha. Matou-se uma capivara. Foi preciso esperar hora e meia pelo guia que fora observar os baixios chamados Tambauçu.

Nos diários de Hercule Florence, suas observações realizadas durante uma viagem fluvial pelo rio Tietê, apresentam a biodiversidade local e denotam as interações entre os viajantes e o ambiente natural da época. Assim descreve a paisagem ao longo do rio, ressaltando a presença constante de "mato alto, denso e sem interrupção". Essa imagem sugere um ambiente amplamente preservado, caracterizado por árvores de "tamanho notável", como figueiras de proporções imponentes.

As observações sobre a fauna local compõem um cenário natural do território. Em suas descrições dos mamíferos, aparecem os macacos – como os "monos" –, onças e antas. A cena de uma fêmea de macaco com seu filhote ilustra aspectos fundamentais do comportamento e organização social desses primatas.

As aves ocupam lugar central em seu trabalho, evidenciando a convergência entre sua formação artística e sua vocação científica. Um exemplo desta síntese emerge em sua ilustração do martim-pescador, onde técnica pictórica e observação naturalista se fundem. Seu inventário da avifauna abrange jacutingas, araras, papagaios e patos-d'água, contemplando tanto o valor científico quanto o papel destas espécies na alimentação dos expedicionários. As anotações sobre as refeições incluem apreciações sobre o sabor das jacutingas e patos-d'água, elementos vitais para a sobrevivência do grupo durante a jornada. Entre suas análises ornitológicas, o urubu-branco ou urubutinga recebe uma caracterização memorável: *'um dos mais belos pássaros das florestas do Brasil'*.

Os répteis também são mencionados no registro, como as tartarugas, cujos ovos eram coletados nas praias e consumidos pelos viajantes. Peixes, embora citados com menor frequência, aparecem indiretamente nas menções a aves pescadoras, como o socó-boi. Na obra de Florence, o estudo sistemático das espécies se enriquece com a documentação do saber popular. Suas anotações preservam um panorama das crenças e práticas medicinais que as populações locais associavam aos animais, compondo assim um registro tanto zoológico quanto cultural do período. Por exemplo, ele menciona a crença de que a carne de anta possui propriedades purgativas, mas que seu consumo poderia causar problemas de pele.

Dia 17. *O mato, que desde Pederneiras cobrira sem interrupção as margens do rio, rareou e mostrou-se falho à nossa direita, mas por pouco tempo. Entretanto, os olhos, cansados do aspecto monótono de tanta árvore, gozaram da vista de uma imensa campina, coberta de macega e salpicada aqui, ali, de árvores baixinhas e engorovinhadas. Pôs-se fogo às gramíneas e num instante lavrou o incêndio com intensidade. Muito depois da partida, ainda víamos os novelos de negro fumo que subiam em turbilhão para os ares.*

Dia 18. *O ajudante do guia que fora na véspera a um barreiro (lugar onde há depósitos de sais naturais) fazer durante a noite espera de antas, matou lá quatro desses animais. Quando amanheceu, um batelão foi buscá-los, mas não trouxe senão três, porque o quarto caíra n'água e desaparecera. Nossa gente comeu carne a faltar. A abundância reinava no acampamento: por todos*

os lados faziam-se assados e churrascos. Mandamos moquear uma boa porção, expondo-a à fumaça de um fogaréu, para poder conservá-la. (17)

Em 17 de abril, Florence observou uma mudança em seu percurso: a densa mata que vinha acompanhando o rio desde Pederneiras começou a ceder espaço a uma vegetação mais rarefeita. Pela primeira vez em muito tempo, os viajantes avistaram uma vasta campina. A paisagem foi descrita como uma "imensa campina, coberta de macega e salpicada aqui, ali, de árvores baixinhas e engorvinhadas", configurando um cenário em forte contraste com a vegetação fechada anteriormente relatada.

Os viajantes empregavam o fogo como ferramenta de transformação da campina, provocando a combustão da vegetação. As chamas intensas e a fumaça persistente cumpriam múltiplos propósitos: limpeza de áreas, abertura de caminhos e facilitação da caça. Nas áreas de cerrado e zonas de transição, onde a vegetação apresentava menor densidade, as queimadas provocavam modificações na composição do solo e na configuração da paisagem.

No dia 18, há a nota de uma caçada de antas. Durante a noite, o ajudante do guia dirigiu-se a um barreiro – local com depósitos naturais de sais que atraem animais – e conseguiu caçar quatro antas, embora apenas três tenham sido recuperadas, já que uma caiu na água e desapareceu. A caçada bem-sucedida garantiu abundância de alimento para o grupo. Parte da carne foi "moqueada", método tradicional de conservação que consiste em expor a carne à fumaça de uma fogueira para preservá-la por mais tempo.

Além de sua importância prática, o uso do moquéu simboliza o intercâmbio cultural que caracterizou a ocupação do interior brasileiro. Enquanto os indígenas já dominavam esse conhecimento ancestral, os exploradores e colonizadores europeus se apropriaram dessas práticas para adaptarem-se ao sertão, moldando assim uma cultura híbrida, na qual elementos europeus e indígenas coexistiam e se complementavam.

A caçada, conforme o diário de Hercule Florence, constituía elemento vital das expedições coloniais, garantindo alimento fresco em um ambiente inóspito. Esta prática manifestava a capacidade de adaptação dos viajantes às condições adversas do interior brasileiro. Na busca por antas e outros mamíferos, os expedicionários demonstravam seu entendimento do ambiente, transformando o conhecimento do território em estratégias eficientes de sobrevivência.

P. E. Vanzolini descreve a **Expedição de Georg Heinrich Langsdorff** (Grigori Ivanovich, no contexto russo) como uma das mais notáveis da história científica brasileira, pela amplitude geográfica e pelos artistas envolvidos, mas também pelos eventos trágicos que a marcaram. A expedição foi marcada por duas tragédias que alteraram profundamente seu curso: a morte prematura de Aimé-Adrien Taunay, jovem artista afogado nas águas do rio Guaporé, e o colapso mental de Langsdorff, que sucumbiu à doença, terminando a jornada em estado de invalidez. (18)

Langsdorff, médico e naturalista alemão, teve seu primeiro contato com o Brasil em 1803, durante uma expedição russa. Em 1813, retornou ao país como cônsul da Rússia no Rio de Janeiro. Fascinado pela natureza tropical, dedicou-se à organização de expedições. Sua propriedade, a

Fazenda Mandioca, localizada na Serra dos Órgãos, tornou-se um ponto de encontro para cientistas e exploradores europeus da época, como o príncipe Maximilian zu Wied-Neuwied.

A Expedição Langsdorff, iniciada em 1826 após vários adiamentos, partiu de Porto Feliz, em São Paulo, com o objetivo de explorar o interior do Brasil. A expedição seguiu o caminho tradicional das monções paulistas, descendo o rio Tietê e adentrando o Mato Grosso por rios menores, até chegar a Cuiabá. Os artistas da expedição – Johann Moritz Rugendas, Aimé-Adrien Taunay e Hercule Florence – traduziram em imagens a riqueza do território brasileiro. Seus desenhos e pinturas capturam a diversidade da paisagem, as peculiaridades da fauna e flora, e a vida das populações indígenas encontradas ao longo do percurso. Seus registros tornaram-se inestimáveis tanto pela qualidade artística quanto pela documentação etnográfica e naturalista do Brasil do século XIX.



Descida em uma corredeira

21 de maio de 1828

Metemo-nos pelos rebojos, isto é, curvas formadas pela queda d'águas, que não têm direção certa, dada a sinuosidade dos sulcos que marcam o terreno. As águas explodem do fundo e expandem-se em bolhas como azeites a ferver.

Figura 8: Descida em uma corredeira.

Desenho de Hercule Florence durante a Expedição Langsdorff (1825-1829).

A Expedição Langsdorff contou com uma equipe diversificada de cientistas e artistas, incluindo o botânico Ludwig Riedel, o zoólogo Édouard Ménétriès, os ilustradores Hercule Florence e Aimé-Adrien Taunay, e o astrônomo Nester Rubtsov. Ménétriès participou apenas entre 1824 e 1825, retornando à Europa por problemas de saúde. Embora a ausência de um zoólogo especializado em grande parte da jornada tenha limitado algumas observações zoológicas, o trabalho dos ilustradores resultou em um legado visual, que permanece como um dos registros mais profícuos da exploração científica do Brasil no século XIX.

Nas anotações diárias das viagens realizadas por G. I. Langsdorff pelas províncias de São Paulo e Mato Grosso (até a Fazenda Camapuã), no período de 26 de agosto de 1825 a 22 de novembro de 1826.(19)

Dia 01/07:

(...) De manhã cedo, ouvimos apenas alguns pássaros. As aves canoras são mais encontradas perto das plantações. Os pássaros grandes e animais, como aves de rapina, anhumas, tapires, cervos, capivaras e onças, afastaram-se, como os índios, das áreas cultivadas. Em compensação, surgiram muitos outros pássaros, vindos dos campos naturais para as áreas cultivadas e abertas que substituíram a mata densa. Eram *Muscicapa*, *Oriolus*, *Orygyphorus* [?], *Cuculus*, *Guira*, *Tinamus* *Coturnix*; até mesmo bandos de colibris onde antes não havia nenhum deles.

(...) Neste ponto, o desembarque é muito cansativo, pois ambas as margens são íngremes, arenosas, com algumas rochas e cobertas de árvores. Assim que escrevi isso, apareceram dois grandes *Alcedines*. Os pequenos chamam aqui de martim-pescador, e os grandes, de biguatingas. Dizem que estes últimos são excelentes mergulhadores e apanham sua presa no fundo do rio.

(...) Abateu-se um Ibis; um pato selvagem passou a grande distância do rio - ele já conhecia a perseguição dos homens. Antes das 3h, passamos pela pequena ilha do Coacaxi [?] e, quinze minutos depois, pelo local onde um pequeno riacho com o mesmo nome deságua no Tietê. A margem esquerda é alta. A ponta de terra à direita desse riacho fica em capoeira. Às 5h, procurou-se um local para acampar; o guia atracou na mata da margem esquerda, que é um pouco mais elevada. Em pouco tempo, desmatou-se o pequeno bosque, acendeu-se o fogo e preparou-se o jantar, que consistiu de peixes, chá e biscoitos.

Dia 02/07:

(...) Ontem e hoje cedo, foram abatidos os primeiros *tapicurus* (espécie de Ibis ou *Tantalus*). Às 10h40, passamos pela ilha de Tapotinguapa. Às 11h, chegamos a uma ilha relativamente grande, a primeira de um conjunto de ilhas com o mesmo nome.

(...) Já eram 3h30, quando dei ordens para que se procurasse um acampamento. O guia me garantiu que o de hoje ainda é ruim, e que os locais seguintes poderão ser melhores. Sempre ficamos na margem esquerda, porque à direita o rio é raso e as margens são sempre íngremes, de terras ácidas e cobertas com mata densa. À tarde quase não vimos pássaros ou animais selvagens; além disso, hoje à noite não teremos peixe, porque o rio corre muito veloz em toda a sua extensão.

(...) Por volta das 5h, chegamos à ilha Morta, onde não havia um bom lugar para desembarque. Se houvesse, teríamos montado aqui nosso acampamento. Um pouco adiante, vimos na margem esquerda couros de cervos esticados e pendurados em árvores para secar. Isso é uma prova de que caçadores estiveram por aqui e que quando voltarem, apanharão essas peles, se estiverem secas.

(...) Os caçadores abateram hoje um macaco de braços longos, com filhotes. Dele só aproveitei a cabeça, pois tinha a intenção de escalpelar, já que não estávamos organizados para fazer mais do que isso, além do que eu já mandara vários exemplares desse animal para São Petersburgo. No caminho foi pescado um único peixe, uma espécie de chamada de siaba, ou confundida com esse peixe.

Deve-se observar, em especial, que nas capoeiras daqui se encontram espécies de cobras não conhecidas em outras regiões e províncias.

Dia 03/07:

O local do acampamento é muito bom, no meio da floresta virgem alta, onde todos encontraram palmeiras para pendurar suas redes.

(...) Quando raia o dia na floresta, normalmente a neblina não é muito forte; mas, depois das 8h, quando prosseguimos viagem, o rio se enche de densos vapores, que duram normalmente até mais ou menos 9h, muitas vezes até às 10h, quando, de repente, fica muito quente.

(...) O Sr. Riedel, o guia Antônio e eu preferimos contornar a cachoeira por terra, embora tivéssemos que abrir uma picada. Encontramos rastros muito recentes de onças e tapires

(...) A margem direita é mais baixa, coberta de vegetação e se presta bem para desembarque. As 12h15, atracamos na ilha dos Cagados para almoçar e embarcamos de novo às 2h15 . Não encontramos nem tartarugas, nem seus ovos. Muitos caçadores que vão para o sertão caçar procuram os ovos de tartaruga para comer como petiscos.

A análise dos diários de Langsdorff contribui para a tomada de entendimento das alterações ecológicas ocorridas no Brasil durante o século XIX, no que se refere à distribuição da fauna em resposta à ocupação humana. Durante a navegação pelo rio Tietê, o olhar aguçado do naturalista captou as dinâmicas ambientais do território. Seus apontamentos documentam as complexas relações ecológicas da região, catalogando a biodiversidade existente e registrando como a presença humana alterou a distribuição e composição das espécies animais nos ambientes modificados.

Langsdorff observou como a vida selvagem se reorganizava à medida que a paisagem se transformava pela ação humana. Em suas anotações, emerge um padrão de migração da fauna: as espécies de maior porte - aves de rapina, anhumas, antas, cervos, capivaras e onças - abandonavam progressivamente as áreas sob influência da ocupação humana. Esse padrão comportamental foi comparado pelo naturalista ao próprio deslocamento das populações indígenas dessas áreas, estabelecendo uma interessante analogia entre as respostas da fauna silvestre e das comunidades humanas originais às mudanças ambientais. Langsdorff observou um fenômeno complementar nas áreas transformadas: enquanto as espécies maiores se afastavam, uma nova comunidade de aves de pequeno porte colonizava os espaços alterados. Muscicapa, Oriolus, Tinamus Coturnix (papa-moscas, pus, guaxes ou inhapins e inhambus) e beija-flores adaptaram-se às áreas abertas e cultivadas, estabelecendo novos padrões de ocupação nestes ambientes modificados.

No dia 2 de julho, a navegação privilegiou a margem esquerda do rio, que oferecia melhores condições para acampamento, em contraste com a margem direita, caracterizada por águas rasas, barrancos profundos e vegetação densa, o que dificultava a aproximação. O percurso da expedição revelou uma fauna diversificada, com algumas descobertas: os primeiros exemplares de íbis (*tapicurus*) foram abatidos, um macaco de braços longos foi observado, e um raro espécime de peixe *siaba* foi coletado. Nas capoeiras da região, o autor encontrou espécies de cobras até então desconhecidas, distintas daquelas já catalogadas em outras províncias.

Em 3 de julho, a expedição estabeleceu acampamento em uma área de floresta virgem, onde as palmeiras nativas serviram como suporte natural para as redes dos viajantes. As observações daquele dia revelam um ciclo meteorológico característico: uma neblina moderada emergia ao amanhecer, ganhava força após as 8h e se desfazia por volta das 10h, cedendo lugar a um período de calor intenso. Durante as incursões terrestres, o grupo encontrou rastros frescos de onças e antas - evidências que ilustram tanto a proximidade da fauna selvagem quanto os riscos enfrentados pelos exploradores em sua jornada pela floresta.

Nos dias seguintes, apresentou estas exposições:

Dia 04/07:

Pouco abaixo de nosso acampamento, há uma ilha grande e bonita chamada Ilha da Barra (a foz). Aqui a água corre lentamente e é própria para pescar. Por isso, ontem, tão logo chegamos, os anzóis foram imediatamente lançados em toda parte, proporcionando a todos nós e à tripulação um farto jantar. Nossos caçadores conseguiram capturar um mico ou macaco (com um boné preto) e um filhote de coati.

(...) Hoje de manhã e à noite, a neblina estava mais forte do que nos dias anteriores. Nossos barcos e suas coberturas estavam totalmente molhados, como se tivesse chovido forte. Os mosquiteiros dos que ficaram na mata, ao contrário, estavam totalmente secos. E que a neblina úmida acumula-se nas folhas das árvores, é por estas absorvida, e só algumas gotas caem sobre a terra.

(...) Às 10h30, encontrávamo-nos perto da ilha Araraquara; do outro lado, na margem esquerda, um pequeno ribeirão do mesmo nome deságua no Tietê. Toda a região vizinha, montanhas, serras e campos, em ambas as margens, têm o mesmo nome. Dizem que os campos de Araraquara, na margem direita, estendem-se de Piracicaba até Goiás e se destacam por sua fertilidade.

(...) Ao meio-dia, paramos no Poço do Banharão; logo abaixo dele fica a cachoeira de Banharão-mirim, que, quando está muito baixa, é perigosa para as embarcações... Meus caçadores pegaram hoje uma jacutinga, um grande pato selvagem, uma arara e dois papagaios de rabo comprido.

O volume de água na cachoeira do Banharão está tão alto que quase não a distinguimos do rio. (Neste ponto) A vegetação é baixa. As terras, situadas mais abaixo do rio, têm belos bosques de árvores de tronco largo e são muito férteis e promissoras.

(...) Às 5h da tarde, atracamos na margem direita, em frente ao ligeiro e impetuoso ribeirão dos Pinhões[?], um local onde a mata é aberta e transitável, o que indica que caçadores ou viajantes já acamparam anteriormente por aqui.

Dia 05/07:

Às 8h da manhã, deixamos o acampamento. Ontem à noite, os caçadores nos trouxeram vários jacus, jacutingas e um pato selvagem com bico claro[?], uma arara vermelha e muitos peixes.

(...) Às 9h30, sob a névoa densa que ainda pairava sobre o rio, alcançamos um grupo grande de caçadores de Porto Feliz na margem esquerda (o lugar se chama poço do Inhaperobal). Antes, porém, logo depois da partida, passamos pelo poço de Pirataruca, na margem direita. Nela há grande quantidade de carne de tapir e de tatu[?], pele de cervo e alguns peixes. Dizem que, nesta época, eles não mordem a isca. Entre outros animais, ontem abateu-se uma Anhuma. Neste momento, encontramos-nos em regiões totalmente incultas, que não pertencem a ninguém. As matas de troncos altos têm solo fertilíssimo; um dia ele ainda produzirá colheitas fartas para milhares de pessoas.

(...) A 1h45, deixamos o local de parada, onde havíamos preparado as canoinhas para serem esvaziadas abaixo da capoeira (cabeceira do Potunduva).(19)

Nos dias 4 e 5 de julho, a expedição produziu um inventário da fauna local. O conjunto de espécies observadas compõe um panorama da diversidade animal: desde os micos de 'boné preto' e quatis até uma variedade notável de aves - jacutingas, patos selvagens, araras, papagaios, jacus e anhumas - além dos tatus. Este mosaico de observações nos permite hoje reconstituir as características do ambiente natural que os exploradores encontraram em sua jornada. Os relatos

destes dois dias também preservam informações sobre acidentes geográficos específicos, como as ilhas e os ribeirões da região, incluindo descrições precisas das cachoeiras Banharão e Banharão-Mirim. Nestas anotações, os campos de Araraquara recebem atenção particular, com registros sobre sua extensão até a região de Goiás e observações sobre a fertilidade destes terrenos.

As anotações da expedição delineiam a complexa interação entre natureza e navegação no período. A neblina matinal e as variações climáticas emergiram como elementos decisivos, ditando tanto o ritmo das atividades diárias quanto as possibilidades de deslocamento fluvial. Os apontamentos sistemáticos sobre os níveis de água nas cachoeiras revelam uma dimensão da experiência dos navegantes: a necessidade de constante avaliação das condições de travessia para garantir a segurança do grupo.

As anotações de campo capturam a metamorfose paisagística, desdobrando-se de matas baixas a bosques intrincados, destacando a diversidade natural do território. Os testemunhos sobre a composição do solo, com ênfase em sua potencial fertilidade, denotam uma perspectiva das possibilidades de ocupação agrícola. Os testemunhos históricos mapeiam áreas 'incultas', conceito que delimitava territórios à margem da ocupação colonial, expondo os contornos da expansão portuguesa

A escolha criteriosa dos locais de acampamento e a preparação das canoas para enfrentar os desafios do rio mostram o nível de organização eficiente da expedição. O uso de áreas já conhecidas por outros viajantes ou caçadores corrobora que, embora remota, a região era percorrida por grupos humanos que compartilhavam informações e práticas, facilitando o trânsito e a sobrevivência. As observações sobre práticas de caça e o uso sustentável dos recursos naturais por esses grupos – como a secagem de carnes e peles – mostram uma interação cultural entre exploradores, colonos e habitantes locais.

A menção ao potencial agrícola das terras férteis, acompanhada da previsão de que "um dia ele ainda produzirá colheitas fartas para milhares de pessoas," sugere uma visão prospectiva e otimista sobre o futuro da região.

Mais adiante:

Dia 06/07:

(...) Acabamos almoçando também aqui. O rio aqui é largo, raso e perigoso, assim como em outros lugares. Neste exato momento em que escrevo, estamos encahados. Nossa viagem hoje foi curta e monótona, pois a região não oferece muito material de observação.

(...) Às 2h30, já estávamos novamente a caminho. Os guias e remadores voltaram com as canoas vazias e os barcos mais leves, e, assim, pudemos seguir viagem. Nessa parada, conseguimos alguns moluscos e um peixe da espécie Salmo.

Dia 07/07:

(...) Às 9h, voltamos ao rio, que hoje, segundo nosso guia, nos oferecerá de novo muitas dificuldades. Na margem do Tietê, vi muitos moluscos bivalves. Dizem que o lugar onde montamos acampamento já foi habitado. Alcançamos logo um lugar mais seguro do rio, que se chama Itapuany (pedra redonda) e paramos ali.

(...) A vegetação nesta região é ruim, não há nem grandes florestas virgens, nem capoeiras. Para um botânico que já visitou outras províncias, ela oferece muito pouco material científico. A única coisa que nos chamou a atenção foi a grande quantidade de Vanilla que vimos aqui, maior do que em qualquer outro lugar visitado no Brasil.

Dia 08/07:

(...) Passamos pela ilha Bauru e encontramos uma linda passagem entre as rochas e os baixios. Tivemos que atravessar, pela parte larga, da margem direita para a margem esquerda.

Dia 09/07:

Na manhã do dia 9, levou-se tudo novamente para as embarcações. Nessa parada, conseguimos um porco selvagem (Tayassu), muitas jacutingas e, principalmente, muitos peixes na rede que foi colocada à noite. Além das espécies já conhecidas, havia um pacupeba e um espada, ou seja, Salmo P. e Loricaria, que me deram muita satisfação.

Dia 10/07:

Já eram 9h quando deixamos o nosso acampamento na mata. Ali não encontramos nada de especial além de um grande pato preto com tégminas brancas. Há cerca de 10 anos, no local do nosso acampamento, um remador que vigiava sozinho uma canoa foi morto a flechada pelos índios. Ele foi ferido por volta do meio-dia e faleceu à noite. Atualmente, os índios se afastaram, aparecem só de vez em quando, nunca, porém, muito abaixo da cachoeira grande (Salto do Avanhadava).

A noite, pegamos um peixe Salmo, chamado ferrador. Temos ouvido, durante todos esses dias, o piado de um pássaro chamado anhuma, uma raridade nos museus europeus. Ele conseguiu escapar a todas as nossas tentativas de capturá-lo. Nosso guia nos contou que essa ave se alimenta principalmente de ervas (Urtica). Vêm-se por aqui muitos patos selvagens e grandes que parecem ser da espécie A Moschata. Abatemos vários deles. Há também grande número de araras vermelhas. Elas têm uma carne dura e resistente, mas, quando bem cozida, dá uma sopa forte e saborosa.

Entre 6 e 10 de julho, as narrativas expedicionárias informam, mais uma vez, um inventário da fauna regional: porcos selvagens, jacutingas, araras vermelhas e moluscos bivalves fluviais, cujas aplicações transitam entre estratégias de subsistência e investigação científica.

Nas anotações científicas, emerge um caso emblemático de classificação equivocada: o peixe regional 'ferrador', categorizado no gênero *Salmo*. Tal identificação cristaliza o processo científico oitocentista, que amalgamava rigor taxonômico com saberes locais. A inconsistência se evidencia pela incompatibilidade geográfica: *Salmo*, estritamente setentrional, não poderia habitar os ecossistemas estudados. Este erro ilustra uma prática comum entre os naturalistas do período: a aplicação sistemática de categorias da fauna europeia aos espécimes brasileiros.

A anhuma ocupou lugar proeminente nos manuscritos da expedição. Sua raridade nos museus europeus e as tentativas frustradas de captura exemplificam as ambições científicas da época: além da mera observação da fauna local, as expedições buscavam enriquecer as coleções das instituições europeias com novos espécimes.

As atividades desenvolvidas durante a pesquisa de campo demonstraram peculiaridades e dificuldades específicas, características da investigação prática. Os pios diários da ave

confirmavam sua presença constante, mas sua captura permaneceu impossível. Na prática do trabalho naturalista, a simples localização de uma espécie desejada não garantia sua inclusão nas coleções científicas.

A avaliação da flora local constituiu outro aspecto notável desta dinâmica. A abundância de baunilha não alterou o julgamento dos expedicionários, que classificaram a vegetação geral como 'ruim' e cientificamente pouco interessante. Este parecer expõe o frequente desencontro entre as expectativas científicas europeias e as características próprias do território brasileiro

A expedição encontrou sérias dificuldades de navegação neste trecho do rio, onde o leito raso e rochoso exigia manobras precisas das embarcações. A ilha Bauru e outras formações são mencionadas como referências geográficas importantes para o planejamento da rota. A subsistência da expedição depende da pesca noturna com redes e da caça de aves e mamíferos. As anotações descrevem a experiência culinária com diferentes espécies, como as araras, mostrando como a equipe se alimentava durante a jornada. O texto também menciona um episódio trágico de uma década antes: a morte de um remador em um confronto com indígenas. Observa que os indígenas recentemente eram vistos abaixo da cachoeira do Avanhandava, mudando os padrões de ocupação da região.

Nos diários, a narrativa dos desafios geográficos se entrelaça com o relato das relações - ou sua ausência - com os povos indígenas. Estas descrições possibilita a apreensão como a presença de exploradores e colonizadores reconfigurou intensamente as relações entre pessoas e o meio ambiente naquela região..

Dia 11/07:

O contra-guia foi caçar à noite e, na manhã do dia 11, trouxe um tapir grande, que, como muitos outros animais e aves, procura os barreiros. Sabendo disso, os caçadores vão para as redondezas e ficam à espreita. Basta conhecer bem a região e chegar primeiro a esses lugares onde há argila salgada e calcárea. Nosso guia, que está fazendo essa viagem pela 23 a vez, ia indicando aos nossos caçadores os locais onde há barreiros. Ontem à noite, pescou-se um grande dourado (Salmo) E um pequeno peixe (ferreiro), que também é uma espécie de Salmo. Parece ser um peixe raro, pois foi o primeiro da espécie que vi. Ele apresenta matizes variados, é um dos peixes mais belos que já vi.

(...) Retomamos a viagem às 8h E, meia hora depois, paramos de novo para mandar uma canoa à frente para colher informações sobre o caminho E as águas E, em seguida, com gente dobrada, atravessar um local raso E de forte correnteza do rio. Assim que partimos, ouvimos o grito de uma lontra brasileira que se movimentava despreocupadamente no meio do rio; antes que o nosso caçador pudesse atirar, ela mergulhou e desapareceu da vista. Nossa parada do meio-dia foi feita na ilha Congonha, onde colhemos um grande número de ovos de tartaruga: entre 30 e 40 dúzias. Eles são uma boa alternativa de alimento; embora a gema seja um pouco granulada, dizem que, ao cozinhar, ela fica dura.

(...) Para minha alegria, Roberto trouxe hoje cedo dois Vultur que havia abatido, provavelmente Papa, aqui chamados de corvo-branco, que apresenta um jogo de cores na cabeça. O Sr. Florence o retratou para a ciência.

(...) Em nosso acampamento, há uma figueira de tamanho descomunal e com o tronco todo irregular; as raízes do tronco principal se estendem desordenadamente, ocupando uma área com mais de três braças ou 21 pés de circunferência.

Dia 12/07:

Hoje a caça rendeu: um macaco, araras, jacutingas (um *Plotus Melanogatus?*) e uma Anhinga. Esta última é valiosa para mim, mas não para ser exposta num gabinete 26, porque ela está muito gorda e já tinha perdido todos as penas do rabo, com exceção de uma única.

Depois do almoço (2h), embarcamos e seguimos o rio largo, cujas margens correm quase paralelas e oferecem uma vista de mais de meia légua. Alcançamos, então, a foz do Jacaré-açu, na margem direita. Ele tem o dobro do volume do Jacaré-mirim, tem entre 12 e 14 braças de largura e deságua no Tietê com águas calmas.

Dia 13/07:

Ao chegarmos ao acampamento, pouco antes do anoitecer, nosso caçador Roberto trouxe um *Plotus Mefanogaster*. (var. ?), Oper Distinct, uma Ardea (socó-boi, porque dizem que sua voz é muito semelhante ao mugido de um boi); e uma lontra brasileira, cuja pele é muito valorizada aqui. Pegaram também uma *Cavia* (capivara), mas que afundou perto da margem do rio.

Dia 14/07:

(...) Hoje, batemos com força em uma pedra no meio da passagem. Vimos pela primeira vez um tuiuíú, uma espécie de cegonha, voar sobre nós. Fizemos nossa parada em boa hora, pois aqui podemos encontrar um bom lugar de desembarque antes dos baixios que teremos que atravessar amanhã. Acampamos na margem direita do rio.

Dia 15/07:

A partir daqui, a região fica mais acolhedora e animada. Aparece maior variedade de animais e aves. Observaram um tabuiaiaí ou cauana, uma ave do gênero Ardea e uma sucuri, ou seja, uma cobra do gênero Boa, que tomava sol entre os galhos de uma árvore seca.

Entre 11 e 15 de julho, a expedição anotou suas observações sobre a fauna e os desafios da navegação. As práticas de caça aparecem nas descrições de 11 de julho, quando o guia local aplicou seu conhecimento tradicional na identificação dos barreiros — áreas abundantes em minerais que atraíam os animais. No mesmo dia, a pesca resultou na captura de um grande dourado e um ferreiro, ambos classificados como Salmo — uma categorização que indica como os naturalistas europeus enquadravam a fauna brasileira em sua taxonomia familiar, mesmo quando inadequada às espécies locais. Na ilha de Congonha, a expedição coletou entre 30 e 40 dúzias de ovos de tartaruga para sua subsistência. As anotações sobre o preparo incluem uma observação peculiar sobre a textura: 'embora a gema seja um pouco granulada, dizem que, ao cozinhar, ela fica dura.'

Entre 12 e 15 de julho, o grupo capturou várias espécies: um macaco, araras e jacutingas. A tentativa de classificação de uma ave como '*Plotus melanogaster?*' - com o ponto de interrogação - e a menção à Anhinga mostram o cuidado do naturalista em suas identificações taxonômicas. Em 15 de

julho, o ambiente mudou significativamente: 'A partir daqui, a região fica mais acolhedora e animada. Aparece maior variedade de animais e aves.' Esta transformação na paisagem trouxe novos encontros com a fauna local: um tabuiaíá (ou cauana), identificado como pertencente ao gênero *Ardea* (garça moura ou garça-branca-grande), e uma sucuri, classificada no gênero *Boa* (na verdade, pertence a família *Boiidae*).

A expedição manteve um rigoroso protocolo científico de observação e medição. Florence contribuiu com ilustrações naturalistas, incluindo um retrato 'para a ciência' de um espécime de *Vultur* (urubu branco ou rei). As anotações técnicas preservam as dimensões precisas dos elementos naturais: uma figueira com 'mais de três braças, ou 21 pés de altura' e o rio Jacaré-açu, cuja largura oscilava 'entre 12 e 14 braças'.

O historiador Warren Dean, em *A Ferro e Fogo – A História da Devastação da Mata Atlântica*, examina o rio Tietê como rota para os campos auríferos de Mato Grosso durante o período colonial. Embora fosse o caminho mais direto, a navegação é feita com técnicas específicas como as "varações" - quando as tripulações precisam arrastar as canoas por trechos impraticáveis. O ciclo das estações moldava a dinâmica das expedições. O inverno seco trazia vantagens e obstáculos próprios: embora favorecesse a pesca e reduzisse as enfermidades febris, expunha os bancos de areia que forçavam paradas frequentes e demandavam intenso trabalho físico da tripulação. (20)



Figura 9: Tête du Tuyuyú. Desenho de Hercule Florence, realizado em 1826 durante a expedição Langsdorff (1825-1829).

Em sua análise, Dean observa um efeito ambiental localizado: a intensa derrubada de árvores nas proximidades de Porto Feliz, motivada pela demanda de madeira para a construção de canoas. A exploração focou especialmente a peroba (*Aspidosperma sp.*) e o tambú ou tamboril (*Enterolobium contortisiliquum*). Com o esgotamento dessas espécies na região, os exploradores passaram a buscá-las no rio Piracicaba. O autor nota que o valor de um desses troncos equiparava-se ao de um cavalo com sela, fornecendo um parâmetro econômico da época. Em sua análise comparativa, Dean inclui os

rios Paraná e São Francisco, observando como suas cataratas impunham limites à navegação, mesmo sendo vias ecológicas navegáveis em outros trechos.

Warren Dean, analisa as transformações do rio Tietê durante o período colonial, dialogando com narrativas de navegadores e viajantes do século XVIII. Nas narrativas de Teotônio José Juzarte e Francisco José de Lacerda e Almeida, a navegação fluvial emerge como uma atividade de extrema dificuldade, com sessenta e uma variações necessárias ao longo do percurso. O ritmo sazonal das águas criava um paradoxo característico do período invernal: enquanto o nível baixo dos rios propiciava condições favoráveis à pesca, também expunha os bancos de areia que dificultavam a passagem das embarcações.

A construção de canoas, elemento central das monções, depende de especificações de madeira inicialmente próximas ao Tietê. Com o esgotamento dessas reservas, os construtores regiões passaram a buscar matéria-prima em mais distantes, como o rio Piracicaba. Hercule Florence documentou essas mudanças na paisagem, registrando também o impacto da agricultura itinerante na região.

Na análise de Warren Dean sobre a segunda metade do século XVIII, os caminhos terrestres começaram a substituir gradualmente as rotas fluviais, uma transformação impulsionada por dois fatores principais: a incidência de febres entre os viajantes e os desafios logísticos inerentes à navegação. Esta transição, contudo, não significou o abandono completo das vias fluviais. Nas narrativas de José Custódio de Sá e Faria, o Tietê mantém sua importância como rota militar estratégica. O exército português continuou utilizando o rio como via principal para abastecer os fortes do Mato Grosso com armamentos e provisões.

Esta permanência da importância do Tietê como via de transporte se estendeu pelo século XIX, quando novas iniciativas buscaram modernizar e organizar a navegação fluvial. Neste contexto, a Companhia de Navegação Fluvial Paulista, fundada em 1873, desempenhou um papel no desenvolvimento do transporte fluvial nos rios Piracicaba e Tietê, no estado de São Paulo. Com sede na capital paulista, a empresa foi autorizada a operar por decreto imperial de 24 de maio de 1873, que concedia privilégio para exploração a João Luiz Germano Bruhns. (21)

Sob a gerência do Dr. Estevam Ribeiro de Souza Rezende, de Piracicaba, e supervisionada por um conselho fiscal composto pelo Dr. Luiz de Oliveira Lins de Vasconcellos, Abílio Marques e o Dr. Augusto de Sousa Queiroz, a companhia enfrentou desafios inerentes a uma empresa de tal envergadura. Por meio de perseverança e sacrifícios, conseguiu superá-los, estabelecendo um serviço regular de navegação nos rios Piracicaba e Tietê.

A empresa operava em um percurso de aproximadamente 280 quilômetros com embarcações a vapor e, com suas barcas, estendia a navegação por mais 120 quilômetros até a Cachoeira do Vamicanga, próxima à sua agência em Ibitinga. Durante seu trajeto, a companhia atendia aos municípios de Piracicaba, Dois Córregos, Jaú, Botucatu e Lençóis Paulista, facilitando o transporte de mercadorias e passageiros entre essas localidades.

O crescimento do volume de carga transportada ao longo dos anos aponta o desenvolvimento da empresa:

- **1877:** 29.978 quilos

- **1878:** 508.609 quilos
- **1880:** 1.760.187 quilos
- **1881:** 2.178.899 quilos
- **1882:** aproximadamente 3.500.000 quilos

Esse aumento expressivo no transporte de cargas reflete a expansão das atividades econômicas na região e a importância da companhia na integração dos mercados locais. A combinação de vias férreas e fluviais permitiu à empresa adaptar-se às necessidades logísticas da época, contribuindo significativamente para o escoamento da produção agrícola, especialmente o café, e impulsionando o desenvolvimento econômico do interior paulista.

Notas quase avulsas

Tito Livio Ferreira em "Os Fundadores e Povoadores do Jaú", artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, volume L, página 71:

"Há século e meio, em comesos de mil e oitocentos, a margem direita do velho Tietê, o rio das bandeiras e monções, ainda estava povoada pelos indígenas da foz do Piracicaba para baixo. Espiavam, desconfiados e inquietos, a descida ou a subida periódicas de amplos canoões pilotados pelos proeiros, gente caraíba diferente da sua tribo. E quando algum desses intrusos se aventurava a deixar as margens do rio curioso por devassar o mistério da floresta secular, uma flechada sibilante e certa prostrava-o agonizante sobre as raízes das figueiras ou dos pau-dalhos frondosos. Através de itaipavas e corredeiras seguiam as flotilhas das navegações cuiabanas. Haviam partido, pelas manhãs ainda brancas das neblinas, de Araritaguaba, hoje Porto Feliz, com a carga de pólvora, sal e fazenda grossa. Abicavam no estirão do Potunduva, onde jogavam as poitas. Nessas margens descansavam proeiros, remeiros, varejeiras, mestres das monções reunas e viajantes. Viviam, os moradores do lugar, do tráfego monçoeiro. E esses mamelucos, afeitos à carreira mercante do Cuiabá, haviam estabelecido nesse ponto uma espécie de escola fluvial de proeiros, gente de beirario fascinada pela inquietude permanente das estradas líquidas e andejantes. Já no segundo decênio do século passado, esses caboclos rudes tinham desertado essas paragens. Haviam cessado as expedições do Iguatemi; as monções de Cuiabá foram interrompidas, e os assaltos constantes dos indígenas determinaram e recuo dos colonos para as povoações rio acima. Refluem para não mais voltarem às barrancas secas do Potunduva. E há um século ainda ali aproavam, nas margens desertas, ximbós e perovas, isto é, as canoas de povoadores das colônias de Avanhandava e Itapura, sentinelas remotas da civilização paulista perdidas nas solidões fronteiriças de Mato Grosso." (22)

A narrativa de Ferreira sobre o rio Tietê, produzida no início do século XIX, exige uma análise historiográfica detida. Por se tratar de uma interpretação elaborada após os eventos descritos, seu texto incorpora as perspectivas de sua própria época, distanciando-se do momento que pretende retratar. Sua caracterização dos povos indígenas como 'desconfiados' e 'inquietos' manifesta a visão eurocêntrica do pensamento colonial, que convertia atos de resistência e autopreservação em

supostos defeitos de caráter. A análise do texto de Ferreira ilumina tanto a construção das narrativas históricas quanto sua transmissão através dos filtros culturais e ideológicos do colonizador.

Sua menção a uma "escola fluvial de proeiros" em Potunduva exige atenção especial. Conforme apresentado na análise crítica, não há documentação histórica que sustente a existência de tal instituição. O Diário do Conde de Azambuja (1751) apresenta evidências de presença não indígena na localidade, contradizendo essa afirmação. Este relato constitui o último testemunho conhecido de atividade colonial na região antes do período em questão. É mais plausível que o aprendizado das técnicas de navegação ocorresse de forma prática, durante as próprias viagens, com início em Porto Feliz (antiga Ararituaba).

As descrições da paisagem natural — como "floresta secular", figueiras, paus-d'alho, ximbós e perobas — devem ser entendidas no contexto das práticas de documentação da época. A caracterização do ambiente servia tanto como registro geográfico quanto como elemento narrativo que reforçava a perspectiva do autor sobre o processo de colonização.

A presença indígena na margem direita do Tietê, abaixo da foz do Piracicaba, influenciou diretamente os padrões de ocupação territorial da região. A análise desta ocupação demanda um estudo comparativo entre diferentes documentos do mesmo período histórico, permitindo assim reconstruir com maior precisão como esse processo se desenvolveu. A persistência de comunidades indígenas nessa região, mesmo após um longo período de colonização, sugere dinâmicas de resistência e adaptação que merecem um estudo consistente.

O estudo de **Humberto Mello Nóbrega** em *História de um Rio (Tietê)*, editado em 1950, apresenta uma revisão singular sobre o papel do rio Tietê na história e no desenvolvimento de São Paulo. A estrutura de sua obra entrelaça o Tietê com múltiplos aspectos da vida cultural e histórica. O rio modelou o processo de expansão e conquista do território paulista, e o autor constrói sua narrativa através das conexões entre o curso d'água e as transformações da região. Nas páginas do texto, o Tietê surge como força motriz na formação histórica de São Paulo. Nóbrega propõe que o Tietê não deve ser visto apenas como um canal navegável, mas como uma presença constante e determinante na paisagem e na cultura de São Paulo. Ele faz isso ao explorar como o rio se relaciona com diferentes áreas – da expansão territorial às artes, como a poesia e a iconografia. Essa abordagem multifacetada reconhece o Tietê como mais do que uma simples via de transporte; ele é o “fiel” na balança entre a natureza e a sociedade, representando uma força moldadora na história paulista.(23)

Um dos temas mais relevantes é a função do rio na expansão do território paulista. Embora Nóbrega reconheça o debate contemporâneo sobre a importância da navegação fluvial nas bandeiras, ele argumenta que a expansão territorial não se deu apenas pela navegação. Em vez disso, o aproveitamento **potamográfico** (as formas, vales e contornos dos rios) foi igualmente fundamental. A partir dessa perspectiva, o Tietê é visto como guia natural para a irradiação bandeirante, com suas margens e afluentes disponibilizando rotas e possibilidades de exploração. Nóbrega adota uma postura inovadora ao afirmar que, mesmo quando a navegação pelo Tietê não era a preferida, a proximidade com o rio e suas características geográficas foram cruciais para a conquista do interior. A ideia é que, mesmo sem seguir estritamente os cursos d'água, os bandeirantes e os colonos utilizavam

o mapa hidrográfico como referência para avançar, traçando suas rotas de acordo com as bacias dos rios.

Na década de 1830, com a crescente demanda por novas terras devido à pressão populacional e ao avanço da agricultura, áreas próximas às escarpas da Serra de Araraquara, como Brotas, começaram a ser ocupadas. O rio Jacaré-Pepira, que corre paralelo à serra, foi primordial para a penetração nessas áreas. O rio serviu como uma via de navegação, e ainda como uma referência geográfica para a instalação das primeiras fazendas. As escarpas, apesar de dificultarem o acesso, ofereciam solos férteis e protegidos de geadas, incentivando a ocupação. A entrada pelas escarpas também está associada ao uso de antigas trilhas indígenas e de bandeirantes, que cruzavam a serra e seguiam os vales dos rios. Essas rotas se transformaram em picadas e, posteriormente, em caminhos mais amplos, favorecendo o fluxo de pessoas e bens. Essa ocupação inicial, nos anos 1830, foi marcada por uma combinação de lavoura de subsistência, criação de gado e, em menor escala, exploração de madeira.

Na mesma época, o rio Jaú, afluente do rio Tietê, teve uma função semelhante. Embora de menor porte e navegabilidade limitada, o rio foi essencial para a ocupação de áreas circundantes. Suas margens forneciam solos ricos, e suas águas garantiam a subsistência das primeiras fazendas e povoados. O nome "Jahu" foi, inclusive, atribuído à cidade que cresceria ao longo do curso desse rio. O Picadão de Cuiabá, que ligava as regiões do interior ao sul e oeste do Brasil, foi traçado também próximo a esses cursos d'água, ajudando na articulação entre a região de Piracicaba, o rio Jacaré-Pepira e, por consequência, o rio Jaú. Esse sistema de trilhas e caminhos utilizados por bandeirantes, tropeiros e por famílias advindas de Minas Gerais facilitou o avanço da ocupação, seguindo as bacias hidrográficas da região.

A partir da década de 1840, com a intensificação do cultivo de café, o rio Tietê se consolidou como o principal eixo fluvial da região. Mesmo com suas limitações para navegação em certos trechos, suas margens e vales foram explorados para a criação de fazendas, favorecendo a ocupação das áreas adjacentes. O Tietê foi primordial para a penetração mais ao norte e oeste do território, e seus afluentes, como o rio Jacaré-Pepira e o rio Jaú, se conectavam a essa grande artéria hidrográfica.

O uso da potamografia se mostra também nessa fase da ocupação: os ribeirões e córregos que desaguavam no Tietê, como os ribeirões do Banharão, do Campinho, Barra Mansa, Ave Maria, das Pedras, das Araras, Anhumas e Pouso Alegre foram elementos-chave para o estabelecimento de propriedades agrícolas. Essas bacias forneciam água, eram utilizadas como vias de acesso secundário e delimitavam fronteiras naturais para o parcelamento de terras. Apesar de nem sempre serem utilizados para navegação, os cursos d'água e seus vales forjaram como o território foi ocupado. Ao seguir a topografia dos vales fluviais, os colonos conseguiam maximizar o uso dos recursos naturais, como água e solos férteis, e ao mesmo tempo traçar rotas que evitavam os terrenos mais acidentados. Esse padrão de ocupação, baseado na potamografia, fez com que as fazendas se concentrassem ao longo dos rios e ribeirões, facilitando o desenvolvimento agrícola e o escoamento da produção. Além disso, os cursos d'água forneciam acesso a outras áreas da região, funcionando como "vias naturais" que conectavam diferentes porções do território. O rio Tietê moldou o desenvolvimento territorial através de múltiplas funções complementares. Como via fluvial, possibilitou a circulação de pessoas e mercadorias. Simultaneamente, suas bacias hidrográficas

guiaram a divisão e ocupação das terras adjacentes, estabelecendo eixos naturais para a exploração econômica do território.

Em *História de um Rio (O Tietê)*, Mello Nóbrega desenvolve um estudo sobre as origens dos nomes 'Anhembi' e 'Tietê'. Sua análise etimológica integra aspectos linguísticos aos processos de povoamento e às características geográficas do território paulista, construindo uma interpretação ampla destes topônimos desde os primórdios da colonização. O rio Tietê, cuja presença sempre despertou interesse entre habitantes e exploradores, foi a princípio chamado pelos indígenas de "Anhembi". As formas Agembi, Aniembi e Anhebi sugerem transformações linguísticas ao longo do tempo, um processo comum em topônimos de origem indígena. A diversidade destas grafias contribui para as diferentes interpretações sobre seu significado original.

Frei Francisco dos Prazeres Maranhão traduziu "Anhembi" como "rio dos inambus", referindo-se a uma ave comum na região, semelhante à perdiz. Já Teodoro Sampaio sugeriu que o termo seria uma variação de "Inhambuí", também relacionado à mesma ave. Por outro lado, João Mendes de Almeida contestou essas interpretações, propondo que o nome derivaria de uma erva chamada "nhambi" ou das características físicas do rio, como cachoeiras e corredeiras, o que indicaria que "Anhembi" poderia significar "não liso" ou "rio com obstáculos".

Com o passar do tempo, o nome "Tietê" ganhou predominância, sendo anotado pela primeira vez no mapa de d'Anville, em 1748. A origem desse vocábulo também é objeto de controvérsia. João Mendes de Almeida defendeu que "Tietê" significa "grande rio", derivado das palavras indígenas "tiu" (água) e "eté" (superlativo). Martius, por sua vez, associou o nome a uma ave chamada "tiê". Teodoro Sampaio apresentou outra interpretação, sugerindo que "Tietê" significaria "água verdadeira" ou "corrente volumosa", em referência ao porte imponente do rio.

A imagem retrata o **rio Tietê na divisa entre Jaú e Pederneiras**, cruzado por duas linhas férreas. A fotografia, anterior ao represamento para a construção da Usina Hidrelétrica de Bariri (1965), apresenta um cenário característico das áreas próximas a rios no interior paulista antes das grandes intervenções humanas. As linhas férreas, visíveis na imagem, provavelmente faziam parte da expansão ferroviária da época, que contribuiu para o escoamento da produção agrícola, especialmente do café, principal pilar econômico da região. As pontes ferroviárias que cruzam o rio refletem a importância da ferrovia na ligação entre cidades e no suporte ao desenvolvimento econômico regional.

A paisagem ao redor é relativamente plana e aberta, composta por pastagens ou terras agrícolas, com poucos sinais de urbanização. Isso sugere que a região ainda estava predominantemente voltada para a agropecuária, antes do impacto causado pelas barragens e pelas grandes infraestruturas de energia.



Figura 10: Vista do rio com ponte.
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A composição visual da imagem se organiza ao redor do curso do rio, que serpenteia através da paisagem retratada. O reflexo do céu nas águas estabelece um contraste significativo com o terreno circundante, criando uma dinâmica visual que acentua o traçado fluvial. A infraestrutura de transporte marca presença através de duas pontes paralelas que cruzam o rio, sugerindo diferentes momentos de intervenção na paisagem. Nas margens, observa-se uma distribuição irregular de vegetação, com áreas que apresentam alterações significativas na cobertura vegetal original. Este padrão de ocupação do solo indica possíveis usos agrícolas ou adaptações do terreno para acomodar estruturas de transporte.

Notícias das Aves

*Não queiras tu, Leucônoe, descobrir
que fim a ti e a mim darão os deuses
(nem é bom que se saibam essas coisas),
esquece a astrologia babilônia:
melhor deixar que seja lá o que for.*

*Quer Júpiter te dê muitos invernos,
quer seja o derradeiro este que agora
fatiga o mar Tirreno contra as fragas,
tem prudência: dilui o vinho e ajusta
a esperança – que é longa – ao breve instante.*

*Foge o tempo invejoso enquanto falo:
— Colhe o dia e não contes que haja outro.*
(Horácio - Ode 1.11)

A documentação sobre a avifauna brasileira emergiu do encontro entre a curiosidade dos colonizadores europeus e a extraordinária diversidade de espécies que povoavam o território americano. Desde o Tratado Descritivo do Brasil, de Gabriel Soares de Souza (1587), passando pelos Diálogos Geográficos, de Joseph Barboza de Sá (1769), até os estudos mais sistemáticos dos naturalistas do século XIX, como Johann Baptist von Spix e Maximilian zu Wied-Neuwied, as aves brasileiras constituíram objeto de observação, descrição e análise.

Na capitania de São Paulo, os estudos sobre aves integravam diferentes formas de conhecimento. Manoel Cardoso de Abreu, em seu *Divertimento Admirável*, e José Arouche de Toledo Rendon, nas *Reflexões sobre a Agricultura na Capitania de São Paulo* (1788), descreveram tanto aspectos práticos — como o uso alimentar e os indicadores ambientais — quanto observações comportamentais e morfológicas. Suas obras mostram como os observadores do período desenvolveram um entendimento abrangente da avifauna, associando-a às práticas agrícolas e de subsistência locais.

Os naturalistas europeus que percorreram o território no século XVIII registraram em seus manuscritos um conjunto de conhecimentos dos povos indígenas sobre a avifauna local. Seus cadernos de campo preservam tanto a nomenclatura utilizada por diferentes grupos nativos para identificar as espécies quanto suas observações sobre comportamentos e características das aves. Esta interação entre o olhar europeu e os saberes ancestrais dos povos originários evidencia um entrelaçamento de poder e conhecimento que caracterizaram o período colonial.

A incorporação dos conhecimentos indígenas aos sistemas de classificação científica europeus no século XVIII seguiu padrões específicos de seu tempo. Os naturalistas adaptavam os saberes nativos às estruturas taxonômicas vigentes, transformando a tradição oral em descrições escritas ordenadas segundo os critérios da época. A presença duradoura de termos de origem indígena na nomenclatura ornitológica científica torna claro como se constituíram as práticas

naturalistas no período colonial, marcadas pelo encontro entre diferentes modos de observar e classificar o mundo natural.

As descrições produzidas nos séculos XVIII e XIX sobre a avifauna local capturam um momento singular de intersecção entre distintas tradições de conhecimento. Ao incorporarem em suas anotações tanto observações segundo os métodos europeus quanto os usos e nomenclaturas indígenas, os naturalistas produziram um valioso acervo que esclarece como diferentes sistemas de saber coexistiam e se influenciavam mutuamente.

O Tratado Descritivo do Brasil (1587) de Gabriel Soares de Souza oferece um cenário da natureza no primeiro século da colonização. Em seu inventário 'Resumo das aves que se criam na Terra da Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil', o autor articula o conhecimento indígena com as necessidades práticas dos colonizadores. A incorporação de termos nativos, como 'cabureaçu' para a águia e 'handú' para a ema, representa a dependência do saber local para a compreensão e sobrevivência no novo ambiente. O texto privilegia aspectos utilitários da avifauna - métodos de caça, habitats preferenciais e, sobretudo, as qualidades alimentícias das espécies. Soares de Souza descreve aves como a tabuiaia, maior que um pato e de carne resistente mas saborosa; a macuagoá, ave cinzenta com peito macio comparável à perdiz europeia; e a motúm, que apresenta dorso e asas pretas contrastando com a barriga branca, todas valorizadas por suas características culinárias.(1)

Outras aves mencionadas incluem os jacús, descritos como "galinhas do mato" pelos portugueses, conhecidos por sua carne saborosa; o tuyuyú, uma ave de grande porte com altura de cinco palmos; e espécies de araras, canindés e tucanos. O inventário também aborda aves aquáticas de rios e lagoas, como upeca, aguapeaçoca, jabacatim, guarirama e jacuaçu, além de perdizes, rolas, pombas, papagaios, aves de rapina, pássaros de cores variadas e aves canoras.

Esse levantamento, apesar de introdutório, denota uma abordagem da avifauna brasileira pelos colonizadores, mesclando observações científicas com aspectos culturais. A menção aos nomes indígenas das aves demonstra a influência dos saberes locais na percepção europeia, ao mesmo tempo em que a ênfase nas características culinárias das espécies reflete o interesse prático e econômico na natureza brasileira. O apontamento do tamanho, cor e textura da carne das aves reforça o papel que elas serviam como fonte de sustento, integrando-se ao cotidiano dos primeiros povoadores.

O Tratado Descritivo do Brasil expressa uma visão característica do século XVI sobre a natureza brasileira, onde a descrição da biodiversidade local se entrelaça com suas possibilidades de aproveitamento como recurso. Gabriel Soares de Souza, ao inventariar a fauna brasileira, alude ao esforço dos colonizadores em compreender e classificar o ambiente natural a partir de suas necessidades práticas e referências culturais. Seu trabalho exemplifica como, no processo de apropriação do território, a observação da fauna conjugava curiosidade intelectual e interesse material, aspectos indissociáveis na mentalidade colonial do período.

O século XVIII marcou transformações na forma como o Império Português produzia e utilizava conhecimentos sobre seus territórios coloniais. As reformas administrativas promovidas pelo Marquês de Pombal influenciaram diretamente a documentação da natureza brasileira, estabelecendo novas práticas de registro e classificação. Durante esse período, observa-se uma

intensificação das redes de conhecimento dentro do império, com uma circulação mais sistemática de informações entre a colônia e a metrópole.

Os trabalhos de Joseph Barboza de Sá, Manoel Cardoso de Abreu e José Arouche de Toledo Rendon expõem essas mudanças nas práticas de documentação. Seus textos apontam uma preocupação crescente com a sistematização do conhecimento, respondendo tanto às demandas práticas da administração colonial quanto às transformações nas práticas científicas europeias. A documentação da natureza, antes predominantemente descritiva, passou a servir propósitos administrativos mais específicos, fundamentando propostas de intervenção econômica e territorial.

No século XVIII, a produção de conhecimento sobre a avifauna brasileira acompanhou as transformações na administração colonial portuguesa. Os naturalistas ampliaram o escopo de suas análises para além das descrições morfológicas, incorporando observações sobre o papel das aves na economia colonial.

A produção intelectual do período indica esta ampliação analítica em diferentes dimensões. Os naturalistas passaram a examinar as relações entre as aves e as práticas agrícolas locais, observando seus impactos nas plantações e possíveis formas de manejo. Suas análises incorporaram também uma dimensão quantitativa sistemática, incluindo estudos populacionais e padrões de distribuição territorial das espécies.

Os manuscritos dessa época apresentam uma ampliação em seu escopo investigativo. Os naturalistas começaram a examinar as interações entre as aves e a agricultura local, anotando tanto seus efeitos sobre as plantações quanto possíveis estratégias de manejo. Suas anotações incorporaram também um componente quantitativo mais rigoroso, incluindo contagens populacionais e mapeamentos da distribuição territorial das espécies.

Em 1769, Joseph Barboza de Sáa contribuiu para o estudo da fauna colonial brasileira com sua obra *Diálogos Geográficos, Cronológicos, Políticos e Naturais*. Dentro desse trabalho, sobressai a seção intitulada “Notícia das Aves q' se conhecemos no Brasil, com a distinção, e especificidade de cada húa delas”, que constitui um dos inventários mais abrangentes da avifauna brasileira do século XVIII.

O método sistemático empregado por Barboza de Sáa diferencia sua obra de outras crônicas do período. Suas descrições combinam uma ampla gama de informações sobre as aves, abrangendo características físicas como tamanho, coloração e morfologia, além de dados sobre comportamento, hábitos alimentares e, quando aplicável, usos práticos das espécies, como sua utilidade na alimentação. Essa abordagem integrativa demonstra um esforço pioneiro em catalogar a fauna brasileira com uma perspectiva multidimensional, indo além de meras descrições visuais.

A seção *Notícia das Aves* apresenta a concepção colonial sobre a natureza do Brasil, onde convergem o interesse europeu pela biodiversidade e as perspectivas utilitaristas do período. No manuscrito, Barboza de Sáa organizou suas observações combinando descrições morfológicas com informações sobre usos práticos das espécies. Sua terminologia científica europeia convive com um extenso vocabulário local, incluindo palavras indígenas e expressões regionais ausentes nos dicionários portugueses da época. Esta conjugação de saberes revela um aspecto fundamental do trabalho naturalista no Setecentos: enquanto seguiam os preceitos científicos europeus vigentes, os

movido por 'curiosidade incansável', elaborou um relato sobre o interior do Brasil colonial. A dedicatória a Mello e Castro, então responsável pela Repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos, insere a obra no contexto das práticas administrativas portuguesas do século XVIII, quando relatórios sobre os territórios constituíam instrumentos para a gestão do império.

1

"No anno de 1766 para o de 1767 mandou o Ex.mo D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, que então era general da capitania de São Paulo, uma expedição de trezentos e tantos homens ao rio Yguatemy estabelecer um presídio, o qual sendo estabelecido e fortificado com artilharia, tropas regulares e algumas companhias de aventureiros, se conservou nesta figura desde aquelle anno até o dia 26 de Outubro de 1777, porque neste mesmo dia foi tomado pelos castelhanos, associados com o gentio cavalleiro, denominado guaycurú.

2

O embarque desta expedição se fez na referida freguezia de Araraytaguaba, como tambem della se extrahiam todos os soccorros para o mesmo presídio emquanto teve a sua duração."

3

"É o rio Tieté bastante dilatado, composto de mattas frondosas, de muitas capoeiras, saltos e juntamente de illhas. É muito fértil de caça, pois tem com abundancia antas, veados e onças pintadas; tem macacos de quatro qualidades, e uns têm o nome de bugios, de côr avermellhada, outros de micos, com a côr tocada a preto, outros de sacis, com a propriedade destes e sómente diferentes no tamanho, para mais pequenos, e outros, finalmente, denominados monos, muito maiores do que os outros e de côr branca."

4

"Os passaros são innumereveis e de diversas qualidades. As araras, umas são vermelhas, com pennas azues nas azas e rabo, e se chamam araras-pirangas, e outras, de côr amarella, com azas e rabo semelhantes aquelles, se chamam canindés. Os papagaios são juritygas, maritacas, curquais, maracanãs, nhendaiais, juritás e sabiás, os quaes se mitigam e se apanhão facilmente nos barreirões quando estão a comer barro. Os jacús são de duas qualidades; a uns se chamam jacutingas e a outros jacutacas. Os jacutingas são do tamanho de uma gallinha e pintados de preto e branco e os outros são mais pequenos, de côr parda, e têm um papo vermelhão, á maneira do peru. O macuco é ave terrestre, de côr cinzenta, sem rabo, com o tamanho e feitio da gallinha—O inhambuçú é próprio a estes, porém mais pequeno no tamanho. Os patos são em tudo semelhantes aos domesticos. Os biguás são mais pequenos e diferentes no bico, por ser ponti-agudo. Os jaçanãs são uns pássaros brancos e quasi do tamanho de um homem, cuja carne se não come; a pelle do pescoço serve de meia para a perna de qualquer homem, o bico tem mais de um palmo de comprimento, tão forte que, com uma bicada, vara uma taboa de grossura ordinaria. O jaburuçú é quasi do tamanho do cavallo e semelhante na côr, com a differença de serem as pontas das azas e o rabo compostos de pennas pretas, pernas e olhos encarnados e o bico muito preto.—O quara-peteca é semelhante a estes, menos nas pernas, que são pretas, e no bico que é arqueado.—Os guaractaçucas são às vezes cinzentos, do tamanho de uma franga, e se sustentam só com peixes, e da mesma sorte as garças.—Os socós-guassús são de duas qualidades: uns são vermelhos e outros cinzentos do tamanho de uma franga.—Há uns pássaros pretos, pouco maiores do que estes, que são preságio dos mosquitos, os quaes se chamam carão, e é de admirar que nos pontos em que cantam esta aves ninguém dorme com os mosquitos.—Os coleveiros são pássaros de côr de rosa, muito esquivos e por isso custosos de se matarem; o seu tamanho é o de uma franga, com o bico à

maneira de pelicanoaria.—Os carçarás são do tamanho destes, com a côr parda, e serve a sua carne para dar a comer aos doentes purgados.—Os mutuns são do tamanho da gallinha, porém muito bonitos, porque, além das pintas de que são esmaltadas as suas pennas, têm um ramallete na cabeça, de cujas pennas se fazem plumas, e os machos são todos pretos.—As pombas, umas se chamam trocazes, outras picazurros e outras piriçaras.—O guarugú é uma ave branca, do tamanho de uma pomba.—Os tucanos são de duas qualidades: uns têm o papo e o bico amarelos e outros têm o esbranquiçado, o bico amarello e a ponta preta, a que dão o nome de tucanaçus, cujos tamanhos não excedem nos das trocazes.—Os aracarís são próprios a estes, com a diferença de serem mais pequenos.—Os guaivás, além de muitos, são também de diversas qualidades, pois uns se chamam japocaná, que são quasi do tamanho de uma gallinha grande, com a côr preta, e raias brancas; outros têm o nome de taguatós, mais pequenos do que aquelles, com os peitos brancos e as costas pretas; outros se chamam tem-tem, que são pequenos, porém tão violentos que lhes não escapa qualquer passaro dos mais velozes no vôo.—Tambem tem o mesmo rio umas aves chamadas anhumas, de muita estimação, pois têm um unicornio de um genero de comprido, que é de grande virtude para contra-veneno. Além deste unicornio na cabeça, têm mais dois nos encontros das azas. Estes pássaros são quasi do tamanho de um peru, com a côr preta; e a sua criação e assistência é nos lagos e por isso é muito difícil de os apanharem."

5

"Tem este rio em toda a sua extensão muitas antas, veados e onças, como já disse, e tambem tem muitos porcos do matto e bastantes capivaras, que são uns animais do feitio dos porcos, com a diferença do focinho e pés, as quais se criam pelas beiradas dos rios. Estando gordas não é má de comer a sua carne.

6

Também tem com muita abundância o mesmo rio umas cobras sucúris, que não fazem mal com os dentes por não terem veneno, porém horrorizam e fazem estremecer os corações mais valerosos pela sua grandeza, pois no comum têm o comprimento de duas braças de homem e com a grossura correspondente. Vivem estas cobras astuciosamente, apanhando animais e aves para a sua sustentação e é de admirar a forma com que o fazem e, por me parecer digna de contemplação, apontarei a idéia da sua caçada:

Põem-se elas nas beiradas dos rios, onde se criam e assistem, e allí esperam no caminho das caças as que vem beber água; tendo a cabeça encostada em algum páo ou raiz, dam com o rabo um laço no animal que por allí passa e o cingem de tal sorte que em breves instantes o fazem exhalar, quebrando-lhe todos os ossos, e assim inteiro o engolem, e da mesma sorte o tem feito a algumas criaturas humanas quando transitam por aqueles sertões."

(...) "Abaixo deste tres dias de viagem, ao lado direito, está o rio Piracicaba, que ha de ter, mais ou menos, 12 braças de largo, com as suas vertentes a rumo do norte para a estrada dos Goyazes (2), e subindo-se por elle acima 7 ou 8 dias de viagem se vae ter a uma povoação denominada Piracicaba, que mandou estabelecer o mesmo Exmo. Sr. D. Luiz Antonio (3), para della se extrahirem alguns soccorros de viveres para a praça de Iguatemy.

10

As cachoeiras notaveis do Rio Tieté são as seguintes: Acangueraçu, Acanguera-mirim, Jurumirim, Avarémanduava, Xiririca, Sabaúna, Itagaçava, Pirapora, Boyuiguara, Pilões, Garcia, Mathias Peres, Itapema, Pederneiras, Pão-Cavallo, Banharão, Potunduva (nesta cachoeira, estando eu de pouso no mês de Abril de 1767, vindo de Cuyabá, tive o combate de uma onça pintada, que chegou a vir-me á cama onde estava dormindo, que milagrosamente escapei, de sorte que toda a noite se fez vigia até amanhecer, em cuja manhã a matei), Baurú, Baririmirim, Baririguaçu, Saputuva, Congonhas, Guaimicanga, Cambahy, Escaramuça, Tambapiririca, Cambayuvoca, Avanhavamirim,

Avanhandavuçú (esta cachoeira é um salto medonho, que há de ter perto de 40 palmos de altura, e para passá-lo levam as canoas e cargas por terra à parte de baixo, Escaramuça do Gato, Utupanema, Matto Secco, Ondas Grandes, Ondas Pequenas, Funil Grande, Funil Pequeno, Guacurutuvaça, Otupeva, Araracanguavamirim, Araracanguavuçú, Guacuritimirim, Utupirú, Três Irmãos, Itapuramirim e Itapura. Esta cachoeira é salto à maneira do outro e no meu conceito mais ingreme. Deste salto ao Rio Grande é quase meio dia de viagem, onde faz termo o rio Tietê.

11

Os peixes que há neste rio, além da abundância, são especialíssimos, porque de todas as formas que sejam beneficiados não tem variedade o sabor, pois são notáveis os dourados, saupes, piraguajuras, pacu, pacús, suruvy, piraguaxiara e jahús, de que se utilizam os moradores da freguesia, indo ao sertão seis ou sete dias de viagem para os pescar, salgar 100 arrobas e vender ao povo.

Estes suruvys e jahús são de tal grandeza que alguns, depois de tirados a cabeça e os ossos e seccos ao sol, pesam a sua carne duas arrobas de peso. Além dos referidos peixes há outras qualidades de que não fazem caso por não darem as conveniências daqueles e são muito excelentes de comer, cujos nomes são: bagres, piavas, pacupevas, piracururús, ximburés, jurupoca e jurupenden. Advirto ao curioso que todo o referido, que se encontra na extensão deste rio, assim de peixes, aves, frutos e caças, é com abundância considerável. O dito rio há de ter de largo na estimativa mais de 20 braças." (3)

A expedição do Iguatemy (1766-1777) atesta aspectos da política colonial portuguesa. Com o objetivo de estabelecer um presídio na fronteira com os domínios espanhóis, a iniciativa terminou em 1777 quando forças castelhanas e indígenas guaicurus conquistaram a posição. Este episódio ilustra como os povos nativos atuaram decisivamente nas dinâmicas territoriais da América colonial.

O apontamento de Araraguaba (atual Porto Feliz) reforça sua importância estratégica no século XVIII. O local servia como ponto de partida para as monções — expedições fluviais que utilizavam o rio Tietê para alcançar o interior do território. Os relatos das cachoeiras do rio, com seus nomes indígenas e obstáculos à navegação, evidenciam o conhecimento prático acumulado sobre os desafios dessas viagens.

A memória de Manoel Cardoso de Abreu sobre o rio Tietê e suas margens descreve um ambiente marcado pela presença de matas densas e capoeiras. Na fauna terrestre, sobressaem as antas (*Tapirus terrestris*) em florestas úmidas, os veados em áreas abertas (possivelmente *Mazama americana* ou *Blastocerus dichotomus*), e as onças-pintadas (*Panthera onca*) nas matas fechadas. Também são mencionados bugios (*Alouatta spp.*) e macacos-prego (*Sapajus spp.*), reconhecidos por seus hábitos gregários nas copas das árvores.

Na avifauna, o autor distingue com precisão as "araras-pirangas", identificáveis como arara-vermelha (*Ara chloropterus*), das "canindés" (*Ara ararauna*). Seu conhecimento sobre os psitacídeos abrange detalhes como o hábito de se reunirem em barreirões para a ingestão de minerais. Entre os Cracidae, como jacus, macucos e inhambus, informa sobre dimensões e características de plumagem. No grupo das aves aquáticas, ganham destaque patos, biguás, o jaburu (*Jabiru mycteria*) e a jaçanã. Esta documentação revela diversas dimensões da relação entre população e avifauna no período colonial, incluindo usos específicos: a pele do pescoço da jaçanã na confecção de vestimentas, suas penas em ornamentos, e partes da anhuma na preparação de contravenenos - práticas que integram os saberes locais sobre a fauna. As observações sobre hábitos alimentares,

como a classificação das garças e *guaractaçucas* como piscívoras, compõem o esforço de sistematização do conhecimento sobre as espécies.

Segue abaixo uma lista organizada das aves mencionadas no relato de Manuel Cardoso de Abreu, incluindo suas características principais conforme descritas:

1. Araras

- Arara-piranga: vermelha com penas azuis nas asas e rabo
- Canindé: amarela com asas e rabo azuis

2. Papagaios e afins

- Jurityga
- Maritaca
- Curquai
- Maracanã
- Nhendaia
- Juritá
- Sabiá (observação: frequentam barreiros para comer barro)

3. Jacus

- Jacutinga: tamanho de galinha, pintado de preto e branco
- Jacutaca: menor, cor parda, papo vermelho semelhante ao peru

4. Aves terrestres

- Macuco: cinzento, sem rabo, tamanho de galinha
- Inhambuçu: semelhante ao macuco, porém menor

5. Aves aquáticas

- Pato: semelhante aos domésticos
- Biguá: menor que o pato, bico pontiagudo
- Jaçanã: branco, tamanho próximo ao de um homem
- Jaburuçu: próximo ao tamanho de um cavalo, asas e rabo com penas pretas, pernas e olhos vermelhos, bico preto
- Quara-peteca: semelhante ao jaburuçu, mas com pernas pretas e bico arqueado
- Guaractaçuca: cinzento, tamanho de franga, alimenta-se de peixes
- Garça: alimenta-se de peixes
- Socó-guaçu: duas variedades - vermelhos e cinzentos, tamanho de franga

6. Outras aves

- Carão: pássaro preto, maior que o socó-guaçu
- Coleveiro: cor de rosa, tamanho de franga, bico similar ao pelicano
- Carçará: cor parda, tamanho similar ao coleveiro
- Mutum: tamanho de galinha, machos pretos, penacho na cabeça

7. Pombas

- Trocaz
- Picazurro
- Piriçara

8. Outras espécies

- Guaraguá: branco, tamanho de pomba
- Tucano: duas variedades
 - * Papo e bico amarelos
 - * Tucanaçu: papo esbranquiçado, bico amarelo com ponta preta
- Aracari: similar ao tucano, porém menor

9. Gaviões (Guaivás)

- Japocaná: quase tamanho de galinha grande, preto com raias brancas
- Taguató: menor, peito branco e costas pretas
- Tem-tem: pequeno mas veloz caçador

10. Anhuma

- Tamanho próximo ao peru
- Cor preta
- Possui um "unicórnio" na cabeça e dois nos encontros das asas
- Habita lagos

O *Divertimento Admirável* mostra a produção intelectual na América portuguesa do século XVIII, articulando observações diretas da natureza com saberes desenvolvidos no contexto colonial. Sua nomenclatura combina classificações portuguesas e denominações indígenas, característica da documentação natural do período. O texto preserva informações sobre as formas de ocupação territorial, as estratégias de sobrevivência e os padrões de interação entre diferentes grupos sociais no vale do Tietê setecentista.

Na “Relação da viagem que fez da cidade de S. Paulo para a vila do Cuyabá no anno de 1751 : carta a um seu primo / Conde de Azambuja. – 1751:

"(...) A doze passei pela Ilha/ dos passaros, aonde saltei hum pouco em/terra// m terra. Hé aquella Ilha hũa das couzas/ raras, que se encontrão neste caminho. Daõ-/lhe aquelle nome por se criarem ali varias/ castas de passaros muito grandes, a que/ chamam Tuiuiús, e outros nomes, que me não lem-/braõ. Estes quaze todos brancos, quando eu/ passei não era já tempo de haverem tantos pe-/lo que me diceraõ; sem embargo que, quan-/do de longe avistamos a Ilha estavaõ as ar-/vores, que hé tudo mato fexado taõ cheias de/ taes passaros, que parecia roupa, que estava a enchugar. Cada hum dos cassadores se/ poz debaixo da sua arvore, e dali matou/ os que quis; porque por mais que cahissem/ os que ficavaõ na mesma arvore se não afastavaõ. Em fim eu receei, que arrebatassem/ algũas armas; pois não medeava mais tem-/po entre tiro, e tiro, que o que leva a carregar/ só tinha hum disconto, que a menor parte/ era dos que vinhaõ abaixo. A sua mesma molidaõ os fazia ficar prezos nos ramos." (4)

A *Relação da viagem que fez da cidade de S. Paulo para a vila do Cuyabá no ano de 1751* registra a passagem do Conde de Azambuja pela chamada Ilha dos Pássaros em um encontro com uma extraordinária concentração de aves, sobretudo tuiuiús (*Jabiru mycteria*), em uma das ilhas aluviais da rota para Cuiabá. Azambuja caracteriza o local como uma das "coisas raras" do trajeto, descrevendo árvores repletas de aves brancas que lembravam "roupa que estava a enxugar" - uma imagem vívida da paisagem encontrada. O texto relata que caçadores, posicionados sob as árvores, abatiam as aves com facilidade, dada a ausência de resistência dos animais. A presença maciça de

tuiuiús sugere um momento específico do ciclo natural dessas aves, possivelmente durante o período de nidificação, quando formam colônias nas árvores próximas às áreas alagadas do Brasil Central.

A obra *Reflexões sobre a Agricultura na Capitania de São Paulo* (1788), redigida por José Arouche de Toledo Rendon durante o governo de Bernardo José de Lorena (1788-1797) analisa a situação econômica e social da capitania, com especial atenção aos desafios enfrentados pela agricultura local.(5)

A formação de Rendon em Direito pela Universidade de Coimbra, aliada à sua experiência em cargos administrativos na capitania, fundamenta uma análise comparativa entre São Paulo e outras regiões do Brasil colonial. O autor ressalta que territórios descobertos e colonizados pelos paulistas, paradoxalmente, demonstravam maior desenvolvimento comercial e agrícola que a própria capitania de origem.



Figura 2: *Cocotier barrigudo (Ventrú)*.
Desenho de Charles Motte, 1834. Acervo da Biblioteca Nacional.

No que se refere ao impacto da fauna sobre a agricultura, foi realizado um estudo quantitativo dos prejuízos causados por aves granívoras às plantações de milho. Seus cálculos indicam que araras, papagaios, maitacas e periquitos consumiam cerca de um quarto da produção.

Durante o período de colheita, estimado em noventa dias, cada ave consumia, em média, uma espiga diária, gerando perdas importantes para a economia local. Como solução, propõe medidas administrativas inspiradas nas práticas portuguesas de controle populacional de aves. Em Portugal, por exemplo, os agricultores eram obrigados a entregar uma determinada quantidade de pardais ao Conselho. Rendon adapta essa política ao contexto paulista, calculando o impacto positivo da eliminação anual de 500 aves, tanto na redução do consumo direto quanto na limitação da reprodução das espécies.

Nesta análise identifica a abundância natural como um obstáculo paradoxal ao desenvolvimento agrícola. O fácil acesso a alimentos por meio de caça, pesca e coleta, segundo o autor, desestimulava o aprimoramento das técnicas agrícolas. Além disso, ele aponta entraves estruturais, como a falta de ferro para ferramentas, a presença de formigas vermelhas, o furto de gado – essencial à produção de estrume – e problemas administrativos relacionados à atuação dos almotacés. Rendon identificou desafios interligados ao desenvolvimento agrícola da capitania. As condições ambientais, práticas sociais e estruturas administrativas, segundo sua análise, constituíam obstáculos às transformações propostas. Entre estes, destacou particularmente a resistência dos membros mais velhos da comunidade às inovações. Ao caracterizar esta resistência como 'pitagórica', Rendon elabora uma crítica específica às formas tradicionais de organização do trabalho agrícola, sinalizando as tensões que emergiram durante as tentativas de implementação das reformas administrativas e produtivas no final do Setecentos.

Em *A Contribuição Zoológica dos Primeiros Naturalistas Viajantes no Brasil* (1996), P.E. Vanzolini analisa as transformações nos estudos zoológicos brasileiros no início do século XIX. O autor identifica duas vertentes principais de desenvolvimento: o avanço no conhecimento faunístico e o aprimoramento da sistemática. O texto reconhece as contribuições de naturalistas como Marcgrave e Alexandre Rodrigues Ferreira, mas estabelece uma distinção clara entre a existência de estudos naturalistas e a sua consolidação científica, que se efetivou apenas no século XIX.

O processo de transformação nos estudos zoológicos resultou da interação entre o crescimento das coleções museológicas e a realização de expedições científicas sistemáticas. As coleções museológicas, ao reunir conjuntos significativos de exemplares, permitiram revisões taxonômicas mais abrangentes. As expedições científicas ampliaram as coleções e produziram obras essenciais para a identificação e compreensão sistemática da fauna brasileira.

A transferência da corte portuguesa para o Brasil, consequência das guerras napoleônicas, criou condições institucionais favoráveis para essa transformação científica. O casamento do príncipe D. Pedro com a arquiduquesa Leopoldina da Áustria simbolizou uma aproximação científica entre o Brasil e a Europa, possibilitando a vinda de uma geração de naturalistas europeus formados nos princípios da História Natural do século XVIII.

As expedições científicas conduzidas por Johann Baptist von Spix, Carl Friedrich Philipp von Martius e Maximilian de Wied-Neuwied exemplificam essa nova fase. "Seus trabalhos empregam princípios taxonômicos estabelecidos e métodos sistemáticos de coleta e documentação para compreender a natureza. No entanto, como Vanzolini observa, seria equivocado considerar essas práticas como uma simples imposição do conhecimento europeu. Os naturalistas do século XIX,

mesmo com formação especializada, recorriam aos conhecimentos locais para identificar espécies, seus comportamentos e habitats.

A expedição de Spix e Martius em 1817 marca uma nova etapa dos estudos naturais no Brasil. A presença do zoólogo Johann Baptist von Spix e do botânico Carl Friedrich Philipp von Martius reflete a especialização característica das ciências naturais no século XIX, contrastando com o caráter mais abrangente e menos sistemático das investigações anteriores.

A expedição de 1817, conduzida pelo zoólogo Johann Baptist von Spix e pelo botânico Carl Friedrich Philipp von Martius, marca uma nova etapa dos estudos naturais no Brasil. A presença de especialistas em diferentes áreas reflete a crescente especialização característica das ciências naturais no século XIX, contrastando com o caráter mais abrangente e menos sistemático das investigações anteriores.

Como Vanzolini identifica, este período representa a transição de uma prática de registro de descobertas isoladas para uma sistematização do conhecimento natural fundamentada em princípios taxonômicos, como os estabelecidos no *Systema Naturae*. Essa mudança expressa uma nova concepção da natureza como objeto de classificação sistemática.

Durante trinta meses de viagem, os naturalistas desenvolveram um extenso trabalho de campo, percorrendo um itinerário que teve início no Rio de Janeiro, passou por São Paulo e Minas Gerais, atravessou áreas de vegetação aberta até o Maranhão, chegou a Belém e subiu o rio Amazonas até Tabatinga. Esta rota permitiu o contato com diferentes formações vegetais - hoje reconhecidas como Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga e Floresta Amazônica - e possibilitou observações sistemáticas de espécies, clima e solo que fundamentaram o entendimento das relações entre organismos e ambientes, estabelecendo importantes bases para os estudos biogeográficos no Brasil.

A obra *Reise in Brasilien*, publicada entre 1823 e 1831, estabeleceu novos parâmetros para os estudos naturais no Brasil ao integrar aspectos naturais e socioeconômicos em sua análise. O texto examina as inter-relações entre agricultura, pecuária, mineração e comércio, criando um modelo de investigação que influenciou pesquisas posteriores. Com o falecimento de Johann Baptist von Spix em 1826, devido a enfermidades tropicais, Carl Friedrich Philipp von Martius assumiu a finalização dos relatórios zoológicos e desenvolveu suas próprias contribuições em botânica e geografia, fornecendo fundamentos cruciais para os estudos biogeográficos subsequentes.

O trabalho zoológico de Spix sobre a fauna brasileira resultou em diversas publicações inovadoras. Seus estudos sobre mamíferos (1823) focaram em primatas e quirópteros. A obra *Avium Species Novae* (1824) documentou 326 espécies de aves, das quais 237 eram desconhecidas pela ciência na época, e aproximadamente 67 mantêm sua validação taxonômica nos sistemas atuais de classificação. Spix também investigou anfíbios (1824 e 1840) e répteis (1824-1825), abrangendo quelônios, lagartos e crocodilianos. As coleções de serpentes e anfisbenas foram posteriormente descritas por Johann Wagler (1824), enquanto o material ictiológico foi analisado por Louis Agassiz (1829).



Figura 3 - "Yögel teich am rio de S. Francisco", 1823.
Litografia da expedição de Carl Friedrich Philipp von Martius e Johann Baptiste von Spix

Avium Species Novae representa um marco na documentação ornitológica do Brasil, particularmente em relação às espécies do interior. Spix desenvolveu uma metodologia que articulava a catalogação sistemática das espécies, o registro de sua distribuição no território e a documentação de suas relações com o ambiente natural. A qualidade de suas observações pode ser verificada nas descrições morfológicas de espécies como *Psittacara leucophthalmus*, *Procnias nudicollis* e *Phaethornis pretrei*, que preservam elementos fundamentais para a identificação e classificação ornitológica. Embora parte das coleções tenha sido perdida durante a Segunda Guerra Mundial, os exemplares preservados continuaram subsidiando estudos posteriores, como a pesquisa comemorativa de Fittkau (1983).

Os estudos sobre as aves brasileiras entre os séculos XVI e XIX refletem diferentes formas de interpretar o mundo natural. Durante o período colonial, Gabriel Soares de Souza desenvolveu uma abordagem que articulava conhecimentos locais e europeus na caracterização da avifauna. Seus escritos capturam tanto as características das espécies quanto suas relações com as sociedades do período, produzindo um saber singular que emergia da própria experiência colonial e suas interações com os conhecimentos indígenas.

A transição para o século XIX marcou uma mudança na produção do conhecimento natural no Brasil. Este período foi caracterizado pela institucionalização das ciências naturais, com o estabelecimento de protocolos padronizados de coleta, preservação e documentação, além da formação de coleções sistemáticas que permitiam estudos comparativos mais abrangentes. Neste novo contexto científico, naturalistas como Johann Baptist von Spix, Carl Friedrich Philipp von Martius e Maximilian de Wied-Neuwied conduziram suas investigações seguindo metodologias

estabelecidas pelos principais centros científicos europeus, ao mesmo tempo em que contribuíam para a circulação de conhecimentos entre Europa e América.



Figura 4 - Paisagem com indígena caçando, 1816.
Ilustração de Maximiliano, Príncipe de Wied-Neuwied.

Essa mudança nas formas de estudar e documentar a natureza brasileira não representou uma simples substituição de métodos "primitivos" por técnicas "avançadas". Os naturalistas do século XIX integravam diferentes tradições de conhecimento em seu trabalho. Enquanto aplicavam classificações lineares e métodos sistemáticos de sua formação europeia, recorriam constantemente aos conhecimentos locais para identificar e localizar espécies.

A especialização crescente nos estudos ornitológicos acompanhou as transformações nas ciências naturais europeias, sobretudo no avanço da taxonomia e da biogeografia. Esse processo resultou em uma nova compreensão das aves brasileiras, agora inseridas em um sistema global de classificação natural que buscava estabelecer relações entre espécies de diferentes regiões do mundo.

A expedição (1815-1817) foi meticulosamente documentada em sua obra "Beitrag zur Naturgeschichte von Brasilien" (1825-1833). O número total de 444 espécies registradas é correto, com a distribuição mencionada: 381 espécies na região costeira florestada (Mata Atlântica) e 63 nas áreas interioranas da Bahia e Minas Gerais. Esta diferença numérica significativa reflete tanto o tempo dedicado a cada região quanto as características dos diferentes biomas.

A metodologia de Wied-Neuwied era notavelmente detalhada para sua época. Suas descrições morfológicas focavam em características-chave para a identificação das espécies:

olhos, bico e pés. Além disso, ele incluía observações sobre comportamento e reprodução, aspectos que frequentemente eram negligenciados por outros naturalistas do período.

Quanto à precisão taxonômica de seu trabalho, os números apresentados são significativos:

- Das 125 espécies que ele propôs como novas para a ciência, 58 (aproximadamente 46%) mantêm sua validação taxonômica atual
- Apenas sete casos de sinonímia foram identificados no total do levantamento, o que indica um trabalho excepcionalmente preciso para os padrões da época

Esta taxa de validação taxonômica é particularmente impressionante considerando as limitações tecnológicas e metodológicas do início do século XIX, demonstrando o rigor científico de Wied-Neuwied em suas observações e descrições.

A observação e registro da natureza brasileira entre os séculos XVI e XIX revelam um processo complexo de interação entre diferentes formas de conhecimento. Durante o período colonial inicial, o conhecimento indígena sobre as aves foi fundamental não apenas para a sobrevivência dos colonizadores, mas também para o desenvolvimento de um sistema de classificação que integrava referências europeias e saberes locais. A obra de Gabriel Soares de Souza exemplifica esta integração através de sua incorporação de termos indígenas como *cabureaçu* (águia) e *handú* (ema).

À medida que as demandas da administração colonial se tornavam mais complexas no século XVIII, a documentação da natureza também se transformou. Joseph Barboza de Sá e Manoel Cardoso de Abreu desenvolveram sistemas que combinavam denominações portuguesas e termos indígenas, facilitando a circulação do conhecimento entre diferentes grupos sociais. José Arouche de Toledo Rendon avançou ainda mais nesta direção ao integrar o conhecimento local sobre comportamento animal à administração colonial em suas *Reflexões sobre a Agricultura*.

O século XIX trouxe uma nova dimensão a este processo com a chegada dos naturalistas europeus. Embora Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius tenham introduzido práticas de classificação baseadas na taxonomia lineana, seu trabalho continuou dependendo fundamentalmente do conhecimento local. A obra *Avium Species Novae* de Spix demonstra como esta integração entre diferentes tradições de conhecimento podia produzir resultados cientificamente sólidos, como evidencia a validação taxonômica atual de muitas de suas descrições.

Esta trajetória histórica revela que o desenvolvimento do conhecimento sobre a natureza brasileira não seguiu um caminho linear de substituição do saber "tradicional" pelo "científico". Ao contrário, caracterizou-se por um processo contínuo de adaptação e síntese entre diferentes formas de conhecer e classificar o mundo natural. As transformações nas práticas de nomenclatura e classificação refletiram não apenas a evolução das ciências naturais, mas também as mudanças nas relações entre sociedades, instituições e tradições de conhecimento no Brasil colonial e imperial.

Notas quase avulsas

As ilustrações que compõem este capítulo merecem uma análise específica, pois descortinam diferentes aspectos da documentação visual da natureza brasileira no século XIX. Esse conjunto iconográfico demonstra como as práticas de representação visual se transformaram no período, acompanhando as mudanças nas formas de observar e registrar o mundo natural.

As litografias produzidas por Charles Motte em 1834, ***Eliconia*** (Figura 1) e ***Cocotier barrigudo*** (Figura 2), representam um momento significativo no desenvolvimento das técnicas de ilustração científica. Como litógrafo especializado, Motte atuava na interface entre a observação naturalista e sua tradução visual. Seu trabalho consistia em transformar os esboços e anotações dos naturalistas em imagens que pudessem servir a um duplo propósito: atender às exigências da documentação científica e alcançar um público mais amplo interessado em história natural.

As litografias da flora brasileira combinavam rigor morfológico com apuro estético, características das publicações científicas da primeira metade do século XIX. Esta integração entre técnica e arte acompanhava mudanças significativas na comunicação científica, quando obras naturalistas passaram a alcançar públicos mais amplos.

A litografia **Vögel Teich am Rio de S. Francisco** (Figura 3) da expedição de Spix e Martius apresenta uma nova abordagem na documentação científica ao reunir o ambiente ribeirinho, as aves aquáticas e o rio São Francisco, a obra expressa a visão dos naturalistas sobre as conexões entre organismos e habitat.

A litografia traz inovações técnicas na ilustração naturalista. O detalhamento morfológico das aves apresenta um refinamento superior às representações anteriores. A composição integra as espécies retratadas a elementos específicos de seu habitat natural, superando as limitações das ilustrações esquemáticas que predominavam até então, nas quais os espécimes apareciam isolados de seu contexto ambiental.

Os aspectos técnicos da obra merecem atenção particular. O artista dedicou especial cuidado à representação das aves aquáticas, registrando com precisão suas características físicas, posturas naturais e padrões de distribuição no espaço. A composição segue as diretrizes das expedições científicas do período, combinando precisão técnica e observação naturalista.

A litografia representa um marco na ilustração científica, com técnicas de representação que situam os organismos em seu ambiente natural. Como fonte histórica, tanto a avifauna quanto a paisagem do rio São Francisco no início do século XIX, permitindo estudos sobre transformações ecológicas da região.

A **Paisagem com caça indígena** (Figura 4), produzida por Wied-Neuwied em 1816, integra elementos naturais e culturais em uma única composição. O artista retratou o caçador indígena em seu ambiente, detalhando tanto a vegetação quanto a postura do caçador em ação. Esta minúcia na representação resultou de observações diretas em campo, método característico de Wied-Neuwied.

No período colonial, as descrições da natureza brasileira apoiavam-se principalmente em textos escritos. Os observadores estabeleciam paralelos entre espécies locais e europeias

para comunicar as particularidades da flora e fauna tropicais a seus leitores no Velho Mundo. Este método comparativo, embora eficaz para seu público-alvo, encontrava limites na representação da biodiversidade brasileira.

As ilustrações científicas do século XIX introduziram novas formas de documentar a natureza tropical. Artistas e naturalistas desenvolveram técnicas para representar as espécies em seus próprios termos, situando-as em seus ambientes e contextos ecológicos específicos."

A vegetação em cintas largas de terras boas

*entre colinas mansas
de uma terra sempre em cio,
que o vento, com carinho,
penteia, como se sua filha.
Que nem ondas de mar,
multiplicadas, elas se estendem;
como ondas do mar de mar
que vou conhecer um dia.”*
(por João Cabral de Melo Neto)

O capítulo analisa as formações florestais que caracterizavam as terras da Província de São Paulo, examinando as interações entre colonizadores, indígenas e o ambiente natural. Na discussão sobre *A vegetação em faixas largas de terras boas*, mapeamos a diversidade ecológica do território paulista durante o período colonial e pós-emancipação, com destaque à região central, observando como diferentes práticas e concepções moldaram esta paisagem.

A Mata Atlântica, que cobria extensas áreas do território, constitui mais que um conjunto de espécies vegetais. Conforme argumenta Warren Dean em *A Ferro e Fogo*, essa formação florestal concentrou processos históricos para a construção do Brasil. Os povos originários desenvolveram técnicas de manejo sustentável que permitiram o uso contínuo dos recursos florestais ao longo de gerações. Com a chegada dos colonizadores europeus, a floresta passou a ser explorada sob uma lógica distinta, voltada para interesses econômicos imediatos. Diogo de Carvalho Cabral observa que, nesse contexto, a vegetação começou a ser avaliada por seu potencial comercial ou pelos obstáculos que representava à expansão agrícola, desencadeando mudanças tanto no litoral quanto no interior.

A região de Jaú vivenciou este processo de transformação ambiental. O Correio Paulistano retrata a conversão sistemática da vegetação nativa em áreas de agricultura comercial, principalmente para o cultivo do café. Nos depoimentos do período, a expressão 'terras boas' associava a fertilidade natural do solo à presença da mata original, cuja derrubada era vista como símbolo do progresso e da civilização no século XIX. Esta visão utilitária da floresta estabeleceu práticas de exploração ambiental que marcaram a paisagem regional.

Saint-Hilaire, em sua *Viagem à Província de São Paulo*, retrata as formações vegetais do território paulista no início do século XIX. Seu olhar atento captou a diversidade da paisagem: a exuberante Mata Atlântica, com suas árvores centenárias e múltiplos estratos de vegetação; os campos naturais, caracterizados por suas gramíneas e arbustos esparsos; e as intrigantes zonas de transição, onde diferentes formações se encontravam e se mesclavam. Esta variedade de ambientes naturais definia a paisagem e influenciava as possibilidades de ocupação e uso do território.

Os estudos de Manuela Carneiro da Cunha demonstram como os povos indígenas desenvolveram conhecimentos específicos sobre a flora, suas propriedades e aplicações. Marcel

Mano, em suas pesquisas sobre os campos de Araraquara, apresenta evidências de como as práticas dessas populações forjaram a configuração histórica dessas paisagens.

O século XIX trouxe mudanças nas relações entre sociedade e natureza no território paulista. A análise desenvolvida por Nicolau Sevcenko examina estas transformações em duas dimensões complementares: as alterações materiais no ambiente e as mudanças nas formas de compreender e representar a natureza. O autor interpreta este processo histórico como uma 'frente brasileira na guerra verde', ressaltando seu caráter sistemático e suas múltiplas implicações sociais.

Os dados contemporâneos produzidos pelo Instituto Florestal de São Paulo e pela Fundação SOS Mata Atlântica traçam um quadro atual desta paisagem histórica. As formações vegetais documentadas por naturalistas como Saint-Hilaire sobrevivem hoje principalmente nos Parques Estaduais da Serra do Mar - Carlos Botelho, Intervales, PETAR e seus núcleos. A distribuição atual destes remanescentes, incluindo alguns fragmentos no oeste do estado, resulta de processos específicos de ocupação territorial ao longo dos séculos XIX e XX, que determinaram a atual configuração da paisagem paulista.

No período colonial, o território paulista apresentava uma intrincada organização natural, caracterizada pela presença simultânea de formações vegetais distintas - florestas, cerrados e campos. A análise desenvolvida por Diogo de Carvalho Cabral em *O Bosque de Madeiras e Outras Histórias: A Mata Atlântica no Brasil Colonial (Séculos XVIII e XIX)* examina como a própria Mata Atlântica constituía um mosaico de diferentes ecossistemas, cuja distribuição respondia a variações climáticas, características geológicas e condições topográficas específicas. (1)

Esta diversidade natural do território paulista encontra registros em Spix e Martius. Em suas observações sobre a Capitania de São Paulo, os naturalistas austríacos constataram que das 17.500 léguas quadradas que compunham a capitania, aproximadamente 5.000 apresentavam cobertura florestal, indicando uma realidade ecológica muito mais diversa do que as narrativas que exaltavam uma 'floresta única'. Essa pluralidade de paisagens naturais oferece uma perspectiva alternativa sobre as transformações da região ao longo do tempo.

Para o início do século XX, Christian Brannstrom, analisando fontes cartoriais, constatou que uma área de pouco mais de 10.000 km² no oeste paulista apresentava um mosaico de floresta e cerrado, reforçando a ideia de que a paisagem do território paulista era marcada por uma heterogeneidade. Essas configurações naturais, contudo, foram alteradas pela expansão das fronteiras coloniais.

As transformações da Mata Atlântica e do interior paulista resultam de uma complexa interação entre processos ecológicos naturais e práticas históricas de ocupação territorial. Para entender essa dinâmica, são fundamentais os estudos de Christian Brannstrom, posteriormente analisados por Diogo de Carvalho Cabral, que revelam uma descoberta crucial: no início do século XX, existia um mosaico onde floresta e cerrado coexistiam no mesmo espaço. Esta constatação é relevante porque desafia a narrativa tradicional que via a Mata Atlântica como uma formação homogênea.

Essa descoberta nos ajuda a compreender melhor o processo de colonização. Os colonizadores, ao chegarem ao território paulista, não encontraram uma floresta única e uniforme,

mas sim um conjunto de formações vegetais distintas, cada uma com suas próprias características e desafios. Isso significa que o processo de "domínio" da natureza precisou se adaptar a diferentes realidades ecológicas.

A transformação dessa paisagem diversificada ocorreu através de múltiplas formas de intervenção humana. No início, predominava a agricultura de subsistência, com impactos mais localizados. Gradualmente, novos ciclos econômicos foram surgindo, culminando nas grandes monoculturas. O café, por exemplo, representa bem esse processo: sua expansão não apenas alterou a configuração do território, mas também estabeleceu uma nova relação entre a sociedade e a natureza, muito mais intensiva e transformadora.

Essas diferentes formas de ocupação e exploração do território, guiadas por interesses econômicos e práticas culturais específicas, deixaram marcas profundas na paisagem. As decisões e ações do período colonial estabeleceram padrões de uso do solo e de relação com o ambiente natural que continuam influenciando a configuração ecológica do interior paulista até os dias atuais. Compreender essa história nos ajuda a entender melhor os desafios ambientais que enfrentamos hoje.

José Augusto Drummond, ao analisar a obra de Warren Dean, sublinha dois elementos centrais nesse processo: as entradas e bandeiras, que ampliaram o alcance dos colonizadores ao interior, afetando os ecossistemas e as populações nativas e seus conhecimentos sobre a floresta; e ainda, o sistema de ocupação de terras baseado em sesmarias e posses. Este último, segundo Drummond, não apenas favoreceu a criação de grandes propriedades rurais latifundiárias e escravagistas, mas também perpetuou um modelo predatório de uso dos recursos naturais, ao mesmo tempo que inibiu o surgimento de uma classe de pequenos agricultores capazes de utilizar a terra de forma mais sustentável. (2)

O estudo ressalta uma dimensão institucional para entender as transformações na vegetação paulista. Como observa José Augusto Drummond: No cerne dessa dinâmica estava a incapacidade crônica do Estado colonial ou nacional em controlar as terras públicas, cuja ocupação, legal ou ilegal, sempre se mostrava mais acessível ao empreendedor individual do que a adoção de práticas agropecuárias ou extrativas sustentáveis nas sesmarias já exploradas. Essa fragilidade administrativa favoreceu a ocupação de novas áreas, transformando-a em um agente contínuo de degradação ambiental, em detrimento do manejo responsável das terras já utilizadas.

José Augusto Drummond e Warren Dean analisam de maneira complementar a relação entre o modelo de ocupação territorial e a gestão ambiental no Brasil colonial. Warren Dean sublinha que o desmatamento da Mata Atlântica expõe uma contradição fundamental do modelo produtivo colonial português: a coexistência de abundância de recursos naturais com escassez estrutural de mão de obra – agravada pelo sistema escravista –, precariedade técnica e limitações de capital. Essas condições resultaram em um padrão de exploração ambiental intensivo e extensivo, mas com tecnologia rudimentar.

Dean questiona se houve, de fato, uma conversão do capital natural – representado pelos extensos recursos ambientais disponíveis – em capital social, ou seja, em riqueza acumulada ou estruturas sociais sustentáveis, durante o período colonial. Em sua análise, ele conclui que, exceto pela industrialização tardia no Sudeste no século XX, essa conversão não se efetivou. O

desmatamento da Mata Atlântica tornou-se um exemplo emblemático de um processo em que a exploração ambiental intensa não foi acompanhada por níveis significativos de acumulação de riqueza ou desenvolvimento sustentável.

José Augusto Drummond complementa essa perspectiva ao examinar como o modelo colonial estabeleceu práticas específicas de uso do território. A ausência de controle estatal eficaz sobre as terras públicas e a prevalência de práticas extrativistas caracterizaram um período em que a exploração ambiental esteve associada a configurações sociais e econômicas marcadas pela concentração fundiária, pelo trabalho escravo e por uma lógica predatória de curto prazo.

Warren Dean, em sua obra, adota uma postura crítica sobre o uso dos recursos naturais no Brasil colonial. Diferente de sua escrita usualmente mais contida, Dean ressalta o impacto devastador da exploração ambiental, enfatizando como as alterações na Mata Atlântica foram ligadas ao modelo produtivo colonial e às concepções culturais da época. (3)

O processo de colonização no Brasil inscreveu-se na paisagem através de múltiplas transformações, ultrapassando a mera ocupação territorial. No plano econômico, as áreas naturais se converteram em espaços de produção imediatista, onde uma lógica extrativista sobrepôs-se a qualquer consideração de sustentabilidade. A dimensão cultural deste processo materializou-se em uma singularidade: o 'desbravamento' como sinônimo de progresso, transformando a remoção da vegetação nativa em símbolo da conquista territorial e do avanço da 'civilização'.

Essa transformação, no entanto, não foi apenas física. Foi também simbólica, redefinindo as formas de relação com o ambiente natural. Povos indígenas, que desenvolviam práticas sustentáveis e integradas ao ecossistema, tiveram suas formas de interação deslegitimadas e suas paisagens tradicionais desconfiguradas. A ótica europeia utilitária da natureza como recurso e obstáculo ao avanço territorial instaurou um paradigma que sobrepôs a lógica de exploração à preservação e ao equilíbrio ambiental. Assim, o processo colonial no Brasil reconfigurou não apenas o território, mas também as concepções sobre o ambiente natural.

Além da dimensão institucional, o processo colonizador foi também marcado por significados culturais que moldaram a relação entre os colonizadores e o ambiente tropical. Nicolau Sevcenko, em *O front brasileiro na guerra verde*, analisa essa dimensão cultural ao identificar uma dualidade na percepção europeia: de um lado, o olhar contemplativo e idealizado da paisagem tropical; de outro, a intervenção física e destrutiva promovida pela colonização. Nessa última perspectiva, a vegetação era reconfigurada de "paisagem" para "mata" ou "sertão bravo", termos que carregavam um sentido pejorativo e justificavam o desbravamento.(4)

Sevcenko recorre à metáfora do embate entre o vermelho do fogo e o verde da mata para ilustrar a lógica cultural do projeto colonizador. O verde simbolizava mais do que a vegetação: representava também os "perigos" associados à floresta – as "feras", os "insetos" e os "índios". Esses elementos, agrupados em uma ótica que os associava ao desconhecido e ao selvagem, justificavam a necessidade de sua erradicação. O vermelho, por sua vez, simbolizava o fogo e a destruição, agentes da transformação da paisagem. A "paisagem ausente", marcada pela eliminação do verde, representava o ideal europeu de ocupação, substituindo a floresta por áreas produtivas e domesticadas.

A destruição da vegetação nativa, portanto, foi uma necessidade prática da colonização acrescida de uma parte essencial da lógica cultural e simbólica que orientou esse processo. A "frente brasileira na guerra verde" expressou essa dinâmica, reconfigurando a paisagem segundo os padrões europeus e eliminando tanto os ecossistemas naturais quanto os elementos culturais e sociais que nela coexistiam. Essa transformação teve impactos duradouros, marcando de forma indelével a história ambiental e cultural do território paulista.

A análise de Nicolau Sevcenko sobre a expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783–1789) examina uma iniciativa do conhecimento científico colonial brasileiro. Esta empreitada envolveu a catalogação da natureza e representou uma estratégia de Portugal para estabelecer domínio sobre seu território colonial através do conhecimento sistemático. A formação de Ferreira na Universidade de Coimbra, no contexto das reformas pombalinas, vincula-se aos objetivos do império português. Sua expedição, que percorreu os rios da Amazônia e do Pantanal, reuniu desenhistas e especialistas em diferentes áreas, uma composição singular na história colonial portuguesa.

O caráter estratégico deste empreendimento manifestou-se durante a invasão napoleônica de Portugal, em 1807. O botânico Geoffroy de Saint-Hilaire, junto às tropas do general Junot, apropriou-se do acervo do Real Gabinete de História Natural de Lisboa, indicando como o conhecimento científico sobre os territórios coloniais equiparava-se às riquezas materiais. Este episódio indica uma mudança no colonialismo: além do controle físico dos territórios e seus recursos, o poder imperial passou a envolver o domínio do conhecimento sobre eles. A apropriação dos estudos e coleções de Ferreira por Saint-Hilaire exemplifica como o controle do conhecimento científico constituía um instrumento de poder.

A trajetória da expedição de Ferreira e o percurso subsequente de suas descobertas iluminam um aspecto primordial da ciência natural do século XVIII: sua integração aos projetos coloniais europeus. O mapeamento da biodiversidade e dos recursos naturais nas colônias constituía-se como estratégia para as metrópoles, estabelecendo ponte entre produção de conhecimento científico e exercício do poder colonial.

O capítulo "Introdução à história indígena", da obra *História dos Índios no Brasil*, organizada por Manuela Carneiro da Cunha, questiona a marginalização dos povos indígenas nas narrativas históricas tradicionais. A autora examina a perspectiva que, por negar aos indígenas a escrita, os considerava incapazes de registros históricos, relegando-os a papéis secundários na história oficial. (5)

Cunha analisa como a história do Brasil foi narrada a partir da perspectiva do "descobrimento" pelos navegadores portugueses. Para os europeus, o território era concebido como um paraíso terrestre, uma terra de "perpétua inocência", conforme construções simbólicas que justificavam a dominação. Um exemplo dessa ótica é a gravura de Jan van der Straet (1589), que retrata Américo Vespúcio em um encontro idealizado com uma índia Tupinambá, simbolizando a "descoberta" como ato de civilização.

A autora também explora teorias sobre as origens dos povos americanos, desde interpretações bíblicas, como a associação com as "tribos perdidas de Israel", até explicações arqueológicas. A hipótese mais aceita é a migração pelo estreito de Bering, entre 35 mil e 12 mil anos atrás, embora outras possibilidades, como migrações marítimas, também sejam consideradas. As

sociedades indígenas desenvolveram complexas formas de organização social, econômica e cultural que continuaram a se transformar após o contato com os europeus. Os retratos produzidos por Louis de Lehan e Francisco Carypyra, ainda que elaborados sob perspectiva europeia, oferecem importantes indícios sobre as tensões e negociações entre diferentes sistemas culturais neste processo de interação.



Figura 1: *Vallee da Serra do Mar (Chaine de Montagnes près de la mer)*
Desenho de Charles Motte, 1834. Acervo da Biblioteca Nacional.

A relação entre os indígenas e os colonizadores foi moldada por instituições como o sistema de padroado, que atribuía à Coroa portuguesa a responsabilidade sobre os povos indígenas. A bula papal de 1537, ao reconhecer a humanidade dos indígenas, estabeleceu parâmetros para essas interações. No entanto, os jesuítas, com sua autonomia e vínculos com Roma, criaram tensões em relação ao controle do trabalho indígena nos aldeamentos, gerando conflitos com os colonos. O período pombalino trouxe novas políticas indigenistas, que buscavam integrar indígenas, brancos e negros escravizados, refletindo os interesses de reconfiguração social e econômica do império.

Carneiro da Cunha evidencia como os povos indígenas estabeleceram alianças estratégicas com diferentes potências europeias. Os Tupiniquins e Tupinambás, por exemplo, articularam suas alianças a partir de interesses políticos e territoriais próprios. A planta de um aldeamento português do século XVIII mostra as tentativas coloniais de reorganização da vida indígena, embora estes grupos mantivessem suas próprias formas de negociação e resistência mesmo sob o regime colonial. A autora analisa como os povos indígenas escolheram adotar ou rejeitar elementos europeus conforme suas avaliações e necessidades. As gravuras e fotografias do período

Warren Dean publicou *A Ferro e Fogo: A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira* em 1996. A obra examina as transformações da Mata Atlântica do período colonial ao século XX, analisando as interações entre sociedade e ambiente natural.

Dean observa:

"A história florestal corretamente entendida é, em todo o planeta, uma história de exploração e destruição. O homem reduz o mundo natural a 'paisagem' — entornos domesticados, aparados e moldados para se adequarem a algum uso prático ou à estética convencional — ou também, o que é ainda mais assustador, a "espaço" — planícies desertas aplainadas a rolo compressor sobre as quais o extremo do narcisismo da espécie se consagra em edificações. As intervenções humanas quase nunca realizam as expectativas humanas. Seus campos se empobrecem, seus pastos se tornam magros e lenhosos, suas cidades entram em colapso. O mundo natural, simplificado, em desacordo com os desejos humanos mas em resposta a seus atos, converte-se em uma enorme macega cosmopolita de luto." (6)

O autor analisa como as ações humanas alteram os ambientes naturais em duas direções: a "paisagem" domesticada e o "espaço" modificado, resultando em mudanças nos solos e sistemas urbanos. A Mata Atlântica, que ocupava mais de 1 milhão de km² da costa leste sul-americana, apontando estas transformações. Seus diferentes ecossistemas - florestas ombrófilas, estacionais e manguezais - modificaram-se através das ações coloniais e pós-coloniais. A antiga conexão com a Floresta Amazônica indica aspectos da formação biogeográfica do continente.

O Cerrado, presente em cerca de um quarto do território brasileiro, apresenta características próprias em relação à seca e ao fogo natural. Estas formações vegetais relacionam-se com diferentes formas de ocupação territorial na história brasileira. Dean sinaliza como grupos humanos interagem com a floresta tropical. Ele nota que habitantes das áreas florestais estabelecem-se nas margens, em clareiras, devido a questões práticas como quedas de árvores e presença de animais.

Em sua obra, Warren Dean investiga como os naturalistas europeus interpretaram a floresta tropical brasileira através de suas próprias referências culturais. As observações de Darwin configura o desafio de compreender uma vegetação que não correspondia aos padrões naturais ingleses, enquanto Von Martius interpretou a floresta como uma manifestação de força que desafiava as concepções europeias de natureza. A Mata Atlântica emergia como contraponto à 'natureza domada' europeia, suscitando o que Dean caracteriza como 'prazer com o sublime' - uma experiência que conjugava admiração e receio diante de um ambiente radicalmente distinto, moldando as formas de interação com a floresta.

Em *A Ferro e Fogo*, Warren Dean examina as transformações da Mata Atlântica e as interações entre esse bioma e as atividades humanas, desde as práticas dos caçadores-coletores até os impactos ecológicos da colonização e da ocupação contemporânea. O bioma notabiliza-se por sua alta taxa de endemismo — mais da metade das espécies arbóreas são exclusivas dessa região —, além de abrigar fauna emblemática, como micos-leões, beija-flores e preguiças.

Os primeiros habitantes estabeleceram acampamentos próximos a cursos d'água, aproveitando as florestas de galeria. Sua subsistência baseava-se na caça de herbívoros de pequeno e médio porte, como veados e capivaras, além da pesca e da coleta de caranguejos terrestres

gigantes. Em rios como o Mogi-Guaçu, a pesca sazonal permaneceu como uma fonte de proteínas até meados do século XX.

O fogo emerge como um elemento na modificação da paisagem pelos habitantes antigos. Utilizado como técnica de caça, ele criava campos abertos que atraíam herbívoros. Dean argumenta que as queimadas periódicas podem ter favorecido a expansão de campos e cerrados em detrimento da Mata Atlântica, demonstrando que as populações pré-coloniais já alteravam o equilíbrio ecológico.



FORÊT VIERGE
Les Bords du Parahiba

Figura 3: Les Bords du Parahiba.
Desenho de Charles Motte, 1834. Acervo da Biblioteca Nacional.

Ao caracterizar os habitantes como "aliados dos campos gramados e dos cerrados", Dean delimita as relações entre ocupações pré-modernas e o ambiente. O autor observa diferentes práticas, como o uso do fogo, relacionam-se com as alterações florestais intensificadas no período colonial.

Dean registra uma mudança na relação com a floresta a partir da agricultura: "*A adoção da agricultura mudou radicalmente a relação dos homens com a floresta. O que havia sido um recurso residual, produto inferior para os caçadores-coletores, queimado por descuido ou acidente quando se tocava ou atraía a caça, agora se tornava seu habitat principal. Descobriram que os solos do cerrado eram muito arenosos, secos, ácidos e saturados de alumínio para cultivar. A agricultura era muito mais viável nos solos da floresta.*" (7)

Esta alteração modificou o uso das queimadas. O que era técnica de caça transformou-se em método de preparo do solo, seguindo etapas: queima da floresta para conversão em cinzas, lixiviação pelas chuvas incorporando nutrientes ao solo, e plantio com instrumentos como o bastão. A prática baseava-se em observações sobre ciclos naturais e efeitos do fogo. As cinzas forneciam potássio ao solo, e o fogo controlava ervas daninhas. O processo influenciou a regeneração florestal e a configuração de campos e cerrados. A agricultura itinerante constituía uma forma específica de manejo florestal, alternando períodos de cultivo e pousio.

Dean descreve:

"A floresta secundária, ou sucessória, que os indígenas chamam de capoeira - terra anteriormente plantada, que acabou recuperando os campos abandonados, era semelhante em estrutura e composição ao crescimento que recuperava naturalmente as aberturas no dossel provocadas pelas quedas de árvores. O rebrotar das árvores corrigidas o solo ao aumentar os nutrientes do subsolo e dispersá-los pela queda das folhas e pela proteção dos processos do solo contra a insolação e a chuva direta normalmente, os agricultores não tentam uma reprodução da solo, queimada e plantio em faixa específica antes que a floresta tivesse crescido até uma certa altura. Em termos práticos, a demora era aconselhável para isolar o crescimento das ervas e restabelecer o equilíbrio entre previsões e suas previsões locais. A duração desse intervalo na região da Mata Atlântica parece, hoje em dia, que era de vinte a quarenta anos." (8)

Na Mata Atlântica, conforme Dean aponta em *A Ferro e Fogo*, os indígenas mantinham nas capoeiras espécies da floresta secundária. Este manejo envolvia árvores frutíferas como goiaba, mamão, caju e jabuticaba, além de palmeiras, madeiras para canoas e plantas como jenipapo e urucum. O sistema colonial alterou estas práticas. Os portugueses adaptaram técnicas indígenas de derrubada e queimada, incorporando cultivos como milho e mandioca. A fertilidade dos solos recém-queimados dispensava o arado, reduzindo necessidade de mão de obra - aspecto relevante para colonos com poucos ou nenhum escravizado.

O modelo colonial exigia mais das terras que o sistema indígena, que se mantinha com densidades de até 0,5 pessoas por quilômetro quadrado no planalto e menos de dez nas baixadas. A manutenção de centros como o Rio de Janeiro - com seus funcionários, clérigos, soldados e escravizados - e a produção de excedentes levaram à expansão das áreas de cultivo. Esta configuração relaciona-se ao tamanho das sesmarias e à distribuição da terra, alterando o sistema de agricultura itinerante. A mudança indica uma nova relação entre sociedade e floresta, orientada pelas demandas coloniais. (9) (10)

A introdução do gado bovino ao sistema de derrubada e queimada caracteriza um ponto decisivo da ocupação territorial no Brasil colonial. O regime agrícola tradicional, baseado em clareiras temporárias sem cercas, confrontava-se diretamente com as práticas da pecuária portuguesa. Nas vilas, onde colonos mantinham gado, as invasões de plantações por animais sem marcação geravam disputas. A falta de cercas e de identificação dos proprietários dificultava a resolução dos conflitos. O gado não se incorporava ao ciclo da agricultura de derrubada e queimada, pois a fertilidade das cinzas da floresta dispensava o uso de estrume.

A relação entre agricultura e pecuária influenciou a organização espacial da produção colonial. No Nordeste, as fazendas de gado estabeleceram-se no sertão. Na caatinga, desenvolveu-

se uma forma de criação adaptada ao ambiente semiárido, com animais que se alimentavam da vegetação local, como capins e moitas. No início do século XVIII, cerca de quinhentas fazendas ocupavam o sertão nordestino, configurando uma divisão: áreas litorâneas voltadas à agricultura e interior à pecuária.

O trabalho escravizado sustentava atividades como o cultivo de cana-de-açúcar, trigo e a criação de gado. Os paulistas, que capturavam e escravizavam indígenas, diferiam das comunidades litorâneas em sua expansão: avançaram para o interior, entre os paralelos 16° e 26° sul. As expedições paulistas concentraram-se na região entre os rios Grande e Paranapanema. Com a redução da população indígena na região central, as incursões direcionaram-se ao sul e sudoeste, alcançando áreas dos atuais Paraná e Santa Catarina. No Guairá, região de numerosa população indígena, os jesuítas estabeleceram missões para catequização. Este processo ocorreu em meio às tensões entre as expedições paulistas e as ações jesuíticas. As expedições bandeirantes, em busca de metais preciosos e mão de obra, alteraram a configuração das populações indígenas através de capturas e deslocamentos.

A atuação jesuítica envolvia o estabelecimento de missões para catequese. No segundo século de ocupação, as populações indígenas sofreram reduções significativas, com os sobreviventes ocupando posições subalternas na sociedade colonial. Um testemunho de 1650 de um aventureiro inglês expressa a concepção europeia do período, que caracterizava os indígenas como "asnos" destinados ao trabalho servil.(11)

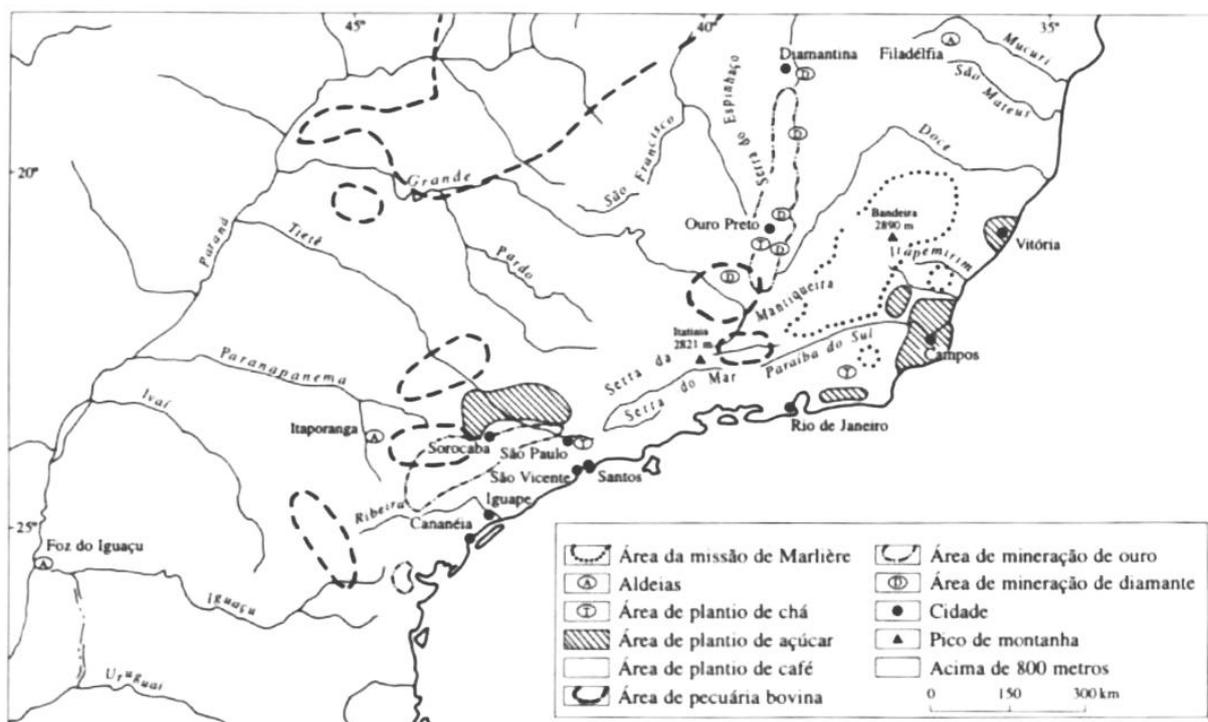
O sistema de plantio açucareiro caracterizou a ocupação das áreas de floresta tropical. Baseado em extensões territoriais e trabalho escravizado, principalmente africano, este modelo alterou a paisagem. A população sob controle português na Mata Atlântica era de cerca de 300 mil pessoas, sendo 100 mil de origem portuguesa, com 20 mil habitantes em vilas - uma configuração de cinco pessoas por quilômetro quadrado no litoral e duas no planalto paulista. A expansão colonial ampliava-se sobre a Mata Atlântica, transformando floresta em plantações e pastagens. Enquanto os tupis praticavam agricultura de derrubada e queimada, as demandas do mercado metropolitano e da população urbana alteraram a escala destas práticas.

No sertão nordestino, uma configuração específica se estabeleceu: em área aproximada de 65 mil km², os rebanhos bovinos eram quatro vezes maiores que a população humana, com proporção de uma cabeça de gado para cada cinco hectares de pastagem, indicando adaptação da criação extensiva ao semiárido.

O mapa da Mata Atlântica do Sudoeste (1700-1850), extraído de *A Ferro e Fogo*, registra a distribuição das atividades econômicas e ocupações do território. A produção açucareira concentrou-se em áreas litorâneas, como São Vicente e Campos, estabelecendo-se próxima aos portos para exportação. No século XIX, o café substituiu o açúcar como principal produto. As plantações, indicadas no mapa por áreas quadriculadas, estabeleceram-se no Vale do Paraíba, entre as províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. As condições de clima e altitude relacionam-se à expansão desta atividade em áreas antes ocupadas pela floresta.

O mapa indica também outras atividades: mineração de ouro na região de Ouro Preto e de diamantes próximo a Diamantina, áreas de pecuária bovina no interior e cultivo de chá. A presença de aldeias, a missão de Marliére e as principais cidades como São Paulo, Santos e Rio de Janeiro compõem o quadro de ocupação do período.

Os elementos geográficos - rios Paranapanema e Tietê, Serra do Mar e a faixa litorânea - relacionam-se com a distribuição das atividades econômicas. As áreas acima de 800 metros, marcadas em branco no mapa, indicam como o relevo influenciou os padrões de ocupação entre 1700 e 1850.



Mapa A Mata Atlântica do Sudoeste, 1700-1850

Figura 4: Mapa da Mata Atlântica do Sudoeste, 1700-1850. Extraído de A Ferro e Fogo.

A criação de gado bovino estabeleceu-se em regiões afastadas do litoral, como Sorocaba, indicadas no mapa por áreas circulares. Esta atividade fornecia carne, couro e tração animal, relacionando-se à ocupação do interior. A pecuária ocupava extensas áreas, convertendo áreas florestais em pastagens. A mineração de ouro e diamantes, registrada no mapa nas regiões de Ouro Preto e Diamantina, atraiu população para o interior, originando vilas e cidades. Estas atividades baseavam-se no trabalho escravizado e alteravam a cobertura florestal. O mapa indica também a missão de Marlière, no noroeste de Minas Gerais. As missões atuavam na catequização e controle das populações indígenas, que sofreram reduções devido à violência, trabalho forçado e perda territorial. O mapa delimita barreiras naturais como a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira, que influenciavam transporte e ocupação. As áreas de maior altitude foram ocupadas pelo cultivo do café, que se adaptava a estas condições. Os picos de Itatiaia e da Bandeira aparecem como referências geográficas. A região apresentava baixa densidade populacional, característica das atividades econômicas do período. A ocupação portuguesa organizou-se em grandes propriedades agrícolas e pecuárias, baseadas em extensas áreas e trabalho escravizado.

Dean apresenta a ocupação da Mata Atlântica durante o ciclo do ouro, quando áreas florestais foram convertidas em campos de cultivo de milho e mandioca. Conforme o autor relata:

"Os sertanejos entravam na Mata Atlântica, que se tornara mais luxuriante nos dois séculos em que a população humana em seu interior havia praticamente desaparecido. Ao longo da fronteira oriental da zona de mineração de ouro até o litoral, uma distância de mais de duzentos quilômetros, e a nordeste do distrito diamantino, outros quatrocentos quilômetros descendo o rio Jequitinhonha, os agricultores de subsistência podiam devastar floresta virgem para formar seus campos de milho e mandioca. Em São Paulo, estendiam-se para além dos vilarejos de Itu, Jundiá e Taubaté do século XVII amplas faixas de floresta; e sítios itinerantes foram abertos onde atualmente ficam as cidades de Piracicaba, Botucatu, Rio Claro e outras, fora do alcance, na época, dos agentes de recrutamento ou coletores de impostos do governador. Outros lavradores de subsistência, bem como eventuais garimpeiros em busca de ouro, ocupavam os vales acidentados a sudoeste de São Paulo, banhados pelo rio Ribeira. Todos esses sertanejos racialmente mesclados estavam formando uma cultura distinta das vilas sob controle português. A população das vilas os chamava, desdenhosamente, de "caboclos" ou "caipiras". Expressivamente, são termos tupis pejorativos, com os seguintes e respectivos significados mais prováveis: moradores em casa de um homem branco e lenhadores da floresta." (12)

"(...) africanos, caboclos e mesmo muitos dos indígenas eram todos refugiados em terra alheia e duvida-se que tenham retido intactas as informações que seus ancestrais acumularam. O português continuou a enriquecer-se com nomes tupis para plantas e animais e, nas zonas de mineração, os topônimos indígenas continuavam a ser aplicados. Centenas deles sobreviveram, a despeito dos esforços oficiais de substituí-los pelos topônimos lusitanos. Africanismos eram aplicados a uns poucos nomes de lugares e a acidentes geográficos (murundu, cafundó), e o português recebia deles os nomes vulgares de umas poucas espécies nativas comuns (camundongo, caxinguelê, gongolô, marimbondo). O português brasileiro aceitou uma palavra quimbundo até para o alimento mais básico da colônia (fubá). As técnicas de caçada da fronteira podem ser consideradas como inspiradas por crenças indígenas relativas aos espíritos guardiães da floresta. Os caçadores caboclos despiam as roupas quando iam caçar, aparentemente porque acreditavam que a elegância neo-europeia era ofensiva aos espíritos ou reduzia sua identidade com o animal de caça." (13)

A análise de Dean sobre a formação da cultura sertaneja na Mata Atlântica interpreta um processo de ocupação territorial e transformação social. Durante o ciclo do ouro, áreas florestais em regeneração foram novamente convertidas em campos agrícolas de subsistência, principalmente para o cultivo de milho e mandioca. Esse movimento de expansão, mais tarde, deu origem a núcleos populacionais que evoluíram para cidades como Piracicaba, Botucatu e Rio Claro, muitas vezes em áreas fora do controle formal colonial.

A sociedade sertaneja que emergiu nessas regiões desenvolveu características distintas da sociedade colonial litorânea. Formadas por mestiços, africanos e indígenas — frequentemente denominados pejorativamente como caboclos ou caipiras —, essas comunidades estabeleceram um modo de vida próprio, marginal ao sistema colonial dominante. Diferentemente das grandes fazendas voltadas para a exportação, sua economia baseava-se na subsistência, refletindo uma autonomia imposta pela própria marginalização.

A permanência de traços culturais e linguísticos de origem indígena e africana nessas comunidades reflete uma notável resistência cultural. A língua portuguesa assimilou palavras indígenas ligadas ao ambiente natural, como *marimondo*, *camundongo*, *murundu* e *cafundó*, enquanto práticas do cotidiano foram marcadas por contribuições africanas, com o exemplo no uso do termo *fubá*.

Dean identifica, nas práticas de caça dos caboclos, elementos que sugerem uma continuidade das cosmologias indígenas. O costume de despir as roupas durante a caça, por exemplo, reflete a crença na necessidade de evitar ofender os espíritos da floresta com símbolos de "elegância" europeia. Essa prática demonstra como os conhecimentos tradicionais sobre o ambiente natural persistiram, mesmo sob a pressão do sistema colonial.

O sistema de sesmarias, introduzido pela Coroa portuguesa, estabeleceu os mecanismos legais que legitimaram a apropriação de terras públicas. Inicialmente concebido para estimular a colonização, aumentar a produção agrícola e fortalecer a defesa das fronteiras, o sistema acabou favorecendo as elites locais. Concessões de terras eram destinadas aos grandes fazendeiros, sob a justificativa de promover o desenvolvimento econômico e povoar as vastas regiões coloniais. Na prática, contudo, tornou-se um mecanismo de concentração fundiária e exploração predatória.(14)

Os fazendeiros buscavam eliminar quaisquer restrições ao controle das terras. Embora as sesmarias fossem formalmente limitadas a uma légua quadrada (43,56 km²) em áreas adequadas à agricultura, os grandes proprietários recorriam a testas-de-ferro ou solicitavam concessões em nome de familiares para expandir seus domínios. Funcionários da Coroa, embora legalmente impedidos de requerer terras, participavam de forma ativa desse processo por meio de manobras indiretas, consolidando redes de privilégio e influência.

Esse processo era acompanhado por uma lógica de uso intensivo e imediato dos recursos. Após esgotar a floresta primária e outros recursos de uma sesmaria, os fazendeiros vendiam a terra depreciada por valores insignificantes e requisitavam novas concessões, que eram prontamente concedidas. Esse ciclo de exploração sem controle resultou na destruição acelerada da Mata Atlântica, cuja cobertura original foi drasticamente reduzida para dar lugar a atividades econômicas como agricultura, pecuária e extração de madeira.

A administração colonial portuguesa não desenvolveu mecanismos de gestão territorial que considerassem a sustentabilidade das terras concedidas. A própria estrutura do sistema sesmarial declara uma concepção da terra como recurso aparentemente inesgotável, cuja distribuição prescindia de considerações sobre impactos ecológicos ou sociais. Esta política fundiária contribuiu para um duplo processo: a progressiva degradação ambiental e a formação de estruturas de poder econômico fundamentadas na concentração de terras.

A Lei de Terras de 1850 designa como a legislação fundiária do Império consolidou um modelo de concentração territorial. Warren Dean demonstra que, embora a lei declarasse a intenção de facilitar a regularização de pequenas propriedades, seus mecanismos práticos produziram o efeito oposto. O processo de registro estabelecido pela lei impunha custos proibitivos para pequenos ocupantes, que se viam impossibilitados de regularizar suas terras. Os grupos privilegiados expandiam seu domínio territorial através da aquisição de terras públicas, com maior frequência por

meios questionáveis. Este processo intensificou as relações desiguais de poder, nas quais os pequenos proprietários sofriam pressão crescente dos grandes latifúndios. (15)

As opções disponíveis para os pequenos ocupantes eram todas desvantajosas: vender suas terras por valores irrisórios, aceitar uma posição subordinada como agregados — pagando renda em produtos e oferecendo-se como força de trabalho para o novo proprietário — ou serem excluídos como "intrusos". Mesmo aqueles que aceitaram a condição de agregados acabaram marginalizados. À medida que as florestas eram derrubadas e as fronteiras das fazendas se consolidavam, sua presença tornava-se dispensável.

Warren Dean argumenta que esse processo foi além das questões legais, consolidando relações de dependência e vassalagem que passaram a definir o meio rural brasileiro. A Lei de Terras de 1850 atuou como um mecanismo de exclusão social, agravando desigualdades estruturais que influenciaram a distribuição fundiária e a organização social do campo no Brasil. A análise dos processos históricos de apropriação territorial elucida a transformação das estruturas fundiárias ao longo do tempo, esclarecendo que instrumentos legais, mesmo quando elaborados com propósitos de reforma, podem reproduzir desigualdades ao não considerarem adequadamente as assimetrias socioeconômicas estabelecidas.

Dean também estipula como o deslocamento forçado dos caboclos para áreas de floresta gerou consequências ambientais devastadoras. Contrariando visões romantizadas que os retratam como "conservadores naturais" da floresta, esses grupos continuaram praticando técnicas agrícolas desenvolvidas no litoral, especialmente as queimadas, mesmo quando inseridos em ecossistemas diferentes.(16)

O deslocamento para o interior impôs mudanças nas práticas agrícolas, conforme Dean acentua. Nas florestas decíduas, os caboclos depararam-se com condições distintas do litoral quanto à sazonalidade das chuvas e comportamento das árvores. Distantes de suas terras de origem, esses grupos tinham dificuldade para determinar o início das chuvas ou a intensidade adequada das queimadas, e ainda observa: "como saber, a cem quilômetros ou mais no interior e distante do local onde se nascem, quando esperar o início das chuvas ou qual a intensidade da queimada a ser feita?"

Dean identifica uma manifestação deste processo de transformação social no que denomina 'vandalismo incendiário'. Os informes da época revelam motivações que vão da inveja à vingança, passando pelo simples tédio - comportamentos que expressam a acentuada alteração nas relações destes grupos com seu novo ambiente, marcada pelo desenraizamento e pela perda dos vínculos tradicionais com o território.

Quanto à pecuária, Dean examina sua expansão no início do século XIX, quando criadores mineiros estabeleceram-se em São Paulo, nas regiões de Franca, Araraquara e Botucatu. Esta atividade respondia a duas demandas: o mercado de carne bovina no Rio de Janeiro e o fornecimento de animais de tração para engenhos paulistas.(17)

O uso do fogo pelos pecuaristas apresentava características distintas das práticas agrícolas tradicionais, como a coivara, que utilizava queimadas controladas de forma sazonal. Em contraste, os criadores de gado empregavam o fogo de maneira contínua, com três objetivos principais: impedir

a regeneração da mata sobre os campos, manter a vegetação em estado juvenil para favorecer a pastagem e controlar populações de insetos prejudiciais ao gado.

As queimadas constantes interferiam nos ciclos naturais de sucessão da vegetação, modificando a estrutura dos ecossistemas e convertendo áreas florestais em pastagens. Os solos, quando submetidos a queimadas frequentes, passavam a produzir biomassa mais jovem, adaptada ao pastoreio - um processo que se intensificou com a expansão da pecuária, estabelecendo novos padrões de uso do território. A manutenção das pastagens através de queimadas regulares criava um padrão específico de vegetação, voltado às necessidades da criação de gado.

A análise das transformações no interior paulista pode ser vista através da tese de doutorado de Marcelo Lapuente Mahl (18). Este trabalho dispõe de elementos adicionais para compreender as dinâmicas específicas dessa região que Dean apresenta em seu estudo sobre a Mata Atlântica. A tese mostra como, a partir de 1920, intensificaram-se as discussões sobre novos métodos agrícolas, incluindo adubação e rotação de culturas. No entanto, conforme observa citando Dean, as práticas tradicionais de queimada persistiram em grande parte das áreas. Esta observação dialoga com a análise de Dean sobre a continuidade de práticas estabelecidas desde o período colonial.

A legislação de 1895, que disponibilizou terras públicas para venda com limite máximo de 500 hectares por propriedade, constituiu uma das tentativas estatais de regulamentação fundiária. Porém, a falta de fiscalização permitia que proprietários acumulassem áreas maiores que o permitido. O autor identifica a figura do grileiro como resultado tanto da desigualdade fundiária quanto da incapacidade governamental de controlar o acesso à terra.

Mahl aponta, como a madeira era avaliada antes das queimadas. A demanda por lenha constituiu fator significativo de pressão sobre as florestas paulistas, intensificada pelo desenvolvimento industrial a partir de 1940. As locomotivas, até sua eletrificação na década de 1950, consumiam grandes quantidades de madeira.

A tese também designa os impactos sobre a fauna. As queimadas afetavam diversos animais - roedores, répteis, tatus, tamanduás, insetos e pássaros. A caça, apesar das tentativas de regulamentação na década de 1920 pela Diretoria de Industria Animal e do Código de Caça e Pesca de 1934, continuava sem fiscalização adequada.

Os caminhos tradicionais, forjados pela passagem de humanos e gado, adaptavam-se naturalmente à topografia e contornavam as áreas de mata densa. As ferrovias, por sua vez, seguiam uma lógica técnica que priorizava trajetos retilíneos e gradientes suaves, exigindo extensos cortes na vegetação, aterros e outras alterações na paisagem original. Conforme ilustrado pela fotografia do aterro da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (ver figura da página 205).

A implantação ferroviária modificou os padrões de uso da terra de duas formas principais. Primeiro, ao conectar áreas antes isoladas, alterou o valor das terras agrícolas, especialmente aquelas destinadas ao café. Segundo, ao oferecer transporte regular, tornou viável a exploração econômica de regiões mais distantes.

Dean nota que as ferrovias aumentaram a demanda por recursos florestais em duas frentes: na construção, que requeria madeiras específicas para dormentes, preferencialmente da floresta

primária; e na operação das locomotivas no interior, que utilizavam lenha como combustível. Esta demanda por lenha criou um mercado específico para proprietários de terras próximas às linhas férreas, que forneciam madeira para as companhias ferroviárias. O estudo da infraestrutura ferroviária insere como suas exigências técnicas e operacionais redefiniram as interações com o ambiente natural, criando padrões de ocupação e uso do território distintos das práticas anteriores de deslocamento.

Dean estipula a relação entre o cultivo do café e os solos do oeste paulista. A "terra roxa", caracterizada por óxidos de ferro e nutrientes como nitrogênio, potássio e cálcio, apresentava fertilidade superior à dos solos do Vale do Paraíba. Esta composição permitia o cultivo do café por até duas décadas sem adubação, o que influenciou a expansão cafeeira na região. O cultivo nas encostas, prática adotada para facilitar o trabalho com a enxada, intensificava os processos erosivos do solo. A camada de húmus, que retinha nutrientes e mantinha a fertilidade, alterava-se em aproximadamente vinte anos. Explicando que o húmus atuava prevenindo a fixação de fosfatos por ferro e alumínio, transferindo nitrogênio para as raízes e equilibrando a acidez.

Com a redução da matéria orgânica e exposição contínua, ocorria o processo de laterização, que transformava estes solos em "terra dura". O autor nota que os fazendeiros paulistas optavam por não sombrear os cafezais, embora conhecessem técnicas de sombreamento. Esta decisão baseava-se na preocupação com a competição por umidade em climas mais secos. Indicando que a ausência de sombreamento, ainda que proporcionasse maior produção inicial, relacionava-se com o envelhecimento dos pés de café, aumento do trabalho no controle de ervas e alterações na qualidade dos grãos. Os investidores, por sua vez, priorizavam resultados de curto prazo.

No início do século XX, a exploração dos recursos naturais da Mata Atlântica alcançou níveis sem precedentes, impulsionada pela chegada de imigrantes e pela crescente demanda por alimentos e matérias-primas. Essa pressão transformou as práticas tradicionais de subsistência em métodos exploratórios e predatórios. O comércio de produtos da fauna e flora da Mata Atlântica intensificou-se, impulsionado pela ausência de regulamentações específicas e pela crescente demanda internacional. A captura de aves canoras em larga escala abastecia mercados populares, enquanto peles e plumas de espécies como beija-flores e garças-reais eram coletadas para exportação. Estima-se que centenas de milhares de peles foram enviadas ao exterior nesse período, atestando o impacto devastador da exploração comercial sobre a biodiversidade local.

A coleta de plantas nativas, como orquídeas e espécies medicinais, também acelerou o empobrecimento ecológico da Mata Atlântica. Além dos danos ambientais imediatos, essa exploração comprometeu práticas tradicionais de manejo sustentável mantidas por comunidades locais, que dependiam desses recursos para fins medicinais e culturais. A devastação causada por essas práticas designa a desconexão entre a economia voltada à exportação e a preservação das dinâmicas ecológicas e sociais do território.

A exploração madeireira emergiu como um fator decisivo na devastação da Mata Atlântica no início do século XX. O desenvolvimento de tecnologias, como caminhões a gasolina e serrarias portáteis, transformou o setor, permitindo a extração seletiva de madeiras de lei, como jacarandá e peroba, que antes eram negligenciadas ou destruídas durante desmatamentos para expansão

agrícola. A valorização dessas madeiras no mercado interno e externo fez com que a madeira, antes um subproduto descartado, se tornasse uma atividade lucrativa e central no uso do território.

Imigrantes e nacionais participaram do processo de ocupação de terras no interior paulista, muitas vezes explorando recursos florestais como parte da preparação para a agricultura. A extração de madeira consolidou-se como atividade econômica em regiões que concentravam espécies de alto valor comercial, em especial as madeiras de lei. O processo de exploração seguia um padrão: após o corte seletivo das árvores mais valiosas, os terrenos eram comercializados para outros usos, como a produção de carvão vegetal. As mudanças econômicas e sociais impulsionadas por essas práticas aceleraram o ritmo de destruição da floresta. A transformação da relação entre as populações humanas e a floresta denuncia o impacto cumulativo de ações voltadas ao lucro imediato.

Saint-Hilaire, em sua obra *Viagem à Província de São Paulo*, descreve com precisão botânica e geográfica as paisagens próximas à vila de Mogi Mirim e ao longo do território paulista no século XIX. Ele observa a transição entre as pastagens e os capões de mato — fragmentos de vegetação que anunciam mudanças drásticas na paisagem — e o surgimento de imensas florestas. Diferentemente de Minas Gerais, onde a vegetação varia conforme o terreno se torna mais montanhoso, em São Paulo as grandes matas aparecem até mesmo em áreas planas. (19)

O autor menciona a presença do grande feto *Pteris caudata*, que cresce em locais onde anteriormente ocorreram derrubadas, e reflete sobre os impactos das intervenções humanas, como a colonização branca, na vegetação original da região. Ao se aproximar da cidade de São Paulo, sinaliza uma planície ondulada pontilhada por capões de mata, onde o contraste entre o verde vivo da relva e o tom mais escuro das árvores sugere que esses fragmentos podem ser vestígios de florestas anteriores.

Embora reconheça essa percepção, Saint-Hilaire rejeita a ideia de que toda a região entre Mogi Mirim e São Paulo tenha sido completamente coberta por florestas. Baseando-se em documentos históricos, ele aponta para uma configuração territorial distinta. O autor realça a relevância de seu estudo botânico para compreender as transformações da paisagem ao longo do tempo, à medida que a agricultura substituíria as campinas naturais.

Em uma reflexão poética, Saint-Hilaire expressa nostalgia pelas paisagens selvagens e virgens, antecipando a saudade de uma natureza exuberante que, inevitavelmente, será substituída por plantações de milho, mandioca e cana-de-açúcar. Ele considera sua documentação um esforço para preservar a memória das florestas e campos naturais, testemunhando a majestade dessas paisagens antes das grandes intervenções humanas.

Em seus apontamentos de viagem pelo planalto da Província de São Paulo rumo à fronteira sul, Saint-Hilaire percorre um desvio até as vilas de Itu e Porto Feliz. Ao longo do caminho, as paisagens entrelaçam-se com aquelas observadas antes de São Paulo: um mosaico de pastagens e capões de mata com vegetação moderada. Neste cenário, as myrtáceas compartilham espaço com a aroeira (*Schinus*), enquanto o alecrim-do-campo (*Baccharis dracunculifolia*) e a gramínea *Andropogon pallens* (barba-de-bode) estendem-se pelo território, repetindo padrões vegetacionais também encontrados em Minas Gerais e nas formações de cerrado.

A cerca de doze léguas de Itu, o terreno torna-se mais montanhoso, e a vegetação muda drasticamente com o surgimento de uma grande floresta, substituindo os capões e as pastagens predominantes até então. Ao descer em direção a Porto Feliz, acompanhando o curso do rio Tietê, ele observa uma transição climática natural, penetrando em uma região mais quente que São Paulo. Próximo a Itu, descreve campos onde árvores de casca suberosa e folhas rígidas se elevam entre ervas e subarbustos. Nota também a presença de plantas típicas de regiões mais quentes, como o pequi (*Caryocar brasiliensis*), cujo fruto é comestível, além de leguminosas e outras espécies que identificou em regiões setentrionais de Minas Gerais.

Na continuidade de seu percurso, as formações campestres próximas a Sorocaba saltam aos olhos do naturalista como um marco biogeográfico: ali, a vegetação peculiar das zonas setentrionais encontra seus limites naturais. O itinerário de Saint-Hilaire desenha um extenso meridiano verde, onde as pastagens naturais da Província de São Paulo conectam-se, em sucessivas transformações, aos campos do Rio Grande, estendem-se pelas Missões do Uruguai e culminam nas vastas superfícies relvasas das campinas de Montevidéu e Buenos Aires.

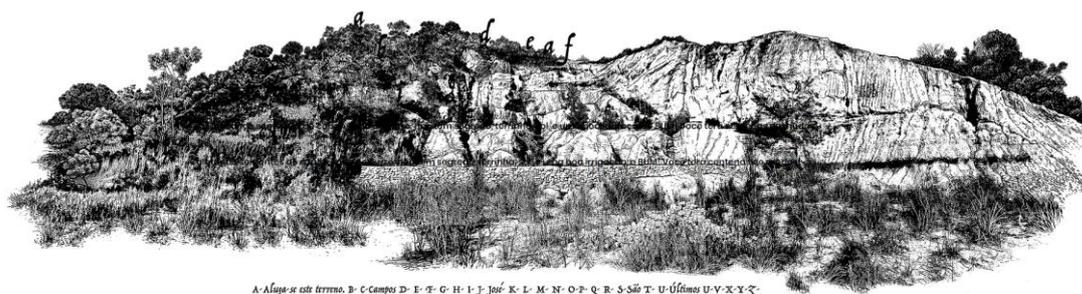


Figura 5: Ilustração do Cerrado.
Extraído de Daniel Caballero, disponível em *Cerrado Infinito*

O tratado de 1838 de Dante Pedro Müller emerge como um compêndio sistemático da botânica utilitária brasileira, conjugando saberes agrícolas, medicinais e econômicos. Em sua taxonomia prática, as espécies vegetais entrelaçam-se em categorias definidas por seus múltiplos papéis na vida cotidiana. Das hortas brotam alface, chicória, couve, agrião, beldroega, cenoura, mostarda, serralha, caruru-mirim e cebola - um conjunto de plantas que, em sua maioria, prosperam naturalmente sem exigências de cultivo. Na seção dedicada aos grãos e cereais, milho, arroz, trigo, cevada, feijão, ervilhas e favas transcendem sua função alimentar primária, servindo também como base para processos fermentativos.(20)

No que se refere às raízes tuberosas, Müller enumera importantes fontes de carboidratos, como inhame, araruta, mandioca, batata-doce, nabo, abóbora e mangaritos. Em seu tratado, as plantas oleaginosas ganham destaque por seu papel na iluminação urbana e doméstica do século XIX, quando seus óleos constituíam a principal fonte de combustível para este fim. Entre estas, são mencionadas espécies como mamona, amendoim, algodão, andaguassu, pinheiro de cera, andiroba, copaíba, linhaça e coqueiro macaúba. As plantas resinosas incluem almecega, casca de cabreúva e pinheiro, amplamente utilizadas na produção de resinas.

As plantas medicinais de uso indígena, como agrião, alcaçuz, almecega, avenca, baunilha, barba-timão, cacau, mamona, erva-mate, erva-coração, salsaparrilha e sete-sangrias, são apresentadas por sua importância terapêutica. Já as plantas tintoriais, como campeche, anil, jurumbeva, sangue-de-drago, taiuíá, caraguatá e cúrcuma, são reconhecidas pelo papel na produção de corantes.

Na seção dedicada às plantas fibrosas, o tratado mapeia um variado de espécies para a cordoaria: algodão, palmeira, tucum, coqueiro macaúba, paina, pita, embé e diversas embiras tecem uma rede de possibilidades técnicas. O rol das frutas nativas revela a abundância dos biomas brasileiros: araçá, amora, araticu, abacaxi, cambuci, berí, goiaba, guabiobas, jabuticaba, maracujá, pitanga e pinhão compõem um mosaico de sabores e potencialidades comerciais. Este patrimônio natural dialoga com as espécies exóticas já aclimatadas - ameixa, banana, limão, figo e uva - às quais se somam outras plantas trazidas de terras distantes: bambu, fruta-pão, canela-da-índia, cravo, cânfora e chá.

Na catalogação das madeiras, o conhecimento prático da construção civil e da marcenaria entrelaça-se com a botânica sistemática. Ipê, jacarandá, peroba, cajarana, cedro e pinho materializam este encontro entre ciência e técnica, cada espécie carregando em si propriedades específicas para diferentes aplicações construtivas e mobiliárias.

O trabalho de Müller ultrapassa a mera compilação: seu tratado representa um marco na sistematização do conhecimento botânico brasileiro. Ao reunir saberes antes dispersos em relatos de viajantes, documentos administrativos e na tradição oral, sua obra constrói pontes entre diferentes formas de conhecimento. Seu trabalho de sistematização, ao organizar as espécies por suas aplicações econômicas, serviu como referência tanto para o desenvolvimento da agricultura comercial quanto para a exploração de recursos naturais no Brasil oitocentista.

O estudo *Os campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista*, de Marcel Mano (2006), apresenta uma análise sobre a paisagem histórica e a vegetação da região de Araraquara no início do século XVIII. O autor estabelece um diálogo entre as descrições históricas da época e os conhecimentos atuais da botânica, ecologia e geomorfologia. A partir de uma documentação do sargento-mor Luís Pedroso de Barros em 1724, é possível traçar um panorama da diversidade ecológica e geológica da região, essencial para compreender a ocupação e o uso do solo. (21)

No levantamento realizado por Pedroso de Barros, o cerrado é identificado como a formação vegetal predominante, uma característica marcante em sua travessia pelos campos e serras locais. Ele descreve que, ao passar pelas cabeceiras do rio Jacaré-Pepira, percorreu áreas compostas por um mosaico de cerrados intercalados com campos e matas, registros que se aproximam, em parte, do conceito moderno de cerrado lato sensu. Esse termo abrange diferentes formações vegetais, como campo limpo, campo sujo, cerrado stricto sensu e cerradão. O gradiente de vegetação observado por Pedroso de Barros sugere a diversidade de formações na região, ilustrando como sua documentação capturou a complexidade da paisagem dos Campos de Araraquara no início do século XVIII.

Ao comparar descrições históricas com classificações científicas contemporâneas, é possível identificar uma correspondência entre as “catanduvás” mencionadas por Pedroso de Barros e o cerradão, uma formação mais densa que o cerrado típico, mas que mantém características representativas do bioma. Essa relação é primordial para traduzir as paisagens relatadas no século

XVIII em termos da ecologia moderna. As dificuldades enfrentadas para abrir estradas nos campos cerrados, relatadas pelo sargento-mor, ressaltam aspectos estruturais dessas formações vegetais, que dificultavam a circulação e restringiam a ocupação agrícola intensiva.

A paisagem da região de Araraquara apresentava, além das variações do cerrado, extensões de floresta latifoliada tropical semidecídua, em que árvores de grande porte alternavam seus ciclos foliares conforme as estações. Estas florestas se desenvolviam em solos mais profundos e férteis que os do cerradão - uma expressão da conexão entre substrato geológico e desenvolvimento ecológico na constituição da paisagem. A ocorrência de espécies como o jequitibá-rosa emerge como marca distintiva entre os cerrados e as florestas exuberantes, expressando como a fertilidade do solo influenciava os padrões de distribuição da vegetação.

A diversidade da vegetação de Araraquara está diretamente associada às condições geológicas da região, especialmente à formação das cuestras, elevações de relevo características do interior paulista. Essas estruturas geomorfológicas, historicamente denominadas como 'serra de Araraquara', incluem as escarpas conhecidas como serras de Brotas, São Pedro, Cuscuzeiro e Jaboticabal. As cuestras são formadas por derrames de rochas basálticas que definem o relevo regional, apresentando uma configuração particular: uma inclinação suave de um lado e uma escarpa abrupta do outro. Com altitudes variando entre 600 e 900 metros, criam microclimas favoráveis tanto ao cerrado quanto às florestas tropicais, dependendo das variações no tipo de solo e na exposição solar. A análise das descrições de Pedroso de Barros em comparação com as classificações ecológicas modernas sugere que a região é caracterizada por uma variedade de vegetações, moldado por esta geologia singular. Além de seu papel na distribuição da vegetação, estas formações também serviram como marcos geográficos visíveis a longas distâncias, orientando exploradores e povoadores, e influenciando diretamente os padrões de ocupação histórica da região.

Os manuscritos do século XVIII, incluindo a comunicação de Pedroso de Barros, mostra como as cuestras serviram de referência geográfica específica para os bandeirantes e sertanistas. As escarpas de São Pedro e Brotas, por exemplo, eram utilizadas como pontos de orientação nas rotas entre Itu e o sertão de Araraquara, conforme registrado nos roteiros de viagem do período. No início do século XIX, essas mesmas formações geológicas guiaram o estabelecimento das primeiras fazendas da região, que se instalavam preferencialmente nas áreas de terra roxa próximas às escarpas, aproveitando tanto os solos férteis quanto os cursos d'água que desciam das cuestras. Com o avanço da ocupação, as próprias denominações das localidades passaram a fazer referência a essas formações geológicas, como exemplificado pelos topônimos Serra de São Pedro e Brotas, demonstrando sua importância como marcos físicos e ainda como elementos constitutivos da identidade territorial local.

Ao analisarmos a região de Jaú, no interior paulista, o *Correio Paulistano* de 23 de novembro de 1865 apresenta uma declaração sobre as características ambientais locais na segunda metade do século XIX. Por meio de uma carta publicada na segunda página, o periódico documenta as condições do solo e da vegetação em um momento específico da expansão agrícola para o oeste paulista.

As características ambientais de Jaú foram apresentadas em 1865, período que antecede a intensificação do cultivo de café na região. A descrição do solo e da cobertura vegetal abrange as condições ambientais que atraíram certos tipos de ocupação agrícola, além de fornecer informações sobre como a paisagem era percebida e avaliada pelos agentes históricos da época.

A PEDIDO

S. Paulo, 20 de novembro de 1865 AO EXM.SNR. DR JOÃO DA SILVA CARRÃO, PRESIDENTE DA PROVINCIA DE S. PAULO

De accordo com v.ex., na conformidade dos arranjos feitos á 27 de outubro de 1865, emprehendi em companhia de outros cavalheiros uma expedição (ou viagem) que tinha por objecto a exploração e exame do interior da provincia de S.Paulo, para a escolha de uma situação conveniente e propria ao estabelecimento de Emigrantes vindos das Provincias do sul dos Estados-Unidos da America. Levamos nossa derrota por Jundiah, Campinas, Limeira, Rio Claro e Araraquara. N'este ultimo lugar encontramos-nos e nos reunimos com o dr. J.M.F.Gaston, e o sr. N. Bennaton que tinham já examinado parte do paiz, e juntaram-se a nós na prossecução de nossa empréza. Nas visinhanças de Araraquara, vimos e examinamos uma longa extensão de territorio, em cujos limites encontravam-se as fazendas do Lageado, Cambuy e Monte-Alegre. Esta ultima fazenda está sita sobre uma planicie ondulada que offerece magnifico sitio para levantar uma cidade. Este terreno está assente entre dous cursos d'agua que descendo vão formar um rio de consideravel queda, que perfeitamente adapta-se a constituir um soberbo motor para qualquer espécie de machinas que se intente. Esta parte do pais compõe-se em parte de florestas, e em parte de longas planícies vestidas de crescida relva, entremeada de pequenos arbustos. O terreno ocupado pelas mattas adjacentes à serra, e junto ao rio Jacaré, é de cor roxa (vermelha-escura) e inteiramente adaptado à cultura do café e da canna de açúcar; ao passo que o solo das outras mattas é de aspecto ligeiramente acinzentado, e evidentemente apropriado à plantação do algodão, do fumo e do trigo. As planícies são de inferior qualidade em relação às outras para o cultivo, mas ainda assim estamos persuadidos que o uso do arado nas terras vermelhas d'esta natureza, dará um rendimento que há de compensar o trabalho de lavoura. No presente estas terras são empregadas exclusivamente em pastagens e é incontestavel que estão nas melhores condições para os mistéres da criação do gado. Depois de havermos acabado de examinar estas terras, tomamos caminho de Brotas, Jahú e Sapé, para explorarmos os terrenos sitos entre o Jahú e o Jacaré, ao correr do Tietê. O solo, nas visinhanças do rio Jahú é de superior qualidade, algumas vezes porém irregular em sua conformação, ao passo que os terrenos que assentam junto ao rio Jacaré, e estendem-se até as margens do Tietê offerecem declives grandemente ondulados, cobertos de abundantes arvores apropriados à feitura de cercas e outras domesticas necessidades. O solo d'esta região mais plana, não é tão bom como o dos terrenos elevados e alteados em outeiros; produz no entretanto bem, e sua cultura é de maior facilidade. O pequeno ribeiro que atravessa esta larga extensão de terras, pode servir aos usos ordinários do lavrador, não contendo suficiente para o estabelecimento de máquinas importantes; e a principal fonte de águas com que contamos é o rio Jahú que presta-se admiravelmente ao estabelecimento de oficinas e de outros engenhos mecânicos. Este território adjacente ao Tietê e ao Jacaré é ainda escassamente povoado, e a maior parte dos possuidores de largas extensões de terras nesta região tem nos mostrado desejo de dispor delas para acomodação dos emigrantes das provincias do sul dos Estados Unidos da América. O dr. Warne e eu próprio, embarcamos numa canoa da foz do rio Jahú, e descemos duas leguas e meia pelo Tietê; em razão porém das grandes secas, encontramos em que as águas estavam muito baixas em alguns lugares considerável dificuldade em passar por alguns trechos. E porém sabido, e o afirma autoridade fidedigna, que barcos de notável grandeza tem conduzido pesadas cargas pelo canal, no estado ordinário do rio, e que este é navegável durante seis meses no ano desde este ponto até Piracicaba em barcos de fundo chato. O dr. Gaston e o sr. Brown atravessando o paiz

junto ao rio Jacaré reconheceram que as águas dão um canal sem obstáculo algum até Cambuy. Um homem de muita experiência é de opinião que este curso d'água é navegável até este ponto, fornecendo d'esta sorte meios de transporte para diversas direções. Poder-se-ha correr um caminho de ferro até Piracicaba ou Araraquara, e por este modo se terá passagem para os produtos d'esta região. A secção de terras que estende-se de Cambuy ao longo do rio Jacaré e ao travéz do rio Jahú, e além do rio Tietê, conforme está indicado no mappa que acompanha esta, forma um território com todas as diversidades de terrenos e de recursos, que precisos são para as necessidades de nossa população; e eu tenho a honra de requisitar de v. ex. digne-se tomar estas terras, nos mais favoráveis termos, afim de estabelecerem-se os emigrantes vindos do sul dos Estados Unidos. (22)

W.W.W. Wood

A carta escrita por W.W.W. Wood e endereçada ao Dr. João da Silva Carrão, Presidente da Província de São Paulo, apresenta o descritivo de uma expedição realizada com o objetivo de explorar o interior paulista, identificando áreas propícias à instalação de imigrantes sulistas dos Estados Unidos após a Guerra Civil Americana (1861-1865). Wood e seus companheiros percorreram as regiões de Araraquara, Brotas, Jaú e Sapé (atual Bariri), avaliando as condições naturais e a qualidade das terras para o cultivo de café, cana-de-açúcar, algodão, fumo e trigo, além do potencial para a pecuária.

Durante a expedição, diferentes tipos de solo foram identificados. A terra roxa, fértil e ideal para o cultivo de café e cana-de-açúcar, destacou-se nas proximidades do rio Jacaré e da Serra. Já o solo cinzento, encontrado em áreas florestais, foi considerado mais adequado para o cultivo de algodão, fumo e trigo. As planícies, embora menos férteis, mostraram-se promissoras para pastagens, especialmente com o uso do arado. A paisagem local foi delimitada como composta por florestas densas próximas à Serra e planícies cobertas por relva alta e arbustos. As florestas poderiam fornecer madeira abundante para cercas e uso doméstico, enquanto as planícies eram ideais para a criação de gado.

Dois rios principais são mencionados no relatório: o Jacaré e o Tietê. O Jacaré, que atravessa a região, era visto como um possível canal de transporte agrícola, enquanto o Tietê, apesar das dificuldades na estação seca, apresenta uma rota para barcos de fundo chato. Pequenos ribeirões também foram identificados como úteis para a agricultura, embora com limitações para empreendimentos industriais de grande porte.

O território de Jahú (conforme a grafia da época) compunha-se de um relevo marcado pela alternância entre planícies onduladas e elevações suaves, configuração que se mostrava propícia tanto à agricultura quanto à pecuária. A qualidade dos solos inscrevia-se na paisagem em gradientes distintos: as terras próximas ao rio Jahú sobressaíam-se por sua fertilidade excepcional, favorável aos cultivos de café e cana-de-açúcar. Em contraste, as planícies exibiam solos de menor vigor, enquanto os outeiros guardavam terrenos de alta produtividade. As formações florestais da região supriam as demandas locais por madeira, e as quedas d'água do rio ofereciam condições naturais para o estabelecimento de oficinas, engenhos e outras atividades mecânico-industriais.

A região era escassamente povoada em 1865, com muitos proprietários dispostos a vender grandes extensões de terra. Essa combinação de fertilidade do solo, abundância de recursos hídricos e disponibilidade de terras indicava um ambiente favorável à colonização agrícola e ao desenvolvimento industrial, apesar dos desafios logísticos, como a necessidade de infraestrutura de transporte.

Um anúncio publicado no *Diário de São Paulo*, Ano III, nº 862, em 7 de julho de 1865, apresenta informações sobre propriedades rurais destinadas à venda ou locação. O texto detalha aspectos das propriedades, como a extensão das terras, a qualidade do solo, as condições de acesso, os recursos naturais disponíveis — incluindo cursos d'água e áreas de mata — e a infraestrutura presente, como casas, engenhos e áreas já cultivadas.

Os anúncios de terras em periódicos do século XIX constituem fontes históricas que com as características das propriedades rurais e seu mercado. O conteúdo desses textos valorizavam os aspectos considerados atrativos para compradores e locatários no contexto da expansão agrícola paulista da década de 1860.

ATENÇÃO

Aos lavradores.

Grande e extraordinário negócio com pouco capital.

A uma legua da muita importante villa de Jahu (a futura Limeira do sertão) está á venda a importante Fazenda do Pouso Alegre com uma legua de comprimento, com meia dita de largura composta em sua totalidade de terras roxas, e bellas matas, pela maior parte livres de geada, e muito proprias para a alta lavoura. Contém actualmente mil pés de cafeiros, canaviaes, vinte alqueires de gramado, com boas cercas, casa de morada, e paiol. Vende-se juntamente com boa porcada, um bom engenho de serra, um dito para moer canna, caldeiras, dous carros ferrados e bom gado de serviços: além de possuir todas as cabeceiras do ribeirão Pouso Alegre, que se presta a grandes machinismos. Iguamente parte das bemfeitorias da fazenda, uma boa machina de beneficiar algodão. O proprietário vende o sitio por circunstancias que não desagradará aos pretendentes. As pessoas que pretenderem, podem dirigir-se a João Baptista do Amaral na villa de Brotas. (23)

O *Diário de São Paulo* de 1865 traz em suas páginas um anúncio revelador da Fazenda do Pouso Alegre, com informações de uma propriedade específica e as aspirações e o imaginário social sobre a região de Jahu em seu período de formação. A analogia estabelecida entre Jahu e Limeira - esta última já consolidada como polo cafeeiro - emerge no texto publicitário como recurso retórico significativo: ao apontar Jahu como a "futura Limeira do sertão", o anúncio mobiliza referências familiares aos leitores da época, traduzindo o potencial da nova fronteira agrícola em termos compreensíveis ao público do período.

As "terras roxas" mencionadas no anúncio carregam em si um duplo significado: são tanto descrição pedológica quanto promessa de prosperidade, numa época em que esta tipologia de solo já havia firmado sua reputação como terreno privilegiado para o cultivo cafeeiro. A infraestrutura

descrita - engenhos, rebanhos e implementos agrícolas - compõe um inventário que situa o Pouso Alegre no contexto produtivo da época. Ao enfatizar a possibilidade de aquisição com "capital relativamente pequeno", o anúncio sinaliza estratégias de comercialização que buscavam ampliar o espectro de potenciais compradores, sugerindo uma dinâmica de ocupação territorial que não se restringia apenas aos grandes capitais.

A existência de matas nas propriedades rurais do interior paulista influenciava diretamente as projeções econômicas das fazendas no século XIX. A madeira era utilizada para construções, combustível e fabricação de ferramentas agrícolas, enquanto a cobertura florestal indicava solos férteis e inexplorados, atraentes para os cafeicultores. As matas exerciam funções ecológicas e econômicas integradas: ao protegerem os cursos d'água, garantiam a estabilidade hídrica das propriedades, enquanto seus recursos - da caça aos produtos florestais - diversificavam as possibilidades econômicas locais. Por outro lado, o desmatamento para expansão agrícola demandava mão de obra e investimentos, sendo aceito como sinônimo de progresso na época.

O *Diário de São Paulo*, na edição de 15 de setembro de 1870, publica uma carta que documenta aspectos da região de Jahú (grafia da época). O texto aborda discussões sobre terras, agricultura e infraestrutura desta área do interior paulista, temas que circulavam na imprensa da época. A seguir, a transcrição integral do documento permite examinar como estas questões eram apresentadas em um dos principais periódicos do período.

Jahú

Sr. redactor. – Em bastantes lugares da provincia se tem dito alguma cousa quanto á grande geada que houve este anno, mostrando o mal que fez.

Tenho me conservado em silencio, a ver se alguem tocava nesta materia a respeito deste lugar; mas, como ninguem o tem feito, vou eu fazel-o. O Jahú era conhecido nas localidades mais importantes da provincia, de terras muito superiores e em extensão muito grande; mas ninho de geada, dificultando assim e desanimando a muitas pessoas a virem estabelecer-se aqui. Hoje, porém, está demonstrado que é tão livre, senão mais, como os lugares livres deste lado da provincia. A geada aqui fez algum mal, é verdade; mas qual foi o lugar que mais ou menos não sofreu? Cito, entre os mais lugares livres deste termo, todo o alto da Figueira, todos os espigões do ribeirão Pouso Alegre que foram da sesmaria de Botão; os espigões do ribeirão da Trindade; os espigões do Banharão, e assim todos os lombos destes terrenos férteis; só sofrendo a geada os baixados, que em toda a parte sofrem. A geada deste anno veio demonstrar, que Jahú é uma - Califórnia - para a agricultura, e que tem um futuro muito brilhante é; um gigante de terras roxas; porquanto, se nos outros lugares ou municípios tem lugares livres, aqui também os tem, havendo uma grande differença, que é as terras serem de superior qualidade para produção, duração e grande extensão. Já se vê, pois, (porque é uma verdade incontestavel) os resultados futuros que podem tirar as pessoas que se dedicação à lavoura, vindo estabelecer-se aqui.

A grande geada de 1870 garante-nos um lisongeiro e próspero futuro.

Jahú, 29 de Agosto de 1870.

Um Jahuano.

A carta assinada por “Um Jahuano”, apresenta uma defesa incisiva da região de Jahu contra o estigma de ser um “ninho de geada”. Essa percepção negativa, capaz de afastar potenciais colonos e investidores, representava um obstáculo ao desenvolvimento agrícola e econômico local. O autor, entretanto, utiliza a ocorrência de uma geada em 1870 como oportunidade para reverter essa narrativa, argumentando que Jahu é tão livre de geadas quanto outras regiões da província de São Paulo. (24)

O conhecimento pormenorizado da topografia local está presente na descrição precisa dos espigões que acompanham os ribeirões Pouso Alegre, Trindade, Banharão e Figueira. Nestas elevações naturais, a conjugação entre fertilidade do solo e proteção contra geadas criava condições favoráveis à agricultura. A presença das terras roxas nestas formações geográficas ampliava ainda mais seu potencial produtivo para o cultivo cafeeiro. Na construção retórica, a analogia com a Califórnia emerge como recurso persuasivo: assim como o território norte-americano atraía aventureiros em busca de ouro, Jaú apresentava-se como fronteira de possibilidades para investidores e lavradores que vislumbravam seu futuro na agricultura. Esta aproximação simbólica entre duas regiões tão distintas alude as estratégias discursivas empregadas para promover a ocupação e o desenvolvimento agrícola do território paulista.

A chegada da ferrovia a Rio Claro em 1870 alterou as perspectivas de expansão da cafeicultura em direção a Jahu. A estrutura produtiva local baseava-se na mão de obra escravizada, sustentada pelo tráfico interno provincial e interprovincial. Nesse cenário de expansão econômica e territorial, o autor da carta busca reverter a percepção negativa sobre as geadas em Jahu. A cafeicultura, ainda em seus estágios iniciais, começava a avançar para o oeste paulista, procurando consolidar-se na região. Ao detalhar as características topográficas e climáticas de Jahu e ressaltar suas vantagens naturais, o autor defende a reputação da localidade e ainda visa atrair o interesse de potenciais investidores e agricultores.

Segundo Perides (1981), a expansão da cafeicultura em Jaú se distingue de outras regiões do oeste paulista pela defasagem temporal entre ocupação inicial e produção cafeeira intensiva. Embora a região tenha iniciado a ocupação na década de 1830, o cultivo em larga escala do café só se estabeleceu na década de 1880. A produção cafeeira de Jaú passou então a ser exportada através do porto de Santos, conectando a região aos circuitos comerciais do café. (25)

Os dados de produção estipulam essa transformação: de 54.671 arrobas em 1877, a produção saltou para 1.085.199 arrobas em 1897. Em 1873, a região já contava com 88 fazendas produtoras de café, número que aumentou ao longo dos anos. Em 1877, foram registrados 1.577.800 pés de café, com a distribuição etária dos cafeeiros indicando o caráter recente da expansão: 79,6% dos pés de café tinham menos de quatro anos, indicando uma fase inicial de desenvolvimento.

Os solos virgens garantiam alta produtividade inicial, atraindo a expansão das lavouras. Cafeeiros com mais de três anos produziam, em média, 90 arrobas por mil pés, enquanto plantas com mais de quatro anos alcançavam 170 arrobas. Essa alta produtividade inicial marcou o avanço da fronteira agrícola sobre o que na época se denominava 'mattas virgens', uma característica que impulsionou o rápido crescimento da cafeicultura.

O desenvolvimento cafeeiro de Jaú integra-se a dois grandes momentos da expansão cafeeira em São Paulo. O primeiro ocorreu na década de 1830, com a formação das primeiras plantações na província. O segundo, entre 1876 e 1883, foi caracterizado por uma duplicação da capacidade produtiva do estado. A retomada da expansão cafeeira após a crise de 1882-1886 reconfigurou a estrutura econômica e territorial da região.

A exploração madeireira, embora restrita pelas limitações de transporte, supria as necessidades locais de construção (casas, galpões, cercas), de equipamentos (engenhos e ferramentas agrícolas) e de combustível para engenhos e alambiques, como evidencia um pedido de 1865. O desmatamento, necessário para abrir novas áreas de cultivo, gerava uma oferta abundante de madeira, suficiente para suprir as demandas locais e regionais. No entanto, a comercialização em larga escala só se tornou viável com a chegada da ferrovia, que conectou Jaú a mercados maiores, como São Paulo e Santos.

No século XIX, quando as florestas pareciam intermináveis, a prática comum era simplesmente derrubar e queimar a mata para abrir espaço para lavouras e pastagens. A madeira era vista como um obstáculo a ser removido, não como um recurso econômico a ser gerenciado. Mesmo quando utilizada na localidade para construções, cercas e combustível, sua exploração era mais uma consequência da abertura de terras do que uma atividade econômica planejada.

A historiografia tem privilegiado o estudo das culturas agrícolas comerciais, notadamente o café, em detrimento de outros aspectos da transformação da paisagem - com exceção dos trabalhos de Branstorm e Mahl sobre o interior paulista. As fontes do período são parcas em informações sobre o destino das madeiras provenientes das derrubadas, indicando que este aspecto não constituía preocupação para os registros da época.

A carta e o anúncio de 1865 detalham as condições naturais de Jaú - fertilidade do solo e regime de geadas. Seus autores recorrem a paralelos com Limeira e a Califórnia para qualificar as terras locais, sinalizando os critérios de avaliação ambiental utilizados por habitantes da região em meados da década de 1860.

O *Almanack do Jahú* (1902), em sua narrativa laudatória dos primeiros cafeicultores, designa os primórdios da cultura local, iniciada em 1846 por Vicente da Costa Machado, com o plantio de 5.000 pés na Sesmaria do Banharão. O compilado exalta outros produtores, como Francisco Gomes Botão, na Sesmaria do Pouso Alegre, e Joaquim José de Oliveira e Silva. Segundo o Almanack, esses pioneiros enfrentaram e superaram adversidades climáticas que comprometiam as colheitas, sugerindo um processo de adaptação às condições locais que o documento apresenta como arrojado. (26)

Os relatos da época apontavam as transformações específicas da paisagem de Jaú, com a linguagem característica do período: colinas cobertas por fileiras de cafeeiros frondosos formando um 'tapete verde-negro' que se estendia a perder de vista. Este tipo de narrativa, comum em textos memorialísticos e jornalísticos do final do século XIX, expressava como os contemporâneos percebiam e celebravam as transformações da paisagem. A substituição das matas pelo café nas colinas menos suscetíveis às geadas representava, para os autores da época, o triunfo da agricultura sobre os desafios naturais.

A introdução do café em Jaú alterou sua configuração territorial e econômica. A substituição da vegetação nativa por plantações de café seguiu um processo comum ao oeste paulista durante este período. As características naturais da região favoreceram a expansão da cafeicultura: áreas elevadas menos suscetíveis a geadas, presença de terra roxa e abundância de recursos hídricos e florestais.

Este almanaque celebra os primeiros produtores como agentes modernizadores, construindo uma narrativa de superação das adversidades naturais. Esta fonte apresenta uma memória seletiva que privilegia grupos sociais específicos, excluindo outros atores históricos do processo de ocupação e desenvolvimento regional. A construção desta narrativa histórica demanda análise crítica, pois oculta as múltiplas dimensões da transformação territorial e a participação de diversos segmentos sociais.

No livro *Jahu em 1900* (p. 102), Sebastião Teixeira descreve a distribuição geográfica das principais culturas agrícolas no município. Segundo o autor, o café predominava nas áreas mais elevadas (Sul, Leste, Norte e Noroeste), enquanto a cana-de-açúcar era mais comum nas regiões de menor altitude (Nordeste e Sudoeste). Teixeira associa esta distribuição às condições climáticas locais, especialmente à ocorrência de geadas nas áreas baixas.(27)

Em suas anotações, Teixeira apresenta um panorama das transformações em Jaú após a retirada da mata nativa. Suas observações abrangem desde alterações ambientais - exposição do solo ao sol, variações de temperatura e mudanças nos padrões de vento - até modificações na infraestrutura local. A chegada da ferrovia e o estabelecimento de casas de crédito, por exemplo, dinamizaram o transporte da produção agrícola e expandiram as atividades comerciais na região.

No *Almanack do Jahú* há observações sobre mudanças na temperatura e no regime de chuvas após o desmatamento na região. Dessa forma, indica diferenças entre áreas baixas e úmidas, onde as variações climáticas eram mais percebidas, e as áreas elevadas. Teixeira, por sua vez, aponta alterações na incidência solar e nos ventos após a retirada da cobertura florestal.

A sinalização das transformações territoriais em Jaú pode ser encorpada pelo diálogo com as temporalidades propostas por Fernand Braudel, desde que consideremos a complexidade de suas intersecções. O estabelecimento das primeiras fazendas cafeeiras a partir de 1846 insere-se em um processo mais amplo de reconfiguração territorial que não pode ser reduzido à simples cronologia de ocupação. Entre 1830 e 1900, a intensificação das atividades agrícolas produziu alterações estruturais que se manifestaram em diferentes ritmos e escalas: enquanto as derrubadas de mata e a implantação de cafezais representavam mudanças visíveis na paisagem, transformações mais profundas ocorriam nos ciclos hidrológicos, na composição dos solos e nas dinâmicas climáticas locais. Estas modificações ambientais, por sua vez, dialogavam com processos de longa duração relacionados à própria formação geológica e pedológica da região.

A interação entre diferentes temporalidades manifesta-se também nas práticas agrícolas: técnicas de cultivo herdadas de experiências seculares em outras regiões cafeeiras adaptavam-se às particularidades do território jauense, enquanto novos conhecimentos sobre o manejo do solo e das culturas emergiam da experiência local. Este entrelaçamento de temporalidades enuncia como as transformações ambientais em Jaú emergiram da convergência

entre processos naturais de diferentes durações e intervenções humanas com ritmos e intensidades variáveis.

No entanto, essas mudanças se inscrevem em um quadro de longa duração que remonta ao início da colonização portuguesa na América. A forma de ocupar o território - através do desmatamento e da implantação de monoculturas voltadas para exportação - representa uma continuidade histórica que Braudel nos ajuda a identificar. Assim, as transformações documentadas em Jaú no século XIX, embora específicas em seus detalhes locais, dialogam com práticas e concepções sobre a natureza que persistiram por séculos na sociedade brasileira.

No anúncio no jornal *A Tribuna* de 30 de setembro de 1909(28):

VENDE-SE OU ARRENDA-SE em Iguatemy, município de Jahu, nas proximidades do Tietê, uma propriedade agrícola para cultura de cereais e café, com excelentes terras e esplêndidas mattas. Informações nesta folha, com o Sr. Argymiro Acayaba.

O mapa 'O Sertão do Jahu na Freguesia de N.S. de Brotas', elaborado por Henrique Pacheco, situa a propriedade no Iguatemy entre os córregos das Araras e das Anhumas, nas proximidades do rio Tietê. A disposição geográfica junto a estes cursos d'água sinaliza a centralidade dos recursos hídricos para a ocupação e as atividades econômicas do período. O rio Tietê, embora não único, constituía o principal vetor de desenvolvimento e expansão territorial da região. O rio garantia água para consumo e irrigação, além de servir como via essencial de transporte fluvial, permitindo o escoamento da produção agrícola e o abastecimento das comunidades locais.

A confluência dos córregos com o rio Tietê sugere que a área de Iguatemy dispunha de solos férteis, propícios ao cultivo agrícola. Esta percepção das 'terras boas' encontra ressonância no anúncio de 1909, que ressalta as 'excelentes terras e esplêndidas mattas' da propriedade à venda. O cotejamento destas informações com o mapa de 1858 permite inferir que Iguatemy já se configurava como região ocupada e com atividades produtivas consolidadas à época. A divisão de propriedades e a presença de cursos d'água integram a área aos processos de colonização e expansão da fronteira agrícola paulista. Ao mencionar a existência de 'mattas' na propriedade à venda, indica que o processo de desmatamento e conversão das paisagens naturais em terras agrícolas ainda não havia se completado. Assim, Iguatemy representava um estágio intermediário dessa transformação territorial.

A análise de Flávia Arlanch Martins de Oliveira em *Faces da Dominação da Terra (Jaú - 1890-1910)* (págs. 142-143), dentre outras análises, examina os aspectos econômicos e geográficos da antiga Fazenda São João, evidenciando a interação entre atividades produtivas e condições naturais da região na transição entre os séculos XIX e XX. O estudo indica em diversas passagens as relações entre meio ambiente e estrutura produtiva no contexto agrícola.(29)

Entre os principais proprietários da Fazenda São João, sobressaía-se Francisco Pinto de Arruda, detentor de 310 hectares. Sua propriedade distinguia-se tanto pela produção cafeeira quanto pela fabricação de aguardente, sustentada por um engenho bem estruturado. O agrimensor registrou também a presença de outros engenhos na região, pertencentes a Francisco de Paula e

Dona Maria Francisca Cardoso. No entanto, um fator limitante para o cultivo de café na região era o clima adverso, caracterizado pela recorrência de geadas. O relatório indica que grande parte das terras da Fazenda São João não era adequada para o cultivo de café, obrigando os produtores a buscarem áreas mais elevadas, entre 600 e 800 metros de altitude, onde as condições climáticas eram relativamente mais favoráveis.

A distribuição das áreas produtivas e daquelas impróprias para o café indicava como o desenvolvimento econômico local dependia das condições naturais, especialmente do clima. As oscilações térmicas bruscas, manifestas nas geadas, impunham limites severos ao cultivo de plantas tropicais como o café, cuja prosperidade dependia de condições climáticas mais estáveis.

Para lidar com esses desafios, os proprietários adotaram estratégias adaptativas, como a diversificação da produção. Um exemplo disso é a fabricação de aguardente na propriedade de Francisco Pinto de Arruda. A cana-de-açúcar era menos suscetível às exigências climáticas ideais requeridas pelo café, proporcionando maior flexibilidade econômica.

As condições naturais e climáticas da região de Jaú definiam as possibilidades de produção agrícola nas fazendas do período. Esta interdependência entre ambiente e economia levava os proprietários rurais a diversificarem suas fontes de renda e buscarem áreas mais propícias ao cultivo do café e outras culturas.

Nas páginas 25-27 de *Faces da Dominação da Terra*, a análise do estabelecimento da cafeicultura em Jaú evidencia como as interações entre clima, infraestrutura e produção agrícola limitavam a expansão cafeeira. A década de 1870 marcou o início da consolidação do café no município, período em que os cafeicultores enfrentaram uma conjugação de adversidades naturais e entraves logísticos. Em 1871-1872, as geadas afetaram severamente as plantações jovens, frustrando a expectativa de colheitas abundantes e demonstrando a rápida fragilidade dos investimentos agrícolas diante das oscilações climáticas. Este cenário crítico iluminou a precariedade estrutural do setor cafeeiro, justamente quando este se firmava como pilar da economia paulista.(30)

A atividade cafeeira recuperou-se rapidamente após as geadas. O biênio 1873-1874 mostrou aumento significativo de cafeeiros com três a quatro anos, indicando o êxito dos agricultores na recomposição dos cultivos. O crescimento das plantações nesta fase consolidou a cafeicultura na economia local, demonstrando a adaptabilidade do setor às adversidades climáticas.

A construção da ferrovia em direção a Rio Claro, iniciada em 1874, propiciou a integração de Jaú aos principais centros comerciais e portos de exportação, viabilizando o escoamento da produção cafeeira. No entanto, o texto observa que a relação entre a expansão cafeeira e a chegada da ferrovia nem sempre foi imediata. Na década de 1870, o impacto direto dessa infraestrutura no crescimento da produção cafeeira em Jaú ainda não era totalmente perceptível.

Após 1876, o ritmo de expansão da cafeicultura desacelerou, sugerindo a influência de outros fatores além da infraestrutura. Entre as possíveis razões para essa desaceleração estão as incertezas econômicas, as limitações na disponibilidade de mão de obra e as particularidades do solo e do clima locais. As oscilações na produção cafeeira elucidam sua dependência de fatores diversos - climáticos, econômicos e infraestruturais - para garantir resultados satisfatórios.

O desenvolvimento da cafeicultura em Jaú foi marcado por variações na produção. Os limites climáticos restringiram a expansão do setor, sem impedir sua recuperação e consolidação. Com a aproximação e chegada da ferrovia ampliou as possibilidades econômicas, com impactos graduais sobre a produção cafeeira. A trajetória agrícola da região resultou da interação entre condições naturais, econômicas e de transporte.

Ao avançarmos no exame das fontes documentais, encontramos uma carta de protesto, publicada no jornal *Correio Paulistano*, Anno XXVII, nº 7225, edição datada de 29 de dezembro de 1880, página 1. Sob o título "Jahu – Freguezia do Sapé – Protesto":

Diz o abaixo assignado. procurador (de Messias Francisco de Almeida, que na acção de libello civil que o mesino move contra Antonio Gonçalves de Oliveira Forão e Manoel Pires do Prado, para cobrar-se dos prejuizos feitos pelos mesmos, como sejam a queima de uma serra, de grande porção de madeira, etc., etc., tendo os ditos Oliveira Forão e Pires do Prado, sido condemnados no dia 20 do corrente pelo meritissimo doutor juiz de direito da comarca a pegarem ao seu constituinte a quantia de dois contos e duzentos mil reis, alem das custas do processo e sendo os bens, que os mesmos possuem, insufficientes para o pagamento do seu constituinte e custas referidas, vem, por meio deste protestar contra qualquer doação, permuta, venda, hypotheca ou outra qualquer transacção, que os ditos Antonio Gonçalves de Oliveira Forão e Manoel Pires do Prado façam, em fraude de execução, de qualquer especie de bens, que os mesmos possuam. O abaixo assignado faz esta declaração, para evitar duvidas futuras e garantir os direitos e interesses do seu constituinte e para que ninguem mais tarde se chameá ignorancia, e mais protesta penhorar os bens, que esses individuos alienarem de ora em diante, em poder de quem se acharem.

Jahú, 24 de Dezembro de 1880.

O advogado,

CARLOS CARNEIRO DE BARROS E AZEVEDO

O protesto aborda um processo judicial em andamento na freguesia do Sapé, pertencente à vila de Jahu(grafias da época). Carlos Carneiro de Barros e Azevedo, procurador de Messias Francisco de Almeida, formalizou um protesto contra Antônio Gonçalves de Oliveira Forão e Manoel Pires do Prado, réus em uma ação de cobrança de danos. Ambos haviam sido condenados pelo juiz de direito da comarca a pagar uma indenização de dois contos e duzentos mil réis, além das custas processuais, pelos prejuízos causados a Almeida. Os danos alegados incluíam a destruição de uma serra e de uma grande quantidade de madeira, indicando que os bens danificados estavam possivelmente ligados à exploração de madeira ou a uma serraria. (31)

Contudo, os réus não possuíam bens suficientes para arcar com a indenização. Diante disso, o advogado de Almeida registrou publicamente o protesto para prevenir qualquer tentativa dos condenados de alienar, doar, permutar, vender ou hipotecar seus bens, manobras que poderiam ser realizadas para evitar o cumprimento da sentença. Além disso, advertiu que, caso tais ações fossem realizadas, os bens alienados poderiam ser penhorados, mesmo que já estivessem em posse de terceiros, como forma de garantir os direitos de seu cliente.

Esse protesto, datado de 24 de dezembro de 1880, serviu como uma salvaguarda legal para impedir fraudes patrimoniais e assegurar o cumprimento da decisão judicial. A publicação logo após a sentença ressalta a diligência do advogado em proteger os interesses de Almeida, num momento em que conflitos envolvendo terras e recursos naturais eram frequentes e estipulavam as disputas econômicas e sociais da época.

No *Correio Paulistano* de 10 de janeiro de 1881, Antônio Gonçalves de Oliveira Forão publicou um contraprotesto em resposta feito pelo advogado de Messias Francisco de Almeida, relacionado a uma ação judicial na Freguesia do Sapé, pertencente à vila de Jahu. No contraprotesto, Forão contesta a validade e os efeitos jurídicos do protesto de 1880, afirmando que este não foi formalmente registrado nos autos do processo, sendo, portanto, apenas um anúncio publicado no jornal, sem qualquer força legal.(31)

Forão argumenta que o processo judicial ainda estava em curso e que não havia uma sentença definitiva, ou seja, a decisão não havia transitado em julgado. Com base nisso, ele defende seu direito de realizar transações com seus bens, como vendas ou hipotecas, sem que tais ações sejam interpretadas como fraude à execução. Ele também declara que seus bens são suficientes para cobrir a quantia exigida e afirma que não pretende apelar da sentença, reservando-se ao direito de discutir o mérito da ação no momento oportuno.

Além disso, Forão menciona a possibilidade de tomar medidas legais contra aqueles que não liquidarem suas dívidas com ele. Ele protesta contra Messias Francisco de Almeida, alegando que o protesto anterior foi precipitado e inapropriado, comprometendo sua reputação e seus direitos. Forão conclui declarando que buscará indenização por eventuais perdas e danos decorrentes da publicação do protesto original, reforçando sua posição de defesa e a tentativa de preservar sua autonomia sobre seus bens enquanto o processo ainda tramitava.

É significativo que o documento mencione a destruição tanto da serra (equipamento) quanto da madeira. Isso sugere que havia uma estrutura produtiva estabelecida para a exploração florestal, indicando que o processo de desmatamento na região já apresentava características sistemáticas e comerciais, diferentemente das práticas anteriores de uso da madeira para subsistência.

A documentação do período registra uma transformação territorial específica: a substituição progressiva da vegetação nativa por espaços modificados pela ação humana, orientada pela valoração comercial dos recursos naturais.

Para avançar na compreensão sobre o cenário de Jaú e região, o *Almanack do Jahú* 1902 traz uma memória sobre a formação de Barra Bonita (desmembrada de Jaú em 1912) ressalta o papel desses pioneiros e de seus trabalhadores no desmatamento, cultivo e estruturação inicial das propriedades rurais, elementos que definiram o avanço territorial e econômico da época.

[...] Mais tarde a entrada de diversos campineiros e rio-clarenses, mudou a orientação dos habitantes, que, rotineiros se comprasiavam com a plantação de cereaes e criação. Aquelles acompanhados de escravos, começaram a derrubada de mattas bellissimas para transformal-as em cafezaes luxuriantes, como ainda vemos hoje, e devido aos recursos e habilidade de que dispunham de sua larguesa de vistas foram sem ambages se alargando as suas propriedades, e, no espaço de désoito annos eram senhores de tudo.(32)

Ao caracterizar os moradores estabelecidos como "rotineiros" que "se comprasiavam com a plantação de cereaes e criação", o texto expressa o olhar depreciativo sobre as práticas agrícolas tradicionais. Em contraste, os "campineiros e rio-clarenses" são descritos com a expressão "larguesa de vistas", um termo que, no vocabulário de então, associava-se à ideia de progresso e modernização. O uso desta linguagem específica expressa o embate entre diferentes concepções sobre a apropriação e uso da terra no período. De um lado, uma agricultura diversificada voltada para o mercado regional; de outro, a expansão da monocultura cafeeira apoiada no trabalho escravizado. O Almanack, ao empregar esses termos, explicita uma mudança econômica e legítima no discurso a supremacia dos novos proprietários que "foram sem ambages se alargando as suas propriedades".

A transformação da paisagem em Barra Bonita, presente no Almanack, ocorreu dentro de um contexto regional específico. A expansão dos cafezais não resultou apenas da demanda internacional pelo produto, mas da dinâmica de ocupação que já vinha ocorrendo em outras regiões paulistas, como Campinas e Rio Claro, de onde provinham os novos proprietários. A narrativa enfatiza a conexão regional ao identificar a origem dos 'forasteiros' e sua capacidade de converter 'mattas bellissimas' em 'cafezaes luxuriantes' através da mobilização de recursos e mão de obra escravizada. A rapidez desta mudança - "no espaço de dezoito annos" - sugere uma alteração nas relações sociais e produtivas locais, embora o documento não nos permita afirmar categoricamente o destino dos anteriores ocupantes que se dedicavam aos cereais e à criação. O Almanack documenta como a transformação territorial de Jaú se inseriu no processo mais amplo da expansão cafeeira paulista, moldada por dinâmicas externas e por características socioeconômicas locais.

Em artigo no jornal *Correio Paulistano* de 08 de setembro de 1910, nº 16918, p.5:

BARIRY

(Do correspondente, em data de 4)

Continua a terrível seca. Desde o mez de julho que não temos tido uma gotta de chuva. Os resultados desta prolongada estiada são medonhos: incendios, e mais incendios. Este municipio, que pela grande extensão de terras estragadas é muito sujeito ao fogo, está agora sendo por este assolado até em suas matas virgens. Na fazenda do coronel Francisco José Leite já estão queimados mais de 80 alqueires de frondosa matta virgem e não há quem possa extinguir o incendio. Trabalham naquela fazenda na extinção do fogo mais de dusentas pessoas. Outro mal que nos traz a secca é o pó com que nos vemos envolvidos dia e noite. O transito dos vehiculos, occupados com o transporte do café, que crusam a cidade, auxiliados pelo que conduzem materias para as construções que a cada dia se multiplicam nesta cidade, muito concorrem para que esse mal attinja ao seu auge. Entretanto, o povo está animado. A alta do café e a aproximação da estrada de ferro muito concorrem para isso. Mais alguns dias e aqui veremos a locomotiva em frente a esta cidade, que se prepara para receber esse importante fator do progresso. O trem de lastro já chega a uma distância de quatro kilometros mais ou menos. No sitio "Nova Arminia" deste municipio, de propriedade do tenente Prospéro Armínio, o Sr. Vicente Scatena, conseguiu, rasganda um poço, estabelecer uma magnífica fonte artificial que ficou encanada até a casa de

morada. Este melhoramento foi festejado pelos habitantes do sitio com foguetes e boa cerveja. Este serviço muito recomenda o seu executor, que nelle revelou uma rara tenacidade.

- Estamos no mez das grandes floradas dos cafezaes o pelo aspecto que apresentam os deste municipio não temos, como se esperava, uma colheita correspondente ao estado das arvores, que desenriçadas como estavam com a safra exigua deste anno, deviam dar uma descommunal. Os botões estão paralyzados e as arvores não só desfolhando muito, de sorte que ainda que a florada seja boa della pouco se aproveitará.

- Tem estado enfermo soffrendo repetidos ataques o sr. Antonio do Queiroz conhecido a acatado jornalista aqui residente. Regressou de sua viagem á capital o dr. Francisco Euegnio do Toledo Junior, delegado de policia desta cidade.

- O sr. coronel José Emygdio Ferraz do Amaral, fazendeiro em Jahú, adquiriu pela quantia de 200:000\$000 a fazenda do sr. coronel José Bonifacio de Camargo, situada nesto municipio. Montada a capricho não tem entretanto mais que 94.000 cafeeiros. Pelo preço que alcançou pôde-se avaliar a qualidade das terras e da lavoura. E' de primeira ordem."

O artigo do *Correio Paulistano*, publicado em 8 de setembro de 1910, relata os desafios enfrentados na região de Bariri, antiga Freguesia do Sapé, interior paulista, devido à seca prolongada. A ausência de chuvas desde julho daquele ano desencadeou incêndios em diversas áreas, incluindo matas virgens. Na fazenda do coronel Francisco José Leite, por exemplo, mais de 80 alqueires foram devastados pelo fogo, e mais de 200 pessoas mobilizaram-se na tentativa de controlar as chamas. Além disso, o pó levantado pelo trânsito intenso de veículos que transportavam café e materiais de construção agravava as condições ambientais.(33)

O artigo expressa o otimismo local sustentado pela alta dos preços do café e pela proximidade da ferrovia, considerada símbolo de progresso, mesmo diante das adversidades climáticas e agrícolas. Entretanto, a seca teve um impacto direto na agricultura: a colheita de café daquele ano foi escassa, com botões florais paralisados e árvores debilitadas por uma safra anterior pouco expressiva. Também houve reflexos na saúde da população, como o caso do jornalista Antônio do Queiroz, enfermo na ocasião.

Entre as transações fundiárias do período, a venda da fazenda do coronel José Bonifácio de Camargo a José Emídio Ferraz do Amaral, fazendeiro de Jaú, ilustra as dinâmicas do mercado de terras local. O valor da negociação - 200 contos de réis - adquire relevo quando confrontado com o modesto contingente de 94 mil pés de café existentes na propriedade. Esta aparente desproporção entre preço e estrutura produtiva instalada evidencia o quanto as terras de Bariri mantinham seu poder de atração para investimentos, sustentando sua valorização mesmo diante das adversidades climáticas da região.

O cenário descrito no artigo do *Correio Paulistano* de 1910 registra um momento basilar na transformação ambiental de Bariri e Jaú. Os incêndios que devastaram grandes áreas de mata virgem, facilitados pela seca prolongada, ocorreram em um contexto específico de intensificação do uso da terra. O jornal documenta a extensão do fogo - que consumiu mais de 80 alqueires na fazenda do coronel Francisco José Leite - e indica a permanência de significativas áreas florestais na região. A menção ao "trânsito intenso de veículos que transportavam café e materiais de construção" sugere

que este período representava uma fase de transição, onde a atividade econômica crescente coexistia com remanescentes expressivos da vegetação original. A participação de mais de 200 pessoas no combate às chamas indica a extensão do incêndio e o valor atribuído pela comunidade local aos recursos florestais no início do século XX.

No Guia da Cidade de Jahu de dezembro de 1957 em sua página 9 apresenta os seguintes pontos sobre a localidade:

SOLO

O solo do Município do Jahu é constituído, na sua maior parte, da conhecida e famosa terra roxa, que excelentes resultados dá ao lavrador no cultivo das espécies mais diversas. Existe, também, uma insignificante quantidade de terra branca, que é, todavia, produtiva. Tem havido casos de prejuízos à lavoura determinados pela erosão, que vem sendo, aliás, tenazmente combatida por modernos métodos de conservação do solo. No rio Tietê e no Jahu são notadas pequenas quedas d'água, até agora inaproveitadas. Como riqueza mineral, citam-se, apenas, areia fina e grossa e pedra-ferro, uma e outra muito abundantes no Município. Existem no Município, presentemente, 890 propriedades agrícolas, predominando aquelas de até 50 hectares.

ÁREA FLORESTAL

Há, mais ou menos, 600 alqueires de área florestal, sendo 80 alqueires com mata virgem e 520 alqueires com matas artificiais, ou seja, reflorestadas com, principalmente, eucaliptos. As pastagens nativas abrangem uma área estimada em 9.900 hectares, em que se encontram, com mais frequência, capim fino, gordura, colônião, graminha de burro. As pastagens cultivadas são 4.000 hectares, mais ou menos, em que se plantam, com regularidade, principalmente, os capins colônião e joragué.

O Guia da Cidade de Jahu de 1957 documenta as características ambientais e agrícolas do município em meados do século XX. Em suas páginas, a terra roxa emerge como elemento definidor da paisagem local, estabelecendo as bases naturais para o desenvolvimento agrícola da região. A discussão sobre 'modernos métodos de conservação do solo' no documento indica uma nova compreensão dos processos erosivos, marcando transformações nas práticas de manejo dos recursos naturais. A adoção dessas técnicas de conservação decorreu do aprendizado local sobre os impactos da erosão na produtividade agrícola.(34)

Segundo o Guia, a área florestal do município compreendia cerca de 600 alqueires, dos quais 80 eram descritos como "mata virgem" e 520 como "matas artificiais", estas últimas principalmente compostas por eucaliptos. Especificando a distribuição das áreas de pastagem: 9.900 hectares ocupados por gramíneas nativas (capim fino, gordura, colônião e graminha de burro) e 4.000 hectares de pastagens cultivadas, onde predominavam as variedades colônião e joragué.

O Guia apresenta dados sobre a estrutura fundiária local: das 890 propriedades agrícolas existentes, predominavam aquelas com área de até 50 hectares. A publicação identifica recursos minerais como areia e pedra-ferro, além de potenciais hidrelétricos nos rios Tietê e Jaú que permaneciam 'inaproveitados'.

Notas quase avulsas

Reconstituição da Cobertura Florestal do Estado de São Paulo

Esta série de mapas ilustra de forma impactante a rápida e extensa perda de florestas no Estado de São Paulo, provavelmente devido à urbanização, agricultura e outras atividades humanas. É um exemplo gráfico das mudanças drásticas na paisagem e no uso da terra ao longo de aproximadamente 150 anos. (35)

A reconstituição da cobertura florestal do estado de São Paulo, representada em mapas históricos, ilustra o drástico processo de desmatamento ocorrido ao longo dos últimos dois séculos. Essa análise, que abrange desde a situação primitiva até o ano 2000, indica profundas transformações no uso do solo e na paisagem natural, influenciadas diretamente pela expansão econômica, pela ocupação territorial e pelas atividades agropecuárias e industriais que moldaram a história paulista.

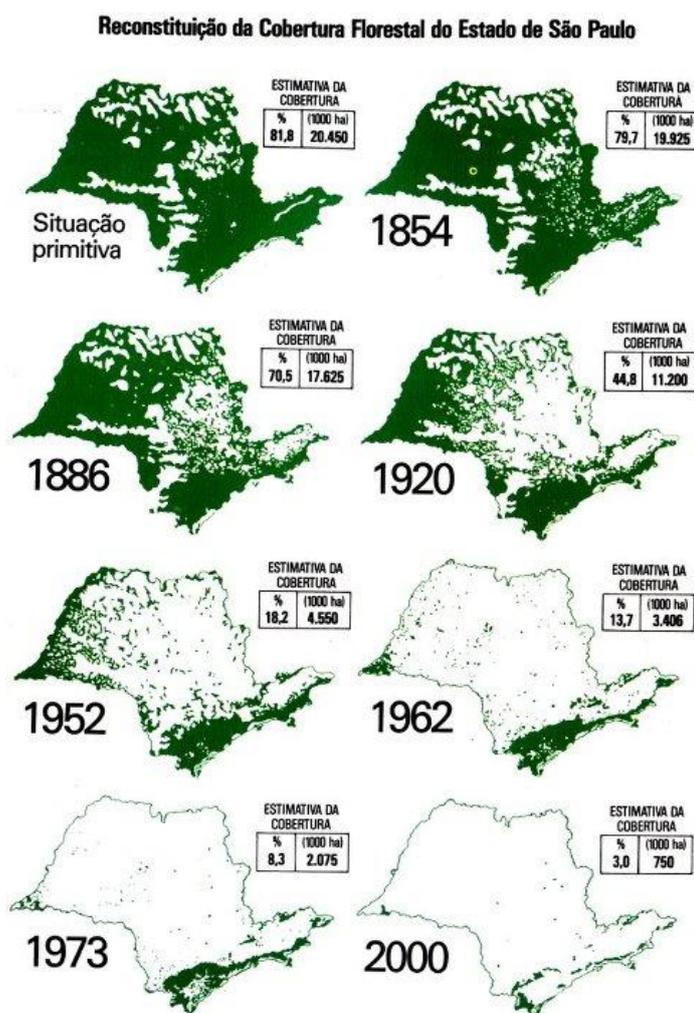


Figura 6: Reconstituição da cobertura florestal do Estado de São Paulo (1854-2000).
Adaptado de Cavalli, A.C.; Guillaumon, J.R.; Filho, R.S.; e Victor, M.A.M.

No período primitivo, o estado de São Paulo apresentava uma cobertura florestal estimada em 81,8% (aproximadamente 20,45 milhões de hectares), com vegetação nativa amplamente preservada. Esse cenário começou a se modificar gradativamente a partir de 1854, quando a cobertura caiu para 79,7%, marcando o início da intervenção humana significativa. O final do século XIX, especialmente em 1886, revelou um declínio mais acentuado, com 70,5% da floresta original restante, coincidindo com o ciclo da cafeicultura. Essa atividade econômica, predominante no Vale do Paraíba e em outras áreas férteis, exigia a conversão de vastas áreas de mata em plantações.

O século XX trouxe uma intensificação dessas mudanças. Em 1920, a cobertura florestal já havia sido reduzida a 44,8%, refletindo a contínua expansão da agricultura e os primeiros sinais de urbanização e industrialização. Esse processo acelerou-se nas décadas seguintes: em 1952, apenas 18,2% da vegetação nativa permanecia, caindo para 13,7% em 1962. A introdução de novas culturas, como soja e cana-de-açúcar, e a expansão da pecuária contribuíram significativamente para essa redução.

A situação agravou-se nas décadas de 1970 e 1980. Em 1973, a cobertura florestal havia sido reduzida a 8,3%, consequência de um desmatamento acelerado combinado à ausência de políticas de conservação. Em 2000, a vegetação original ocupava apenas 750 mil hectares (3,0% da área total), demonstrando o processo intenso de degradação ambiental e a fragilidade dos remanescentes da Mata Atlântica.

O processo massivo de desmatamento desencadeou uma cascata de transformações ambientais profundas e interconectadas. A ruptura dos ciclos naturais manifestou-se primeiro na dramática redução da biodiversidade, com espécies nativas enfrentando processos de extinção ou declínio populacional severo. Esta 'simplificação' dos ecossistemas originais criou condições para a intensificação dos processos erosivos, uma vez que o solo, desprovido da proteção da cobertura vegetal, tornou-se mais vulnerável à ação das chuvas e dos ventos. A ausência das raízes profundas da vegetação nativa comprometeu também a estabilidade do regime hídrico: sem a capacidade natural de retenção e liberação gradual da água, os terrenos passaram a oscilar entre extremos de enchentes e estiagens. A supressão específica das matas ciliares amplificou ainda mais estes desequilíbrios: estas formações vegetais, ao regularem os fluxos d'água e protegerem as margens dos rios, constituíam um sistema natural de filtração que assegurava a integridade dos ecossistemas aquáticos.

Diante desse quadro alarmante, os mapas históricos deixam evidente a urgência de iniciativas para a preservação e recuperação ambiental. A partir dos anos 2000, iniciativas como a Lei da Mata Atlântica e programas de reflorestamento ganharam destaque. Medidas como a recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs), a criação de unidades de conservação e o incentivo ao uso sustentável do solo tornaram-se estratégias para reverter os danos causados.

Em 2000, a vegetação original da Mata Atlântica se restringia a 750 mil hectares, equivalentes a 3,0% da área total, evidenciando o impacto da histórica fragmentação dos ecossistemas nativos. Esse histórico de degradação impõe a necessidade de uma abordagem integrada, que combine políticas públicas eficazes, educação ambiental e ações concretas de reflorestamento. Restaurar os ecossistemas e garantir a preservação dos serviços ecossistêmicos

essenciais não é apenas uma demanda ambiental, mas uma prioridade para a sustentabilidade e o bem-estar das futuras gerações

Vegetação do Oeste do Estado de São Paulo

O mapa histórico das localidades do oeste paulista registra a distribuição original dos biomas antes das transformações resultantes da ocupação agrícola. A região apresentava predominância do Cerrado, caracterizado por savanas tropicais de árvores esparsas e gramíneas, intercaladas com manchas de Floresta Estacional Semidecidual, especialmente nas proximidades de cursos d'água. (37)

As zonas de transição entre o Cerrado e a Floresta Estacional configuravam ambientes singulares, onde coexistiam espécies características de ambos os biomas. Nas margens dos rios e áreas úmidas, desenvolviam-se formações específicas adaptadas às condições locais.

O mapa histórico situa Jaú em uma zona de ecótono, caracterizada pela transição entre floresta e cerrado. Esta localização específica combina elementos de dois biomas: as florestas estacionais semidecíduais, marcadas pela perda parcial de folhas em determinadas estações, e as formações típicas de cerrado.

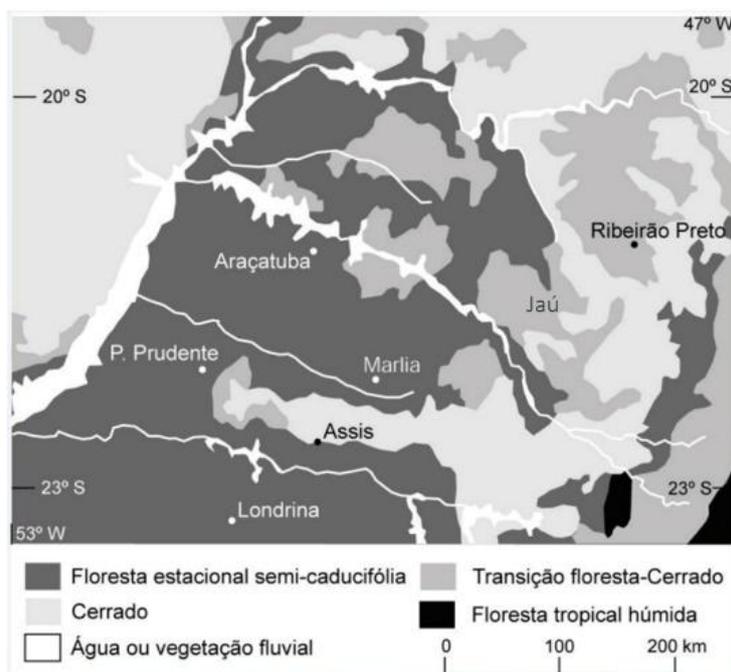


Figura 7: Vegetação no oeste do Estado de São Paulo, Brasil, ca. 1500. Fonte: IBGE (1993 [1988]).
Extraído de Brannstrom, C., *A economia madeireira na Mata Atlântica interiorana, 1920-1960*.

A comparação entre o registro histórico e a configuração atual aponta mudanças significativas na paisagem. A expansão agrícola e urbana reduziu as áreas de Cerrado e Mata Atlântica, impactando a cobertura vegetal e os padrões de biodiversidade regionais.

A transformação da vegetação original gerou efeitos em cadeia, como a perda de habitats naturais, a modificação dos regimes hídricos e o agravamento dos processos erosivos. O mapeamento cartográfico permite dimensionar a extensão das alterações ambientais no oeste paulista, oferecendo bases técnicas para iniciativas de preservação e recuperação dos fragmentos florestais remanescentes.

Inventário da cobertura Vegetal Nativa do Estado de São Paulo

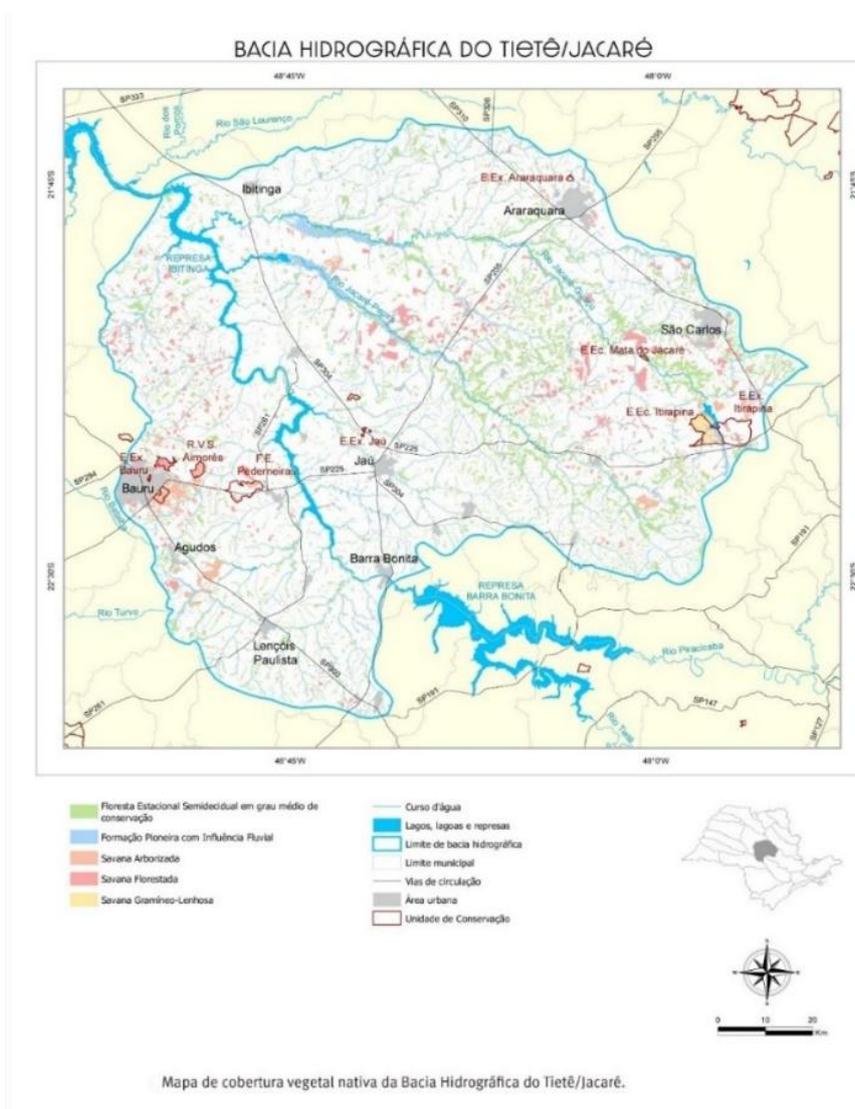


Figura 8: Mapa de cobertura vegetal nativa da Bacia Hidrográfica do Tietê/Jacaré. Extraído de *Inventário da Cobertura Vegetal Nativa do Estado de São Paulo*.

O mapa da Bacia Hidrográfica do Tietê/Jacaré apresenta as interações entre relevo, recursos hídricos e ocupação territorial em Jaú e região circundante. A representação cartográfica integra diferentes camadas de informação ambiental, identificando as conexões entre os sistemas naturais e as formas de uso do território. Nesta cartografia hidrográfica, os remanescentes de Floresta Estacional Semidecidual aparecem como ilhas verdes dispersas, testemunhos da vegetação original que outrora cobria extensamente a região. Ao longo dos cursos d'água, especialmente nas margens do Rio Tietê e seus afluentes, formações pioneiras de influência fluvial tingem o mapa em tons de verde claro, sinalizando a persistência de vegetação adaptada aos ambientes ribeirinhos. O Rio Tietê serpenteia pela região, suas águas hoje parcialmente represadas pela barragem de Barra Bonita, enquanto o Rio Jacaré-Guaçu, componente vital do sistema Jacaré, completa o desenho hidrográfico desta área. Esta configuração hídrica confere à microrregião de Jaú uma posição singular no contexto da gestão das águas.(37)

O território municipal de Jaú conserva apenas dois redutos oficiais de proteção ambiental: a Estação Experimental de Jaú e a RPPN Amadeu Botelho. No entanto, seu entorno abriga um mosaico amplo de áreas protegidas, incluindo a Estação Ecológica de Itirapina, que em conjunto formam uma rede regional de preservação da biodiversidade. Esta disposição espacial das reservas ecológicas sugere a importância de pensar a conservação ambiental para além dos limites administrativos municipais, considerando as conexões ecológicas que ultrapassam as fronteiras políticas.

A cartografia da microrregião de Jaú evidencia a atual distribuição territorial: núcleos urbanos, fragmentos de vegetação nativa em variados estados de conservação e predomínio de áreas agrícolas. A rede hidrográfica, com seus rios e tributários, estrutura o sistema de gestão das águas, condicionando tanto as atividades econômicas quanto a preservação ambiental da região.

SOS Mata Atlântica – Oeste paulista concentra menores índices de floresta

Sobre a situação atual presente no site da SOS Mata Atlântica – “Oeste paulista concentra menores índices de floresta e é a região que mais necessita de restauração”(38):

Novamente a região do oeste paulista se destaca de forma negativa. Os municípios atualmente com vegetação nativa abaixo de 10% – que são considerados totalmente desflorestados segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) – se concentram na região de Ribeirão Preto, Piracicaba e Paranapanema. Entretanto, grande parte dos municípios conseguirá atingir mais de 10% de vegetação nativa apenas com a restauração de APP.

Na Mata Atlântica, 117 (18%) possuem atualmente vegetação nativa maior ou igual a 30% – esse número passaria para 147 (23%) com a restauração de faixa mínima de APP, e 176 (28%) com a restauração de APP total. No Cerrado o cenário é mais preocupante, com apenas 10 municípios de 192 (5%) com vegetação nativa maior ou igual a 30%. Esse número passaria para 17 (9%) apenas com a restauração de APP mínima, e 28 (15%) com a restauração de APP total.

“Os municípios possuem realidades muito distintas de cobertura de vegetação nativa e na geografia dos déficits de APP. Diferentes estratégias de adequação ambiental precisam ser adotadas de acordo com essa realidade. Para alguns municípios, a restauração da faixa mínima de APP é suficiente para aumentar a cobertura de vegetação nativa de forma satisfatória, chegando a 20% ou 30%. Para outros, isso não é suficiente para melhorar o cenário de baixa cobertura de

vegetação nativa, por isso a importância de compromissos voluntários e incentivos de recuperação de APP total”, ressalta Gerd Sparovek, coordenador do Geolab.

Acesso em 23-09-2024 - <https://www.sosma.org.br/noticias/oeste-paulista-concentra-menores-indices-de-floresta/>

O oeste paulista enfrenta uma realidade alarmante de empobrecimento ambiental, onde a supressão histórica da vegetação nativa comprometeu tanto a diversidade biológica quanto o funcionamento dos ecossistemas locais. Nas regiões de Ribeirão Preto, Piracicaba e Paranapanema, a paisagem atual revela o extremo dessa transformação: municípios preservam menos de 10% de sua cobertura vegetal original, configurando um cenário de vulnerabilidade ecológica que ultrapassa a simples perda de espécies. Esta fragmentação extrema dos habitats naturais reduz a capacidade de suporte para a fauna e flora remanescentes, comprometendo processos ecológicos essenciais como a polinização, a ciclagem de nutrientes e a regulação hídrica.

Embora a Mata Atlântica esteja em uma situação alarmante, apresenta maior potencial de recuperação com a restauração das Áreas de Preservação Permanente (APPs). Em contraste, o Cerrado enfrenta desafios mais complexos, com um número reduzido de municípios alcançando mais de 30% de cobertura vegetal, mesmo considerando a restauração integral das APPs.

A restauração das APPs é uma medida indispensável para ampliar a cobertura vegetal nativa em várias localidades. Contudo, para muitos municípios, essa iniciativa isolada será insuficiente para reverter os níveis críticos de desmatamento. A heterogeneidade entre os territórios demanda estratégias específicas, ajustadas às condições e prioridades de cada localidade.

Em alguns municípios, a recuperação da faixa mínima de APP poderá ser suficiente. Entretanto, outros exigirão ações mais amplas, como a restauração completa das APPs e a promoção de compromissos voluntários de preservação. O papel das administrações municipais é central nesse processo, sendo essencial que desenvolvam planos de ação detalhados, com metas objetivas e indicadores para monitorar o progresso. A implementação efetiva dessas estratégias será determinante para enfrentar os desafios ambientais da região e promover a sustentabilidade a longo prazo.

Relações entre precipitação, vazão e cobertura vegetal nas sub-bacias dos rios Jacaré-Pepira e Jaú (2018)

A tese de doutorado de **José Carlos Toledo Veniziani Junior** (2018) examina as relações entre precipitação, vazão e cobertura vegetal nas sub-bacias dos rios Jacaré-Pepira e Jaú, apresentando uma análise dos impactos do uso da terra e da cobertura vegetal na hidrologia dessas regiões. O estudo aborda como a supressão da vegetação em áreas rurais e urbanas, a renovação de culturas e a impermeabilização do solo afetam a infiltração das águas pluviais, intensificando o escoamento superficial, o que aumenta a frequência de enchentes e reduz as vazões durante períodos de estiagem.(39)

A pesquisa demonstra como a cobertura vegetal atua na conservação dos solos e na regulação hídrica. A estrutura das matas ciliares proporciona proteção física ao solo, interceptando as gotas de chuva e diminuindo seu impacto direto na superfície. Este processo, combinado com o sistema radicular das plantas, aumenta a capacidade de infiltração e a retenção de matéria orgânica no solo. Além disso, a presença de vegetação promove a estabilização dos solos, a interceptação da água da chuva e a mitigação da erosão e sedimentação, fatores para o equilíbrio hidrológico das bacias e para a manutenção de condições ambientais que favoreçam a sociedade e a economia local.

O terraceamento e o plantio direto emergem como práticas agrícolas para a conservação dos recursos naturais, atuando diretamente na preservação dos ciclos hidrológicos. Estas técnicas, ao reduzirem o impacto da agricultura sobre o solo, criam condições para uma relação mais equilibrada entre produção e preservação ambiental. A tese aprofunda esta análise ao examinar como as florestas ciliares operam na proteção dos recursos hídricos, indicando os intrincados mecanismos pelos quais a vegetação ripária regula os fluxos de água e nutrientes. Os padrões de uso da terra, quando analisados em sua relação com a disponibilidade hídrica, ilustram como as decisões sobre manejo agrícola reverberam através de todo o sistema ambiental. Esta compreensão das interações entre atividades humanas e ciclos naturais nas paisagens de Jaú evidencia a urgência de uma abordagem integrada na gestão das bacias hidrográficas, onde práticas sustentáveis não representam apenas uma escolha técnica, mas uma necessidade para a manutenção do equilíbrio ecológico regional.

Paisagens e as feições do Jahu

*Para que todo este muro?
Por que isolar estas tumbas
do outro ossário mais geral
Que é a paisagem defunta?
A morte nesta região
gera dos mesmos cadáveres?
Já não os gera de caliça?
Terão alguma umidade?
Para que a alta defesa,
alta quase para os pássaros,
e as grades de tanto ferro,
tanto ferro nos cadeados?
— Deve ser a sementeira
o defendido hectare,
onde se guardam as cinzas
para o tempo de semear*
João Cabral de Melo Neto

A história territorial e social de Jaú constitui-se em camadas sobrepostas de significados, cada qual emergindo através de um conjunto diversificado de registros históricos. Como um palimpsesto, a cidade paulista preserva suas memórias em diferentes suportes documentais que, quando interpretados em conjunto, contribuem para a reconstituição dos aspectos do processo de ocupação regional. As antigas fotografias funcionam como janelas temporais, capturando instantes precisos em que a paisagem encontrava-se em plena metamorfose: uma plantação recém-estabelecida, uma ferrovia em construção, uma mata em processo de derrubada. Os periódicos da época tecem uma narrativa contínua, registrando desde as pequenas mudanças na vida urbana até os grandes empreendimentos que alteraram a face do município. Na documentação oficial, materializada em atas, decretos e escrituras, encontram-se os fundamentos legais e administrativos que estruturaram o desenvolvimento local, evidenciando como as decisões institucionais configuraram o território e suas relações sociais.

Essas fontes desvelam as vozes e ações de diferentes grupos que participaram da construção de Jaú: colonos que exploraram terras ainda inexploradas; pessoas escravizadas, cujo trabalho forçado estruturou os primeiros alicerces; e imigrantes, que introduziram novos saberes e práticas culturais. Cada grupo deixou marcas no território, alterando a paisagem natural e instituindo novos padrões de ocupação e convivência.

As transformações socioeconômicas e culturais registradas nesses documentos levantam questões teóricas relevantes sobre a interpretação de um processo tão multifacetado. Como compreender, além do desfile factual, as relações intrincadas entre os diversos grupos sociais e suas dinâmicas no espaço? Quais ferramentas conceituais alcançam interpretação das múltiplas camadas históricas que se sobrepõem no território jauense?

A investigação propõe a construção de um arcabouço que articule as evidências documentais às transformações concretas da paisagem local. Essa abordagem considera tanto as percepções subjetivas (dos habitantes e de observadores externos) quanto as características mais amplas que modelaram a região.

OLIVEIRA e ENGEMANN (2011, p. 17) apresentam uma definição para compreender a relação entre sociedade e natureza:

"Um conceito bastante adequado ao entendimento da relação sociedade x natureza é o de paisagem. Polissêmico por origem, a paisagem também pode ser considerada como uma estrutura espacial que resulta da interação entre os processos naturais e atividades humanas. Ao associar ações passadas e presentes, a paisagem constitui-se uma categoria do espaço que é um produto da co-evolução das sociedades humanas e do meio natural ou ainda, uma manifestação espacial da relação homem-ambiente."(1)

A análise da paisagem viabiliza a percepção das transformações nas relações entre sociedade e natureza ao longo do tempo, integrando elementos físicos, biológicos e culturais em suas múltiplas temporalidades. Sua natureza de estrutura espacial dinâmica incorpora tanto os processos ecológicos quanto as intervenções humanas, manifestando um processo contínuo de coevolução. Este prisma analítico revela como diferentes grupos sociais, em seus contextos históricos específicos, transformaram o ambiente, estabeleceram territórios e redefiniram sistemas naturais.

Essas transformações territoriais não ocorrem de maneira uniforme, manifestando-se em um espectro que vai desde áreas com interferência antrópica até espaços completamente reconstruídos pela ação humana. O solo, nesse sentido, funciona como um “arquivo material” dessas intervenções, conservando os vestígios das sucessivas ocupações e usos do território. Tais marcas incluem alterações resultantes do manejo humano e mudanças nos padrões de distribuição e composição da flora e fauna, reconfigurando as dinâmicas ecológicas originais.

A paisagem constitui a expressão espacial da interação contínua entre práticas sociais e processos naturais. As marcas de diferentes períodos históricos se sobrepõem num mosaico, onde as relações entre grupos sociais e ambiente conferem ao território um caráter multifacetado e continuamente reconfigurado.

As paisagens contemporâneas ainda conservam evidências de atividades humanas do passado, que persistem e moldam os padrões ecológicos atuais. Diversos exemplos ilustram esse fenômeno. Primeiramente, caminhos indígenas e coloniais, como as trilhas abertas por monçoeiros e expedições exploratórias no Brasil, deram origem a rodovias modernas e vias de transporte. Essas rotas contribuíram para a fragmentação de habitats e interferiram na migração de espécies animais. Em segundo lugar, áreas anteriormente dedicadas à agricultura extensiva, como as plantações de café, exibem vestígios claros, como terraços agrícolas e canais de irrigação. Essas intervenções alteraram o solo e influenciaram a composição de espécies vegetais, tanto nativas quanto exóticas.

Outro exemplo relevante diz respeito às florestas secundárias, que surgiram após o esgotamento de áreas exploradas para a produção madeireira ou agrícola. Essas florestas regeneradas apresentam uma composição de espécies distinta das originais, alterando a

biodiversidade e os ciclos de nutrientes. Em biomas como a Mata Atlântica e o Cerrado, antigas áreas de pastagem, destinadas à pecuária, ainda dificultam a regeneração completa da vegetação nativa, afetando diretamente as espécies animais dependentes de habitats florestais. Por fim, intervenções em cursos d'água, como a construção de moinhos e pequenas represas, modificaram permanentemente o fluxo de rios e córregos. Essas alterações impactaram a distribuição de espécies aquáticas e a qualidade da água.

Para interpretar essas influências, dois tipos principais de vestígios são essenciais: os vestígios materiais e os indicadores ecológicos. Os vestígios materiais englobam estruturas físicas evidentes, como caminhos, terraços agrícolas e represas. Por outro lado, os indicadores ecológicos apontam mudanças menos perceptíveis, como alterações na composição de espécies e na funcionalidade dos ecossistemas.

Em síntese, a paisagem se constitui como um registro vivo do contínuo diálogo entre sociedade e natureza. Nela se inscrevem as sucessivas intervenções humanas através do tempo, cujas marcas materiais e ecológicas persistem e moldam os ecossistemas contemporâneos.

“Eu havia ido à Polônia para ver essa floresta. Conquanto não soubesse o que, exatamente, eu queria ver. Consta que os historiadores devem chegar ao passado sempre através de textos, às vezes através de imagens; coisas que colhem, sem nenhum risco, na redoma das convenções acadêmicas; devem olhar, mas não tocar. No entanto, um dos meus professores mais queridos, um arruaceiro intelectual e escritor de extraordinária coragem, sempre dizia que era preciso vivenciar um local, usar “o arquivo dos pés”. Meu tema era o mito e a memória da paisagem, e essa imensidão coberta de árvores...” (2)

Em *Paisagem e Memória* (1996), Simon Schama desenvolve uma metáfora potente para o processo de investigação histórica e da paisagem. Cada capítulo se desdobra como uma 'escavação' - um movimento que parte da superfície das representações contemporâneas e avança em direção às camadas mais profundas de tempo, memórias e significados sedimentados. Esta abordagem revela a paisagem em sua essência histórica. No sedimento cultural formado pela interação entre ser humano e natureza, coexistem significados históricos, mitológicos e simbólicos acumulados ao longo do tempo. O trabalho do historiador envolve a análise das sucessivas transformações territoriais, identificando como os processos históricos se manifestam na configuração atual das paisagens. Esta abordagem evidencia que as paisagens integram tanto elementos materiais quanto construções culturais e simbólicas, constituindo repositórios de memória social.

Trilhas abertas por indígenas para caça e coleta, como o "Peabiru", exemplificam essa continuidade e transformação. Frequentemente, essas trilhas foram apropriadas pelos colonizadores, que as utilizaram como rotas de exploração e comércio. Outros territórios ocupados pelos europeus já continham marcas espirituais e simbólicas deixadas pelas populações nativas, como montes cerimoniais, árvores sagradas e locais de adoração.

Além das evidências físicas, os topônimos desempenham um papel na preservação das memórias ancestrais. Muitos nomes de localidades carregam significados relacionados à cultura indígena. O nome "Ibirapuera", por exemplo, que em tupi-guarani significa "árvore podre", remete à existência de antigas florestas antes da urbanização de São Paulo. Esses nomes testemunham uma continuidade histórica e cultural que persiste, mesmo diante das conversões impostas ao território.

A transformação das paisagens intensificou-se com a expansão das monoculturas, como a cana-de-açúcar e o café, que avançaram sobre áreas de Mata Atlântica e Cerrado, criando novas camadas paisagísticas. Essas mudanças deixaram marcas, como engenhos coloniais, fazendas históricas e terras desmatadas. A exploração colonial resultou em um processo contínuo no qual a paisagem natural foi adaptada para atender às demandas econômicas emergentes.

A análise histórica identifica como diferentes grupos sociais construíram relações específicas com o ambiente, cada qual desenvolvendo práticas culturais adaptadas às necessidades e possibilidades de seu contexto temporal. Os indígenas, dependentes da caça, pesca e coleta, integravam-se aos ciclos naturais, evitando grandes alterações na paisagem. Por sua vez, os primeiros colonizadores introduziram práticas agrícolas e pastoris, como os pequenos roçados e a criação de animais para subsistência. No entanto, muitas vezes preservavam áreas de vegetação nativa, seja por necessidade econômica ou pela falta de recursos para realizar desmatamentos em larga escala. O cuidado em manter matas incultas para proteger nascentes e recursos naturais aponta uma relação controlada com o território, assegurando o acesso a água, madeira e fauna para caça. Essa convivência, embora transformadora, gerava um outro impacto ambiental do que os processos intensivos com a produção cafeeira.

Geografia e Território

O território de Jaú ocupa uma área de 687,103 km² na região central do estado de São Paulo (22°18'S, 48°34'W). Esta localização geográfica, associada à altitude média de 530 metros, determina seu clima subtropical úmido, com verões quentes e invernos secos. Tais características climáticas e topográficas influenciaram historicamente as formas de ocupação e uso do solo na região.

A topografia de Jaú, marcada por colinas médias, e seus solos - Latossolo Vermelho-escuro na fase arenosa e terra roxa legítima - foram determinantes para a expansão cafeeira na região. A fertilidade dessas terras, especialmente da terra roxa, atraiu fazendeiros durante o século XIX, que transformaram a paisagem de campos e matas em extensas lavouras de café.

Um aspecto do território de Jaú é sua localização em uma zona de transição – conhecida como ecótono – entre os biomas Cerrado e Mata Atlântica. Áreas de transição como essa costumam apresentar elevada biodiversidade, combinando elementos de ambos os ecossistemas. A vegetação local caracteriza-se por uma transição gradual entre espécies típicas do Cerrado, como árvores de casca grossa e gramíneas, e espécies características da Mata Atlântica, como árvores mais altas e de folhagem densa. Esta zona de transição constitui um ambiente ecológico único, que sustenta uma rica diversidade de plantas e animais. (IBGE. *Cidades e Estados: Jaú, SP.*)

Em sua tese de doutoramento, *Um Exemplo de Processo de Organização Territorial: a Sub-Região de Jaú (1830-1930)* (1981), o pesquisador Paulo Pedro Perides descreve em detalhes a geomorfologia da região do Planalto Arenito-Basáltico, no estado de São Paulo. A área em destaque está situada entre a Serra de Brotas, a Serra de São Pedro e os rios Tietê e Jacaré-Pepira. A geomorfologia local é marcada por um relevo que atinge mais de 800 metros de altitude na escarpa

da cuesta, reduzindo-se gradualmente para cerca de 400 metros na direção oeste, até alcançar o rio Tietê.

Os rios desempenham um papel na modelagem do relevo. O Rio Tietê, que atravessa a região de sudeste a noroeste, e o rio Jacaré-Pepira, que nasce na cuesta e deságua no Tietê, são os principais responsáveis por esculpir a paisagem, formando depressões conhecidas localmente como "baixões de serra". Outro curso d'água relevante é o rio Jaú, afluente do Tietê, que, juntamente com os demais rios, contribui para a formação dos grandes chapadões da região. A altitude desses chapadões diminui progressivamente na direção oeste, resultando em um relevo dinâmico.

Dessa forma, a cidade de Jaú apresenta características geográficas e ecológicas que integram elementos naturais e históricos. A interação entre topografia, solos, clima e vegetação caracteriza uma região que se tornou central para a expansão cafeeira paulista.

“Foi ao longo desses chapadões que penetraram os primeiros povoadores vindos do Leste, após terem vencido a escarpa da "cuesta"; foi ao longo deles que se deu a expansão da cafeicultura e por onde chegaram as primeiras ferrovias.” (3)

A região situada no setor do Planalto Arenito-Basáltico distingue-se pela presença de solos de terra roxa, reconhecidos por sua alta fertilidade. composição e estrutura destes solos condicionaram a expansão agrícola regional, proporcionando condições físicas e químicas que favoreceram o cultivo do café. Contudo, a área de solos férteis apresenta limites geográficos bem definidos: a leste, em direção a Itirapina, e a oeste, em direção a Bauru, onde predominam solos arenosos. Estes, associados às formações geológicas do Arenito Botucatu ou Bauru, possuem baixa fertilidade, restringindo suas aptidões agrícolas.

A combinação entre a elevada fertilidade do solo e a cobertura original da Floresta Latifoliada Tropical criou condições para a implantação de culturas voltadas à exportação, como a cafeicultura. A vegetação densa, associada à riqueza do solo, favoreceu a adaptação do café, que encontrou no clima tropical de altitude condições para o desenvolvimento. Esse clima, caracterizado por invernos secos e verões quentes e úmidos, reduzia os riscos climáticos, no contexto da expansão.

A morfologia da paisagem, caracterizada por interflúvios de topo plano e vertentes convexas, foi ocupada por grandes propriedades rurais. Nestas áreas de chapadões, a topografia possibilitou tanto a mecanização inicial quanto a expansão do cultivo do café: *"Foi ao longo desse interflúvio que se deu o início do povoamento na década de 1830, por correntes de povoamento que se deslocavam em direção ao oeste do Estado."*(3)

Ocupação do Território

Flávia Arlanç Martins de Oliveira aponta, em seu livro *Tempos dos Caminhos e Descaminhos de uma Cidade do Interior Paulista: Brotas 1839-1920* (2019), que, na primeira metade do século XIX, o desbravamento do interior da Província de São Paulo era uma empreitada arriscada e solicitada, exigindo conhecimento marcante do território. Aqueles que se aventuravam por essas

regiões dependiam de guias experientes, geralmente indígenas, que dominavam as trilhas que cruzavam as vastas áreas de mata virgem e cerrado.(4)

Os guias indígenas conheciam as rotas terrestres e os ciclos naturais da região. Identificavam pontos de referência, áreas para descanso e obtenção de recursos, além de dominarem a navegação pelos rios que cortavam o território. Os cursos d'água, como o Tietê, o Piracicaba e o Jacaré-Pepira, serviam para o transporte e como referência para o estabelecimento de novos povoados. O conhecimento indígena foi apropriado no processo de expansão territorial da província.

O primeiro volume do *Almanak da Província de São Paulo*, publicado em 1873 sob a organização de Antônio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca, constitui uma fonte histórica para o entendimento da estruturação administrativa e territorial do município do Jahu. Em suas páginas, a descrição pormenorizada da divisão distrital e da situação geográfica do município possibilita a reconstituição de um período específico da organização espacial e política local.(5)

O município do Jahu encontrava-se dividido em três distritos administrativos naquele período, definidos principalmente em relação ao Rio Jaú, que atuava como marco geográfico central. O 1º Distrito, situado ao sul do rio, abrangia toda a área da vila, encerrando-se nos limites da demarcação municipal. O 2º Distrito localizava-se ao norte do rio, delimitado pelas divisas naturais do Ribeirão Prata e pela elevação conhecida como Cuzcuzeiro, estendendo-se até os bairros Currallinho e Bocaina. O 3º Distrito abrangia a porção ao norte do segundo, incluindo a Capela do Sapé e o território que fazia divisa com os municípios de Araraquara, Brotas, Dois Córregos e Vila dos Lençóis(atual Lençóis Paulista).

O *Almanak* também enfatiza as distâncias e referências para outras localidades do período. Situada a 288,8 quilômetros da capital paulista, a vila possuía conexões com importantes localidades da província, como Araraquara (111,1 quilômetros), Brotas (50 quilômetros) e Pirassununga (58,3 quilômetros). A localização estratégica da vila estruturou conexões comerciais e sociais importantes durante a expansão das fronteiras agrícolas do interior paulista, consolidando-a como centro de articulação regional. O *Almanak* registra que Jaú foi criada como freguesia em 24 de março de 1859 e elevada à condição de vila em 23 de abril de 1866.

Em *Faces da Dominação da Terra* (Jaú, 1890-1910), Flávia Arlanch desvela o processo de ocupação agrícola do município de Jaú no final do século XIX, quando a cafeicultura começou a assumir protagonismo. O predomínio do café não significou o desaparecimento de outros cultivos - as lavouras de cana e fumo mantiveram sua relevância, sustentadas pela produção de aguardente e pela expansão da cultura fumageira até 1885.(6)

A expansão da cafeicultura ocorreu principalmente através do desmatamento de novas áreas, preservando as zonas já dedicadas às culturas tradicionais. Este padrão de ocupação territorial priorizou a conversão de áreas florestadas em vez de substituir lavouras existentes. As "extensas matas de terra roxa", mencionadas pela Câmara Municipal em 1881, eram vistas como um recurso para atender à crescente demanda por café. Esse processo transformador resultou em uma ocupação predatória, combinando a manutenção de práticas agrícolas tradicionais com a exploração intensiva do café.

O relatório de 1881 documentou o desenvolvimento da infraestrutura cafeeira local: a instalação de máquinas a vapor, o planejamento de linhas férreas para transporte da produção e a existência de dois milhões de pés de café plantados na região. Esta modernização técnica sinalizava a consolidação da cafeicultura como atividade econômica estruturante do território.

A organização do espaço rural em Jaú, conforme apontado em *Faces da Dominação da Terra*, transformou-se com a expansão da cafeicultura no final do século XIX. A expansão cafeeira na região priorizou as áreas de terra roxa, exigindo a derrubada sistemática de matas primárias e capoeiras. As elites agrárias, detentoras dos recursos necessários para esta expansão, implementaram um modelo de ocupação territorial que alterou a cobertura vegetal nativa em áreas de cultivo.

As grandes fazendas cafeeiras, com infraestrutura — incluindo terreiros de secagem, instalações de beneficiamento e sistemas de transporte —, tornaram-se os principais vetores da organização do espaço rural. Segundo a autora, essas propriedades promoveram a industrialização agrícola e integraram Jaú à economia capitalista global.

A expansão cafeeira transformou as relações de trabalho e, conseqüentemente, a organização do espaço nas propriedades. Um exemplo dessa mudança foi a substituição gradual das senzalas por casas de colonos. A transição da mão de obra escravizada para a assalariada, processo que se intensificou com a abolição, alterou a estrutura das fazendas. A estrutura social das propriedades cafeeiras em Jaú passou por mudanças com a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre. Enquanto no período escravista alguns núcleos familiares já existiam entre os escravizados, a segunda fase da imigração introduziu um novo padrão de organização social baseado em famílias de trabalhadores livres, alterando as dinâmicas de ocupação e trabalho nas fazendas.

Conforme o argumento de Jacques Le Goff, citado por Flávia Arlanch, o espaço para o homem biológico e social constitui um objeto cultural, moldado pelas sociedades e pelas ideologias de uma determinada época. Em sua análise, Le Goff não considera o homem biológico e o social como opostos, mas como interligados e mutuamente influentes. As necessidades biológicas são sempre vivenciadas e interpretadas dentro de um contexto social e cultural, enquanto as construções sociais se organizam em torno de realidades biológicas.(7)

Esta perspectiva teórica ilumina as transformações ocorridas em Jaú. Os primeiros ocupadores organizavam seu tempo e espaço em maior consonância com os ciclos naturais, numa economia voltada à subsistência. O trabalho de escravizados e agregados seguia ritmos mais atrelados às estações e às necessidades imediatas da produção local. Com a expansão cafeeira, estabeleceu-se uma nova temporalidade: o tempo da produção para exportação, com suas próprias exigências e ritmos. Esta mudança não se limitou à escala produtiva, mas reconfigurou as relações de trabalho, a ocupação do território e a própria relação com a natureza. O espaço rural, antes organizado em pequenas roças, transformou-se em grandes propriedades cafeeiras, onde o tempo da produção comercial sobrepôs-se aos ciclos naturais.

Em *Parceiros do Rio Bonito*, Antonio Candido dialoga com a concepção marxiana sobre as relações entre homem, natureza e história. O autor examina como Marx considera a produção e satisfação das necessidades humanas na dinâmica social. A análise de Candido destaca como a sociedade desenvolve continuamente novos meios técnicos e necessidades, em um processo que modifica tanto o ambiente quanto as próprias concepções sobre o que constitui uma necessidade,

evidenciando a interdependência entre natureza e sociedade. Para Marx, o espaço não é um dado fixo, mas algo forjado historicamente pela técnica e pelo trabalho, tornando-se uma expressão da atividade humana.(8)

Candido observa ainda que Marx compreende a história como uma ciência única, na qual a história da natureza e a história dos homens se entrelaçam de forma indissolúvel. Nesse contexto, o ato de produzir os meios de vida vai além da simples satisfação das necessidades físicas: trata-se de uma atividade social que reflete e configura modos de vida específicos e formas organizadas de existência. Ao analisar processos históricos de transformação ambiental permite ver as mudanças na paisagem resultam da interação constante entre forças naturais e sociais, manifestando-se tanto em suas dimensões materiais quanto em suas expressões culturais.

O espaço rural de Jaú, entre 1890 e 1910, expressava a alteração do território pela economia cafeeira. As demandas do mercado internacional do café impulsionaram um processo sistemático de conversão das matas nativas em áreas de cultivo, modificando a estrutura e composição da vegetação original. Este processo de ocupação, que se intensificou no final do século XIX, modificou as características do solo e da vegetação local.

O espaço rural de Jaú, no início do século XX, apresentava uma configuração territorial onde coexistiam atividades agrícolas, matas e capoeiras. Conforme *Faces da Dominação da Terra* (p. 30-31), o café era cultivado principalmente nos espigões, áreas que ofereciam boa drenagem e insolação. A paisagem rural combinava espaços de cultivo com áreas de vegetação. (9)

As capoeiras, nesse contexto, surgiam como um elemento intermediário entre a vegetação original e o uso agrícola. Apresentavam-se em duas formas principais: a capoeira propriamente dita, composta por lotes de pequeno porte que se desenvolveram em áreas de desmatamento antigo, e a capoeira fina ou palhada, predominante em terrenos recentemente abandonados após o uso agrícola. Essas áreas, além de fazerem parte do ciclo de transformação da paisagem, estavam diretamente ligadas às práticas agrícolas tradicionais, como o pousio — período em que a terra era mantida em repouso para recuperação de sua fertilidade.

Esse padrão de ocupação refletia o método tradicional de cultivo, onde áreas eram deixadas em pousio, prática comum na rotação de lavouras alimentares. Segundo Flávia Arlanch, que dialoga com João Luís Fragoso, essa interação entre práticas agrícolas e vegetação nativa caracterizava a dinâmica rural do período.

A organização do espaço rural em Jaú, no final do século XIX, configurava-se pela funcionalidade geográfica e econômica. Os vales, cortados por córregos, concentravam habitações e infraestrutura rural: currais, chiqueiros, moinhos, engenhos e pomares. A escolha priorizava a proximidade hídrica e a fertilidade do solo. Nas encostas dos espigões, predominava o cultivo do café, aproveitando as condições topográficas para maximizar a produtividade.

A divisão judicial da Fazenda Furquilha Grande em 1897 fragmentou a propriedade em quinze quinhões distintos, mostrando os processos de partilha territorial que marcaram o período. Oito destes se reconfiguraram em pequenas propriedades, sendo seis já ocupados por lavouras cafeeiras. Esse processo de fragmentação representou uma reconfiguração territorial e a emergência de novos atores na produção agrícola.(10)

A paisagem rural resultante caracterizou-se pela diversidade: grandes unidades produtivas, pequenas propriedades e áreas de vegetação nativa. Os pequenos proprietários mantiveram parcelas de mata, seja por limitações econômicas ou necessidade de recursos complementares. Enquanto as grandes propriedades intensificavam a monocultura cafeeira, os agricultores menores desenvolviam uma ocupação territorial mais heterogênea, preservando núcleos de vegetação original. A paisagem rural de Jaú apresentava um arranjo territorial característico: enquanto o café dominava os espigões, outros espaços mantinham suas feições originais. As propriedades preservavam extensões consideráveis de mata e capoeiras, configurando um padrão de ocupação que transcendia a lógica puramente produtiva.

Flávia Arlanch identifica o posicionamento estratégico das residências como um elemento central na organização espacial das fazendas em Jaú. O *Almanack do Jahu* de 1902 registra um padrão específico na arquitetura local: a construção das sedes das fazendas em pontos elevados do terreno. Esta escolha atendia tanto a aspectos práticos - como visibilidade e ventilação - quanto a elementos simbólicos de poder e domínio territorial. (11)

A arquitetura das sedes nas fazendas cafeeiras materializava uma complexa gramática do poder territorial. Na Fazenda São João, a residência principal de João Ribeiro de Barros ocupava uma posição estratégica que permitia o domínio visual de toda a extensão da propriedade. Uma similar lógica espacial manifestava-se na Fazenda Bananal, onde a casa construída por Luiz Valadão de Freitas estabelecia uma relação visual direta com os cafezais e os núcleos coloniais, transformando a própria arquitetura em instrumento de vigilância e controle social. A escolha pela implantação das residências em terrenos elevados conjugava funcionalidade e simbolismo: ao mesmo tempo em que protegia as edificações de possíveis inundações e garantia melhor circulação dos ventos, estabelecia uma hierarquia visual que traduzia, na paisagem, as relações de poder vigentes. Esta disposição arquitetônica no espaço organizava o território produtivo e construía, literalmente do alto, uma ordem social específica da economia cafeeira.

A organização territorial da Fazenda Alzira caracteriza a articulação entre condições naturais e necessidades produtivas. A preservação da mata junto ao córrego integrava-se ao sistema produtivo da fazenda, fornecendo recursos essenciais como água, madeira e proteção do solo. Composta por árvores como peroba, cedro, ipê e figueiras, a vegetação nativa indicava a fertilidade do solo e delimitava espaços produtivos. A mata desempenhava múltiplas funções: proteção de nascentes, fornecimento de recursos madeireiros, indicador de qualidade territorial e elemento de identidade visual da propriedade. A manutenção estratégica desta mata respondia a necessidades produtivas específicas da fazenda, indicando como os proprietários rurais gerenciavam recursos naturais para a continuidade da produção cafeeira, ainda que dentro de uma lógica extrativista.

Flávia Arlanch examina o processo de fragmentação das terras da Fazenda São João em Jaú, aludindo implicações econômicas e jurídicas da divisão de propriedades no final do século XIX. O núcleo da discussão reside nos títulos de terra originados do inventário do Tenente Lopes, em 1883, cuja validade foi sistematicamente contestada.(12)

A história ambiental da região entre 1840 e 1890 estipula um processo gradual de transformação ecológica. O relatório do agrimensor registra uma paisagem já alterada em 1890: as matas virgens haviam dado lugar a um mosaico de pastos, cafezais e capoeiras. Esta modificação

intensa do território resultou em perda de fertilidade do solo, afetando diretamente o valor comercial das propriedades.

A fragmentação fundiária decorreu tanto da pressão comercial cafeeira quanto do esgotamento natural. Diferentemente da Fazenda Monte Alegre, que manteve sua integridade, a Fazenda São João foi dividida em 30 quinhões. Poucos conservaram dimensões significativas, prevalecendo propriedades médias e pequenas - movimento que espelhava a crescente pulverização fundiária em Jaú durante o século XIX. Esse processo de fragmentação materializava-se na intensificação da ocupação territorial, esgotamento dos recursos naturais e reconfiguração das dinâmicas econômicas regionais. Cada quinhão representava mais que um lote de terra - constituía um fragmento da história socioeconômica local.

Com base na ocupação e povoamento inicial da região, podemos explorar as reminiscências dos memorialistas sobre esse passado. Um exemplo encontra-se no discurso do Dr. Tolentino Miraglia, proferido em 1954, por ocasião da inauguração do Monumento ao Desbravador, em Jaú-SP, atualmente localizado próximo à Rua Ruy Barbosa. Esse discurso foi reproduzido no livro *Jaú: Vultos e Fatos*, de José Fernandes.

Manto de Terra Boa representa este monumento um homem de bronze, no ato masculino de empunhar uma foice para a derrubada, afim de desbravar a mata milenária e poder cultivar a magnífica terra roxa, na qual tudo dá desde que se plante. Quando essa terra surgiu do seio do geóide, na lava vulcânica e se espalhou sobre a crosta consolidando-se na diabase dos "trappes", que deram origem à afamada terra do Jaú, desde os fins da era secundária, trazia consigo a pureza cristalina, como que o próprio coração do planeta a se ofertar aos homens, segundo os designios de Deus. E sobre esse manto de terra boa se estenderam as matas majestosas que eu ainda alcancei a ver, quando aqui me trouxeram, em 1899, e que ainda podemos admirar, nas poucas que nos restam.

(...) Mas, no começo do século XIX, por aqui se fixaram homens audazes e destemidos, que não tiveram dúvidas em afrontar a vida selvagem, localizando-se em diversos pontos da vasta hinterlândia. Antes, essas matas frondosas haviam impressionado os Bandeirantes, quando as divisaram no Potunduva, a caminho das aventuras que aumentaram os lindes da Pátria Brasileira.
(13)

O discurso de Dr. Tolentino Miraglia oferece uma interpretação da transformação ambiental de Jaú, em que elementos míticos e científicos se entrelaçam na narrativa sobre a ocupação do território. O Monumento ao Desbravador, com sua figura em bronze empunhando uma foice, efetivado em metal a retórica da conquista territorial: o gesto congelado do homem contra a mata simboliza não apenas a coragem individual, mas todo um projeto de modificação da paisagem.

A construção do enredo de Miraglia entrelaça diferentes temporalidades: a geológica, expressa em termos técnicos como 'diabase dos trappes', remete à formação milenar do território desde o fim da era secundária; a histórica, manifesta nas referências aos ciclos de ocupação; e a experiencial, revelada em suas memórias pessoais de 1899, quando ainda contemplou as majestosas florestas originais. Sua descrição da 'terra roxa' sobrepuja a caracterização pedológica, assumindo dimensões quase sagradas ao apresentá-la como dádiva divina.

A tensão entre celebração e melancolia permeia todo o discurso. Ao mesmo tempo em que exalta a audácia dos pioneiros que adentraram a 'selvagem hinterlândia', Miraglia alude, com pesar, o gradual desaparecimento das matas. Esta ambivalência sugere uma consciência nascente sobre os custos ambientais do progresso, embora ainda subordinada à narrativa dominante da conquista territorial. A referência aos bandeirantes que primeiro avistaram as florestas de Potunduva insere a ocupação de Jaú em uma genealogia mais ampla da expansão territorial paulista.

O artigo 'Fundadores e Povoadores do Jaú', publicado por Tito Lívio Ferreira em 1950 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, reconstrói a chegada das famílias pioneiras à região entre 1851 e 1852. O texto se insere na tradição historiográfica do IHGSP, característica de meados do século XX, que privilegiava narrativas sobre o povoamento e a formação territorial paulista. Esta perspectiva historiográfica, ao enfatizar o papel dos pioneiros, reflete as preocupações e os métodos de pesquisa histórica praticados no período de sua produção.(14)

O deslocamento das famílias mineiras para o interior paulista decorreu da reconfiguração econômica de Minas Gerais após o declínio da mineração. As áreas mineradoras esgotadas geraram fluxos migratórios em direção a regiões como Jaú, em que a agricultura oferecia novas possibilidades econômicas. A experiência destas famílias com a produção agropecuária, desenvolvida no contexto do mercado interno mineiro, facilitou sua adaptação e estabelecimento nas novas terras paulistas.

A disponibilidade de terras no oeste paulista, facilitada pelo sistema de posse vigente antes da Lei de Terras de 1850, representava uma oportunidade de reprodução social para essas famílias mineiras. No caso específico das famílias Ferreira Campanha e Ferreira do Amaral, mencionadas por Tito Lívio, observa-se que elas provavelmente dispunham de capital acumulado e experiência administrativa, fatores que facilitaram sua fixação e prosperidade na região. O contexto da economia paulista também atuou como elemento atrativo nesse processo migratório, com a expansão da fronteira agrícola impulsionada inicialmente pelo cultivo de produtos de subsistência e, posteriormente, pelo café.

O movimento migratório das famílias mineiras inseriu-se em um processo mais amplo de reordenamento territorial e econômico do Sudeste brasileiro. O conhecimento acumulado por estas famílias em gestão de propriedades rurais e redes de comercialização contribuiu decisivamente para seu estabelecimento em São Paulo, impulsionando transformações na paisagem e no desenvolvimento econômico da região.

A região de Jaú, originalmente coberta por formações características da transição entre Mata Atlântica e Cerrado, passou por alterações com esse processo de ocupação. As práticas de “queimar o terreno” e “abrir caminhos pela mata”, mencionadas por Tito Lívio Ferreira, faziam parte de um sistema mais amplo de transformação ambiental que caracterizou a expansão da fronteira agrícola paulista. O uso do fogo como técnica de limpeza do terreno alterava sobremaneira a composição do solo e a biodiversidade local, enquanto a introdução de cultivos como milho, mandioca e algodão demandava técnicas específicas de manejo que impactavam os ciclos hidrológicos e a fauna.

O rio Tietê determinou os padrões iniciais de ocupação territorial: suas margens, que combinavam solos férteis com acessibilidade natural, tornaram-se os primeiros focos de

transformação intensiva da paisagem. O desmatamento para a agricultura representava uma reconfiguração completa do ecossistema, afetando desde a microfauna do solo até os grandes mamíferos da região. A construção das primeiras moradias, além de demandar madeira local, estabelecia novos padrões de ocupação que alteravam as rotas de animais e os fluxos naturais de água.

Em sua narrativa, Tito Lívio Ferreira apresenta o desenvolvimento urbano da região como um processo natural e inevitável, descrevendo a transformação das vilas em núcleos habitacionais dentro de uma perspectiva progressista típica da historiografia do período. Esta concepção, característica dos trabalhos publicados no Instituto Histórico e Geográfico, interpreta a urbanização como consequência necessária da 'civilização' do território.

A abordagem do autor sobre a presença indígena exemplifica as limitações desta historiografia tradicional. Ao reduzir o processo a um simples 'deslocamento para além do Tietê', o texto obscurece as múltiplas dimensões do contato entre indígenas e colonizadores: os conflitos territoriais, as resistências, as negociações e as transformações sociais e culturais que caracterizaram este período.

O Rio Tietê, longe de ser uma simples fronteira natural, constituía-se historicamente como um território de diversas populações indígenas. Os relatos de viajantes e documentos administrativos do século XIX registram a presença de diferentes grupos étnicos na região, como os Kaingang e os Guarani. Estes grupos tinham seus próprios sistemas de ocupação territorial e de mobilidade, que não podem ser reduzidos a um simples "deslocamento" provocado pela chegada dos colonizadores.

A tese de Marcelo Lapuente Mahl, *Ecologias em Terra Paulista (1894-1950)*, atesta as transformações ambientais em São Paulo durante o período de expansão agrícola, articulando mudanças materiais com percepções culturais do período. A pesquisa identifica como a sociedade paulista da época concebia a natureza primordialmente como um conjunto de recursos a serem dominados e explorados. Esta visão utilitária do ambiente natural supera a dimensão econômica: a transformação da paisagem era entendida como um imperativo moral, alinhado às concepções de progresso que caracterizavam aquele momento histórico. O não aproveitamento produtivo das terras carregava uma dupla condenação: representava um fracasso econômico e uma falha moral, alimentando um ímpeto transformador que se materializava em intervenções cada vez mais intensas sobre as paisagens do interior paulista.(15)

Em um cenário de modernização, áreas do interior foram convertidas em campos agrícolas e centros urbanos. Ressalta que a perspectiva dominante da época encarava a natureza como um "inimigo" a ser domado para viabilizar o avanço econômico. Essa visão também é abordada por Tito Lívio Ferreira em *Fundadores e Povoadores do Jaú*, onde ele enfatiza a luta incessante contra a natureza travada pelos desbravadores, que derrubavam árvores, queimavam florestas e iniciavam cultivos como milho e algodão.

O autor contextualiza essas transformações dentro de uma ideologia global de progresso, traçando paralelos com as visões predominantes na Inglaterra e nos Estados Unidos durante os séculos XVIII e XIX, onde terras não cultivadas eram interpretadas como símbolos de atraso. Em São Paulo, esse processo resultou não apenas na destruição de grande parte da

vegetação nativa, mas também na reorganização do espaço rural, criando novas oportunidades econômicas e possibilitando a expansão de vilas e cidades.

Esta investigação ilumina um período importante de metamorfose ambiental no território paulista, quando meio século de intervenções humanas reconfigurou a paisagem do estado. O processo de apropriação territorial avançou sobre áreas até então parcialmente inexploradas, convertendo-as em espaços colonizados e economicamente integrados. Esta mudança acelerada carregava em si uma dupla significação: dava forma ao projeto ideológico de dominação da natureza, alimentado pelos ideais de progresso e modernização, enquanto pavimentava o caminho para a ascensão econômica paulista no cenário nacional do século XX. A velocidade e a intensidade destas mudanças ambientais sinalizavam as alterações físicas na paisagem e levava a um reordenamento nas relações entre sociedade e natureza, onde o ambiente natural passando a ser entendido através da lente do aproveitamento econômico.

Sendo assim, segue um trecho de Ferreira(1950):

Ficavam ali essas criaturas humanas, anos a fio, na solidão, no silêncio e no isolamento, cercadas pela floresta presente, na luta incessante entre os homens e a natureza. Por essa forma, os sertanistas abriam fazendas nas terras abandonadas pelos selvícolas. E daí homens, mulheres, crianças e escravos se localizarem nessas paragens desertas e incultas, para iniciarem a grande batalha da economia paulista, mais tarde convertida em economia nacional."
(16)

A configuração do discurso de Ferreira começa com uma caracterização dramática da condição dos pioneiros: "Ficavam ali essas criaturas humanas, anos a fio, na solidão, no silêncio e no isolamento". O uso da expressão "criaturas humanas", em vez de simplesmente "pessoas" ou "colonos", sugere uma vulnerabilidade quase existencial. A tripla menção à condição de isolamento ("solidão", "silêncio" e "isolamento") reforça a ideia de um enfrentamento heroico contra as adversidades.

A frase "cercadas pela floresta presente" é particularmente significativa. O adjetivo "presente" atribui à floresta uma qualidade quase personificada - ela não apenas existe, mas está "presente", como uma força constante e vigilante. Esta caracterização se conecta diretamente com "a luta incessante entre os homens e a natureza", estabelecendo uma oposição entre humanidade e ambiente natural.

Ferreira delimita uma contradição quando se refere às 'terras abandonadas pelos selvícolas'. O próprio conceito de 'abandono' implica uma ocupação anterior, criando um paradoxo com sua caracterização subsequente destes mesmos territórios como 'paragens desertas e incultas'. Esta tensão no discurso ultrapassa o nível textual e desvela um mecanismo característico da retórica colonial: o reconhecimento e a negação simultâneos da presença indígena - uma construção discursiva que serve à legitimação da ocupação territorial.

A estrutura da enumeração "homens, mulheres, crianças e escravos" constitui outro elemento para a análise. A separação dos "escravos" ao final da lista, marcada pelo conectivo "e", estabelece uma diferenciação social fundamental: enquanto os três primeiros grupos são

categorizados por características biológicas (gênero e idade), o último é definido por sua condição jurídica. Esta construção textual estipula como o discurso naturaliza a escravidão no processo de ocupação territorial, estabelecendo uma hierarquia social através da própria estrutura linguística.

Por fim, a progressão que estabelece da "grande batalha da economia paulista" para a "economia nacional" espelha uma perspectiva determinista do progresso econômico. O uso do termo "batalha" reforça a metáfora militar presente em todo o texto, enquanto a progressão do regional para o nacional sugere uma narrativa de expansão inexorável do progresso. Este arcabouço textual serve a um propósito ideológico específico: legitimar o processo de ocupação territorial e transformação ambiental como uma missão civilizadora necessária para o desenvolvimento econômico. O texto não apenas descreve, mas constrói uma narrativa que naturaliza e celebra a dominação tanto da natureza quanto dos grupos humanos que não se enquadravam no projeto de "civilização" em curso.

Em *Fundadores e Povoadores do Jaú*, Ferreira elabora um discurso sobre a migração dos pioneiros de Campanha (MG) para o sertão de Jaú, enfatizando as adversidades físicas do percurso e o caráter desbravador dos migrantes. Esta abordagem, típica da historiografia tradicional, privilegia a figura heroica do pioneiro, obscurecendo aspectos fundamentais do processo histórico como as redes de apoio, os conhecimentos prévios do território e as populações que já habitavam a região.

O autor descreve as caravanas de colonos, com seus carros de bois, tropeiros e animais de carga, atravessando a mata fechada. Sua narrativa menciona elementos da infraestrutura existente, como as 'estradas reais' que conectavam vilas e cidades, e os ranchos de pouso que serviam aos viajantes. No entanto, ao enfatizar a precariedade desta infraestrutura, reforça sua tese central: a determinação dos povoadores em sua luta contra o meio natural.

Em sua tese (páginas 55-56), Marcelo Lapuente Mahl analisa a construção simbólica da terra roxa no imaginário paulista. As publicações do período atribuíam qualidades extraordinárias a este tipo de solo, especialmente nas regiões de Ribeirão Preto, Araraquara, Jaú e São Miguel. A terra roxa passou a simbolizar mais que suas características físicas - incorporou promessas de fertilidade e prosperidade que ultrapassavam suas propriedades pedológicas reais.

Esta análise expõe o contraste entre a construção simbólica e a realidade material: enquanto o discurso oficial e publicações contemporâneas amplificavam as qualidades excepcionais da terra roxa, sua presença física limitava-se a aproximadamente 2% do território paulista. Esta disparidade entre a dimensão imaginada e a real alude como as políticas de expansão agrícola do período operavam também no campo das representações, construindo narrativas que serviam aos interesses expansionistas.

A terra roxa, com sua efetiva riqueza em matéria orgânica, funcionava assim como um duplo dispositivo: era uma realidade pedológica de excepcional fertilidade e um instrumento retórico na atração de investimentos e colonizadores. O otimismo excessivo das projeções oficiais sobre o potencial produtivo da região mascarava os desafios práticos enfrentados pelos agricultores e contribuía para uma política territorial que privilegiava a expansão sobre a sustentabilidade.

A análise de Mahl identifica uma discrepância entre os discursos oficiais e a realidade agrícola do período. Enquanto os relatos contemporâneos exaltavam o potencial produtivo das

terras, os agricultores enfrentavam desafios práticos em seu manejo cotidiano. Os colonos lidavam com um sistema de transporte ineficaz em uma região de infraestrutura precária, além de encontrarem solos inadequados fora das áreas cobertas pela terra roxa. Agravando essa situação, havia doenças agrícolas que comprometiam as plantações, bem como a ausência de apoio financeiro e tecnológico, fatores que limitavam o sucesso dos empreendimentos agrícolas. Essa realidade contrastava com a narrativa idealizada que circulava nos documentos e publicações do período.

Autores como Tito Lívio Ferreira e Tolentino Miraglia integram essa perspectiva “alvissareira” em seus escritos. Ferreira enfatiza as conquistas dos colonos ao transformarem a paisagem e estabelecerem fazendas, enquanto Miraglia elogia as qualidades do solo e a riqueza natural de Jaú, enaltecendo o progresso econômico. Entretanto, Mahl sugere que essas visões idealizadas usualmente omitiram as limitações geográficas e econômicas concretas enfrentadas durante o processo de colonização e cultivo. Convida a pensar sobre como a percepção exagerada da terra roxa criou expectativas irreais sobre a vida no campo e o desenvolvimento agrícola do interior paulista. Esse mito pode consolidar a imagem de São Paulo como o motor econômico do Brasil e ocultar as dificuldades que permeavam a realidade do trabalho agrícola, como o desgaste do solo e a precariedade das condições de produção.

Quando Ferreira menciona as "secas prolongadas" e o "comprometimento de anos de trabalho", ele está aparentemente reconhecendo dificuldades concretas enfrentadas pelos agricultores. No entanto, sua abordagem transforma estes obstáculos não em evidências das limitações do projeto de ocupação agrícola, mas em elementos que reforçam o caráter heroico dos colonos. Esta operação no discurso aponta: as adversidades naturais são apresentadas como problemas estruturais do modelo de ocupação e desafios que servem para provar a "resiliência e determinação" dos agricultores.(17)

A caracterização da relação entre homem e natureza como uma "batalha constante" se alinha com a análise que Mahl faz sobre as narrativas do período. Esta metáfora bélica não é casual - ela serve para construir uma identidade específica do colono paulista como um lutador incansável contra as forças naturais. A "força e perseverança" mencionadas por Ferreira funcionam assim como elementos de uma construção ideológica que legitima o processo de ocupação territorial.

A estratégia quando transforma os obstáculos enfrentados em 'elementos formadores da identidade dos colonos', convertendo as adversidades em virtudes constitutivas do caráter colonial. Este mecanismo retórico opera uma inversão: as dificuldades, em vez de desencorajarem a colonização, são apresentadas como experiências que fortalecem e legitimam a presença colonial. Esta operação tem um duplo efeito: por um lado, naturaliza os problemas enfrentados como parte inevitável do processo de colonização; por outro, transforma estes mesmos problemas em virtudes através da exaltação da resiliência necessária para superá-los.

A transformação narrativa que Ferreira opera, convertendo uma "região inicialmente hostil" em um "território próspero", ecoa as análises de Mahl sobre como as dificuldades concretas da ocupação agrícola foram frequentemente mascaradas por narrativas triunfalistas. Esta construção serve para celebrar o passado e para legitimar um modelo específico de desenvolvimento econômico e ocupação territorial.

No artigo *Primeiro Século de Jaú*, Hilário Freire constrói sua interpretação histórica a partir de uma caracterização particular do espaço natural: ao qualificar o território como um 'meio geográfico agressivo' e evocar as 'intempéries do deserto', estabelece um cenário onde a própria paisagem assume o papel de antagonista no processo de colonização.

A expressão 'flagelo da distância' em sua narrativa ultrapassa o registro literal do isolamento físico - ela sintetiza uma condição existencial dos primeiros povoadores. Esta distância manifestava-se em múltiplas dimensões: no afastamento dos centros urbanos estabelecidos, na precariedade das comunicações, na dificuldade de acesso a recursos essenciais e, principalmente, no sentimento de isolamento que permeava a experiência colonial. Através desta construção do enredo, transforma as adversidades geográficas em elementos constitutivos da própria identidade local. (18)"

Um aspecto distintivo desse texto reside em sua atenção ao cotidiano da ocupação territorial. Seu inventário explicita como as famílias utilizavam os recursos naturais - da cera das abelhas silvestres para iluminação ao algodão para tecelagem - expondo as estratégias de sobrevivência e adaptação. Sua abordagem metodológica se manifesta nas descrições das técnicas de conservação do fogo, incluindo o enterramento de tições nas cinzas e o uso de 'paus piúcas'. Estas observações técnicas excede o apontamento das práticas materiais da vida pioneira, esclarecendo o desenvolvimento do conhecimento local em resposta às necessidades de sobrevivência no território.

Freire estabelece uma caracterização particular dos desbravadores, distinguindo-os de simples "aventureiros". Ao enfatizar que eram portadores da "experiência da agricultura portuguesa", ele atribui um caráter de conhecimento sistemático à ocupação do território. Esta expertise, segundo seu relato, não era apenas aplicada, mas adaptada às condições locais, resultando em uma síntese entre conhecimento tradicional e inovação prática.

A organização social do território emerge como eixo estruturante em sua narrativa. O conceito de 'sortimento da contiguidade territorial da parentela' explicita uma lógica sofisticada de distribuição espacial: as terras eram alocadas de modo a preservar a proximidade física entre membros de uma mesma família extensa. Esta prática de ocupação sinaliza como as relações de parentesco operavam como princípio estruturante do espaço, tecendo uma geografia social onde vínculos familiares e proximidade territorial se entrelaçavam. Ultrapassa a simples organização espacial e integra mecanismos fundamentais de sobrevivência: mantinha as redes de solidariedade familiar e potencializava a cooperação econômica e a proteção mútua - elementos vitais para a prosperidade dos núcleos pioneiros.

Essa narrativa culmina em uma reflexão sobre o caráter formativo das adversidades. Seu conceito de "estoicismo do isolamento" sugere que as dificuldades testavam e formavam o caráter dos habitantes. A comparação que estabelece entre o presente e a "penúria dos recursos rudimentares" serve como recurso retórico para enfatizar a magnitude das transformações ocorridas e como apontamento sobre o significado histórico do processo de ocupação.

Analisando o texto de Sebastião Teixeira em "O Jahu em 1900", encontramos uma abordagem histórica distinta que se concentra nas características naturais e transformações ambientais do território. Teixeira desfila uma perspectiva temporal ampla, iniciando em 1830 com o

delineamento de uma região ainda pouco conhecida pelos colonizadores. Sua menção aos achados arqueológicos na Fazenda Monte Alegre (fragmentos de cerâmica de 1842-1844) representa uma tentativa de documentar a presença indígena anterior, estabelecendo uma cronologia mais 'completa' da ocupação territorial.(19)

Ao retratar a geografia de Potunduva, o autor mapeia elementos naturais essenciais: o trecho retilíneo do Rio Tietê, os solos secos e férteis, e a mata virgem. Sua caracterização supera a descrição paisagística ao estabelecer nexos entre os atributos naturais e o processo de ocupação territorial.

Este olhar sobre as transformações ambientais sugere uma sensibilidade singular. Seu relato do surgimento da floresta secundária após o declínio da Colônia de Potunduva aludindo uma compreensão refinada dos ciclos de regeneração vegetal. A distinção que estabelece entre capoeira e mata virgem explicita seu conhecimento dos estágios de sucessão ecológica. Esta classificação ultrapassa o caráter descritivo, expondo um entendimento da dinâmica temporal da vegetação e sua resposta às intervenções humanas. Em sua análise, a capoeira emerge como marco de um estágio intermediário - território em transição entre o abandono e a possível reconstituição florestal. Esta interpretação dos processos ilumina como o conhecimento ambiental local se constituiu através da observação contínua das transformações da paisagem.

A explanação da diversidade botânica é detalhada, incluindo espécies madeireiras (cedro, araribá, peroba, canela e cabreúva), incluindo plantas medicinais e alimentares. Esta catalogação sugere um interesse que vai além do valor comercial da floresta, reconhecendo múltiplos usos e funções da vegetação nativa. A metáfora do "mar de floresta" utilizada por Teixeira para descrever o território original de Jaú é eficaz em comunicar a extensão e continuidade da cobertura florestal. Esta caracterização, combinada com a observação sobre a ausência de campos abertos, oferece uma imagem precisa da paisagem antes das transformações agrícolas.

A análise sobre o início do século XX articula duas dimensões fundamentais do território: suas características ambientais originais e as transformações introduzidas pela ocupação humana. Ao examinar esta relação, o autor identifica como a precariedade da infraestrutura de transportes limitava o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis. Por exemplo, áreas ricas em madeiras de lei permaneciam inexploradas pela impossibilidade de escoamento, enquanto quedas d'água com potencial para geração de energia não eram aproveitadas devido à ausência de conexões com centros consumidores.

Desta feita, elabora ainda, uma interpretação que supera tanto o determinismo ambiental quanto o voluntarismo desenvolvimentista. Sua análise demonstra como o desenvolvimento regional dependia da interação entre condições naturais e capacidade técnica de aproveitá-las. Esta abordagem se manifesta, por exemplo, em sua discussão sobre como a ausência de estradas adequadas impedia a exploração de jazidas minerais identificadas na região, ou como a falta de armazéns apropriados comprometia o aproveitamento da produção agrícola em períodos de safra.

Esta perspectiva analítica, ao integrar elementos ambientais e técnicos, permite identificar como as limitações infraestruturais do período criavam uma dissociação entre a existência de recursos naturais e sua efetiva incorporação aos circuitos econômicos regionais.

Analisando o texto de Sebastião Teixeira, encontramos um apontamento geográfico preciso que vai além da simples caracterização topográfica, estabelecendo conexões entre as características naturais e o potencial econômico da região. A Serra de Araraquara (posteriormente denominada Serra de Brotas) é técnica, com dados específicos sobre altitude (600-700 metros acima do nível do mar) e extensão (aproximadamente 80 quilômetros em configuração semicircular). Esta precisão nas medidas sugere um levantamento sistemático do território, algo significativo para o período. A variação na distância entre a sede do município e o rio (18 a 24 milhas) demonstra uma preocupação em apresentar dados sobre o planejamento territorial e econômico.(20)

O olhar do autor sobre os depósitos de argila distingue-se das descrições agrícolas de sua época. Seu estudo minucioso da composição e extensão destes depósitos, especialmente nas margens do Rio Tietê, delimita uma perspectiva voltada ao potencial industrial da região. Suas considerações técnicas sobre a viabilidade desta argila para a produção de tijolos e telhas refletem um conhecimento específico das possibilidades de aproveitamento industrial dos recursos naturais.

Em *O Jahu em 1900*, Sebastião Teixeira narra a história de Antônio Dutra, um facínora que, fugindo da justiça, encontrou refúgio nas matas do interior. O cenário descrito é marcado pelo isolamento e pela necessidade de sobrevivência na natureza selvagem, com referências a locais emblemáticos, como o Rio Jacaré-Pupira e o córrego à margem direita do rio Jaú, nas proximidades das olarias dos irmãos Coradi, em um lugar conhecido como Fazenda Velha. (21)

Em meio à mata, Dutra estabeleceu estratégias essenciais de sobrevivência: a abertura de uma clareira para cultivos básicos conjugava-se com a prática da caça como forma de subsistência. A aparente serenidade de Dutra diante dos riscos representados pela fauna local sugere uma adaptação gradual às condições do ambiente. Sua experiência, conforme registrada por Teixeira, mostra as múltiplas dimensões da relação entre colonizadores e natureza: a mesma floresta que impunha desafios e ameaças constituía também a base material da sobrevivência para aqueles que aprendiam a interagir com ela.

A trajetória de Antônio Dutra, considerado o “primeiro morador” da região de Jaú, é repleta de elementos que mesclam narrativa histórica, lenda e drama pessoal, acentuando o processo de ocupação do interior paulista no século XIX. Fugindo da justiça em Araraquara, apropriou-se de uma vasta gleba de terras à margem direita do rio Jaú, delimitada por ribeirões e espigões, abrangendo áreas estratégicas como as cabeceiras dos ribeirões Mandaguari, Pouso Alegre e Onça. Sua morada situava-se nas cabeceiras do Ribeirão da Onça, em um local isolado que lhe garantia controle e segurança. Conhecido por declarar que suas divisas terminavam “na boca de sua espingarda”, Dutra é uma figura emblemática do período de ocupação informal das terras devolutas, em um contexto de ausência de regulamentação fundiária. Sua vida teve um fim trágico e simbólico: foi assassinado por sua esposa e amigos durante uma festa de despedida em Araraquara, antes de sua pretendida mudança definitiva para Jaú.

Após sua morte, seus filhos venderam a posse original em duas partes: a gleba do Pouso Alegre, adquirida por Francisco Gomes Botão, e a do João da Velha, vendida a Joaquim de Oliveira Matosinho. Esses territórios viriam a compor propriedades importantes na história de Jahu, como a Fazenda Pouso Alegre, marcando o início da transição de uma ocupação pioneira para um desenvolvimento territorial mais estruturado.

Em "O Jahu em 1900", encontramos um descritivo sobre a origem do nome da cidade. Teixeira, por sua proximidade temporal com o período inicial de ocupação, teve acesso a relatos orais e evidências que outros historiadores posteriores não puderam alcançar. Em sua narrativa, ele registra que o nome deriva do ribeirão Jaú, que por sua vez recebeu esta denominação devido à presença do peixe jaú em suas águas. (22)

A versão mais contextualizada apresentada por Teixeira relata um episódio específico: um peixe jaú teria ficado preso em uma poça d'água após uma cheia do ribeirão. Este relato contém elementos de verossimilhança, considerando as características hidrográficas da região e o regime de cheias comum aos rios e ribeirões. A precisão dos detalhes e a conexão com fenômenos naturais específicos do local sugerem uma origem baseada em experiências reais, possivelmente transmitidas através da memória oral dos primeiros ocupantes.

Teixeira também registra uma segunda versão, que atribui o nome a um episódio envolvendo bandeirantes que teriam capturado um destes peixes durante suas expedições. Esta narrativa, embora menos específica, designa uma tentativa de vincular a história local às narrativas mais amplas sobre a expansão territorial paulista, tema comum na historiografia do período.

Apresenta e analisa diferentes versões sobre as origens do nome da região, dedicando especial atenção à narrativa predominante. Esta abordagem revela seu compromisso metodológico com o registro das múltiplas interpretações que circulavam na memória local do final do século XIX. Seu trabalho oferece duas contribuições historiográficas distintas: preserva os relatos orais do período e evidencia como a comunidade local construía e transmitia suas narrativas de origem.

O povoamento intensificou-se no início da década de 1840, em razão do pós Revolução Liberal de 1842, ocorrida em São Paulo e Minas Gerais. Fugindo das perseguições, muitos revolucionários encontraram refúgio na área, então marcada pelo isolamento. Nessa época, os sítios eram distantes entre si, conectados apenas por trilhas estreitas que cortavam a floresta.

A cidade foi inaugurada a 544 metros acima do nível do mar, com seu centro principal situado na margem esquerda do ribeirão Jaú, sobre uma colina de terra roxa propícia à agricultura. O crescimento urbano levou à formação de bairros como o do Matadouro, ao norte, e o de Santa Cruz, a nordeste, conectados ao centro por três pontes de madeira sobre o ribeirão. À medida que a cidade crescia, as matas originais foram devastadas para dar lugar a culturas agrícolas. O ribeirão Jaú e o córrego da Figueira permanecem como marcos físicos que conectam a cidade à sua história. Estes cursos d'água influenciaram tanto o traçado urbano inicial quanto o desenvolvimento posterior da cidade, integrando-se à memória coletiva e à identidade local.

Em "Achados Históricos de Mineiros do Tietê", Heusner Tablas e Nelson Natal Botura:

"O tenente Manoel Joaquim Lopes comandou uma expedição saída de Alfenas, Minas Gerais, em busca de terras devolutas. Depois de passarem o grande campo hoje denominado Campo Alegre, tiveram de abrir uma picada numa densa mata de barbatimão, no lugar onde hoje é o município de Brotas. Um dos lugares em que houve pousada foi na margem do rio do Quinca (ribeirão do Peixe), que corta a atual cidade de Dois Córregos no bairro urbano denominado Barra Funda. Seguindo em frente, o comboio finalmente decidiu possear às áreas jauenses, com solo de terra roxa. Depois de escolhidas as terras onde se estabeleceria o tenente Manoel Joaquim Lopes retomou a Alfenas, para buscar as famílias. Durante esse retomo passaram novamente

pela picada feita na mata de barbatimão, já toda com brotas; daí, sempre que tinham de se referir àquele lugar, chamavam-no de "Brotas", palavra que veio a nomear o município do mesmo nome." (23)

A explanação do itinerário da expedição apresenta elementos geográficos específicos que permitem traçar o caminho percorrido: partindo de Alfenas (MG), passando pelo Campo Alegre, atravessando a mata de barbatimão (futura Brotas), parando no rio do Quinca (atual ribeirão do Peixe em Dois Córregos), até chegar às terras de Jaú. Esta precisão geográfica sugere que os autores tiveram acesso a relatos orais detalhados sobre a expedição.

O conceito de 'terras devolutas' exige uma análise contextualizada do processo de ocupação territorial no século XIX. Embora o termo tenha sido formalizado juridicamente apenas com a Lei de Terras de 1850, a prática de apropriação de terras públicas já seguia padrões específicos. A expedição de Manoel Joaquim Lopes aponta este processo em duas etapas: uma exploração inicial para identificação de áreas propícias à ocupação, seguida pelo estabelecimento efetivo das famílias colonizadoras.

Esta dinâmica de ocupação demonstra como as práticas sociais de apropriação territorial precederam sua formalização jurídica. O reconhecimento legal posterior das 'terras devolutas' veio institucionalizar um método de expansão territorial já em curso, caracterizado pela combinação entre exploração preliminar e ocupação sistemática.

O texto também aponta um aspecto da formação territorial paulista: a conexão entre Minas Gerais e São Paulo através do fluxo migratório. A expedição saída de Alfenas representa um dos muitos movimentos de mineiros em busca de novas terras no oeste paulista, processo que seria basilar para a configuração socioeconômica da região.

A narrativa sobre a origem do nome "Brotas" constitui um exemplo da interação entre processos ecológicos e construção cultural do território. O topônimo origina-se da observação de um fenômeno natural específico: o surgimento de brotas na mata de barbatimão após sua derrubada. Esta escolha do nome demonstra como a população local interpretava e incorporava as transformações ambientais em sua construção identitária. O processo de regeneração da vegetação - as brotas emergindo da mata derrubada - tornou-se um marco na memória coletiva e símbolo da própria comunidade, podendo apreender como os ciclos naturais de transformação e renovação da paisagem adquiriam significados culturais.

No primeiro período de ocupação do território de Jaú, Flávia Arlanch Martins de Oliveira, em *Faces da Dominação da Terra*, faz referência à citação de Sebastião Teixeira em *Jahú em 1900* para fundamentar sua análise.

"Outro fato que também leva a pensar em ocupação da região por posseiros em período anterior a 1830 é a afirmação de que não havia mais índios quando da chegada das chamadas famílias pioneiras (Teixeira, 1900)." (24)

"Os detentores de maiores recursos tiveram condições de derrubar matas, plantar a cana-de-açúcar, montar engenhos e alambiques, pois dispunham de capital, em geral corporificados em escravos, para tornar a terra produtiva; mas a lavoura da cana-de-açúcar em Jaú não se

desenvolveu a ponto de integrar a região no processo de comercialização para a exportação, principalmente em decorrência da localização geográfica do município, muito distante do porto de Santos. A situação precária das estradas, a dependência do lombo do burro para o transporte, e o fato de ser o açúcar produto facilmente deteriorável, juntavam-se ao problema da distância, inviabilizando a integração de Jaú no circuito exportador açucareiro. Por outro lado, a aguardente, produto que permitia maior facilidade para sua conservação, foi o derivado da cana que ocupou um espaço representativo na produção jauense desde seus inícios, conseguindo um mercado que ultrapassou os limites do município." (Arlanch – 1999) (25)

Em sua hipótese sobre a presença de posseiros antes de 1830, baseada no relato de Teixeira sobre a ausência de indígenas, indica um processo prévio de remoção ou deslocamento das populações nativas - processo cujas dinâmicas permanecem obscuras nas fontes históricas. Esta lacuna documental abre caminhos para investigações mais detidas sobre as relações (ou sua ausência) entre indígenas e pioneiros durante os primeiros momentos da ocupação.

Oliveira analisa como a posse de escravizados figurava como pertinente para a capacidade de exploração produtiva das terras em Jaú. Os proprietários que dispunham desta mão de obra puderam investir em atividades que demandavam maior infraestrutura, como a montagem de engenhos e alambiques para o processamento da cana-de-açúcar. No entanto, a autora demonstra que mesmo este investimento encontrava limites estruturais: a distância do porto de Santos, combinada com a precariedade das estradas e a dependência do transporte por animais de carga, inviabilizava a participação de Jaú no circuito exportador do açúcar. Esta limitação logística foi imperiosa para o direcionamento da produção local para o mercado regional através da aguardente, que apresentava melhores condições de conservação e transporte.

A economia de Jaú desenvolveu características próprias em resposta às condições locais. Em contraste com outras áreas paulistas voltadas ao comércio internacional do açúcar, o município elaborou soluções econômicas mais alinhadas com suas circunstâncias específicas. A adaptação às limitações ambientais e infraestruturais conduziu à exploração de mercados regionais próximos, criando circuitos comerciais de menor escala, porém mais estáveis. Esta orientação para atividades e produtos alternativos consolidou um modelo de desenvolvimento econômico distinto no contexto paulista deste período.

Flávia Arlanch Martins de Oliveira, em *A Europa Invade o Sertão*, descreve que a derrubada das florestas centenárias para viabilizar lavouras de subsistência, canaviais e a pecuária suína mostram como a relação com a natureza foi mediada pela lógica produtiva. Os produtos gerados, como açúcar, aguardente, banha e carne salgada, atendiam à demanda do mercado interno das áreas cafeeiras em expansão, consolidando o desenvolvimento agrícola. (26)

Em suas colunas semanais no jornal 'O Commercio do Jahu' de 1914 a 1916, Alberto Barbosa delimitava o estado da infraestrutura urbana de Jaú em 1884. Suas narrativas retratam uma cidade em processo inicial de urbanização, onde elementos da paisagem natural, como troncos de árvores, ainda permaneciam espalhados pelas ruas do núcleo urbano. Esses artigos apontaram aspectos específicos como o traçado das ruas, as características das construções e a disposição

dos equipamentos públicos, oferecendo um retrato da materialidade urbana em seus primeiros anos de formação.

As duas últimas décadas do século XIX marcaram um período de intensas melhorias urbanas em Jaú. Os investimentos em sistemas de água, esgoto, iluminação e calçamento, somados à modernização de praças, jardins e edifícios, expressavam as aspirações da elite local em construir uma imagem de progresso. Porém, este processo de modernização seguiu um padrão seletivo: enquanto o centro recebia constantes melhorias, áreas periféricas, como a região da estação ferroviária, permaneciam à margem destas transformações - um reflexo espacial das desigualdades sociais na distribuição dos benefícios do progresso.

A modernização urbana trouxe não apenas mudanças físicas, mas também culturais. O cinema e as filmagens amadoras, como as realizadas por J. Cancela, simbolizam a busca por uma nova forma de representação do espaço urbano, frequentemente priorizando a estética moderna em detrimento das paisagens naturais. Essas transformações culturais foram impulsionadas pela elite local, que adotava padrões europeus como referência, acentuando por outro lado, as desigualdades sociais e raciais.

O processo de urbanização e modernização produziu efeitos contraditórios. Enquanto a elite local celebrava estas transformações como símbolos de progresso, grupos marginalizados - moradores rurais, indígenas e caipiras - sofriam crescente estigmatização. O caso de Candinha, uma mulher negra que se tornou alvo de preconceito por não corresponder aos padrões civilizatórios impostos, esclarece as dimensões sociais e raciais desta exclusão. Sua trajetória expõe como as transformações estruturais estabeleceram hierarquias econômicas e raciais, consolidando padrões históricos de desigualdade.

Em *O projeto urbanístico em Jaú: a ação política e os desdobramentos sócio-culturais (1890-1920)*, Maria Beatriz Vidal de Negreiros Paiva constrói uma interpretação multifacetada das transformações urbanas. Sua análise vai além a dimensão física das mudanças espaciais para compreender a cidade como campo de disputas e negociações sociais. A documentação do período expõe como diferentes grupos sociais participaram da construção do espaço urbano de Jaú. Alguns setores da população propunham modificações na organização espacial da cidade, enquanto outros resistiam às alterações planejadas. Simultaneamente, parte dos habitantes desenvolvia estratégias de adaptação às transformações em curso na vida urbana. (27)

Entre 1890 e 1920, Jaú passou por intensas mudanças em sua organização espacial e social. Essas transformações faziam parte de um processo mais amplo que ocorria em diversas cidades do interior paulista, impulsionado pela economia cafeeira e pela chegada da ferrovia. No entanto, em Jaú, essa operação adquiriu características específicas devido à atuação de grupos diversos que disputavam o controle sobre o espaço urbano. Comerciantes, proprietários rurais e uma emergente classe média urbana, formada por profissionais liberais e funcionários públicos, apresentavam diferentes projetos e visões para o futuro da cidade.

O *Correio do Jahu* e outros periódicos locais atuavam como cronistas e agentes das transformações urbanas. A imprensa não se limitava a registrar as mudanças na cidade - ela participava ativamente dos debates sobre o desenvolvimento urbano, ajudando a construir e difundir certas visões sobre o que a cidade era e o que deveria se tornar. O jornalista Argimiro

Acayaba, por exemplo, elaborava em suas colunas uma narrativa que associava a destruição das florestas nativas e sua substituição por cafezais a uma ideia específica de progresso. Essa ótica, contudo, não era unânime e enfrentava resistências de grupos que defendiam alternativas de desenvolvimento para a região.

O conceito de "modernidade" que circulava em Jaú naquele período merece atenção especial. Para as elites locais, modernizar significava promover um conjunto específico de mudanças: o calçamento das ruas, a instalação de iluminação pública, a construção de edifícios de alvenaria e a implementação de códigos de posturas que regulamentassem o comportamento urbano. Essas transformações materiais estavam acompanhadas de tentativas de modificar os costumes e práticas sociais, muitas vezes encontrando resistência entre aqueles que mantinham hábitos considerados "rurais" ou "atrasados" pela elite letrada.

A alteração da paisagem natural, celebrada por alguns como símbolo de progresso, expõe as contradições desse processo de urbanização. O desmatamento extensivo para o cultivo do café alterou o aspecto físico da região e as relações sociais e de trabalho. A substituição da mata nativa por uma paisagem agrícola monótona representava mais do que uma mudança visual: traduzia a imposição de uma nova lógica econômica e social que reorganizava o espaço em função dos interesses dos grupos dominantes.

O *Almanach da Província de São Paulo* de 1888 registra as transformações do oeste paulista através de um levantamento sistemático de dados sobre Jaú. A publicação integra informações sobre geografia física, demografia e economia, revelando como estas diferentes dimensões se articulavam na reorganização territorial do final do século XIX.

O detalhamento apresentado no Almanach abrange desde a topografia e hidrografia até estatísticas populacionais e índices de produção agrícola. Esta amplitude de dados permite reconstruir aspectos específicos da estruturação regional, como a relação entre recursos naturais e atividades econômicas, ou entre crescimento populacional e expansão urbana. O documento preserva, assim, um retrato técnico e social de Jaú durante sua consolidação como centro regional.(28)

A configuração espacial de Jaú, assentada sobre uma colina de terra roxa e margeada pelo rio homônimo, condicionou certas escolhas no processo de urbanização. O crescimento no número de edificações em tijolos e o traçado das ruas com seus três largos principais (Matriz, Teatro e São Sebastião) designavam tanto decisões técnicas quanto relações sociais estabelecidas. A instalação dos chafarizes com bomba móvel a turbina para abastecimento de água se articulava com um conjunto mais amplo de transformações na infraestrutura de transportes, em particular com a chegada da Estrada de Ferro Rio Claro e a navegação nos rios Tietê e Piracicaba.

A economia cafeeira, beneficiada pelas características do solo, produzia em média 150 arrobas por mil pés, alcançando em alguns casos o dobro desta quantidade. Esta produtividade se depreendia no valor das terras nas cordilheiras do Banharão, Bocaina e Figueira, cotadas entre 200 e 300 mil réis por alqueire. O dado demográfico de 15 mil habitantes, incluindo 1.362 escravizados e um contingente crescente de colonos estrangeiros no Banharão, indica a coexistência de diferentes relações de trabalho às vésperas da abolição.

As perspectivas de expansão para Avanhadava e Paranapanema, com projeções que atingiam 1.500 arrobas de café, somavam-se a outras atividades como o fumo e a criação de porcos. Este processo coincidiu com transformações administrativas: de povoado fundado em 1848 por Manoel Joaquim Lopes e Francisco Gomes Botão, Jaú tornou-se freguesia em 1860, vila em 1866 e comarca em 1877. Cada mudança de status administrativo expressava reconfigurações nas relações de poder local.

O registro da febre palustre em Jaú, documentado no *Almanach da Comarca de Amparo* de 1892, integra-se ao quadro mais amplo das questões sanitárias que marcaram a expansão territorial paulista no final do século XIX. As condições sanitárias locais, sobretudo a presença de áreas alagadas propícias à proliferação de mosquitos, conectavam-se direto com o processo de transformação ambiental em curso. A malária, transmitida por mosquitos do gênero *Anopheles*, constituía um foco nas discussões sobre salubridade e desenvolvimento urbano, acima de tudo em áreas recém-ocupadas do interior paulista.(29)

Em Jaú, a configuração do espaço urbano e rural se relacionava com as condições de transmissão da doença. A cidade se desenvolveu em uma área marcada pela presença do rio Tietê e seus afluentes, com córregos e lagoas naturais que formavam um sistema hidrográfico complexo. A ausência de infraestrutura de drenagem e esgotamento sanitário, característica do período de expansão urbana acelerada, criava condições específicas para a reprodução do vetor. O abastecimento de água sem canalização, o acúmulo de águas nas ruas e o uso de fossas estabeleciam uma relação particular entre o crescimento urbano e a persistência da doença.

A presença da malária influenciava diretamente os processos de valorização fundiária e as dinâmicas migratórias. No contexto pós-abolição, quando os fazendeiros paulistas buscavam atrair trabalhadores europeus, as condições sanitárias se tornaram um fator determinante nas escolhas dos imigrantes e nas estratégias de ocupação territorial. A classificação de certas áreas como insalubres gerava um processo circular: a desvalorização das terras reduzia os investimentos em infraestrutura, mantendo as condições que perpetuavam a doença.

A criação do Serviço de Profilaxia da Malária em 1919 marcou uma virada na abordagem do problema. As intervenções passaram a se basear em um conhecimento mais sistemático sobre a transmissão da doença, incluindo obras de drenagem e campanhas de saúde pública. As mudanças nas políticas sanitárias do início do século XX em Jaú estipulam a crescente influência do conhecimento científico na gestão urbana. O entendimento médico sobre os mecanismos de transmissão de doenças passou a orientar intervenções específicas, como o controle de águas estagnadas e a implantação de redes de esgoto. Estas medidas marcam uma transição nas práticas de saúde pública: de ações baseadas em teorias miasmáticas para intervenções fundamentadas em evidências microbiológicas.

"O *Almanack do Jahú* de 1902 descreve as interações cotidianas entre a população local e o rio Jacaré Pepira. O curso d'água integrava-se à vida social através de práticas como a caça e a pesca, superando sua função de limite territorial. As descrições da vegetação ribeirinha e dos troncos submersos indicam um conhecimento local específico, desenvolvido através da experiência direta com o ambiente fluvial. Esta familiaridade com o rio, construída pela observação sistemática de suas características e riscos, orientava sua utilização pela comunidade.(30)

Preserva assim, episódios reveladores da interação entre a população local e o ambiente ribeirinho. Os registros de acidentes no rio Jacaré Pepira - como o afogamento de Pedro de Alcântara Nogueira e o salvamento de João Silva por seu sogro - ilustram como o curso d'água integrava as relações sociais e familiares da comunidade.

As condições sanitárias do período emergem nas referências à malária, localmente conhecida como maleita. A fala atribuída a Bernardo sobre contrair a doença anualmente e 'ir vivendo assim mesmo', seguida do comentário irônico de que 'algum dia ela há de esquecer-se de mim', expressa mais que resignação - indica estratégias de sobrevivência desenvolvidas em um contexto de acesso limitado a tratamentos médicos. O humor presente nestas falas sugere formas específicas de lidar com os riscos naturais no início do século XX.

A população de Jaú desenvolvia suas atividades em um ambiente que conjugava recursos e riscos, elaborando adaptações práticas aos desafios cotidianos. A presença endêmica da malária, favorecida pelas condições propícias ao mosquito *Anopheles*, exigia ajustes constantes nas práticas diárias. Os moradores construam suas próprias interpretações sobre saúde e doença, desenvolvendo um saber prático sobre o ambiente e seus riscos que antecedia a compreensão científica dos mecanismos de transmissão.

O estudo de Elder Saggioro, *Febre amarela na "terra roxa": Ambiente, saúde e urbanização na cidade de Jaú SP (1890-1900)*, examina como a primeira epidemia de febre amarela em 1892 expôs as fragilidades da infraestrutura sanitária da cidade. A ausência de hospital de isolamento e de medidas preventivas se articulava com um momento de transição no conhecimento médico, marcado pela coexistência da teoria dos miasmas com novas explicações sobre a transmissão de doenças.(31)

As respostas à epidemia de 1892 mostram como funcionavam as estruturas institucionais e científicas do período. As autoridades sanitárias articularam diferentes estratégias de enfrentamento: a implementação de um local para isolamento expressa a adoção de medidas concretas de contenção, enquanto o recurso à perícia de Domingos Freire pelos governos de São Paulo e Rio de Janeiro depreende a crescente legitimação do conhecimento científico especializado. Estas ações delimitam as fronteiras e possibilidades das instituições sanitárias da época, marcando uma transformação significativa nas práticas de saúde pública.

O trabalho de Freire, documentado em *Origine bacterienne de la fièvre bilieuse*, oferece um exemplo significativo de como o conhecimento científico circulava e era aplicado no Brasil do final do século XIX. Sua atuação demonstra a gradual incorporação de métodos e teorias científicas modernas às práticas sanitárias brasileiras, exemplificando como as instituições locais buscavam estabelecer conexões com o desenvolvimento científico internacional.

Os surtos de febre amarela em 1894, 1896 e 1898 expõem a estreita relação entre o entendimento da doença e as práticas de saúde pública. A permanência da teoria dos miasmas nas políticas sanitárias, mesmo com o surgimento de novas teorias sobre transmissão de doenças, ilustra as transformações graduais no pensamento médico da época. As medidas adotadas - do fechamento das escolas à coordenação médica - expressavam esta tensão entre diferentes concepções da doença. A gestão das epidemias envolveu múltiplos atores sociais. Os boletins da

Câmara Municipal e as reportagens do jornal *O Commercio de São Paulo* certificam os fluxos de informação e a mobilização de recursos.

Estrutura Fundiária e Produção

O *Almanack do Jahú* de 1902, publicado pelo *Correio do Jahú*, registra a organização das propriedades rurais do município no início do século XX. O levantamento mostra como a expansão cafeeira transformou tanto o uso das terras quanto as relações socioeconômicas locais.(32)

O registro das propriedades no almanaque evidencia a significativa alteração do território. O texto mostra os diversos padrões da expansão cafeeira: certas áreas já apresentavam uma organização voltada à produção intensiva, enquanto outras conservavam elementos expressivos da cobertura vegetal original. Esta diversidade espacial caracteriza um período de transição, onde coexistiam diferentes formas de uso do solo - um mosaico territorial que expressava tanto o avanço da fronteira agrícola quanto a permanência de áreas não totalmente integradas ao sistema produtivo. O registro sistemático destas variações evidencia o caráter gradual e heterogêneo da conversão da paisagem natural em espaço agrícola, resultando num território marcado por múltiplos estágios de ocupação e uso.

O documento registra práticas agrícolas que combinavam técnicas tradicionais com novos métodos de cultivo, refletindo as mudanças nas formas de produção. A transição de uma agricultura diversificada para o predomínio do café alterou tanto a organização espacial das fazendas quanto as relações de trabalho. A estrutura fundiária descrita no almanaque expressa como a expansão cafeeira contribuiu para consolidar determinados padrões de distribuição e acesso à terra.

Fazenda Barreiro

O *Almanack do Jahú* de 1902 apresenta um retrato da Fazenda Barreiro, propriedade que encarna as características da organização rural durante o apogeu cafeeiro em Jaú. Em sua disposição geográfica, a fazenda reunia elementos estratégicos: distava uma légua e meia tanto de Jaú quanto de Bocaina, e sua altitude de 720 metros nas colinas da região garantia-lhe posição privilegiada. A rede hidrográfica local, com seus rios e córregos, criava condições propícias para a diversificação produtiva, permitindo a criação de rebanhos e a manutenção de variados cultivos. O documento menciona 'matas incultas', áreas que funcionavam como reserva natural de recursos, de onde se extraía madeira e outros materiais indispensáveis ao funcionamento autônomo da propriedade.

A propriedade combinava três elementos principais: áreas de agricultura comercial em expansão, pastos para criação de gado e porções de mata preservada. Esta estrutura produtiva marca uma fase específica da transformação da paisagem, quando as intervenções na cobertura vegetal original, embora crescentes, ainda mantinham certo equilíbrio com áreas naturais. No âmbito socioeconômico, a fazenda vivenciava a substituição do trabalho escravizado pelo trabalho livre de imigrantes europeus. Suas técnicas agrícolas ampliaram as possibilidades produtivas da região, iniciando uma diversificação das atividades econômicas locais.

Fazenda Santa Emilia

Localizada a 12 quilômetros a leste de Jaú, a Fazenda Santa Emília, propriedade do tenente-coronel José Izidro de Toledo, exemplifica as práticas agrícolas e estruturais predominantes no interior paulista. Com 112,5 alqueires de solos roxos e mistos, a propriedade se estende por espigões secos, situados a 560 metros acima do nível do mar, cenário ideal para a monocultura cafeeira. Com 102.195 cafeeiros, entre plantas jovens e maduras, a produção comercial domina a paisagem e reflete o auge do ciclo do café na região.

As terras da fazenda, demarcadas judicialmente em conformidade com o Decreto nº 720 de 1890, dividem-se de forma estratégica entre áreas de mata preservada, pastagens e lavouras. Embora o café fosse a atividade principal, a propriedade mantinha cultivos variados, como cereais, cana, feijão, arroz e milho, garantindo sua autossuficiência alimentar. Essa combinação demonstrava a capacidade de adaptação às demandas internas e às exigências do mercado.

A infraestrutura é robusta e funcional, incluindo 19 casas para colonos, residência do administrador, coqueiras, paiol e engordadouro de suínos. Um destaque é a olaria da fazenda, que utilizava o barro local para produzir os tijolos empregados nas construções, reafirmando a autossuficiência característica das grandes propriedades rurais da época.

Fazenda S. Francisco de Paula

A Fazenda São Francisco de Paula, propriedade do major Marcello de Almeida Prado, localiza-se entre Jaú e a capela de Santo Antônio da Figueira, ocupando uma área de 200 alqueires. Dessa extensão, 120 alqueires destinavam-se ao cultivo de café, enquanto 80 alqueires eram reservados ao pastoreio, denunciando um equilíbrio entre agricultura e pecuária que sustentava a economia da propriedade.

Em 1901, a produção cafeeira da fazenda alcançou 13.000 arrobas, resultado de um cultivo bem estruturado com 157 mil cafeeiros adultos, 24 mil com três anos e 11 mil mudas jovens. Essa organização, que distribuía a maturidade das plantas em diferentes estágios, assegurava a continuidade da produção e uma gestão eficiente das safras.

A infraestrutura da fazenda era igualmente planejada, com uma confortável casa-sede e instalações agrícolas que atendiam às necessidades da produção e dos trabalhadores. Entre os edifícios estavam 32 casas para colonos – algumas de tijolos, outras de madeira –, casa de máquinas, moinho, coqueiras, paiol, tulha e alojamento para jornaleiros. As 32 famílias residentes, somando cerca de 240 pessoas, trabalhavam no sistema de colonato, típico da economia cafeeira paulista no período.

A criação de gado complementava a produção agrícola, com 80 bovinos e 25 cavalos registrados em 1901, garantindo diversificação econômica e autossuficiência. Sob a administração do major Marcello de Almeida Prado, sucessor de seu pai, o major Francisco de Paula Almeida Prado, a fazenda preservava a tradição familiar, consolidando a posição da família na elite rural de Jaú.

Fazenda Santo Antonio do Triumpho

Fundada em setembro de 1879 pelo tenente Antônio Manoel de Moraes Navarro, a Fazenda Santo Antônio do Triunfo localiza-se a apenas três quilômetros de Jaú. Após o falecimento do fundador, a propriedade foi repartida entre os herdeiros, ficando a antiga sede e 50 alqueires sob a administração do capitão Bento Manoel Navarro, perpetuando a influência da família na região.

A produção cafeeira estruturava-se em torno de 75 mil pés de café, dos quais 50 mil encontravam-se em plena produção e 25 mil em fase inicial de desenvolvimento. A colheita de 1901, superando 6.000 arrobas, refletia a capacidade produtiva da propriedade. O processamento do café apoiava-se em um sistema mecanizado a vapor de dez cavalos, capaz de beneficiar até 500 arrobas por dia. Para a secagem, um terreiro de 40 quadras acomodava até 2.800 alqueires, dimensão que correspondia à escala das operações.

A organização espacial conjugava diferentes estruturas produtivas e habitacionais. A casa-sede compunha o núcleo administrativo, enquanto quinze residências - treze delas em construção sólida - abrigavam os colonos. O conjunto de instalações produtivas incluía tulhas, depósitos, paiol, chiqueiro e cocheira. Um moinho e um monjolo garantiam a produção local de farinha, contribuindo para a autonomia da propriedade. A altitude de 630 metros oferecia condições apropriadas para o cultivo do café, enquanto um pomar diversificado e um sistema de água canalizada supriam necessidades cotidianas. A instalação de uma rede telefônica, recurso ainda raro nas propriedades rurais do período, sinalizava a incorporação de tecnologias modernas na gestão da fazenda.

O regime de trabalho baseava-se na mão de obra de 15 famílias de colonos italianos, que cultivavam os cafeeiros em sistema de empreitada, auxiliados por dez jornaleiros contratados para serviços esporádicos. A existência de pastagens destinadas aos animais dos colonos designava uma política de suporte à subsistência das famílias, promovendo certa estabilidade social e econômica.

Fazenda Pouso Alegre

A Fazenda Pouso Alegre, localizada a seis quilômetros de Jaú e a 650 metros de altitude, ocupa 550 alqueires, divididos em 250 alqueires para cultivo, 23 alqueires de pastagens e 97 alqueires de mata nativa. Sua lavoura de 170 mil pés de café gera uma produção anual de 15.000 arrobas, processada por maquinário hidráulico com força de 12 cavalos.

A infraestrutura da fazenda inclui uma residência principal, 38 casas para colonos, três estrebarias, tulha, armazém de máquinas, paiol, terreiros de secagem, jardins, pomares e um lavadouro de café. A fazenda emprega 171 trabalhadores, coordenados por um administrador e um ajudante. Os recursos incluem 20 rezes, 21 animais de carga, quatro carroças e um trolly.

Além da Pouso Alegre, o coronel Bento Lourenço de Almeida Campos era proprietário de outras duas fazendas na região:

- Fazenda Curuzu: Com 100 alqueires, sendo 17 de pastagens, possui 100 mil pés de café, produzindo 6.000 arrobas anuais. A administração é feita por Jesuíno Bueno, e 30 casas abrigam 22 famílias de colonos.

- Fazenda Laranja Azeda: Conta com 50 mil pés de café, que produzem 4.000 arrobas por ano. Dispõe de 12 casas para famílias de colonos.

As fazendas administradas pelo coronel Bento Lourenço configuram a organização produtiva do período, voltada à lavoura cafeeira e apoiada em uma estrutura que combinava cultivo, processamento e moradia para a força de trabalho.

Fazenda Boa Vista

A Fazenda Boa Vista, de José Joaquim Pereira da Luz, localiza-se a dez quilômetros de Jaú, a 630 metros de altitude. Dos seus 79 alqueires, 15 são destinados a pastagens gramadas e 8 permanecem incultos. As terras, superiores e isentas de geadas, adequadas ao cultivo do café.

A lavoura conta com 150 mil pés de café: 100 mil com mais de quatro anos e 30 mil entre um e três anos. A infraestrutura inclui uma casa-sede, 24 casas para colonos e uma tulha para armazenamento. A fazenda mantém um pomar diversificado e dez animais de tração.

Vinte e três famílias de colonos italianos e quatro camaradas trabalham na propriedade, estes últimos recebendo pagamento diário. A presença predominante de imigrantes italianos reflete o modelo de trabalho que caracterizou a expansão cafeeira paulista no período.

Fazenda Boa Vista

A Fazenda Boa Vista, propriedade do capitão Vicente de Almeida Prado Netto, localizava-se a quatro quilômetros de Jaú, à direita da estrada para Bariry. A propriedade de 400 alqueires de terra roxa combinava diferentes usos: 15 mil pés de café em produção, terreiros para secagem, pastagens para animais e 50 alqueires de mata não cultivada.

A infraestrutura da fazenda incluía, além da residência principal, 18 casas para colonos, paiol, tulhas e outras instalações de beneficiamento. O trabalho era realizado por 15 famílias de colonos, um administrador, um ajudante e cinco jornaleiros, alcançando uma produção média de oito mil arrobas de café.

O documento destaca uma característica comum às fazendas do período: a priorização das estruturas produtivas sobre o conforto pessoal. Os proprietários investiam primeiro em acomodações para trabalhadores, expansão da lavoura e instalação de máquinas, deixando a construção da casa sede para um momento posterior, quando o estabelecimento já estivesse em pleno funcionamento.

Fazenda São José

A Fazenda São José é propriedade do Sr. Lourenço Xavier de Almeida Ferraz e está situada na parte norte do município, na estrada do Bariry, logo na saída da cidade, a apenas dois quilômetros de distância.

Quem se dirige à Usina da Empresa Força e Luz, antes de deixar aquela estrada, verá, à direita, dois estabelecimentos agrícolas: o primeiro é a Fazenda São José e, ao alto, encontra-se a Vista Alegre, pertencente ao Sr. Vicente de Almeida Prado Netto, já mencionada anteriormente.

A Fazenda São José conjugava produção cafeeira com recursos naturais significativos para a economia local. Em seu território, pedreiras e reservas de madeira para construção complementavam a atividade agrícola principal. O cafezal compreendia 82 mil pés no total, sendo 52 mil em fase produtiva e 30 mil em desenvolvimento, gerando uma produção anual média de 5.500 arrobas.

A área total da propriedade é considerável, somando 156 alqueires de terra roxa. Desses, 82 alqueires permanecem incultos e 12 alqueires são destinados a gramados para pastagens. A infraestrutura da fazenda inclui 21 casas habitáveis para os trabalhadores, além da moradia principal, que aparece em destaque na gravura. Há também outras edificações de suporte, como paiol, tulha, estrebaria e engordadouro de suínos, entre outras.

O serviço geral da fazenda é realizado por 17 famílias de colonos, que contribuem para o funcionamento e a produtividade da propriedade.

Fazenda São João

A Fazenda São João, de propriedade de João Ribeiro de Barros, localiza-se a duas léguas e meia de Jaú e a dois quilômetros da estação de Campos Salles (Ramal de Dois Córregos para Agudos). Situada em duas colinas separadas por um riacho, possui casa-sede no ponto mais alto, com vista privilegiada para os terreiros de secagem e as lavouras.

Com 400 alqueires, a fazenda mantém 300 mil pés de café, com produção anual de 40 mil arrobas. A infraestrutura inclui 68 casas para colonos e residências para trabalhadores especializados, como ferreiros. A propriedade abriga uma população superior a 600 pessoas, majoritariamente de origem italiana e espanhola, sustentando a produção agrícola destinada à exportação.

A fazenda dispõe de maquinário moderno para o beneficiamento de café, tulhas para armazenamento e uma frota própria de veículos. A disponibilidade de água abundante e uma rede telefônica eficiente favorecem a organização das operações. A gestão é conduzida por João Ribeiro de Barros, com supervisão jurídica do filho, Abílio de Barros.

Fazenda Riachuelo

A Fazenda Riachuelo, localizada a seis quilômetros de Jaú, na estrada para São João da Bocaina, é propriedade da firma Paula & Prado, representada pelo Major Francisco de Almeida Prado e seu filho, Coronel Paula Prado. Inaugurada em 1868, durante a Guerra do Paraguai, recebeu o nome em homenagem à Batalha do Riachuelo.

A sede, de estilo palaciano, apresenta lambris em arco e um jardim ornamentado com antigos caldeirões de ferro. A fazenda possui 190 mil pés de café, com produção de 20 mil arrobas anuais. Composta por mais de 200 pessoas, a comunidade inclui 47 famílias de colonos (brasileiros, italianos e espanhóis) distribuídas em 28 casas, além de residências destinadas a camaradas e administradores.

O terreiro de café é segmentado em 20 talhões de 19 metros cada, com áreas ladrilhadas e outras pintadas com piche, resultado de investimentos superiores a 60 mil réis. O beneficiamento ocorre por meio de uma máquina movida por roda d'água de 30 palmos, processando até 506 arrobas

diárias. A infraestrutura inclui água encanada em todas as dependências, inclusive nas pias dos compartimentos da casa-sede.

Sob a supervisão do Coronel Paula Prado e administração de José Romão e Januário Almeida Prado, a fazenda opera com 30 vagas, quatro cavalos e veículos, como carroças e trollys.

Fazenda Pouso Alegre de Cima

A Fazenda Pouso Alegre de Cima, pertencente a D. Anna Victoria de Barros, está localizada ao lado da Fazenda Pinhalzinho, de Francisco Cassiano de Toledo. Em seus 60 alqueires, abriga 82 mil pés de café, com produção de quase 10 mil arrobas no ano anterior.

O beneficiamento do café utiliza equipamentos das marcas Mc Hardy, Arens e Engerberg, operados por máquina a vapor de 10 cavalos. A propriedade também conta com uma serra vertical para a preparação de madeira de construção, aproveitando a reserva de madeira de lei disponível.

A estrutura inclui 25 residências habitáveis, além de uma casa-sede com varanda e jardim. Doze famílias de colonos, totalizando cerca de 50 pessoas, trabalham na lavoura, número que dobra durante a colheita. A direção da fazenda é exercida por João de Toledo Barros, filho da proprietária.

Fazenda Santa Jesuína

A Fazenda Santa Jesuína, propriedade do tenente José Gonçalves de Oliveira Sobrinho, está situada a 700 metros de altitude. De seus 90 alqueires, 60 são cultivados, com 85 mil cafeeiros em diferentes estágios de maturação. Outros 14 alqueires são destinados a pastagens.

A estrutura inclui uma casa-sede, 25 casas para colonos e instalações de processamento de café. O beneficiamento é realizado por uma máquina a vapor de 10 cavalos, com capacidade de 500 arrobas diárias, resultando em uma produção anual média de 8 mil arrobas. A comunidade é composta por 22 famílias de colonos e 12 trabalhadores diaristas, totalizando cerca de 200 pessoas. Esse modelo reflete a transição pós-abolição, com o uso de mão de obra imigrante e local para substituir os escravizados.

Além do cultivo de café, a fazenda expandia suas atividades através da criação de gado bovino, cavalos e suínos em 14 alqueires de pastagens - uma estratégia que combinava múltiplas fontes de renda e buscava certa autossuficiência.

Localizada a apenas 3/4 de légua de Bocaina e 2 1/2 léguas de Jaú, a proximidade com mercados e serviços facilita o escoamento da produção e contribui para o sucesso econômico da propriedade.

Fazenda Irissanga

A Fazenda Irissanga, pertencente a Sebastião Ribeiro de Barros, está situada a duas léguas e um quarto de Jaú e a três quartos de légua da estação Campos Salles, da Linha Paulista. Fundada há cerca de 15 anos, ocupa uma área de 180 alqueires, dos quais 120 são destinados ao cultivo.

Com 120 mil pés de café, a fazenda alcança uma produção anual de 40 mil arrobas. A infraestrutura inclui terreiros de secagem, maquinário de beneficiamento, lavadores, moinho de fubá e um pomar. Das 44 edificações presentes na propriedade, 40 são casas destinadas a colonos, abrigando mais de 300 pessoas organizadas em 37 famílias, predominantemente italianas. Além dos colonos, a força de trabalho conta com camaradas de terreiro, maquinistas, cozinheiros e carroceiros.

A propriedade encontra-se em processo de expansão, com a construção de uma nova residência principal. Simultaneamente, está em andamento a divisão judicial conforme o Decreto nº 720 de 1890, que regulamenta a demarcação de terras particulares.

Fazenda Rio Pardo

A Fazenda Rio Pardo, de propriedade de Henrique Montenegro, está localizada a três quilômetros da vila de Bocaina. Fundada há 15 anos, ocupa 61 alqueires de terra de alta qualidade, confinando com propriedades de coronel Luiz Valladão de Freitas, Virgílio Valladão de Freitas e Fraçon & Irmãos.

Com 100 mil cafeeiros, majoritariamente jovens, a produção anual alcança 10 mil arrobas. A estrutura inclui uma casa-sede, 17 residências para colonos, estrebarias, paiol e chiqueiro. A força de trabalho é composta por 17 famílias de colonos, predominantemente italianas e espanholas, complementada por animais de montagem e tração.

A fazenda passou por um processo de divisão judicial em conformidade com o Decreto nº 720 de 1890, que regulamenta a demarcação e regularização de limites de propriedades rurais. Os documentos relativos a esse processo encontram-se disponíveis no Arquivo Municipal Júlio César Polli, em Jaú.

Fazenda Bananal

A Fazenda Bananal, de propriedade do tenente-coronel Luiz Valladão de Freitas, localiza-se a 12 quilômetros de Jaú e 2 quilômetros de São João da Bocaina. A propriedade, com 200 alqueires, divide-se em 150 alqueires cultivados e 50 de mata virgem.

A sede, localizada em uma colina elevada, domina o complexo principal, composto por pátio murado, terreiros de café, lavadouro e tulhas. O beneficiamento é realizado por uma máquina moderna, inaugurada no ano anterior, com capacidade para processar 800 arrobas em 10 horas, movida por motor a vapor de 12 cavalos. Um sistema de água encanada, alimentado por uma nascente natural, abastece todas as dependências e opera um moinho.

A lavoura conta com 265 mil cafeeiros, dos quais 100 mil ainda não produziam, atingindo uma safra de 50 mil arrobas em 1901. A força de trabalho é composta por 37 famílias, majoritariamente imigrantes, com apenas uma família nacional. A administração centralizada no proprietário é auxiliada por um administrador, um ajudante e um escritor. A fazenda dispõe de estrada de rodagem e linha telefônica para comunicação direta com Jaú.

Fazenda Estrella

A Fazenda Estrella, de propriedade do capitão Pedro Alexandrino de Carvalho, foi fundada em 1885. Está localizada a duas léguas e meia de Jaú e a três quartos de légua de Bocaina, a uma altitude de 780 metros, abrangendo 125 alqueires de terras de alta qualidade.

A lavoura conta com 150 mil pés de café formados. O beneficiamento é realizado com maquinário completo, utilizado tanto para o processamento de café quanto para a produção de arroz e moagem de milho, movido por motor a vapor de 10 cavalos. Os terreiros ladrilhados estão organizados em três áreas denominadas "garrafas". Além disso, a propriedade destina 16 alqueires para pastagens, onde são mantidos 60 reservas e 35 animais de tração.

A estrutura inclui 35 casas para colonos, uma residência para o administrador, duas estrebarias, chiqueiros ladrilhados, paiol, pomar e jardim. Conta também com sistema de água encanada e esgotamento sanitário. A força de trabalho é composta por 30 famílias de colonos e sete camaradas de terreiro, organizados sob a administração de Acylino do Amaral Camargo.

Um aspecto singular da fazenda é a presença de um ateliê de moda, administrado por um modista profissional, oferecendo uma atividade diferenciada dentro do ambiente rural.

[...] Para atingir a esse grão de desenvolvimento que luta, que somma de energia, não toram empregadas?! Devastar a matta erma, amanhar a terra, cultivar, vencer as intemperies, viver desabrigado, falta de braços, emfim uma serie inevitavel de obstaculos. «Depois da tempestade vem a bonança: hoje é machina, cujas engrenagens perfeitamente regularizadas se põem em movimento simultaneo e tudo marcha quasi automaticamente.

A passagem do *Almanack do Jahú* 1902(p.115) designa o ideário característico da expansão cafeeira em São Paulo, construindo uma narrativa progressista que parte da “mata erma” a ser “devastada” até o estágio final de uma fazenda mecanizada, com engrenagens regularizadas.

A estrutura narrativa organiza-se em três momentos: o enfrentamento inicial da natureza selvagem, a superação dos desafios por meio do trabalho persistente e o triunfo final, simbolizado pela mecanização e eficiência produtiva da fazenda. Expressões como “amanhar a terra” e “depois da tempestade vem a bonança” reforçam uma concepção determinista de progresso, onde o esforço individual é apresentado como o motor do sucesso.

O discurso se alinha ao positivismo da Primeira República, exaltando o empreendedorismo individual e a modernização tecnológica como pilares do desenvolvimento. A metáfora da fazenda como máquina que “marcha quase automaticamente” sintetiza o ideal de eficiência industrial aplicado à agricultura. Essa construção ideológica, embora silencie sobre questões sociais e ambientais, foi central para legitimar a rápida expansão da cafeicultura paulista.

Fazenda Queririm

A Fazenda Queririm, de propriedade de Arlindo Ferraz de Andrade, localiza-se ao norte de Jaú, a nove quilômetros da cidade, próxima às localidades de Bica de Pedra e Pederneiras, na região conhecida como Barra Mansa. Com área total de 500 alqueires, a propriedade mantém grande parte em mata virgem, além de 16 alqueires destinados a pastagens.

A estrutura principal, situada à margem direita do córrego Barra Mansa, inclui uma residência, uma máquina para beneficiamento de café, uma serraria movida a vapor e uma oficina mecânica. Esta última, administrada por Hugo Schwazer, sócio da firma Arlindo & Hugo, dedica-se ao beneficiamento de café, fornecimento de madeira e fabricação de veículos. A fazenda conta também com moinho hidráulico para fubá, pomar, chiqueiros, paiol e uma olaria para produção de tijolos e telhas.

Com 180 mil pés de café, a produção anual alcança uma média de 18 mil arrobas. Mais de 300 pessoas residem na fazenda, distribuídas em 33 casas de colonos. Para o transporte, são utilizados 20 bois e oito muares. A administração local está sob a responsabilidade de José Pereira de Barros, enquanto o proprietário reside em Piracicaba. O bairro de Barra Mansa possui ainda uma escola municipal masculina, reforçando a infraestrutura comunitária da região.

Fazenda Murungava

A Fazenda Murungava, pertencente ao coronel José Emygdio Ferraz do Amaral, ex-presidente da Câmara Municipal de Jaú, localiza-se a 10 quilômetros da cidade, em uma colina a 700 metros de altitude. A propriedade abrange 50 alqueires, sendo 40 destinados ao cultivo de café e 10 a pastagens, com uma produção superior a 10 mil arrobas na última safra.

A infraestrutura inclui casa-sede, uma casa de máquinas para beneficiamento de café e produção de fubá, tulhas, instalações para engorda de suínos, cocheiras, paiol, depósito de veículos e 17 casas para colonos. O maquinário, com potência equivalente a 10 cavalos, é abastecido com água da propriedade. A fazenda também mantém criação de aves e suínos, além de um rebanho composto por 43 cabeças de gado e 15 muares.

A força de trabalho reúne cerca de 150 pessoas, entre italianos, espanhóis e brasileiros. A propriedade dispõe de linha telefônica, garantindo comunicação eficiente com a cidade.

Fazenda Floresta

A Fazenda Floresta, de propriedade de Antonio Pereira de Toledo, foi fundada em 1883 e localiza-se a aproximadamente uma légua da vila de São João da Bocaina e a três léguas de Jaú. Situada a uma altitude de 700 metros, a propriedade desfruta de um clima salubre. Com uma área total de 121 hectares (50 alqueires), possui 19 alqueires de mata virgem e quatro destinados a pastagens.

O cultivo de café é o principal foco da fazenda, com 60 mil pés, incluindo plantações já formadas e novas áreas, que produzem em média 5 mil arrobas por safra. A infraestrutura inclui 17 edificações, como casa de residência, cocheiras, monjolo, tulhas, paiol e casas para os colonos. A força de trabalho é composta por dez famílias de colonos italianos.

A propriedade dispõe de terreiros para secagem de café, um pomar, água encanada e animais destinados ao trabalho e à subsistência. Além das atividades agrícolas, a Fazenda Floresta promove educação formal para as crianças da comunidade, com uma escola masculina dirigida pelo professor Francisco Vaz.

Fazenda Ribeirão Bonito

A Fazenda Ribeirão Bonito, pertencente a Domingos Pereira de Carvalho, está localizada a 9 quilômetros de Jaú e Bocaina, em uma elevação de 700 metros de altitude. Com 400 alqueires, a propriedade divide-se em 55 destinados a pastagens, 40 incultos e o restante em cultivo. A lavoura de café conta com 185 mil pés, resultando em uma produção anual de 11 mil arrobas.

O beneficiamento é realizado com força hidráulica equivalente a 12 cavalos, integrando moinho para fubá e olaria. O sistema de secagem é composto por 12 quadras ladrilhadas e pintadas com piche, além de lavadouro com água encanada. A infraestrutura da fazenda inclui 52 casas, sendo 43 destinadas a colonos italianos, que totalizam 334 pessoas. A força de trabalho é complementada por 24 muares destinados à tração e um engordadouro de suínos. A residência principal dispõe de água encanada, banheiros, horta e pomar. A administração da fazenda está a cargo de Francisco Pereira de Carvalho, filho do proprietário.

O *Almanack do Jahú* de 1902 apresentou um levantamento das propriedades rurais durante a expansão cafeeira. Os dados mostram um padrão consistente na organização das fazendas: entre 30% e 50% das áreas eram mantidas com matas ou terras não cultivadas, enquanto o restante se dividia entre cafezais, pastagens e outras culturas. Esta distribuição do uso do solo indica uma fase específica da ocupação agrícola, quando a expansão produtiva ainda coexistia com porções significativas de vegetação original.

A permanência destas áreas não cultivadas se relacionava com múltiplas dimensões do sistema produtivo. A manutenção de matas próximas às nascentes e cursos d'água garantia o abastecimento hídrico das fazendas. Estas áreas também forneciam recursos fundamentais: madeira para construções, lenha para uso doméstico e industrial, além de espaços para caça e coleta. As limitações técnicas do período, somadas à reorganização das relações de trabalho após a abolição da escravatura, contribuíam para a manutenção destes espaços não cultivados.

O café dominava as áreas cultivadas das propriedades rurais, embora dividisse espaço com pastagens destinadas à pecuária local. Esta distribuição do território produtivo caracteriza a fase inicial da ocupação do oeste paulista, quando as fazendas mantinham atividades econômicas diversificadas, combinando agricultura comercial com produção pecuária.

O almanaque de 1902 retrata um período de mudanças significativas nas relações de trabalho rural em Jaú. O sistema de colonato substituía gradualmente o trabalho escravizado, alterando tanto as práticas produtivas quanto a organização social das fazendas. A chegada de imigrantes italianos e de outros grupos europeus introduziu inovações nas técnicas agrícolas, enquanto a conexão ferroviária com Santos transformava os padrões de transporte e comercialização.

As propriedades rurais de Jaú no início do século XX apresentavam uma configuração territorial híbrida. Apesar da crescente orientação para a agricultura comercial, as fazendas mantinham elementos das formas tradicionais de organização do espaço rural, como áreas de subsistência e criação de gado. Esta combinação de práticas produtivas caracteriza a fase de transição da agricultura paulista, quando novas dinâmicas econômicas se mesclavam com padrões estabelecidos de uso da terra.

A dissertação de Guilherme Eduardo Almeida Prado de Castro Valente, *Mudança e permanência: quatro gerações e a propriedade rural no município de Jahu* (2010), examina o processo de transformação ambiental em Jauá durante os séculos XIX e XX. O autor reconstrói como a expansão agrícola, em especial durante o ciclo do café (1858-1960), alterou sistematicamente a paisagem local.(33)

O processo de conversão da mata em áreas agrícolas se desenvolveu em etapas distintas, marcadas por diferentes relações de trabalho. No século XIX, o desmatamento inicial dependia do trabalho de pessoas escravizadas sob supervisão direta dos proprietários. Esta prática foi posteriormente modificada com a introdução de empreiteiros que empregavam tanto trabalhadores escravizados quanto livres. A documentação histórica, como o inventário de Isabel de Almeida Prado, explicita os custos envolvidos neste processo - um adiantamento de 100.000 réis para serviços de desmatamento apontando a dimensão econômica desta transformação ambiental.

A formação das unidades produtivas seguia uma sequência específica: após a derrubada da mata, iniciava-se o cultivo de culturas temporárias como o milho. Os cafezais, que se tornariam centrais na economia local, eram implantados apenas após a preparação completa do terreno, demandando três a quatro anos até a primeira produção. Esta transição era acompanhada pela construção gradual de infraestrutura - casas, senzalas, paióis - depois modernizada com a introdução de maquinário para beneficiamento do café.

O marco temporal de 1917, quando a última área de mata da região foi convertida em cafezal, simboliza a completude de um processo que alterou o ambiente físico e as relações sociais. A substituição do trabalho escravizado pelo trabalho de imigrantes após a abolição introduziu novas dinâmicas nas práticas de transformação da paisagem. O caso documentado de Francisco Pio, que contratou serviços para plantio de algodão em 1941, esclarece como estas relações de trabalho continuaram se modificando no século XX.

A tese de Paulo Pedro Perides, *Um Exemplo de Processo de Organização Territorial: A Sub-região de Jauá (1830-1930)*, analisa a reconfiguração do território e das relações sociais em Jauá durante a expansão cafeeira. O autor sinaliza uma acelerada alteração da paisagem, expressa na redução dramática da cobertura florestal: de 57.965 hectares em 1905 para 22.656 hectares em 1940. Esta transformação se acentuou na década de 1920, quando as áreas até então preservadas como reservas de solo ou 'fronteiras internas' foram incorporadas aos cafezais, com destaque nas terras roxas.(34)

O desmatamento, considerado atividade pioneira no período, delimita as transformações nas relações de trabalho rural. A tarefa, que começou nas mãos de trabalhadores nacionais livres, transitou para os imigrantes. Este processo integrava-se a um sistema mais amplo de rotação de terras: após a derrubada da mata, introduzia-se o cultivo do café; quando o solo apresentava sinais de esgotamento, a área era convertida em pastagens ou destinada a cultivos de subsistência como milho e feijão. O surgimento de capoeiras nas áreas desmatadas demonstra as alterações duradouras que este ciclo produtivo impunha ao território.

As condições naturais influenciavam as possibilidades de ocupação e uso do solo. As áreas elevadas de Jauá, com solos de terra roxa, concentraram a produção cafeeira, enquanto regiões mais baixas, como Barra Bonita e Bocaina, enfrentavam limitações devido a geadas e características

pedológicas menos favoráveis. Perides demonstra como fatores ambientais - relevo, clima, incidência de malária - condicionavam as formas de ocupação territorial.

A expansão da fronteira agrícola se articulava com transformações econômicas e demográficas mais amplas. O conceito de Waibel sobre a conversão de áreas naturais em paisagens culturais pela agricultura ajuda a compreender como este processo ultrapassava a mera alteração física do território. A substituição das matas por cafezais envolvia a valorização fundiária, o desenvolvimento de infraestrutura e o crescimento de núcleos urbanos, reconfigurando tanto o espaço físico quanto as relações sociais.

O estudo *Faces da Dominação da Terra*, de Flávia Arlanch, analisa como a produção de cana-de-açúcar precedeu o ciclo cafeeiro em Jaú, configurando um capítulo menos conhecido da história econômica local. Esta fase inicial da agricultura comercial em Jaú se inseria em um contexto da economia açucareira brasileira do século XIX.(35)

O estabelecimento da lavoura canavieira exigia investimentos substanciais dos proprietários rurais. O processo começava com o desmatamento e prosseguia com a aquisição de mão-de-obra escravizada e a instalação de infraestrutura produtiva como engenhos e alambiques. Esta estrutura permitiu que Jaú desenvolvesse uma produção de açúcar e seus derivados, em destaque aguardente, que atendia mercados locais e regionais até a década de 1870.

O inventário do Tenente Manoel Joaquim Lopes de 1872 entrega um exemplo concreto da dimensão desta atividade econômica. A avaliação de sua fábrica de açúcar em 4 contos de réis, somada ao registro de equipamentos específicos para o corte de cana, demonstra como o capital se concentrava nesta produção. Os números da produção local - 600 pipas de aguardente em 1874 e 186.723 kg de açúcar em 1887 - indicam uma escala produtiva considerável para os padrões da época.

A posição geográfica de Jaú impunha condições específicas à produção agrícola no século XIX. A distância do porto de Santos, combinada com a precariedade das estradas e a dependência do transporte por mulas, criava restrições ao comércio de longa distância. Esta configuração logística afetava de formas distintas os produtos agrícolas: enquanto o açúcar se deteriorava durante o longo trajeto até os mercados consumidores, a aguardente, mais resistente ao transporte, se estabeleceu como principal produto comercial da região.(36)

A década de 1880 marca um momento de transformação na agricultura local. O requerimento de Teodoro Pereira de Carvalho à Câmara Municipal de Jaú em 1888, questionando impostos sobre o açúcar e relatando o abandono desta produção após 1885, marca como os produtores respondiam às mudanças nas condições econômicas. O café, com maior valor agregado e menor susceptibilidade à deterioração durante o transporte, passou a ocupar espaços antes dedicados à cana-de-açúcar, em um contexto de expansão da cafeicultura no oeste paulista.

A produção canavieira em Jaú dependia em estrutura do trabalho escravizado, que sustentava a escala produtiva dos grandes proprietários. A abolição em 1888 transformou a base produtiva da região, exigindo dos agricultores duas principais adaptações: a adoção de culturas menos intensivas em mão de obra e a incorporação de tecnologias para aumentar a produtividade do trabalho. As mudanças nas relações de trabalho, combinadas com os desafios de transporte e o

crescimento dos preços internacionais do café, impulsionaram uma reorganização da agricultura local no final do século XIX. Esta transição alterou não apenas as relações de produção, mas também os padrões de uso do solo e as escolhas de cultivo.

A substituição da cana-de-açúcar pelo café em Jaú no final do século XIX marcou uma mudança fundamental no perfil econômico da região. Enquanto a produção de açúcar e aguardente atendia ao mercado interno, a cafeicultura integrou o município aos circuitos comerciais internacionais. A expansão ferroviária viabilizou esta transição ao resolver os gargalos de transporte, possibilitando o desenvolvimento de grandes propriedades exportadoras com base no trabalho livre.

O período entre 1870 e 1914 marcou a chegada decisiva de imigrantes europeus, em destaque italianos e espanhóis, que transformaram tanto a organização do trabalho rural quanto a composição demográfica de Jaú. Estes grupos trouxeram sua força de trabalho e conhecimentos agrícolas desenvolvidos na Europa. O sistema de colonato, que se estabeleceu como principal forma de relação de trabalho após a abolição da escravatura, incorporou práticas e formas de organização social características destes grupos imigrantes.

A presença europeia alterou múltiplos aspectos da vida local. Na alimentação, novos ingredientes e técnicas de preparo se incorporaram à culinária regional. Na arquitetura, o estilo eclético, introduzido por arquitetos italianos e seus colaboradores, marcantes nas edificações. As celebrações comunitárias e religiosas também assimilaram tradições europeias, contribuindo para a formação de uma identidade cultural específica que passou a caracterizar a região.

A monografia de Paulo Eduardo Guerra examina as tensões entre colonos imigrantes e proprietários rurais nas primeiras décadas do século XX em Jaú. O autor analisa como as greves ocorridas entre 1910 e 1913 expressavam conflitos em torno das condições de trabalho na lavoura cafeeira, especialmente envolvendo trabalhadores italianos.(37)

Os episódios documentados explicitam diferentes dimensões destes conflitos. Na greve de Dois Córregos em 1910, a disputa centrava-se em questões práticas do trabalho - os colonos exigiam que o café fosse recebido no cafezal, contrariando a determinação patronal de entrega no terreiro. Em 1911, na Fazenda Morungava, o conflito emergiu da recusa dos colonos em trabalhar aos domingos, resultando na demissão do líder José Cano. Em 1913, na Fazenda do Coronel Paulo Prado, os trabalhadores reivindicaram o direito de guardar uma data religiosa importante em suas tradições. Estes eventos demonstram como questões laborais se entrelaçavam com aspectos culturais e religiosos nas mobilizações dos imigrantes.

A transição do trabalho escravizado para o trabalho livre imigrante transformou as relações sociais e produtivas em Jaú. Após a Lei Áurea de 1888, os proprietários rurais recorreram principalmente à imigração europeia, sobretudo italiana e espanhola, para suprir a demanda de mão de obra nos cafezais. No entanto, as condições encontradas pelos imigrantes em demasia se aproximavam da servidão, com contratos desvantajosos e habitações precárias.

Esta reorganização do trabalho alterou as relações produtivas e a própria configuração territorial e social. A expansão cafeeira, ao substituir florestas por monoculturas, gerou desequilíbrios ecológicos e reduziu recursos hídricos. Nas áreas urbanas, os imigrantes se inseriram em diversos ofícios e pequenos negócios, contribuindo para o início da industrialização. A antiga

estrutura social escravista deu lugar a uma sociedade mais complexa, onde interagiam imigrantes, negros libertos e trabalhadores nacionais, embora persistissem formas de exploração e desigualdade que geravam resistências, como as greves analisadas.

A fotografia do Rio Jaú por volta de 1920, tendo a Fazenda Santo Antônio dos Ypês como plano de fundo a relação entre o rio e a ocupação humana: as margens ainda preservavam sua cobertura vegetal original, indicando como os usos das águas - para agricultura, pecuária e atividades domésticas - não haviam ainda alterado o ecossistema fluvial.

A infraestrutura presente na imagem registra a ponte de madeira sobre o rio expressa as possibilidades técnicas e os recursos disponíveis no período, servindo tanto à circulação de pessoas quanto de animais entre as áreas produtivas da fazenda. A presença de figuras humanas sobre esta estrutura esclarece as formas específicas de apropriação do espaço, seja para deslocamento cotidiano ou para contemplação da paisagem.

O conjunto de edificações da Fazenda Santo Antônio dos Ypês, visível ao fundo da imagem com a disposição das construções - casas e galpões - respondia às necessidades das atividades agrícolas. As colinas que circundavam as edificações apresentavam uma combinação de áreas desmatadas e remanescentes florestais, designando como as tecnologias disponíveis na época limitavam o ritmo e a abrangência das transformações ambientais. Esta característica da paisagem sinaliza as restrições técnicas que os agricultores enfrentavam para converter mata em área produtiva.



Figura 1 - Fotografia do Rio Jaú, Fazenda Santo Antônio dos Ypês, 1920
Acervo Ítalo Poli Jr. Autor desconhecido

A Fazenda Pinhalzinho, registrada no Almanack do Jahú 1902(p. 117), surge como testemunho significativo do apogeu cafeeiro paulista. Em seu relato original, o Almanack descreve:

"É belo e bom o estabelecimento agrícola do sr. Francisco Cassiano de Toledo [...] A sua produção, em 1901, foi de 10.000 arrobas de café [...] A área da fazenda Pinhalzinho é de 80

alqueires de terras. A sua população é de 152 pessoas, sendo uma colônia quase toda italiana, da alta Itália.”(38)

A arquitetura da fazenda conjugava elementos funcionais e estéticos: a casa-sede, com telhado de duas águas e amplas varandas, adaptava-se às necessidades climáticas, mantendo a sobriedade característica das construções rurais do período. Essa configuração atendia às exigências práticas e refletia a estética predominante das propriedades rurais do interior paulista.

A fazenda constituía um microcosmo autossuficiente. Em seus 80 alqueires, abrigava 100 mil pés de café, além de estruturas para a vida comunitária, como terreiro de secagem, moinho, pomar, horta e sistema de água encanada. Essa organização espacial sugere a lógica produtiva da época, em que propriedades rurais eram planejadas para atender às suas próprias necessidades, dadas as limitações de transporte e o isolamento relativo.



Figura 2 - Fotografia da Fazenda Pinhalzinho - Almanack do Jahú 1902.
Acervo Ítalo Poli Jr. Autor desconhecido.

A presença de colonos italianos setentrionais em Pinhalzinho ilustra a transição da mão de obra escravizada para a imigração europeia. As 17 casas destinadas aos trabalhadores, além da casa-sede, demonstram uma nova organização do trabalho rural, baseada em núcleos familiares de colonos. Essa disposição otimizava a produção e promovia uma dinâmica social que mesclava trabalho e vida comunitária.

A escolha do terreno seguiu critérios técnicos precisos - altitude de 660 metros e solo arenoso 'de primeira qualidade' - resultando em uma produção de 10 mil arrobas em 1901. A infraestrutura da fazenda incluía telefone e sistemas de beneficiamento de café, com o escoamento da produção facilitado pela malha ferroviária que conectava o interior paulista ao porto de Santos.

A distribuição espacial da propriedade exemplifica um padrão comum no interior paulista: áreas selecionadas recebiam cultivo intensivo de café, enquanto outras mantinham sua cobertura vegetal original. Esta configuração, visível na fotografia através da formação florestal densa ao fundo, respondia tanto a limitações técnicas quanto a necessidades práticas. As áreas de mata preservada forneciam recursos essenciais à autonomia da fazenda: madeira para construções, lenha como fonte de energia, proteção de mananciais e áreas de caça para complementação alimentar. Os fazendeiros concentravam seus investimentos em desmatamento nas terras mais adequadas ao café, mantendo áreas de vegetação nativa onde os obstáculos técnicos eram maiores.

A Fazenda Guanabara destacou-se pela diversificação em produtiva em seus 118 alqueires, integrando 140 mil pés de café, com produção média de 15 mil arrobas, e 20 quarteirões de cana-de-açúcar. O complexo de beneficiamento agrícola foi distribuído em diversas edificações especializadas: casas de máquinas para café, moagem de cana, destilação de aguardente e produção de açucareira. Um motor de oito cavalos de força impulsionou o maquinário do café, exemplificando a modernização tecnológica das fazendas paulistas do período. O sistema produtivo se expande através de um pomar, reconhecido regionalmente pela qualidade de seus frutos, somando-se à criação de animais para transporte e consumo. Esta diversidade de atividades garante a autossuficiência da fazenda em um período de transporte limitado e comunicações precárias com os centros urbanos. (39)



Figura 3 - Fotografia da Fazenda Guanabara - Almanack do Jahú 1902
Acervo Ítalo Poli Jr. Autor desconhecido.

O relato do Almanaque do Jahú (p. 101) revela aspectos fundamentais da fazenda através de duas passagens complementares. A primeira destaca sua estrutura social: "Um golpe de vista sobre a gravura [...] dá ideia clara e geral da organização deste importante

estabelecimento agrícola, de propriedade do cap. José de Azevedo e Silva [...] A sua população é de 135 almas; sendo 25 famílias, quase todos originários da Itália". A segunda passagem oferece uma perspectiva paisagística: "[...] a vista passa pelos verdejantes canaviais e vai se perder em horizonte longínquo: no azul das mattas, além do Tietê" (p.101). Esta construção imagética apresenta a integração entre campos cultivados e matas preservadas, exemplificando uma representação comum das fazendas paulistas no período - a estabelecimentos de florestas produtivas com domínio territorial. (40)

Com altitude de 600 metros e clima "salubérrimo", caracterizado por variações térmicas moderadas, a fazenda apresentava condições ideais tanto para o cultivo quanto para a habitação. Sua localização estratégica, a 12 quilômetros de Jaú e próxima à vila Ribeiro, facilitou o escoamento da produção e a integração com os centros urbanos emergentes. A organização espacial seguia uma lógica produtiva bem definida: uma casa-sede, estrategicamente posicionada, permitia a supervisão das atividades agrícolas, como o movimento nos terreiros de secagem, lavadouros e a colônia de trabalhadores. A propriedade contava com 52 edificações, incluindo moradias para colonos e trabalhadores eventualmente, estabelecendo um padrão na estrutura social em formação no campo paulista. A fotografia da propriedade registra esta organização, mostrando as construções planejadas, o terreiro de café e os espaços de circulação, além dos carros e animais de montagem que expressam a articulação entre tecnologia, organização social e práticas agrícolas da época.

A realidade documentada em 1908 contrasta s com a descrição idílica do almanaque de 1902. O mapa anexo ao processo de divisão da Fazenda Monte Alegre (da qual a Guanabara era parte) registra apenas 'capoeira fina' - vegetação típica de áreas agrícolas abandonadas - onde antes se descreviam prósperos canaviais. O processo de divisão também não menciona as estruturas de beneficiamento da cana antes existentes, como engenhos e alambiques. (41)

Esta transformação, analisada por Flávia Arlanch em *Faces da Dominação da Terra*, apresenta um padrão que desafia narrativas tradicionais sobre a expansão agrícola paulista: o declínio da produção canavieira não resultou na conversão imediata das terras para o café, mesmo em um período de valorização desta cultura. Este caso específico sugere que a transição entre diferentes culturas agrícolas enfrentava restrições - fossem elas ambientais, econômicas ou sociais - mais complexas do que se considera na história da agricultura paulista.

O processo de transformação da paisagem na fazenda alude a uma abordagem que conciliava interesses produtivos com considerações ambientais. A ocupação da encosta do Córrego da Alzira exemplifica essa estratégia: o plantio dos cafezais foi realizado em etapas, começando na parte inferior da encosta e expandindo, em 1895, para a posição superior. Entre as duas áreas de cultivo, foi mantida uma faixa de mata nativa com 150 metros de largura.(42)

Essa faixa preservada desempenhava múltiplas funções. Além de servir como marco divisório natural entre as áreas cultivadas, atuava como um corredor de vegetação, permitindo a conectividade entre os fragmentos remanescentes de mata. O depoimento de Antônio Joaquim da Costa, em processo judicial, corrobora essa prática: mesmo com a abertura de novos cafezais em 1895, que ocuparam 10 a 12 alqueires de mata virgem, uma faixa de vegetação foi preservada.

A Fazenda Monte Alegre incorporou elementos naturais como princípios organizadores de seu território. A disposição das estruturas exemplifica este planejamento: a casa de Andrade Coutinho ocupava a margem esquerda do córrego, enquanto os cafezais se estendiam pela margem direita. Esta distribuição espacial evidencia como os acidentes geográficos orientavam a ocupação do território, estabelecendo divisões naturais entre áreas habitadas e produtivas.

O padrão de ocupação da fazenda contradiz a ideia comum de um avanço desordenado sobre áreas naturais durante a expansão cafeeira. A transformação da paisagem na Monte Alegre seguiu critérios específicos que consideravam tanto necessidades produtivas quanto características ambientais, resultando em uma propriedade que mantinha equilíbrio entre áreas cultivadas e preservadas.

O contexto descrito por Arlanch destaca como questões sociais e legais influenciavam as decisões sobre o uso do solo. Disputas entre condôminos, como a registrada no processo judicial entre Antônio Manoel de Moraes Navarro e os Andrade Coutinho, designam que a expansão agrícola ocorria em um ambiente de crescente competição por terras. Decisões sobre preservação ou cultivo tinham implicações que iam além do âmbito ambiental, alcançando esferas sociais e jurídicas.

Portanto, o padrão que mantinha faixas de vegetação entre áreas cultivadas, seguia necessidades práticas e limitações técnicas do período. A preservação de corredores de mata atendia a funções específicas: fornecimento de madeira, proteção de recursos hídricos, delimitação natural de áreas produtivas e facilitação do manejo do gado. Embora estas práticas possam parecer alinhadas com princípios atuais de conservação, elas respondiam primariamente a demandas produtivas e operacionais da fazenda.

A Fazenda Independência configurou-se como um núcleo populacional estruturado, com características proto-urbanas. A diversidade de estabelecimentos comerciais e serviços presentes na fazenda conferia-lhe uma dinâmica própria de pequenas cidades: barbeiro, farmácia, sapataria, loja de armarinhos e armazém de secos e molhados. Serviços modernos, como telefone e água encanada, somavam-se a escritórios especializados em ferraria, carpintaria e serraria, essenciais tanto para a manutenção das atividades produtivas quanto para o bem-estar da comunidade. Relatos do *Almanack do Jahú* destacam ainda a existência de um centro social e comercial vibrante, onde a vida comunitária era marcada por celebrações carnavalescas e pela presença de uma banda musical, elementos típicos da sociabilidade urbana da época. (43)

Com seus 900 alqueires (2.178 hectares), a dimensão produtiva da fazenda era digna de nota. A lavoura contava com 200 mil pés de café, gerando uma produção média de 20 mil arrobas. O sistema de beneficiamento enumerava os seguintes aparelhos: terreiros ladrilhados, com capacidade para processar 5.000 alqueires de café, integravam-se a um sistema de lavagem que otimizava a qualidade dos grãos. A fazenda fez uso de recursos naturais: três quedas d'água do Ribeirão Figueira geravam energia hidráulica equivalente a dezoito cavalos de força, distribuída entre o beneficiamento do café (dez cavalos) e a serraria (oito cavalos). Essa solução energética representava um avanço na gestão operacional e na redução de custos.



Figura 4 - Fotografia Fazenda Independência
Acervo Ítalo Poli Jr. Autor desconhecido.

A Fazenda Independência adotava um modelo de ocupação territorial. Em seus 900 alqueires, 500 mantinham-se cobertos por matas virgens e capoeiras, constituindo uma reserva estratégica de recursos naturais. As margens do rio Jacaré Pepira abrigavam duas invernadas para pastagens - uma estrutura que garantia suporte à pecuária nos períodos de entressafra e complementava o sistema produtivo.

A estrutura social da fazenda incluía 56 famílias de colonos e trabalhadores especializados, como camaradas de terreiro, cocheiros, transportadores e auxiliares administrativos. Essa configuração revela a transição do trabalho escravizado para o assalariado, estruturando uma hierarquia ocupacional bem definida.

A Fazenda Independência ocupava uma posição geograficamente vantajosa: distava três léguas de Jaú, duas de Bocaina e duas de Dourados (grafia da época), o que facilitava o escoamento da produção e as trocas comerciais. A estrutura administrativa da propriedade, dividida entre José Pereira Pinto de Toledo e o administrador Fridorf Hyertquist, representa a adoção de práticas gerenciais características das grandes propriedades cafeeiras do período, incluindo a contratação de expertise internacional.

No início do século XX, o sul do município de Jaú abrigava quatro grandes estabelecimentos agrícolas: as fazendas Conquista, São João, Irissanga e Guanabara. A Fazenda Conquista, administrada pelo Capitão Antonio de Moraes Navarro, filho do Tenente Moraes Navarro - um dos fundadores de Jaú -, integrava o núcleo de expansão da cafeicultura na região.(44)

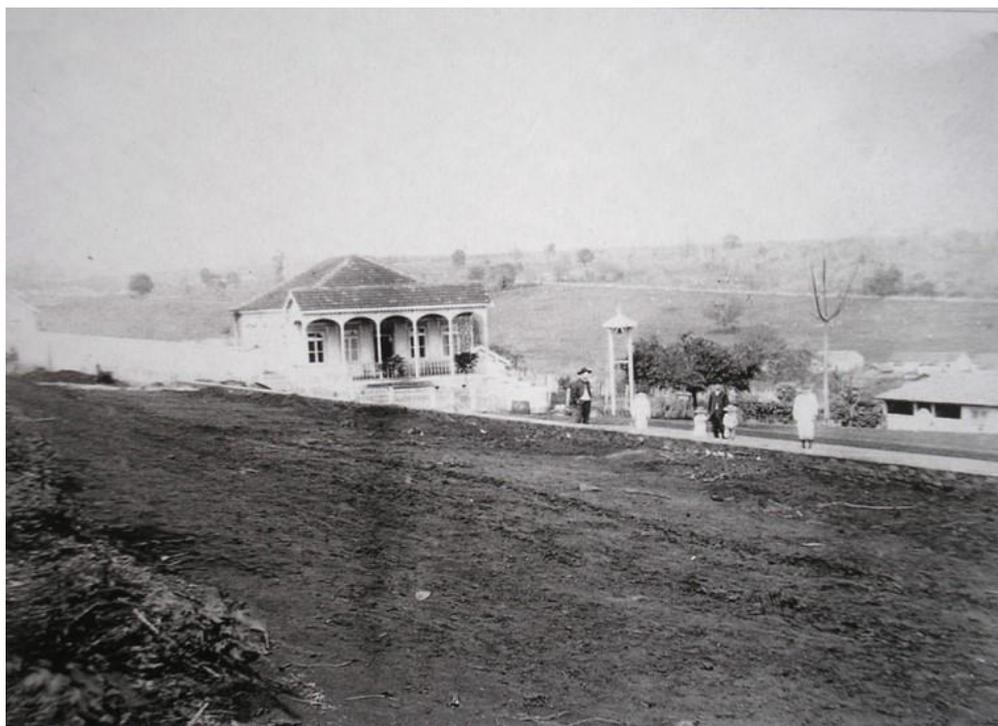


Figura 5 - Fotografia Fazenda Conquista
Acervo Ítalo Poli Jr. Autor desconhecido.

A fertilidade da terra roxa, característica da região, era a base dos 120 alqueires da fazenda. A distribuição do terreno seguia uma lógica produtiva: 30 alqueires permaneciam incultos, 22 destinavam-se a pastagens, e o restante sustentava cultivos diversos. O café dominava a produção, com 120 mil pés, dos quais 40 mil ainda não haviam atingido a fase produtiva. A colheita média anual alcançava 8.000 arrobas, estipulava a relevância da lavoura para a economia local.

A sede incorporava elementos modernos para a época: linhas arquitetônicas imponentes, telhado de quatro águas e varanda frontal apoiada em colunas, compondo uma edificação de notável refinamento. O complexo da fazenda integrava 25 residências para colonos, construídas em tijolos e pintadas de branco, marcando a organização social e estética do espaço. O terreiro de café, dividido em onze seções impermeabilizadas com piche, indicava o cuidado técnico no processamento dos grãos. Contando com um sistema de água encanada que abastecia todas as dependências. Também, incluía uma estrebaria equipada com lavadouros para animais, espaços para guarda de veículos e arreios, dois chiqueiros assoalhados com água corrente, quatro edificações auxiliares e um pomar diversificado.

A Fazenda Barra da Estrela, localizada na atual estrada vicinal de Amaralina, no município de Jaú, foi palco da história da família Guerra e de uma das configurações agrárias do município. Sob a administração de Eduardo Pinto de Camargo, que também gerenciava dois sítios na localidade hoje conhecida como Campo Alegre. Diferentemente de muitas propriedades da época, voltadas exclusivamente ao cultivo de café, a Barra da Estrela mantinha um sistema produtivo variado, com ênfase na cana-de-açúcar para a produção de aguardente, além do cultivo de café e da criação de bovinos e suínos para subsistência.

Essa característica alinha-se à análise de Flávia Arlanch Martins de Oliveira em *Faces da Dominação da Terra (Jaú 1890-1910)*, que menciona a persistência do cultivo de cana e fumo em algumas propriedades da região, mesmo durante o auge da expansão cafeeira entre os séculos XIX e XX. O inventário de Ignacio de Camargo Guerra, irmão de Eduardo (Arquivo Municipal de Jahu, 1º Cartório do 1º Ofício, datado de 14/03/1902), comprova essa vocação. Entre os bens listados, destacam-se alambique, tachos, engenhos e formas de açúcar. Posteriormente, há registros de que Ana de Almeida Rocha, segunda esposa e viúva de Ignacio, permaneceu na fazenda, dedicando-se ao plantio de milho, à produção de farinha e à comercialização, atividades que garantiam sua subsistência e de sua família.

Na década de 1870, Ignacio e seus irmãos - Eduardo, José Bernardes de Oliveira e Joaquim Bernardes de Oliveira - partiram de Itu rumo a estas terras. Mesmo estabelecidos e trabalhando na fazenda, não detinham sua propriedade, uma condição característica das relações entre familiares próximos e agregados da época. A trajetória familiar de Ignacio se desdobrou em dois matrimônios: o primeiro, com Antônia Domingues Guerra, gerou dez filhos; o segundo, com Ana de Almeida Rocha, trouxe mais cinco descendentes. Entre estes últimos, destaca-se João do Prado Guerra, nascido em 1894, que aos 17 anos desposou Elidia Rodrigues Pinto, tornando-se figura central na perpetuação da presença familiar na fazenda.

O inventário de Eduardo Pinto de Camargo, registrado em 23 de julho de 1912, definiu os limites de seu patrimônio, que incluía, além da Barra da Estrela, propriedades no Povoado de Araras (atual Potunduva) e em Jaú. Sem descendentes diretos, Eduardo deixou seus bens à viúva Maria Augusta Neves de Carvalho — filha de Manoel Vidal Neves de Carvalho, figura emblemática da vida urbana de Jaú, conforme descrito na obra *Jahu em 1900*, de Sebastião Teixeira — e a alguns sobrinhos do primeiro casamento de Ignacio. Na década de 1930, ocorreu uma transição significativa: João do Prado Guerra, pai de onze filhos, adquiriu e permutou terras na região por um sítio em São José, próximo ao bairro do Campinho. Essa mudança inaugurou um novo capítulo na saga familiar, que se estendeu pelo bairro da Barra Mansa e áreas adjacentes, conforme relato de Gerson Guerra Pinto ao autor em 01/03/2014. (45)

O Plano de Manejo da Reserva Ecológica Amadeu Botelho, elaborado por Regina Helena Pessoa em 2013, estuda a Fazenda Santo Antônio dos Ypês no decorrer de sua formação. A análise desta propriedade específica oferece evidências sobre as mudanças nos padrões de ocupação e uso do solo na região após 1850. (46)

A ocupação inicial da região remonta a 1837, quando Manoel Joaquim Lopes e seu cunhado Xavier estabeleceram a Fazenda São João às margens do rio Jaú, após atravessarem a Serra de Brotas. O cultivo do café começou em 1846 na área posteriormente denominada Sesmaria do Banharão, inaugurando um processo específico de transformação do uso do solo que se intensificaria nas décadas seguintes.

Um momento significativo neste processo ocorreu em 1879, quando Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal, adquiriu 1.600 alqueires na região. A subdivisão destas terras em diversas propriedades, incluindo a Fazenda Santo Antônio, coincidiu com a expansão da malha ferroviária que conectava São Carlos, Araraquara e Jaú, alterando as dinâmicas de produção e circulação na região.

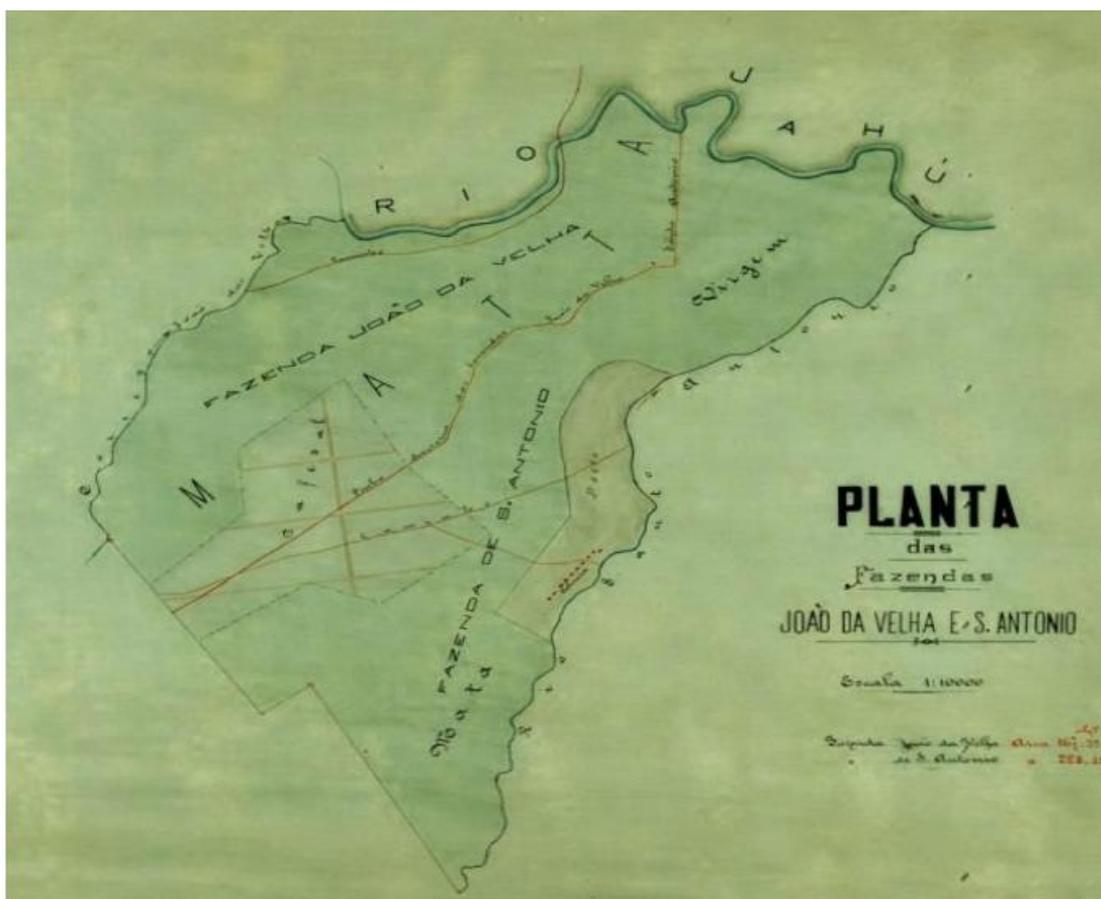


Figura 6 - Mapa da planta das fazendas de Carlos Amadeu de Arruda Botelho em 1904, com destaque para a Fazenda João da Velha e a Fazenda Santo Antônio, localizada em Jaú, SP.

Em 1901, após o falecimento do Conde do Pinhal, Carlos Amadeu herdou a Fazenda São Carlos e ampliou suas terras adquirindo a Fazenda Santo Antônio de seu irmão. A propriedade resultante, com aproximadamente 400 alqueires, mantinha 29% de sua cobertura florestal original - um padrão documentado em outras fazendas de Jaú durante o período de expansão cafeeira.

Seu casamento em 1906 com Brazilia Whitaker de Oliveira Lacerda revela as estratégias de aliança entre famílias tradicionais paulistas. A união consolidou relações sociais e econômicas entre os grupos familiares, e ainda influenciou as práticas de gestão das propriedades. A administração implementada por Carlos Amadeu seguia um padrão específico de ocupação do território: as áreas de maior fertilidade eram destinadas aos cultivos comerciais (café e milho), enquanto os terrenos mais acidentados mantinham sua cobertura florestal.

A preservação de áreas florestais nas propriedades de Carlos Amadeu de Arruda Botelho se insere em um contexto específico de gestão territorial no início do século XX. Estas práticas, que antecederam as regulamentações do primeiro Código Florestal brasileiro da década de 1930, indicam como alguns proprietários rurais desenvolveram estratégias próprias de manejo que incluíam a conservação de matas nativas.

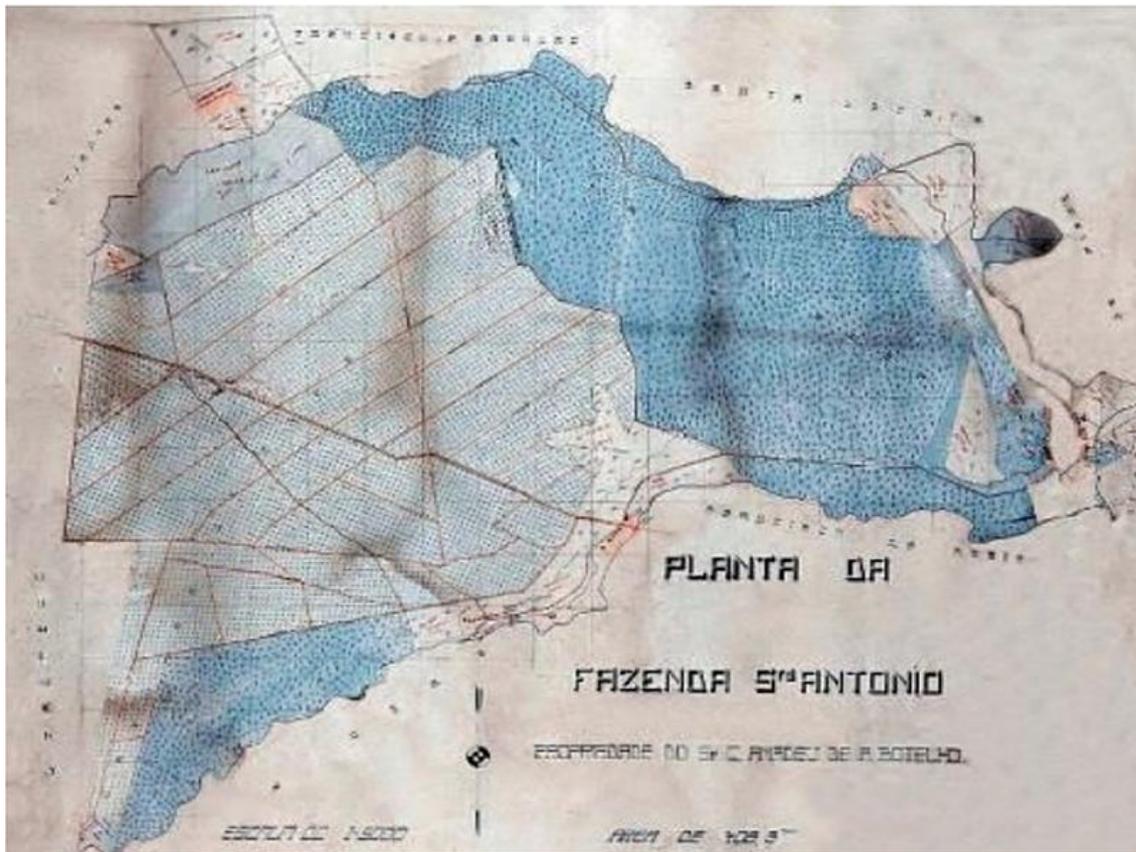


Figura 7 - Planta da Fazenda Santo Antônio, propriedade de Carlos Amadeu de Arruda Botelho, Jaú (SP), 1930.

A demarcação em azul de 1930 das áreas de mata preservada permite compreender como estas práticas de conservação se materializavam no território. Este registro coincide com o momento em que Antônio Carlos Lacerda de Arruda Botelho, aos 22 anos, assumiu a administração da propriedade após um período de aprendizado com seu pai.

Antônio Carlos introduziu mudanças nos padrões produtivos da fazenda. Para além das culturas estabelecidas - café, milho e pastagens - a propriedade passou a produzir abóbora, inhame, taioba, mandioca, feijão, arroz, mamona e algodão, além da criação de suínos. Esta diversificação produtiva indica uma reconfiguração das estratégias econômicas da propriedade em resposta às transformações do mercado agrícola.

A morte de Carlos Amadeu em 1953 iniciou uma nova fase na história da propriedade, alterando sua estrutura administrativa e patrimonial. Esta transição ocorreu em um contexto mais amplo de transformações na agricultura paulista, quando muitas propriedades cafejeiras tradicionais passavam por processos de fragmentação ou reconversão produtiva. Entre 1953 e 1963, Antônio Carlos adquiriu as partes de seus irmãos, reunificando a propriedade. Esta concentração do controle sobre as terras possibilitou novas transformações na organização produtiva da fazenda.

A gestão unificada de Antônio Carlos reconfigurou a produção agrícola com a introdução de culturas como soja, cana-de-açúcar, limão siciliano, laranja e fumo. No entanto, estas mudanças mantiveram as áreas de mata nativa demarcadas no mapa de 1930. A permanência destas práticas

de conservação, mesmo em um contexto de intensificação produtiva, revela uma forma específica de compreensão sobre a gestão dos recursos naturais que se transmitiu entre gerações da família.

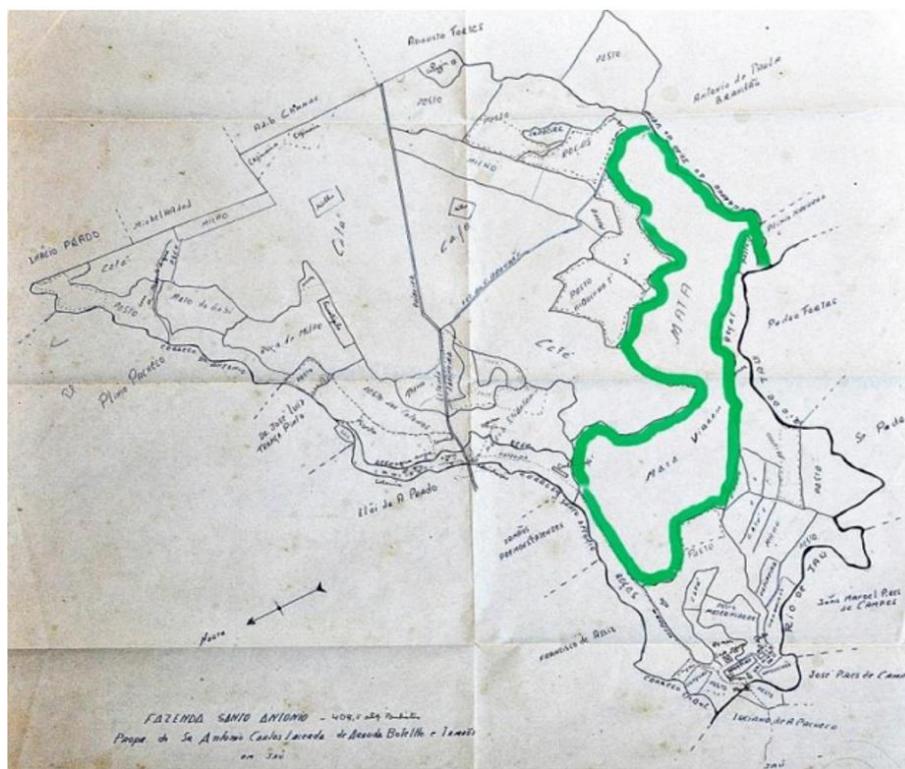


Figura 8 - Planta da fazenda Santo Antônio em 1944
Plano de Manejo, 2013 com documentos dos proprietários.

A partilha da Fazenda Santo Antônio em 1976 estabeleceu um modelo particular de gestão ambiental. Antônio Carlos e sua esposa, ao dividirem a propriedade entre seus oito filhos, mantiveram 190 hectares de área florestal sob propriedade coletiva. Esta decisão criou um arranjo institucional específico que permitiu preservar a integridade do fragmento florestal mesmo após a fragmentação da propriedade original.

A transição da administração para Antônio Carlos Botelho Müller Carioba em 1994 coincidiu com um período de novas demandas para a conservação em áreas privadas. O enfrentamento de questões como caça ilegal e intrusões não autorizadas designou as limitações dos mecanismos tradicionais de proteção ambiental, indicando a necessidade de instrumentos legais mais efetivos.

A criação da Reserva Ecológica Amadeu Botelho representou uma etapa na institucionalização das práticas conservacionistas desenvolvidas pela família ao longo de gerações. O programa de educação ambiental iniciado em 1998 ampliou as funções sociais da área protegida, incorporando atividades educativas às práticas de conservação já estabelecidas.

O processo de transformação da área em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) estipulou as complexidades da gestão ambiental em propriedades coletivas. A necessidade de aprovação de seis entre os oito coproprietários demonstra como as decisões sobre conservação

se articulavam com as dinâmicas familiares. O reconhecimento oficial de 142,88 hectares como RPPN em 2000 formalizou legalmente as práticas de conservação desenvolvidas pela família ao longo do século XX, estabelecendo um novo marco institucional para a proteção da área.

A Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabelece parâmetros específicos para classificação de Unidades de Conservação. Uma área protegida, para se enquadrar como UC, precisa atender a requisitos técnicos e administrativos precisos: constituir um espaço territorial instituído legalmente, ter objetivos de conservação explícitos, limites demarcados, regime especial de administração e garantias de proteção.

Em Jaú, a RPPN Amadeu Botelho constitui um caso único e particular de adequação a estes critérios. O reconhecimento desta área como Unidade de Conservação de Uso Sustentável se fundamenta em seu status legal e ainda na implementação de um plano de manejo que orienta suas atividades de conservação. Esta conformidade com os requisitos do SNUC diferencia a RPPN das demais áreas verdes do município.

O Parque do Rio Jaú, por exemplo, mesmo desempenhando funções importantes para a cidade, não se configura como UC nos termos da legislação federal. Sua vocação para atividades de lazer e recreação urbana o distancia dos critérios técnicos estabelecidos pelo SNUC. De modo similar, o Horto Municipal e o Horto Estadual, voltados para produção de mudas e educação, cumprem papéis específicos que não se alinham às categorias previstas na lei. Áreas como a Marambaia, as reservas legais e a mata ciliar do rio Jacaré Pepira, embora contribuam para a conservação ambiental local, operam sob marcos legais distintos do SNUC. Estas áreas encontram proteção em outros instrumentos jurídicos, como o Código Florestal, que estabelecem parâmetros próprios de preservação.

Esta distribuição de áreas protegidas em Jaú mostra como diferentes instrumentos legais podem coexistir na proteção ambiental. Enquanto a RPPN Amadeu Botelho representa uma forma específica de conservação, alinhada aos critérios do SNUC, outros espaços naturais do município se organizam segundo diferentes arranjos institucionais e legais, cada qual com suas particularidades de gestão e objetivos de conservação.

Desenvolvimento Urbano e Transformações Sociais

A fotografia de Jaú em 1888, reproduzida por Stiarbi, captura a fase inicial da formação urbana do município. A imagem mostra a coexistência entre as primeiras estruturas citadinas e a paisagem rural do entorno, característica das cidades do interior paulista no final do século XIX.

A arquitetura registrada na fotografia expressa características dos primeiros núcleos urbanos do interior brasileiro. As edificações térreas, construídas com técnicas tradicionais que empregavam barro e madeira, seguiam padrões da arquitetura colonial adaptados às condições e materiais locais. A disposição das casas no terreno e o desenho dos telhados indicam como as construções respondiam tanto a necessidades práticas quanto às possibilidades técnicas do período. A ausência de verticalização e o predomínio de construções simples exprimem os limites do desenvolvimento urbano naquele momento.

A fotografia sugere aspectos específicos com ruas em processo de traçado e edificações dispersas, intercaladas por espaços abertos que ainda mantinham características rurais. Esta configuração espacial sinaliza a fase transitória entre povoado e centro urbano, quando os limites entre cidade e campo permaneciam fluidos.

No centro da imagem, uma lagoa natural demonstra como os recursos hídricos influenciavam a configuração do espaço urbano, servindo tanto ao abastecimento da população quanto como elemento organizador da paisagem. A presença de palmeiras e árvores dispersas delimita a transição entre ambiente natural e sua consequente ocupação urbana.

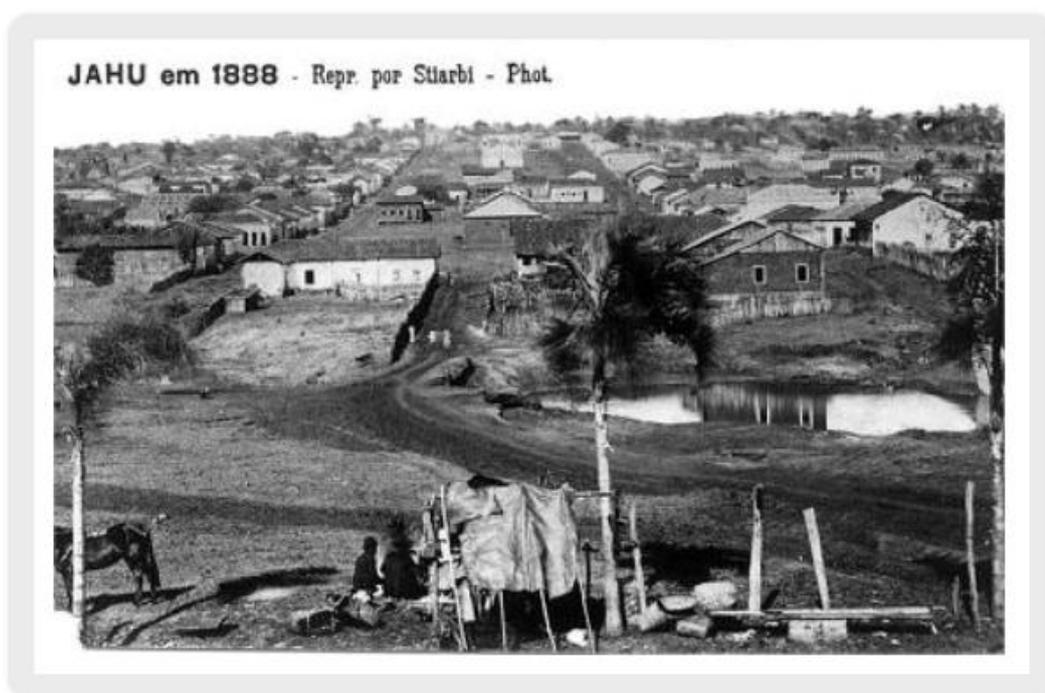


Figura 9 - Fotografia da cidade de Jaú em 1888, reproduzida por Stiarbi

O primeiro plano da imagem retrata elementos do cotidiano através da cultura material: uma estrutura improvisada, provavelmente usada para comércio local, duas figuras humanas que parecem ser trabalhadores ou comerciantes, e uma carroça que aponta para as práticas de transporte e comércio. No segundo plano, a capela de Nossa Senhora do Patrocínio, em sua versão anterior de alvenaria, divide o espaço com residências de influências arquitetônicas variadas, como chalés - um testemunho da diversidade cultural que caracterizava o ambiente construído.

O momento histórico do registro - 1888 - situa a imagem em um contexto de transformações estruturais. A abolição da escravatura naquele ano e a iminente Proclamação da República marcavam mudanças nas relações de trabalho e na organização política que afetariam núcleos urbanos como Jaú. A paisagem expressa este momento de transição: um centro urbano ainda com viés rural, começando a experimentar os impactos da economia cafeeira e da reorganização do trabalho.

O *Código de Posturas* da cidade de Jaú, aprovado em 1888 por Lei Provincial nº 124, apresenta um descritivo das divisas municipais que proporciona pistas sobre a configuração da paisagem local naquele período. Esse documento, publicado no *Correio Paulistano*, Anno XXXIV, nº 9581, de 9 de agosto de 1888, descreve elementos geográficos e territoriais que caracterizavam a cidade e seu entorno, a transição entre o rural e o urbano em Jaú durante a década de 1880 se manifestava na própria organização espacial da cidade.

Art. 1º

Emquanto não se fizer regular tombamento do patrimonio do Jahú, o perimetro da villa comprehenderá a area contida entre as divisas seguintes: Principiará a linha divisoria na porteira do pasto de João Domingues Maciel, d'ahí seguirá pela divisa tida actualmente como do patrimonio com terras de Dona Leocadia Maria, Joaquim Maia, herança de Lucio Arruda Leme e Conde do Pinhal. até encontrar o corrego da Figueira, pelo qual descerá até o mesmo fazer barra com o rio Jahú, ficando comprehendido dentro do perimetro o prolongamento da rua do Commercio, desde a ponte sobre o corrego da Figueira, até a porteira, que fica na estrada que vae para Dous- Corregos e Banharão.

Depois seguirá pelo rio Jahú abaixo até a rua Direita e seguindo em direcção dessa rua subirá o Largo de S. Sebastião, que circundará descendo pela rua da Palma, comprehendendo no perimetro o prolongamento dessa rua, até a casa de José Pedro de Camargo e da rua da Palma, logo que encontre o rio Jahú, descerá por este até a cerca a porteira onde tem principio e fim a divisa.(47)

O *Código de Posturas* de Jaú de 1888 menciona elementos geográficos, como o córrego da Figueira, o rio Jaú, além de propriedades e ruas, esclarecendo a relação intrínseca entre a cidade nascente e seu entorno natural e construído.

À época, a paisagem de Jaú se caracterizava pela fusão de elementos urbanos e rurais. As menções a porteiras, pastos e propriedades - pertencentes a João Domingues, Joaquim Maia, os herdeiros de Lúcio Arruda Leme e do Conde do Pinhal - retratam um espaço urbano ainda entrelaçado com áreas rurais. Os cursos d'água, como os córregos e o rio Jaú, funcionavam como limites naturais e marcos paisagísticos, expressando a persistência de áreas naturais durante o processo de urbanização. O crescimento urbano se manifesta nas referências ao prolongamento de ruas como a do Comércio e a Direita, sinalizando a expansão do perímetro urbano. Este processo marca o início de uma urbanização, alterando as relações entre propriedades e estabelecendo nova organização territorial. Lugares como a Rua da Palma, o Largo de São Sebastião e a casa de José Pedro de Camargo compõem uma cidade em transformação, que mantinha seus vínculos com o entorno rural e elementos naturais.

O *Código de Posturas* registra a presença de Dona Leocádia Maria, conhecida como Leocádia da Silva Maia, nascida em Itajubá, Minas Gerais, conforme registro de batismo em 1826. Ao se estabelecer em Jaú com o marido, João da Silva Maia, e seus filhos, Leocádia adquiriu terras que mais tarde se incorporaram ao núcleo urbano da cidade. José João Mendes Garcia, em depoimento de 2015, localiza estas propriedades na área onde hoje funciona a ETEC Joaquim Ferreira do Amaral. A perda destas terras, possivelmente relacionada à cobrança de tributos municipais, ilustra os desafios enfrentados pelos pioneiros para formalizar e manter suas posses durante a expansão urbana.

Além das terras urbanas, a família Maia também estava alocada na região de Anhumas, ao sul do município. Essa distribuição aponta para uma atuação tanto em contextos urbanos quanto rurais. A presença de pessoas escravizadas em suas propriedades reflete as dinâmicas econômicas e sociais do período, quando o trabalho escravizado ainda sustentava a produção agrícola e muitas vezes a vida urbana. O relato de Sebastião Teixeira sobre Jaú em 1900, que a cidade contava com cerca de 400 edificações, predominantemente construídas com madeira e barro. Essa técnica construtiva faz a delimitação de recursos quanto as práticas tradicionais do período. A transição para construções mais sólidas foi simbolizada pela primeira casa de tijolos, erguida em 1881 por Eufrosino da Silva Maia no Largo da Matriz, representando a introdução de padrões construtivos alinhados às aspirações de modernização urbana. Teixeira descreve edificações dispersas, "guardando grandes distâncias entre si", concentradas em ruas como a Rua das Flores (atual Marechal Bittencourt). Esse padrão inicial de ocupação influenciou o desenvolvimento subsequente, mesmo após a chegada da ferrovia em 1887. A existência de apenas um sobrado entre as 400 construções, conhecido como "Sobradinho" (hoje Rua Tenente Lopes), ilustra os limites técnicos e econômicos da construção civil local, mas também sinaliza a introdução gradual de práticas transformadoras. (48)



Figura 10 – Fotografia Vista parcial da cidade de Jaú.
Acervo Ítalo Poli Jr.

O início da urbanização em Jaú caracterizava-se por uma transição fluida entre os ambientes rural e urbano, padrão comum nas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do XX. O tecido urbano mesclava construções dispersas e ruas sem pavimentação com edificações de destaque - a Igreja Nossa Senhora do Patrocínio e o Grupo Escolar Dr. Pádua Salles incorporavam elementos da arquitetura eclética então em voga no Brasil. A cidade nascente estabelecia uma relação constante com o ambiente natural: o relevo suavemente ondulado moldava a distribuição das edificações, enquanto o rio Jaú, como elemento estruturante, orientava o traçado das vias e a organização espacial.

O rio Jaú moldou o desenvolvimento urbano do município. Como manancial principal, determinou os padrões iniciais de ocupação, com a cidade expandindo-se ao longo de suas margens. A vegetação ciliar que acompanhava o curso d'água foi incorporada à estrutura urbana, criando uma característica distintiva da paisagem local. No entanto, a proximidade entre cidade e rio também trouxe desafios específicos à administração municipal, como o gerenciamento de enchentes e a manutenção das áreas ribeirinhas.



Figura 11 – Jahu – Retratos de uma Época – 1900-1920.
Santos e Feltrin Jr.

Os marcos arquitetônicos de Jaú expressavam múltiplas dimensões da vida urbana. A Igreja Nossa Senhora do Patrocínio, em sua posição proeminente, materializava a centralidade da vida religiosa na organização social e cultural. O Banco Melhoramentos, o Theatro Carlos Gomes e o Mercado Municipal encarnavam o desenvolvimento econômico e cultural, marcando o processo de modernização. A adoção do estilo eclético nestas edificações, com sua fusão de influências europeias e brasileiras, retratava as correntes arquitetônicas da época.

A estrutura urbana de Jaú incorporava diferentes padrões de vegetação: áreas com remanescentes da flora original mesclavam-se a zonas de arborização planejada. As praças e espaços abertos mantinham parte da cobertura vegetal nativa, enquanto novas áreas recebiam plantios sistemáticos de árvores.

O cotidiano de Jaú se desenvolvia em ruas não pavimentadas, onde as interações entre moradores mantinham características de proximidade pessoal. As praças e espaços públicos, ainda em fase inicial de urbanização, serviam como principais pontos de encontro e socialização da população. A configuração espacial da cidade articulava elementos naturais e construídos, expressando tanto sua organização física quanto as dinâmicas sociais, econômicas e culturais de seus habitantes. Esta estrutura urbana específica condicionava as formas de ocupação e uso do espaço pela população local.



Figura 12 -Jahu Vista Parcial - Foto Busnardo
Jahu – Retratos de uma Época – 1900-1920 – Santos e Feltrin Jr.

Na primeira perspectiva, o tecido urbano ainda esparsa dissolve-se gradualmente em direção às áreas periféricas, onde predominam terrenos alagadiços e vegetação natural. No horizonte, a Igreja Nossa Senhora do Patrocínio destaca-se como um marco visual e simbólico, refletindo a centralidade da instituição religiosa na organização social e espacial da época.(49)

A segunda perspectiva, focada na Rua Edgard Ferraz, retrata o dinamismo do núcleo comercial. As fachadas dos estabelecimentos, como a Casa Magnani e Callis Joias, ostentam o estilo eclético do período através de ornamentos que mesclam diferentes influências decorativas. A Rua Major Prado, com seu traçado retilíneo, expressa as diretrizes de planejamento urbano típicas das cidades em expansão no início do século XX, pautadas por uma lógica de crescimento ordenado.

O conjunto de imagens revela um padrão específico de ocupação urbana: edifícios comerciais e públicos de maior porte concentravam-se no centro, enquanto construções mais

modestas ocupavam as áreas periféricas. Esta distribuição espacial expressa a organização econômica e social do período. A disposição de árvores e jardins entre as edificações seguia um modelo de urbanização que incorporava espaços verdes à malha urbana.

A malha viária retilínea, particularmente visível na fotografia de Photo Busnardo, reforça o planejamento urbano estruturado, que facilitou a expansão organizada da cidade. As ruas bem definidas articularam os espaços comerciais e residenciais, criando uma base que sustentaria o crescimento futuro. Essa organização, embora não completamente visível nas imagens, desenvolvia-se em diálogo constante com o rio Jaú, elemento natural que influenciava o traçado urbano e condicionava seu crescimento.

As fotografias de Jaú, quando analisadas sob a perspectiva proposta por Simon Schama em *Paisagem e Memória*, oferecem evidências sobre os valores culturais, aspirações sociais e memórias coletivas que orientaram a construção do espaço urbano.(50)

Na primeira fotografia, a tensão entre o natural e o construído emerge como elemento central da narrativa visual. A abundância de áreas periféricas e o horizonte dissolvendo-se na paisagem rural não representam apenas espaços não urbanizados, mas simbolizam a fronteira entre o selvagem e o domesticado — um conceito identificado por Schama como recorrente na construção cultural das paisagens. O núcleo urbano em formação, em contraste com a natureza circundante, materializa o ideal de expansão civilizatória que marcou o Brasil no início do século XX. A Igreja Nossa Senhora do Patrocínio, destacada no horizonte, ultrapassa sua função religiosa, tornando-se um marco simbólico da organização espacial e social. Sua proeminência visual sugere a centralidade da instituição religiosa na identidade urbana, descortinando o conceito de Schama sobre a persistência de símbolos na paisagem como transmissores de valores culturais ao longo do tempo.

A segunda fotografia, centrada no núcleo comercial, designa a materialização do ideal de progresso. As fachadas ornamentadas de estabelecimentos como a Casa Magnani e Callis Joias não são apenas decorativas; expressam as aspirações culturais e econômicas da sociedade local. O traçado retilíneo das ruas Edgard Ferraz e Major Prado representa mais que uma solução urbanística: simboliza a imposição da ordem racional sobre o espaço natural, refletindo o pensamento modernizador da época.

A transformação gradual do espaço rural em urbano, evidente na comparação entre as duas imagens, ultrapassa a mera expansão física da cidade. Esse processo reflete a transição de uma sociedade agrária para uma comunidade urbana emergente, onde cada edifício e cada nova rua representam avanços em direção à modernidade e prosperidade. A persistência de elementos naturais no tecido urbano — árvores dispersas entre edificações e jardins remanescentes — esclarece o que Schama define como a memória natural sobrevivente, mesmo em ambientes transformados pela ação humana. Esses fragmentos de natureza não são apenas vestígios físicos, mas também repositórios simbólicos que conectam o presente urbanizado ao passado rural.

O conjunto arquitetônico eclético de Jaú, que se manteve relativamente preservado até a atualidade com 451 imóveis identificados pela Lei Complementar nº 277 de 10 de outubro de 2006 (Plano Diretor de Jahu), representa mais que um estilo arquitetônico: constitui um documento material da transformação urbana e social do município. A fusão entre influências europeias e tradições locais, característica do ecletismo, manifestava-se em elementos como platibandas

ornamentadas, frisos decorativos, cimalkas elaboradas e a organização espacial interna que privilegiava pés-direitos altos e sistemas de ventilação natural.

O inventário dos bens culturais, estudado em *Bens culturais: município de Jaú* (Meneghello, 2021), apresenta variados estados de preservação, expressando tanto a estratificação social original quanto os desafios de conservação através do tempo. A concentração de imóveis ecléticos no centro histórico estipula o papel desta arquitetura na formação da identidade urbana de Jaú, onde as edificações comerciais mais elaboradas criavam um contraste visual e simbólico com as construções modestas da periferia.

Essa estratificação espacial e arquitetônica, ainda visível na paisagem atual, transformou a cidade em um mosaico, onde diferentes períodos históricos se sobrepõem e dialogam. O reconhecimento legal desse patrimônio através do Plano Diretor protege os aspectos físicos das edificações, e ainda preserva também a memória de um período crucial da urbanização paulista, quando cidades do interior, impulsionadas pela economia cafeeira, buscavam expressar sua modernidade através da linguagem arquitetônica.(50)

A preservação desse conjunto arquitetônico permite compreender as transformações socioculturais de Jaú entre 1890 e 1920. Conforme analisa Paiva (2001), a materialização das aspirações da elite cafeeira através da arquitetura eclética fazia parte de um projeto político mais amplo de modernização. Os códigos de posturas municipais do período, as reformas urbanas e as escolhas arquitetônicas articulavam-se em um processo de higienização e *gentrificação* do espaço urbano, estabelecendo padrões construtivos e de uso que favoreciam determinados grupos sociais enquanto excluía outros. A atual proteção legal desse patrimônio preserva, portanto, evidências materiais dessas transformações e suas contradições sociais.(50)

Essas imagens capturam a ideia de progresso, uma preocupação central nas discussões políticas e culturais do Brasil da época. À medida que Jaú se moderniza, sua paisagem deixa de ser um cenário natural para tornar-se uma manifestação material do progresso, associado à urbanização, industrialização e desenvolvimento econômico. A transição visível nas fotos — do campo cedendo espaço à cidade — simboliza a vitória da civilização sobre o primitivo, um tema recorrente nas narrativas de expansão urbana. No entanto, como Schama observa, a natureza nunca desaparece completamente. Ela persiste como vestígio simbólico, incorporada à nova paisagem urbana.

A diferença entre as duas fotos acentua uma mudança no foco simbólico. Na primeira, a vista ampla que inclui áreas rurais sugere um equilíbrio entre o campo e o núcleo urbano. Na segunda, mais concentrada no centro comercial, enfatiza-se a centralidade do poder econômico e da vida urbana. O centro da cidade, representado por edifícios comerciais como Callis Joias, emerge como o foco da vida social, econômica e cultural. É ali que os habitantes constroem narrativas de modernidade e sucesso, enquanto a periferia rural começa a ser relegada ao passado, aguardando sua integração pela expansão urbana.

A fotografia da serraria de Bortolo de Lourenço, localizada na interseção das ruas Campos Salles e Floriano Peixoto, em Jaú, representa um microcosmo das transformações sociais, econômicas e ambientais que caracterizaram o início do século XX durante a expansão urbana no interior paulista. A composição física do estabelecimento insinua uma transição tecnológica em curso na época. Os galpões de madeira, projetados de forma funcional para o armazenamento e

processamento de toras, coexistem com elementos de modernização industrial, como a chaminé que indica o uso de maquinário a vapor. Essa justaposição entre estruturas tradicionais e inovações técnicas estipula o momento de transformação nos métodos produtivos.

O grupo humano retratado na imagem é um documento social. A variação no vestuário, que vai desde trajes formais até roupas adequadas ao trabalho braçal, enseja a estratificação social presente no ambiente industrial. Esse modelo de organização do trabalho, típico de empreendimentos familiares do período, combinava relações familiares e profissionais, criando papéis sociais bem definidos dentro da microestrutura da serraria.



Figura 13 - Fotografia da serraria de Bortolo de Lourenço
Acervo Ítalo Poli Jr. Autor desconhecido.

O desenvolvimento industrial de Jaú no final do século XIX se manifesta na consolidação de seu setor madeireiro, documentado no *Almanach da Província de São Paulo de 1888*. A operação simultânea de cinco engenhos de serra por diferentes proprietários sinalizava uma resposta à crescente demanda por materiais de construção, impulsionada tanto pela expansão urbana quanto pelo avanço da fronteira agrícola. Esta diversificação produtiva marcava um momento de transição na economia regional, onde as novas tecnologias de processamento da madeira se articulavam com as necessidades de uma sociedade em transformação. (51)

Entre os proprietários destacavam-se o Tenente Francisco de Oliveira Mattosinho e o Conde do Pinhal, representando uma elite local que diversificava seus investimentos entre setores econômicos distintos. A caracterização da oficina do Conde do Pinhal, destinada ao "corte e preparação de madeiras", indica uma operação mais sofisticada, possivelmente equipada com tecnologia avançada para a época. Essa diferenciação tecnológica sugere uma hierarquia entre os

estabelecimentos, onde alguns mantinham métodos tradicionais enquanto outros investiam em processos modernos, adaptando-se às inovações mecânicas emergentes. O uso de energia a vapor representou um avanço, aumentando a capacidade produtiva e permitindo o processamento de maiores volumes de madeira.

A localização geográfica desses empreendimentos aponta uma expansão territorial que acompanhava o crescimento urbano e agrícola. Enquanto a maioria dos engenhos concentrava-se na vila principal, a máquina de serrar madeira de Antônio José de Carvalho, localizada na freguesia do Sapé, designa-se por atender demandas de áreas mais afastadas. Os impactos ambientais dessa atividade industrial são evidentes na quantidade expressiva de troncos visíveis na fotografia. Mais que uma cena cotidiana de trabalho, o cenário simboliza o processo sistemático de transformação da paisagem natural característico do período.

Em 1922, um anúncio publicado por José Ferreira do Amaral no jornal *O Democrata* acentua aspectos do cotidiano energético de Jaú no início do século XX. (52) A comercialização de lenha picada com entrega domiciliar pela Fazenda Amaralina estabelece a relação entre o mundo rural e as necessidades da crescente população urbana. O sistema de distribuição combinava o transporte por tração animal com práticas comerciais que respondiam às demandas da cidade em transformação.



Figura 14 - Anúncio de venda de lenha *O Democrata* em 1922.
Acervo Ítalo Poli Jr.

A estrutura de preços do anúncio apresenta um panorama da economia local do período. As variações de valor em mil réis, baseadas no volume e na modalidade de entrega, mostram tanto o funcionamento do negócio quanto os diferentes padrões de consumo doméstico. A diferença entre o preço da lenha entregue e daquela retirada na fazenda indica os custos deste comércio. A presença

de um número telefônico para pedidos enseja a expansão das comunicações no interior paulista, ainda que o acesso a essa tecnologia fosse limitado.

O anúncio registra um período da história urbana de Jaú quando a infraestrutura energética da cidade dependia da lenha, antes da disseminação da energia elétrica. Ao mesmo tempo, mostra como as propriedades rurais diversificavam sua produção, estabelecendo novos vínculos com o mercado urbano.

No *Correio Paulistano*, Ano XXXV, nº 9679, 5 de dezembro de 1888, página 1:

"Na tarde de 20 do passado pairou sobre aquela villa uma violenta trovoada. As descargas elétricas sucederam-se sem interrupção. Bâtegas d'água cahiam sobre as ruas se transformando em caudalosos ribeiros; o rio Jahú cresceu rapidamente sahindo fora do seu leito ordinário, indo a uma corrente violenta e agitada, levando deante de si tudo que encontrava nos subúrbios da vila, na fazenda do sr. uma faisca elétrica, matando instantaneamente a preta Valeriana ex-escrava daquele senhor E no quintal do dr. Alvaro Botelho cahiu uma outra faisca, sem causar felizesmente desgraças." (53)

A notícia, publicada em dezembro de 1888, registra um momento particular da história social de Jaú. Nesse contexto, a identificação de Valeriana como "preta" e "ex-escrava" na propriedade de seu antigo senhor documenta as complexas relações de trabalho e dependência que se estabeleceram no período. Sua permanência na fazenda exemplifica como a transição para o trabalho livre frequentemente manteve os ex-escravizados nos mesmos espaços e relações de subordinação.

A tempestade que causou a morte de Valeriana nas áreas desprotegidas da fazenda expõe as dimensões sociais das catástrofes naturais no período pós-abolição. Enquanto a propriedade do Dr. Álvaro Botelho sofreu apenas danos materiais limitados, trabalhadores como Valeriana permaneciam expostos às intempéries em áreas sem proteção adequada. Este contraste na distribuição dos impactos da tempestade dispõe a organização espacial e material que caracterizava as relações sociais do período, onde a própria geografia da fazenda reproduzia e acentuava as hierarquias existentes.

O texto do *Correio Paulistano*, ao narrar o evento, reproduz as hierarquias sociais do período através de sua construção narrativa. A forma como Valeriana é identificada e a distinção no tratamento dado aos diferentes impactos da tempestade revelam permanências nas estruturas sociais, mesmo após a abolição formal da escravidão.

A celebração do Dia da Árvore pelos estudantes do Grupo Escolar Major Prado, em Jaú, expõe práticas sociais e educacionais da década de 1920. O evento, fotografado na Praça da República, demonstra como a escola pública atuava na formação cívica e moral dos alunos, em um momento de expansão do ensino público e fortalecimento de ideais nacionalistas.

A fotografia alude a aspectos da estrutura social da época através do vestuário dos participantes. Mesmo em uma celebração escolar, a formalidade das roupas designa códigos sociais vigentes, enquanto as diferenças nas vestimentas das crianças indicam distinções socioeconômicas presentes no ambiente escolar.



Figura 15 - Fotografia Celebração do Dia da Árvore - Grupo Escolar Major Prado
Década de 1920 - Acervo Ítalo Poli Jr. Autor desconhecido.

O cenário do evento denota diversos simbolismos. A Praça da República, como espaço de manifestações culturais e políticas, representava um dos centros da vida pública da cidade, enquanto a igreja ao fundo simbolizava a influência católica ainda predominante. Essa configuração espacial demonstra como eventos cívicos combinavam diversos elementos da comunidade, contribuindo para a construção da identidade local.

A fotografia do Grupo Escolar Major Prado da década de 1920 mostra a composição étnica diversa do corpo discente, reflexo das transformações demográficas que Jaú experimentou desde 1890 com a imigração europeia. A presença simultânea de crianças negras e descendentes de imigrantes na celebração escolar indica aspectos específicos do acesso ao ensino público no período, enquanto a disposição dos alunos na imagem evidencia persistências das hierarquias sociais do pós-abolição.

Esse registro do evento escolar adquire significados mais profundos quando contextualizado em uma sociedade onde o analfabetismo e o trabalho infantil eram realidades dominantes. Em Jaú, que se destacava como centro produtor de café segundo as pesquisas de Perides e Arlanch, o acesso limitado à educação formal se articulava com uma estrutura social voltada para a produção econômica. No período pós-abolição, três décadas após o fim formal da escravidão, estas restrições se intensificavam para a população negra, configurando como as barreiras socioeconômicas continuavam a moldar o acesso às instituições educacionais.

A composição demográfica capturada na imagem reflete transformações populacionais iniciadas com a imigração em massa a partir de 1890, processo cujos efeitos são mensuráveis até o presente - o Censo Demográfico de 2022 (IBGE) documenta o resultado desse 'branqueamento' populacional em Jaú. A presença de crianças negras na fotografia, embora registre seu acesso à educação formal, precisa ser analisada considerando o contexto mais amplo das desigualdades sociais do período.

Maria Beatriz Vidal de Negreiros Paiva, em sua Dissertação de Mestrado "*O projeto urbanístico em Jaú: a ação política e os desdobramentos sócio-culturais 1890/1920*", ao abordar o tratamento dado aos negros em 1914, observa:

"Somente a partir de um contexto de violência, preconceito e racismo tão arraigado na sociedade nacional, devido à vigência de três séculos de escravidão, associado àquele momento à ideologia da modernização e do progresso que procurava esconder os problemas sociais, é que podemos compreender a atuação da imprensa local em relação aos negros. Assim, os segmentos dominantes em Jaú expressavam o que era o pensamento da elite nacional. Do ponto de vista dessa minoria, os negros não deveriam ser incluídos no processo de modernização, pois iriam macular com a sua presença a imagem da cidade reformada. Portanto, eles deveriam viver apartados do meio social. Esse era um dos aspectos que a classe dominante local e nacional entendia como progresso e modernização."(54)

A imprensa de Jaú reforçava essas atitudes preconceituosas, alinhando-se ao pensamento da elite nacional. Para os segmentos dominantes, os negros não deveriam ser incluídos no processo de modernização, pois sua presença era vista como algo que "macularia" a imagem de uma cidade reformada e progressista. Assim, o conceito de progresso e modernização, na visão da classe dominante, tornava-se sinônimo de exclusão social e racial. Este aspecto contrasta de maneira marcante com a imagem da celebração do Dia da Árvore registrada na fotografia. Enquanto a foto apresenta uma cena de aparente unidade comunitária, o texto nos recorda das profundas divisões e injustiças que persistiam na sociedade jauense e brasileira daquela época.

A celebração, que aparentemente promovia inclusão e cidadania, era permeada por um contexto histórico de exclusão racial. Nesse cenário, o conceito de progresso foi construído sobre bases que grande parte da população, especialmente os negros, que permaneceram à margem das transformações sociais e econômicas da época. Assim, o ideal de modernidade tão almejado pela elite brasileira serviu, em muitos casos, para reforçar hierarquias sociais preexistentes.

O artigo do jornal O Diário, de 1928, relata um incidente significativo envolvendo o carpinteiro dinamarquês Hilmar Nielsen na Praça da República em Jaú. Durante seu horário de almoço, Nielsen, que trabalhava na Travessa Municipal e residia na Rua Treze de Maio, foi impedido de atravessar a praça para ir à Confeitaria Jahu por não estar usando paletó. O gerente do jardim da praça o abordou de forma autoritária, gerando uma reação do trabalhador, que considerou a interpelação injustificada, por ser um profissional respeitável, ainda que modesto. (55)

O episódio no jardim público expõe as práticas de controle social que permeavam o cotidiano urbano. O uso do paletó excedia sua função vestimentar, transformando-se em instrumento de segregação que determinava quem poderia circular em determinados espaços da cidade. A

postura do gerente materializava um conjunto de normas não escritas que, embora informais, encontravam respaldo no próprio código de posturas municipal, que institucionalizava barreiras à circulação de trabalhadores nos espaços públicos.



Figura 16 - Reprodução da edição do jornal *O Diário*, de 1928, Jahu, SP
Acervo Ítalo Poli Jr.

A publicação do caso pelo jornal *O Diário*, acompanhada de um apelo direto ao prefeito municipal, representa um momento de tensão entre diferentes concepções sobre o uso do espaço urbano. Ao tornar pública esta discriminação, o periódico questionava uma decisão individual do gerente e confrontava um sistema mais amplo de controle social que se estabelecia nos espaços públicos da cidade. A experiência do carpinteiro dinamarquês Nielsen encarna o que Marshall Berman caracteriza como a natureza paradoxal da modernidade: ao mesmo tempo que as cidades se modernizavam materialmente, criavam-se novos mecanismos de exclusão social. As transformações urbanas financiadas pelo café prometiam progresso e civilização, mas carregavam contradições profundas, expressas no cotidiano através de práticas de controle social. (55)

O processo de acumulação capitalista, centralizado nas mãos dos fazendeiros do café, fornecia a base material para as transformações urbanas em Jaú. Essa concentração de capital, além de possibilitar investimentos em infraestrutura, consolidava posições sociais específicas. Os lucros

da cafeicultura materializavam-se em elementos urbanos que simbolizavam status e poder: edifícios públicos monumentais, praças ornamentadas e sistemas de transporte modernos. A própria Praça da República, cenário do incidente com Nielsen, denuncia essa transformação do espaço urbano em instrumento de distinção social. (56)

As elites locais, ao buscar distanciar suas cidades da herança colonial, adotavam padrões estéticos e comportamentais europeus. Essa metamorfose espacial e cultural materializava-se em projetos urbanísticos que privilegiavam ordem, higiene e racionalidade. O caso Nielsen revela como esses valores, aparentemente universais, serviam como instrumentos de exclusão: a exigência do paletó representava mais que uma norma de vestimenta - era um dispositivo de controle social.

As dinâmicas sociais subjacentes a essas transformações revelavam-se no cotidiano da cidade. Enquanto as elites econômicas implementavam sua visão de modernidade através do planejamento urbano e dos códigos de conduta, as classes trabalhadoras desenvolviam estratégias próprias de apropriação e resistência. A reação de Nielsen à abordagem do gerente e o apoio recebido do jornal demonstram como os espaços urbanos tornavam-se arenas de disputa, onde diferentes grupos sociais negociavam seus interesses e sua presença na cidade. O conceito de civilização, nesse contexto, operava como dispositivo que legitimava posições sociais e culturais específicas. As elites cafeeiras utilizavam esse ideal para naturalizar sua dominação, apresentando seus interesses particulares como expressão de progresso universal.

Questões Ambientais e Considerações Finais

A fotografia da construção do aterro ferroviário pela Companhia Paulista captura um momento de transformação da paisagem paulista. O registro visual preserva o instante em que a engenharia civil reconfigurava o relevo natural, sobrepondo novas estruturas ao território existente. O aterro, ao mesmo tempo obra técnica e intervenção paisagística, materializa o processo pelo qual a expansão ferroviária alterava as conexões entre localidades e a própria morfologia do terreno.

A solução técnica do aterro, desenvolvida para transpor os desníveis naturais da região, representa um capítulo significativo na história da ocupação territorial paulista. Nesta construção se entrelaçam as dimensões tecnológicas e geográficas que caracterizaram a expansão ferroviária do período, quando a engenharia civil desenvolvia respostas cada vez mais sofisticadas para os desafios impostos pela topografia local.

Este cenário natural, ainda preservado nas áreas adjacentes à construção, contrasta com a intervenção humana representada pelo aterro. O contraste sinaliza o momento de transição entre dois modelos de ocupação territorial: o ambiente natural original e a nova paisagem transformada pela infraestrutura ferroviária. As ferrovias atuaram como vetores de transformação territorial, conectando as zonas produtoras de café aos centros de comercialização e exportação. Essa expansão da malha ferroviária, embora essencial para o desenvolvimento econômico, implicou alterações profundas na paisagem, como desmatamento extensivo e movimentação significativa de terra.



Figura 17 - Fotografia do Aterro da Companhia Paulista de Estrada de Ferro
Autor: Cantarelli. Sem data.

A construção dessa infraestrutura apoiava-se no trabalho de operários, predominantemente imigrantes, submetidos a condições laborais extenuantes. As longas jornadas e os baixos salários indicam um sistema que priorizava a rápida implementação das ferrovias em detrimento do bem-estar dos trabalhadores. Essa realidade social subjacente à construção ferroviária ensejava as contradições inerentes ao processo de modernização do interior paulista.

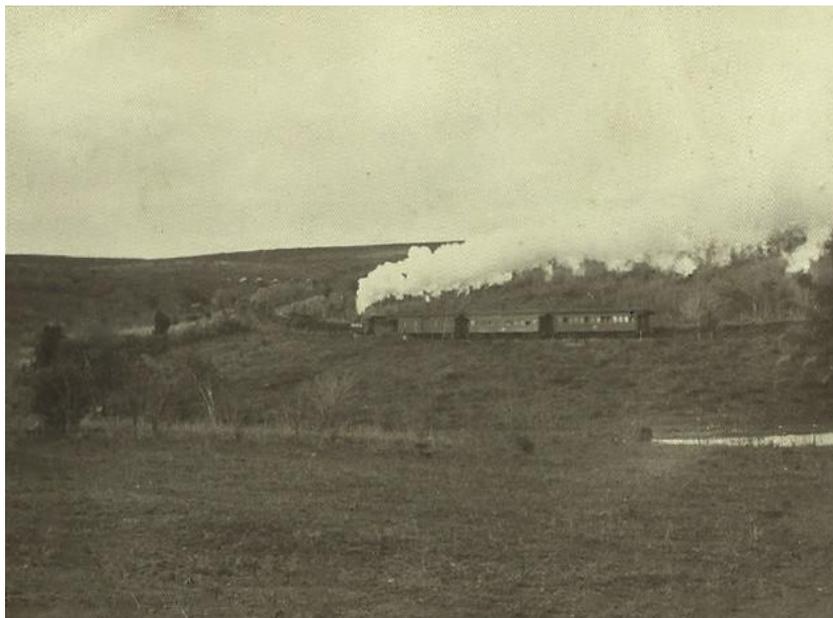


Figura 18 - Fotografia do Trem da Douradense na Marambaia
Acervo de Amauri Parreira. Sem data

A fotografia do trem da Companhia Douradense na região da Marambaia - bairro rural na divisa entre Jaú, Bariri e Itapuí - integra o acervo pessoal de Amauri Parreira. A imagem ganha significados adicionais através do depoimento de Amauri ao autor sobre suas visitas à Fazenda Jamaica durante as férias escolares. Esta combinação entre documento visual e memória oral permite analisar como experiências pessoais se conectam com processos mais amplos de desenvolvimento regional.

A fotografia preserva um encontro singular entre tecnologia e vida rural no interior paulista. A locomotiva a vapor, posicionada no centro da imagem, materializa a transformação dos transportes que reconfigurou o Brasil no período. O vapor que se desprende da máquina e a sucessão de vagões que a acompanha apresentam o poder transformador deste novo sistema de transporte. A cena se desenvolve em meio a um cenário rural, onde campos abertos se alternam com áreas alagadiças e vegetação rasteira.

A Estrada de Ferro do Dourado, ao conectar as diversas localidades, catalisou mudanças nas dinâmicas territoriais dentro do contexto de uma bairro rural. Esse sistema ferroviário facilitou o escoamento da produção agrícola, a circulação de pessoas, de informações e fomentou o desenvolvimento de núcleos rurais e urbanos e alterou padrões de inserção e sociabilidade. As memórias pessoais de Amauri Parreira, contextualizadas nesse cenário mais amplo, delimitam como as transformações técnicas se entrelaçaram com experiências individuais e coletivas, moldando a paisagem física e o tecido social das comunidades servidas pela ferrovia.

O *Guia da Cidade de Jahu*, publicado em dezembro de 1957, oferece um levantamento sistemático da organização territorial do município. O texto detalha os limites municipais e as divisas distritais, descrevendo a estrutura administrativa de Jaú em meados do século XX:

Limites municipais

1- Com o Município de Itapuí

Começa no rio Tietê, na fóz do ribeirão Barra Mansa. Sobe por éste ribeirão até a fóz do córrego da Lagoa, e por éste acima até sua cabeceira. Alcança em reta a cabeceira mais ocidental do córrego do Tônico Barbosa, também conhecido como Arca de Noé, e desce por esse córrego até sua fóz no rio Jahu descendo por este rio até a fóz do ribeirão da Prata.

2- Com o Município de Bariri

Começa na fóz do ribeirão da Prata no rio Jahu, Sobe pelo ribeirão da Prata até a fóz do córrego da Fazenda Prata, e por este acima até sua cabeceira. Daí, em reta, até a cabeceira da grota da Taboca.

3- Com o Município de Bocaina

Começa na cabeceira da grota da Taboca, e desce por esta até frontear o morro do Cuscuzero. Alcança o alto dêste morro e vai à barra do córrego Picini no rio da Prata. Sobe por éste rio até a fóz do córrego Curuzú, que nasce cerca de um quilômetro ao norte da sede da Fazenda Curuzú. Sobe pelo córrego Curuzú até sua cabeceira, e alcança o espigão entre as águas dos ribeirões da Prata e da Bocaina, à esquerda, e as do ribeirão Pouso Alegre, à direita. Segue por éste espigão em demanda da ponte sobre o ribeirão Boa Vista, na estrada que vai à cidade de Bocaina, e daí,

em reta, à cabeceira do córrego Macaco, e por este abaixo e pelo ribeirão da Figueira, até o rio Jacaré-Pepira.

4- Com o Município de Dourado

Começa no rio Jacaré-Pepira, na foz do ribeirão da Figueira, e sobe por aquele rio até a foz do córrego do Mosquito.

5- Com o Município de Dois Córregos

Começa no rio Jacaré-Pepira, na foz do córrego do Mosquito. Sobe esse rio até os aparados da serra de Brotas. Segue pelos aparados até a ponta setentrional do esporão que fica cêrca de três quilômetros ao norte da sede da Fazenda da Serra. Vai, em reta, à cabeceira do pequeno córrego da Figueira, pelo qual desce até o ribeirão da Figueira, seguindo, em reta, até a foz do córrego Areia Branca, no ribeirão da Figueira Vermelha. Sobe pelo córrego Areia Branca até sua cabeceira do galho do centro, ganha a cabeceira do ribeirão Matão e por êste desce até o rio Jahu. Por este desce até a foz do ribeirão de São João, pelo qual sobe até a foz do córrego do Gavião.

6- Com o Município de Mineiros do Tietê

Começa no ribeirão São João, na foz do córrego Gavião. Por aquele ribeirão vai até ao córrego da Fazenda Santa Estefania. Sobe por este até a sua cabeceira mais meridional; ganha a cabeceira do córrego de Eugênio Machado e por êste desce até o córrego da Jacutinga. Vai, daí, em linha reta, ao espigão mestre Tietê-Jahu, em frente à cabeceira do córrego da Fazenda Ferraz do Amaral.

7- Com o Município de Barra Bonita

Começa no divisor Ave-Maria-Tietê, em frente à cabeceira do córrego da Fazenda Ferraz do Amaral. Segue por êste divisor até o divisor Ave Maria-Iguatemi. Continua por este divisor até a cabeceira do primeiro afluente da margem direita do ribeirão Iguatemi, à jusante do córrego da Fazenda Ferraz do Amaral e desce por esse afluente até a sua fóz no Ribeirão Iguatemi. Sobe por êste até a fóz do córrego da Fazenda Ferraz do Amaral, subindo por este até sua cabeceira no divisor Iguatemi-Corumbatá. Segue por êste divisor até a cabeceira do galho da esquerda do córrego Itaipú, descendo por este até a sua fóz no ribeirão Corumbatá, pelo qual desce até o rio Tietê.

8- Com o Município de Macatuba

Começa no rio Tietê, na fóz do ribeirão Corumbatá, descendo pelo rio Tietê até a fóz de rio dos Patos.

9 - Com o Município de Pederneiras

Começa na fóz do rio dos Patos no rio Tietê, descendo pelo Tietê até a fóz do Ribeirão Barra Mansa, onde tiveram início êstes limites.

Divisas inter-distritais

Entre os Distritos do Jahu e Potunduva

Começa no ribeirão Barra Mansa, no fóz do córrego da Lagoa, e segue pelo espigão que deixa, a direita, as águas do ribeirão Ave Maria, até a fóz do córrego do Brejo, naquele ribeirão. Sobe pelo Ave Maria até a fóz do córrego do Cerne. Subindo por êste até a sua cabeceira mais meridional,

alcança, a rumo o espigão mestre entre as águas do rio Tietê, ao sul, e as do ribeirão Ave Maria, ao norte.

O *Guia da Cidade de Jahu* apresenta um sistema de demarcação territorial baseado em elementos geográficos naturais. Trinta e três cursos d'água, junto com aspectos topográficos específicos, estabelecem as fronteiras administrativas do município.

Os limites de Jaú com nove municípios vizinhos - Itapuí, Bariri, Bocaina, Dourado, Dois Córregos, Mineiros do Tietê, Barra Bonita, Macatuba e Pederneiras - seguem uma organização hierárquica dos elementos naturais. Os rios de maior porte, como o Tietê e o Jacaré-Pepira, definem as fronteiras principais, enquanto ribeirões e córregos determinam as divisas secundárias. Esta organização acompanha a própria estrutura da rede hidrográfica regional.(57)

Os marcos naturais descritos constituem elementos definidores do território. O Morro do Cuscuzeiro, formação distintiva na paisagem da divisa com Bocaina, funcionava como complemento aos limites estabelecidos pelos cursos d'água. A Grotta da Taboca, por sua vez, representa um tipo específico de acidente geográfico incorporado ao sistema de demarcação, onde as características próprias do relevo local serviam como referência para a delimitação das fronteiras.

A divisão interna entre os distritos de Jaú e Potunduva segue a mesma lógica dos limites municipais, utilizando o ribeirão Barra Mansa e o córrego da Lagoa como referências principais. Esta continuidade metodológica sugere um sistema consolidado de demarcação territorial que se aplicava em diferentes escalas administrativas.

O uso predominante de acidentes geográficos como marcos divisórios respondia a necessidades práticas: eram referências permanentes e identificáveis no terreno. Em 1957, quando recursos tecnológicos de georreferenciamento ainda não estavam disponíveis, esta abordagem oferecia um meio confiável de estabelecer e verificar limites territoriais.

Duas fotografias da Vila XV de Novembro, separadas por quase meio século, registram transformações significativas neste setor de Jaú. A imagem de 1977, publicada no Catálogo da Prefeitura Municipal, mostra um bairro em fase de urbanização inicial: moradias de baixa densidade distribuídas em ruas ortogonais, extensas áreas não ocupadas e o rio Jaú estruturando a paisagem.

A organização territorial em 1977 seguia fortemente os elementos naturais. O rio Jaú definia o traçado urbano, funcionando simultaneamente como fonte de abastecimento e sistema de drenagem. A cobertura vegetal dominava a paisagem, com destaque para a Mata do Amadeu Botelho.

Este cenário apresentava um conjunto diversificado de propriedades em transformação: o cafezal do Dr. Luciano (que se tornaria o bairro Rosa Branca), a chácara Peccioli, a propriedade do Sr. Belmiro, o sítio dos Assis com seu campo de futebol, o sítio do Balan e a sede da Fazenda Ribeirão Bonito. Estas áreas, ainda com características rurais, iniciavam seu processo de integração à malha urbana.



Figura 19 - Catálogo Prefeitura Municipal de Jaú - 1977.



Figura 20 - Vista parcial da Vila XV de Novembro – autora: Anna Maria Carneiro Lyra

A fotografia de 2024, produzida por Anna Maria Carneiro Lyra, mostra as transformações urbanas recentes: edifícios altos alteram a silhueta do bairro, e a intensificação construtiva reduz as áreas verdes. O traçado viário original e a vegetação ribeirinha permanecem como elementos de continuidade histórica. (58)

O mapa do arruamento de Jaú, produzido por Aurides César Marques em 1940, sob a chancela do Instituto Geográfico e Geológico, constitui um documento com a escala de 1:5000 possibilitou uma representação da malha urbana, capturando tanto os elementos estruturais quanto os detalhes do tecido urbano em formação. (59)

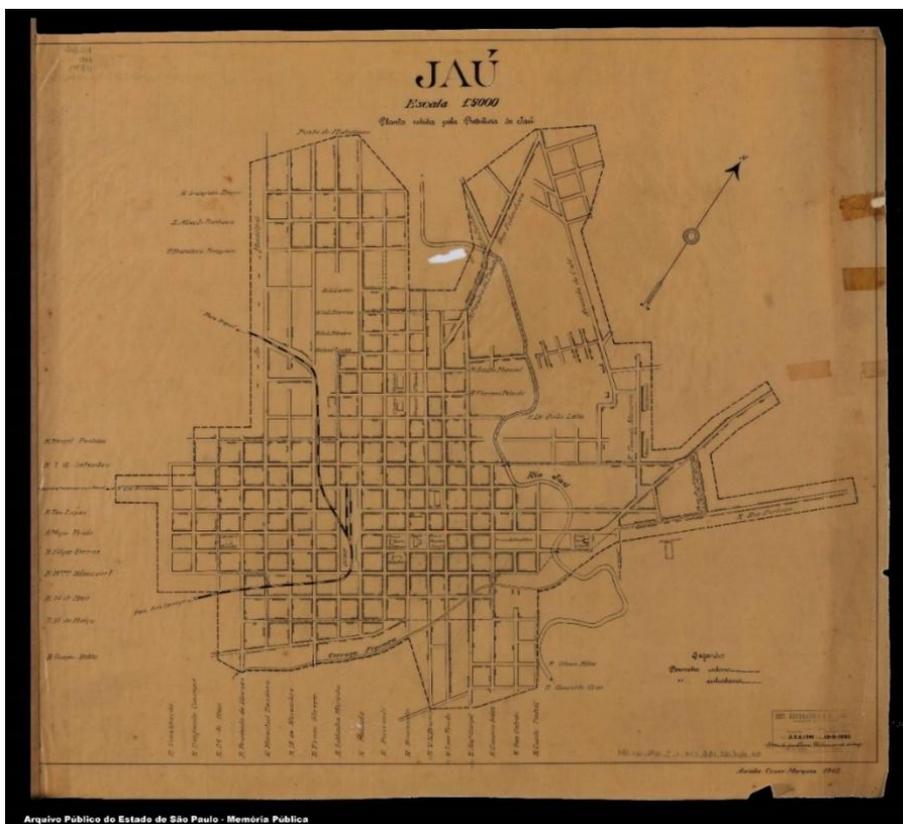


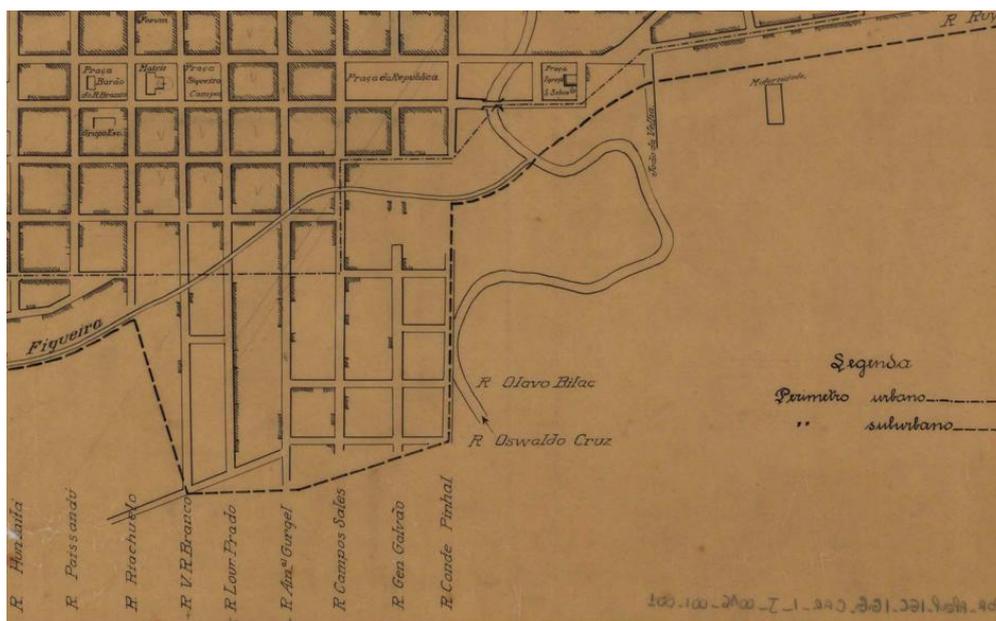
Figura 21: Mapa sobre o arruamento de Jaú produzido em 1940
Aurides Cesar Marques
Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo

O núcleo urbano de Jaú apresenta um desenho que combina planejamento sistemático e adaptação às condições naturais. As vias principais - Sete de Setembro, Quinze de Novembro e Major Prado - seguem um traçado ortogonal característico das cidades planejadas do período. Este desenho geométrico encontra seu limite natural nas margens do Rio Jaú, cujo curso sinuoso estabelece uma fronteira orgânica ao plano retilíneo das ruas. Da intersecção entre a racionalidade do planejamento urbano e os contornos naturais do território surgem padrões específicos de ocupação, onde a cidade planejada dialoga constantemente com suas condicionantes geográficas.

O mapa representa a rede ferroviária como elemento estruturante do desenvolvimento urbano de Jaú, mostrando como as linhas férreas determinavam eixos de crescimento e conexões na cidade. As linhas férreas e pontes facilitavam a circulação de pessoas e mercadorias e definiam eixos de desenvolvimento e vetores de expansão urbana. Essa infraestrutura de transporte articulava-se com a malha viária, criando pontos de conexão que influenciavam a distribuição das atividades econômicas e sociais.

O mapa indica diferentes padrões de ocupação urbana: uma concentração mais intensa de edificações no centro, contrastando com áreas mais esparsamente ocupadas na periferia. Esta distribuição espacial caracteriza a fase de expansão urbana que Jaú atravessava no período. O núcleo central, mais consolidado, apresentava uma trama urbana compacta, enquanto as bordas da cidade exibiam ocupação mais esparsa, sinalizando o potencial para crescimento urbano futuro. Essa gradação na ocupação do solo reflete tanto as dinâmicas econômicas quanto as limitações impostas pela geografia local.

Neste recorte abaixo:



Uma comparação entre o mapa de 1940 e a fotografia aérea de 1977 evidencia transformações importantes na configuração urbana de Jaú. A análise destas duas fontes cartográficas indica mudanças específicas na relação entre cidade e rio durante as quatro décadas. O mapa de 1940 apresenta o Rio Jaú em sua configuração original, com meandros que se estendem até as proximidades da Rua Olavo Bilac. Esta representação cartográfica captura um momento em que o curso d'água mantinha suas características naturais, com seu traçado sinuoso influenciando a morfologia urbana e sustentando um ecossistema ribeirinho que se integrava à vida da cidade.

A retificação posterior do rio ilustra uma abordagem tecnocrática recorrente nas intervenções urbanas brasileiras do século XX. A substituição dos meandros naturais por um canal retilíneo tinha como objetivo controlar enchentes e viabilizar a expansão urbana ordenada. Apesar de eficaz para os propósitos imediatos do planejamento urbano, essa transformação alterou irreversivelmente o equilíbrio ecológico do sistema fluvial. Os serviços ambientais proporcionados pelos meandros — como regulação hídrica, habitat para a biodiversidade e controle natural de sedimentação — foram sacrificados em nome da racionalização do espaço urbano.

O Córrego da Figueira passou por um processo de modificação semelhante. Sua canalização, especialmente no trecho final, representou mais do que uma solução técnica para problemas de drenagem: simbolizou a predominância de uma visão urbanística que priorizava a

funcionalidade em detrimento da preservação ambiental. A transformação do córrego em infraestrutura subterrânea, particularmente nas áreas das ruas Olavo Bilac, Treze de Maio e Governador Armando Salles, possibilitou a expansão do sistema viário, mas eliminou elementos naturais da paisagem urbana.



Figura 22 - Fotografia de Busnardo - desvio do curso do Rio Jaú na década de 1960 - IBGE.

A fotografia de Busnardo, que retrata o desvio do curso do Rio Jaú na década de 1960, constitui um registro histórico para a cidade de Jaú. No primeiro plano da fotografia, o Rio Jaú aparece com suas águas refletindo a luz, criando uma superfície brilhante e serena. A vegetação nas margens, marcada pela presença de uma grande árvore cujos galhos se estendem sobre o rio, sugere um ambiente natural ainda preservado. Ao fundo, as edificações e estruturas em formação indicam a expansão urbana e a proximidade entre o curso d'água e o núcleo urbano. A ponte que atravessa o rio figura como um dos elementos mais instigantes da presença humana no cenário.

A intervenção que desviou o curso natural do Rio Jaú representa uma obra de engenharia de grande magnitude, cujos impactos vão além do aspecto visual capturado pela lente. Alterações no curso de um rio geralmente acarretam consequências ambientais significativas, como erosão, assoreamento e mudanças no regime hídrico, além de afetarem diretamente a biodiversidade local. Embora a fotografia não seja dinâmica e não documente os efeitos a longo prazo, ela nos convida a imaginar as transformações do ecossistema adjacente provocadas pela retificação do curso do rio.

Essas mudanças não se limitaram ao meio ambiente, intervenções dessa natureza afetam as comunidades que dependem do rio para atividades cotidianas, como pesca e abastecimento de água, gerando possíveis desequilíbrios sociais e econômicos. No contexto urbano, o desvio do Rio Jaú trouxe implicações para o planejamento da cidade, reconfigurando a paisagem e a dinâmica de ocupação do solo. As infraestruturas associadas à retificação do rio provavelmente

alteraram o desenho urbano, marcando uma transição entre o ambiente natural e a expansão humana.

A legenda da fotografia marca o desvio e a retificação do curso do Rio Jaú. Embora os impactos diretos dessas obras não sejam visíveis na imagem, a explanação sugere que o projeto visava tornar o rio mais reto, uma prática comum em intervenções urbanísticas do século XX, voltada para o controle de enchentes e a criação de áreas urbanizáveis. Tais transformações, no entanto, levantam questionamentos sobre o equilíbrio entre o progresso urbano e a preservação ambiental.

O Plano Setorial dos Serviços Públicos de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais de Jaú (2012) identificou problemas estruturais significativos no Córrego da Figueira. A partir da via férrea, o córrego percorre 700 metros canalizado sob a Avenida Francisco Canhos, alternando entre trechos com paredes de concreto e estruturas embutidas até desaguar no Rio Jaú. Na desembocadura, a seção retangular de concreto, posicionada contra o fluxo do rio, cria um ponto crítico de escoamento. Essa configuração, somada ao subdimensionamento das galerias na região da ferrovia, resulta em alagamentos frequentes que afetam residências, estabelecimentos comerciais e infraestrutura pública, além de contribuir para a proliferação de doenças como leptospirose e dengue. (60)

As transformações dos cursos d'água urbanos em Jaú - incluindo a canalização do Córrego da Figueira, do Córrego dos Pires e a retificação do Rio Jaú - seguiram tendências urbanísticas predominantes no século XX. Estas intervenções baseavam-se em duas vertentes principais: o higienismo dos séculos XIX e XX, que associava rios e áreas alagadas à propagação de doenças, e o modernismo urbanístico inspirado por Le Corbusier, que defendia a racionalização geométrica dos elementos naturais.

A engenharia sanitária brasileira incorporou estas teorias em suas práticas, adotando a modificação dos cursos naturais como estratégia para o manejo pluvial e o saneamento básico. A retificação dos rios tornou-se parte integral do urbanismo funcionalista, que priorizava soluções técnicas para questões ambientais urbanas.

Na década de 1950, o crescimento urbano e a expansão viária intensificaram essas transformações, priorizando grandes obras de infraestrutura como canalizações e desvios para a construção de avenidas e vias expressas. No contexto do desenvolvimento econômico, as cidades eram tratadas como motores do progresso, subordinando os sistemas naturais às demandas da sociedade industrial.

As intervenções nos cursos d'água de Jaú seguiram um padrão comum a outras cidades brasileiras, onde obras de canalização e retificação ofereceram respostas imediatas a problemas como enchentes e exposição de esgoto. No entanto, estas soluções técnicas trouxeram consigo consequências ambientais e sociais não previstas inicialmente. A supressão das áreas alagadiças e a construção de canais retificados alteraram o equilíbrio natural do sistema hídrico urbano, resultando na redução de habitats, elevação das temperaturas locais e intensificação das inundações em função da impermeabilização do solo.

O processo de transformação do Córrego da Figueira ilustra como intervenções urbanas aparentemente eficientes podem desencadear uma série de novos desafios ambientais e sociais. Esta experiência histórica aponta para a importância de desenvolver estratégias mais integradas no

manejo das águas urbanas, considerando tanto as necessidades imediatas quanto os impactos de longo prazo na dinâmica socioambiental da cidade.

No jornal *O Estado de São Paulo* do dia 16 de fevereiro de 1922 apresentou a seguinte notícia sobre enchente em Jaú:

"Com referência ao grande temporal, que desabou em Jahú na noite de 10 deste, recebemos de nosso correspondente naquela cidade mais as seguintes informações: [...] Seriam quatro horas de domingo quando o aguaceiro desencadeou inundando a parte baixa da cidade, em menos de 30 minutos. Os moradores, surpreendidos no leito, mal tiveram tempo de pôr-se a salvo, nada podendo salvar, pois as águas tudo levavam de roldão, - móveis, roupas, objetos de uso doméstico, etc."

A edição de 16 de fevereiro de 1922 do *O Estado de São Paulo* relatou uma violenta enchente que atingiu Jaú e regiões vizinhas, destacando os grandes prejuízos materiais e sociais causados pelo transbordamento do *Ribeirão Jahú*. O evento, ocorrido na madrugada de 10 de fevereiro, foi desencadeado por uma intensa tempestade acompanhada de ventos fortes, afetando também municípios próximos, como Dois Córregos, Brotas, Mineiros e Itirapina. (61)

O aguaceiro provocou uma rápida elevação do nível do ribeirão, inundando a parte baixa da cidade em menos de 30 minutos. A água subiu mais de três metros acima do nível normal, surpreendendo os moradores durante o sono. Muitos não tiveram tempo de salvar seus pertences, arriscando suas vidas para escapar da enchente. Residências foram alagadas até o teto, bens arrastados pela correnteza, e a destruição atingiu estabelecimentos comerciais, industriais e estruturas públicas.

Entre os principais danos, destaca-se a destruição de cinco pontes sobre o Ribeirão Jahú, localizadas nas ruas Major Prado, Tenente Lopes, 7 de Setembro, além de outras no bairro Potunduva e na chácara de D. Anna Barbosa. A perda dessas estruturas interrompeu a conexão entre áreas urbanas e rurais, prejudicando o transporte de pessoas e mercadorias, essenciais à economia local. Estimou-se que o custo de reconstrução das pontes seria de 150 contos de réis, um valor significativo para o orçamento municipal da época. No total, os reparos urbanos e rurais foram avaliados em mais de 200 contos de réis.

Comerciantes e indústrias situadas na área afetada sofreram perdas severas. A firma Irmãos Nassif relatou prejuízos de 15 contos de réis em mercadorias como arroz e algodão. Estabelecimentos industriais, como a fábrica de gelo e a máquina de arroz de Carlos Duranteer, enfrentaram avarias substanciais. Oficinas de reparo, como a de Padovan, registraram danos que incluíram veículos destruídos.

Diante da calamidade, a Câmara Municipal convocou uma sessão extraordinária para solicitar auxílio ao governo estadual. Telegramas foram enviados ao então presidente do estado, Washington Luís, e ao senador Vicente Prado, pedindo recursos para reparos urgentes. A mobilização comunitária foi expressiva: campanhas de arrecadação lideradas por figuras locais, como o vigário Rev. Pe. Bento Monteiro do Amaral e Cícero Alves da Silva, arrecadaram quase 2.500 contos de réis em poucas horas para ajudar as vítimas.

A enchente de 1922 exigiu ações imediatas da administração municipal, como o reparo emergencial da ponte da Rua 7 de Setembro para restaurar o acesso entre o centro e os bairros periféricos. Este episódio, ocorrido em um período de expansão urbana de Jaú, evidenciou fragilidades estruturais no sistema viário ainda em desenvolvimento.

As características geográficas da cidade contribuíram para a magnitude do desastre: as cabeceiras do Ribeirão Jaú, localizadas em áreas que receberam intensas precipitações, aceleraram o processo de inundação. A cidade do início dos anos 1920 carecia de infraestrutura básica para eventos desta natureza - não existiam sistemas adequados de drenagem, estruturas de contenção ou mecanismos de alerta à população.

A enchente de 2022 em Jaú apresentou padrões similares ao evento de 1922, apesar das significativas intervenções urbanas realizadas ao longo do século. As obras de infraestrutura implementadas neste período - como a canalização de rios e a retificação de cursos d'água - não foram suficientes para prevenir novos desastres. Fatores contemporâneos agravaram a situação: a expansão urbana intensificou a impermeabilização do solo, enquanto as mudanças climáticas aumentaram a frequência e intensidade das precipitações.(62)

A recorrência de enchentes em um intervalo de cem anos sugere a necessidade de repensar as estratégias de gestão hídrica urbana. Uma abordagem contemporânea exige a integração de múltiplas soluções: recuperação de várzeas naturais, modernização dos sistemas de drenagem, construção de bacias de contenção e desenvolvimento de políticas públicas que considerem cenários de mudança climática. Estas medidas visam proteger especialmente as populações que habitam áreas de maior vulnerabilidade hidrológica.

Com base na leitura da dissertação de Anna Maria Galvão Carneiro Lyra, podemos elaborar uma síntese que as principais contribuições de sua pesquisa sobre a relação entre o Rio Jaú e a cidade: o estudo estipula uma transformação na relação cidade-rio. Inicialmente, o Rio Jaú e seus afluentes eram elementos fundamentais para o desenvolvimento urbano, fornecendo recursos essenciais e espaços de lazer. No entanto, o processo de urbanização resultou em uma progressiva degradação: desmatamento das margens, retificação dos meandros e contaminação por esgotos. Esta "negação do vale", como caracteriza a autora, provocou uma desconexão entre a paisagem fluvial e o cotidiano dos habitantes.(63)

Um momento crucial desta análise é o projeto elaborado na década de 1970 pelos arquitetos Vilanova Artigas e Paulo Mendes da Rocha para o entorno do Rio Jaú. Esta proposta, que considerava as potencialidades ambientais e sociais do rio, foi preterida em favor de um modelo de ocupação focado apenas em benefícios econômicos imediatos.

A pesquisa identifica que a persistência de problemas de inundação ao longo de um século revela falhas estruturais no planejamento urbano. A enchente de janeiro de 2022, a maior já registrada na cidade, evidenciou a urgência de repensar esta relação. Como resposta, a autora aponta que áreas afetadas serão gradualmente desocupadas, não sendo mais concedidos novas licenças como o *habite-se*, possibilitando sua reconversão em áreas verdes.

A conclusão apresenta diretrizes importantes para o futuro:

1. A necessidade de restauração da mata ciliar a montante de Jaú, onde existe um déficit de mais de 70%
2. A importância do planejamento integrado entre os municípios da bacia
3. A adoção de estratégias de infraestrutura verde e sistemas de espaços livres
4. O desenvolvimento de programas de educação ambiental focados em questões hídricas
5. O fortalecimento das equipes técnicas responsáveis pela implementação dos projetos

O trabalho demonstra que a solução para os desafios ambientais urbanos requer uma abordagem integrada, que combine aspectos técnicos, sociais e culturais, superando a visão puramente funcionalista que caracterizou intervenções anteriores.

Notas quase avulsas

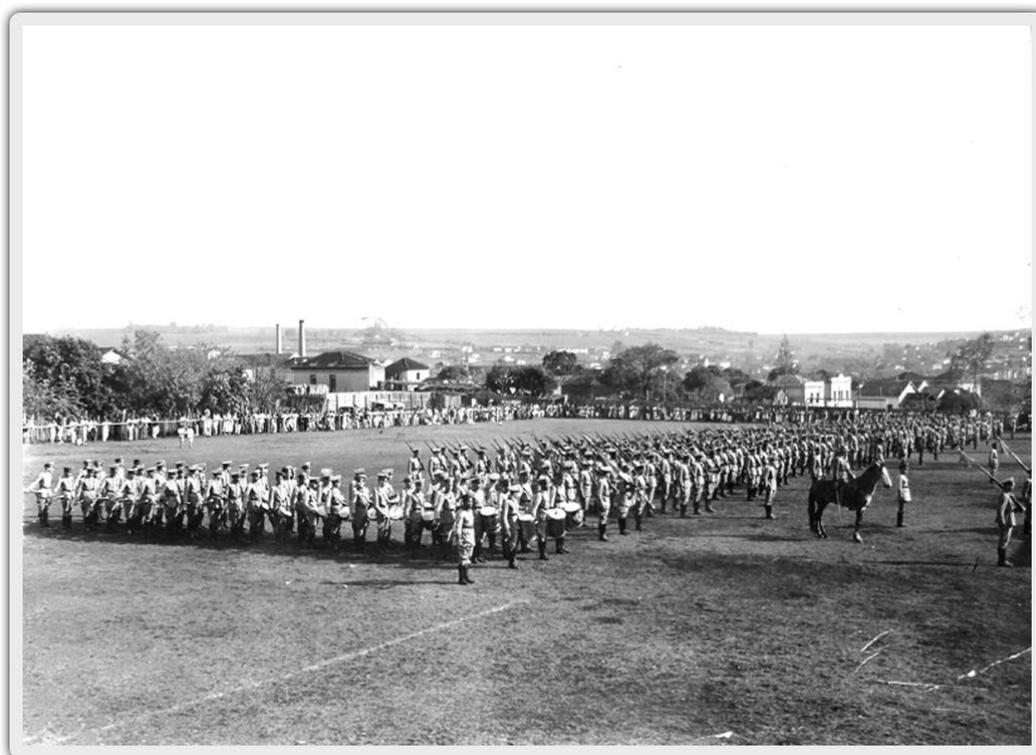


Figura 23 - Tiro de Guerra no campo da Associação Atlética Palmeiras, em Jaú-SP
Acervo Ítalo Poli Jr. Autor desconhecido

A fotografia de 1936 designa múltiplas facetas da sociedade jauense durante o período entre guerras. O enquadramento captura uma intersecção entre diferentes aspectos da vida urbana: no primeiro plano, o campo da Associação Atlética Palmeiras convertido em espaço para formação militar; ao fundo, as chaminés industriais e o padrão arquitetônico das edificações apresentam o

avanço da industrialização; e a presença de árvores isoladas sinaliza remanescentes da paisagem rural em meio à urbanização.

A imagem oferece evidências sobre a sobreposição de usos no espaço urbano - o campo esportivo servindo também como local de eventos cívico-militares - e sobre o momento de transição que Jaú atravessava, quando elementos industriais começavam a se destacar na paisagem tradicionalmente rural.

A organização da formação militar enfatiza a estrutura hierárquica do Tiro de Guerra nº 66. Os atiradores, dispostos em fileiras precisas sob o comando de uma figura a cavalo, expressam os valores de disciplina e ordem que estas instituições buscavam inculcar. O Tiro de Guerra, criado em 1902, representava uma adaptação do serviço militar às necessidades das cidades do interior, permitindo que os jovens permanecessem em suas localidades durante o treinamento.

A presença expressiva de público observando a formação indica como estas atividades militares se integravam ao calendário social da cidade. Mais que um exercício militar, tratava-se de um evento que mobilizava diferentes setores da sociedade local. Esta dimensão pública do treinamento militar mostra como o Tiro de Guerra funcionava como instituição de formação moral e cívica durante a Era Vargas. A realização de exercícios em espaço aberto e central da cidade alinhava-se com as políticas do período, que enfatizavam o militarismo e o nacionalismo como elementos de construção da identidade nacional.



Figura 24 - Fotografia da capela da Fazenda Santo Antônio dos Assis.
Autor: Paulo Guerra, 2012.

A Fazenda Santo Antônio, popularmente conhecida como Sítio dos Assis, localiza-se cerca de 280 metros a leste do Jardim Jorge Atalla, próximo à estrada municipal Jaú-Dois Córregos (Estrada do João da Velha). O local abriga os remanescentes da antiga fazenda, que foi doada, em 1926, por Thereza de Assis Bueno, por meio de testamento, aos ex-escravizados Dina e Jonas. À época, o testamento foi contestado judicialmente por familiares de Thereza — solteira e sem herdeiros diretos — que solicitaram sua anulação. Contudo, a ação foi indeferida, prevalecendo a vontade da testadora. A herança foi vinculada exclusivamente à linhagem feminina dos descendentes de Dina e Jonas (conforme registrado nos autos do Testamento e do processo de anulação, Centro de Documentação, Museu Municipal de Jahu). Atualmente, a propriedade não pertence mais à quarta geração dos herdeiros. (64)

Em novembro de 2011, um grupo de estudiosos e defensores do patrimônio histórico e cultural de Jaú constatou que a casa-sede da fazenda estava desocupada, enquanto uma das casas da colônia permanecia ocupada por uma inquilina, que estava em processo de despejo, posteriormente concluído. Apesar das adaptações realizadas ao longo do tempo, algumas características originais das edificações foram preservadas, permitindo identificar o conjunto arquitetônico como pertencente ao final do século XIX. Entre essas características destacam-se as alcovas, o uso de tijolos maciços mais robustos que os contemporâneos, o método de construção do vigamento do telhado e os batentes e portas de grande resistência.

Em 6 de dezembro de 2011, foi formalizado junto à Prefeitura Municipal de Jaú um pedido de tombamento sob o protocolo nº E-17272-RP/2011. O processo incluía registro fotográfico, uma planta baixa aproximada e um abaixo-assinado, submetido à apreciação do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Jahu (CONPPAC). Entretanto, em abril de 2012, constatou-se o início da destruição dos imóveis remanescentes, com o reaproveitamento de materiais como tijolos, telhas e madeiramento. Frente a isso, os solicitantes acionaram a Prefeitura de Jaú, o Ministério Público Estadual e a Câmara Municipal, por intermédio do vereador Fernando Frederico de Almeida. A mobilização incluiu imprensa escrita e televisiva na tentativa de impedir a demolição, que estava sob análise do CONPPAC. A intervenção policial resultou na interrupção das atividades, embora parte das telhas e do madeiramento da casa-sede e da cocheira tenha sido removida, e a garagem de carroças tenha sido completamente demolida, restando apenas os alicerces.

A capela, já danificada desde a abertura do pedido de tombamento, teve as paredes preservadas, mas perdeu a cobertura e o sino. Posteriormente, a cruz metálica no topo também foi furtada. O terreno contém, ainda, os restos de uma provável senzala, uma estrutura que parece ter sustentado uma roda d'água e edificações possivelmente pertencentes à antiga colônia da fazenda. Durante o processo, foi anexado um parecer técnico do professor doutor Vladimir Benincasa, da Universidade de São Paulo, que confirmou que a construção da casa-sede teve início no último quartel do século XIX, apresentando características arquitetônicas típicas do período.

A Degradação Ambiental dos Recursos Hídricos em Jaú: Um entre diversos casos

O município de Jaú, no interior paulista, apresenta um quadro crítico na gestão de seus recursos hídricos, como demonstra a situação do córrego da Fazenda Santo Antônio de Cima. A

perda de diversos quilômetros de córregos nas últimas cinco décadas indica um processo sistemático de degradação ambiental, cujas consequências se manifestam na atual configuração do território.



Figura 25: Uma das nascentes do antigo córrego da Fazenda Santo Antonio de Cima
Autor: Paulo Guerra

A análise comparativa entre uma fotografia terrestre de 2014 e imagens de satélite recentes documenta estas transformações ambientais. O registro fotográfico de 2014 captura uma nascente que persiste em meio a um cenário marcado por pastagens ressecadas, tendo como pano de fundo uma área de floresta. Esta fonte hídrica, situada entre a Avenida João Franceschi e a estrada rural João da Velha, permanece vulnerável devido à ausência de proteção adequada. Sua condição contrasta com outra nascente próxima, que dispõe de cercamento protetor num perímetro de cinquenta metros, ilustrando as disparidades nas práticas de preservação ambiental na região.



Figura 26: Imagem por satélite – Google Maps(03/01/2025)



Figura 27: Recorte da Carta Topográfica de 1950 – córrego Santo Antonio de cima

A situação atual do córrego Santo Antônio apresenta problemas graves de gestão e preservação. A imagem aérea revela múltiplos canais de erosão, visíveis como linhas marrons-avermelhadas que atravessam a paisagem, com destaque para o padrão de erosão paralelo na parte superior do terreno. Grande parte das margens próximas à zona urbana não possui cobertura vegetal, situação agravada pela captação excessiva de água que, durante períodos de estiagem, chega a 100% do volume disponível - contrariando a legislação que estabelece o limite de 50%. Como consequência direta desta sobre-exploração, o córrego desaparece após o ponto de remoção.

O mapa cartográfico de 1950 nos oferece um registro precioso da configuração original do território. Neste documento, o córrego Santo Antônio de Cima aparece em seu curso natural, cruzando as terras dos Irmãos Assis antes de encontrar o córrego Santo Antônio, que funcionava como principal fonte de água superficial para a cidade. A riqueza técnica do mapa, com suas curvas de nível meticulosamente traçadas e a identificação das propriedades rurais, preserva um retrato da topografia e do sistema de drenagem natural da região. (64)

A comparação entre o registro histórico e a paisagem atual evidencia transformações profundas no território. O antigo curso d'água foi reduzido a algumas nascentes remanescentes, reflexo de décadas de intervenções antrópicas. Este processo de transformação demonstra como a combinação entre expansão urbana e práticas agrícolas alterou os recursos hídricos locais.

O contraste entre as duas temporalidades aponta para a necessidade de redefinir as estratégias de desenvolvimento territorial. As áreas de interface entre ambientes urbanos e rurais exigem atenção particular, pois concentram pressões crescentes sobre os recursos naturais.

O **mapa topográfico de 1950**, que documenta as lagoas, lagos e áreas alagadiças de Jaú, São Paulo, apresenta um retrato da hidrografia local no século XX. Essas áreas, distribuídas pelo território, desempenhavam funções ecológicas indispensáveis, como refúgios de biodiversidade —

especialmente para aves migratórias e residentes — e contribuíam para a estabilidade hídrica e climática em um contexto de crescimento urbano e agrícola. (65)

Entre os destaques figura a lagoa próxima à Estação Pacheco, na Douradense, e à Fazenda Bom Jardim. O conjunto de seis lagoas situadas nas imediações de Potunduva também se sobressai como elemento marcante da paisagem. Outros corpos d'água relevantes incluem a Lagoa do Anúncio, atualmente conhecida como Lagoa Preta, e a Lagoa do Begaço, renomeada Lagoa Irerê ou Lagoa da Laura, reconhecida como importante refúgio da avifauna regional. A Lagoa dos Grisos, hoje chamada Brejão dos Grizzos, apresenta-se como uma área alagadiça dividida por uma estrada vicinal, composta por lagoas sazonais e habitats essenciais para espécies silvestres.

Destacam-se ainda a Lagoa da Fazenda Morunguba e a Lagoa do Alcides Ribeiro, localizadas próximas aos córregos Iguatemi e às Fazendas Trindade e Ipiranga. Outras lagoas incluem a Lagoa do Palmital, nas proximidades da Fazenda Serraria de Nagib Letaif, e três pequenas lagoas próximas ao córrego Cerne. As áreas alagadiças conhecidas como Sete Pontes da Ave Maria, com enchentes sazonais durante o período chuvoso, e os baixios inundáveis da Marambaia, contendo pequenos lagos e brejos, completam o panorama descrito pelo mapa.

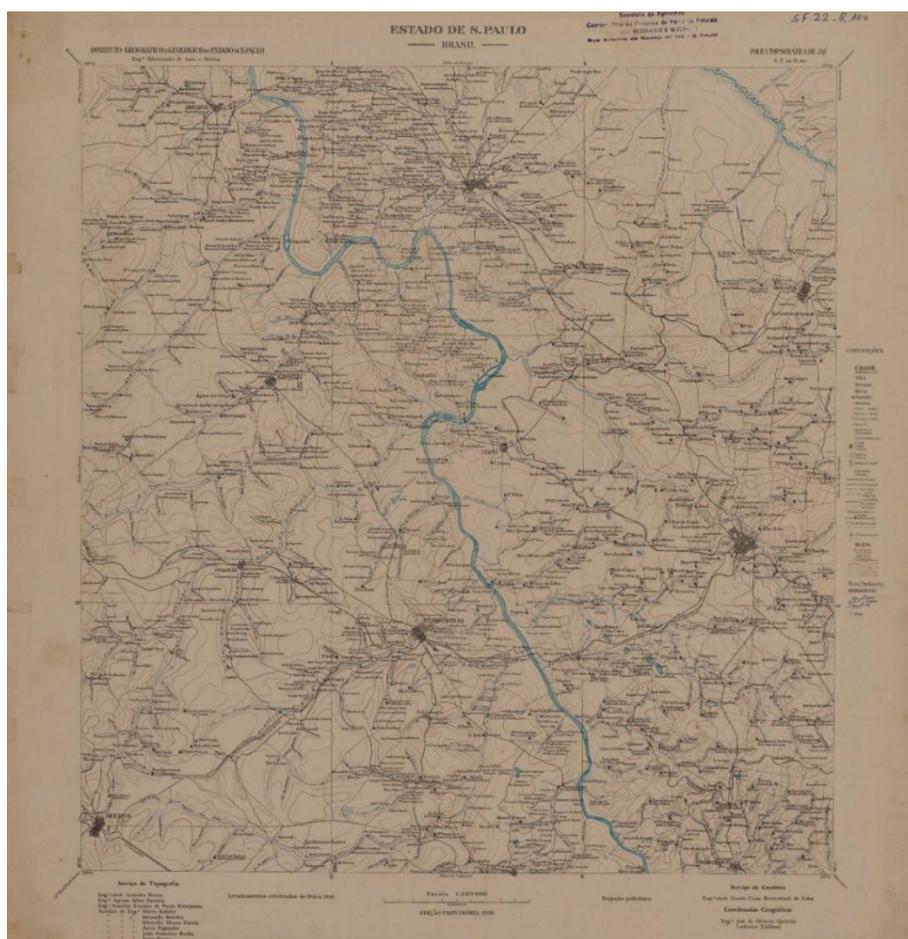


Figura 28 - Folha Topográfica de Jaú – 1950 – Arquivo do Estado de São Paulo

A formação dessas lagoas e áreas alagadiças é atribuída a fatores geológicos, hidrológicos e climáticos. Depressões naturais no terreno, moldadas por processos tectônicos e sedimentares e associadas à erosão de rochas, criaram condições favoráveis para o acúmulo de água. Solos impermeáveis ou semi-permeáveis intensificaram a formação de lagoas permanentes, enquanto a infiltração de chuvas em áreas mais altas alimentava aquíferos que emergiam em pontos baixos. O regime de chuvas regulares da época, em especial no verão, favorecia a manutenção dessas áreas.

Do ponto de vista ecológico, essas lagoas exerciam funções essenciais. Além de servirem como habitats para a fauna local, contribuía para a recarga do lençol freático, controle de enchentes e manutenção da qualidade hídrica. As matas ciliares e a vegetação nativa adjacente protegiam contra a sedimentação e preservavam o equilíbrio hídrico. Entretanto, o avanço do desmatamento, da agricultura e da urbanização ao longo do século XX comprometeu sua funcionalidade hídrica e biodiversidade.

A modificação das lagoas locais resultou em alterações no uso e na ocupação do território. Antes centros de uma biodiversidade profícua e interdependente, os ecossistemas aquáticos sofreram degradação progressiva devido à expansão agrícola e à introdução de novas infraestruturas (estradas). Esse processo levou à drástica redução dos habitats naturais, afetando os equilíbrios ecológicos da região e aumentando a vulnerabilidade ambiental.

As diversas intervenções humanas transformaram a paisagem física e puderam comprometer os mecanismos naturais de regeneração ecológica, impondo desafios estruturais à sustentabilidade local. A fragmentação dos ecossistemas aquáticos vai além da simples perda de biodiversidade; ela reflete um modelo de desenvolvimento que privilegia ganhos econômicos imediatos em detrimento da preservação ambiental a longo prazo.

Além de suas funções ambientais, essas lagoas e áreas alagadiças possuem relevância histórica e cultural. Comunidades locais reconheciam sua importância como fontes de água, refúgios ecológicos e marcos na organização territorial. Registros em mapas antigos e relatos orais preservam a memória de um período em que esses corpos d'água eram elementos centrais da paisagem de Jaú. Suas transformações ao longo das décadas destacam a necessidade de ações de conservação para assegurar a sustentabilidade hídrica e a proteção da biodiversidade.

As Aves do Jahu

*Chega um momento
em que somos aves na noite,
pura plumagem, dormindo de pé,
com a cabeça encolhida.
O que tanto zelamos
na fileira dos dias,
o que tanto brigamos
para guardar, de repente
não presta mais: jornais, retratos,
poemas, posteridade.
Minha bagagem
é a roupa do corpo.*
Fabricio Carpinejar

No período anterior a 1830, o território que hoje corresponde ao município de Jaú apresentava cobertura florestal, caracterizada pela abundância de vegetação nativa que constituía um habitat propício para diversas espécies de aves. Esse cenário era marcado pela dinâmica territorial de grupos indígenas que transitavam e ocupavam a área em períodos distintos, desenvolvendo variadas formas de interação com o ambiente. A paisagem era dominada por formações vegetais típicas do interior paulista, como florestas estacionais semidecíduais e cerrado, compondo um conjunto de ambientes que sustentava ampla biodiversidade. Relatos de monçoeiros e viajantes, como Juzarte, Hercule Florence e Manuel Cardoso de Abreu, que percorreram o rio Tietê antes de 1830, permitem vislumbrar a riqueza da fauna local, incluindo as aves, que estavam integradas tanto às práticas de subsistência quanto aos aspectos culturais desses povos.

O equilíbrio natural da região começou a se alterar a partir de 1830, quando teve início a ocupação pelos adventícios. Os novos habitantes iniciaram um processo de transformação da paisagem através do desmatamento para estabelecimento de áreas de cultivo e povoados. As publicações do período, como o *Correio Paulistano*, documentam o início de uma exploração sistemática da fauna local, particularmente através da caça e captura de aves, tanto para subsistência quanto para comércio. A riqueza da biodiversidade original se preserva na memória dos lugares: os primeiros ocupantes nomearam acidentes geográficos - córregos, ribeirões, morros e localidades - em referência direta às espécies de aves e outros animais que habitavam a região, criando um registro toponímico da expressiva fauna local.

A urbanização intensificou-se no final do século XIX e início do século XX, acompanhando o avanço de áreas cultivadas e acelerando o desmatamento, o que resultou em redução dos habitats naturais. Nesse período, práticas como a caça, o aprisionamento e o comércio de aves tornaram-se frequentes, conforme documentam jornais da época, revistas e publicações especializadas, como *Fauna* (1943). Essas publicações, além de registrar tais práticas, ofereciam instruções sobre como

atrair e "proteger" aves para facilitar sua reprodução em cativeiro. A diminuição das populações de aves selvagens, assim como de outras espécies da fauna, foi intensificada pela perda de habitat e pela exploração sistemática, consolidando-se como parte da cultura local.

A paisagem contemporânea evidencia as consequências acumuladas das transformações territoriais. A cobertura vegetal original foi reduzida a fragmentos isolados, criando um emaranhado de pequenas áreas naturais desconectadas entre si. Esta fragmentação dos habitats naturais resulta do processo histórico de ocupação e uso do solo. No entanto, algumas espécies de aves apresentam notável capacidade de adaptação aos poucos ambientes naturais restantes e em ambiente urbano, sobrevivendo às alterações em seus habitats originais. A grafia histórica "Jahu" permanece como um registro linguístico desse passado rico em diversidade, servindo como lembrança da relevância histórica da fauna na região e como símbolo da necessidade de preservação da memória ambiental local.

A influência indígena na toponímia brasileira reflete uma conexão com o ambiente natural. Conforme os apontamentos de Renata Ferreira Costa em *Topônimos de Origem Indígena na Capitania de São Paulo*, os povos originários nomeavam os lugares com base em sua relação cotidiana com a natureza. Essa prática é evidente em topônimos que expressam características ambientais, como referências à vegetação, fauna, hidrografia e à constituição do terreno.(1)

O processo colonial alterou a toponímia brasileira por meio de diversos mecanismos. A imposição de nomes europeus, sobretudo aqueles vinculados ao catolicismo, como São Paulo e São Luís, configurou uma estratégia de dominação cultural e religiosa. Paralelamente, ocorreu um processo de *hibridização toponímica*, no qual elementos das línguas indígenas foram integrados a termos portugueses, criando uma nomenclatura singular que traduz a complexidade das interações interculturais do período colonial.

A preservação de topônimos indígenas, especialmente em acidentes geográficos e localidades de presença nativa, revela a resistência cultural e a relevância desses elementos para a compreensão do espaço. Denominações como Ipanema, Itaquera e Anhangabaú guardam a memória linguística e ainda, o conhecimento ambiental dos povos originários acerca dos territórios que habitavam. No período pós-colonial, movimentos de valorização da toponímia indígena e africana enfatizaram essas contribuições como componentes da identidade nacional.

O caso da fazenda Santa Cruz das Araras ilustra como a toponímia apontava para os aspectos naturais e processos de ocupação territorial. Estabelecida às margens do rio Tietê na primeira metade do século XIX, a fazenda recebeu esse nome devido à presença importante de araras na região, documentada em relatos de viajantes que percorriam o Tietê. A junção do elemento católico "Santa Cruz" com o termo "Araras" acentua a hibridização toponímica característica do período, onde referências religiosas se combinavam com elementos da fauna local.

A transformação desta fazenda em povoado imprime um padrão comum na expansão territorial paulista: núcleos rurais que se tornavam pontos de referência para novos assentamentos. A permanência do nome "Araras" na denominação, mesmo após mudanças na paisagem e o declínio da população dessas aves, indica como a toponímia preservava memórias do ambiente original. A relevância das aves na região também é perceptível em denominações como córrego do Gavião e barra do Jacutinga.

A documentação histórica, notadamente o Mapa de 1858, elaborado por Henrique Pacheco, e os Registros Paroquiais de Terra de 1855-1856, aponta que os topônimos das localidades e fazendas da região de Brotas compõem um cenário com características geográficas, vegetacionais e culturais do território. Os nomes de lugares presentes oferecem pistas importantes sobre a relação entre população e ambiente natural no período de ocupação regional. Esta toponímia preserva informações sobre como os habitantes identificavam e categorizavam elementos da paisagem, funcionando como fonte para compreender os processos históricos de ocupação do território.

Topônimos Relacionados à Fauna

A denominação Córrego do Veado indica a presença de cervídeos em seu ambiente natural, sugerindo que suas margens serviam como ponto de concentração da fauna silvestre, o que pode ter atraído os primeiros colonizadores para práticas de caça.

Sob a mesma perspectiva, o topônimo Dourado apresenta uma dupla interpretação: pode remeter tanto à limpidez das águas, associada à cor dourada, quanto à presença do peixe *Dourado* (*Salminus brasiliensis*), espécie valorizada que simboliza a riqueza dos recursos naturais e a relevância da pesca para a subsistência das populações ribeirinhas.

O Rio Jacaré-Pepira conserva em sua nomenclatura vestígios da biodiversidade original do território, refletidos na presença de jacarés em suas águas. O termo "Pepira", incorporado ao nome, sugere influência indígena, possivelmente associada aos povos que transitavam pela região ou participavam das rotas monçoeiras. O curso d'água funcionava como elemento estruturante do território, servindo como rota de transporte e fonte de recursos naturais. Por sua vez, a denominação córrego do Mosquito, embora menos comum na toponímia tradicional, relaciona-se à presença de insetos característicos de ambientes aquáticos.

Topônimos Relacionados à Vegetação

O topônimo Gramado conserva a memória dos campos abertos naturais que se tornaram fundamentais para o desenvolvimento da pecuária na região. Na mesma linha, o nome Cabreúva perpetua a importância da árvore (*Myrocarpus frondosus*), cuja madeira resistente se tornou recurso essencial para construção e marcenaria local.

A denominação Congonha registra a presença histórica da flora característica do cerrado, apontando para práticas culturais como o preparo tradicional de chás - um exemplo de como os colonizadores se adaptaram aos recursos naturais do território. Outros nomes como Ribeirão dos Coqueiros e Bairro do Taquaral inscrevem na geografia local a memória de formações vegetais específicas, com as taquaras marcando as áreas de maior umidade.

As características topográficas e o potencial agrícola do território encontram-se representados em denominações como Vargem Grande, que designa vales alagadiços de vegetação exuberante, e Campo Redondo, associado a áreas planas favoráveis ao cultivo. A vocação agrícola

também se reflete nos topônimos Bom Jardim e Laranjal, sendo este último indicativo da presença de laranjais naturais ou de sua introdução na economia local.

A diversidade da cobertura vegetal original está inscrita em denominações como Rasteira e Capim Fino, que aludem a diferentes tipologias de vegetação campestre, frequentemente relacionadas à atividade pecuária. Essa toponímia vegetal constitui um registro das características ambientais originais do território, bem como das transformações resultantes do processo de ocupação.

Topônimos Relacionados ao Relevo e Águas

Os aspectos geomorfológicos e hidrográficos do território manifestam-se de forma expressiva na toponímia local, remontando as características naturais que influenciaram o processo de ocupação. A denominação Bocaina do Barro Vermelho remete a uma formação serrana e a presença de solos argilosos ou terra roxa, aspectos relevantes para o desenvolvimento agrícola da região. No mesmo contexto geológico, o topônimo Pedra Branca alude a afloramentos rochosos claros que serviram como marcos paisagísticos para os primeiros habitantes.

A diversidade do relevo figura em denominações como Chapadão, que indica áreas elevadas e planas, favoráveis à agricultura, e Morro Chato, caracterizando elevações de topo aplainado que proporcionavam pontos estratégicos de observação. A sequência toponímica relacionada às serras — Ribeirão da Serra, Pico da Serra, Assento da Serra e Alto da Serra — delinea um conjunto geomorfológico que barrou ou influenciou a ocupação do território.

A hidrografia deixou marcas na toponímia regional, preservando na memória dos lugares a abundância e importância dos recursos hídricos. O nome Poço Grande sinaliza a presença histórica de corpos d'água significativos na região. Uma série de denominações relacionadas a quedas d'água - Salto do Paredão, Córrego do Salto, Salto do Bom Sucesso e Três Saltos – inscrevem-se na geografia local nos aspectos naturais da paisagem e ainda, na sua apropriação econômica, como demonstra a instalação de moinhos que aproveitavam a força das águas para a moagem de grãos.

As especificidades dos cursos d'água manifestam-se em nomes como Córrego do Barreirinho, que além de remeter a barreiras naturais, sugere locais de concentração da fauna silvestre, e Córrego Fundo, que caracteriza vales encaixados. A influência indígena permanece evidente no topônimo Iguatemy, associado a ambientes aquáticos, enquanto denominações como Aterrado remontam a intervenções humanas na paisagem natural.

Elementos Químicos e Outros Topônimos

A toponímia regional apresenta um conjunto diversificado de denominações que interligam aspectos específicos da ocupação territorial e as práticas sociais. A denominação Córrego do Boreal, possivelmente associada a características minerais ou pedológicas, destaca a relevância dos recursos naturais no processo de ocupação.

As denominações dos lugares guardam a memória das práticas rurais e da infraestrutura que organizava o território. O topônimo Bebedor registra os pontos estratégicos onde os animais encontravam água, parte fundamental da estrutura pecuária da região. Ponte Alta marca no mapa a presença de uma construção para o fluxo de pessoas e mercadorias, permitindo a travessia segura dos cursos d'água. Na denominação Monjolinho permanece gravada a história dos engenhos hidráulicos que, aproveitando a força das águas, realizavam o beneficiamento de grãos e contribuíam para os sustento das pessoas.

As atividades extrativas também se refletem na toponímia, como no caso de **Borralho**, que remete à produção de carvão vegetal, prática que influenciou a transformação da paisagem natural. O termo "borralho" origina-se do latim *borra*, que significa "cinza quente" ou "extinção". Em um contexto mais específico, borralho designa a cinza quente que permanece sob o fogo ou o local onde se mantêm brasas cobertas por cinzas. Em português, a palavra evoluiu para designar o espaço onde o fogo era conservado, especialmente em lareiras ou fogões a lenha. O sufixo "-alho" foi adicionado ao radical "borr-", originando "borralho", que manteve o significado relacionado às cinzas e ao fogo. Historicamente, o borralho é indicativo da rotina doméstica, sendo usado para manter as brasas vivas sob cinzas e reacender o fogo no dia seguinte, em tempos anteriores à invenção de fósforos e isqueiros. Essa prática era tão comum que deu origem a expressões como "gato do borralho" ou "gata borralheira" (*Cinderela*, em inglês), em alusão a pessoas que passavam longos períodos próximas ao fogo.(2)

De relevância histórica e social, o topônimo **Quilombo** preserva a memória dos territórios de resistência estabelecidos por africanos e seus descendentes escravizados, consubstanciando as relações sociais nos períodos colonial e imperial. Derivada do quimbundo *kilombo*, que indica "acampamento" ou "fortaleza", a palavra foi ressignificada no Brasil para designar comunidades autônomas formadas por pessoas escravizadas que escapavam do sistema escravista. Mais do que refúgios, os quilombos constituíam estruturas sociais com formas próprias de governança, produção e práticas culturais. Em diversas regiões do Brasil, essas comunidades estabeleceram redes de comércio com vizinhos e desenvolveram sistemas de defesa sofisticados, estipulando articulação e resistência notáveis.

O topônimo Quilombo, presente em diversas regiões do Brasil, inscreve no território nacional a memória da resistência e organização das populações escravizadas. Sua recorrência no mapa brasileiro documenta a amplitude do fenômeno quilombola como elemento constituinte da formação territorial do país. Este nome carrega consigo a identificação de locais históricos de resistência e funciona como registro vivo das estratégias de sobrevivência desenvolvidas por essas comunidades.

O período que sucedeu a abolição da escravatura transformou muitos desses espaços em núcleos rurais permanentes, onde práticas culturais e sociais específicas se mantiveram através das gerações. O reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades remanescentes de quilombos pela Constituição Federal de 1988 marca um momento de inflexão, quando o Estado brasileiro assume formalmente a importância histórica e cultural desses grupos. Neste contexto, o significado do topônimo se amplia para além de sua origem etimológica, tornando-se símbolo da resistência cultural, da luta por direitos e da fundamental contribuição africana na construção do território brasileiro.

Essa denominação carrega, simultaneamente, a memória do período escravista e a história de resistência, organização social e luta pela liberdade, constituindo um elemento essencial para compreender as dinâmicas sociais e territoriais do Brasil. A presença deste topônimo em cursos d'água da região de Jaú, como alguns ribeirões, sugere uma história que merece investigação específica e aprofundada em estudos futuros, considerando sua importância para compreender as relações sociais que permearam esse território. (3)

Adentrando no exame do Mapa de Henrique Pacheco de 1858 e os Registros Paroquiais de Terra (1855-1856) de Brotas registram uma diversa toponímia na margem direita do rio Tietê, abaixo da foz do rio Piracicaba, inscritos nas diversas feições.

A rede hidrográfica de Jaú constitui um arquivo natural e cultural do território. Os nomes atribuídos aos cursos d'água preservam informações sobre aspectos geológicos, características ecológicas e práticas culturais da região. Esta nomenclatura hídrica forma uma camada específica da memória regional, onde cada denominação carrega significados sobre a relação histórica entre população e ambiente natural.

Topônimos como Ribeirão das Pedras, Água Vermelha e do Turvo representam as características físicas dos leitos fluviais: sedimentos argilosos, cursos pedregosos e águas barrentas. Essas denominações operam além da simples descrição geográfica, funcionando como registros das ocorrências ambientais e por práticas de ocupação e povoação.

As nascentes e formações hídricas específicas ganham relevo em nomes como Córrego Olhos d'Água e Fazenda Batahy Brejão, que preservam a memória de áreas alagadiças e pontos de surgência natural. Locais como Fazenda Saltinho do Rio Jahu e Fazenda Cachoeira sugerem a presença das quedas d'água na configuração da paisagem e as possibilidades da utilização

A nomenclatura hídrica revela, ainda, processos de nomeação que articulam elementos naturais, práticas culturais e memória territorial. Termos como Barra Mansa e Três Barras aludem as confluências fluviais, transformando acidentes geográficos em marcos de referência e organização espacial.

Etimologicamente, esses topônimos funcionam como camadas sedimentares linguísticas, preservando vestígios de práticas de nomeação que conjugam perspectivas indígenas, coloniais e locais. Cada denominação carrega consigo uma narrativa complexa sobre as relações entre sociedade e ambiente.

A vegetação original do território está inscrita em diversos topônimos. A Fazenda Cerradão aponta a presença de formações vegetais características do interior paulista, enquanto nomes como Córrego Palmital, Fazenda Coqueiros e Fazenda Figueira remetem a espécies arbóreas específicas. O Córrego Pau-d'Alho guarda a memória de uma árvore marcante por seu odor peculiar. Áreas de campos naturais estão representadas em nomes como Sítio do Campinho, Córrego do Campo e Fazenda Graminha. A cobertura vegetal aparece de forma expressiva nos topônimos, registrando tanto a vegetação original quanto as mudanças na paisagem. Fazenda Matão e Fazenda Floresta descortinam a presença histórica de matas densas, comuns antes da expansão agrícola. Termos como "Matão", derivado de "mata" com o sufixo aumentativo "-ão", são recorrentes na toponímia paulista, sinalizando áreas de vegetação exuberante na transição entre Mata Atlântica e Cerrado.

Formações vegetais específicas aparecem em nomes como Córrego da Taboca, que remete à presença de bambus nativos (*Guadua sp.*). O termo, de origem tupi "tá-boka" (bambu oco), era frequentemente utilizado para designar cursos d'água onde essa espécie ocorria de forma natural. Já o Córrego das Palmeiras faz referência ao jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), palmeira nativa abundante na região de Jaú e característica desta paisagem original.

O estudo dos topônimos relacionados à vegetação demanda uma análise criteriosa das relações entre nomenclatura e história natural. O caso da Fazenda Tucumã ilustra esta complexidade: seu nome remete à palmeira tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), espécie característica da região amazônica. Esta aparente incongruência geográfica pode resultar de uma confusão nomenclatural ou ter origens distintas da referência botânica direta. A denominação Fazenda Mamão, por sua vez, designam outras práticas agrícolas locais, pois o mamoeiro (*Carica papaya*), espécie exótica, representa uma modificação posterior na composição vegetal deste território. (4)

A fauna regional também se manifesta na toponímia. Nomes como Córrego do Bugio indicam a presença de primatas, Fazenda Gavião relaciona-se à avifauna local, e Rio do Peixe alude à riqueza ictiológica da região. Características do solo e recursos minerais aparecem em topônimos como Córrego Barreiro, que remete a depósitos de argila, e Ribeirão da Prata, possivelmente relacionado a minerais ou à particularidade de suas águas. E ainda, em nomes como Fazenda e Córrego das Queixadas, pela presença de porcos selvagens, e Fazenda Macaco, registrando primatas locais. Aspectos topográficos aparecem em denominações como Fazenda Monte Alto e Fazenda Boa Vista de Baixo, que destacam elevações estratégicas.

Aspectos culturais, especialmente religiosos, encontram expressão em nomes como Córrego Água da Cruz, enquanto características topográficas estão representadas em denominações como Fazenda Monte Alegre. Outros, estão preservados em topônimos como Córrego Arca de Noé e Córrego Nossa Senhora dos Acres. Práticas produtivas são sinalizadas em nomes como Fazenda Curralinho, que remete a atividades pecuárias, e Fazenda Jardim, associada a cultivos específicos. A ocupação humana e suas transformações na paisagem surgem em nomes como Córrego do Entulho, indicando intervenções antrópicas no ambiente natural.

No caso de Fazenda Curuzu, o termo tem origem no tupi antigo *kurusu*, que significa "cruz". Essa palavra foi incorporada ao vocabulário tupi pelos jesuítas durante o processo de catequização dos povos indígenas, sendo uma adaptação fonética do termo português/latino *cruz*. No contexto da colonização brasileira, "curuzu" aparece na toponímia para indicar locais onde cruzeiros foram erguidas, seja como marco de evangelização, ponto de referência geográfica ou local de sepultamento. É comum encontrar esse termo compondo nomes de acidentes geográficos, especialmente em elevações onde tradicionalmente se colocavam cruzeiros.(5)

A nomenclatura dos lugares preserva registros sobre a organização dos fluxos e caminhos no território. O nome Fazenda Furquilha Grande marca no mapa um ponto de bifurcação que se tornou fundamental para a estruturação das rotas regionais. Na mesma linha de registro histórico da mobilidade territorial, a denominação Fazenda Pouso Alegre conserva a memória dos pontos de parada e descanso que compunham as antigas rotas comerciais. Os pontos de parada e apoio aos viajantes funcionavam como nós essenciais nas redes de transporte e comércio regional. Estes estabelecimentos, estrategicamente localizados, permitiam o descanso de tropeiros e animais,

facilitavam trocas comerciais e serviam como centros de circulação de informações, integrando diferentes áreas do território.

Cada denominação carrega indícios da interação dos habitantes com o meio ambiente, mostrando tanto elementos naturais quanto as dinâmicas sociais e econômicas da época. Os topônimos expressam uma relação estreita com a geografia local, fauna e flora, ao mesmo tempo em que registram a exploração e o uso do solo por fazendeiros e colonos. Assim, consolidam a memória de uma paisagem em transformação, marcada pelas práticas e adaptações humanas.

Os topônimos são arquivos históricos que condensam narrativas sobre sociedade, natureza e território. Como palimpsestos linguísticos, suas camadas de significado preservam memórias e revelam processos de ocupação espacial ao longo do tempo. A análise toponímica abrange dimensões linguísticas, ecológicas e sociais. Na esfera linguística, os nomes documentam processos de tradução e adaptação idiomática, exemplificados pela incorporação de termos indígenas pelos colonizadores. No âmbito ecológico, os topônimos mapeiam a biodiversidade através de referências a espécies e paisagens - um córrego nomeado por uma planta específica preserva a memória de uma paisagem que pode ter desaparecido. Na dimensão social, a toponímia registra como diferentes grupos estabeleceram presença no território, as relações de poder na ocupação regional e o desenvolvimento de práticas culturais. Este registro documenta tanto processos de adaptação e transformação quanto momentos de resistência, funcionando como testemunho das dinâmicas sociais que moldaram o espaço geográfico.

Para desvendar essas narrativas, é necessário um método investigativo que articule etimologia, contexto geográfico, transformações socioambientais e práticas culturais. Não se trata apenas de explicar a origem de um nome, mas de compreender as complexas tramas históricas que o produziram. Sob essa perspectiva, um topônimo deixa de ser um rótulo fixo e se transforma em um território de investigação contínua. Cada nome geográfico torna-se uma pergunta: que histórias esquecidas ele guarda? Quais vozes foram silenciadas em sua criação? Como as relações de poder estão inscritas nessa linguagem?

A força analítica dos topônimos está justamente em sua capacidade de condensar, em poucas palavras, narrativas complexas sobre a interação entre sociedade e natureza. Eles são janelas abertas para compreender como os grupos humanos nomeiam, transformam e se conectam com seus territórios.

A obra *Os campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista*, de Marcel Mano, apresenta uma análise crítica da construção histórica e linguística da toponímia regional. O autor questiona interpretações tradicionais sobre a origem do nome Araraquara, propondo uma revisão das narrativas convencionais e abordando a complexa relação entre a história indígena e a formação dos topônimos no interior paulista.(6)

O cenário natural observado a partir de 1900, caracterizado pela abundância de psitacídeos — araras, papagaios e periquitos — nas matas virgens e cafezais da região, fundamentou uma interpretação específica sobre a origem do topônimo. Corrêa (1937), em sua *Monografia da palavra Araraquara*, foi pioneiro ao documentar sistematicamente essa perspectiva em estudos histórico-linguísticos. Essa visão foi posteriormente registrada no *Álbum de Araraquara*, organizado por França (1915), que destacou as interações entre colonos e povos indígenas nas margens do Rio

Tietê. Almeida (1948), na nova edição do *Álbum de Araraquara*, reforçou essa interpretação, consolidando a relação entre o nome da região e a presença marcante dessas aves.

Marcel Mano, ao examinar a filiação cultural dos indígenas do médio Tietê, propõe uma abordagem alternativa para compreender o topônimo Araraquara. Em sua análise linguística, Mano questiona a interpretação tradicional que associa o nome à ideia de "morada do sol", sugerindo, em vez disso, uma conexão mais estreita com a avifauna local, em especial as araras. No tupi, o termo "ara" possui significados variados, como "nascer", "colher", "dia", "tempo" e "espiga de milho". Entretanto, a palavra mais comumente usada para designar psitacídeos era "canindé", o que desafia a associação direta entre o nome Araraquara e a presença das araras.

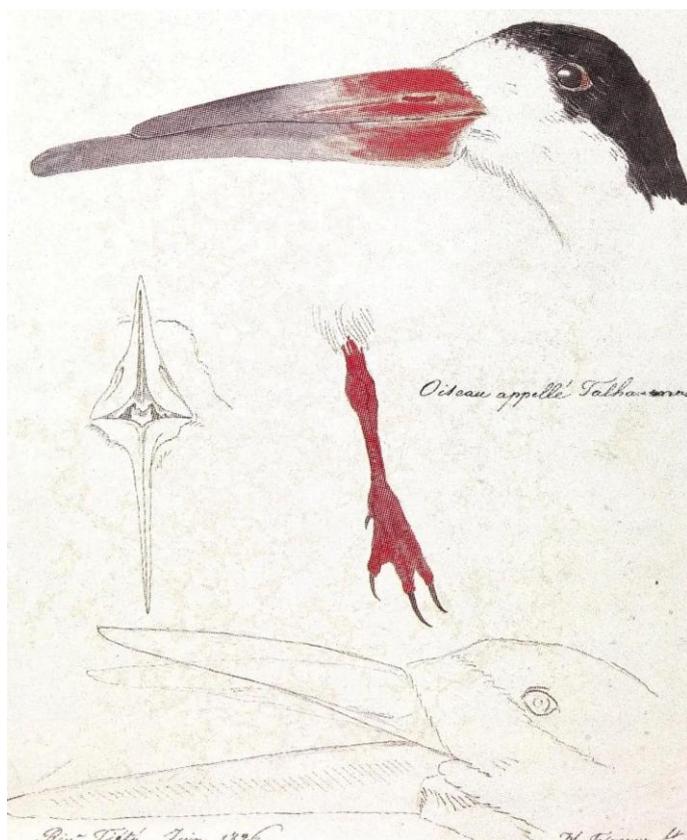


Figura 1: FLORENCE, Hercule - Oiseau appellé - Talha-mar - 1826 (Rio Tietê)

A análise de Mano fundamenta-se nas características das línguas tupi-guarani, que utilizam onomatopeias como recurso do pensamento concreto indígena. Nesse contexto, "arara" seria uma reprodução do canto característico da ave, enquanto o uso do aumentativo reforçaria a ideia de grandeza associada ao animal. Segundo Bordono e Houaiss, "arara" deriva do vocábulo "ara", destacando a relevância do psitacídeo. O prefixo "ara", recorrente no vocabulário tupi-guarani, também se relaciona a aves em composições como "araguá" (baixada dos papagaios) e "araquara" (paradeiro dos papagaios).

Silveira Bueno, em seu *Vocabulário tupi-guarani – português*, define Araraquara como "refúgio ou paradeiro das araras", rejeitando a interpretação de "morada do sol", que considera uma

construção posterior, desprovida de fundamentação linguística. A precisão original das designações indígenas do ambiente foi frequentemente reinterpretada e transformada por camadas culturais sucessivas, distanciando-se de suas raízes etimológicas.

No estudo de Marcel Mano sobre o topônimo Araraquara, o nome não se limita a identificar uma característica geográfica - ele expressa a integração entre as araras e os povos nativos em múltiplas dimensões. Estas aves faziam parte tanto do sistema simbólico quanto das práticas cotidianas das comunidades indígenas, influenciando diretamente suas formas de perceber e denominar o território.

Para reforçar essa visão, segue trecho do “Album de Araraquara” organizado por Antonio M. Franca, editado em 1915:

“Quem conheceu esta região, ha ainda trinta annos, lembra-se da abundancia de araras, papagaios e periquitos, que cortavam os ares em bandos ruidosos. Nos mezes de Junho a Agosto, em que o café amadurece, viam-se cafeeiros litteralmente cobertos d'aquellas aves.”

Keith Thomas, em O Homem e o Mundo Natural, analisa a relação entre sociedade e natureza nos séculos XVI e XVII, destacando como a transformação da paisagem era frequentemente associada ao progresso e à ordem moral. A obra demonstra que a ideia de preservação ambiental seria inconcebível nesse contexto histórico, no qual o progresso civilizatório estava diretamente vinculado à domesticação do mundo natural.

Na Inglaterra elisabetana e colonial, a relação com a natureza era amplamente utilitária, onde cada elemento natural era interpretado por sua serventia ao ser humano, seja prática, moral ou estética. Animais selvagens, por exemplo, eram considerados instrumentos divinos para o aprimoramento humano: feras contribuíam para o desenvolvimento da consciência e do treinamento bélico; mosquitos estimulavam o intelecto na busca por proteção; e macacos e pássaros canoros eram valorizados pelo entretenimento. Essa visão justificava múltiplas formas de exploração da fauna e da flora, reforçando a ideia de que a natureza existia para servir às necessidades humanas.

No século XIX, os Bridgewater Treatises reforçaram essa perspectiva, sustentando que todas as espécies existiam para cumprir propósitos humanos, ao ponto de justificar a existência dos piolhos como um estímulo à higiene pessoal. Essa concepção reforçava a hierarquia natural, onde cada ser vivo ocupava um papel funcional dentro de um sistema ordenado por desígnios divinos.

A visão utilitarista da natureza, predominante na Europa, foi imposta ao Brasil colonial, influenciando a maneira como os recursos naturais eram explorados, especialmente dentro do sistema econômico escravista. No caso de Jaú, essa perspectiva manifestou-se na exploração da fauna local, onde papagaios e araras foram comercializados como bens de luxo, refletindo a maneira como o ethos europeu reconfigurou elementos naturais em mercadorias.

Entre 1840 e 1870, a expansão da fronteira agrícola sobre áreas de transição entre cerrado e Mata Atlântica em Jaú seguiu o padrão nacional descrito por José Augusto Pádua. A combinação entre monocultura exportadora e trabalho escravo resultou em uma intensa exploração dos recursos naturais, levando a mudanças significativas nos ecossistemas. A região integrou-se à economia nacional e internacional por meio do cultivo de café e cana-de-açúcar, culturas que prosperaram em

áreas anteriormente ocupadas por ecossistemas naturais. As terras roxas, especialmente cobiçadas para o cultivo de café, intensificaram o desmatamento, enquanto a cana-de-açúcar expandiu-se em terrenos de menor altitude, considerados menos adequados à cafeicultura.(9)

Esse processo alterou drasticamente o ecossistema local. A fauna, anteriormente abundante — incluindo araras, papagaios, gaviões, anhumas e jacutingas —, perdeu progressivamente seu habitat, enquanto madeiras de lei desapareceram da região. O desmatamento extinguiu espécies e provocou mudanças no microclima, reduzindo a umidade e tornando a região mais vulnerável a secas. Embora alguns autores, como Sebastião Teixeira, tenham minimizado esses impactos nos espigões, as evidências indicam que a expansão agrícola transformou profundamente a paisagem.

José Augusto Pádua amplia a análise sobre o utilitarismo ambiental ao aplicá-la ao contexto do Brasil escravista, onde a monocultura e o regime de trabalho escravo acentuaram os impactos sobre os biomas tropicais. Enquanto Keith Thomas examina como a visão utilitária da natureza se consolidou na Europa moderna, Pádua demonstra como essa mentalidade se materializou no Brasil por meio da exploração intensiva de terras e mão de obra, resultando em uma degradação ambiental.

O território de Jaú exemplifica esse processo de transformação ambiental: suas terras férteis foram convertidas em áreas de cultivo agrícola, provocando o desaparecimento simultâneo da vegetação original e dos habitats que abrigavam a avifauna local. A análise de José Augusto Pádua explora como a mentalidade utilitária e as práticas de manipulação ambiental se articularam com o modelo econômico escravista, resultando na redução da biodiversidade regional.

Pádua também destacou que, durante o período escravista, alguns intelectuais manifestaram preocupações com a degradação ambiental e defenderam um manejo mais sustentável dos recursos naturais. José Bonifácio de Andrada e Silva alertou para os impactos do desmatamento e propôs medidas de manejo racional das florestas, defendendo uma agricultura que equilibrasse exploração e conservação. Suas ideias anteciparam discussões que, no século XX, se tornariam centrais nos debates sobre desenvolvimento sustentável e preservação ambiental.

Em *O Primeiro Ciclo do Café no Brasil* (1977), Salvio Pacheco de Almeida Prado analisa a expansão cafeeira em Jaú, enfatizando as transformações sociais e ambientais decorrentes desse processo. Os pioneiros encontraram uma paisagem composta por matas virgens e campos inexplorados, cuja ocupação exigiu amplo desmatamento para a criação de áreas agrícolas. (10)

A fauna local, característica da transição entre Mata Atlântica e Cerrado, incluía onças, jaguatiricas e outros predadores que representavam ameaças aos trabalhadores, ao gado e às plantações. Em resposta, organizavam-se caçadas frequentes. O território também abrigava capivaras, antas, veados, primatas, além de aves como araras, tucanos e papagaios. Nos ambientes aquáticos predominavam jacarés, enquanto serpentes e anfíbios integravam o mosaico ecológico terrestre.

O estabelecimento das fazendas dependia inicialmente do trabalho escravizado. Após 1888, muitos libertos passaram a ser contratados como agregados ou diaristas, enquanto as

políticas imigratórias introduziram trabalhadores europeus. Essa transição alterou as dinâmicas sociais e econômicas da região, exigindo adaptações no sistema produtivo local.



Figura 2 - FLORENCE, Hercule - Ardéa Socobói. Rio Tieté, julho de 1826 (Rio Tietê)

Uma notícia publicada no *Correio Paulistano* de 24 de abril de 1885 oferece um panorama sobre a fauna regional do século XIX. Em sua segunda página, o jornal registra um fato aparentemente corriqueiro: '*Chegaram ante-hontem à praça do Mercado dois mil papagaios, procedentes das matas do Jahú.*' Esta breve nota jornalística preserva informações sobre o período. O número expressivo de aves transportadas em uma única remessa indica a densidade populacional dos psitacídeos nas matas da região. A notícia denuncia a existência de uma rede comercial organizada que capturava aves silvestres em Jaú para abastecer os mercados dos centros urbanos. (11)"

A dimensão da remessa — **dois mil exemplares** — indica a expressiva população original de papagaios e a intensidade da exploração comercial da fauna silvestre. Essa prática, comum no período, contribuiu para a redução das populações naturais dessas aves, agravada pelo desmatamento decorrente da expansão agrícola.

O registro confirma, ainda, a existência de "matas" significativas em Jaú naquele momento (1885), indicando que o processo de desmatamento, embora em curso, ainda não havia eliminado completamente as áreas florestais que serviam como habitat natural para essas espécies.

Complementando essa informação, o *Jornal Província de São Paulo*, em sua edição de 24 de maio de 1885, publicou: "*Papagaios. — Ante-hontem na praça do mercado estavam à venda perto de dous mil papagaios, que vieram da villa do Jahú.*"

As notícias publicadas no *Correio Paulistano* (24 de abril de 1885) e no *Jornal Província de São Paulo* (24 de maio de 1885) enunciam a comercialização de dois mil papagaios oriundos de Jaú na praça do mercado da capital, possivelmente referindo-se ao mesmo evento, considerando a proximidade temporal e a similaridade das informações.(12)

A comercialização de dois mil papagaios em uma única remessa remonta a duas faces da história ambiental de Jaú. Por um lado, este número extraordinário da avifauna local, onde os psitacídeos prosperavam em grandes populações nas matas da região. Por outro, o volume do comércio sinaliza a intensidade da exploração deste recurso natural. Este episódio se desenrola em um momento particular da história econômica local, quando Jaú se consolidava como um promissor centro da economia cafeeira e avançando para desequilíbrio das relações entre sociedade e natureza.

A prática de captura e comercialização em larga escala de aves silvestres, hoje considerada crime ambiental, constituía uma atividade econômica regular e socialmente aceita no período, demarcando uma concepção dos recursos naturais como mercadorias disponíveis para exploração irrestrita. Essa mentalidade alinhava-se ao processo mais amplo de transformação ambiental em curso na região, caracterizado pelo desmatamento para a expansão agrícola e pela exploração intensiva dos recursos naturais.

O *Diário de Santos* – edição de 06 de abril de 1887, publicou a seguinte nota:

"O mercado tem sido n'estes últimos dias abastecido de enormissima quantidade de papagaios, vindos do interior. Só do Jahú, diz o «Diário Popular», chegou 700. Vieram um pouco tarde. A assembléa desde o mês passado que está em férias ."

A nota publicada no *Diário de Santos* em 6 de abril de 1887 ressalta o grande volume de papagaios vindos do interior paulista para abastecer o mercado, mencionando especificamente a chegada de 700 exemplares de Jahu, segundo o *Diário Popular*. O trecho final — "Vieram um pouco tarde. A assembléa desde o mês passado que está em férias" — carrega um tom irônico e sugere conexões entre o comércio de aves e o cenário político da época. A menção à Assembleia pode indicar que a presença dos parlamentares impulsionava o mercado, seja pelo aumento de compradores em circulação, seja por interesses diretos de alguns membros nessas transações. Outra possível interpretação é o uso satírico da comparação, associando os políticos ao ato de 'papagaiar', numa crítica ao discurso parlamentar da época. A venda de animais silvestres, sobretudo aves, era uma prática comum nos mercados e feiras do século XIX. Os papagaios sobressaíam nesse comércio por sua capacidade de imitar a fala humana e por sua beleza, sendo valorizados tanto como animais de estimação quanto como mercadorias de troca. (13)

O transporte regular de papagaios da vila do Jahú para a capital paulista evidencia as intrincadas redes comerciais que conectavam o interior aos centros urbanos oitocentistas. A remessa de duas mil aves em uma única viagem mostra como a região atuava como um relevante fornecedor de fauna silvestre, uma atividade que, gradativamente, reduzia a biodiversidade local. O

comércio destes psitacídeos se ramificava em diferentes finalidades: além da venda como animais de estimação, suas penas alimentavam um mercado específico de adornos e outros produtos. Esta multiplicidade de usos intensificava a pressão sobre as populações naturais. A exploração sistemática em larga escala produzia um impacto significativo na fauna original, alterando gradualmente a composição das comunidades de aves nas matas da região. No século XIX, a comercialização de papagaios era vista como parte natural da economia local, sem que houvesse preocupações com a conservação da fauna. Essa visão mudaria gradualmente, conforme surgiam debates ambientais e legislações voltadas à proteção da biodiversidade.

O artigo de Heloisa Barbuy sobre exposições itinerantes de animais selvagens em São Paulo no século XIX destaca como essas apresentações, além de integrarem o comércio da fauna silvestre, faziam parte de uma cultura expositiva oitocentista que combinava entretenimento e instrução. (14)

A presença expressiva de papagaios no mercado paulistano, documentada nas notícias anteriormente mencionadas, pode ser analisada sob essa perspectiva cultural. Além do comércio voltado para animais de estimação, é provável que parte dessas aves fosse destinada a exposições itinerantes, que funcionavam como atrações populares e espaços de instrução pública. Esse aspecto expositivo adiciona uma nova camada de entendimento ao intenso comércio de aves silvestres provenientes de Jaú. Além de atender à demanda por animais de estimação, a captura e comercialização de papagaios também alimentavam um circuito de entretenimento e exposição no século XIX, presente em apresentações circenses e mostras itinerantes de animais exóticos.

Dessa forma, o volume significativo de aves comercializadas — sejam os dois mil papagaios mencionados em 1885 ou os setecentos em 1887 — pode ser compreendido dentro de um sistema mais amplo, envolvendo comércio, entretenimento e instrução pública, típico da cultura urbana paulistana do período. A relação entre os seres humanos e os animais sempre esteve presente nas sociedades. Desde os primeiros grupos humanos, a natureza fornecia recursos para a subsistência, viabilizando práticas como a coleta de frutos e sementes, a caça e a pesca, que, com o tempo, foram acompanhadas pelo desenvolvimento da agricultura e da criação animal.

No entanto, como observa Keith Thomas (1983), a relação humana com os recursos naturais não se limitou às necessidades básicas de subsistência. A exploração da natureza passou a integrar um sistema de acumulação de capital, convertendo recursos naturais em mercadorias inseridas em redes comerciais de alcance crescente. (15)

A notícia publicada no *Correio Paulistano*, em 9 de junho de 1883, registra, com peculiar ironia, o comércio intensivo de aves silvestres no final do século XIX. Sob o título "Exposição de papagaios", o texto registra a presença de oitocentos exemplares na praça do mercado, um evento que atraiu significativa atenção pública. (16)

O redator vai além do simples registro comercial ao incorporar uma crítica social marcada pelo humor. Ao comparar o barulho dos papagaios ao Parlamento em "dia de discussão quente" e chamá-los de "retóricos de bico redondo", construiu uma sátira que ironiza tanto o ambiente político quanto o próprio espetáculo proporcionado pela venda das aves.

Exposição de papagaios

A praça do mercado desta cidade foi muito visitada nestes ultimos dias. O que ali estava atrahindo a atenção publica era uma admiravel exposição de oitocentos papagaios!

Imaginem o nosso parlamento em dia de discussão quente,—e terão uma idéa d'essa exposição de oito centas aves parlantes.

Oito contos papagaios!

Esses *rethoricos* de bico redondo foram importados do municipio de Araras.

A presença regular de papagaios capturados em Araras, Jaú e outras localidades do interior paulista no mercado da capital denuncia a extensão das redes comerciais de fauna silvestre neste período. A transformação desta chegada em um evento público na praça do mercado paulistano mostra como o comércio de aves silvestres se integrava ao cotidiano urbano da época. Este espetáculo da venda pública mascara um processo mais amplo de exploração sistemática da fauna nativa, cujas consequências se manifestaram no declínio progressivo das populações naturais destes psitacídeos e de outras aves.

Um anúncio publicado no *Correio Paulistano*, em 28 de outubro de 1875, traz indícios da sofisticação do comércio de aves no final do século XIX e de seu apelo entre a elite urbana. O leilão, marcado para as 11 horas da manhã na rua do Imperador (atual rua 15 de Novembro), em São Paulo, reunia tanto espécies nativas da América do Sul quanto exemplares exóticos de outros continentes, evidenciando a amplitude e a valorização desse mercado.(17)

Leilão de magnificos passaros

Hoje ás 11 horas da manhã á rua do Imperador 13, de diversas arapongas, sabiás, canarios do Reino, pombas d'África, jacús, papagaios e muitos outros passaros.

Hilario Breves.

O catálogo do leilão oferece um olhar abrangente sobre o comércio ornitológico da época, reunindo espécies que despertavam distintos interesses. As aves nativas sul-americanas ocupavam lugar de destaque: as arapongas encantavam pelo canto peculiar, os sabiás pela melodia harmoniosa, enquanto jacus e papagaios atraíam admiradores por sua plumagem colorida - no caso dos papagaios, somava-se ainda sua capacidade de mimetizar sons, incluindo a fala humana. O mercado também incorporava espécies estrangeiras, como os canários provenientes das Ilhas Canárias e as pombas africanas, sinalizando uma crescente sofisticação do comércio de aves ornamentais.

A escolha do local e horário do evento por Hilário Breves implica em sua natureza exclusiva: um endereço prestigioso no centro da capital paulista e um horário matinal que se adequava aos hábitos das elites urbanas. O leilão configurava-se além de uma simples transação comercial, transformando-se em um evento social onde a aquisição de aves - tanto nativas quanto exóticas - funcionava como marcador de distinção social. Estas aves cumpriam um modo singular na sociedade paulistana, combinando ostentação de status econômico-cultural com uma forma particular de entretenimento doméstico, criando uma interface única entre o mundo natural e a vida urbana.

Esse leilão designa um fenômeno mais amplo do período imperial, em que a fauna, domesticada e apropriada, era integrada às práticas de sociabilidade e aos hábitos de consumo da elite. A aquisição e a manutenção de aves ornamentais revelavam não apenas uma apreciação estética da natureza, mas também a capacidade de participar de uma cultura urbana que valorizava o exotismo, a sofisticação e o poder aquisitivo. Esse episódio histórico, portanto, possibilita uma perspectiva para compreender as dinâmicas sociais e culturais do Brasil oitocentista, marcadas pela busca por distinção e pela valorização simbólica da fauna.

ATAQUE DE UMA ONÇA , notícia do *Correio Paulistano*, Anno XXVIII, nº 7462, 20 de outubro de 1881:

Refere a Gazeta de Campinas de hontem:

“João Theodoro Ricardo é um homem de notavel coragem, como se póde ver pela rapida, porém, interessante noticia que vamos dar.

Na qualidade de empregado da fazenda do Sr. tenente José Rodrigues Ferraz do Amaral, no Jahú ia elle da mesma fazenda para a villa quando ouviu ao longe, ao passar a Fazenda Velha, no centro do matto, latidos de um cachorro que parecia desesperado.

Cuidando que haveria por alli alguma onça, apeou-se do cavallo que ia montado, amarrou-o a uma arvore e dirigiu-se para o matto.

Chegado ao lugar onde estava o cão viu que não se havia enganado, avistando uma onça de respeitavel tamanho. Estava ella trepada em uma arvore, um tapixingui, distante da estrada umas duzentas braças.

João Theodoro sentiu-se tomado de assombrosa surpresa, e ficou por alguns instantes sen saber o que fazer, pois não levava arma de fogo, nem cousa alguma com que se defendesse no caso de um ataque.

En tal conjunctura voltou ao encontro de seu cavallo, montou a toda a pressa e galopou em direcção á casa. No caminho, porém, encontron-se com dous individuos, Evaristo e Bernardino (sendo este ultimo tambem em outra occasião atacado por um animal igual aquelle) e tomando a espingarda de Evaristo, voltou com Bernardino ao encontro da onça, e deixando o seu companheiro em certa distancia e com instrucções especiais foi collocar-se embaixo do tapexingui para evitar que a onça descesse, e lá permaneceu até que vieram outras pesscas.

João Theodoro, munindo-se então de uma espingarda de dous canos e dando a sua a um companheiro, fez fogo juntamente com aquelle, do que resultou cahir ferido o feroz animal que correu ainda cerca de cincoenta braças, até que morreu debatendo-se com os cachorros.

Reinaram grande alvoroço e regosijo entre os companheiros de tão perigosa empreza, que tanta coragem revelaram, especialmente João Theodoro Ricardo que teve o sangue frio de conservar-se por muito tempo debaixo da arvore um que es tava e bicho à espera da occasião opportuna de fazer lhe fogo.

Escrevendo elle ao mesmo sr. tenente José Rodrigues, terminou a descripção do caso com este epilogo sinistro :

'Ahi vão as barbas da onça.'"

Entre os desafios da ocupação territorial no final do século XIX, os embates com grandes predadores, sobretudo a onça, foram marcantes. Em Jaú, estas interações se intensificavam nas zonas de contato entre as matas remanescentes e as áreas recém-convertidas em fazendas. A narrativa sobre João Theodoro Ricardo elucida o padrão de resposta da época: ao avistar uma onça, ele retornou ao local munido de espingarda e acompanhado por outros homens, numa demonstração da prontidão local para eliminar animais considerados ameaças à vida humana e às propriedades.(18)

Os relatos da época documentam os confrontos com grandes predadores e apontam as interações entre sociedade e natureza durante a expansão da fronteira agrícola. Nessas narrativas, é possível identificar como a nomeação dos predadores, a tentativa de domesticar o ambiente e a eliminação da fauna nativa faziam parte de uma transformação ambiental mais ampla, marcada por relações de poder e estratégias de sobrevivência adotadas pelos habitantes. A narrativa expõe uma cultura de enfrentamento direto e controle da natureza, na qual predadores como a onça eram temidos e caçados, não propriamente como uma demonstração de bravura, mas como uma medida de proteção das fazendas, comunidades e rebanhos. Esse contexto remete a crescente pressão sobre a fauna local, resultante da expansão das atividades humanas, que reduziu os habitats naturais e intensificou os encontros entre humanos e animais selvagens.

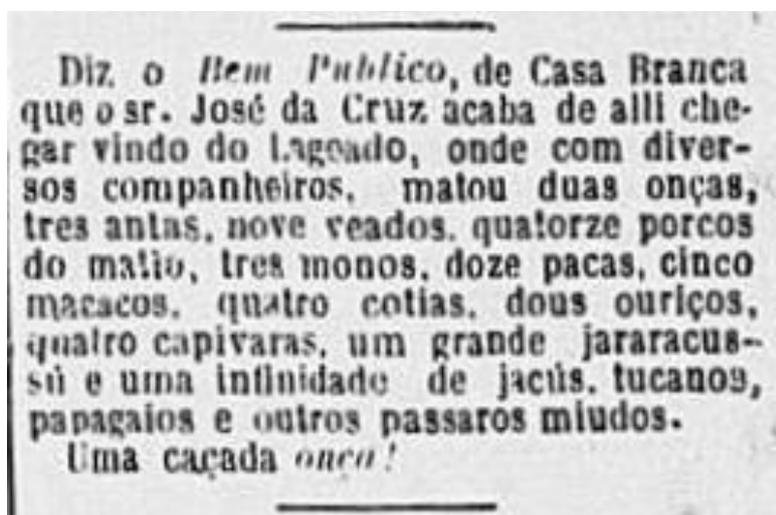
O relato , ainda, reconstruiu aspectos da organização social do período. A menção às grandes fazendas e à figura do tenente José Rodrigues Ferraz do Amaral delineia uma sociedade estruturada em torno das propriedades rurais, onde as patentes militares reforçavam as hierarquias sociais existentes. Neste contexto, a caça aos grandes predadores ultrapassava a dimensão do heroísmo individual ou do entretenimento: constituía uma prática vista como necessária para a manutenção da ordem econômica rural. A eliminação das onças respondia tanto à necessidade de proteger os moradores quanto de preservar o patrimônio animal das fazendas, essencial para a subsistência e o comércio local.

Aspectos culturais também emergem com clareza: o uso de cavalos como meio de transporte, o domínio de armas de fogo e de técnicas de caça, e o conhecimento sobre os sinais da fauna local. Elementos como os latidos de alerta dos cães e o reconhecimento do "tapixingui" (árvore nativa) demonstram uma interação cotidiana com o ambiente natural. A coragem, por sua vez, era uma virtude exaltada, como mostram os elogios direcionados a João Theodoro Ricardo pelo enfrentamento bem-sucedido.

O relato, publicado originalmente na *Gazeta de Campinas* e posteriormente no *Correio Paulistano*, mostra o caráter disseminador do jornalismo do período. O estilo narrativo, com detalhes dramáticos, desvela as práticas jornalísticas da época, nas quais eventos locais eram transformados em histórias que mesclavam fatos e elementos simbólicos. A incorporação de termos de origem indígena, como "tapixingui", enfatiza a integração de elementos linguísticos nativos ao português brasileiro, adicionando uma camada de autenticidade ao relato.

Subjacente a essa narrativa está o conflito entre a expansão humana, representada pelas fazendas e pela transformação da paisagem natural, e o habitat dos animais selvagens. A onça, nesse contexto, deixou de ser vista como parte integrante do ecossistema para se tornar um inimigo a ser eliminado. O envio das "barbas da onça" como prova da façanha remete a uma tradição cinegética de troféus, revelando os códigos culturais e simbólicos daquele momento histórico, no qual o domínio sobre a natureza era amplamente celebrado.

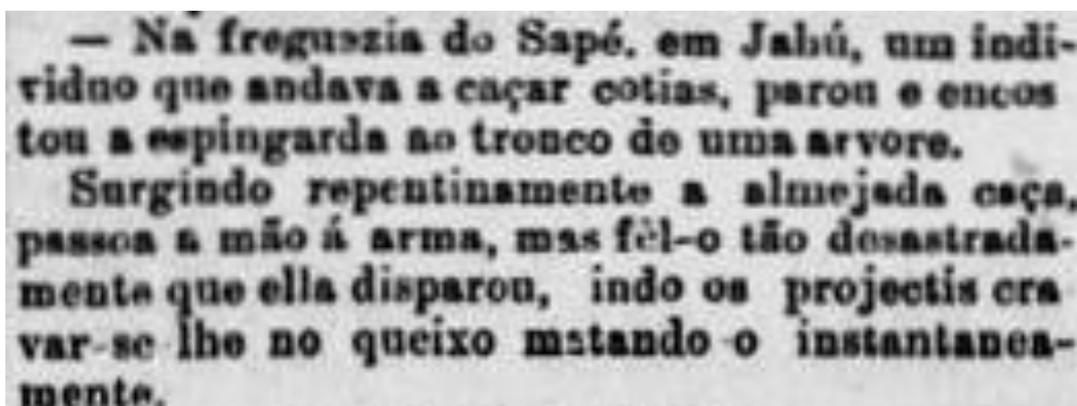
Uma notícia publicada originalmente no *Bem Público* de Casa Branca e reproduzida pelo *Correio Paulistano* em 26 de julho de 1897 traz um testemunho das práticas de caça no final do século XIX. O relato declara que uma expedição ao Lageado, onde José da Cruz e seus companheiros realizaram uma caçada de grande escala. O grupo abateu desde grandes predadores como onças até mamíferos de médio porte como antas, veados, porcos-do-mato e pacas. A lista de presas se estende ainda a primatas e diversas espécies de aves, incluindo jacús, tucanos e papagaios. Essa narrativa sinaliza o impacto da caça sobre a fauna regional naquele período. (19)



A "caçada à onça" ia além de uma atividade utilitária: era um ritual social em que a captura de grandes predadores representava coragem e domínio sobre a natureza. Essa prática, comum na época, evidenciava a falta de mecanismos de controle dos recursos naturais ou preocupações preservacionistas. A caça atendia tanto à subsistência, fornecendo alimentos e peles, quanto ao desejo de distinção social, sobretudo no caso de animais considerados perigosos.

O relato revela um conhecimento minucioso sobre o ecossistema local, evidenciado pela identificação precisa das espécies e de seus hábitos. No entanto, essa familiaridade não implicava

uma visão de preservação ou equilíbrio ambiental. Em vez disso, os animais eram categorizados de acordo com sua utilidade ou ameaça: presas desejadas por sua carne e couro, predadores eliminados como risco à segurança e espécies raras valorizadas como troféus. Esse olhar instrumental sobre a fauna refletia uma lógica de exploração que acompanhava a expansão territorial e econômica da época, reforçando a ideia de domínio humano sobre a natureza.



— Na freguezia do Sapé, em Jabú, um indivíduo que andava a caçar cotias, parou e encostou a espingarda ao tronco de uma arvore. Surgindo repentinamente a almejada caça, passou a mão á arma, mas fêl-o tão desastradamente que ella disparou, indo os projectis cravar-se lhe no queixo mstando o instantaneamente.

A notícia publicada no *Jornal do Recife* (XXXII Anno, nº 183, 15 de agosto de 1889, p. 1) narra um evento trágico e revela práticas e dinâmicas sociais da época. A caça era uma atividade cotidiana em áreas rurais, vista como uma necessidade em regiões com acesso limitado a mercados. A captura de cotias ilustra esse contexto, integrando tanto a subsistência das famílias quanto a proteção das plantações, já que esses animais eram considerados pragas em determinadas situações.(20)

A posse e o uso de espingardas eram comuns no meio rural, atendendo tanto à necessidade de obtenção de alimento quanto ao lazer. A frequência dessas práticas, somada à falta de regulamentação específica sobre o porte de armas, resultava em um uso indiscriminado, contribuindo para a banalização dos riscos. O relato sobre o manuseio inadequado da espingarda evidencia a ausência de treinamento formal e o descuido, agravado pela rotina dessas atividades.

Nesse contexto, a caça não era apenas uma atividade esporádica, mas uma necessidade para comunidades isoladas, em que os recursos naturais locais garantiam a subsistência. Contudo, a familiaridade com o uso de armas e a negligência quanto aos riscos revelam um padrão cultural no qual práticas potencialmente perigosas eram incorporadas ao cotidiano sem medidas de precaução adequadas.

O episódio também indica a precariedade das condições de vida e as limitações institucionais na regulamentação do uso de armas de fogo. Esse contexto estipula como essas práticas estavam ligadas tanto à adaptação às necessidades locais quanto aos desafios de segurança e organização enfrentados pelas comunidades rurais da época.

Não ha nada que possa igualar á belleza das flôres feitas das pennas do peito e do pescoço dos beija-flôres.

Uma senhora cujo chapéo ou cabelo estiver enfeitado com estas pennas parece estar rodeada de bellas e brilhantes estrelas. Os cravos e outras flôres, feitas por uma combinação de pennas do ibis escarlata, ou do colheireiro côr de rosa, são tambem muito apreciadas.

Nestas lojas podemos tambem achar flôres feitas de escama de peixe ou de azas de insectos, e alfinetes de peito feito de pequenos escaravelhos guarnecidos com um pouco de ouro em volta.

O texto, extraído do *Correio Paulistano* em 20 de novembro de 1858, descreve a produção de acessórios de moda feminina utilizando materiais naturais, em especial partes de aves e outros animais. Flores artificiais feitas com penas de beija-flores, retiradas de suas áreas mais coloridas, como o peito e o pescoço, são comparadas a "belas e brilhantes estrelas" quando aplicadas em chapéus ou penteados. Aponta ainda, a confecção de cravos e outras flores utilizando penas de espécies como o íbis escarlata e o colhereiro cor-de-rosa, valorizadas por sua sofisticação e beleza. Além das penas, materiais como escamas de peixes, asas de insetos e pequenos escaravelhos incrustados em ouro adornavam alfinetes e outros ornamentos, designando o apuro estético e a engenhosidade artesanal da época.(21)

A ampla utilização de materiais provenientes da fauna desvela um momento histórico em que a exploração de recursos naturais era percebida como ilimitada, e questões relacionadas à preservação ambiental ainda não faziam parte do discurso social ou político. A moda feminina do século XIX enumera um fascínio pelo exótico e pelo artesanal, com itens que exibiam a riqueza e a diversidade da natureza em sua forma mais decorativa e elaborada. Essa valorização do exótico combinava-se com um apelo à exclusividade e à sofisticação, características desejadas em um período marcado por avanços tecnológicos e pelo acesso crescente a recursos naturais em escala global.

Nesse contexto, o termo "exótico" referia-se a materiais e estilos associados a regiões distantes, muitas vezes colonizadas, e percebidos como raros e luxuosos. O uso de penas de aves tropicais, marfim, corais e tecidos orientais evidenciava essa busca por elementos naturais que

simbolizavam riqueza e distinção. Ao mesmo tempo, a apropriação de motivos e técnicas artesanais de outras culturas reforçava a ideia de exclusividade e refinamento, características valorizadas pela elite da época.

A análise contemporânea desses registros históricos exige cautela, uma vez que a percepção moderna sobre a relação entre sociedade e natureza não deve ser projetada sobre o passado. No século XIX, os padrões estéticos e econômicos que impulsionavam o uso de partes de animais para fins ornamentais refletem uma lógica de exploração dos recursos naturais desvinculada de preocupações com a preservação ambiental. Esse modelo, sustentado pela abundância percebida da fauna e pela ausência de regulamentações, compreendia a naturalização da apropriação da natureza como um bem ilimitado.

O exame desses documentos históricos sinaliza como determinadas práticas e discursos legitimaram a exploração da fauna ao longo do tempo. Mais do que servir como marcos de uma "evolução" do pensamento ambiental, esses registros esclarecem as bases culturais e econômicas que sustentaram a exploração desenfreada da biodiversidade. O contraste entre essas práticas e os valores atuais de conservação não indica uma mudança linear, mas sim um processo complexo, no qual fatores científicos, econômicos e políticos influenciaram a forma como diferentes sociedades passaram a enxergar os limites da exploração ambiental.

No jornal *Diario de São Paulo*, Anno I, nº 48, edição de de 28 de setembro de 1865, página 2, temos a seguinte coluna intitulada "Apontamentos de Impressão de Viagem por uma Pessoa, que da Capital de São Paulo, foi ao Sertão da Margem Direita do Tietê, descendo até o Santo de Avandanhava" com seguinte teor no tocante a esta região do estado de São Paulo:

"De Dois Corregos, seguimos viagem para o municipio do Jahu. Não tocámos o povoado, por termos-necessidade de, directamente, alcançar o nosso porto de embarque. Era o do sr. José Ribeiro, no rio Tietê, na sua barranca direita. Neste lugar, em companhia de 50 e tantos companheiros de caçada, com 70 cães de primeira qualidade, 3 lotes de bestas carregadas com munição de boca e de fogo, achámos 12 grandes canôas, que já ahi encontrámos por providencias tomadas. Ahi falhámos tres dias, com o fim de conseguir alguns bons camaradas, e esperar fazer-se fubá para os cães. Tivemos então occasião de ocularmente ver o que sabemos por informações, isto é, que a freguezia do Jahu é dos lugares mais ricos de terra que se póde imaginar. As matas em geral ainda virgens, são de uma altura immensa e verde-escuro, compondo-se o mato quasi exclusivamente de páos d'alho e jangadas bravas, que são os caracteristicos das melhores terras, segundo lavradores experimentados. Aqui, bem como em Brotas e Dois Corregos, continuámos a ouvir repetidas queixas contra as pessoas que dirigem os negocios publicos. Nós, dizião elles, fazemos alguma coisa, porque a natureza assim quer; ninguem trata de melhorar as nossas vias de communição tão necessarias. Se assim não fosse, estes lugares já serião da maior importancia na provincia. Feitas estas observações, para não entrarmos em ocio, o resto dos tres dias que gastámos no porto do sr. Ribeiro, deliberámos fazer uma soltada de cães, que nos deixou claramente vêr quão rico é aquelle sertão de caça; pois, em um lugar escolhido a esmo, matámos em cerca de duas horas, duas antas e cinco veados pardos. Feito o que, estivemos promptos para o embarque, que se effectuou no dia seguinte."

O relato publicado no *Diário de São Paulo*, em 28 de setembro de 1865, oferece um vislumbre das condições ambientais e estruturais da região de Dois Córregos, Jaú e do rio Tietê no século XIX. O viajante descreve sua passagem pelo porto de José Ribeiro, onde encontrou um grupo de mais de cinquenta caçadores equipados com suprimentos, cães treinados e canoas já preparadas para a expedição. A caça de duas antas e cinco veados pardos em poucas horas evidencia a abundância de fauna na região, sugerindo um território ainda pouco explorado e rico em recursos naturais.(22)

A vegetação também recebe destaque no relato. A menção a matas densas, compostas por paus-d'álho e jangadas bravas, indica a presença de solos férteis, um fator que já despertava o interesse de lavradores e impulsionava a valorização das terras. Embora o texto não mencione diretamente práticas agrícolas, a referência à vegetação e à qualidade do solo sugere uma paisagem em transformação, onde a exploração da terra se tornava cada vez mais atraente.

Entretanto, o viajante também registra as dificuldades enfrentadas pelos habitantes da região, especialmente no que diz respeito às vias de transporte. A precariedade das estradas era vista como um obstáculo ao desenvolvimento econômico, dificultando o escoamento da produção e limitando a integração com mercados maiores. Esse entrave, frequentemente relatado em áreas rurais do Brasil oitocentista, reforça como a expansão econômica dependia da melhoria da infraestrutura e da conexão com os centros urbanos.

O relato registra um momento de transição em Jaú, no qual os elementos naturais ainda predominavam, mas já coexistiam com demandas emergentes por infraestrutura e expansão econômica. A sobreposição entre um território de características sertanejas e os primeiros sinais de mudanças estruturais indica um contexto em transformação, impulsionado pela crescente valorização da terra e pela necessidade de melhor integração com mercados regionais. Esse contraste entre a abundância de recursos naturais e as pressões por desenvolvimento ilustra os desafios enfrentados por comunidades em processo de inserção nas dinâmicas econômicas do interior paulista.

A relação entre natureza e desenvolvimento marca esse período, evidenciando a tensão entre a exploração dos recursos naturais e as demandas por infraestrutura. De um lado, a paisagem ainda preservada sustentava atividades extrativistas e a valorização da terra; de outro, o impulso por melhorias estruturais indicava a crescente integração da região a circuitos econômicos mais amplos. Esse contexto acelerou a conversão do território, estimulando a expansão agrícola e a urbanização, ao mesmo tempo em que modificava ecossistemas locais e redefinia as dinâmicas socioambientais.

A canção *Lamento Sertanejo*, de Gilberto Gil, propõe uma reflexão sobre o deslocamento territorial e as sensibilidades ambientais, oferecendo um interessante paralelo com as transformações documentadas em Jaú no século XIX. A letra expressa o estranhamento de quem deixa o ambiente rural rumo à cidade, um sentimento que ressoa nos relatos históricos de 1865, nos quais a paisagem de matas virgens e abundância de fauna já começava a ser modificada pela ação humana. O "sertão" descrito na música carrega um lamento ecológico que, apesar de situado em outro tempo e espaço, dialoga com a narrativa do *Diário de São Paulo*, registrando a tensão entre um território em transformação e a perda de um mundo natural ainda preservado.(23)

Essa perspectiva nos ajuda a compreender como as transformações ambientais também são vivências culturais e afetivas. O processo de urbanização e modernização, seja no século XIX ou no momento da composição de Gil, implica tanto mudanças físicas no território, quanto alterações nas formas de vida e na relação das pessoas com o ambiente natural.

No jornal *A Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, Anno XIII, nº 101, edição de 04 de abril de 1887, página 2 temos a seguinte notícia sobre caçada:

“A seguinte interessante noticia é do Diario Popular, de S. Paulo:

De volta de explorações e caçadas nas fazendas do Dr. Fortunato de Camargo, ao longo do esplendido valle do Paranapanema, chegou hontem aqui o Sr. Dr. Joaquim de Paula Souza. Explorações e caçadas, com os habitos viris necessarios n'ellas, com a contemplação da natureza selvagem e virgem de nossos sertões, eram a paixão preponderante dos antigos paulistas. Ao iniluxo d'ellas, descobriram elles e povoaram Minas, Goyaz, Matto Grosso; levaram suas incursões pelo interior ao Maranhão, Pará e até o sopé dos Andes. E' por isso que os americanos dizem que o caçador é o pioneer da civilização. Com effeito, antes que o nivel e o theodolito do engenheiro cheguem a qualquer ponto de nossas solidões americanas, é necessario que ellas tenham sido devassadas pela barraca ligeira do caçador do deserto, que é quem traz ao povoado as primeiras noticias de suas riquezas e esplendores. Comquanto o paulista de hoje vá se modificando e adquirindo habitos menos viris, ao contacto do telegrapho e da estrada de ferro, ainda se reconhece n'elle o sangue d'aquella raça exploradora que devassou a parte mais vasta e rica dos sertões do Brazil, quando, para penetrar p'ella, era necessario transpor o rio a nado, contar com o alimento dado pela espingarda, e luctar com as feras e com as numerosas hordas de selvagens que o infestavam. Na geração passada tivemos, entre muitos outros, dois que se tornaram legendarios, e foram: o velho Barão de Itu e o capitão Chico de Camargo, cujas caçadas eram verdadeiras caravanas mandadas pela civilização ao deserto, pois aturavam dois, tres e quatro mezes, e compunham-se ás vezes de trinta e quarenta pessoas. O rico manancial de informações resultantes de taes expedições ahi está hoje, produzindo seus fructos no conhecimento quasi completo que temos de todo o territorio da provincia. A actual geração conta ainda numerosos representantes da velha energia de nossos maiores, e citaremos entre outros, além do Dr. Joaquim de Paula Souza, o coronel José Pinto Ferraz, de Araraquara, o Dr. Fortunato de Camargo da Faxina, o Sr. Odorico de Camargo, do Jahú, conselheiro Bento de Paula Souza, de Itú, o Sr. Alvaro de Camargo, de Campinas, o Dr. José Negreiros, do Rio Claro, Dr. Leite Moraes, de S. Paulo, e muitos outros. Não temos ainda noticia detalhada das peripecias da actual caçada para dal-a a nossos leitores. Sabemos apenas, pelo que ligeiramente ouvimos, que a região é riquissima em caça, e que esta deu o seguinte resultador macucos, pacas, jacutingas; 118 perdizes, 4 pacas, 12 veados, catetos, 12 queixadas, 4 antas, 14 capivaras e 1 onça. Esperamos que o illustre Dr. J. de Paula Souza, abrindo em nosso jornalismo, á imitação dos jornaes inglezes e americanos, a columna do sport do sertão, nos dará opportunamente noticia das peripecias de sua interessante viagem.”

O relato publicado na *Gazeta de Notícias*, em 11 de abril de 1887, com origem no *Diário Popular* de São Paulo, expõe as expedições de caça no final do século XIX, destacando tanto seu papel na exploração territorial quanto seu caráter social e simbólico. A recente incursão liderada pelo Dr. Joaquim de Paula Souza nas propriedades do Dr. Fortunato de Camargo, no vale do Paranapanema, é apresentada como um elo entre a tradição bandeirante e as práticas cinegéticas contemporâneas, reforçando a narrativa de desbravamento e ocupação do interior brasileiro.(24)

A narrativa estabelece uma conexão genealógica entre os bandeirantes — agentes históricos responsáveis pela colonização de territórios como Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso — e os caçadores modernos, posicionados como continuadores do processo de exploração territorial. Nesse contexto, as incursões cinegéticas são interpretadas como etapas iniciais de reconhecimento e uso produtivo dos espaços, antecedendo a chegada dos engenheiros e suas ferramentas de medição. Essa visão enaltece a caça como prática recorrente na expansão territorial e no conhecimento geográfico, impregnada, porém, de uma retórica romantizada que exalta o sacrifício e a coragem.

Apesar das transformações tecnológicas da época, como a introdução do telégrafo e das ferrovias, o relato celebra o "espírito explorador" dos paulistas, caracterizado como resistente e inerente à identidade regional. Figuras como o Barão de Itu e o capitão Chico de Camargo são mencionadas como heróis de expedições que duravam meses, enfrentando as adversidades do sertão com bravura. Ao enfatizar o caráter épico dessas jornadas, a narrativa reforça uma idealização do processo de exploração territorial, marcada pela persistência e pelo domínio sobre a natureza.

Na região de Jahu, a participação de personalidades como Odorico de Camargo demonstra o caráter elitista e social das expedições cinegéticas, que superava a simples prática da caça. Esses eventos tornaram-se espaços de sociabilidade e de afirmação de prestígio entre as classes dominantes, formando base para a construção de identidades sociais e políticas. O elevado número de animais capturados, incluindo antas, capivaras, perdizes e até uma onça, enumera a biodiversidade local e a complexidade organizacional dessas expedições, que demandavam planejamento, logística e recursos significativos.

Além da prática venatória, o texto aponta para a aspiração de modernizar as tradições culturais, sugerindo que o conselheiro J. de Paula Souza contribuísse para o jornalismo local, inaugurando uma coluna dedicada ao "esporte do sertão". Essa proposta, inspirada em modelos ingleses e americanos, inscreve o desejo de integrar as práticas cinegéticas ao emergente conceito de lazer esportivo, conectando-as a um ideal de modernidade e cosmopolitismo crescente entre as elites paulistas da época.

Antonio Candido analisa em *Parceiros do Rio Bonito*, a caça como parte integrante do sistema de obtenção de alimentos do caipira paulista, constituindo uma atividade complementar à agricultura de subsistência. Em sua análise, a caça aparece junto à pesca e à coleta como práticas que compõem os "meios de vida" tradicionais dessa população rural. Na obra demonstra como estas atividades se inserem num contexto mais amplo de transformação social e econômica do mundo rural paulista. A caça, assim como outras práticas tradicionais, vai gradualmente perdendo espaço diante das mudanças nas relações de trabalho e nos modos de produção. Este conjunto de atividades - agricultura, caça, pesca e coleta - formava um sistema integrado que garantia a sobrevivência do grupo e definia aspectos importantes de sua sociabilidade. O modo de vida tradicional do caipira paulista se constituía através dessas práticas interligadas, que foram sendo modificadas pelos processos de modernização.(24)

Com a modernização, Candido identifica uma ruptura no modo de vida caipira. A caça, antes uma atividade comum para a subsistência, torna-se periférica à medida que outras formas de produção e sustento ganham espaço. Com a crescente inserção no mercado e a intensificação da

agricultura, práticas como a caça passam a perder sua função cotidiana, enquanto a caça esportiva surge como uma nova expressão, mais associada ao lazer. Esse deslocamento reflete, segundo o autor, um afastamento das formas tradicionais de interação com o ambiente, em que a natureza era percebida não como um obstáculo a ser superado, mas como um meio no qual os caipiras organizavam sua vida e seu trabalho. A transformação do interior paulista não significou apenas a mudança de hábitos, mas a dissolução de uma estrutura cultural mais ampla, que por muito tempo regulou a relação entre os habitantes do campo e seu território.

Antônio Candido, em *Parceiros do Rio Bonito*, descreve em detalhes a dieta dos sertanejos, ressaltando a importância da coleta, caça e pesca como complementos à agricultura de subsistência. Nas páginas 72 e 73 da obra, o autor destaca como os habitantes do sertão aproveitavam os recursos naturais em ciclos específicos, adaptando-se às condições ambientais para garantir a alimentação. Em regiões onde açougues eram inexistentes ou inacessíveis, a caça fornecia carne essencial, enquanto a pesca atendia a períodos de escassez. A coleta de alimentos abrangia uma ampla variedade de frutos e palmitos, incluindo o doce (*Euterpe edulis*) e o amargo, conhecido como guariroba (*Syagrus oleracea*), cuja extração resultava na morte da palmeira. Entre as frutas, a jabuticaba era considerada "a fruta" por excelência, enquanto espécies como maracujá, araticum, goiaba, jaracatiá, pitanga e banana faziam parte da dieta. Nos campos, também eram consumidos juá-manso, gravatá e mamões, demonstrando um extenso aproveitamento dos recursos vegetais nativos.(25)

A caça no sertão paulista exigia conhecimento aprofundado do território e dos hábitos dos animais, sendo transmitida por gerações dentro das comunidades rurais. Entre as espécies mais caçadas estavam aves como macuco e nhambu, além de mamíferos como pacas, cutias e veados. Além de fornecer alimento, a caça tinha um propósito funcional, incluindo a eliminação de predadores, como onças e cachorros-do-mato, que representavam ameaças às plantações e aos rebanhos.

Candido ressalta que os sertanejos exploravam diferentes ecossistemas – matos, campos e brejos –, ajustando suas técnicas conforme o ambiente. Nos matos, predominava a captura de aves terrestres e pequenos mamíferos, como pacas, cutias, quatis e porcos-do-mato. Próximo a corpos d'água, a caça voltava-se para capivaras e aves aquáticas, como marrecas e patos. Nos campos e brejos, o foco era a caça de veados, cuja captura demandava técnicas específicas. Além disso, tatus e lagartos eram presas comuns, representando fontes acessíveis de alimento.

O relato de viagem escrito por P. E. Albuquerque de Oliveira, publicado no *Correio Paulistano* em de 19/12/1863, apresenta observações sobre habitações e práticas cotidianas de grupos indígenas no Brasil do século XIX. O texto oferece descrições detalhadas das moradias e do modo de vida observado pelo autor durante sua viagem.

Segundo o relato, as habitações eram construídas com madeira e palha de coqueiro, apresentando formato retangular com tetos baixos e uma única abertura em forma de arco que servia como porta. O interior dessas moradias abrigava toda a família e continha diversos utensílios de uso cotidiano. As redes de tuncum eram utilizadas como leito, enquanto cuias, cestos e vasilhas de barro serviam para o preparo e armazenamento de alimentos.



Figura 3 - FLORENCE, Hercule - Nº 128. Cocaés, à 7 lugares de Cuyabá. 27 de agosto de 1827

O autor registra a presença de diferentes animais no ambiente doméstico, como macacos, coatis, papagaios, araras e os chamados "guapévas" (uma espécie de cão). Quanto à alimentação, o texto menciona a importância da caça, com destaque para a anta como uma das presas mais valorizadas, além da pesca e do consumo de vegetais. O relato observa a ausência do uso de sal como conservante e a prática de assar os alimentos como método de preparo. O cultivo de mandioca e milho também é mencionado como parte das atividades de subsistência.

O texto de Albuquerque de Oliveira constitui um importante registro histórico que documenta aspectos materiais e práticos da vida cotidiana desses grupos indígenas em meados do

século XIX, oferecendo um panorama descritivo de suas habitações, práticas alimentares e organização doméstica no período.

Keith Thomas, em *O Homem e o Mundo Natural*, analisa as relações entre humanos e animais no início da modernidade, destacando como a construção de uma fronteira conceitual entre essas duas categorias justificou práticas como caça, domesticação e experimentação científica, incluindo a vivissecção, que se tornou mais recorrente nesse período. Essa distinção também foi mobilizada para reforçar desigualdades sociais, servindo como justificativa para processos de desumanização.(27)

O autor examina como a analogia entre humanos considerados "inferiores" e animais foi utilizada para justificar diversas formas de opressão, incluindo a escravidão. Escravizados eram frequentemente tratados como semianimais, submetidos a marcas a ferro quente, inspeções corporais e despersonalização por meio de nomes associados a animais. Essas práticas exemplificam uma lógica de desumanização que legitimava a exploração de determinados grupos, ancorada em uma visão hierárquica da natureza e da sociedade. Segundo Thomas, as metáforas animais desempenharam um papel na naturalização da dominação social, justificando diferentes formas de exploração e desigualdade.

Thomas explora como a *Grande Cadeia do Ser* organizava o mundo natural em uma hierarquia rígida, refletindo e reforçando as estruturas sociais humanas. Algumas culturas atribuíam papéis simbólicos a certos animais, como o leão e a águia, espelhando valores de poder e autoridade presentes na sociedade. A partir dessa estrutura, a natureza passou a ser usada como justificativa para divisões e hierarquias humanas, muitas vezes apresentadas como imutáveis e legitimadas pela ordem divina.

A partir do final do século XVII, algumas correntes do pensamento científico começaram a questionar essas concepções, ainda que a ideia de uma hierarquia natural persistisse. O debate sobre a posição dos animais dentro dessa escala marcou uma transformação gradual na percepção das relações entre natureza e sociedade, sem, no entanto, desmantelar completamente a estrutura ideológica subjacente.

Thomas também discute como essas concepções de hierarquia foram mobilizadas para consolidar divisões sociais, especialmente no contexto da expansão colonial e do desenvolvimento do capitalismo. A naturalização das diferenças serviu como ferramenta ideológica para justificar formas de exploração e dominação, subordinando tanto grupos humanos quanto o meio ambiente a modelos econômicos e políticos baseados na desigualdade.

No jornal Diário de São Paulo, anno VII, nº 1995, edição de 11 de junho de 1872 página 3 temos o seguinte:

ANNUNCIOS

Sítio á venda

Vende-se no Jahú um sitio de mais de 200 alqueires de terras roxas de primeira qualidade, legua e quarto distante da villa; com um cafezal de 15.000 pés que se acha encruzando, e no melhor estado que se pode desejar, não só pelo bom trato que tem tido, como por que a grande geada do anno proximo passado não o tocou, pois a plantação foi feita em um espigão muito alto. Tem

10 alqueires de gramado fechado e está se vallando para 26 alqueires. Tem agua tirada para toda machina. Vende-se com tres escravos bons de roça ou sem elles. Inclue-se na venda, ao gosto do comprador, uma boa morada de casas na villa, perfeitamente acabada, toda assoalhada, forrada, pintada e envidraçada, com um quintal de mais de alqueire, margeando o Jahú, e com agua tirada para mover qualquer machina.

Quem pretender dirija-se ao abaixo assinado naquella villa.

Antonio Benedito de Campos Arruda.

No anúncio publicado no *Diário de São Paulo* em 1872, a terra roxa é destacada como um atributo distintivo da propriedade rural, sublinhando seu valor comercial e sua importância estratégica para a cafeicultura. Essa menção reflete a especialização agrícola crescente da região, onde as condições naturais do solo eram fundamentais para o sucesso econômico das plantações.(28)

A referência ao cafezal "em encruzamento" e à sua resistência às intempéries climáticas evidencia a relevância das condições geográficas e ambientais para a viabilidade das propriedades agrícolas. Essa resiliência destacava-se como um diferencial atrativo para investidores, revelando uma relação simbiótica entre a produção agrícola e as particularidades naturais do território.

O anúncio também expõe a estrutura social do trabalho ao incluir pessoas escravizadas na negociação da propriedade. Essa prática, comum no Brasil escravocrata, mostra como o sistema escravista estava integrado às relações comerciais, tratando seres humanos como bens patrimoniais. A possibilidade de vender a propriedade "com três escravos bons de roça ou sem eles" explicita essa dinâmica, na qual a força de trabalho era reduzida a um item de transação. Mesmo diante da aproximação do fim da escravidão, essa lógica permanecia enraizada.

Além disso, a descrição da propriedade, com destaque para os "dez alqueires de gramado fechado", indica a transformação da paisagem pela atividade agrícola e pecuária. A conversão da vegetação nativa em áreas de cultivo e pastagem alterou a composição territorial, promovendo o desmatamento e impactando a diversidade biológica. Essa reorganização do espaço se deu em função das demandas produtivas da época, estabelecendo novas formas de ocupação e exploração da terra.

A estrutura do anúncio reforça o caráter mercantil da escravidão. A adjetivação dos cativos como "bons de roça" os reduz à sua funcionalidade, equiparando-os a outros bens da propriedade. A linguagem empregada reflete os mecanismos que sustentavam a desumanização e a normalização desse sistema.

A análise de Keith Thomas sobre a desumanização e a instrumentalização de seres humanos e animais contribui para compreender as práticas retratadas no anúncio. A forma como o texto inclui pessoas escravizadas no inventário da propriedade rural expressa um processo de desumanização que ultrapassa a linguagem e se materializa nas relações comerciais e sociais da época. O anúncio demonstra como a lógica econômica do período sustentava e legitimava práticas de exclusão e exploração.

Ao apresentar a terra, os escravizados e as benfeitorias como parte de uma transação comercial, o documento permite observar as estruturas socioeconômicas e culturais que moldaram o Brasil oitocentista. A linguagem empregada evidencia não apenas a organização social da época, mas também as transformações ambientais e humanas decorrentes da expansão agrícola, antecipando dinâmicas que marcaram as relações territoriais e sociais nas décadas seguintes.

O editorial "Conservação das florestas", publicado no *Diário de São Paulo* em 27 de novembro de 1874, expressa preocupações pioneiras sobre a preservação dos recursos naturais, antecipando debates que mais tarde ganhariam relevância no pensamento ambiental. O texto já reconhecia os impactos da exploração descontrolada e das transformações na paisagem, trazendo reflexões sobre os desafios impostos pela degradação ambiental.(29)

Entre os temas abordados, chama atenção a relação entre o desmatamento, a erosão do solo e os ciclos hídricos. O documento menciona o papel das florestas na manutenção dos cursos d'água e no equilíbrio do regime hídrico, associando a cobertura vegetal à estabilidade ambiental. Além de alertar para esses efeitos, o editorial discute como a vegetação influencia a fertilidade dos solos e contribui para a contenção de enchentes.

Um trecho relevante trata do projeto de reflorestamento da Floresta da Tijuca, liderado por Moraes Jardim, destacado como uma das primeiras iniciativas institucionais voltadas à recomposição vegetal. O texto vincula essa ação à melhoria das condições urbanas, ressaltando os benefícios para a salubridade pública e o desenvolvimento do turismo. A proposta representa uma tentativa inicial de conciliar políticas ambientais e os desafios impostos pelo crescimento das cidades.

A regulamentação da caça surge como outro ponto central do editorial. Ao tratar da exploração predatória da fauna brasileira, com ênfase na captura indiscriminada de pequenos pássaros, o texto aponta para uma preocupação emergente com a preservação da biodiversidade. Em paralelo, menciona práticas europeias de proteção dos períodos reprodutivos, contrastando-as com a ausência de normas semelhantes no Brasil e os impactos desse vácuo legislativo sobre a disponibilidade de recursos naturais. Esse confronto entre modelos de gestão da fauna reforça uma mudança nas sensibilidades ambientais da época.

No contexto de Jaú, o editorial ganha uma dimensão adicional. Naquele período, a região passava por um intenso processo de transformação ambiental impulsionado pela expansão agrícola, que reduziu drasticamente a cobertura vegetal original. Embora o texto buscasse alertar para a importância da conservação, a pressão econômica exercida pelo avanço das lavouras acabou se sobrepondo, acelerando a degradação ambiental. A dinâmica local exemplifica a dificuldade de conciliar preocupações conservacionistas com os interesses produtivos predominantes.

A publicação surge como uma voz isolada em um cenário dominado por práticas extrativistas e produtivistas. Ao relacionar preservação ambiental e qualidade de vida, o editorial registra a existência de um pensamento conservacionista ainda incipiente, ao mesmo tempo em que evidencia seus limites diante das decisões políticas e econômicas da época.

A notícia publicada pelo jornal *A Tribuna* em 15 de julho de 1927 destaca as iniciativas governamentais voltadas à conservação e ao reflorestamento. O periódico aponta uma

mudança nas práticas de gestão ambiental, que até então haviam sido caracterizadas pelo desmatamento intensivo e pela exploração predatória dos recursos naturais ao longo do século XIX e início do XX. A mensagem enviada pelo Executivo estadual ao Congresso Legislativo sinaliza uma nova abordagem na administração dos recursos naturais, refletida na atuação do Serviço Florestal, que começava a incorporar a preservação dos biomas e a recuperação de áreas degradadas como parte do interesse público.(30)

A expansão das sementeiras com essências nativas, como Peroba-rosa, Faveiro, Cabreúva e Ipê, evidencia um esforço para restaurar a cobertura vegetal e proteger espécies ameaçadas pela exploração excessiva. Além de seu valor ecológico, essas árvores possuíam importância econômica e cultural, especialmente em regiões afetadas pelo esgotamento dos recursos florestais. Paralelamente, o plantio de eucaliptos, espécie exótica amplamente utilizada na época, atendia às demandas produtivas, embora trouxesse impactos ambientais questionáveis, como a alteração dos solos e a redução da diversidade vegetal.

A distribuição de mais de um milhão de mudas destinadas ao reflorestamento e à ornamentação urbana ilustra a amplitude das ações estaduais. A inclusão de espécies como o “carvalho nacional” para embelezamento e sombreamento urbano indica a tentativa de conciliar conservação ambiental e crescimento das cidades. Essa iniciativa buscava integrar espaços verdes ao ambiente urbano, aproximando as práticas ambientais do cotidiano da população.

Outro aspecto de destaque é a proteção das matas ciliares e das áreas ao redor de mananciais, especialmente na Serra da Cantareira, fundamental para o abastecimento hídrico da crescente população urbana. A presença de guardas florestais responsáveis pelo monitoramento e preservação dessas regiões marca um avanço na institucionalização das políticas de conservação e na valorização das florestas como elemento estratégico para a segurança hídrica.

O Horto Tropical de Ubatuba ampliou o escopo de atuação do Serviço Florestal ao unir pesquisa agrícola e preservação ambiental. Por meio de iniciativas como o cultivo experimental de variedades de bananeiras, a instituição promoveu uma abordagem voltada à integração entre produção e conservação. Essa diretriz expressava uma percepção emergente sobre a relação entre desenvolvimento econômico e equilíbrio ecológico, consolidando práticas que buscavam aliar produtividade agrícola e sustentabilidade.

As transformações na região de **Jaú** evidenciam as contradições do processo de modernização econômica. Com o avanço da agricultura e da urbanização, a vegetação original foi sendo reduzida, resultando na fragmentação da paisagem e em disputas pelo uso do território. Esse contexto expunha o embate entre a expansão produtiva e a necessidade de preservação ambiental—uma tensão surgida naquele período, mas ainda presente nos debates atuais.

A mensagem de 1927 representa um ponto de virada no pensamento ambiental paulista. As iniciativas de reflorestamento, proteção de recursos hídricos e incentivo à pesquisa agrícola indicavam uma nova abordagem na gestão dos recursos naturais. Mesmo diante de desafios e limitações, essas ações estabeleceram um repertório de práticas e políticas que seguem influenciando estratégias de conservação e sustentabilidade.

No *Correio Paulistano*, Edição nº 23.819, 23/3/1930, página 15:

Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio

DIRETÓRIA DE INDÚSTRIA ANIMAL

Abertura da estação de caça

Faço publico que, de acordo com o artigo 1.0, da lei n. 2250 fica marcada a data de 15 de abril próximo entrada, abertura da estação de caça em todo o território de Estado, encerrando-se a mesma a 30 de setembro deste ano. A caça só poderá ser exercida por pessoa devidamente licenciada. São condições para obtenção de licença: 1.a - Ser maior de 21 anos; 2.a Em caso de menoridade, não inferior a 16 anos, autorização do pae, tutor ou responsabilidade; 3.a - Pagamento da taxa de 10\$000 por ano; 4.a - Obediência às disposições do decreto n. 4390, que regulamentou a caça e a pesca. Outrosim, fica revogada, a contar de 15 de abril deste ano, a proibição do exercício da caça de aves selvagens e do transporte das mesmas nas estradas de ferro, a que se refere o edital desta Diretoria, de 5 de agosto de 1929. Diretoria de Indústria Animal, 6 de março de 1930.

Mario Maldonado, Diretor de Indústria Animal.

O edital publicado no *Correio Paulistano* em 1930 estabelece regulamentações como a exigência de licenças e o pagamento de taxas, sinalizando um esforço administrativo para organizar a atividade. No entanto, não há uma preocupação explícita com a conservação da fauna ou a sustentabilidade ambiental. O foco principal estava na gestão do acesso à caça e na arrecadação de receitas para o Estado, dispondo de uma visão predominante de que os recursos naturais eram inesgotáveis e disponíveis para exploração econômica e recreativa.(31)

A revogação de restrições ao transporte de aves selvagens por estradas de ferro, mencionada no edital, estipula essa abordagem utilitária. A caça era reconhecida como uma prática legítima, com regras voltadas mais para conter excessos do que para garantir a proteção da biodiversidade. Esse entendimento contrasta com as políticas ambientais atuais, que priorizam a preservação da fauna e a sustentabilidade.

O *Decreto-Lei n.º 5.197/1943* representou um marco inicial ao restringir a caça indiscriminada e estabelecer normas básicas para sua regulamentação. Ainda assim, a prioridade era a exploração sustentável, e não uma conservação ativa. Esse período marcou os primeiros passos em direção a uma visão mais estruturada da gestão ambiental, embora ainda limitada. Com o movimento ambientalista ganhando força globalmente, o Brasil promulgou o *Decreto-Lei n.º 486/1967*, que detalhou as espécies permitidas para caça e definiu condições para sua prática. Contudo, a atividade continuava amplamente aceita, tanto como recreativa quanto como econômica, refletindo as limitações do conservacionismo emergente. A criação da *Política Nacional do Meio Ambiente* em 1981 (Lei n.º 6.938) e a inclusão do meio ambiente como direito fundamental na Constituição de 1988 marcaram uma transição importante. Nesse período, a caça começou a ser vista como um problema para a biodiversidade, preparando o terreno para regulamentações mais restritivas. Em 1998, o IBAMA decretou a proibição quase total da caça, com exceções limitadas, como o controle de espécies invasoras e pesquisa científica. Essa proibição consolidou a percepção

de que a caça representava uma ameaça significativa à biodiversidade, alinhando o Brasil às tendências globais de proteção ambiental.

Atualmente, a caça é proibida no Brasil, salvo em situações específicas, como o controle de javalis—considerados espécie invasora—ou para fins científicos. Leis estaduais, como a Lei Estadual n.º 11.977/2005 em São Paulo, complementam a legislação federal e reforçam o compromisso com a conservação ambiental.

O edital de 1930 revela um período em que as regulamentações sobre a caça eram guiadas sobretudo por interesses administrativos e econômicos, sem considerar os impactos ambientais de longo prazo. A transição para uma abordagem mais conservacionista, consolidada entre as décadas de 1980 e 1990, expressa uma transformação gradual na forma como a sociedade brasileira passou a lidar com os recursos naturais.

A evolução das leis ambientais delimitam um amadurecimento na relação da sociedade com a natureza, impulsionado por movimentos ambientalistas, debates científicos e maior conscientização sobre a fragilidade dos biomas. O percurso histórico, do edital de 1930 à proibição da caça em 1998, sintetiza um processo de transformação que vai além da legislação, traduzindo mudanças culturais, econômicas e éticas que redefiniram a política ambiental brasileira.

A Avifauna em Jaú-SP: Biodiversidade em Meio à Transformação

A cidade de Jaú, situada no interior do estado de São Paulo, é um exemplo marcante de como a biodiversidade pode persistir mesmo em cenários de significativa transformação ambiental. Atualmente, a avifauna da região se destaca pela sua diversidade, com 312 espécies de aves registradas através de fotografias ou capturas sonoras, conforme dados compilados de fontes como o blog *Aves de Jaú*, o livro *Aves de Jaú – Guia Visual* e a plataforma WikiAves, que desde 2008 vem registrando espécies observadas na localidade.(32)

<https://observatoriodeaves.blogspot.com/>

<http://ajac.org.br/publicacoes-2/>

<https://www.wikiaves.com.br/cidade.php?c=3525300>

A persistência de uma expressiva diversidade biológica ganha contornos ainda mais significativos quando contextualizada na dramática redução da Mata Atlântica regional, hoje restrita a apenas 4% de sua cobertura original. A Marambaia emerge como um testemunho dessa resistência ecológica: mesmo após séculos de devastação sistemática da vegetação nativa, seus fragmentos florestais continuam sustentando tanto espécies endêmicas quanto populações migratórias. Neste contexto de fragmentação territorial, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Amadeu Botelho consolida-se como um laboratório vivo de conservação, como atesta a monografia do pesquisador Flávio Kulaif Ubaid. A reserva protege remanescentes versidade local, ensejando como áreas protegidas podem conjugar preservação e pesquisa. Ver: [A Reserva - Reserva Ecológica Amadeu Botelho / Jahu-SP](#) (33)

Fontes de Informação e Comparações Regionais

O conhecimento sobre a avifauna de Jaú é consolidado por diversas fontes, incluindo a lista de aves da Marambaia disponível na plataforma Táxeus e no livro *Marambaia*. Essas fontes indicam a presença de espécies emblemáticas como a garça-branca, o tuiuiú e o carcará, que certificam a adaptabilidade das aves às áreas remanescentes de vegetação e corpos d'água.

Comparativamente, a biodiversidade avifaunística de Jaú supera até mesmo a de algumas localidades de maior extensão territorial e países inteiros da Europa, por exemplo. Esse cenário ressalta a importância da conservação local tanto para a preservação de espécies, quando como exemplo de resiliência ecológica em áreas fragmentadas.

A valorização de áreas como a Marambaia seria um passo decisivo, assim como locais como Lagoa do Irerê, Brejão dos Grizzos, dentre outros. Além de sua relevância ambiental, a região possui potencial turístico e educativo, conforme enfatizado no livro *Marambaia*. A conscientização sobre a riqueza da avifauna local pode inspirar ações que equilibrem desenvolvimento e sustentabilidade, protegendo as espécies para o avanço no presente.(34)

Segue link com a versão eletrônica do livro Marambaia:

<http://ajac.org.br/wp-content/uploads/2022/06/Marambaia.pdf>

A história das "Aves do Jahu" declara um processo gradual de transformação ecológica no território. Enquanto algumas espécies, como araras e jacutingas, desapareceram da paisagem local já no início do século XX, outras demonstraram capacidade de adaptação ao ambiente modificado. Os registros históricos apontam a presença dessas aves e suas diferentes funções - desde fonte de alimentação e orientação espacial para os primeiros habitantes, até símbolos de prestígio e elementos de caça esportiva para as elites.

A venda de dois mil papagaios em 1885 se inscreve em um panorama de exploração sistemática da avifauna brasileira do período. As narrativas publicadas no *Diário de São Paulo* em 1865 retratam a caça como uma prática enraizada no tecido social, respondendo tanto a imperativos econômicos quanto a padrões culturais estabelecidos. Este cenário de exploração intensa não permaneceu sem contestação: as análises ambientais recuperadas por José Augusto Pádua resgatam vozes que, já no século XIX, articulavam inquietações sobre a destruição da natureza. A compreensão deste momento histórico se enriquece ao considerarmos a análise de Keith Thomas sobre a perspectiva utilitarista da fauna identificadas por Antonio Candido, indiciando os múltiplos níveis de significação que permeavam as relações entre sociedade e meio ambiente.

A documentação histórica sobre a avifauna de Jaú expõe um complexo sistema de relações entre sociedade e natureza. As aves aparecem como elementos da biodiversidade local, e ainda como marcadores territoriais que orientaram a ocupação do espaço, influenciaram a toponímia e participaram ativamente da construção cultural da região. A análise dessas fontes demonstra como os diferentes grupos sociais - indígenas, colonizadores, agricultores - interpretaram e interagiram com a avifauna ao longo do tempo. Essa perspectiva histórica indicia elementos para compreender as transformações ambientais em Jaú, em destaque quanto à redução das áreas naturais e seus

impactos sobre as populações de aves. O conhecimento dessas interações passadas entre sociedade e avifauna pode contribuir para as discussões contemporâneas sobre preservação ambiental no município, particularmente no que se refere à conservação dos habitats remanescentes e à recuperação de áreas degradadas.

As saúvas

Ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil
Saint Hilaire

Pouca saúde e muita saúva, os males do Brasil são
Mário de Andrade em *Macunaíma*

Auguste de Saint-Hilaire, naturalista francês nascido em Orléans em 4 de outubro de 1779, destacou-se como um dos principais exploradores da flora, fauna e sociedade brasileiras no início do século XIX. Entre 1816 e 1822, percorreu extensivamente o território brasileiro, registrando suas impressões que se tornaram fontes para compreender a geografia, os costumes e as práticas agrárias do Brasil colonial.

A expressão atribuída a Saint-Hilaire — "Ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil" — reflete a preocupação da época com os danos causados por essas formigas nas plantações e pastagens. Embora não haja registro de uma data específica em que ele tenha formulado a frase, seu conteúdo simboliza as dificuldades enfrentadas pelos agricultores no início do século XIX. As formigas saúvas representavam uma ameaça constante à agricultura, comprometendo tanto a subsistência quanto a economia rural.

Saint-Hilaire mencionou essa questão em suas observações realizadas durante as viagens entre 1816 e 1822. Entretanto, a famosa frase não aparece em um momento exato ou em documento datado. Atribuída a ele posteriormente, foi amplamente disseminada como síntese de sua percepção sobre os desafios enfrentados pela agricultura brasileira diante da praga das saúvas.

A célebre frase de *Macunaíma* — "*Pouca saúde e muita saúva, os males do Brasil são*" — condensa em sua construção poética uma crítica incisiva às condições sociais e estruturais do país. Ao unir a precariedade da saúde pública à devastação agrícola causada pelas formigas cortadeiras, Mário de Andrade constrói uma metáfora poderosa sobre os entraves ao desenvolvimento nacional.

O termo *saúva* não apenas representa os desafios da agricultura, mas também se torna um símbolo dos problemas estruturais do Brasil, evidenciando a degradação social e política do período. Enquanto as saúvas devoravam plantações, as instituições corroídas impediam o avanço do país, criando um paralelo entre o desgaste ambiental e a crise nacional.

A menção à saúva em *Macunaíma* ecoa preocupações históricas já registradas por viajantes do século XIX, como Auguste de Saint-Hilaire, que relatou o impacto das formigas na economia rural. No entanto, não há evidência de que Andrade tenha se inspirado diretamente no naturalista francês. Ambos utilizaram a saúva como símbolo de dificuldades brasileiras, mas com propósitos distintos: enquanto Saint-Hilaire descrevia um problema concreto da agricultura colonial, Mário de Andrade ampliava seu significado para criticar os obstáculos estruturais do Brasil moderno.

Mais do que um problema de saúde pública, a *pouca saúde* expressa a instabilidade social e política de um Brasil ainda em construção, marcado por desigualdades e desafios estruturais. Ao sintetizar essa realidade em sua frase, Mário de Andrade amplia a crítica para além da questão agrária, incluindo as precárias condições de vida e a falta de coesão nacional na primeira metade do século XX.

O panorama editorial e científico do final do século XIX ganha contornos mais nítidos através de uma notícia publicada no *Commercio de São Paulo* em 6 de setembro de 1894. O periódico registra o requerimento de Antonio Gomes de Azevedo Sampaio para publicar sua tese *Sauva Paulista* no *Diário Oficial*. As condições desta publicação iluminam aspectos das práticas editoriais da época: o próprio autor deveria arcar com os custos dos elementos visuais da obra, incluindo clichês e litografias. Esta distribuição de responsabilidades financeiras entre autor e órgão oficial de publicação retrata um modelo comum no período, quando pesquisadores e escritores frequentemente precisavam investir recursos próprios para garantir a circulação de suas obras. (1)

Na edição de 30 de dezembro de 1894, o mesmo jornal destaca a monografia de Azevedo Sampaio intitulada *Fauna Paulista*, dedicada ao estudo de um dos insetos mais intrigantes da fauna brasileira: a saúva (ou manhú-uára, como era chamada pelos povos indígenas). A obra aborda um himenóptero — ordem que inclui vespas, abelhas e formigas —, reconhecido por sua organização social e trabalho meticuloso, características que atraíram a atenção de entomologistas ao longo do tempo. (2)

O artigo jornalístico destaca a rigorosa metodologia científica de Azevedo Sampaio em seu estudo sobre a saúva, ressaltando sua paciência e precisão na observação e documentação desses insetos. Ao dialogar com naturalistas renomados de sua época, Sampaio insere sua pesquisa em uma tradição científica consolidada. O texto jornalístico não se limita a um elogio pessoal: ao enfatizar a relevância desse tipo de investigação para o estudo da história natural brasileira, reforça a importância da pesquisa contínua e convida a comunidade científica a expandir esse conhecimento.

Os trabalhos de A. G. de Azevedo Sampaio, como *Sauva Paulista* e *Fauna Paulista*, apesar de não serem os primeiros a abordar o tema, trouxeram contribuições significativas, especialmente para o contexto paulista. A saúva, uma formiga cortadeira de grande impacto ecológico e econômico, sempre despertou interesse entre entomologistas e agricultores. Desde o período colonial, seu status de praga motivou diversos estudos, consolidando sua relevância na pesquisa sobre a fauna nacional.

No século XIX, cientistas como Fritz Müller, naturalista alemão radicado no Brasil, descreveram aspectos do comportamento das formigas cortadeiras, incluindo a saúva. Müller analisou suas interações com o ambiente, destacando tanto os impactos prejudiciais à agricultura quanto seu papel ecológico na dispersão de sementes e na estruturação dos ecossistemas. Suas observações foram fundamentais para compreender as relações complexas entre essas espécies, a vegetação e o solo.

Embora o estudo das saúvas já tivesse antecedentes científicos, Azevedo Sampaio inovou ao trazer uma abordagem regional e sistemática, focada no estado de São Paulo. Suas monografias investigaram o comportamento, a organização social e os impactos desses insetos, aplicando um olhar científico avançado para a época. Ao integrar o estudo das saúvas à fauna local, Sampaio consolidou sua importância na pesquisa sobre a interação entre esses insetos e a agricultura paulista.

No artigo de Diogo Cabral, intitulado "*O Brasil é um grande formigueiro: território, ecologia e a história ambiental da América Portuguesa – parte 2*", as formigas cortadeiras do gênero *Atta*, como a *Atta sexdens* (popularmente conhecida como saúva-limão), são analisadas pelo seu comportamento forrageiro, e ainda como agentes históricos e ecológicos na transformação do território. O estudo propõe uma leitura não antropocêntrica da ocupação da América Portuguesa, considerando as interações entre florestas costeiras, povos indígenas, colonos neoeuropeus e formigas cortadeiras na construção da paisagem colonial.

As trilhas conectam os ninhos aos locais de coleta de recursos, permitindo a exploração de novos ambientes e o retorno eficiente a plantas previamente ceifadas. Essa capacidade é relevante em ecossistemas onde os recursos, como flores, possuem disponibilidade sazonal. A manutenção dessas trilhas por meses possibilita que as formigas maximizem sua eficiência na busca e coleta de recursos, assegurando a sobrevivência e a prosperidade da colônia.

As trilhas subterrâneas construídas pela *Atta sexdens* representam uma das mais sofisticadas expressões de sua engenharia natural. Apesar do alto investimento energético inicial necessário para a escavação, estas estruturas se destacam por seu baixo custo de manutenção - uma vez estabelecidas, mantêm sua funcionalidade mesmo em períodos de tráfego reduzido. Na elaboração destes túneis manifesta-se a complexa capacidade adaptativa das formigas cortadeiras: ao construírem sistemas duráveis e naturalmente protegidos de variações climáticas, estes insetos desenvolveram uma solução arquitetônica que maximiza a eficiência energética a longo prazo. A permanência e funcionalidade destas estruturas subterrâneas emerge como testemunho da relação entre o comportamento colonial e as pressões ambientais, mostrando como adaptações comportamentais podem se materializar em estruturas físicas duradouras.

Os túneis subterrâneos construídos pelas formigas cortadeiras impactam significativamente a composição e a estrutura do solo. A intensa atividade de escavação e movimentação de terra promovida por esses insetos modifica a estrutura física do solo, influenciando a aeração, a distribuição de nutrientes e a infiltração de água. O impacto ecológico das formigas cortadeiras transcende a simples interação com a vegetação, reestruturando o ambiente físico e afetando o equilíbrio dos ecossistemas de forma abrangente.

Como descrito por Diogo Cabral, o comportamento das formigas cortadeiras estabelece uma relação de rigidez com o território, moldando sua dinâmica ambiental de forma contínua e complexa. Essa interação ecológica dos processos pelos quais as sociedades humanas se transformam e se adaptam à paisagem ao longo do tempo. Ao destacar as trilhas permanentes e os impactos no solo, Cabral amplia a reflexão sobre as mudanças ecológicas de longo prazo e a interdependência entre fauna e território.

Outro aspecto destacado por Cabral é a escolha, pelas formigas cortadeiras, de solos menos férteis para o estabelecimento de suas colônias. Para os seres humanos, esses solos são considerados inadequados para a agricultura devido à baixa concentração de nutrientes. No entanto, para as formigas, essas áreas apresentam condições ecológicas favoráveis ao cultivo do fungo que serve como sua principal fonte de alimento. Solos pobres em nutrientes possuem menor incidência de patógenos e organismos competidores, fatores que poderiam comprometer o cultivo do fungo.

A reduzida presença de cálcio nos solos emerge como um fator no sucesso adaptativo das formigas cortadeiras, uma vez que o fungo por elas cultivado prospera em ambientes ácidos com baixa concentração deste mineral. Esta sintonia entre as condições do solo e as necessidades do fungo simbiote reflete um refinado processo de adaptação: as formigas cortadeiras desenvolveram a capacidade de identificar e explorar territórios que, embora possam parecer hostis sob outros parâmetros, oferecem condições ideais para seu sistema de cultivo.

O aparente paradoxo dessa seleção de habitat – a preferência por solos considerados inadequados sob a perspectiva agrônômica humana – evidencia a complexidade dos processos adaptativos na natureza. As formigas cortadeiras não buscam solos tradicionalmente férteis, e sim condições específicas que favorecem o desenvolvimento do fungo que sustenta suas colônias. Nessa interação, revela-se uma forma sofisticada de engenharia ecológica: ao selecionar e modificar seus habitats, essas formigas cultivam seu alimento enquanto transformam ativamente as propriedades físicas e químicas do solo, criando um ambiente otimizado para sua própria sobrevivência.

Diogo Cabral salienta que os povos indígenas sul-americanos, encontrados pelos portugueses em 1500, já interagem com o meio ambiente há milhares de anos, estabelecendo uma relação de participação, e não de posse, sobre seus territórios. Essas terras permaneciam ambientalmente equilibradas até a chegada dos colonizadores, cuja economia agrícola e extrativa voltada para o comércio provocou rápidas mudanças nos ecossistemas. O desmatamento tropical e a fragmentação da paisagem reconfiguraram as comunidades bióticas, favorecendo espécies generalistas e tolerantes, enquanto muitas espécies especializadas foram drasticamente afetadas.

Ressalta ainda que as transformações florestais e ecológicas iniciadas com a colonização devem ser compreendidas como um processo integrado, no qual humanos e não humanos se ajustaram às novas circunstâncias. No entanto, as populações indígenas foram as que mais sofreram com essas mudanças, sobretudo devido ao impacto das doenças introduzidas, que reduziram a população ameríndia em cerca de 90%. Essa drástica queda demográfica permitiu a expansão das florestas costeiras sobre áreas anteriormente cultivadas pelos indígenas.

A introdução de plantas euroasiáticas pelos colonizadores também teve um efeito significativo, atraindo as saúvas, que passaram a atacar culturas nativas, como a mandioca. Essas plantações, conduzidas em áreas mais homogêneas pelos portugueses, exigiam deslocamentos constantes devido às pragas, intensificando o desmatamento. Esse processo de desflorestamento foi relativamente lento até o século XVIII, quando a descoberta de ouro e diamantes no planalto central acelerou a exploração econômica. A expansão da pecuária e da agricultura criou condições propícias para a proliferação das formigas cortadeiras.

Embora ainda não se saiba com precisão como as cortadeiras se adaptaram geneticamente e comportamentalmente a essas mudanças, é plausível especular que tenham ocorrido ajustes, como o aumento na proporção de castas trabalhadoras em resposta às novas condições ambientais. Esse exemplo destaca as interações ecológicas no período colonial e suas consequências de longo alcance.

Warren Dean, em *A Ferro e Fogo*, analisa o impacto das saúvas no ambiente e nas práticas de uso da terra no Brasil. Ele descreve a presença dessas formigas como parte da dinâmica ecológica das florestas primárias, ressaltando que, em áreas de vegetação densa e madura, as saúvas são

apenas uma entre diversas espécies que competem por espaço e recursos. Esse equilíbrio natural mantém suas populações sob controle. No entanto, seu comportamento se altera sobremaneira quando esse equilíbrio é rompido, como ocorre em florestas imaturas, em crescimento, ou em áreas abertas e desmatadas.

Em terras degradadas ou utilizadas para agricultura e pastagens, as saúvas enfrentam menos competição e predadores, o que favorece sua proliferação. Dean destaca que, em terrenos cultivados repetidamente ou transformados em pastagens, a prática de queimadas frequentes, comum na agricultura de subsistência e na pecuária, afasta os predadores naturais das formigas. Essa situação cria condições ideais para o crescimento exponencial das colônias, que se expandem tanto verticalmente, escavando mais profundamente o solo, quanto horizontalmente, conectando-se a outras colônias.

À medida que essas colônias crescem e se interligam, o impacto sobre a paisagem torna-se importante. Dean observa que, em apenas cinco anos, as saúvas podem ocupar até um oitavo da área de um pasto com seus montículos. Esse processo compromete a produtividade da terra, reduzindo a área disponível para cultivo ou pastoreio e intensificando a erosão do solo. Ao escavarem suas câmaras subterrâneas, as saúvas contribuem para a degradação física do solo, tornando-o mais vulnerável à ação das chuvas e dos ventos.

A observação de Toledo Rendon, funcionário colonial do século XVIII, registrada por Dean, traduz em linguagem metafórica a dimensão do impacto das saúvas sobre os sistemas produtivos: ao afirmar que essas formigas "comiam mais capim que o gado", ele expressa em termos cotidianos a intensa competição entre insetos e rebanhos pelos recursos vegetais. Essa disputa desigual pela biomassa vegetal se manifesta com maior intensidade nas áreas de pastagem, onde a voracidade das formigas na coleta de folhas para seu cultivo de fungos pode comprometer a viabilidade das atividades agropecuárias. O impacto se agrava em territórios já fragilizados pelo uso intensivo, criando um ciclo de degradação: à medida que as saúvas removem a cobertura vegetal para alimentar suas colônias, sua ação acelera o empobrecimento ambiental, atuando tanto como sintoma quanto como fator da deterioração dos ecossistemas.

Warren Dean ressalta que práticas como o desmatamento e as queimadas criam condições favoráveis à expansão das colônias de formigas, agravando a degradação do solo e a redução da vegetação. Esse processo desencadeia um ciclo vicioso de empobrecimento ambiental, em que a produtividade da terra diminui progressivamente, dificultando sua recuperação. As formigas cortadeiras, especialmente do gênero *Atta*, tornaram-se uma grande preocupação para os agricultores devido à sua capacidade de destruir plantações inteiras. No entanto, as estratégias humanas de controle frequentemente falhavam. As formigas mostravam-se seletivas, rejeitando iscas que pudessem comprometer os fungos que cultivavam, essenciais para a sobrevivência das colônias. Um dos maiores desafios era localizar os ninhos imaturos, que eram difíceis de detectar. Quando encontrados, sua remoção exigia trabalho físico árduo e perigoso. Os lavradores, muitas vezes descalços, enfrentavam mordidas dolorosas das formigas-soldado enquanto tentavam escavar os formigueiros com enxadas. Nos casos em que os formigueiros já estavam maduros, sua extraordinária profundidade tornava praticamente impossível destruí-los com métodos simples, como capinas ou arações.

Nesta análise, a prática de inundar os ninhos esbarrava na própria arquitetura das colônias: os túneis, resultado de milhões de anos de evolução, incorporavam sistemas naturais de drenagem que dispersavam tanto a água das chuvas quanto a introduzida pelos agricultores. De modo similar, as tentativas de controle por meio da fumaça enfrentavam obstáculos na estrutura vertical das colônias: mesmo quando as formigas rejeitavam as folhas queimadas na superfície, a fumaça dificilmente alcançava as câmaras mais profundas, onde se concentrava a atividade vital da colônia. A complexidade desses sistemas defensivos naturais, desenvolvidos ao longo de um extenso processo evolutivo, tornava as colônias quase inexpugnáveis com as tecnologias disponíveis na época.

À medida que os colonos expandiam as áreas de cultivo, a pressão sobre os habitats naturais dos predadores das formigas, como pássaros, lagartos e rãs, aumentava, exacerbando o problema das infestações de saúvas. O desmatamento e a alteração do ambiente original favoreciam o crescimento das populações de formigas, criando um ciclo de destruição ambiental difícil de reverter.

Apesar das constantes tentativas de exterminar as saúvas, Dean observa um paradoxo intrigante: a eliminação total dessas formigas poderia, de certo modo, ser contraproducente. Ao revirar a terra e transportar nutrientes, as saúvas contribuía para melhorar as qualidades mecânicas do solo. Uma colônia madura, por exemplo, podia anualmente revolver uma quantidade de terra suficiente para cobrir um hectare com uma camada de dois centímetros de profundidade. Esse comportamento beneficiava o solo, promovendo a aeração e a fertilidade. Assim, embora representassem uma séria ameaça às plantações, as saúvas também desempenhavam uma função ecológica importante, ainda que subestimada pela maioria dos agricultores da época.

Na exposição de Dean, as saúvas são apresentadas como pragas, sugerindo como a natureza pode atuar tanto como aliada quanto como adversária nas tentativas humanas de explorar e transformar a terra. O fracasso dos métodos tradicionais de controle das formigas indica a necessidade de compreender os processos naturais, em vez de simplesmente combatê-los. Além disso, sua contribuição para a saúde do solo mostra a complexidade e o equilíbrio dos ecossistemas, mesmo em contextos alterados pela ação humana.

Talvez, a notícia mais antiga conhecida sobre as saúvas em jornais da então província de São Paulo foi publicada no periódico *O Mercantil*, nº 118, de 22 de outubro de 1851, em sua página 3. O texto relata uma tentativa curiosa de controle biológico contra a formiga-saúva, considerada um dos maiores flagelos agrícolas da época. Trata-se de uma carta oriunda de Campinas, escrita por uma pessoa identificada como "fidedigna" e dirigida a um dos principais agricultores da cidade. A carta descreve o comportamento de uma espécie de formiga denominada "formiga viajeira".(6)

Segundo a carta, foi observado que a "formiga viajeira" eliminava as saúvas e outras pragas, como quenquéns, sarás-sarás e baratas, na região de Piracicaba. O autor relatava que essas formigas agiam de maneira predatória, preferindo viver isoladas e eliminando outros insetos com os quais competiam por recursos. A "formiga viajeira" apresentava um comportamento peculiar, sendo atraída por alimentos doces, como melado, cana e frutas cítricas, mas rejeitando o açúcar.

O autor sugeria a criação e multiplicação dessas formigas como solução para o controle das saúvas, devastadoras das plantações. Ele mesmo afirmava ter iniciado a criação em casa, em um canto reservado, e oferecia o envio de exemplares a interessados, mencionando que o frio da época

estava limitando a reprodução das formigas. Essa iniciativa, ainda que inusitada, ilustra a busca por soluções práticas e alternativas naturais para o manejo de pragas agrícolas em um período em que os métodos químicos ainda não estavam amplamente disponíveis.

A notícia do período captura um momento na história agrícola paulista, quando a devastação causada pelas saúvas mobilizava agricultores e pesquisadores na busca por soluções inovadoras. O impacto destruidor destes insetos sobre as plantações emergia como uma ameaça constante à viabilidade econômica das propriedades rurais. Neste contexto de urgência e experimentação, o interesse pela 'formiga viajeira' como potencial método de controle biológico se insere em um cenário de tentativas de inovação agrícola. Esta proposta, embora suas bases científicas e resultados práticos permanecessem incertos, representa um capítulo na história das práticas experimentais desenvolvidas pelos agricultores paulistas em sua constante busca por estratégias eficazes de proteção das lavouras.

Em uma nota da sessão de 11 de agosto de 1857 da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro (*Diário do Rio de Janeiro*, Anno XXXVII, nº 219, de 12/08/1857, p. 2), o presidente da Assembleia, Commendador Francisco José Cardoso, propôs uma recompensa de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis) para quem descobrisse um método eficaz de aniquilar a formiga-saúva. Essa iniciativa demonstra a gravidade do problema representado pelas saúvas no Brasil naquele século, ao ponto de o governo provincial ofertar uma quantia substancial para solucionar a questão. Reconhecidas como uma das pragas agrícolas mais destrutivas da época, as saúvas causavam grandes prejuízos à produção rural, justificando o alto valor do incentivo.(7)

O *Correio Paulistano*, em sua edição de 21 de janeiro de 1858 (Anno V, nº 613, p. 2), reproduziu um trecho originalmente publicado no jornal *Monitor Campista*, de Campos de Goytacazes, na província do Rio de Janeiro. Menciona que o Sr. M. A. Baglioni teria descoberto um método infalível para destruir a formiga-saúva. Segundo o texto, Baglioni se dispôs a compartilhar seu segredo com a Câmara Municipal de São Fidelis, solicitando que esta intercedesse junto ao governo provincial para que ele recebesse o prêmio de 50:000\$000 oferecido pela Assembleia Legislativa Provincial.(8)

O aspecto mais notável nesse informe é a proposta de Baglioni sobre o uso do prêmio. Ele sugeriu que a quantia fosse aplicada à fundação de uma casa de caridade na vila de São Fidelis, gerando benefícios tanto para os agricultores, que teriam suas plantações protegidas, quanto para o município, que ganharia um estabelecimento dedicado à assistência social.

O trecho da *Revista Mercantil* de 21 de agosto de 1862 (Anno XIII, nº 143, p. 3) descreve um método publicado no *Auxiliador da Indústria Nacional* para exterminar a formiga-saúva. A técnica baseia-se na criação de um composto feito de enxofre, salitre e carvão de pedra (*Cannel-Coal*), amplamente utilizado na época para a produção de gás. Essas substâncias eram pulverizadas, misturadas e compactadas em tubos de bambu ou taboca, que funcionavam como foguetes. Após preparar as velas de bambu, a ponta era acesa e o tubo inserido na entrada principal do formigueiro.(9)

Enquanto a fumaça gerada pela queima escapava pelas demais saídas do formigueiro, recomendava-se fechá-las para concentrar a fumaça no interior. Isso substituíam o ar puro e asfixiava as formigas. Segundo o apontamento, em cerca de duas horas o método seria capaz de exterminar até mesmo os maiores formigueiros. Destacava-se a praticidade do método, já que as velas de bambu

podiam ser reutilizadas, bastando recarregar os tubos com a mistura. A receita fornecida permitia ajustes nas proporções dos ingredientes para tratar infestações maiores.

A revista menciona ainda outro método para o controle de pragas, extraído de um artigo do jornal *Ciência para Todos*, que tratava do uso de cloreto de cal. O cloreto de cal seria eficaz tanto para afastar ratos, mantendo áreas livres desses roedores, quanto para repelir insetos em árvores frutíferas. Nesse caso, misturava-se o cloreto de cal com banha de porco, formando uma massa que era envolvida em estopa e colocada ao redor do tronco das árvores, protegendo as plantas contra os insetos.

As práticas de manejo de pragas no Brasil oitocentista indicam uma convergência entre necessidade e inventividade. Na ausência de soluções industrializadas, agricultores e moradores urbanos desenvolveram um repertório diversificado de técnicas adaptadas às condições locais, combinando conhecimentos tradicionais com experimentações práticas. Esta capacidade de improvisação sistemática permitiu o desenvolvimento de métodos mais organizados e eficientes no enfrentamento tanto de pragas agrícolas quanto domésticas, mesmo diante das limitações tecnológicas do período.

Um exemplo desta busca por soluções aparece no *Correio Paulistano* de 20 de setembro de 1863, que noticia a prorrogação do privilégio concedido a José Domingues dos Reis Castro pelo Ministério da Justiça. O decreto de 28 de agosto de 1863 estendia por mais cinco anos seus direitos exclusivos sobre a produção e comercialização de um líquido desenvolvido para combater a formiga-saúva. A decisão ministerial de prolongar esta proteção legal se insere em um contexto de preocupação governamental com o impacto das saúvas na agricultura nacional, reconhecendo na invenção uma possível resposta a um dos principais entraves ao desenvolvimento agrícola do período. (10)

Na *Revista Comercial*, em sua edição de 16 de agosto de 1864 (Anno XV, nº 142, p. 1), a publicação cita o periódico *Agricultor de São João do Príncipe*, datado de 31 de julho de 1864, discorrendo a descoberta feita pelo Sr. Thomaz Ferreira Coelho, administrador da Fazenda Várzea-Alegre, propriedade do Comendador Mathias de Oliveira Roxo, localizada no município de Pirahy. Coelho teria desenvolvido um método eficaz para exterminar as saúvas, com resultados impressionantes. Sob sua supervisão, foram eliminadas 257 colônias ao custo de apenas 110\$000 réis, evidenciando sua praticidade e baixo custo. O método foi elogiado por sua eficiência e acessibilidade, oferecendo uma solução viável tanto para pequenos quanto para grandes agricultores. O artigo sugeria que o governo da província considerasse a invenção de Coelho como alternativa para o combate em larga escala às saúvas, destacando o impacto positivo que isso poderia ter na agricultura regional.

Essas publicações mostram a seriedade do problema das saúvas no Brasil na segunda metade do século XIX e o esforço coletivo para desenvolver soluções inovadoras e economicamente acessíveis. Tanto a prorrogação do privilégio de José Domingues quanto a invenção de Thomaz Coelho refletem um contexto de busca constante por métodos eficientes de controle de pragas, em um período marcado pela crescente valorização da agricultura como motor econômico do país.

Em outubro de 1864, o *Correio Paulistano* publicou uma descoberta que prometia solucionar um dos maiores entraves da agricultura brasileira: as formigas saúvas. Antonio Joaquim de

Almeida Lima apresentou um método que utilizava cal viva para eliminar os formigueiros, em resposta à promessa governamental de 50 contos de réis para quem desenvolvesse uma solução eficaz contra a praga que devastava as plantações, em especial os algodoads.(12)

O procedimento proposto por Almeida Lima consistia em cavar até encontrar as câmaras principais do formigueiro, onde seria depositada uma quantidade proporcional de cal viva. A estrutura deveria ser fechada com um sistema de telhas que formava um canal para a posterior introdução de água. A reação química resultante do contato entre a cal viva e a água gerava calor suficiente para eliminar formigas, ovos e larvas. Como benefício adicional, o material utilizado no processo poderia ser peneirado e comercializado após oito dias, tornando o método economicamente viável. Almeida Lima detalhou o processo e convidou outros agricultores a testar seu método, deixando claro que sua técnica estava aberta a questionamentos caso não funcionasse. Seu objetivo era disseminar a solução para outras províncias, beneficiando a produção agrícola nacional.

O poema intitulado *A Ordem do Dia*, publicado no jornal *Correio Paulistano* em 9 de novembro de 1864, reflete, de maneira satírica e crítica, o cenário da época, marcado pela corrida para o plantio de algodão. Esse contexto histórico coincide com o aumento significativo do cultivo de algodão no Brasil, impulsionado pela Guerra Civil Americana (1861-1865), que interrompeu as exportações do sul dos Estados Unidos, criando uma alta demanda no mercado global.(13)

O poema inicia-se de forma irônica, celebrando a descoberta de uma "varinha de condão" que prometia enriquecer a todos apenas com o plantio de algodão. Essa ideia de enriquecimento imediato é apresentada por meio de uma referência cultural popular: um *lundu*, composto por M. M., que satiriza a euforia do momento. No entanto, a crítica torna-se evidente à medida que o poema expõe o contraste entre o entusiasmo generalizado e o pensamento conservador dos "rotinistas emperrados", aqueles que, apegados às práticas tradicionais de seus antepassados, rejeitavam o cultivo de algodão, considerando-o arriscado e pouco vantajoso.

Além disso, o poema critica a imprudência dos agricultores, que, seduzidos pelo sucesso de alguns poucos vendedores de algodão, ignoravam os riscos envolvidos no plantio. Elementos como a seca, as infestações de saúvas e os altos custos de produção são apontados como obstáculos subestimados pela maioria, que focava exclusivamente nas promessas de lucro fácil. O tom irônico reforça a insensatez dessa abordagem, mostrando como muitos se deixavam levar pela euforia do momento sem considerar os desafios econômicos e naturais do cultivo.

O poema também aborda, com veemência, o impacto do sistema financeiro sobre a febre do algodão, mencionando os "camaradas á mil réis" e os juros exorbitantes de "quinze por cento". Essa crítica aponta para as dificuldades impostas pela especulação financeira, que sobrecarregava os agricultores com altos custos de crédito, aumentando o risco de ruína. Para o autor, apenas os imprudentes ou desesperados se aventurariam no cultivo sem planejamento, o que culminaria, inevitavelmente, em um "terrível abatimento" após a febre do algodão passar.

O desfecho do poema constrói uma crítica incisiva através de sua estrutura satírica: ao contrastar o otimismo superficial dos especuladores com as duras realidades do trabalho agrícola, o texto expõe a precariedade das promessas de enriquecimento rápido. A ironia emerge como ferramenta de denúncia social, revelando como a euforia em torno do algodão mascarava uma compreensão inadequada dos desafios fundamentais da agricultura brasileira no século XIX. Neste

jogo entre aparência e realidade, o poeta antecipa o destino provável de muitos agricultores que, seduzidos pela perspectiva de lucros fáceis, arriscavam-se sem os recursos ou o preparo necessário para enfrentar os obstáculos estruturais do período.



O anúncio publicado no jornal *Correio Paulistano*, edição de 2 de outubro de 1870 (Anno XV, nº 6424, p. 4), intitulado "Indústria Nacional à Lavoura", promove o Formicida Capanema, um produto destinado ao combate de formigas, fabricado pela empresa Rodrigues Mascarenhas & C. A propaganda destaca que o formicida garante uma aplicação segura, sem risco para os usuários, uma característica importante para tranquilizar os consumidores em uma época em que a confiança na segurança de novos produtos era essencial.(14)

O anúncio também menciona que o Formicida Capanema foi privilegiado pelo Decreto nº 5357 de 23 de julho de 1873, sugerindo que o produto foi patenteado ou registrado de acordo com as regulamentações vigentes da época. Esse privilégio reforça a exclusividade da empresa Rodrigues Mascarenhas & C., apontada como a única proprietária do formicida desenvolvido pelo conselheiro Capanema. A exclusividade abrangia tanto a produção quanto a comercialização do produto, consolidando sua posição no mercado agrícola.

Além disso, o anúncio especifica os detalhes de distribuição e comercialização. O escritório central da Rodrigues Mascarenhas & C. estava localizado na Rua da Quitanda nº 149, no Rio de Janeiro, com o depósito geral situado no Trapiche Mauá. O produto contava ainda com agentes exclusivos em São Paulo (Braga & Estela) e Campinas (Araujo de Azevedo & Companhia), demonstrando uma estratégia de distribuição bem estruturada para alcançar as principais regiões agrícolas.

Esse tipo de publicidade era comum em um período em que o combate a pragas agrícolas, como as formigas saúvas, figurava entre os maiores desafios dos agricultores brasileiros. Produtos

como o Formicida Capanema eram divulgados como soluções inovadoras, estipulando os esforços para modernizar as práticas agrícolas e proteger a lavoura, na percepção da crescente demanda por produtividade e eficiência no setor rural. O anúncio promovia o produto e demarcava o papel da indústria nacional no desenvolvimento de tecnologias voltadas para a agricultura, sinalizando o avanço do país na resposta aos desafios econômicos e ambientais da época. A presença de distribuidores em diversas localidades e o uso de campanhas publicitárias indicam a crescente profissionalização do mercado de insumos agrícolas no Brasil imperial.

Em 31 de janeiro de 1877, o *Correio Paulistano* (Anno XXIV, nº 6076, p. 1) publicou a concessão de um privilégio pelo Decreto nº 6.464 de 18 de janeiro daquele ano, a Joaquim Ferreira Romariz. Esse privilégio, com duração de 10 anos, garantia a exclusividade para a fabricação e venda de uma massa desenvolvida por Romariz, destinada à extinção da formiga-saúva.(15)

Privilégios desse tipo asseguravam ao inventor o direito de explorar comercialmente sua criação sem concorrência legal durante o período estipulado, incentivando a inovação em áreas críticas como a agricultura. O combate à formiga-saúva era um dos maiores desafios enfrentados pela lavoura brasileira no século XIX, dada a destruição causada por essa praga em diversas culturas agrícolas. Produtos como o desenvolvido por Romariz ganhavam relevo pela promessa de proteger a produção agrícola, entregando mais segurança aos agricultores e contribuindo para o fortalecimento da economia rural.

A publicação desse decreto anuncia o esforço do governo imperial em promover soluções inovadoras para questões práticas da agricultura, conferindo suporte institucional aos inventores. Esse incentivo estimulava a criatividade técnica e colaborava para modernizar as práticas agrícolas, essenciais para o desenvolvimento do setor agrícola em um Brasil cada vez mais dependente da produtividade no campo.

Uma preocupação com as ameaças à lavoura cafeeira emerge nas páginas do *Diário de São Paulo* de 21 de outubro de 1877. Em uma coluna intitulada 'A Praga do Café', o periódico reproduz uma comunicação alarmante enviada ao *Jornal do Commercio* sobre uma severa infestação que se alastrava por diversas regiões da província do Rio de Janeiro. O texto estabelece um paralelo inquietante entre o impacto devastador causado por um inseto da família dos *coccus* nas plantações de café e os estragos provocados pela *filoxera* nos vinhedos europeus daquele período - uma comparação que ajuda a dimensionar a gravidade da situação enfrentada pelos cafeicultores brasileiros. (16)

O inseto apresentava características peculiares que dificultavam seu controle. De dimensões minúsculas, assemelhava-se a um piolho de galinha e possuía grande mobilidade em sua fase inicial. Ao encontrar uma planta hospedeira, fixava-se e sugava sua seiva, contribuindo para a deterioração do cafezal. Sua reprodução ocorria por partenogênese, processo no qual fêmeas não fecundadas produzem centenas de ovos sem necessidade de machos. A presença de asas nos machos facilitava a propagação das colônias para novas áreas.

Um sinal característico da infestação era o aparecimento de formigas ruivas, atraídas por uma substância açucarada liberada pelas plantas infestadas. Essas formigas construía abrigos de terra ao redor das raízes do café, intensificando os danos ao sistema radicular. As tentativas de controle da praga revelaram-se desafiadoras. O uso de sulfeto de carbono, por exemplo, mostrou-se

ineficaz, pois destruía tanto os insetos quanto as plantas. Outras soluções alternativas também se mostraram incompletas, já que substâncias nocivas aos insetos poderiam prejudicar os cafeeiros, já fragilizados.

O autor da comunicação scentuou a necessidade de estudos pormenorizados sobre as condições de propagação do inseto, cuja biologia ainda não era totalmente compreendida. Hipóteses levantadas incluíam transporte por outros animais ou insetos, semelhante ao que ocorre com carrapatos, ou propagação por meio dos adultos alados, que poderiam voar para outras áreas e depositar ovos. Fatores como tipo de terreno, exposição solar e idade dos cafeeiros também seriam investigados.

A comparação com a filoxera, que devastava os vinhedos europeus, era particularmente alarmante. Na França, mesmo com grandes esforços científicos e recursos investidos, a luta contra essa praga já durava anos sem sucesso definitivo. Diante desse cenário, o autor fez um apelo aos produtores para inspecionarem seus cafezais e contribuírem com observações sobre a praga, e à administração pública, para que atuasse preventivamente, evitando que o problema compromettesse o trabalho e as receitas do Estado.

SULFURETO DE CARBONO
FABRICA
DE
G. Filgueiras & Comp.
DO
RIO DE JANEIRO
Ingrediente infallível para extinção de
FORMIGA SAU'VA
Mais barato de que qualquer outra pre-
paração.
AGENCIA E DEPOSITO EM S. PAULO
COM
BRUNS & COMP.
d. s. d. n. 15--1

O anúncio extraído do *Jornal da Tarde* de 30 de maio de 1881 (Anno III, nº 198, p. 3), publicado por uma fábrica de "Sulfureto de Carbono" da empresa G. Filgueiras & Comp., no Rio de Janeiro, apresenta o produto como um ingrediente eficaz para a extinção da formiga-saúva. O anúncio enfatiza que o produto é "mais barato do que qualquer outra preparação", sugerindo uma solução

econômica e eficiente para combater essa praga agrícola. A propaganda também informa que a empresa Bruns & Comp. é responsável pela agência e depósito em São Paulo, o que expande a comercialização do sulfureto de carbono para uma das principais regiões agrícolas do país.(17)

A presença da formiga-saúva como um "flagelo" da agricultura brasileira durante o século XIX e início do XX é amplamente documentada. Diversos métodos foram desenvolvidos para erradicá-la, e o sulfureto de carbono ganhou destaque por sua eficácia no extermínio de formigueiros. O fato de o produto ser anunciado como "mais barato" indica a demanda por alternativas acessíveis, um reflexo do impacto econômico causado pela infestação de saúvas em culturas como algodão e cana-de-açúcar. A expressão "ingrediente infalível" utilizada no anúncio é uma estratégia de marketing que visa atrair agricultores, prometendo resultados garantidos em um período em que o combate às saúvas era uma preocupação central para a produtividade agrícola.

A ênfase no preço competitivo do sulfureto de carbono declara a concorrência entre métodos e produtos disponíveis no mercado e a necessidade de empresas como G. Filgueiras & Comp. se destacarem em um ambiente de soluções diversificadas. A menção à agência em São Paulo, além de facilitar o acesso ao produto por agricultores paulistas, definem uma estratégia de expansão regional. Esse aspecto era relevante, considerando o papel de São Paulo como uma das regiões mais pujantes da produção agrícola brasileira.

Em 10 de novembro de 1887, o *Correio Paulistano* (Anno XXXIV, nº 9358, p. 3) publicou um anúncio convocando fazendeiros e representantes da imprensa para uma demonstração prática do "formicida", um aparelho destinado ao extermínio de formigas-saúvas, desenvolvido por Eduardo Baptista Roquette Franco. A demonstração seria realizada no pasto do Dr. Martinho Prado, um local conhecido na época, com o objetivo de exibir a eficácia do dispositivo, que de forma ostensiva já havia sido testado em outros locais.(18)

A formiga-saúva era reconhecida como uma das maiores pragas enfrentadas pelos agricultores brasileiros, sendo responsável por inúmeros prejuízos às lavouras. Diversos métodos e produtos foram desenvolvidos ao longo do tempo para combatê-la, e o anúncio de Roquette Franco corrobora esse esforço contínuo. Diferentemente de métodos químicos, como o sulfureto de carbono, o "formicida" era um dispositivo mecânico projetado para lidar com a praga, salientando-se entre as práticas tradicionais e generalistas.

A organização de uma demonstração pública por Roquette Franco representa um marco nas estratégias comerciais do período, sinalizando uma sofisticada compreensão dos mecanismos de construção de credibilidade comercial. A seleção criteriosa do público - que incluía fazendeiros influentes e representantes da imprensa - cumpria uma abordagem calculada para maximizar o impacto e a disseminação dos resultados. O local escolhido para a demonstração, o pasto do Dr. Martinho Prado, agregava prestígio social ao evento técnico, criando um ambiente propício para a validação pública do dispositivo (este pertencia a uma das famílias mais ricas de São Paulo e estava envolvido no desenvolvimento da cafeicultura, tornando-se um grande proprietário de terras e incentivador da modernização agrícola). Na própria estruturação do evento transparece uma metodologia comercial inovadora: a definição precisa de horários e locais específicos estabelecia um protocolo profissional que permitia aos participantes testemunhar diretamente a eficácia do produto em condições reais de uso.

O anúncio destaca a abordagem prática, apresentando o formigueiro escavado como evidência concreta da eficácia do aparelho, já testado com sucesso. A menção aos "dignos representantes da imprensa" e aos "fazendeiros" sugere uma estratégia clara de comunicação: a imprensa amplificaria a divulgação do sucesso do aparelho, enquanto os fazendeiros, principais afetados pela infestação de saúvas, constituíam o público-alvo para sua comercialização. Roquette Franco também forneceu um ponto de encontro específico para os interessados, na Rua do Ypiranga, nº 97-A, possivelmente utilizado como local para obter mais informações ou adquirir o produto. Esse cuidado logístico reforça a organização e a seriedade do empreendimento, facilitando o acesso ao evento.

O anúncio publicado no jornal *Correio Paulistano* de 6 de janeiro de 1888 (Anno XXXIV, nº 9406, p. 1) promove um tratado teórico-prático de autoria de Eduardo Baptista Roquette Franco, intitulado *Nulla dies sine linea*, que aborda o combate às formigas-saúvas por meio de um aparelho denominado "alambique formicida". Essa invenção, criada por Roquette Franco, foi reconhecida e incentivada pelo governo imperial, recebendo um privilégio oficial por decreto, o que reforça sua legitimidade e importância.(19)

O folheto, com 35 páginas, possui um caráter teórico e prático, indicando que o autor discorre sobre os fundamentos do método e acaba fornecendo instruções para sua aplicação. Essa abordagem denuncia que Roquette Franco visava tanto educar quanto orientar os agricultores interessados em adotar soluções eficazes para combater a praga. O título, *Nulla dies sine linea*, traduzido como "Nenhum dia sem uma linha", declarando a dedicação constante do autor ao aprimoramento e à inovação, alinhando-se à filosofia de persistência e progresso que caracteriza seu trabalho.

O alambique formicida ocupa uma posição central na obra, representando uma interessante adaptação tecnológica do século XIX. Enquanto o termo 'alambique' tradicionalmente designava equipamentos de destilação, Roquette Franco reimaginou suas possibilidades ao desenvolver um dispositivo especializado para o combate às formigas-saúvas. Esta transformação criativa de uma tecnologia estabelecida para um novo propósito se insere em um contexto de inovações agrícolas do período. A importância desta adaptação tecnológica encontra expressão concreta no reconhecimento imperial. Através da proteção legal equivalente a uma patente, o dispositivo adquiria legitimidade em múltiplas dimensões: assegurava os direitos comerciais do inventor enquanto consolidava sua posição como solução tecnicamente validada para os desafios da agricultura brasileira.

O contexto histórico do lançamento do tratado ressalta sua importância. O impacto da praga era tão grave que o governo imperial oferecia prêmios substanciais a inventores que desenvolvessem soluções eficazes. A obra de Roquette Franco surge como uma resposta a esse problema, propondo uma abordagem científica e inovadora para um desafio que comprometia diretamente o desenvolvimento agrícola do país. A publicação do tratado *Nulla dies sine linea* busca por soluções técnicas para desafios cotidianos se tornava cada vez mais sistemática. Esse período marcou uma transformação no papel social de inventores e cientistas, que passaram a ocupar posição central na modernização do setor agrícola. O trabalho de Roquette Franco se desdobra em duas dimensões complementares: o reconhecimento oficial de seu *alambique formicida* valida sua contribuição técnica ao desenvolvimento agrícola, enquanto a publicação de um folheto sobre seu

método demonstra seu compromisso com a disseminação do conhecimento científico, elemento essencial da modernização da agricultura brasileira no século XIX.

O excerto do anúncio do Formicida Capanema, publicado no jornal *Correio Paulistano* em 2 de julho de 1878 (Anno XXV, nº 6484, p. 4), designa a importância de um controle eficaz dessa praga para o aumento da produção agrícola, com ênfase especial no café, principal base econômica do país à época. O anúncio assinala uma dimensão da política agrícola do período através do benefício concedido ao transporte do formicida: sua distribuição gratuita pela estrada de ferro D. Pedro II e outras vias ferroviárias estatais sinalizava um engajamento concreto do governo no combate às pragas. Esta política de transporte subsidiado ultrapassava o apoio logístico, inscrevendo-se em uma estratégia ampla de modernização agrícola. O raciocínio econômico que fundamentava tal iniciativa estabelecia uma cadeia clara de benefícios: ao facilitar o acesso às tecnologias de controle das saúvas, o governo criava condições para o aumento da produção cafeeira, fortalecendo assim o potencial exportador do país. Este incremento no comércio exterior, por sua vez, prometia fortalecer as finanças estatais através do crescimento da receita proveniente das exportações.(20)

O texto também sugere que as câmaras municipais deveriam desempenhar um papel ativo nesse esforço coletivo, apoiando pequenos proprietários. Esse apoio poderia incluir subsídios ou financiamentos que viabilizassem a aquisição do formicida, permitindo que pequenos produtores combatessem efetivamente a praga em suas propriedades. A colaboração entre diferentes esferas – governo, câmaras municipais e proprietários rurais – é apresentada como essencial para o sucesso na erradicação das saúvas e para o incremento da produtividade agrícola. O impacto esperado dessas ações era significativo: segundo o anúncio, o aumento na produção de café poderia alcançar até dois milhões de sacas anuais, fortalecendo ainda mais o papel do Brasil como exportador global. Essa perspectiva reflete a importância econômica do café para a sustentabilidade da economia nacional e a urgência em resolver o problema das saúvas para garantir a viabilidade do setor agrícola.

No jornal *Diario de São Paulo*, Anno VII, nº 1747, edição de 05/08/1871, p.1 publica o **Código de Posturas de Jaú** e dispõe sobre o manejo das formigas na localidade:

LEIS PROVINCIAIS

N. 82

O doutor Vicente Pires da Motta, do conselho de Sua Majestade o Imperador, vice-presidente da Província de S. Paulo, etc., etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial, sobre proposta da Câmara Municipal da Villa do Jahú, decretou a seguinte resolução:

Código de Posturas

(...)

EXTINÇÃO DE FORMIGAS

Art. 33. E' prohibida a conservação de formigas saúvas nas ruas, praças, terrenos publicos e de particulares. A Camara ordena- rá a extinção na parte de sua competencia; os particulares

serão obrigados a tirar nos seus terrenos e quintaes, dentro do prazo que lhes for marcado pelo Fiscal, o qual nunca excederá de dous mezes. O infractor será multado em 48 e os formigueiros serão tirados pelo Fiscal á custa do proprietario, cuja despeza será paga immediatamente:

Art. 34. Todos que forem prejudicados pelo damno das formigas, e souberem d'onde eílas vêm, deverão participar ao Fiscal, para este providenciar como lhe cumpre.

Art. 35. Os proprietarios são obrigados a franquear ao Fiscal a entrada nos terrenos ou quintaes de suas propriedades para examinar a existencia de formigueiros; os que se oppuzerem ao cumprimento deste artigo serão multados em 38 e constrangidos judicialmente.

O trecho do *Diário de São Paulo* de 5 de agosto de 1871 sinaliza a preocupação das autoridades locais com a proliferação das formigas-saúvas, uma praga devastadora e recorrente na época. No Código de Posturas da Vila de Jaú, a Câmara Municipal estabeleceu regras rigorosas para a erradicação dos formigueiros, abrangendo tanto terrenos públicos quanto privados.(21)

O artigo 33 do Código proibia expressamente a manutenção de formigueiros em ruas, praças, terrenos públicos e propriedades particulares. Cabia à Câmara a responsabilidade pela extinção dos formigueiros em áreas públicas, enquanto os proprietários eram obrigados a eliminar os formigueiros em suas propriedades dentro de um prazo máximo de dois meses. O descumprimento da determinação sujeitava os proprietários a multas, além da execução compulsória dos serviços pelo fiscal, com os custos repassados ao infrator. O artigo 34 estabelecia que qualquer pessoa prejudicada por formigas deveria informar o fiscal sobre a origem do formigueiro, para que providências fossem tomadas. Já o artigo 35 determinava que os proprietários permitissem o acesso do fiscal aos seus terrenos para inspeção. A recusa resultava em multas e, se necessário, na aplicação de medidas judiciais para assegurar o cumprimento da ordem.

As posturas municipais do século XIX em regiões como Jaú consubstanciam-se na teia de preocupações econômicas e sociais. A regulamentação minuciosa do controle de pragas agrícolas emergia como resposta direta à vulnerabilidade de uma economia dependente da produção rural. Neste contexto, as formigas-saúvas ocupavam uma posição desafiadora: sua capacidade de devastar plantações inteiras tanto ameaçava a subsistência imediata das comunidades, quanto comprometia as perspectivas de desenvolvimento econômico regional. A rigidez das medidas adotadas pelas autoridades municipais traduz a urgência deste desafio: o rigor da legislação local espelhava a gravidade da ameaça representada por estes insetos para a estabilidade econômica e social das comunidades rurais oitocentistas.

Embora as medidas do Código de Posturas de 1871 pareçam focadas principalmente na área urbana de Jaú, os artigos também abordam a presença de formigueiros em quintais e terrenos particulares, sugerindo uma preocupação com espaços periurbanos. No contexto daquele período, Jaú era uma localidade em desenvolvimento, onde áreas urbanas e rurais ordinariamente se mesclavam. O controle de formigueiros em ruas, praças e propriedades visava proteger a infraestrutura da vila e preservar a ordem pública, evitando que as saúvas causassem transtornos à vida cotidiana e à economia local.

A aplicação dessas medidas urbanas condiciona o esforço da administração municipal em estabelecer padrões que promovessem o crescimento ordenado da vila e a proteção dos espaços residenciais e comerciais. Além disso, a referência a quintais e terrenos demonstra que as posturas contemplavam áreas residenciais com pequenas plantações ou pomares, suscetíveis ao ataque das saúvas. Esse enfoque descortina uma tentativa de equilibrar as demandas agrícolas com o progresso urbano, reconhecendo a interdependência entre esses dois aspectos na configuração social e econômica da época.

Em *Jahu em 1900*, Sebastião Teixeira documenta as transformações agrícolas da cidade paulista no final do século XIX, delimitando como a produção de hortaliças e frutas se desenvolveu em meio aos desafios impostos pelas saúvas. A construção do Mercado Municipal catalisou o crescimento das chácaras nos arredores da cidade, estabelecendo um sistema regular de comercialização de verduras e legumes para a população local.(22)

Até 1890, as tentativas de formar pomares em Jaú eram constantemente frustradas pela ação das formigas-saúvas, que destruíam as árvores frutíferas jovens. Os métodos convencionais de combate, incluindo diversos formicidas, mostraram-se ineficazes contra essa praga. A situação mudou com a chegada acidental de formigas cuiabanas, trazidas de Piracicaba. Essas formigas se multiplicaram pela cidade e eliminaram naturalmente as saúvas, estabelecendo um caso precoce de controle biológico que possibilitou, enfim, o desenvolvimento da fruticultura local.

O informe de Teixeira apresenta uma lacuna em sua análise ao concentrar-se apenas na produção de frutas e hortaliças, deixando de lado culturas fundamentais para a economia regional. O impacto das saúvas se estendia por todo o sistema produtivo rural: nas lavouras de cana-de-açúcar, o ataque sistemático às plantas comprometia seu ciclo de desenvolvimento, afetando a produtividade dos canaviais. A situação se mostrava ainda mais crítica nas plantações de café, principal produto econômico da região, em que a destruição das mudas por estas formigas ameaçava a própria viabilidade dos novos cultivos. O panorama se completava com a devastação das áreas de pastagem, onde a eliminação das gramíneas pelas saúvas impactava diretamente a capacidade de sustentação dos rebanhos, criando um ciclo de prejuízos que se propagava por toda a cadeia produtiva rural.

O texto enfatiza a perspectiva urbana de Teixeira, que prioriza as transformações mais próximas ao cotidiano da cidade: o mercado municipal, as chácaras e os pomares emergentes. Essa abordagem, ainda que parcial, registra um momento da história agrícola de Jaú, quando o controle natural das saúvas permitiu uma diversificação produtiva que beneficiou tanto os produtores quanto os consumidores locais, alterando padrões de cultivo e consumo.

A chegada dos imigrantes italianos ao interior paulista entre 1870 e 1920 trouxe transformações às práticas alimentares locais, marcando um processo de intercâmbio cultural. Esse fenômeno modificou tanto os hábitos dos recém-chegados quanto os da sociedade receptora, criando uma rica interação que ressignificou a alimentação como um aspecto essencial da identidade cultural.

Os italianos, em sua maioria oriundos do sul da península, trouxeram consigo uma tradição alimentar centrada no consumo de trigo, cevada e uma ampla variedade de hortaliças. No entanto, ao se estabelecerem no Brasil, enfrentaram a necessidade de adaptar seus hábitos alimentares aos ingredientes disponíveis no mercado local. Produtos como arroz e feijão, amplamente acessíveis e parte da dieta cotidiana brasileira, passaram a integrar suas refeições. Apesar disso, os imigrantes mantiveram vivas muitas de suas tradições culinárias, cultivando hortas domésticas que

lhes permitiam continuar a produção de verduras e legumes característicos de sua terra natal. Esse esforço resultou na introdução de espécies até então pouco conhecidas na região, como chicória, berinjela, alcachofra e rabanete como atesta Flávia Arlanch em dois estudos de sua lavra.(23)

Um exemplo ilustrativo desse impacto é o caso de Nicola Durante, cuja família encontrou na horticultura uma estratégia de sobrevivência econômica e integração cultural. Francesco Durante, pai de Nicola, oriundo de Santeramo in Colle, na Apúlia, sustentava sua família vendendo verduras cultivadas no quintal de casa na Rua Gomes Botão, no Bairro Santo Antônio (mais conhecido como Bairro do Sapo). Essa prática, que começou como uma necessidade, evoluiu para uma atividade econômica consolidada que garantiu a subsistência de muitos imigrantes e diversificou a oferta de alimentos nos mercados urbanos. Os vendedores ambulantes, que percorriam as ruas com cestas de hortaliças, tornaram-se agentes de mudança nos padrões alimentares da sociedade local, apresentando novos produtos e sabores à população.

A introdução de novos vegetais e hortaliças resultou em uma gradual transformação na dieta brasileira, que até então consumia uma menor variedade de frutas e verduras. Produtos como rúcula e alcachofra, inicialmente estranhos ao paladar local, passaram a integrar o repertório alimentar das famílias paulistas. Essa adoção sugere uma mudança nos hábitos de consumo e a capacidade da sociedade brasileira de absorver e ressignificar elementos culturais trazidos pelos imigrantes.

Mais do que alterar práticas alimentares, a imigração italiana provocou mudanças estruturais nas dinâmicas de produção e consumo urbano. A horticultura doméstica e comercial introduzida pelos imigrantes promoveu uma diversificação nos mercados locais e nos padrões de alimentação, estabelecendo um legado que ultrapassou as barreiras da época. Assim, o impacto da imigração italiana no interior paulista foi além da composição demográfica, deixando uma marca indelével na cultura e na gastronomia brasileira.

Uma significativa preocupação com o impacto das formigas-saúvas emerge nas páginas do *Correio do Sertão* de Santa Cruz do Rio Pardo, em sua edição de 20 de setembro de 1902. A coluna ressalta a necessidade premente de desenvolver abordagens mais sistemáticas e eficazes para o controle destes insetos. A situação se manifestava com particular gravidade em importantes centros agrícolas como Ribeirão Preto e o núcleo colonial 'Campos Salles', onde os prejuízos causados pelas saúvas demandavam uma resposta coordenada entre produtores rurais e instituições governamentais locais. (24)

Um dos pontos centrais do artigo é a argumentação de que esforços isolados por parte dos agricultores eram ineficazes. Sem uma ação conjunta, as saúvas continuariam a proliferar em propriedades vizinhas que não adotassem medidas preventivas, anulando os esforços individuais. O texto também apresenta um panorama sobre a biologia das saúvas, explicando seu sistema de reprodução e o cultivo de fungos, sua principal provento de alimento. De acordo com o autor, o combate eficaz à praga exigia a destruição dos fungos cultivados pelas formigas e a prevenção da disseminação de novas fêmeas aladas, conhecidas como içás.

O artigo critica os métodos de controle existentes, como o uso de sulfeto de carbono e compostos arsênicos, apontando suas desvantagens, incluindo os altos custos, a periculosidade e a eficácia limitada. Como alternativa, sugere um método mais prático e econômico, envolvendo um aparelho simplificado e um composto arsenical considerado mais seguro. Segundo o texto, esse

método foi testado no Horto Botânico de São Paulo com resultados promissores, delimitando seu potencial para aplicação em larga escala.

O autor enfatiza a necessidade de uma abordagem organizada, recomendando que as Câmaras Municipais, em conjunto com os fazendeiros, realizem campanhas regulares e coordenadas para a destruição de formigueiros, especialmente antes do período chuvoso, quando as saúvas se reproduzem com maior intensidade. Essa cooperação institucional seria necessária para garantir a eficácia das medidas, uma vez que o problema exigia um esforço coletivo para ser controlado de maneira sustentável. Por fim, o texto menciona a possibilidade de utilizar uma espécie de formiga "cuyabana", que, segundo informes, teria a capacidade de afastar as saúvas. Embora promissora, essa estratégia ainda carecia de estudos científicos mais acentuados para validar sua viabilidade e eficácia como método de controle biológico.

A reunião da Sociedade Paulista de Agricultura, registrada na edição de 15 de junho de 1904 do jornal *Commercio de São Paulo* (Anno XII, nº 3694, p. 2), ilustra o papel desta instituição no desenvolvimento de técnicas agrícolas. Sob a presidência do Dr. Siqueira Campos, o encontro teve destaque pela apresentação do Sr. Cornélio Schmidt sobre o uso do gás acetileno no combate às formigas-saúvas. A designação subsequente do Dr. Olavo Egydio para conduzir novos experimentos com esta técnica indicia a metodologia sistemática adotada pela *Sociedade* na busca por soluções para os desafios agrícolas. Este episódio se insere em um contexto mais amplo de experimentação científica voltada ao controle desta praga persistente, que continuava a representar uma ameaça para a agricultura brasileira. (25)

No ano seguinte, a edição de 25 de março de 1905 do mesmo jornal (Anno XIII, nº 3975, p. 3) evidenciou uma abordagem diferente para o controle das saúvas, promovendo o uso de formigas paraguaias, também conhecidas como *caiabanas*, como método de controle biológico. Essa prática consistia na introdução de formigas consideradas predadoras naturais das saúvas, que, segundo declarações, havia sido testada com sucesso em propriedades nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A ideia era combater a praga de forma natural e sustentável, utilizando essas formigas como aliadas na proteção das plantações. (26)

O controle biológico com as formigas caiabanas foi divulgado comercialmente, com agricultores podendo adquirir esses insetos em caixotes, oferecidos para encomenda em São Paulo. O anunciante, Maurício Gouveia, operava em um endereço comercial na Rua Sampaio Moreira, número 16, facilitando o acesso dos agricultores ao produto.

Os registros de 1904 e 1905 mostram um momento em que o enfrentamento das saúvas combinava pesquisas científicas, como a investigação do acetileno, com métodos práticos inovadores, incluindo o uso de espécies predadoras. Essas diferentes abordagens ilustram o perfil experimental e adaptativo do controle de pragas no início do século XX, caracterizado pela busca contínua de métodos que conjugassem eficiência e viabilidade econômica.

O engajamento ativo da Sociedade Paulista de Agricultura em debates e experimentações técnicas indica uma mobilização institucional que se desenvolvia paralelamente à emergência de métodos alternativos de controle, como mostra a comercialização das formigas *caiabanas*. A coexistência destas diferentes estratégias - desde experimentos técnicos sistematizados até práticas baseadas em observações empíricas - ilustra um momento de transição nas práticas agrícolas do

período, quando soluções tradicionais e inovações técnicas se entrelaçavam na busca por respostas efetivas ao desafio representado pelas saúvas.

Os artigos publicados na revista *Chácaras e Quintaes* entre 1922 e 1923 certificam os esforços contínuos para compreender e controlar a praga da formiga-saúva (*Atta sexdens*), um dos maiores desafios para a agricultura brasileira no início do século XX. Esses textos abordam diversas estratégias de manejo, incluindo métodos mecânicos, biológicos e químicos, destacando os avanços e limitações de cada abordagem no combate à praga.

Na edição nº 24, de 15 de agosto de 1923, um artigo baseado em um folheto do entomologista norte-americano Dr. C. H. T. Townsend, então atuando na Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, apresenta instruções práticas para a erradicação das saúvas. O texto detalha o ciclo de vida e os hábitos desses insetos, incluindo sua reprodução, a fundação de novas colônias, o cultivo de fungos para alimentação e a organização social dos formigueiros. Townsend identifica o período ideal para o combate às saúvas entre julho e novembro, aproveitando-se de condições sazonais que favorecem a eficácia das ações. O uso de aves domésticas, especialmente a galinha-d'Angola (chamada de "gallinhola"), é sugerido como método auxiliar, devido ao comportamento predatório dessas aves, capaz de controlar populações de formigas.(27)

A edição nº 27 traz uma análise sobre os desafios do controle de formigas na cafeicultura, sublinhando um dilema capital: a busca por uma solução universal esbarrava na própria densidade dos sistemas agrícolas. O artigo desenvolve uma crítica relevante ao abordar as consequências imprevistas de intervenções inadequadas - como alude o caso do uso indiscriminado de venenos nas plantas preferenciais das formigas. Esta prática, sugestivamente direcionada, poderia desencadear uma série de efeitos em cascata, incluindo a contaminação não intencional de animais que pastavam nas áreas tratadas. Na elaboração destas preocupações manifesta progressina da interdependência entre os elementos do ambiente agrícola, sinalizando a necessidade de desenvolver abordagens que considerassem tanto a eficácia do controle quanto seus impactos sistêmicos no ecossistema rural. (28)

Na edição nº 26, publicada em 1922, a revista aborda a controvérsia sobre a eficácia da formiga "Cuyabana" (*Prenolepis fulva*) no controle da saúva. Em uma carta de O. Barros, do Espírito Santo, são descritas observações do comportamento predatório das cuyabanas, que atacam as larvas das saúvas, contribuindo para sua redução. Barros detalha métodos de transporte e manejo dessas formigas, sugerindo sua aplicação como um agente biológico. Contudo, o autor Thomaz Borgmeier discute as limitações dessa prática, com base em estudos de especialistas como Dr. H. von Thering, Dr. Costa Lima e Dr. Carlos Moreira. Embora as cuyabanas possam incomodar as saúvas, Borgmeier destaca que seu impacto no controle das pragas é limitado e que a introdução dessa espécie pode gerar problemas adicionais, como a destruição de alimentos, danos a canaviais e transtornos em ambientes domésticos.(28)

Os debates e experimentos registrados nas páginas da *Chácaras e Quintaes* capturam um momento na evolução das práticas agrícolas brasileiras: a crescente percepção de que o controle eficaz de pragas precisava harmonizar-se com a preservação do ambiente rural. Esta publicação especializada documentava como agricultores e técnicos começavam a reconhecer as intrincadas conexões que permeavam os sistemas agrícolas. A experimentação com métodos alternativos, como a introdução de aves domésticas e formigas cuyabanas no controle biológico, sinalizava uma busca por soluções mais integradas aos ambientes tratados. No entanto, as limitações técnicas e os riscos

ambientais associados a estas práticas expunham um desafio da agricultura brasileira no início do século XX: a dificuldade de desenvolver métodos que fossem em paralelo eficazes, seguros a longo prazo.

O problema das saúvas na agricultura brasileira constitui um capítulo emblemático da história ambiental e econômica do país, evidenciando a complexa relação entre o desenvolvimento agrícola e os desafios ecológicos. De Saint-Hilaire a Mário de Andrade, as formigas-saúvas deixaram de ser apenas uma praga para se tornarem símbolos das dificuldades enfrentadas pelo Brasil em sua trajetória de modernização econômica e social. Esses insetos, enquanto ameaçavam a produção agrícola, expressavam a tensão permanente entre o avanço humano e a preservação do equilíbrio ambiental.

Durante o período analisado, observa-se uma evolução nos esforços de controle dessa praga, que passou de métodos rudimentares e empíricos para abordagens mais estudadas e tecnológicas. As estratégias empregadas variaram amplamente, abrangendo desde iniciativas individuais de agricultores até políticas públicas regionais, que incluíam regulamentações municipais, incentivos governamentais e esforços científicos coordenados. A diversidade de métodos acentua a criatividade e a resiliência dos agentes envolvidos. Os métodos químicos, como o sulfeto de carbono, representaram um marco na tentativa de mecanizar o controle das saúvas, enquanto dispositivos como o alambique formicida demonstraram a engenhosidade aplicada às soluções mecânicas. Já as abordagens biológicas, como o uso de formigas cuyabanas, impuseram a tentativa de integrar soluções naturais, ainda que com resultados muitas vezes limitados.

O combate às saúvas no período marca uma transformação na compreensão social do problema: a percepção crescente de que ações individuais, mesmo quando bem-sucedidas em escala local, não conseguiam oferecer uma resposta adequada ao desafio. Esta mudança de perspectiva emergiu da própria natureza do problema - a extraordinária resiliência das saúvas e sua capacidade de dispersão através de diferentes propriedades tornavam ineficazes as tentativas isoladas de controle. Em resposta a esta realidade, desenvolveu-se gradualmente uma nova abordagem que privilegiava a articulação entre diferentes atores sociais. A formação de redes colaborativas integrando proprietários rurais, autoridades municipais e instituições científicas sinalizava um amadurecimento na compreensão de que problemas complexos exigiam soluções igualmente complexas e coordenadas.

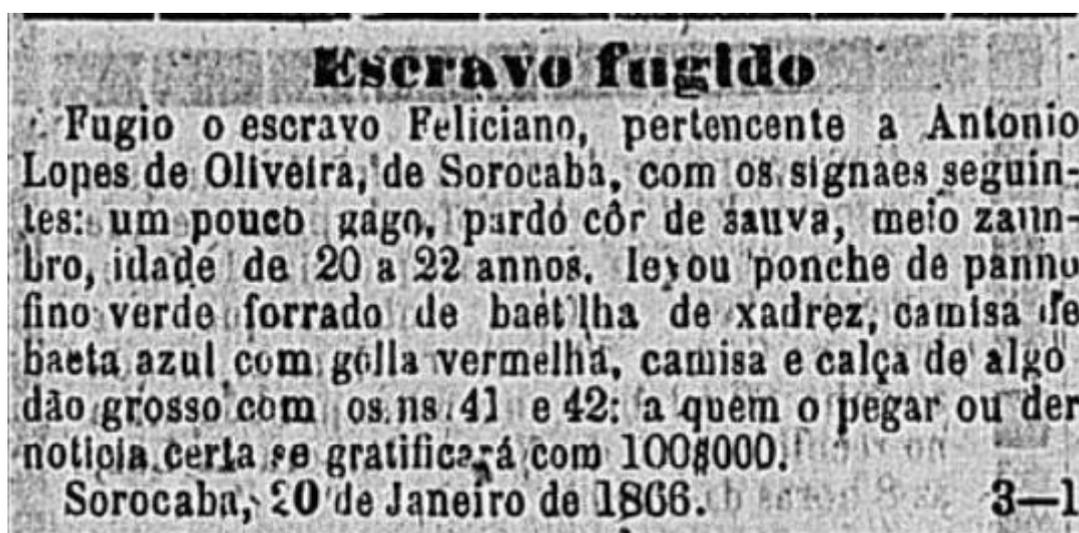
O período também marcou uma transição crítica no entendimento das relações ambientais no contexto da agricultura. A experimentação com diferentes métodos, especialmente as tentativas de controle biológico, apontou para uma conscientização inicial sobre a complexidade dos ambientes e a interdependência entre os elementos naturais e as práticas humanas. Essas experiências prenunciaram debates contemporâneos sobre sustentabilidade, revelando as primeiras tentativas de equilibrar produtividade agrícola com a preservação ambiental.

Ainda assim, a persistência histórica das saúvas, mesmo após décadas de esforços variados, sublinha tanto as limitações técnicas e científicas da época quanto a impressionante resiliência desses insetos. Sua capacidade de adaptação aos ambientes modificados pela agricultura brasileira reflete um desafio contínuo que transcende gerações. Mais do que uma mera praga, as saúvas tornaram-se protagonistas de uma história de interação entre sociedade, natureza e tecnologia, simbolizando os dilemas enfrentados por um país em transformação.

A história do combate às saúvas permanece relevante, pois ilumina os desafios contemporâneos relacionados à agricultura sustentável e ao manejo de políticas agrícolas. Ao pensarmos sobre as lições do passado, somos lembrados de que o progresso agrícola não é apenas uma questão de inovação tecnológica, mas também de compreender e respeitar as interações complexas entre os seres humanos e os ecossistemas nos quais estão inseridos. Este legado reforça a necessidade de soluções holísticas que combinem conhecimento técnico, coordenação social e sensibilidade ecológica – elementos indispensáveis para um futuro sustentável na agricultura.

Notas quase avulsas

Na esteira das saúvas com esse anúncio no *Correio Paulistano* (Anno XIII, nº 2900, edição de 28-01-1866, p.4):



O *Correio Paulistano* de 28 de janeiro de 1866 traz em suas páginas um registro das práticas do sistema escravocrata brasileiro. Em um anúncio sobre a fuga de Feliciano, homem escravizado por Antônio Lopes de Oliveira, de Sorocaba, manifesta-se uma característica perturbadora do período: o uso de comparações naturalizantes na descrição racial. A caracterização de Feliciano como 'pardo de cor semelhante à saúva' - numa referência à coloração marrom-avermelhada da formiga - mostra como a linguagem servia aos propósitos de desumanização sistemática das pessoas escravizadas.

O anúncio prossegue com detalhes sobre Feliciano, então com idade entre 20 e 22 anos, mencionando sua leve gagueira e possível estrabismo. A descrição se estende às suas vestimentas: um poncho verde de pano fino forrado com xadrez, uma camisa azul com gola vermelha e roupas de algodão grosso. A oferta de uma recompensa de 100 mil réis por informações que levassem à sua captura demonstra a estrutura sistemática desenvolvida para frustrar as tentativas de conquista da liberdade. (29)

Os anúncios de pessoas escravizadas fugidas, frequentes nos jornais do período, funcionavam como documentos da violência estrutural da escravidão brasileira. Nestes textos, seres humanos eram reduzidos a descrições físicas e valores monetários, numa expressão clara da lógica mercantil que sustentava o sistema escravocrata. A expressão 'cor parda de saúva', utilizada para descrever Feliciano, opera em múltiplos níveis de desumanização: além de transformar sua identidade em uma mera característica física, estabelece uma comparação com um inseto, acentuando o processo de objetificação.

Esta categorização se inseria em um complexo sistema de classificação racial da sociedade brasileira oitocentista. O termo 'pardo', comumente empregado para designar afro-brasileiros de pele mais clara, fazia parte de uma elaborada taxonomia social que buscava ordenar hierarquicamente os indivíduos com base em características físicas. Ao associar esta classificação racial à coloração de uma formiga, o anúncio reforçava os mecanismos de inferiorização social que fundamentavam a ordem escravocrata.

O detalhamento sobre traços físicos e vestimentas nos anúncios de fuga tinham uma função prática – auxiliar na identificação e captura –, mas também perpetuavam estigmas sociais e raciais. Do mesmo modo, esses documentos mostram como a escravidão se consolidou por meio de aparatos legais e econômicos, com impactos que ressoam na sociedade de hoje. A alta recompensa oferecida por Feliciano reforça o valor econômico atribuído às pessoas escravizadas e expõe a lógica de posse que sustentava o sistema escravista.

A conexão entre essas práticas e os estudos de Keith Thomas, especialmente em *O Homem e o Mundo Natural: Mudanças de Atitude em Relação às Plantas e aos Animais (1500-1800)*, enriquece a análise histórica. Thomas explora como, no contexto da Inglaterra moderna, humanos, animais e plantas eram ordenados em uma "grande cadeia do ser", que justificava a hierarquização entre os seres vivos. Essa estrutura promovia comparações entre humanos e animais, frequentemente utilizadas para desumanizar grupos marginalizados, como pobres, criminosos e pessoas de outras etnias. Thomas discute brevemente como a fisionomia reforçava essas associações, atribuindo características animais a certos traços físicos humanos para justificar julgamentos morais ou de caráter.(30)

Embora Thomas analise o contexto inglês, alguns padrões de desumanização que ele identifica podem ser observados em diferentes contextos, incluindo sociedades escravistas. No Brasil do século XIX, comparações entre pessoas escravizadas e animais eram utilizadas como mecanismo de dominação e justificativa para a escravidão. Contudo, é importante evitar transpor diretamente a análise de Thomas, focada na Inglaterra moderna, para o contexto brasileiro, que apresentava dinâmicas próprias de racialização e escravização.

No jornal *A Constituinte – Orgam Liberal*, edição de 2 de dezembro de 1879 (Anno I, nº 86, p. 2), foi publicado um trecho de **Ubirajara**, obra de José de Alencar lançada em 1874. O excerto descreve uma cena marcante de um ritual de casamento indígena, em que Jurandyr (Jaguarê/Ubirajara), o pretendente, demonstra coragem e constância ao enfiar a mão em um formigueiro de saúvas, simbolizando seu compromisso inabalável com Aracy. As mordidas das saúvas, comparadas a brasas ou a uma fogueira, representam a intensidade da prova. Jurandyr, no entanto, suporta a dor com serenidade, cantando um hino de amor que exalta a beleza e o valor de sua amada por meio de elementos da natureza brasileira.(31)

A referência às saúvas nesse contexto insere a ideia como José de Alencar utiliza a natureza para construir simbolismos literários e idealizar práticas culturais indígenas. Diferentemente do uso desumanizante das saúvas no anúncio de Feliciano, aqui elas exaltam a força e a coragem de Jurandyr. Alencar se vale de imagens sensoriais e naturais – como a cumari, a juçara e o sapoti – para criar uma narrativa enraizada nos elementos do Brasil, conferindo um caráter épico e romântico. O ritual descrito reforça a dignidade do protagonista como guerreiro e amante.

A representação de Alencar em *Ubirajara* é moldada pelos ideais do Romantismo brasileiro, que buscava construir uma identidade nacional através da mitificação do indígena como "homem natural". No caso das saúvas, embora existam rituais indígenas que as empregam como teste de resistência - como o Rito da Tucandeira entre os Sateré-Mawé para marcar a passagem à vida adulta - não há registros específicos de seu uso em rituais de casamento. A dramatização romântica de Alencar delimita, assim, como elementos culturais indígenas são reelaborados dentro do projeto estético-ideológico romântico, tensionando a precisão etnográfica em favor da caracterização heroica do protagonista.(32)

Comparando-se essas duas narrativas, observa-se como as saúvas podem assumir usos contrastantes dependendo do contexto e da intenção do autor. No anúncio, a comparação com a cor da saúva serve para desumanizar Feliciano e reforçar uma lógica racial hierárquica. Em *Ubirajara*, as saúvas simbolizam coragem, resistência e paixão, celebrando qualidades humanas elevadas. Essa diferença de tratamento elucida a maleabilidade das comparações entre humanos e elementos da natureza na literatura e na cultura, podendo servir tanto para exaltação quanto para degradação. Em *Ubirajara*, a natureza brasileira não é apenas cenário, mas personagem ativa e simbólica, conectada intimamente às ações e emoções humanas. A dor causada pelas saúvas não diminui Jurandyr; ao contrário, ela o enobrece, colocando-o em harmonia com a força indomável da terra que habita.

Na obra de Alencar, especialmente em *Ubirajara*, as saúvas são ressignificadas como elemento da identidade nacional, dentro do projeto romântico. O autor as transforma em símbolo de virtudes heroicas, refletindo mais as aspirações do Romantismo sobre a identidade nacional do que práticas indígenas documentadas. Esta representação contrasta com outros registros literários das saúvas na literatura brasileira, onde frequentemente aparecem associadas a destruição e prejuízo econômico.

Depois de tudo isso

I've seen things you people wouldn't believe. Attack ships on fire off the shoulder of Orion. I watched C-beams glitter in the dark near the Tannhäuser Gate. All those moments will be lost in time, like tears in rain. Time to die.

- última frase do replicante Roy Batty em *Blade Runner*

Philip K. Dick

*Não entres nessa noite acolhedora com doçura,
Pois a velhice deveria arder e delirar ao fim do dia;
Odeia, odeia a luz cujo esplendor já não fulgura.*

Dylan Thomas

A sentença proferida pelo personagem Roy Batty no filme *Blade Runner* remete aos momentos, situações e eventos que permanecem retidos na memória, mas que, por alguma razão, não foram registrados ou testemunhados por outros que pudessem analisá-los ou perpetuá-los. Esses momentos, efêmeros e subjetivos, pertencem àquilo que poderia ser conservado, perenizado ou relacionado. A fala final de Batty tornou-se uma poderosa reflexão sobre a natureza da memória, do esquecimento e do sentido da existência. Em seus últimos instantes, ele evoca experiências extraordinárias que irão desaparecer com ele, conduzindo a uma meditação sobre a impermanência e o valor das vivências individuais, que só existem enquanto recordadas. Os "momentos perdidos no tempo, como lágrimas na chuva" revelam a fragilidade dos registros e questionam o que realmente vale a pena preservar ou o que se destina ao esquecimento.

Essa passagem dialoga com a ideia de memória histórica e documental. Nos estudos históricos, grande parte do que existiu também se perde com o tempo, seja pelo desinteresse, pela falta de recursos para preservação ou pela impossibilidade de testemunho direto. Eventos, hábitos e sentimentos frequentemente se limitam a intuições e interpretações baseadas em vestígios incompletos. A fala de Batty sublinha a importância de quem observa e guarda registros e sugere que há dimensões da vida que estão além de qualquer arquivo ou narrativa. Este fragmento poético delimita sobre a dualidade entre lembrança e esquecimento — um tema ao mesmo tempo pessoal e universal — e reverbera na prática de conservação e análise histórica.

Ao nos depararmos com documentos, mapas e crônicas de viajantes ao longo dos séculos, surge a pergunta: o que seria digno de registro? Qual cenário, quais paisagens e quem eram os indivíduos que cruzaram esses caminhos? A resposta talvez insinue o que era considerado essencial ou impactante à época. Detalhes sobre o meio físico, vegetação, fauna e os desafios enfrentados são descritos, mas sempre filtrados pelas sensibilidades, interesses e visão de mundo dos observadores. A flora abundante, a fauna desconhecida ou as aldeias indígenas eram relatadas com fascínio, mas também com o viés das expectativas europeias. Esses registros, fragmentados e

ordinariamente moldados por ideologias, fornecem pistas, mas poderiam representar a realidade integral dos territórios percorridos.

A reconstrução histórica exige diálogo entre fontes, confrontando narrativas recorrentes e os silêncios que elas ocultam. Descrições vagas, como "mata virgem" ou "campos vastos", de alguma forma omitiam detalhes ecológicos cruciais. No entanto, detalhes marginais — como o uso de rios para transporte, as denominações locais, os esforços de adaptação às condições naturais — enriquecem nossa compreensão sobre os trajetos percorridos. Essa persistência em buscar quem esteve lá, o que encontrou e o que registrou aproxima-nos da realidade multifacetada desses cenários.

Essas reflexões ganham relevância ao analisarmos a ocupação inicial e as transformações de territórios como o de Jaú, no Brasil. Desde os primeiros ocupantes indígenas, que respeitavam os ciclos naturais, até os colonizadores, que introduziram atividades agrícolas intensivas, o território passou por mudanças drásticas. A fertilidade da "terra roxa" atraiu culturas como a cana-de-açúcar e o café, transformando a paisagem original. Contudo, essas alterações trouxeram perdas irreparáveis. O desmatamento eliminou habitats, os rios foram explorados e as matas que regulavam o clima foram substituídas por plantações. Por outro lado, houve acréscimos estruturais, como a construção de cidades, estradas e ferrovias, que moldaram a identidade da região.

A pergunta - "quem ocupou e o que se perdeu" - guia uma análise que expõe tanto o desaparecimento da biodiversidade quanto os traços culturais que persistem. Derrubamos árvores altivas como perobas-rosas e jacarandás, substituímos a fauna nativa por gado e suínos, e transformamos o cenário natural em um deserto verde de cana. No entanto, construímos vilas, redes ferroviárias e comunidades que, por sua vez, imprimiram novas marcas na paisagem. Entre ganhos e perdas, o território mudou suas feições, tornando-se menos vibrante e muito menos orgânico.

Assim como Roy Batty sugere em sua despedida, há uma efemeridade inerente às memórias e às paisagens, muitas das quais desapareceram sem deixar vestígios permanentes. Ao mesmo tempo, a reconstrução histórica nos lembra que, mesmo diante do esquecimento, persistem fragmentos que nos permitem entender e questionar o passado. É nesse ciclo de destruição e ressignificação que residem as histórias silenciadas, as paisagens alteradas e as memórias efêmeras que moldam a humanidade.

LISTA DE FIGURAS

Primeiro vamos pelas veredas indígenas

1. REIS FILHO, Nestor Goulart; CRISTO, Silvio Cordeiro de. A Gênese dos Pousos no Brasil Moderno: considerações sobre as formas (urbanas) advindas da espera / A Gênese dos Pousos no Brasil Moderno: considerações sobre as formas (urbanas) nascidas da espera. Paranoá: **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, n. 18, 2017.
2. Cabaça. In: Holanda, S. B. Caminhos e Fronteiras. São Paulo: Companhia das Letras. 3ª edição, 1994.
3. Taunay, A. De E. Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas. São Paulo, Editora Melhoramentos, 1952.

Pelos “caminhos que andam”

1. CAVENAGHI, Airton José. A construção da memória historiográfica paulista: Dom Luiz de Céspedes Xeria e o mapa de sua expedição de 1628. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 81-109, jan./jun. 2011.
2. "Partida da Monção", pintura de José Ferraz de Almeida Júnior (1897) - Localizada no Museu Paulista da Universidade de São Paulo (Museu do Ipiranga) – página 48
3. Mapa de Juzarte: "Ranxo da Putunduva: povoação deyxada".
4. "Vista da ponte velha do Salto em Itu", de Miguelzinho Dutra - Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, Brasil.
5. Partida de Porto Feliz - Início da viagem fluvial. Desenho de Hercule Florence, representando a expedição Langsdorff (1825-1829).
6. Junção do Piracicaba com o Tietê. Desenho de Hercule Florence, realizado durante a expedição Langsdorff (1825-1829).
7. *Corvo-rei*. Desenho de Adrien Taunay, expedição Langsdorff (1825-1829).
8. Descida em uma corredeira. Desenho de Hercule Florence durante a Expedição Langsdorff (1825-1829).
9. Tête du Tuyuyú. Desenho de Hercule Florence, realizado em 1826 durante a expedição Langsdorff (1825-1829).
10. Fotografia - Vista do rio com ponte. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Notícias das Aves

1. Eliconia. Desenho de Charles Motte, 1834. Acervo da Biblioteca Nacional.
2. Cocotier barrigudo (Ventrú). Desenho de Charles Motte, 1834. Acervo da Biblioteca Nacional.
3. MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von; SPIX, Johann Baptiste von. Yögel teich am rio de S. Francisco. 1823. 1 litografia, p&b, 48,7 x 65 cm. Publicado por M. Lindauer. Coleção Brasileira Itaú, Itaú Cultural, São Paulo. Identificação: 01924158.05.

4. WIED-NEUWIED, Maximilian, Prince of. Paisagem com indígena caçando. 1816. 1 ilustração, cor. In: *Reise nach Brasilien in den Jahren 1815 a 1817*. Frankfurt: Heinrich Ludwig Bröner, 1820-1821.

A vegetação em cintas largas de terras boas

1. Vallee da Serra do Mar (Chaine de Montagnes près de la mer). Desenho de Charles Motte, 1834. Acervo da Biblioteca Nacional.
2. Planta da aldeia dos índios barbados. Sem data.
3. Les Bords du Parahiba. Desenho de Charles Motte, 1834. Acervo da Biblioteca Nacional.
4. Mapa da Mata Atlântica do Sudoeste, 1700-1850. Extraído de *A Ferro e Fogo*.
5. Ilustração do Cerrado. Extraído de Daniel Caballero, disponível em *Cerrado Infinito*.
6. Reconstituição da cobertura florestal do Estado de São Paulo (1854-2000). Adaptado de Cavalli, A.C.; Guillaumon, J.R.; Filho, R.S.; e Victor, M.A.M.
7. Extraído de Brannstrom, C., *A economia madeireira na Mata Atlântica interiorana, 1920-1960*.
8. Mapa de cobertura vegetal nativa da Bacia Hidrográfica do Tietê/Jacaré. Extraído de *Inventário da Cobertura Vegetal Nativa do Estado de São Paulo*.

Paisagens e as feições do Jahu

1. Fotografia do Rio Jaú, com a Fazenda Santo Antônio dos Ypês ao fundo, datada por volta de 1920. Acervo Ítalo Poli Jr. Autor desconhecido.
2. Fotografia da Fazenda Pinhalzinho, reproduzida do Almanaque do Jahú de 1902. Fonte: Acervo Ítalo Poli Jr. Autor desconhecido.
3. Fotografia da Fazenda Guanabara, reproduzida do Almanaque do Jahú de 1902. Fonte: Acervo Ítalo Poli Jr. Autor desconhecido.
4. Fotografia da Fazenda Independência. Fonte: Acervo Ítalo Poli Jr. Autor desconhecido.
5. Fotografia da Fazenda Conquista. Fonte: Acervo Ítalo Poli Jr. Autor desconhecido.
6. Mapa da planta das fazendas de Carlos Amadeu de Arruda Botelho (1904), com destaque para a Fazenda João da Velha e a Fazenda Santo Antônio, localizada em Jaú, SP.
7. Mapa da planta da Fazenda Santo Antônio (1930), de propriedade de Carlos Amadeu de Arruda Botelho, com divisões de terra localizadas em Jaú, SP.
8. Planta da Fazenda Santo Antônio (1944), destacando mata em verde e os demais espaços destinados a pastagens, cultivos e infraestruturas. Fonte: Plano de Manejo, 2013.
9. Fotografia da cidade de Jaú em 1888, reproduzida por Stiarbi. A imagem destaca a configuração urbana e rural da época.
10. Vista parcial da cidade de Jaú. Fonte: Acervo Ítalo Poli Jr.
11. Registro fotográfico de *Jahu – Retratos de uma Época – 1900-1920*. Fonte: Santos e Feltrin Jr.
12. Jahu Vista Parcial. Fotografia de Busnardo, publicada em *Jahu – Retratos de uma Época – 1900-1920*. Fonte: Santos e Feltrin Jr.
13. Fotografia da serraria de Bortolo de Lourenço. Fonte: Acervo Ítalo Poli Jr. Autor desconhecido.

14. Anúncio de venda de lenha picada publicado por José Ferreira do Amaral no jornal *O Democrata* em 1922. Fonte: Acervo Ítalo Poli Jr.
15. Fotografia da Celebração do Dia da Árvore pelos estudantes do Grupo Escolar Major Prado, em Jaú, na década de 1920. Fonte: Acervo Ítalo Poli Jr. Autor desconhecido.
16. Reprodução da edição do jornal *O Diário*, de 1928, publicada em Jahu, Estado de São Paulo. Fonte: Acervo Ítalo Poli Jr. Sem data específica de publicação.
17. Fotografia do Aterro da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Fonte: Autor: Cantarelli. Sem data.
18. Fotografia do Trem da Douradense na Marambaia. Fonte: Acervo de Amauri Parreira. Sem data.
19. Catálogo publicado pela Prefeitura Municipal de Jaú. Fonte: Prefeitura Municipal de Jaú, 1977.
20. Vista parcial da Vila XV de Novembro. Fonte: Anna Maria Carneiro Lyra.
21. Mapa sobre o arruamento de Jaú, produzido em 1940 por Aurides Cesar Marques. Fonte: Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo.
22. Fotografia de Busnardo, retratando o desvio do curso do Rio Jaú na década de 1960. Fonte: IBGE.
23. Formação militar do Tiro de Guerra no campo da Associação Atlética Palmeiras, em Jaú-SP. Fonte: Acervo Ítalo Poli Jr. Autor desconhecido.
24. Fotografia da capela em ruínas da Fazenda Santo Antônio dos Assis. Autor: Paulo Guerra, 2012.
25. Uma das nascentes do antigo córrego da Fazenda Santo Antonio de cima. Autor: Paulo Guerra.
26. Imagem por satélite – Google Maps(03/01/2025). - página 224
27. Recorte da Carta Topográfica de 1950 – córrego Santo Antonio de cima.
28. Folha Topográfica de Jaú, 1950. Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo.

Aves do Jahu

1. FLORENCE, Hercule - Oiseau appellé Talha-mar - 1826 (Pássaro chamado Talha-mar [Black Skimmer ou *Rynchops niger*] - 1826) - Aquarela e tinta sobre papel - 24,7 x 18,4 cm - Arquivos da Academia de Ciências (São Petersburgo).
2. FLORENCE, Hercule - Ardéa Socobói. Rio Tieté, julho de 1826. (Pássaro *Ardea Socó-bói*. Rio Tietê, julho de 1826). H. Florence fez isso - 1826 - Aquarela sobre papel - 18,5 x 24,8 cm - Arquivos da Academia de Ciências (São Petersburgo).
3. FLORENCE, Hercule - Nº 128. Cocaés, à 7 lugares de Cuyabá. 27 de agosto de 1827. (Cocais, a sete léguas de Cuiabá. 27 de agosto de 1827). Hercule Florence fez isso - 1827 - Aquarela sobre papel - 33,1 x 22,2 cm - Arquivos da Academia de Ciências (São Petersburgo).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

Prefácio

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**; tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão.- São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 14.

Antes de mais nada

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p.198-215, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2006.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Lúxico, 2010.

HOUAISS, Antônio; VILAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ERNOUT, Alfredo; MEILLET, Antonio. **Dicionário etimológico da língua latina: história das palavras**. 4.ed. Paris: Klincksieck, 2001.

OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. **Faces da dominação da terra: Jaú, 1890-1910**. 1. ed. Local de publicação: Editora, 1999.

TEIXEIRA, Sebastião. **Jahu em 1900**. Jaú: Correio do Jahu, 1900.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NEME, Mário. **Aposseamento do Solo e Evolução da Propriedade Rural na Zona de Piracicaba**. São Paulo: Coleção Museu Paulista, 1974.

DORIZOTTO, Sermo. Os Primórdios de **Piracicaba**. Piracicaba: IHGP, 2008.

WATKINS, Case; VOEKS, Roberto. **A Mata Transatlântica: Afrodescendentes e transformação socioecológica no litoral da Bahia**. (artigo original em inglês)

Primeiro vamos pelas veredas indígenas

1. KOK, Gloria. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 91-.109 jul.- dez. 2009, p. 92
2. HOLANDA, S. B. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras. 3ª edição, 1994
3. TEIXEIRA, S. **O Jahú em 1900**. Impresso no Correio do Jahú, 1900, p.13.
4. TAUNAY, A. De E. **Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas**. São Paulo, Editora Melhoramentos, 1952
5. HOLANDA, S. B. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras. 3ª edição, 1994.
6. HOLANDA, S. B. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras. 3ª edição, 1994, p.22.
7. HOLANDA, S. B. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras. 3ª edição, 1994, pp. 92-3.
8. HOLANDA, S. B. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras. 3ª edição, 1994, pp. 62-3.
9. HOLANDA, S. B. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras. 3ª edição, 1994.
10. CANDIDO, Antonio. **Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades-Editora 34, 10ª edição, 2001, pp. 112-4.
11. HOLANDA, S. B. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras. 3ª edição, 1994, p.61.
12. HOLANDA, S. B. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras. 3ª edição, 1994, p.72.
13. Dean, Warren. **A Ferro e Fogo: A História da Devastação da Mata Atlântica**. São Paulo, Companhia das Letras. 1996, p.59.
14. CANDIDO, Antonio. **Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades-Editora 34, 10ª edição, 2001.
15. SOUZA, Laura de M. **Jardim das Hespérides: Minas Gerais e as visões do mundo natural no século XVIII**. São Paulo, Companhia das Letras, 2022, p. 52.
16. CARVALHO, Francismar A. L. **Viajantes, Mareantes e Fronteiriços - Relações Interculturais no Movimento das Monções – século XVIII**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, 2006, p.31

17. MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora Contexto, 2009
18. PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- 19 - DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- 20 - MOURA, Denise A S de. Aos olhos da mulher indígena: cartografia, espacialidade e gênero em expedições de mapeamento no Brasil meridional (século XVIII), **Nuevo Mundo Nuevos** [Online], Debates, posto online no dia 21 junho 2022, consultado o 20 outubro 2024. URL:<http://journals.openedition.org/nuevomundo/88268>; DOI: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.88268>
- 21 - OLIVEIRA, Flávia A. M. **Faces da Dominação da Terra: Jaú(1890-1910)**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- 22 OLIVEIRA, Flávia A. M. Famílias Proprietárias e Estratégias de Poder no Século Passado. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, Vol. 9 nº 15, pp.65-85, set. 88-fev.89
- 23 OLIVEIRA, Flávia A. M. **Tempos dos caminhos e descaminhos de uma cidade do interior paulista: Brotas 1839-1920**. – Curitiba: Brazil Publishing, 1ª edição, 2019.
- 24 PAHIM, Mário Gomes. **Colônia do Potunduva**. Brasilitas, pág. 23 de janeiro. 1937. Disponível em: <https://historiadejahu.blogspot.com/2013/10/a-saga-da-ocupacao-territorial-de-jau.html> . Acesso em: 12 jan. 2025.

Pelos “caminhos que andam”

1. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
2. KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 91-109, dez. 2009, p.92.
3. BONATO, Tiago. De uma margem à outra: rios, mapas e fronteiras na bacia platina (séculos XVI-XVIII). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, [S.l.], n. 26, p. 198-229, jan./jul. 2019, p.214.
4. CAVENAGHI, Airton José. A construção da memória historiográfica paulista: Dom Luiz de Céspedes Xeria e o mapa de sua expedição de 1628. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 81-109, jan./jun. 2011.
5. BONATO, Tiago. De uma margem à outra: rios, mapas e fronteiras na bacia platina (séculos XVI-XVIII). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, [S.l.], n. 26, p. 198-229, jan./jul. 2019.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 22. ed. Tradução de Efraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2014.

6. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
7. REBELLO, Gervásio Leite. Diário da viagem do Governador-Geral Rodrigo César de Menezes (1726). In: TAUNAY, Affonso de Escragnolle. **História geral das bandeiras paulistas: Relatos monçoeiros**. São Paulo: Melhoramentos, 1953. p. 103-128, pp. 120-1.
8. AZAMBUJA, Antônio Rolim de Moura, Conde de. Relação da viagem que fez da cidade de S. Paulo para a vila do Cuyabá no ano de 1751: carta a um seu primo. In: PAPAVERO, Nelson. Observações sobre fauna e flora na "Relação da Viagem, que fez o Conde da Azambuja da cidade de S. Paulo para a Villa do Cuyabá no ano de 1751". **Arquivos de Zoologia**, São Paulo, v. 2, p. 83-111, 2011, p.96.
9. JUZARTE, Teotônio José. **Diário da Navegação (1769-1771)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. (Coleção Brasileira, Série V, v. 140), pp. 82-4.
10. JUZARTE, Teotônio José. **Diário da Navegação (1769-1771)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. (Coleção Brasileira, Série V, v. 140), pp. 91/105.
11. LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. Diário da viagem pelas Capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e São Paulo (1780-1790). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 26, n. 1, p. 109-156, 1863, pp. 133/136
12. LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. Diário da viagem pelas Capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e São Paulo (1780-1790). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 26, n. 1, p. 109-156, 1863, pp. 143-5.
13. SÁ E FARIA, José Custódio de. Da viagem que fez o Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria desde a Cidade de S. Paulo até a Praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Rio Igatemy - 1775. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 30, n. 1, p. 5-51, 1867, pp. 34/39.
14. TOLEDO LARA E ORDONHES, Diogo de. Carta de um passageiro de monção (1785): viagem de São Paulo a Cuiabá pelos rios. In: TAUNAY, Affonso de Escragnolle. **História geral das bandeiras paulistas: Relatos monçoeiros**. São Paulo: Melhoramentos, 1953. p. 208-223, pp. 212/214.
15. BARBOSA, Francisco de Oliveira. Notícias da Capitania de São Paulo, da América Meridional (1792). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 34, n. 1, p. 267-311, 1871.
16. FLORENCE, Ataliba. Introdução. In: FLORENCE, Hercule. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977, pp. XI a XX.

17. FLORENCE, Hercule. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: diários e desenhos da Expedição Langsdorff (1825-1829)**. Organização e notas de Boris Kossoy. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 2007, pp. 129-136/ pp. 140-1.
18. VANZOLINI, Paulo Emílio. **A Expedição Langsdorff ao Brasil (1825-1829)**. São Paulo: Edusp, 1996.
19. SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org.). **Os Diários de Langsdorff**. Tradução: Márcia Lyra Nascimento Egg e outros; edição: Boris N. Komissarov e outros. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. Vol.II, pp. 230-5/235-9/239-244/244-250.
20. DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 220.
21. **Almanach da Província de São Paulo: para o ano bissexto de 1884**. São Paulo: Typographia da Província, 1883.
22. FERREIRA, Tito Livio. Os fundadores e povoadores do Jahu. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v. 50, p.71.
23. NÓBREGA, Humberto Mello. **História de um Rio (Tietê)**. São Paulo: Editora Paulista, 1950.

Notícias das aves

- 1 - SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Edição crítica de Francisco Adolfo de Varnhagen. São Paulo: Edusp, 1971.
- 2 - PAPAVERO, N., TEIXEIRA, DM, FIGUEIREDO, JL de, & PUJOL-LUZ, JR (2009). Os capítulos sobre animais dos "Diálogos geográficos, cronológicos, políticos e naturais" (1769) de Joseph Barboza de Sáa e a primeira monografia sobre a fauna de Mato Grosso. **Arquivos De Zoologia** , 40 (2), 75-154. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-7793.v40i2p75-154>
- 3 - ABREU, Manoel Cardoso de. Divertimento Admirável – para os historiadores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões de navegação das minas de Cuiabá e Mato Grosso. Oferecido ao Il.mo e Ex.mo Senhor Martinho de Mello e Castro. 1783. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (RIHGSP)**, volume 6, páginas 253 a 293, pp. 259-283.
- 4 - AZAMBUJA, Conde de. **Relação da viagem que fez da cidade de S. Paulo para a vila do Cuyabá no anno de 1751: carta a um seu primo**. In: **Relatos Monçoeiros**, editado por Afonso de E. Taunay, 194-216. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1981, p. 204.
- 5 - PAPAVERO, Nelson e TEIXEIRA, Dante Martins. **A fauna de São Paulo nos séculos XVI a XVIII: nos textos de viajantes, cronistas missionários e relatos monçoeiros**. São Paulo: EDUSP, 2007.

6 - VANZOLINI, Paulo Emílio. **A Contribuição Zoológica dos Primeiros Naturalistas Viajantes no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1996

FITTKAU, EJ. Johann Baptist von Spix: primeiro zoólogo de Munique e pesquisador no Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 2, pág. 443-456, 1983.

KURY, Lorelai. História natural e viajantes dos séculos XVIII e XIX. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 863-880, 2001.

A vegetação em cintas largas de terras boas

1 - CABRAL, Diogo de Carvalho. **O Bosque de Madeiras e Outras Histórias: A Mata Atlântica no Brasil Colonial (Séculos XVIII e XIX)**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2023, p. 45.

2 - DRUMMOND, José Augusto. **Mata Atlântica – A História de uma Destruição**. With Broadax and Firebrand: The Destruction of the Brazilian Atlantic Forest, *de Warren Dean*. Estudos Históricos, *Rio de Janeiro*, v. 17, p. 239-250, 1996

3 - DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

4 - SEVCENKO, Nicolau. *O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura*. In: SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

5 - CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

6 - DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 22-3.

7 - DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.44.

8 - DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.45.

9 - DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.46.

10 - DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.90-1.

11 - DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.106.

12 - DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.119.

13 - DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.123.

14 - DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.163.

15 - DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.216.

16 - DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 217.

17 - DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.218.

18 - MAHL, Marcelo Lapuente. **Ecologias em terra paulista (1894-1950): as relações entre o homem e o meio ambiente durante a expansão agrícola do Estado de São Paulo**. 2007. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2007.

19 - SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de São Paulo**. Tradução de Pedro Paulo A. Funari. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

20 - MÜLLER, Dante Pedro. **Ensaio d'um quadro estatístico da provincia de São Paulo**. São Paulo: Typografia Costa Silveira, 1838.

21 - MANO, Marcel . **Os campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

22 - **Correio Paulistano**, Anno XII, nº 2848, edição de 23/11/1865, p.2.

23 - **Diário de São Paulo**, Ano III, nº 862, na edição de 7 de julho de 1865.

24 - **Diário de São Paulo**, Ano VI, nº 1496, na edição de 15 de setembro de 1870, p.2.

25 - PERIDES, Paulo Pedro. **Um exemplo de processo de organização territorial: a sub-região de Jaú 1830-1930**. 1981. Tese (Doutorado em [Área de Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

26 - **ALMANACK DO JAHU**. Jahu: Correio do Jahu, 1902.

27 – TEIXEIRA, Sebastião. **Jahú em 1900**. Correio do Jahú, 1902, p.102.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. In: BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

28 - **A Tribuna**, 30 de setembro de 1909.

29 - OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. **Faces da Dominação da Terra (Jaú 1890-1910)**. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: FAPESP, 1999, p. 142-3.

30 - OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. **Faces da Dominação da Terra (Jaú 1890-1910)**. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: FAPESP, 1999, p. 25-6.

31 - **Correio Paulistano**, Anno XXVII, nº 7225, edição 29 de dezembro de 1880, p.1.

Correio Paulistano. São Paulo, 10 jan. 1881.(resposta ao Protesto)

32 - **Almanack do Jahu de 1902**. Editado pelo Correio do Jahu, Jaú, 1902, p.217.

33 - **Correio Paulistano**, nº 16918, 08 de setembro de 1910, p.5.

34 - **Guia da Cidade de Jahu**, dezembro de 1957, p.9.

35 - INSTITUTO FLORESTAL (São Paulo). **Reconstituição da cobertura florestal do Estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto Florestal, 2010.

36 - BRANNSTROM, Christian. **A economia madeireira na Mata Atlântica interiorana, 1920-1960**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

37 - INSTITUTO FLORESTAL (São Paulo). **Inventário da cobertura vegetal nativa do Estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto Florestal, 2005.

38 - FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. **Oeste paulista concentra menores índices de floresta**. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/noticias/oeste-paulista-concentra-menores-indices-de-floresta/>. Acesso em: 19 dez. 2024

39 - VENIZIANI JUNIOR, José Carlos Toledo. **Relações entre precipitação, vazão e cobertura vegetal nas sub-bacias dos rios Jacaré-Pepira e Jaú**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Engenharia Ambiental, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018.

Paisagens e as feições do Jahu

1 - OLIVEIRA, R. R. de; ENGEMANN, C. História da paisagem e paisagens sem história: a presença humana na floresta atlântica do sudeste brasileiro. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 9-31, ago. 2011.

2 - SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp.33-4.

3 - PERIDES, Paulo Pedro. **Um exemplo de processo de organização territorial: a sub-região de Jaú (1830-1930)**. 1981. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1981, p. 17.

- 4 - OLIVEIRA, Flávia A. M. **Tempos dos caminhos e descaminhos de uma cidade do interior paulista: Brotas 1839-1920**. 1. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.
- 5 - **ALMANAK da Província de São Paulo de 1873**. 1º ano. Organizado e publicado por Antônio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. São Paulo: Typographia Paulista, 1873.
- 6 - OLIVEIRA, Flávia A. M. **Faces da dominação da terra: Jaú (1890-1910)**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- 7 - OLIVEIRA, Flávia A. M. **Faces da dominação da terra: Jaú (1890-1910)**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- 8 - CANDIDO, Antonio. **Parceiros do Rio Bonito**. 10. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001.
- 9 - OLIVEIRA, Flávia A. M. **Faces da dominação da terra: Jaú (1890-1910)**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- 10 - OLIVEIRA, Flávia A. M. **Faces da dominação da terra: Jaú (1890-1910)**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- 11 - OLIVEIRA, Flávia A. M. **Faces da dominação da terra: Jaú (1890-1910)**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- 12 - OLIVEIRA, Flávia A. M. **Faces da dominação da terra: Jaú (1890-1910)**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- 13 - FERNANDES, José. **Vultos e Fatos da História de Jaú**. Edição conjunta extraordinária do Correio da Noroeste, Correio da Capital e Correio de Garça. São Paulo: Tipografia da Rua Mooca, 1955, p.5 (2º caderno).
- 14 - FERREIRA, Tito Lívio. **Fundadores e povoadores do Jaú**. Revista do Instituto Histórico de São Paulo, v. L, p. 72-74.
- 15 - MAHL, Marcelo Lapuente. **Ecologias em Terra Paulista (1894-1950): as relações entre o homem e o meio ambiente durante a expansão agrícola do Estado de São Paulo**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007.
- 16 - FERREIRA, Tito Lívio. **Fundadores e povoadores do Jaú**. Revista do Instituto Histórico de São Paulo, v. L, p. 72-74.
- 17 - FERREIRA, Tito Lívio. **Fundadores e povoadores do Jaú**. Revista do Instituto Histórico de São Paulo, v. L, p. 72-74
- 18 - FREIRE, Hilário. **O Primeiro Século de Jaú**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. L, p. 41-45.
- 19 - TEIXEIRA, S. **O Jahú em 1900**. Impresso no Correio do Jahú, 1900.
- 20 - TEIXEIRA, S. **O Jahú em 1900**. Impresso no Correio do Jahú, 1900.

- 21 - TEIXEIRA, S. **O Jahú em 1900**. Impresso no Correio do Jahú, 1900.
- 22 – TEIXEIRA, S. **O Jahú em 1900**. Impresso no Correio do Jahú, 1900.
- 23 - TABLAS, H.; BOTURA, Nelson N. **Achados Históricos de Mineiros do Tietê**. Disponível em: <http://www.epapromoco.es.com.br/jornalnossaterra/achado/index.htm>. Acesso em 22 dez. 2024.
- 24 - TEIXEIRA, S. **O Jahú em 1900**. Impresso no Correio do Jahú, 1900, p.9.
- 25 - OLIVEIRA, Flávia A. M. **Faces da dominação da terra: Jaú (1890-1910)**. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p.57.
- 26 - OLIVEIRA, Flávia A. M. **A Europa invade o sertão: o impacto da chegada de imigrantes italianos na cidade de Jaú (1853-1914)**. Caravelle, n. 99, p. 57-75, 2012.
- 27 - PAIVA, Maria Beatriz Vidal de Negreiros. **O projeto urbanístico em Jaú: a ação política e os desdobramentos sócio-culturais (1890/1920)**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, 2001.
- 28 - SECKLER, Jorge (Org.). **Almanach da Província de São Paulo: administrativo, commercial e industrial**. São Paulo: [s.n.], 1888.
- 29 - **Almanach da Comarca de Amparo**. Edição n. 13, 1892.
- TELAROLLI Jr., Rodolpho. **Poder e Saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- 30 - **Almanack do Jahú 1902**. Editado pelo Correio do Jahú, 1902.
- 31 - SAGGIORO, Elder S. **Febre amarela na “Terra Roxa”: ambiente, saúde e urbanização na cidade de Jaú – SP (1890–1910)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2023.
- 32 - **Almanack do Jahú 1902**. Editado pelo Correio do Jahú, 1902.(Descrição das Fazendas).
- 33 - VALENTE, Guilherme Eduardo Almeida Prado de Castro. **Mudança e permanência: quatro gerações e a propriedade rural no município de Jahu**. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – UNIARA, Araraquara, 2010.
- 34 - PERIDES, Paulo Pedro. **Um exemplo de processo de organização territorial: a sub-região de Jaú (1830-1930)**. 1981. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- 35 - OLIVEIRA, Flávia A. M. **Faces da dominação da terra: Jaú (1890-1910)**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- 36 - OLIVEIRA, Flávia A. M. **Faces da dominação da terra: Jaú (1890-1910)**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

37 - GUERRA, Paulo Eduardo. **A presença italiana em Jaú no início do século XX: origens, inserção cultural e desdobramentos.** Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Faculdades Integradas de Jaú, Jaú, 1999.

38 - **Almanack do Jahú 1902.** Editado pelo Correio do Jahú, 1902.

39 - **Almanack do Jahú 1902.** Editado pelo Correio do Jahú, 1902.

40 - **Almanack do Jahú 1902.** Editado pelo Correio do Jahú, 1902.

41 - OLIVEIRA, Flávia A. M. **Faces da dominação da terra: Jaú (1890-1910).** São Paulo: Editora UNESP, 1999.

42 - OLIVEIRA, Flávia A. M. **Faces da dominação da terra: Jaú (1890-1910).** São Paulo: Editora UNESP, 1999.

43 - **Almanack do Jahú 1902.** Editado pelo Correio do Jahú, 1902.

44 - **Almanack do Jahú 1902.** Editado pelo Correio do Jahú, 1902.

45 - OLIVEIRA, Flavia Arlanch Martins de. **Faces da Dominação da Terra (Jaú 1890-1910).** São Paulo: Editora UNESP, 1999.

INVENTÁRIO de Ignacio de Camargo Guerra. Arquivo Municipal de Jahu, 1º Cartório do 1º Ofício, 14 mar. 1902.

INVENTÁRIO de Eduardo Pinto de Camargo. Arquivo Municipal de Jahu, 2º Cartório do 2º Ofício, 23 jul. 1912.

TEIXEIRA, Sebastião. **O Jahú em 1900.** Correio do Jahú, 1900.

46 - PESSOA, Regina Helena. **Plano de manejo da Reserva Ecológica Amadeu Botelho.** Jaú, SP, Brasil, abril 2013.

47 - **Correio Paulistano.** Anno XXXIV, nº 9581, de 09 de agosto de 1888. São Paulo, 1888. p. 1.

48 - OLIVEIRA, Flávia A. M. **A Europa invade o sertão: o impacto da chegada de imigrantes italianos na cidade de Jaú (1853-1914).** Caravelle, n. 99, p. 57-75, 2012

TEIXEIRA, Sebastião. **O Jahú em 1900.** Correio do Jahú, 1900.

49 - SANTOS, Ivan Cláudio Domingues dos; FELTRIN JUNIOR, João Fair. **Jahu – Retratos de uma Época: 1900-1929.** Gráfica Publicolor, 2009

50 - SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

JAHU. Lei Complementar nº 277, de 10 de outubro de 2006. Dispõe sobre Plano Diretor de Jahu, o sistema e o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano do Município de Jahu. Jahu: Câmara Municipal, 2006.

MENEGHELLO, Juliano (org.). **Bens culturais: município de Jaú.** 1. ed. Jaú, SP, 2021.

PAIVA, Maria Beatriz Vidal de Negreiros. **O projeto urbanístico em Jaú: a ação política e os desdobramentos sócio-culturais (1890/1920)**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, 2001

51 - **Almanach da Província de São Paulo: para o ano bissexto de 1884**. São Paulo: Typographia da Província, 1883.

52 - AMARAL, José Ferreira do. **Anúncio de lenha picada**. *Jornal O Democrata*, Jaú, 1922.

53 - **Correio Paulistano**. Ano XXXV, n. 9679, edição de 5 de dezembro de 1888, p. 1.

54 - PAIVA, Maria Beatriz Vidal de Negreiros. **O projeto urbanístico em Jaú: a ação política e os desdobramentos sócio-culturais (1890/1920)**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, 2001, pp. 210-1.

55 - **O Diário**. Jaú, SP, 1928. [s.d.].

56 - DOIN, José Evaldo de Mello; PERINELLI NETO, Humberto; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro; PACANO, Fábio Augusto. **A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) — a proposta do Cemumc**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 91-122, 2007.

57 - **Guia da Cidade de Jahu**. Dezembro de 1957.

58 - LYRA, Anna Maria Galvão Carneiro. **Rio Jaú: Paisagem, Cidade e Natureza**. 2024. Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru.

59 - MARQUES, Aurides Cesar. **Mapa do arruamento da cidade de Jaú**. Chancela do Instituto Geográfico e Geológico, 1940. Disponível no Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo.

60 - **Plano Setorial dos Serviços Públicos de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais do Município de Jaú**. Jaú: [s.n.], agosto de 2012.

61 - **O Estado de São Paulo**. Edição de 16 de fevereiro de 1922.

62 - G1. **Prefeitura de Jaú estima que 500 famílias foram atingidas pelas enchentes; uma pessoa morreu**. Bauru e Marília, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2022/01/10/prefeitura-de-jau-estima-que-500-familias-foram-atingidas-pelas-enchentes-uma-pessoa-morreu.ghtml>. Acesso em: 22 dez. 2024.

G1. **Moradores de Jaú ainda sofrem com os estragos um mês após enchentes**. Bauru e Marília, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2022/02/10/moradores-de-jau-ainda-sofrem-com-os-estragos-um-mes-apos-enchentes.ghtml>. Acesso em: 22 dez. 2024.

Jaú Notícias. **Enchente em Jaú: cobertura completa dos eventos e consequências**. Jaú Notícias, 2022. Disponível em: <https://jaunoticias.com.br/enchente-em-jau-cobertura-completa>. Acesso em: 22 dez. 2024.

63 - LYRA, Anna Maria Galvão Carneiro. **Rio Jaú: Paisagem, Cidade e Natureza**. 2024. Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru.

64 - **Fazenda Santo Antônio**. Página oficial no Facebook. Disponível em: <https://web.facebook.com/FazendaSantoAntonio>. Acesso em 22/12/2024

65- **Folha Topográfica de Jaú**. Arquivo do Estado de São Paulo, 1950.

As Aves do Jahu

1 - COSTA, Renata Ferreira. **Topônimos de Origem Indígena na Capitania de São Paulo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: http://leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/CILLC_I_URI/Artigos/Renata%20Ferreira%20Costa.pdf. Acesso em: 22 dez. 2024.

2 – Etimologia da palavra **Borrvalho**:

- Para a origem latina e desenvolvimento da palavra: CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Léxico, 2010.

- Para aspectos históricos e culturais do termo: CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Global, 2012.

- Para aspectos linguísticos: MACHADO, José Pedro. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

3 – Etimologia da palavra **Quilombo**:

- Para aspectos linguísticos e etimológicos: LOPES, Nei. **Novo dicionário banto do Brasil**. Rio de Janeiro: Palas, 2003.

- Para contexto histórico e social: GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1993.

- Para aspectos constitucionais e jurídicos: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e as novas etnias**. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

- Para toponímia: DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A aplicação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

4 - Informações botânicas e toponímicas:

- LORENZI, H. **Árvores Brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil**. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2002.

- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e antroponímia no Brasil: coleção de estudos**. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

SAMPAIO, Theodoro. **O tupi na geografia nacional**. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1987.

5 – Termo Curuzu:

- NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil**. São Paulo: Global, 2013.

- SAMPAIO, Theodoro. **O tupi na geografia nacional**. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1987.

- TIBIRIÇA, Luiz Caldas. **Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi**. São Paulo: Traço Editora, 1985.

6 - MANO, Marcel. **Os campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2006.

7 - FRANÇA, Antonio M. (Org.). **Álbum de Araraquara**. 1915. Disponível em: [Memorial - Câmara de Araraquara](#) Acesso em 22/12/2024.

8 - THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800**. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

9 - PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

10 - PRADO, Salvio P. A. **O primeiro ciclo do café no Brasil**. São Paulo: Editora Obelisco, 1977.

11 - **Correio Paulistano**. Edição de 24 de abril de 1885, p. 2.

12 - **Província de São Paulo**. Edição de 24 de maio de 1885.

13 - **Diário de Santos**. Edição de 6 de abril de 1887.

14 - BARBUY, Heloisa. Exposições itinerantes de animais selvagens, em São Paulo, no século XIX. **Museologia e Patrimônio**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 45-67, 2017.

- SANTOS, Julia Loiola Ataíde dos. Comércio de peles de animais silvestres na Amazônia durante os anos de Oitocentos. **História e Historiografia**, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 45-67, 2024.

15 - THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças em relação às plantas e animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

16 - **Correio Paulistano**. Edição de 9 de junho de 1883.

- 17 - **Correio Paulistano**. Edição de 28 de outubro de 1875.
- 18 - **Correio Paulistano**. Ano XXVIII, n. 7462, edição de 20 de outubro de 1881, p. 2.
- 19 - **Correio Paulistano**. Edição de 26 de julho de 1897.
- 20 - **Jornal do Recife**. Ano XXXII, n. 183, edição de 15 de agosto de 1889, p. 1.
- 21 - **Correio Paulistano**. Edição de 20 de novembro de 1858.
- 22 - **Diario de São Paulo**. Ano I, n. 48, edição de 28 de setembro de 1865, p. 2.
- 23 - GIL, Gilberto. **Lamento sertanejo**. In: GONZAGA, Luiz; GIL, Gilberto. Refazenda. Rio de Janeiro: Warner Music, 1975. 1 disco sonoro, faixa 8.
- Por ser de lá/Do sertão, lá do cerrado/Lá do interior do mato/Da caatinga do roçado./ Eu quase não saio/ Eu quase não tenho amigos/ Eu quase que não consigo/ Ficar na cidade sem viver contrariado./*
- Por ser de lá/ Na certa por isso mesmo/ Não gosto de cama mole/ Não sei comer sem torresmo/ Eu quase não falo/ Eu quase não sei de nada/ Sou como rês desgarrada/ Nessa multidão boiada caminhando a esmo.*
- 24 - **A Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, Ano XIII, n. 101, edição de 4 de abril de 1887, p. 2.
- 25 - CANDIDO, Antonio. **Parceiros do Rio Bonito**. 10. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001.
- 26 - **Correio Paulistano**. Edição de 1863.
- 27 - Thomas, Keith. **O Homem e o Mundo Natural: mudanças em relação às plantas e animais (1500-1800)**. Companhia das Letras, 2010.
- 28 - **Diario de São Paulo**. Ano VII, n. 1995, edição de 11 de junho de 1872, p. 3.
- 29 - **Conservação das florestas**. Editorial. *Diário de São Paulo*, edição de 27 de novembro de 1874.
- 30 - **A Tribuna**. Edição de 15 de julho de 1927.
- 31 - **Correio Paulistano**. Edição n. 23.819, 23 de março de 1930, p. 15.
- 32 - **Blog Aves de Jaú**. Disponível em: <https://observatoriodeaves.blogspot.com/>. Acesso em 22/12/2024.
- Aves de Jaú – Guia Visual**. Disponível em: <https://ajac.org.br/publicacoes-2/> . Acesso em 31/01/2025.
- Plataforma WikiAves:** painel da cidade de Jaú-SP. Disponível em: <https://www.wikiaves.com.br/cidade.php?c=3525300>. Acesso em 31/01/2025
- 33 - **Reserva Ecológica Amadeu Botelho**. Disponível em: <https://www.rppnamadeubotelho.com.br/>. Acesso em 22/12/2024.

34 - PRADO, João André Miranda de Almeida; GUERRA, Paulo Eduardo. **Marambaia**. 1. ed. Jaú, SP: Edição do Autor, 2021. Disponível: <http://ajac.org.br/wp-content/uploads/2022/06/Marambaia.pdf> Acesso em 22/12/2024.

As saúvas

1 - **Commercio de São Paulo**. São Paulo, 6 set. 1894.

2 - **Commercio de São Paulo**. São Paulo, 30 dez. 1894.

3 - FONTES, Luiz Roberto; HAGEN, Stefano. Fritz Müller e sua obra na ciência brasileira e mundial. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, t. 49, n. 5, p. 22-50, set./out. 2008.

4 - CABRAL, Diogo de Carvalho. O Brasil é um grande formigueiro: território, ecologia e história ambiental da América Portuguesa – parte 2. **História Ambiental da América Latina e do Caribe (HALAC): Revista de la SOLCHA**, v. 4, n. 1, p. 87-113, 2014. Disponível em: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/197>. Acesso em 23/12/2024.

5 - DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

6 - **O Mercantil**, n. 118, p. 3, 22 out. 1851.

7 - **Diário do Rio de Janeiro**, Anno XXXVII, n. 219, p. 2, 12 ago. 1857.

8 - **Correio Paulistano**, Anno V, n. 613, p. 2, 21 jan. 1858.

9 - **Revista Mercantil**, Anno XIII, n. 143, p. 3, 21 ago. 1862.

10 - **Correio Paulistano**, 20 set. 1863.

11 - **Revista Comercial**, Anno XV, n. 142, p. 1, 16 ago. 1864.

12 - **Correio Paulistano**, 22 out. 1864.

13 - **Correio Paulistano**, Anno XI, n. 2530, p. 2, 9 nov. 1864.

14 - Indústria Nacional à Lavoura. **Correio Paulistano**, Anno XV, n. 6424, p. 4, 2 out. 1870.

15 - **Correio Paulistano**, Anno XXIV, n. 6076, p. 1, 31 jan. 1877.

16 - A praga do café. **Diário de São Paulo**, 21 out. 1877.

17 - Anúncio. **Jornal da Tarde**, Anno III, n. 198, p. 3, 30 maio 1881.

18 - **Correio Paulistano**, Anno XXXIV, n. 9358, p. 3, 10 nov. 1887.

19 - **Correio Paulistano**, Anno XXXIV, n. 9406, p. 1, 6 jan. 1888.

20 - **Correio Paulistano**, Anno XXV, n. 6484, p. 4, 2 jul. 1878.

21 - **Diário de São Paulo**, Anno VII, n. 1747, p. 1, 5 ago. 1871.

22 - TEIXEIRA, Sebastião. **Jahu em 1900**. *Correio do Jahu*, 1900.

23 - OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. **A Europa invade o sertão: o impacto da chegada de imigrantes italianos na cidade de Jaú (1853-1914)**. *Caravelle* [online], n. 99, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/caravelle/327>. Acesso em: 30 dez. 2024.

OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. **Padrões alimentares em mudança: a cozinha italiana no interior paulista**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 145-153, jun. 2006.

24 - **Correio do Sertão**, Santa Cruz do Rio Pardo, 20 set. 1902.

25 - **Commercio de São Paulo**, Anno XII, n. 3694, p. 2, 15 jun. 1904.

26 - **Commercio de São Paulo**, Anno XIII, n. 3975, p. 3, 25 mar. 1905.

27 - **Chácaras e Quintaes**, n. 24, 15 ago. 1923.

28 - **Chácaras e Quintaes**, n. 27.

29 - **Correio Paulistano**, Anno XIII, n. 2900, p. 4, 28 jan. 1866.

30 - THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. Tradução de Luiz Carlos do Nascimento e Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

31 - A CONSTITUINTE – ORGAM LIBERAL. Trecho de **Ubirajara**, de José de Alencar. *A Constituinte – Orgam Liberal*, São Paulo, Anno I, n. 86, p. 2, 2 dez. 1879.

32- ALVAREZ, Gabriel O. **O ritual da tocandira entre os Sateré-Mawé: aspectos simbólicos do waumat**. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2005. (Série Antropologia). Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/SMD00038.pdf>. Acesso em 31/01/2025

ALISSON, Elton. **Indígenas da Amazônia têm dores frequentes, mas não reclamam**. *Jornal da USP*, São Paulo, 21 fev. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-da-saude/indigenas-da-amazonia-tem-dores-frequentes-mas-nao-reclamam/> . Acesso em 31/01/2025



MINISTÉRIO DA
CULTURA



ISBN: 978-65-01-29110-9

CDL



9 786501 291109

